



# DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3774/2023

Data da disponibilização: Quinta-feira, 27 de Julho de 2023.

DEJT Nacional

Tribunal Superior do Trabalho

Ministro Lelio Bentes Corrêa  
Presidente

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga  
Vice-Presidente

Ministra Dora Maria da Costa  
Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1  
Zona Cívico-Administrativa  
Brasília/DF  
CEP: 70070943

Telefone(s) : (61) 3043-4300

## Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho Decisão Monocrática

Processo Nº CorPar-1000534-96.2023.5.00.0000

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA
TERCEIRO INTERESSADO	JOAO THOMAZ DE QUEIROZ JÚNIOR
ADVOGADO	CAMILA GUEMES RODRIGUES(OAB: 34211/CE)

### Intimado(s)/Citado(s):

- ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-EDCiv-CorPar - 1000534-96.2023.5.00.0000

EMBARGANTE: JOÃO THOMAZ DE QUEIROZ JÚNIOR

ADVOGADA: Dra. CAMILA GUEMES RODRIGUES

EMBARGADA: **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.**

ADVOGADO: Dr. RODRIGO SEIZO TAKANO

EMBARGADO : **DESEMBARGADOR DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA**

GCGDMC/Acm/Dmc/nc

## DECISÃO

**JOÃO THOMAZ DE QUEIROZ JÚNIOR, então Terceiro Interessado**, opõe embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo, às fls. 416/423, contra a decisão de fls. 379/384, mediante a qual deferi a liminar requerida na Correição Parcial apresentada por **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.**, para conceder efeito suspensivo ao Agravo interposto à decisão que indeferiu a liminar pretendida nos autos **do MSCiv-0003647-80.2023.5.07.0000**, com a consequente suspensão da determinação de imediato restabelecimento do contrato de trabalho do ora embargante e de sua reintegração no emprego, até o julgamento do *Mandamus*, por entender aplicável, à hipótese, o parágrafo único do art. 13 do RICGJT.

O embargante sustenta que esta Corregedora-Geral, ao conceder efeito suspensivo ao agravo, partiu de premissa equivocada ao considerar que eventual reintegração do empregado ao seu posto de trabalho pudesse acarretar prejuízos à empresa. Alega inexistir nos autos qualquer risco de irreversibilidade da medida com a determinação da reintegração, já que a empresa continuaria a usufruir da mão de obra do ora embargante, ressaltando que não há nenhum fato que desabone a sua conduta laboral.

Afirma, por outro lado, que a concessão do efeito suspensivo, em desfavor da decisão corrigenda, com base, única e exclusivamente, na possível existência de controvérsia quanto à estabilidade provisória dos diretores de cooperativa, configura-se ato extremamente temerário, que causa danos financeiros e morais ao embargante.

Acresce que a dispensa por justa causa é a pena máxima aplicada ao empregado, com graves consequências, a necessitar de prova robusta, sendo inadmissível qualquer afastamento por mera presunção de um ato faltoso.

Requer sejam analisados e providos os embargos de declaração, de forma a ser mantida a sua reintegração aos quadros de funcionários da embargada até que haja o julgamento da ATOrd-000370-36.2023.5.07.0009. Sucessivamente, pugna pelo recebimento dos embargos de declaração como agravo regimental, nos termos dos arts. 35 do RICGJT e 69, I, "g", do RITST.

Cabíveis, à luz dos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, e opostos tempestivamente e com representação regular, **conheço** dos embargos de declaração.

Todavia, não assiste razão ao embargante.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o embargos de declaração têm a sua área de atuação bastante restrita, limitando-se aos casos em que existentes, no julgado, omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco na apreciação dos pressupostos extrínsecos do recurso, vícios que não foram apontados pelo embargante. Portanto não se prestam a satisfazer o simples inconformismo da parte em relação à decisão que lhe foi desfavorável, conforme disciplinam os artigos acima mencionados.

De outro lado, constaram expressamente da decisão embargada os fatos e fundamentos suficientes a alicerçar a decisão que deferiu o pedido de correção parcial, para conceder efeito suspensivo ao agravo interposto nos autos do MSCiv-0003647-80.2023.5.07.0000. Ressaltou-se, de início, que, segundo o disposto no parágrafo único do referido dispositivo, *"em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente"*.

E que, na situação vertente, o ato judicial que dera causa à Correção Parcial havia sido o indeferimento da liminar postulada em sede de mandado de segurança pela empresa ora embargada, com a manutenção da decisão de 1º grau proferida em tutela de urgência, nos autos da reclamatória, que havia declarado a nulidade da dispensa de João Thomaz de Queiroz Júnior e determinado a sua reintegração ao emprego, por ter sido dispensado durante o período de estabilidade provisória.

Salientou-se, então, que, na hipótese dos autos, havia controvérsia quanto aos elementos fáticos que motivaram a dispensa do então reclamante e, **também**, controvérsia quanto à existência ou não de relação entre o objeto social da cooperativa e a atividade principal do empregador, persistindo, igualmente, a celeuma jurídica relativa à imprescindibilidade, ou não, de conflito de interesses entre as partes, para que fosse reconhecida a estabilidade provisória ao empregado eleito diretor daquela entidade.

Concluiu-se, pois, que, no contexto delineado, o deferimento da

providência imediata da reintegração, sem a possibilidade de uma análise percutiente sobre a matéria, resultaria em prejuízo imediato à corrigente, a caracterizar situação excepcional a qual necessitaria de adoção de medidas que impedissem lesão de difícil reparação à luz do dispositivo regimental supramencionado.

O fato é que, na medida em que o embargante não busca sanar eventual vício, passível de correção por meio da oposição de embargos de declaração, sua pretensão ostenta nítido caráter infringente, o que, além de ferir o princípio da celeridade processual, fere o direito fundamental da parte contrária à tutela jurisdicional útil, célere e eficaz.

Por todo o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Determino a retificação da autuação, de forma a constar, como Embargante, **JOÃO THOMAZ DE QUEIROZ JÚNIOR**, consoante petição de fls. 416/423, e, como Embargados, **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. e DESEMBARGADOR DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA**.

Publique-se.

Após o transcurso *in albis* do prazo recursal, archive-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**DORA MARIA DA COSTA**

**Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho**

**Processo Nº CorPar-1000534-96.2023.5.00.0000**

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA
TERCEIRO INTERESSADO	JOAO THOMAZ DE QUEIROZ JUNIOR
ADVOGADO	CAMILA GUEMES RODRIGUES(OAB: 34211/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOAO THOMAZ DE QUEIROZ JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO

**PROCESSO Nº TST-EDCiv-CorPar - 1000534-96.2023.5.00.0000**

EMBARGANTE: **JOÃO THOMAZ DE QUEIROZ JÚNIOR**

ADVOGADA: Dra. CAMILA GUEMES RODRIGUES

EMBARGADA: **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.**

ADVOGADO: Dr. RODRIGO SEIZO TAKANO

EMBARGADO : **DESEMBARGADOR DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA**

GCGDMC/Acm/Dmc/nc

## DECISÃO

**JOÃO THOMAZ DE QUEIROZ JÚNIOR, então Terceiro**

**Interessado**, opõe embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo, às fls. 416/423, contra a decisão de fls. 379/384, mediante a qual deferiu a liminar requerida na Correição Parcial apresentada por **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.**, para conceder efeito suspensivo ao Agravo interposto à decisão que indeferiu a liminar pretendida nos autos **do MSCiv-0003647-80.2023.5.07.0000**, com a consequente suspensão da determinação de imediato restabelecimento do contrato de trabalho do ora embargante e de sua reintegração no emprego, até o julgamento do *Mandamus*, por entender aplicável, à hipótese, o parágrafo único do art. 13 do RICGJT.

O embargante sustenta que esta Corregedora-Geral, ao conceder efeito suspensivo ao agravo, partiu de premissa equivocada ao considerar que eventual reintegração do empregado ao seu posto de trabalho pudesse acarretar prejuízos à empresa. Alega inexistir nos autos qualquer risco de irreversibilidade da medida com a determinação da reintegração, já que a empresa continuaria a usufruir da mão de obra do ora embargante, ressaltando que não há nenhum fato que desabone a sua conduta laboral.

Afirma, por outro lado, que a concessão do efeito suspensivo, em desfavor da decisão corrigenda, com base, única e exclusivamente, na possível existência de controvérsia quanto à estabilidade provisória dos diretores de cooperativa, configura-se ato extremamente temerário, que causa danos financeiros e morais ao embargante.

Acresce que a dispensa por justa causa é a pena máxima aplicada ao empregado, com graves consequências, a necessitar de prova robusta, sendo inadmissível qualquer afastamento por mera presunção de um ato faltoso.

Requer sejam analisados e providos os embargos de declaração, de forma a ser mantida a sua reintegração aos quadros de funcionários da embargada até que haja o julgamento da ATOrd-000370-36.2023.5.07.0009. Sucessivamente, pugna pelo recebimento dos embargos de declaração como agravo regimental, nos termos dos arts. 35 do RICGJT e 69, I, "g", do RITST.

Cabíveis, à luz dos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, e opostos tempestivamente e com representação regular, **conheço** dos

embargos de declaração.

Todavia, não assiste razão ao embargante.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o embargos de declaração tem a sua área de atuação bastante restrita, limitando-se aos casos em que existentes, no julgado, omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco na apreciação dos pressupostos extrínsecos do recurso, vícios que não foram apontados pelo embargante. Portanto não se prestam a satisfazer o simples inconformismo da parte em relação à decisão que lhe foi desfavorável, conforme disciplinam os artigos acima mencionados.

De outro lado, constaram expressamente da decisão embargada os fatos e fundamentos suficientes a alicerçar a decisão que deferiu o pedido de correição parcial, para conceder efeito suspensivo ao agravo interposto nos autos do MSCiv-0003647-80.2023.5.07.0000. Ressaltou-se, de início, que, segundo o disposto no parágrafo único do referido dispositivo, *"em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente"*.

E que, na situação vertente, o ato judicial que dera causa à Correição Parcial havia sido o indeferimento da liminar postulada em sede de mandado de segurança pela empresa ora embargada, com a manutenção da decisão de 1º grau proferida em tutela de urgência, nos autos da reclamatória, que havia declarado a nulidade da dispensa de João Thomaz de Queiroz Júnior e determinado a sua reintegração ao emprego, por ter sido dispensado durante o período de estabilidade provisória.

Salientou-se, então, que, na hipótese dos autos, havia controvérsia quanto aos elementos fáticos que motivaram a dispensa do então reclamante e, **também**, controvérsia quanto à existência ou não de relação entre o objeto social da cooperativa e a atividade principal do empregador, persistindo, igualmente, a celeuma jurídica relativa à imprescindibilidade, ou não, de conflito de interesses entre as partes, para que fosse reconhecida a estabilidade provisória ao empregado eleito diretor daquela entidade.

Concluiu-se, pois, que, no contexto delineado, o deferimento da providência imediata da reintegração, sem a possibilidade de uma análise percutiente sobre a matéria, resultaria em prejuízo imediato à corrigente, a caracterizar situação excepcional a qual necessitaria de adoção de medidas que impedissem lesão de difícil reparação à luz do dispositivo regimental supramencionado.

O fato é que, na medida em que o embargante não busca sanar eventual vício, passível de correção por meio da oposição de embargos de declaração, sua pretensão ostenta nítido caráter

infringente, o que, além de ferir o princípio da celeridade processual, fere o direito fundamental da parte contrária à tutela jurisdicional útil, célere e eficaz.

Por todo o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Determino a retificação da autuação, de forma a constar, como Embargante, **JOÃO THOMAZ DE QUEIROZ JÚNIOR**, consoante petição de fls. 416/423, e, como Embargados, **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.** e **DESEMBARGADOR DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA**.

Publique-se.

Após o transcurso *in albis* do prazo recursal, archive-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**DORA MARIA DA COSTA**

**Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho**

**Processo Nº CorPar-1000573-93.2023.5.00.0000**

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
REQUERIDO	Desembargador Jorge Alvaro Marques Guedes
TERCEIRO INTERESSADO	JOSE TRINTIN JUNIOR
ADVOGADO	ROGERIO OLIVEIRA DO VALLE(OAB: 2361/AM)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO

**PROCESSO Nº TST-CorPar-1000573-93.2023.5.00.0000**

REQUERENTE: **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.**

ADVOGADO: Dr. RODRIGO SEIZO TAKANO

REQUERIDO: **DESEMBARGADOR JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES**

TERCEIRO INTERESSADO: **JOSÉ TRINTIN JUNIOR**

GCGDMC/Acm/Rac/Dmc/tp

## **DECISÃO**

Trata-se de **Correição Parcial**, com pedido de liminar, apresentada por **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.**

(fls. 2/15) diante da decisão proferida pelo **Desembargador JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES**, do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que, nos autos do **Mandado de Segurança MSCiv-0001650-51.2023.5.11.0000**, indeferiu a liminar requerida, mantendo a reintegração de **José Trintin Junior** ao emprego, com o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde e encaminhamento ao INSS no período subsequente, com o restabelecimento do plano de saúde do reclamante, obrigação que deveria ser cumprida no prazo de 5 dias da ciência da decisão, conforme determinado nos autos da **Ação Trabalhista ATOrd-0000685-67.2023.5.11.0002**.

Esclarece a requerente que José Trintin Junior ajuizou a reclamação trabalhista pretendendo, liminarmente, a declaração de nulidade da suspensão de seu contrato de trabalho para apuração de falta grave e a sua reintegração imediata ao emprego, por entender que teria sido avisado da suspensão quando se encontrava em afastamento médico.

Alega que, fundamentando-se em declarações unilaterais, o Juízo singular deferiu o pedido de antecipação de tutela, por considerar preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC. Ressalta que pugnou pela reconsideração da decisão, a qual foi acolhida apenas quanto à devolução do prazo para cumprimento da obrigação de fazer.

Afirma que impetrou o Mandado de Segurança, objetivando a cassação da tutela de urgência concedida; todavia, o Desembargador, ora requerido, entendeu por indeferir a pretensão apresentada. Informa que interpôs agravo regimental, o qual se encontra pendente de julgamento.

Segundo a corrigente, o Relator do *Mandamus*, ao conceder, em sede de cognição sumária, liminar que vilipendia o poder diretivo do empregador, incorreu em *error in procedendo*, abusando de sua autoridade, atentando contra a boa ordem processual e violando direito líquido e certo da ora requerente, além de afrontar os arts. 5º, II e LIV, da CF e 2º, 482, 494 e 853 da CLT e contrariar a OJ nº 137 da SDI-2 do TST.

Salienta que o ato ilegal impõe *periculum in mora* considerável, já que, com a manutenção da antecipação de tutela, a requerente será obrigada a reativar o contrato de trabalho de empregado que teve seus efeitos suspensos para apuração de falta grave. Complementa que o então reclamante apresentou atestado no mesmo dia em que a suspensão foi aplicada e que o prejuízo com a reintegração do empregado, por meio de concessão de tutela antecipada, será suportado exclusivamente pela requerente, uma vez que, em sendo reconhecida a inexistência da prática de falta grave pelo reclamante, este terá o direito ao pagamento retroativo de seus salários (art. 495 da CLT) e que, em caso contrário, não será a empresa ressarcida de seus prejuízos com eventual reintegração

indevida.

Assere que está configurado o requisito do *fumus boni iuris*, na medida em que a suspensão para apuração de falta grave ocorreu de forma legal e válida.

Argumenta que o agravo regimental interposto não é dotado de efeito suspensivo, daí o cabimento desta Reclamação Correicional, nos termos do parágrafo único do art. 13 do RICGJT.

Acresce que, recentemente e em caso análogo ao presente, esta Corregedoria deferiu parcialmente a liminar requerida, concedendo efeito suspensivo ao agravo interposto no TRT (CorPar-1001234-09.2022.5.00.0000).

Postula, assim, que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho:

**“(1) Defira a liminar correicional para que, cassando-se a r. decisão impugnada na Reclamação Trabalhista nº 0000685-67.2023.5.11.0002 e no Mandado de Segurança nº 0001650-51.2023.5.11.0000, se defira a tutela correicional a fim de reconhecer a impossibilidade a injuridicidade na manutenção, por meio de decisão que defira tutela provisória de urgência de natureza antecipada, da r. decisão que determinou a reintegração do Reclamante, com o restabelecimento da suspensão do contrato de trabalho nos termos do art. 494 da CLT, sob pena de multa diária;**

**(2) Defira a liminar correicional para que, cassando-se a r. decisão impugnada nos autos originários, se defira a tutela correicional, tal como requerida no item (1) acima até, ao menos, o trânsito em julgado do comando decisório final da Reclamação Trabalhista 0000685-67.2023.5.11.0002;**

**(3) Subsidiariamente em relação ao item (2) acima, caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicional para que seja determinada a cassação da r. decisão até, ao menos, o julgamento definitivo do Mandado de Segurança de nº 0001650-51.2023.5.11.0000 no âmbito do E. Tribunal Pleno do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região;**

**(4) Subsidiariamente em relação ao item (3) acima, caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicional para que seja determinada a cassação da r. decisão até, ao menos, o julgamento definitivo do recurso de agravo interno que a Requerente protocolou perante o E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em conformidade com o disposto no artigo 1.021, caput e §§ 1º e 2º do CPC.**

**(5) Confirme, por cognição exauriente, a liminar correicional deferida, nos termos dos itens acima”** (fls. 23/24 – grifos no original). Pugna, ainda, para que todas as intimações e publicações sejam direcionadas, única e exclusivamente, ao **Dr. Rodrigo Seizo Takano**, OAB/SP nº 162.343, no endereço informado, sob pena de

nulidade.

É o relatório. **DECIDO.**

Para melhor compreensão da controvérsia, faz-se necessário, inicialmente, realizar uma sinopse da contenda, naquilo que é objeto da presente decisão:

1 – **José Trintin Júnior** ajuizou **Ação Trabalhista – ATOrd-0000685-67.2023.5.11.0002** (fls. 98/109) –, com pedido de tutela de urgência, contra **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.**, postulando a declaração de nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, na medida em que, quando do aviso de suspensão, o reclamante se encontrava afastado em razão de suposta doença e incapacidade laborativa, além de gozar de alegada estabilidade provisória decorrente do exercício de cargo de diretor sindical;

2 – **a tutela de urgência foi deferida pelo Juiz Humberto Folz de Oliveira, da 2ª Vara do Trabalho de Manaus** (fls. 169/171), a fim de que **“seja observada a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, porém assegurado a Reclamada a interposição de medidas administrativas e judiciais para apuração da alegada falta grave, sem suspensão do contrato com prejuízo de salários, cabendo a reclamada o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde, e encaminhamento junto ao INSS no período subsequente, assim como seja restabelecido o plano de saúde do reclamante, nos mesmos moldes como conferido durante o vínculo empregatício, pelo prazo de 24 meses (art. 30, § 1º Lei n. 9656/98) ou até decisão posterior deste juízo, no prazo de 5 dias da ciência desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 10.000 (Dez mil Reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) a ser revertido em favor do reclamante (arts. 497 e 536, caput e § 1º, do CPC)”** (grifos no original);

3 – a reclamada apresentou pedido de reconsideração (fls. 216/224), o qual foi indeferido, sendo apenas concedido novo prazo de 5 (cinco) dias para o cumprimento da obrigação de fazer (fl. 231);

4 – inconformada com a decisão, a empresa, então reclamada, **impetrou Mandado de Segurança**, com pedido de medida liminar – **processo MSCiv-0001650-51.2023.5.11.0000** –, postulando a cassação da tutela concedida na ação ordinária;

5 – o **Desembargador Jorge Álvaro Marques Guedes**, Relator do *Mandamus*, mediante a decisão de fls. 248/255, proferida em 21/7/2023, **indeferiu** a medida liminar pleiteada;

6 – conforme alegado pela própria corrigente e consoante cópia juntada às fls. 279/290, houve a interposição de **agravo regimental**, ainda pendente de julgamento.

7 – em 26/7/2023, a corrigente carreou aos autos cópia da petição inicial do Inquérito para Apuração de Falta Grave distribuído em

25/7/2023, autuado sob o nº 0000759-24.2023.5.11.0002 (fls. 300/352).

Ora, consoante os termos do *caput* do art. 13 do RICGJT, “**a Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico**” (grifos apostos). Por sua vez, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo, “**em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente**” (grifos apostos).

Como se observa, trata-se de medida excepcional, sendo cabível quando, para o caso em análise, não haja recurso, ou outro meio processual específico, de modo a corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais do processo, sendo que, em situação extrema ou excepcional, poder-se-ão adotar medidas que impeçam lesão de difícil reparação.

Dito isso, cabe examinar se o pedido se insere nas situações acima indicadas.

Eis os fundamentos da decisão corrigenda, *in verbis*:

#### **“DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de mandado de segurança (ID. 73360b6), com pedido liminar, impetrado por ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A, contra decisão do Juízo da MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, por meio da qual, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº0000685-67.2023.5.11.0002, proposta pelo reclamante JOSÉ TRINTIN JÚNIOR em face da impetrante, deferiu a liminar e decretou **a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave.**

Narra a impetrante, em síntese, que o reclamante alegou nos autos da reclamatória trabalhista o seguinte: “*dia 24 de junho de 2023, após consulta medica em razão de doença que o reclamante vem enfrentando tratamento, foi emitido ATESTADO MÉDICO (anexo) – CID10: F41.2 - Transtorno misto ansioso e depressivo, onde foi-lhe prescrito afastamento de suas atividades laborativas pelo período de 15 dias, a partir daquela data*” prosseguindo: “*afastamento de suas atividades laborativas pelo período de 15 dias, a partir daquela data*” (...) De forma imediata, no dia 26.06.23, o reclamante providenciou a comunicação do fato medico e o envio do citado atestado médico para seu superior Sr. THONNY ACHE, que emitiu seu “CIENTE”, tudo através do meio de comunicação corporativa

*sempre utilizado, qual seja app WhatsApp”. E que “na data de 28.06.2023 lhe foi enviado e recebido Telegrama com COMUNICADO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (ANEXO), para a finalidade de promover a seu desfavor INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, diante a alegadas e supostas faltas graves cometidas, tudo por iniciativa da empresa reclamada.”.*

Informou que diante das singelas declarações unilaterais oferecidas pelo reclamante, o MM. Juízo da 2ª Vara (autoridade coatora) deferiu o pedido de antecipação de tutela, por ter entendido pelo preenchimento dos requisitos previstos no art. 300, do Código de Processo Civil, “*uma vez que a impetrante não poderia ter suspenso o contrato de trabalho do empregado sem pagamento dos salários, uma vez que estava ciente dos atestados médicos apresentados por aquele*”

Alega a impetrante, que requereu a reconsideração da decisão, uma vez que está equivocada diante das omissões propositalmente ocasionadas pelo reclamante, o Juízo coator ao decidir o pedido de reconsideração, manteve o teor da tutela de urgência concedida, tendo apenas, acolhido o requerimento da impetrante quanto à devolução do prazo para o cumprimento da obrigação de fazer. Diante disso, impetrou o presente *mandamus*, pois entende que o ato praticado pela autoridade coatora viola direitos líquidos e certos da impetrante.

Para tanto, aduz, muito ao contrário do que consta na r. decisão (ato coator), o pedido do reclamante não é íntegro e muito menos justo, pois não se pode dizer que a Impetrante suspendeu o contrato do Reclamante, mesmo ciente de sua condição de saúde, a partir dos atestados apresentados, e que, justamente, o contrato de trabalho estaria suspenso desde a apresentação dos atestados. Aponta que o reclamante manteve-se omissos em relação a uma série de fatos na inicial que, embora, trazidos pela impetrante no por meio da manifestação de ID. 1bf8c33, nos autos da reclamatória trabalhista, foram totalmente desconsiderados pela autoridade coatora.

Menciona a ordem cronológica dos acontecimentos:

“23/06/2023 (sexta-feira), o Reclamante foi convidado por seu Gestor para comparecer no Hotel Blue Tree Premium Manaus por WhatsApp (vide áudio anexo), situado à Avenida Umberto Calderaro, 817, Adrianópolis, no dia **26/06/2023 (segunda), por volta de 08h30min / 08h45min.** Esclarece a Impetrante que, nessa oportunidade, seria feita a comunicação ao Reclamante da suspensão de seu contrato de trabalho, em decorrência da necessidade de instauração de inquérito para apuração de falta grave.

(...)

"O Reclamante compareceu ao local às 08h51min, contudo, após o gestor ter solicitado que este adentrasse Hotel (para comunicação da suspensão), próximo às 09h, provavelmente desconfiando de eventual penalidade que lhe seria aplicada, mas sem qualquer justificativa, abandonou o local de forma repentina, tendo, inclusive, levado consigo, os bens de seu gerente dentro do veículo (...)

Reclamante premeditou os seus passos a partir do recebimento do convite para comparecer o Hotel dia 26/06/2023, **inclusive obtendo atestado retroativo para apresentar à Reclamada em uma situação como a de comunicado de suspensão para apuração de falta grave, o que seria o caso.**

Aliás, distintamente do quanto pretende fazer crer o Reclamante, a suspensão de seu contrato de trabalho e o fato de ter apresentado atestado médico, não se deram de forma simultânea. Longe disso! Veja-se com base no acima que, desde o dia 23/06/2023 (sexta), o Reclamante tinha ciência de sua convocação pelo Gestor para um encontro no Hotel Blue Tree no dia 26/06/2023 (segunda)!

Imediatamente, aos 24/06/2023 (sábado) compareceu à consulta médica para obtenção do atestado, que somente foi assinado no fim da tarde do dia posterior, 25/06/2023 (domingo), conforme se infere do documento de Doc. ID. Num. 0399398

(...) **fato de o atestado ter sido apresentado por WhatsApp pelo Reclamante após ter efetivamente comparecido no Hotel Blue Tree confirma que ele não estava doente, pois, se assim o fosse, teria enviado o atestado no sábado ou no domingo (dias da consulta e assinatura do atestado). No entanto, o Reclamante preferiu comparecer no hotel, aguardar a abordagem de seu gestor no dia do encontro (26/06/2023) e somente então apresentar o atestado".**

Sustenta não haver o que se falar em nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, porque a entrega dos atestados foi no dia 26 de junho de 2023 e a comunicação da suspensão foi feito por telegrama, no próprio dia 26 de junho de 2023 e o único motivo pelo qual não foi feito pela manhã, foi em razão da fuga do repentina e injustificada do reclamante.

Requeru, diante dos fatos narrados, por entender caracterizados os requisitos autorizadores, a concessão de medida liminar, *inaudita altera pars*, a fim de que seja afastada a determinação exarada nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000685-67.2023.5.11.0002, em sede de tutela antecipada, que declarou a nulidade da suspensão do contrato, com a determinação de restabelecimento do contrato de trabalho e plano de saúde, pagamento de salário dos últimos 15 (quinze) dias e encaminhamento do reclamante junto ao INSS pelo período subsequente.

**Exclusividade de notificação em nome do Dr. RODRIGO SEIZO**

**TAKANO - OAB/SP 162.343.**

Deu à causa o valor de R\$-1.000,00 (mil reais).

**Analiso.**

Para melhor delineamento das questões ora em apreciação, transcrevo, na íntegra, o ato apontado como coator (ID. 3c0d267- Pág. 120):

"DECISÃO DE TUTELA PROVISÓRIA

Vistos, etc.

O reclamante pede concessão de tutela provisória para declarar nula a suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, compelindo a reclamada a reconhecer a incapacidade laboral do obreiro, diante dos laudos e atestados médicos apresentados, respeitando o pagamento dos 15 dias iniciais, e encaminhando-o para benefício previdenciário com seus direitos legais e convencionais respeitados, inclusive a manutenção do plano de saúde corporativo em seu favor.

Para análise do pedido de tutela provisória de urgência impõe-se, de antemão, verificar o que dispõe o art. 300, do CPC:

'Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.'

Assim, são pressupostos de admissibilidade da tutela provisória de urgência:

- a) probabilidade do direito;
- b) perigo de dano;
- c) risco ao resultado útil do processo.

Verifico que o pedido cautelar de declaração de nulidade da suspensão do contrato de trabalho do reclamante para apuração de falta grave é íntegro e justo, haja vista que a reclamada não poderia ter suspenso o contrato de trabalho do empregado sem pagamento de salários, uma vez que estava ciente dos atestados médicos apresentados por aquele, conforme documentos de IDs. 1ba3f55,bf1e414 e a646c5c, de modo que, em tese, o contrato de trabalho em questão estava suspenso a partir do momento em que houve a apresentação dos referidos atestados médicos de 15 dias. Desta feita, defiro o pedido de tutela provisória e declaro nula a

suspensão do contrato de trabalho do reclamante aplicado pela Reclamada, sendo autorizado, contudo, o prosseguimento dos atos necessários para instauração do Inquérito para Apuração de Falta Grave, que entender cabíveis pela reclamada, até o julgamento do mérito ou nova decisão deste Juízo.

Em face da declaração de nulidade da suspensão do contrato sem o pagamento de salários, a reclamada deverá arcar com o pagamento de seus salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde, e proceder o encaminhamento junto ao INSS pelo período subsequente, haja vista que foram apresentados outros atestados médicos, agora pelo período de 90 dias, conforme constante na exordial e nos documentos anexos.

No que tange à manutenção do plano de saúde, verifico violação ao art. 30 da Lei n. 9656/98, pois a reclamada deveria ter ofertado ao reclamante a manutenção de sua condição de beneficiário do plano de saúde da empresa pelo prazo necessário para realizar o seu tratamento de saúde, mediante acompanhamento médico.

A tutela provisória deve ser concedida imediatamente, pois estamos a tutelar o direito à saúde do reclamante (art. 6º, CF) e da possibilidade de continuar seu tratamento médico para recuperar sua capacidade laboral, o que se enquadra no conceito de perigo de demora do art. 300, CPC. Há grave perigo de dano à saúde do reclamante com o encerramento, pela reclamada, do seu plano de saúde e do não pagamento de salários, haja vista tratar-se os salários de verba de natureza alimentar.

Julgo procedentes os pedidos de obrigação de fazer para que seja observada a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, porém assegurado a Reclamada a interposição de medidas administrativas e judiciais para apuração da alegada falta grave, sem suspensão do contrato com prejuízo de salários, cabendo a reclamada o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde, e encaminhamento junto ao INSS no período subsequente, assim como seja restabelecido o plano de saúde do reclamante, nos mesmos moldes como conferido durante o vínculo empregatício, pelo prazo de 24 meses (art. 30, §1º Lei n. 9656/98) ou até decisão posterior deste juízo, no prazo de 5 dias da ciência desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) a ser revertido em favor do reclamante (arts. 497 e 536, caput e §1º, do CPC).

Considerado que o endereço da reclamada é em outra unidade da Federação, a urgência no cumprimento da medida deferida, intime-se a reclamada do inteiro teor da presente decisão, incluindo a citação para audiência inaugural, por oficial de Justiça (que deverá certificar nos autos a efetivação da Citação), através do email rhatende@ache.com.br, existente no documento de ID a646c5c,

sem prejuízo da intimação por E-carta.

À triagem inicial.

Notifique-se a reclamada para apresentar defesa na forma da lei. Designo audiência inaugural para o dia 02/08/2023 às 10:00. /fps MANAUS/AM, 07 de julho de 2023.”.

Reproduzo, ainda, a decisão que confirmou a anterior, acima reproduzida (ID. 22d3646):

"Vistos, etc.

Analisando a manifestação e pedido de reconsideração de ID.ibf8c33, assim como documentos e áudios que acompanham aquela peça, não vislumbrou este Juízo qualquer novo elemento com força para modificar a decisão de ID. 18e4f45, razão pela qual mantenho inalterada aquela decisão e concedo à reclamada o prazo de 5 dias, a contar da presente decisão para cumprir a determinação do Juízo, sob pena de incidir nas penalidades ali consignadas, que serão aplicadas na hipótese de interposição de novo pedido de reconsideração ou de embargos de declaração.

Cumpra-se a decisão e aguarde-se a audiência.

Intime-se através dos respectivos patronos. /fps MANAUS/AM, 18 de julho de 2023.”.

**Vejamos.**

Nos termos do artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, a medida liminar será concedida quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, ou seja, quando a parte conseguir, em sede de cognição sumária, demonstrar a probabilidade do seu direito, assim como eventual perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, em hipótese de demora no pronunciamento definitivo do órgão jurisdicional.

Com a devida vênia, a pretensão da impetrante reside em que este Juízo analise a veracidade, ou não, do estado de saúde do reclamante nos autos principais, por ocasião da suspensão do respectivo contrato de trabalho, com a finalidade de instauração de inquérito para apuração de falta grave, considerando ser aquele trabalhador detentor de mandato sindical.

Ora, tais circunstâncias já foram analisadas, pelo menos superficialmente, pelo Juízo dito autoridade coatora, tanto que o mesmo entendeu por preservar temporariamente o mandato sindical do empregado que, segundo alegação contida na petição inicial daquele processo, se encontrava doente à época em que a impetrante quis suspender seu contrato de trabalho.

Medida contrária à tomada pelo Juízo dito autoridade coatora exige revolver o conjunto probatório produzido e a ser produzido nos autos principais, razão pela qual não vislumbro, aqui, a fumaça do bom direito, requisito necessário para o deferimento da medida liminar pretendida pela impetrante.



Diante disso, indefiro a medida liminar pleiteada na inicial.

Dê-se ciência à impetrante e ao Juízo da MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, solicitando a este que preste as informações de praxe, no prazo de 10 dias, na forma do art. 7º, inc. I, da Lei 12.016/2009.

Em seguida, com ou sem as informações da autoridade dita coatora, encaminhem-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para manifestação, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.016/2009.

**JORGE ALVARO MARQUES GUEDES**

Desembargador Relator

MANAUS/AM, 21 de julho de 2023." (fls. 248/255 – grifos no original)

No caso em exame, a Correição Parcial não se viabiliza com fundamento no artigo 13, *caput*, RICGJT, uma vez que contra a decisão corrigenda cabe recurso próprio, qual seja o agravo interno, o qual foi regularmente interposto, conforme noticiado pela própria corrigente.

Por outro lado, melhor sorte não socorre a parte quanto ao cabimento da medida com suporte no artigo 13, parágrafo único, do RICGJT. Vejamos.

Conforme relatado, trata-se de suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave – em relação a empregado detentor de estabilidade provisória, por ser dirigente sindical –, ocorrida supostamente quando ele se encontrava em licença médica. A decisão corrigenda indeferiu a medida liminar pleiteada, mantendo a tutela concedida no bojo da ação trabalhista, que declarou a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, resguardando apenas a possibilidade de adoção das medidas administrativas e judiciais para apuração da falta, sem a suspensão do contrato de trabalho, cabendo à reclamada o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde e o encaminhamento ao INSS no período posterior, bem como o restabelecimento do plano de saúde, no prazo de 5 dias da ciência, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, até o limite de R\$1.000.000,00, a ser revertida em favor do reclamante.

Asseverou, na oportunidade, que a pretensão da impetrante, ora corrigente, residia na análise da veracidade, ou não, do estado de saúde do reclamante nos autos principais, por ocasião da suspensão do respectivo contrato de trabalho, com a finalidade de instauração de inquérito para apuração de falta grave, considerando ser aquele trabalhador detentor de mandato sindical. Ressaltou que tais circunstâncias já haviam sido analisadas, pelo menos superficialmente, pelo Juízo singular, *"tanto que o mesmo entendeu por preservar temporariamente o mandato sindical do empregado*

*que, segundo alegação contida na petição inicial daquele processo, se encontrava doente à época em que a impetrante quis suspender seu contrato de trabalho"*. E acrescentou que a adoção de medida contrária àquela tomada pelo Juízo impetrado exigiria revolver o conjunto probatório produzido e a ser produzido nos autos principais, razão pela qual não vislumbrou a fumaça do bom direito, requisito necessário para o deferimento da medida liminar pretendida pela impetrante.

Verifica-se que a controvérsia não diz respeito especificamente ao direito de o empregador suspender o empregado detentor de estabilidade, desde que demonstrada a prática de falta grave suficiente para a aplicação da penalidade máxima prevista na legislação trabalhista, nos termos da OJ nº 317 da SDI-2 do TST, mas, sim, ao momento em que houve o aviso de suspensão do contrato de trabalho para a apuração de falta grave, ocasião em que o contrato estava aparentemente interrompido em decorrência de afastamento do empregado para tratamento de saúde, consoante atestado médico apresentado naqueles autos (fl. 124), com data de 24/6/2023, enquanto o telegrama com o comunicado de suspensão do contrato de trabalho (fls. 122/123) foi emitido em 28/6/2023.

A celeuma gira, portanto, em torno da veracidade do atestado médico apresentado com data anterior ao momento da comunicação da suspensão do contrato de trabalho para apuração da falta grave e do prévio conhecimento do empregado acerca do aludido comunicado.

Nesse diapasão, conforme assinalado na decisão corrigenda, a pretensão veiculada pela corrigente demandará análise exauriente do conjunto probatório dos autos, o que inviabiliza a concessão da medida liminar pretendida, com base em análise perfunctória, própria do juízo cautelar.

Outrossim, ressalte-se que eventual afastamento do empregado para tratamento de saúde por período superior a 15 dias já acarretará o seu encaminhamento ao INSS e a consequente suspensão do contrato de trabalho enquanto perdurar o auxílio-doença, conforme assinalado pelo Juízo singular. Por outro lado, a tutela antecipada concedida na ação trabalhista assegurou a regular adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para a apuração da falta grave do empregado detentor de estabilidade sindical.

Em tal contexto, não se vislumbra nenhuma situação extrema ou excepcional, tampouco tumulto à boa ordem processual capaz de autorizar a atuação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho no presente caso, na forma preconizada pelo parágrafo único do artigo 13 do RICGJT.

Por conseguinte, impõe-se o indeferimento da presente Correição Parcial, na forma preconizada pelo artigo 20, I, do RICGJT, segundo

o qual, “ao despachar a petição inicial da Correição Parcial, o Corregedor-Geral poderá: I) – **indeferir-la, desde logo, caso seja incabível, inepta, intempestiva, ou desacompanhada de documento essencial**” (grifos apostos).

Por todo o exposto, com alicerce no art. 20, I, do RICGJT, **indefiro o pedido de Correição Parcial** e determino o seu arquivamento após o transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

#### DORA MARIA DA COSTA

Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

##### Processo Nº CorPar-1000573-93.2023.5.00.0000

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
REQUERIDO	Desembargador Jorge Alvaro Marques Guedes
TERCEIRO INTERESSADO	JOSE TRINTIN JUNIOR
ADVOGADO	ROGERIO OLIVEIRA DO VALLE(OAB: 2361/AM)

##### Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE TRINTIN JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO

##### PROCESSO Nº TST-CorPar-1000573-93.2023.5.00.0000

REQUERENTE: **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.**

ADVOGADO: Dr. RODRIGO SEIZO TAKANO

REQUERIDO: **DESEMBARGADOR JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES**

TERCEIRO INTERESSADO: **JOSÉ TRINTIN JUNIOR**

GCGDMC/Acm/Rac/Dmc/tp

#### DECISÃO

Trata-se de **Correição Parcial, com pedido de liminar**, apresentada por **ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.** (fls. 2/15) diante da decisão proferida pelo **Desembargador JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES**, do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que, nos autos do **Mandado de Segurança MSCiv-0001650-51.2023.5.11.0000**, indeferiu a liminar requerida,

mantendo a reintegração de **José Trintin Junior** ao emprego, com o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde e encaminhamento ao INSS no período subsequente, com o restabelecimento do plano de saúde do reclamante, obrigação que deveria ser cumprida no prazo de 5 dias da ciência da decisão, conforme determinado nos autos da **Ação Trabalhista ATOrd-0000685-67.2023.5.11.0002**.

Esclarece a requerente que José Trintin Junior ajuizou a reclamação trabalhista pretendendo, liminarmente, a declaração de nulidade da suspensão de seu contrato de trabalho para apuração de falta grave e a sua reintegração imediata ao emprego, por entender que teria sido avisado da suspensão quando se encontrava em afastamento médico.

Alega que, fundamentando-se em declarações unilaterais, o Juízo singular deferiu o pedido de antecipação de tutela, por considerar preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC. Ressalta que pugnou pela reconsideração da decisão, a qual foi acolhida apenas quanto à devolução do prazo para cumprimento da obrigação de fazer.

Afirma que impetrou o Mandado de Segurança, objetivando a cassação da tutela de urgência concedida; todavia, o Desembargador, ora requerido, entendeu por indeferir a pretensão apresentada. Informa que interpôs agravo regimental, o qual se encontra pendente de julgamento.

Segundo a corrigente, o Relator do *Mandamus*, ao conceder, em sede de cognição sumária, liminar que vilipendia o poder diretivo do empregador, incorreu em *error in procedendo*, abusando de sua autoridade, atentando contra a boa ordem processual e violando direito líquido e certo da ora requerente, além de afrontar os arts. 5º, II e LIV, da CF e 2º, 482, 494 e 853 da CLT e contrariar a OJ nº 137 da SDI-2 do TST.

Salienta que o ato ilegal impõe *periculum in mora* considerável, já que, com a manutenção da antecipação de tutela, a requerente será obrigada a reativar o contrato de trabalho de empregado que teve seus efeitos suspensos para apuração de falta grave. Complementa que o então reclamante apresentou atestado no mesmo dia em que a suspensão foi aplicada e que o prejuízo com a reintegração do empregado, por meio de concessão de tutela antecipada, será suportado exclusivamente pela requerente, uma vez que, em sendo reconhecida a inexistência da prática de falta grave pelo reclamante, este terá o direito ao pagamento retroativo de seus salários (art. 495 da CLT) e que, em caso contrário, não será a empresa ressarcida de seus prejuízos com eventual reintegração indevida.

Assere que está configurado o requisito do *fumus boni iuris*, na medida em que a suspensão para apuração de falta grave ocorreu de forma legal e válida.

Argumenta que o agravo regimental interposto não é dotado de efeito suspensivo, daí o cabimento desta Reclamação Correicional, nos termos do parágrafo único do art. 13 do RICGJT.

Acresce que, recentemente e em caso análogo ao presente, esta Corregedoria deferiu parcialmente a liminar requerida, concedendo efeito suspensivo ao agravo interposto no TRT (CorPar-1001234-09.2022.5.00.0000).

Postula, assim, que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho:

**“(1) Defira a liminar correicional para que, cassando-se a r. decisão impugnada na Reclamação Trabalhista nº 0000685-67.2023.5.11.0002 e no Mandado de Segurança nº 0001650-51.2023.5.11.0000, se defira a tutela correicional a fim de reconhecer a impossibilidade a injuridicidade na manutenção, por meio de decisão que defira tutela provisória de urgência de natureza antecipada, da r. decisão que determinou a reintegração do Reclamante, com o restabelecimento da suspensão do contrato de trabalho nos termos do art. 494 da CLT, sob pena de multa diária;**

**(2) Defira a liminar correicional para que, cassando-se a r. decisão impugnada nos autos originários, se defira a tutela correicional, tal como requerida no item (1) acima até, ao menos, o trânsito em julgado do comando decisório final da Reclamação Trabalhista 0000685-67.2023.5.11.0002;**

**(3) Subsidiariamente em relação ao item (2) acima, caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicional para que seja determinada a cassação da r. decisão até, ao menos, o julgamento definitivo do Mandado de Segurança de nº 0001650-51.2023.5.11.0000 no âmbito do E. Tribunal Pleno do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região;**

**(4) Subsidiariamente em relação ao item (3) acima, caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicional para que seja determinada a cassação da r. decisão até, ao menos, o julgamento definitivo do recurso de agravo interno que a Requerente protocolou perante o E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em conformidade com o disposto no artigo 1.021, caput e §§ 1º e 2º do CPC.**

**(5) Confirme, por cognição exauriente, a liminar correicional deferida, nos termos dos itens acima”** (fls. 23/24 – grifos no original). Pugna, ainda, para que todas as intimações e publicações sejam direcionadas, única e exclusivamente, ao **Dr. Rodrigo Seizo Takano**, OAB/SP nº 162.343, no endereço informado, sob pena de nulidade.

É o relatório. **DECIDO.**

Para melhor compreensão da controvérsia, faz-se necessário, inicialmente, realizar uma sinopse da contenda, naquilo que é objeto

da presente decisão:

1 – **José Trintin Júnior** ajuizou **Ação Trabalhista – ATOrd-0000685-67.2023.5.11.0002** (fls. 98/109) –, com pedido de tutela de urgência, contra **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.**, postulando a declaração de nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, na medida em que, quando do aviso de suspensão, o reclamante se encontrava afastado em razão de suposta doença e incapacidade laborativa, além de gozar de alegada estabilidade provisória decorrente do exercício de cargo de diretor sindical;

2 – a **tutela de urgência** foi deferida pelo **Juiz Humberto Folz de Oliveira, da 2ª Vara do Trabalho de Manaus** (fls. 169/171), a fim de que **“seja observada a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, porém assegurado a Reclamada a interposição de medidas administrativas e judiciais para apuração da alegada falta grave, sem suspensão do contrato com prejuízo de salários, cabendo a reclamada o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde, e encaminhamento junto ao INSS no período subsequente, assim como seja restabelecido o plano de saúde do reclamante, nos mesmos moldes como conferido durante o vínculo empregatício, pelo prazo de 24 meses (art. 30, § 1º Lei n. 9656/98) ou até decisão posterior deste juízo, no prazo de 5 dias da ciência desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 10.000 (Dez mil Reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de Reais) a ser revertido em favor do reclamante (arts. 497 e 536, caput e § 1º, do CPC)”** (grifos no original);

3 – a reclamada apresentou pedido de reconsideração (fls. 216/224), o qual foi indeferido, sendo apenas concedido novo prazo de 5 (cinco) dias para o cumprimento da obrigação de fazer (fl. 231);

4 – inconformada com a decisão, a empresa, então reclamada, **impetrou Mandado de Segurança**, com pedido de medida liminar – **processo MSCiv-0001650-51.2023.5.11.0000** –, postulando a cassação da tutela concedida na ação ordinária;

5 – o **Desembargador Jorge Álvaro Marques Guedes**, Relator do *Mandamus*, mediante a decisão de fls. 248/255, proferida em 21/7/2023, **indeferiu** a medida liminar pleiteada;

6 – conforme alegado pela própria corrigente e consoante cópia juntada às fls. 279/290, houve a interposição de **agravo regimental**, ainda pendente de julgamento.

7 – em 26/7/2023, a corrigente carreu aos autos cópia da petição inicial do Inquérito para Apuração de Falta Grave distribuído em 25/7/2023, autuado sob o nº 0000759-24.2023.5.11.0002 (fls. 300/352).

Ora, consoante os termos do *caput* do art. 13 do RICGJT, **“a Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos**

contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, **quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico**" (grifos apostos).

Por sua vez, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo, **"em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente"** (grifos apostos).

Como se observa, trata-se de medida excepcional, sendo cabível quando, para o caso em análise, não haja recurso, ou outro meio processual específico, de modo a corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais do processo, sendo que, em situação extrema ou excepcional, poder-se-ão adotar medidas que impeçam lesão de difícil reparação.

Dito isso, cabe examinar se o pedido se insere nas situações acima indicadas.

Eis os fundamentos da decisão corrigenda, *in verbis*:

#### **"DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de mandado de segurança (ID. 73360b6), com pedido liminar, impetrado por ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A, contra decisão do Juízo da MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, por meio da qual, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº0000685-67.2023.5.11.0002, proposta pelo reclamante JOSÉ TRINTIN JÚNIOR em face da impetrante, deferiu a liminar e decretou **a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave.**

Narra a impetrante, em síntese, que o reclamante alegou nos autos da reclamatória trabalhista o seguinte: *"dia 24 de junho de 2023, após consulta medica em razão de doença que o reclamante vem enfrentando tratamento, foi emitido ATESTADO MÉDICO (anexo) – CID10: F41.2 - Transtorno misto ansioso e depressivo, onde foi-lhe prescrito afastamento de suas atividades laborativas pelo período de 15 dias, a partir daquela data"* prosseguindo: *"afastamento de suas atividades laborativas pelo período de 15 dias, a partir daquela data" (...)* De forma imediata, no dia 26.06.23, o reclamante providenciou a comunicação do fato medico e o envio do citado atestado médico para seu superior Sr. THONNY ACHE, que emitiu seu "CIENTE", tudo através do meio de comunicação corporativa sempre utilizado, qual seja app WhatsApp". E que *"na data de 28.06.2023 lhe foi enviado e recebido Telegrama com COMUNICADO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (ANEXO), para a finalidade de promover a seu desfavor*

*INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, diante a alegadas e supostas faltas graves cometidas, tudo por iniciativa da empresa reclamada."*

Informou que diante das singelas declarações unilaterais oferecidas pelo reclamante, o MM. Juízo da 2ª Vara (autoridade coatora) deferiu o pedido de antecipação de tutela, por ter entendido pelo preenchimento dos requisitos previstos no art. 300, do Código de Processo Civil, *"uma vez que a impetrante não poderia ter suspenso o contrato de trabalho do empregado sem pagamento dos salários, uma vez que estava ciente dos atestados médicos apresentados por aquele"*

Alega a impetrante, que requereu a reconsideração da decisão, uma vez que está equivocada diante das omissões propositalmente ocasionadas pelo reclamante, o Juízo coator ao decidir o pedido de reconsideração, manteve o teor da tutela de urgência concedida, tendo apenas, acolhido o requerimento da impetrante quanto à devolução do prazo para o cumprimento da obrigação de fazer. Diante disso, impetrou o presente *mandamus*, pois entende que o ato praticado pela autoridade coatora viola direitos líquidos e certos da impetrante.

Para tanto, aduz, muito ao contrário do que consta na r. decisão (ato coator), o pedido do reclamante não é íntegro e muito menos justo, pois não se pode dizer que a Impetrante suspendeu o contrato do Reclamante, mesmo ciente de sua condição de saúde, a partir dos atestados apresentados, e que, justamente, o contrato de trabalho estaria suspenso desde a apresentação dos atestados. Aponta que o reclamante manteve-se omissivo em relação a uma série de fatos na inicial que, embora, trazidos pela impetrante no por meio da manifestação de ID. 1bf8c33, nos autos da reclamatória trabalhista, foram totalmente desconsiderados pela autoridade coatora.

Menciona a ordem cronológica dos acontecimentos:

*"23/06/2023 (sexta-feira), o Reclamante foi convidado por seu Gestor para comparecer no Hotel Blue Tree Premium Manaus por WhatsApp (vide áudio anexo), situado à Avenida Umberto Calderaro, 817, Adrianópolis, no dia 26/06/2023 (segunda), por volta de 08h30min / 08h45min. Esclarece a Impetrante que, nessa oportunidade, seria feita a comunicação ao Reclamante da suspensão de seu contrato de trabalho, em decorrência da necessidade de instauração de inquérito para apuração de falta grave.*

*(...)*

*"O Reclamante compareceu ao local às 08h51min, contudo, após o gestor ter solicitado que este adentrasse Hotel (para comunicação da suspensão), próximo às 09h, provavelmente desconfiando de eventual penalidade que lhe seria aplicada, mas sem qualquer*

*justificativa, abandonou o local de forma repentina, tendo, inclusive, levado consigo, os bens de seu gerente dentro do veículo*  
(...)

*Reclamante premeditou os seus passos a partir do recebimento do convite para comparecer o Hotel dia 26/06/2023, inclusive obtendo atestado retroativo para apresentar à Reclamada em uma situação como a de comunicado de suspensão para apuração de falta grave, o que seria o caso.*

*Aliás, distintamente do quanto pretende fazer crer o Reclamante, a suspensão de seu contrato de trabalho e o fato de ter apresentado atestado médico, não se deram de forma simultânea. Longe disso! Veja-se com base no acima que, desde o dia 23/06/2023 (sexta), o Reclamante tinha ciência de sua convocação pelo Gestor para um encontro no Hotel Blue Tree no dia 26/06/2023 (segunda)!*

*Imediatamente, aos 24/06/2023 (sábado) compareceu à consulta médica para obtenção do atestado, que somente foi assinado no fim da tarde do dia posterior, 25/06/2023 (domingo), conforme se infere do documento de Doc. ID. Num. 0399398*

*(...) fato de o atestado ter sido apresentado por WhatsApp pelo Reclamante após ter efetivamente comparecido no Hotel Blue Tree confirma que ele não estava doente, pois, se assim o fosse, teria enviado o atestado no sábado ou no domingo (dias da consulta e assinatura do atestado). No entanto, o Reclamante preferiu comparecer no hotel, aguardar a abordagem de seu gestor no dia do encontro (26/06/2023) e somente então apresentar o atestado”.*

Sustenta não haver o que se falar em nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, porque a entrega dos atestados foi no dia 26 de junho de 2023 e a comunicação da suspensão foi feito por telegrama, no próprio dia 26 de junho de 2023 e o único motivo pelo qual não foi feito pela manhã, foi em razão da fuga do repentina e injustificada do reclamante.

Requeru, diante dos fatos narrados, por entender caracterizados os requisitos autorizadores, a concessão de medida liminar, *inaudita altera pars*, a fim de que seja afastada a determinação exarada nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000685-67.2023.5.11.0002, em sede de tutela antecipada, que declarou a nulidade da suspensão do contrato, com a determinação de restabelecimento do contrato de trabalho e plano de saúde, pagamento de salário dos últimos 15 (quinze) dias e encaminhamento do reclamante junto ao INSS pelo período subsequente.

**Exclusividade de notificação em nome do Dr. RODRIGO SEIZO TAKANO - OAB/SP 162.343.**

Deu à causa o valor de R\$-1.000,00 (mil reais).

**Analiso.**

Para melhor delineamento das questões ora em apreciação,

transcrevo, na íntegra, o ato apontado como coator (ID. 3c0d267-Pág. 120):

**"DECISÃO DE TUTELA PROVISÓRIA**

*Vistos, etc.*

*O reclamante pede concessão de tutela provisória para declarar nula a suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, compelindo a reclamada a reconhecer a incapacidade laboral do obreiro, diante dos laudos e atestados médicos apresentados, respeitando o pagamento dos 15 dias iniciais, e encaminhando-o para benefício previdenciário com seus direitos legais e convencionais respeitados, inclusive a manutenção do plano de saúde corporativo em seu favor.*

*Para análise do pedido de tutela provisória de urgência impõe-se, de antemão, verificar o que dispõe o art. 300, do CPC:*

*‘Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.*

*§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.*

*§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.*

*§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.’*

*Assim, são pressupostos de admissibilidade da tutela provisória de urgência:*

*a) probabilidade do direito;*

*b) perigo de dano;*

*c) risco ao resultado útil do processo.*

*Verifico que o pedido cautelar de declaração de nulidade da suspensão do contrato de trabalho do reclamante para apuração de falta grave é íntegro e justo, haja vista que a reclamada não poderia ter suspenso o contrato de trabalho do empregado sem pagamento de salários, uma vez que estava ciente dos atestados médicos apresentados por aquele, conforme documentos de IDs. 1ba3f55,bf1e414 e a646c5c, de modo que, em tese, o contrato de trabalho em questão estava suspenso a partir do momento em que houve a apresentação dos referidos atestados médicos de 15 dias. Desta feita, defiro o pedido de tutela provisória e declaro nula a suspensão do contrato de trabalho do reclamante aplicado pela Reclamada, sendo autorizado, contudo, o prosseguimento dos atos necessários para instauração do Inquérito para Apuração de Falta Grave, que entender cabíveis pela reclamada, até o julgamento do*

mérito ou nova decisão deste Juízo.

Em face da declaração de nulidade da suspensão do contrato sem o pagamento de salários, a reclamada deverá arcar com o pagamento de seus salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde, e proceder o encaminhamento junto ao INSS pelo período subsequente, haja vista que foram apresentados outros atestados médicos, agora pelo período de 90 dias, conforme constante na exordial e nos documentos anexos.

No que tange à manutenção do plano de saúde, verifico violação ao art. 30 da Lei n. 9656/98, pois a reclamada deveria ter ofertado ao reclamante a manutenção de sua condição de beneficiário do plano de saúde da empresa pelo prazo necessário para realizar o seu tratamento de saúde, mediante acompanhamento médico.

A tutela provisória deve ser concedida imediatamente, pois estamos a tutelar o direito à saúde do reclamante (art. 6º, CF) e da possibilidade de continuar seu tratamento médico para recuperar sua capacidade laboral, o que se enquadra no conceito de perigo de demora do art. 300, CPC. Há grave perigo de dano à saúde do reclamante com o encerramento, pela reclamada, do seu plano de saúde e do não pagamento de salários, haja vista tratar-se os salários de verba de natureza alimentar.

Julgo procedentes os pedidos de obrigação de fazer para que seja observada a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, porém assegurado a Reclamada a interposição de medidas administrativas e judiciais para apuração da alegada falta grave, sem suspensão do contrato com prejuízo de salários, cabendo a reclamada o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde, e encaminhamento junto ao INSS no período subsequente, assim como seja restabelecido o plano de saúde do reclamante, nos mesmos moldes como conferido durante o vínculo empregatício, pelo prazo de 24 meses (art. 30, §1º Lei n. 9656/98) ou até decisão posterior deste juízo, no prazo de 5 dias da ciência desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) a ser revertido em favor do reclamante (arts. 497 e 536, caput e §1º, do CPC).

Considerado que o endereço da reclamada é em outra unidade da Federação, a urgência no cumprimento da medida deferida, intime-se a reclamada do inteiro teor da presente decisão, incluindo a citação para audiência inaugural, por oficial de Justiça (que deverá certificar nos autos a efetivação da Citação), através do email rhatende@ache.com.br, existente no documento de ID a646c5c, sem prejuízo da intimação por E-carta.

À triagem inicial.

Notifique-se a reclamada para apresentar defesa na forma da lei.

Designo audiência inaugural para o dia 02/08/2023 às 10:00. /fps

MANAUS/AM, 07 de julho de 2023.”

Reproduzo, ainda, a decisão que confirmou a anterior, acima reproduzida (ID. 22d3646):

"Vistos, etc.

Analisando a manifestação e pedido de reconsideração de ID.ibf8c33, assim como documentos e áudios que acompanham aquela peça, não vislumbrou este Juízo qualquer novo elemento com força para modificar a decisão de ID. 18e4f45, razão pela qual mantenho inalterada aquela decisão e concedo à reclamada o prazo de 5 dias, a contar da presente decisão para cumprir a determinação do Juízo, sob pena de incidir nas penalidades ali consignadas, que serão aplicadas na hipótese de interposição de novo pedido de reconsideração ou de embargos de declaração.

Cumpra-se a decisão e aguarde-se a audiência.

Intime-se através dos respectivos patronos. /fps

MANAUS/AM, 18 de julho de 2023.”

**Vejamos.**

Nos termos do artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, a medida liminar será concedida quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, ou seja, quando a parte conseguir, em sede de cognição sumária, demonstrar a probabilidade do seu direito, assim como eventual perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, em hipótese de demora no pronunciamento definitivo do órgão jurisdicional.

Com a devida vênia, a pretensão da impetrante reside em que este Juízo analise a veracidade, ou não, do estado de saúde do reclamante nos autos principais, por ocasião da suspensão do respectivo contrato de trabalho, com a finalidade de instauração de inquérito para apuração de falta grave, considerando ser aquele trabalhador detentor de mandato sindical.

Ora, tais circunstâncias já foram analisadas, pelo menos superficialmente, pelo Juízo dito autoridade coatora, tanto que o mesmo entendeu por preservar temporariamente o mandato sindical do empregado que, segundo alegação contida na petição inicial daquele processo, se encontrava doente à época em que a impetrante quis suspender seu contrato de trabalho.

Medida contrária à tomada pelo Juízo dito autoridade coatora exige revolver o conjunto probatório produzido e a ser produzido nos autos principais, razão pela qual não vislumbro, aqui, a fumaça do bom direito, requisito necessário para o deferimento da medida liminar pretendida pela impetrante.

Diante disso, indefiro a medida liminar pleiteada na inicial.

Dê-se ciência à impetrante e ao Juízo da MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, solicitando a este que preste as informações de praxe, no prazo de 10 dias, na forma do art. 7º, inc. I, da Lei

12.016/2009.

Em seguida, com ou sem as informações da autoridade dita coatora, encaminhem-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para manifestação, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.016/2009.

**JORGE ALVARO MARQUES GUEDES**

Desembargador Relator

MANAUS/AM, 21 de julho de 2023." (fls. 248/255 – grifos no original)

No caso em exame, a Correição Parcial não se viabiliza com fundamento no artigo 13, *caput*, RICGJT, uma vez que contra a decisão corrigenda cabe recurso próprio, qual seja o agravo interno, o qual foi regularmente interposto, conforme noticiado pela própria corrigente.

Por outro lado, melhor sorte não socorre a parte quanto ao cabimento da medida com suporte no artigo 13, parágrafo único, do RICGJT. Vejamos.

Conforme relatado, trata-se de suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave – em relação a empregado detentor de estabilidade provisória, por ser dirigente sindical –, ocorrida supostamente quando ele se encontrava em licença médica. A decisão corrigenda indeferiu a medida liminar pleiteada, mantendo a tutela concedida no bojo da ação trabalhista, que declarou a nulidade da suspensão do contrato de trabalho para apuração de falta grave, resguardando apenas a possibilidade de adoção das medidas administrativas e judiciais para apuração da falta, sem a suspensão do contrato de trabalho, cabendo à reclamada o pagamento dos salários pelos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de saúde e o encaminhamento ao INSS no período posterior, bem como o restabelecimento do plano de saúde, no prazo de 5 dias da ciência, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, até o limite de R\$1.000.000,00, a ser revertida em favor do reclamante.

Asseverou, na oportunidade, que a pretensão da impetrante, ora corrigente, residia na análise da veracidade, ou não, do estado de saúde do reclamante nos autos principais, por ocasião da suspensão do respectivo contrato de trabalho, com a finalidade de instauração de inquérito para apuração de falta grave, considerando ser aquele trabalhador detentor de mandato sindical. Ressaltou que tais circunstâncias já haviam sido analisadas, pelo menos superficialmente, pelo Juízo singular, *"tanto que o mesmo entendeu por preservar temporariamente o mandato sindical do empregado que, segundo alegação contida na petição inicial daquele processo, se encontrava doente à época em que a impetrante quis suspender seu contrato de trabalho"*. E acrescentou que a adoção de medida contrária àquela tomada pelo Juízo impetrado exigiria revolver o

conjunto probatório produzido e a ser produzido nos autos principais, razão pela qual não vislumbrou a fumaça do bom direito, requisito necessário para o deferimento da medida liminar pretendida pela impetrante.

Verifica-se que a controvérsia não diz respeito especificamente ao direito de o empregador suspender o empregado detentor de estabilidade, desde que demonstrada a prática de falta grave suficiente para a aplicação da penalidade máxima prevista na legislação trabalhista, nos termos da OJ nº 317 da SDI-2 do TST, mas, sim, ao momento em que houve o aviso de suspensão do contrato de trabalho para a apuração de falta grave, ocasião em que o contrato estava aparentemente interrompido em decorrência de afastamento do empregado para tratamento de saúde, consoante atestado médico apresentado naqueles autos (fl. 124), com data de 24/6/2023, enquanto o telegrama com o comunicado de suspensão do contrato de trabalho (fls. 122/123) foi emitido em 28/6/2023.

A celeuma gira, portanto, em torno da veracidade do atestado médico apresentado com data anterior ao momento da comunicação da suspensão do contrato de trabalho para apuração da falta grave e do prévio conhecimento do empregado acerca do aludido comunicado.

Nesse diapasão, conforme assinalado na decisão corrigenda, a pretensão veiculada pela corrigente demandará análise exauriente do conjunto probatório dos autos, o que inviabiliza a concessão da medida liminar pretendida, com base em análise perfunctória, própria do juízo cautelar.

Outrossim, ressalte-se que eventual afastamento do empregado para tratamento de saúde por período superior a 15 dias já acarretará o seu encaminhamento ao INSS e a consequente suspensão do contrato de trabalho enquanto perdurar o auxílio-doença, conforme assinalado pelo Juízo singular. Por outro lado, a tutela antecipada concedida na ação trabalhista assegurou a regular adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para a apuração da falta grave do empregado detentor de estabilidade sindical.

Em tal contexto, não se vislumbra nenhuma situação extrema ou excepcional, tampouco tumulto à boa ordem processual capaz de autorizar a atuação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho no presente caso, na forma preconizada pelo parágrafo único do artigo 13 do RICGJT.

Por conseguinte, impõe-se o indeferimento da presente Correição Parcial, na forma preconizada pelo artigo 20, I, do RICGJT, segundo o qual, *"ao despachar a petição inicial da Correição Parcial, o Corregedor-Geral poderá: I) – indeferi-la, desde logo, caso seja incabível, inepta, intempestiva, ou desacompanhada de documento essencial"* (grifos apostos).

Por todo o exposto, com alicerce no art. 20, I, do RICGJT, **indefiro o pedido de Correição Parcial** e determino o seu arquivamento após o transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**DORA MARIA DA COSTA**

**Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho**

**Secretaria-Geral Judiciária**

**Despacho**

**Processo Nº AIRR-1001151-11.2013.5.02.0466**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante e Agravado	JESUS DA SILVA FERREIRA
Advogada	Dra. Fátima Regina Govoni Duarte(OAB: 93963-D/SP)
Agravante e Agravado	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado	Dr. César Luiz Pasold Júnior(OAB: 375877-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JESUS DA SILVA FERREIRA  
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 15 de agosto de 2023, às 14h05, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnZlRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

Ressalta-se que a presença das partes se torna indispensável na audiência de conciliação.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-1002586-17.2013.5.02.0467**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	JORGE DONIZETTI AGUILAR
Advogado	Dr. Paulo Henrique de Oliveira(OAB: 136460/SP)
Embargado	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Advogado

Dr. Lúcio Sérgio de Las Casas Júnior(OAB: 108176/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JORGE DONIZETTI AGUILAR  
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Por meio da petição n.º 286561/2023-5, JORGE DONIZETTI AGUILAR e VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. notificam a realização de acordo e requerem a sua homologação.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 17 (reclamante) e à fl. 1392 (reclamada).

Obrigações de fazer e pagar detalhadas e exequíveis.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte reclamada.

À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Cumprido o acordo, após as conferências devidas e observado o Projeto Garimpo, deverá o juízo de origem liberar os depósitos recursais à reclamada.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-1001027-27.2018.5.02.0442**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	CARAMURU ALIMENTOS S.A.
Advogado	Dr. Otávio César da Silva(OAB: 154137-A/SP)
Agravado	THIAGO FREITAS DE SOUZA
Advogado	Dr. George Mesquita Gonzalez(OAB: 272887-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARAMURU ALIMENTOS S.A.  
- THIAGO FREITAS DE SOUZA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 05 de setembro de 2023, às 10h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnZlRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.



Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1001003-41.2018.5.02.0719**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Agravante e Agravado	MARTA CAMILA MENDES DE OLIVEIRA CARNEIRO
Advogado	Dr. Paulo Brocchetto Júnior(OAB: 382310-A/SP)
Agravante e Agravado	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.

- MARTA CAMILA MENDES DE OLIVEIRA CARNEIRO

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 05 de setembro de 2023, às 08h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHlJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ARR-1001900-13.2015.5.02.0707**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante, Agravado e Recorrente	FERNANDO DARUJ TORRES
Advogado	Dr. Gerson Luiz Graboski de Lima(OAB: 266541-A/SP)
Agravante, Agravado e Recorrido	BANCO VOTORANTIM S.A. E OUTRO
Advogado	Dr. Rodrigo Seizo Takano(OAB: 162343-A/SP)
Advogado	Dr. Eduardo Abucarub Gasparoto(OAB: 172884-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO VOTORANTIM S.A. E OUTRO

- FERNANDO DARUJ TORRES

Por meio da petição nº 290848/2023-7, BANCO VOTORANTIM S.A., BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (atual denominação da VOTORANTEIM

ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA) e FERNANDO DARUJ TORRES noticiam a realização de acordo e requerem a sua homologação. Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 54 (reclamante) e à fl. 2247 (reclamadas).

Obrigações de fazer e pagar detalhadas e exequíveis.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Deverá, todavia, a reclamada comprovar o pagamento dos honorários periciais, conforme determinado na sentença (fls. 1436). Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fls. 1437).

À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1001907-87.2017.5.02.0463**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Agravante e Agravado	MSX INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA
Advogado	Dr. Pedro Henrique Mazzei Ribeiro(OAB: 295116-A/SP)
Agravante e Agravado	GI GROUP BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogado	Dr. Fábio Gindler de Oliveira(OAB: 173757-A/SP)
Agravado	VALDIR TSUIOSHI TAKATU
Advogado	Dr. Marco Antônio Hiebra(OAB: 85353-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Lopes(OAB: 164494-A/SP)
Agravado	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA
Advogada	Dra. Sílvia Pellegrini Ribeiro(OAB: 230654-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GI GROUP BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA.

- MSX INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA

- VALDIR TSUIOSHI TAKATU

- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 15 de agosto de 2023, às 16h05, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHlJTWsvZz09>

svZz09, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

Ressalta-se que a presença das partes se torna indispensável na audiência de conciliação.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-1000836-27.2019.5.02.0254**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929-D/RJ)
Agravado	RAILSON RAFAEL LIMA OLIVEIRA
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Advogado	Dr. Douglas Batista de Abreu(OAB: 235001/SP)
Agravado	MASTER LOGIC INSTALAÇÕES & MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MASTER LOGIC INSTALAÇÕES & MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

- RAILSON RAFAEL LIMA OLIVEIRA

Por meio da petição n.º 346003/2023-7, RAILSON RAFAEL LIMA OLIVEIRA e PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS notificaram a realização de acordo e requereram a sua homologação.

Mediante a petição n.º 360710/2023-5, a reclamada, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, requerer a baixa e remessa dos autos à origem, tendo em vista que o acordo celebrado entre as partes foi homologado nos autos da execução provisória n.º 1000467-28.2022.5.02.0254.

Desta forma, determino o registro da homologação do acordo no sistema processual deste Tribunal Superior do Trabalho, restando prejudicado o exame do recurso extraordinário.

À SEGJUD, para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, nos termos art. 15 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1001051-48.2016.5.02.0467**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocada Margareth Rodrigues Costa
Agravante	IVAN CELIO DA SILVA
Advogado	Dr. Clayton Eduardo Casal Santos(OAB: 211908-A/SP)

Agravado

VOLKSWAGEN DO BRASIL  
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS  
AUTOMOTORES LTDA.

Advogado

Dr. Lúcio Sérgio de Las Casas  
Júnior(OAB: 108176/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IVAN CELIO DA SILVA

- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS  
AUTOMOTORES LTDA.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 15 de agosto de 2023, às 17h25, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso [https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09](https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022), nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

Ressalta-se que a presença das partes se torna indispensável na audiência de conciliação.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1001198-15.2020.5.02.0312**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Agravante	FAST SHOP S.A
Advogado	Dr. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491-A/SP)
Agravado	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE GUARULHOS
Advogada	Dra. Sílvia Kazue Nakamura Kitakawa(OAB: 239286-A/SP)
Advogado	Dr. Jeferson Mazin dos Santos(OAB: 268264-A/SP)
Advogado	Dr. Michael Augusto Luiz(OAB: 361216-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FAST SHOP S.A

- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE  
GUARULHOS

Por meio da petição n.º 255308/2023-4, FAST SHOP S.A e SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE GUARULHOS notificam a realização de acordo e requerem a sua homologação.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 29 (reclamante) e à fl. 123 (reclamada).

Obrigação de pagar detalhada e exequível.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fls. 335). À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

O depósito recursal deverá ser liberado, pelo juízo de origem, até o limite de R\$18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), como forma de pagamento, conforme constou na petição de acordo no item 2. Cumprido o acordo, após as conferências devidas e observado o Projeto Garimpo, deverá o juízo de origem liberar os depósitos remanescentes à reclamada.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000765-69.2017.5.02.0262**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante	SUPERFOR RIO VEICULOS LTDA
Advogado	Dr. Jose Augusto Rodrigues Junior(OAB: 69835-A/SP)
Agravado	JOSE NILTON DOS SANTOS BRAZ
Advogado	Dr. Fábio Abdo Miguel(OAB: 173861-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE NILTON DOS SANTOS BRAZ
- SUPERFOR RIO VEICULOS LTDA

Por meio da petição n.º 274874/2023-7, SUPERFOR RIO VEICULOS LTDA e JOSE NILTON DOS SANTOS BRAZ notificaram a realização de acordo e requereram a sua homologação.

Intimada, a reclamada apresentou a discriminação das verbas por meio da petição n.º 352170/2023-5.

Ainda, a reclamada requer que todas as publicações e notificações relativas ao presente processo sejam efetivadas exclusivamente em nome de JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES JÚNIOR, OAB/SP n.º 69.835.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 10 (reclamante) e à fl. 1439 (reclamada).

Obrigações de fazer e pagar detalhadas e exequíveis.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fls. 812). Ressalto que os honorários periciais deverão ser pagos no valor de R\$4.000,00, conforme arbitrado em sentença (fl. 812).

À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho, observando a intimação/publicação exclusiva.

Os depósitos recursais deverão ser liberados, pelo juízo de origem,

em favor do Reclamante, como forma de pagamento, conforme constou na petição de acordo no item 04.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1001096-31.2021.5.02.0385**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A.
Advogado	Dr. Daniela Regina Arrieta(OAB: 225646-A/SP)
Agravado	IVAN ISAAC PEREIRA DE MELLO
Advogada	Dra. Rita de Cássia Martinelli(OAB: 85245-A/SP)
Advogada	Dra. Karina Lenk Barreto(OAB: 211248-A/SP)
Advogado	Dr. Léia Roberta Correia(OAB: 286621-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IVAN ISAAC PEREIRA DE MELLO
- TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A.

Por meio da petição n.º 235985/2023-8, TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A. e IVAN ISAAC PEREIRA DE MELLO notificam a realização de acordo e requerem a sua homologação.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 17 (reclamante) e à fl. 165 (reclamada).

Obrigações de fazer e pagar detalhadas e exequíveis.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte reclamada.

À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0100694-26.2018.5.01.0023**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)

Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)  
Agravado LUDMILA DOS ANJOS SIQUEIRA  
Advogada Dra. Flavia Barreira Lamego da Silva(OAB: 100386-A/RJ)  
Agravado DOCUMENTAR TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA.  
Advogado Dr. Antonio Ribeiro Farage(OAB: 59803-A/MG)  
Advogado Dr. Walter Matheo Gomes Corrêa(OAB: 112566-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DOCUMENTAR TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA.
- LUDMILA DOS ANJOS SIQUEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 24 de agosto de 2023, às 11h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0100903-76.2019.5.01.0017**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Evandro Pereira Valadão Lopes  
Agravante PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogado Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037/RJ)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Agravado RAFAEL DE LIMA VIEIRA  
Advogado Dr. Andre Pinto Rodrigues(OAB: 138766-A/RJ)  
Agravado JPTE ENGENHARIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Dr. João Marcos Cavichioli Feiteiro(OAB: 307654/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JPTE ENGENHARIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RAFAEL DE LIMA VIEIRA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de

haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 24 de agosto de 2023, às 09h50, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0101488-85.2016.5.01.0033**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Kátia Magalhães Arruda  
Agravante e Agravado TRANSPORTES DELLA VOLPE S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
Advogada Dra. Lúcia Maria Barbosa de Lima(OAB: 47712/SP)  
Agravante e Agravado FRANCISCO CARLOS DA SILVA  
Advogado Dr. Edmilson Antônio Pereira(OAB: 78464-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO CARLOS DA SILVA
- TRANSPORTES DELLA VOLPE S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Por meio da petição n.º 285793/2023-0, TRANSPORTES DELLA VOLPE S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA e FRANCISCO CARLOS DA SILVA noticiam a realização de acordo e requerem a sua homologação.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 18 (reclamante) e à fl. 399 (reclamada).

Obrigação de pagar detalhada e exequível.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fls. 406).

À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Os depósitos recursais deverão ser liberados, pelo juízo de origem, em favor do Reclamante, como forma de pagamento, conforme constou na petição de acordo no item 3.

Cumprido o acordo, após as conferências devidas e observado o Projeto Garimpo, deverá o juízo de origem liberar os depósitos remanescentes à reclamada.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)



ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0101772-50.2016.5.01.0015**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogada	Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)
Agravado	BRUNO FERREIRA HUBNER
Advogado	Dr. Wagner Pereira da Cruz(OAB: 150464-A/RJ)
Agravado	EXACTUM CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - FALIDA
Advogado	Dr. Vicky Ribas Bormann Vieira(OAB: 116346-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRUNO FERREIRA HUBNER
- EXACTUM CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - FALIDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 24 de agosto de 2023, às 11h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000259-80.2014.5.02.0462**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Agravado	ANTÔNIO SALVADOR CUNHA MACÊDO
Advogada	Dra. Simone Aparizi Gimenès(OAB: 259910/SP)
Advogada	Dra. Mara de Oliveira Brant(OAB: 260525/SP)
Agravante e Agravado	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTÔNIO SALVADOR CUNHA MACÊDO
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 15 de agosto de 2023, às 14h45, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

Ressalta-se que a presença das partes se torna indispensável na audiência de conciliação.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0101355-10.2017.5.01.0065**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)
Agravado	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Vera Lúcia Costa Bethencourt(OAB: 59860-A/RJ)
Advogado	Dr. Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718-A/RJ)
Agravado	CELI REGINA GONCALVES
Advogado	Dr. José Aurélio Borges de Moraes(OAB: 63531-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELI REGINA GONCALVES
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 24 de agosto de 2023, às 10h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-1000489-76.2015.5.02.0466**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Recorrente e Recorrido	RENATO PAULA RICARDO DE CARVALHO
Advogado	Dr. Ricardo Lopes(OAB: 164494-A/SP)
Recorrente e Recorrido	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada	Dra. Sílvia Pellegrini Ribeiro(OAB: 230654-A/SP)
Recorrido	IMTEP - INSTITUTO DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DO PARANÁ
Advogada	Dra. Juliana Santos Stacechen(OAB: 85910/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IMTEP - INSTITUTO DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DO PARANÁ
- RENATO PAULA RICARDO DE CARVALHO
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 15 de agosto de 2023, às 15h25, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

Ressalta-se que a presença das partes se torna indispensável na audiência de conciliação.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000347-57.2016.5.02.0492**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	N.F.I.C.S.
Advogado	Dr. Joao Pedro Eyler Povia(OAB: 88922-A/RJ)
Agravado	C.R.S.
Advogada	Dra. Tirza Coelho de Souza(OAB: 195135-A/SP)
Advogada	Dra. Elaine D'ávila Coelho(OAB: 97758-B/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- C.R.S.
- N.F.I.C.S.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

**Processo Nº AIRR-1000099-66.2016.5.02.0468**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MARCELO DE SOUZA
Advogado	Dr. Paulo Henrique de Oliveira(OAB: 136460-B/SP)
Agravado	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado	Dr. Geraldo Baraldi Junior(OAB: 95246-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCELO DE SOUZA
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-377290/2023-6 (sequenciais 4/6).

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Processo Nº Ag-AIRR-0196400-69.2008.5.09.0021**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Sandra Regina Rodrigues(OAB: 27497-A/PR)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)
Administrador Judicial	EDGARDO DE BRITO
Advogado	Dr. Márcio Jones Suttle(OAB: 25665/PR)
Advogada	Dra. Elisa Lima Alonso(OAB: 18483-A/DF)
Agravado	NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. João Paulo Fogaça de Almeida Fagundes(OAB: 154384-D/SP)
Agravado	DELTACOM ENGENHARIA LTDA.
Advogado	Dr. Rosângela Maria Wolff de Quadros Moro
Agravado	GELRE TRABALHO TEMPORÁRIO S.A.
Advogado	Dr. João Alberto da Silva Cordeiro(OAB: 181550-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DELTACOM ENGENHARIA LTDA.
- EDGARDO DE BRITO
- GELRE TRABALHO TEMPORÁRIO S.A.
- NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 18 de agosto de 2023, às 9h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0101082-73.2018.5.01.0072**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929-D/RJ)
Agravado	ALINE FERNANDES SANTIAGO
Advogado	Dr. Bruno Ribeiro da Silva(OAB: 134550-D/RJ)
Advogado	Dr. Alex Leal Finizola(OAB: 134982-A/RJ)
Advogado	Dr. Priscila Santos Nazareth(OAB: 123341-A/RJ)
Agravado	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Anali Corrêa Tchepelentyky(OAB: 192953-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALINE FERNANDES SANTIAGO
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 24 de agosto de 2023, às 10h50, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0102076-76.2016.5.01.0491**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Agravante	EXPRESSO RIO DE JANEIRO LTDA
Advogado	Dr. José Juarez Gusmão Bonelli(OAB: 41820-A/RJ)
Agravado	GILMAR BELLARMINO DA SILVA
Advogado	Dr. Ademildo Bastos de Faria(OAB: 150769-A/RJ)
Advogado	Dr. Matheus Philipe Silva de Faria(OAB: 236951/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EXPRESSO RIO DE JANEIRO LTDA
- GILMAR BELLARMINO DA SILVA

Por meio da petição n.º 288348/2023-3, GILMAR BELLARMINO DA SILVA e EXPRESSO RIO DE JANEIRO LTDA notificam a realização de acordo e requerem a sua homologação.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 24 (reclamante) e à fl. 431 (reclamada).

Obrigações de fazer e pagar detalhadas e exequíveis.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fl. 453).

À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Os depósitos recursais deverão ser liberados, pelo juízo de origem, em favor do Reclamante, como forma de pagamento, conforme constou na petição de acordo no item 1.

Cumprido o acordo, após as conferências devidas e observado o Projeto Garimpo, deverá o juízo de origem liberar eventuais depósitos remanescentes à reclamada.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000800-42.2021.5.02.0471**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Agravante e Agravado	IVONE BATISTA BUENO
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Agravante e Agravado	VIA S.A.
Advogado	Dr. Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 56890-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IVONE BATISTA BUENO

- VIA S.A.

Por meio da petição nº 340532/2023-6, VIA S.A. e IVONE BATISTA BUENO requerem a homologação do acordo celebrado.

O presente acordo está subscrito pelo procurador do reclamante, Dr. Marcos Roberto Dias com poderes para transigir (procuração fls. 37) e pelo procurador da reclamada, Dr. Carlos Fernando de Siqueira Castro OAB-SP 185.570.

Contudo, o substabelecimento que outorga poderes ao procurador da reclamada (fls. 1594/1596) previa validade até 31/01/2023.

Dessa forma, determino a intimação da Reclamada para que regularize a representação processual com a apresentação de mandato com poderes especiais para transigir vigente ao advogado subscritor da petição, no prazo de 5 (cinco) dias.

Deste modo, à SEGJUD para que proceda a intimação da Reclamada (VIA S.A.).

Recebida a manifestação ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000498-03.2022.5.02.0075**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	KONECTA BRAZIL OUTSOURCING LTDA.
Advogado	Dr. Antônio Rodrigo Sant'Ana(OAB: 234190-A/SP)
Agravado	ANA CAROLINE DA SILVA FAZIO SIMAO
Advogado	Dr. Ronaldo Vieira dos Santos(OAB: 384019-A/SP)
Advogado	Dr. Natalia Stefany Moraes Moreira(OAB: 406137-A/SP)
Agravado	ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A.
Advogado	Dr. Luiz Fernando Alouche(OAB: 193025-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA CAROLINE DA SILVA FAZIO SIMAO
- KONECTA BRAZIL OUTSOURCING LTDA.
- ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A.

À Secretaria-Geral Judiciária para certificar o trânsito em julgado da decisão monocrática de sequencial 5.

Após, baixem os autos à 75ª Vara do Trabalho de São Paulo, a fim de que o juiz natural examine o pedido deduzido na Petição n.º TST -373350/2023-8 (sequenciais 7/8).

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
LELIO BENTES CORRÊA  
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Processo Nº AIRR-0100712-37.2020.5.01.0036**

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------

Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Ernesto Ataliba Marquesan da Silva(OAB: 62611-A/RS)
Advogado	Dr. Claudia Maria de Moura Cruz Varandas(OAB: 93914-A/RJ)
Advogado	Dr. Rafael Araújo Vieira(OAB: 29481/DF)
Agravado	IRAN ROGERIO DE JESUS BIGI
Advogado	Dr. Maria Fernanda Anachoreta Ximenes Rocha(OAB: 148456-A/RJ)
Agravado	GOIAS BUSINESS CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
Advogado	Dr. Fernanda Pereira de Oliveira(OAB: 228038/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- GOIAS BUSINESS CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
- IRAN ROGERIO DE JESUS BIGI

Por meio das petições n.º 360522/2023-6 e n.º 362206/2023-8, o reclamante IRAN ROGERIO DE JESUS BIGI e a reclamada GOIAS BUSINESS CONSULTORIA E SERVICOS LTDA, manifestaram concordância com a exclusão da 2ª reclamada do polo passivo. Assim, passo a apreciar a petição de acordo n.º 283263/2023-7. Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento às fls. 16 (reclamante) e às fls. 568 (reclamada).

Obrigações de pagar detalhadas e exequíveis.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fls. 403).

Intime-se a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT apenas para ciência do acordo exclusivamente entabulado entre as partes IRAN ROGERIO DE JESUS BIGI e GOIAS BUSINESS CONSULTORIA E SERVICOS LTDA.

À Secretaria-Geral Judiciária para que, transcorrido o prazo de 10 (dez) dias de ciências dos demais reclamados, proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

O depósito recursal (ID ea71201 - fls. 431) deverá ser liberado, pelo juízo de origem, em favor do Reclamante, como forma de pagamento, conforme constou na petição de acordo no item 2. Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RRAg-1000302-41.2021.5.02.0019**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa



Agravante, Agravado e Recorrido ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ  
Advogado Dr. Rosângela Colombo de Oliveira(OAB: 142472-A/SP)  
Agravante, Agravado e Recorrente NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.  
Advogado Dr. Alexandre Lauria Dutra(OAB: 157840-A/SP)  
Agravado e Recorrido TECHNET ENGENHEIROS ASSOCIADOS S/C LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- TECHNET ENGENHEIROS ASSOCIADOS S/C LTDA.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 18 de agosto de 2023, às 11h20, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHIJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000612-23.2022.5.02.0242**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Relator do processo não cadastrado  
Agravante FAST SHOP S.A  
Advogado Dr. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491-A/SP)  
Agravado JOELMA NEVES VIANA  
Advogado Dr. Denis Borges de Lima(OAB: 418059-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FAST SHOP S.A
- JOELMA NEVES VIANA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-382469/2023-1 (sequenciais 2/3).

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Processo Nº AIRR-0100864-90.2021.5.01.0411**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Relator do processo não cadastrado  
Agravante BRUNO BARCELLOS CARVALHO  
Advogado Dr. Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)  
Advogado Dr. Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)  
Agravado 99 TAXIS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.  
Advogado Dr. Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- 99 TAXIS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.
- BRUNO BARCELLOS CARVALHO

Intime-se a reclamada a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do pedido de realização de audiência de conciliação perante o CEJUSC/TST, formulado pelo reclamante por meio da Petição n.º TST-385392/2023-3 (sequencial 5), nos termos da Resolução Administrativa n.º 2.398, de 5 de dezembro de 2022. Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Processo Nº Ag-AIRR-1000613-47.2015.5.02.0373**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante C.A.R.A.O.  
Advogado Dr. Tanusia Stanley dos Santos(OAB: 297884-D/SP)  
Agravado Z.J.S.  
Advogado Dr. Patrícia Rodrigues de Holanda(OAB: 183732-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- C.A.R.A.O.
- Z.J.S.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

**Processo Nº RR-0042300-02.2001.5.02.0053**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Recorrente P.S.A.  
Advogado Dr. Willis Martins da Costa(OAB: 272782-A/SP)  
Recorrido D.F.S.  
Advogado Dr. Heleno Miranda de Oliveira(OAB: 97023-A/SP)  
Recorrido A.B.R.L.  
Recorrido F.M.  
Recorrido M.T.B.  
Recorrido C.G.C.J.  
Recorrido I.L.B.  
Advogado Dr. Luiz Alberto Santos de Mattos(OAB: 8772/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- A.B.R.L.  
- C.G.C.J.  
- D.F.S.  
- F.M.  
- I.L.B.  
- M.T.B.  
- P.S.A.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

**Processo Nº AIRR-0010670-07.2021.5.18.0141**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
Advogado	Dr. Luiz Carlos Amorim Robortella(OAB: 33156-S/GO)
Agravado	JEVERSON ANTONIO DA SILVA
Advogado	Dr. Maurício Andrade Guimarães(OAB: 116526-A/MG)
Agravado	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)
Advogado	Dr. Ailton dos Reis Pereira Soares(OAB: 115971-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.  
- JEVERSON ANTONIO DA SILVA  
- VALE S.A.

Por meio da petição n.º 279899/2023-6, JEVERSON ANTONIO DA SILVA e FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. notificam a realização de acordo e requerem a sua homologação. Intimada, a reclamada apresentou procuração por meio da petição n.º 360804/2023-0.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento à fl. 27 (reclamante) e à fl. 1860 (reclamada).

Obrigações de fazer e pagar detalhadas e exequíveis.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fl. 1131). Intime-se a VALE S.A. apenas para ciência do acordo exclusivamente entabulado entre JEVERSON ANTONIO DA SILVA e FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. e do qual não possui responsabilidade.

À Secretaria-Geral Judiciária para que, transcorrido o prazo de 10 (dez) dias de ciências dos demais reclamados, proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0010545-30.2022.5.03.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	TALISON DE SOUZA SANTOS
Advogado	Dr. Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado	IFOOD.COM AGENCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.
Advogado	Dr. Natalia Bechara Vasconcelos(OAB: 158993-A/RJ)
Advogado	Dr. Julia Fernanda Soares da Silva(OAB: 237248-A/RJ)
Advogada	Dra. Fernanda Alves Rocha(OAB: 200035-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IFOOD.COM AGENCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.  
- TALISON DE SOUZA SANTOS

Por meio da petição n.º 346515/2023-6, TALISON DE SOUZA SANTOS informa que há interesse na composição.

Contudo, em 06/07/2023, mediante a petição n.º 360656/2023-0, IFOOD.COM AGENCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A. requer o prosseguimento do feito, informando que não há proposta de acordo para o processo em epígrafe.

Tendo em vista a solicitação da reclamada no âmbito deste CEJUSC/TST, determino a remessa dos autos à Secretaria-Geral Judiciária para o prosseguimento do feito.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RRAg-0101140-52.2018.5.01.0080**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante e Recorrente	IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogado	Dr. Arnaldo Gaspar Eid(OAB: 259037-A/SP)
Advogada	Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069-A/SP)
Agravado e Recorrido	BANCO BRADESCARD S.A. E OUTRO
Advogado	Dr. José Antônio Martins(OAB: 114760-A/RJ)
Agravado e Recorrido	CAROLINA GUEDES VAZ FRANCO
Advogada	Dra. Carina Pires Sardinha(OAB: 171974-A/RJ)
Advogada	Dra. Beatriz Bione Pereira(OAB: 155890-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCARD S.A. E OUTRO  
- CAROLINA GUEDES VAZ FRANCO  
- IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.

Por meio da petição n.º 326914/2023, ELO PARTICIPAÇÕES (incorporadora de IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.) e CAROLINA GUEDES VAZ FRANCO noticiam a realização de acordo e requerem a sua homologação.

Procuradores devidamente habilitados, conforme procuração/substabelecimento às fls. 42 (reclamante) e às fls. 227 (reclamada).

Obrigações de pagar detalhada e exequível.

Desta forma, homologo o acordo celebrado pelas partes, nos seus próprios termos, na forma do artigo 932, I, do CPC, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Custas quitadas e recolhidas por ocasião da interposição dos recursos.

Eventuais custas remanescentes ficarão a cargo da parte autora e serão isentas, por ser esta beneficiária da justiça gratuita (fls. 705). Intime-se o BANCO BRADESCARD S.A. E OUTRO apenas para ciência do acordo exclusivamente entabulado entre as partes ELO PARTICIPAÇÕES (incorporadora de IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.) e CAROLINA GUEDES VAZ FRANCO e do qual não possui responsabilidade, conforme constou no item 5 da petição de acordo.

À Secretaria-Geral Judiciária para que proceda a remessa dos autos ao Tribunal do Trabalho de origem, na forma do art. 15 da Resolução Administrativa nº 2.398/2022 do Tribunal Superior do Trabalho.

Os depósitos recursais efetuados pela 1ª reclamada - IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. deverão ser utilizados para pagamento dos encargos de responsabilidade da reclamada, conforme constou na petição de acordo no item 9.

Cumprido o acordo, após as conferências devidas e o recolhimento previdenciário e fiscal, observando-se o Projeto Garimpo, deverá o juízo de origem liberar os depósitos remanescentes às reclamadas. Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0010300-09.2022.5.03.0077**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	VIA S.A.
Advogado	Dr. Cristian Colanhese(OAB: 241799/SP)
Advogado	Dr. Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 93274-S/MG)
Agravado	CAMILA CAMPOS DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAMILA CAMPOS DO NASCIMENTO
- VIA S.A.

Requerer a Reclamante, por intermédio da petição n.º TST-330511/2023-6 (sequencial 5), a suspensão do processo por 30

(trinta) dias, a fim de possibilitar a tentativa de conciliação.

Diante da concordância expressa da Reclamada, manifestada por meio da petição n.º TST-365887/2023-0 (sequencial 9), defiro, conforme requerido.

Decorrido o prazo sem manifestação das partes, o feito prosseguirá em sua tramitação normal.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
LELIO BENTES CORRÊA  
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Processo Nº AIRR-0010218-08.2020.5.03.0025**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	VIA S.A.
Advogado	Dr. Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 93274-S/MG)
Agravado	WANDER DE JESUS FRADE
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Advogado	Dr. Thiago Martins Rabelo(OAB: 154211-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- VIA S.A.
- WANDER DE JESUS FRADE

Requerer o Reclamante, por meio da petição n.º TST-330952/2023-0 (sequencial 5), a suspensão do processo por 30 (trinta) dias, a fim de possibilitar a tentativa de conciliação entre as partes.

Diante da concordância expressa da reclamada, manifestada por meio da petição n.º TST-365741/2023-4 (sequencial 9), defiro, conforme requerido.

Decorrido o prazo sem manifestação das partes, o feito prosseguirá em sua tramitação normal.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
LELIO BENTES CORRÊA  
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Processo Nº AIRR-0000473-33.2018.5.05.0020**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Joaquim Pinto Lapa Neto(OAB: 15659-A/BA)
Agravado	PATRICIA DOS SANTOS BARRETO
Advogada	Dra. Marina Basile(OAB: 19567-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PATRICIA DOS SANTOS BARRETO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante do teor do despacho exarado à p. 876 do eSIJ (id. b93dcb0), por meio do qual se homologou o pedido de desistência do Agravo de Instrumento interposto pela reclamada, determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional de origem.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

## Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos

### Despacho

#### Processo Nº Ag-AIRR-0011066-12.2017.5.03.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Túlio de Barcelos(OAB: 44698-D/MG)
Advogado	Dr. Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-D/MG)
Agravado	MARIA ELIZABETH REIS SILVA
Advogado	Dr. Abelardo de Oliveira Flôres(OAB: 79889-D/MG)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- MARIA ELIZABETH REIS SILVA

Mediante petição nº 76248/2023-8, CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. informa que apresentou, em 12.12.2022, reclamação constitucional junto ao e. STF, julgada procedente em 01.02.2023.

Junte-se. Analiso.

Trata-se de agravo em recurso extraordinário interposto por CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. impugnando decisão que negou seguimento a seu recurso extraordinário, em que também foi ajuizada reclamação constitucional.

Verifica-se que a c. 3ª Turma, mediante acórdão de seq. 160, conheceu e desproveu o agravo de instrumento interposto por CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A..

Em relação aos temas "EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ÔNUS DA PROVA. HORAS EXTRAS. LABOR EXTRAORDINÁRIO E INTERVALO INTRAJORNADA. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. TAXA REFERENCIAL (TR).", a c. Turma não examinou o mérito da controvérsia, em razão da ausência de transcrição do trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia (artigo 896, § 1º-A, I, da CLT), e, em relação ao tema "TRABALHO DA MULHER. HORAS EXTRAS. INTERVALO PRÉVIO DE 15 MINUTOS. ARTIGO 384 DA CLT" verificou perfeita harmonia entre a decisão regional e a jurisprudência consolidada desta e. Corte, nos termos do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST.

Irresignada, a parte interpôs recurso extraordinário, o qual esta c. Vice-Presidência negou seguimento (seq. 186), por enquadrar-se nos Temas 181 e 528, do ementário de repercussão geral.

Contra referida decisão, a parte interpôs agravo em recurso extraordinário, pendente de apreciação perante o c. Órgão Especial. Ocorre que, em 16.12.2022, CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. ajuizou

reclamação constitucional com pedido liminar no STF, autuada sob o nº 57.418/MG, em face do acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por afronta ao decidido nas ADCs 58 e 59.

Em consulta ao sítio eletrônico do e. STF se verifica que em 02.02.2023, o Exmo. Ministro Luís Roberto Barroso julgou procedente a reclamação para cassar a decisão reclamada, e determinou que outra fosse proferida, com observância à tese jurídica fixada no julgamento conjunto das ADCs 58 e 59, e das ADIs 5.867 e 6.021.

Confira-se o teor da fundamentação sintetizada e do dispositivo do decisum (destaques acrescidos):

Trata-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por Cemig Distribuição S.A em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, proferida nos Autos nº 0011066-12.2017.5.03.0021. A parte reclamante alega afronta ao decidido nas ADCs 58 e 59.

(...)

No caso em análise, a decisão reclamada aplicou índices de correção monetária diversos dos estabelecidos por esta Corte nos paradigmas, nos seguintes termos: "na atualização dos créditos trabalhistas exigíveis até 24.03.2015 incida a TR, a partir de 25.03.2015 o IPCA-E, e a partir de 11.11.2017 em diante incida novamente a TR" (doc. 04).

Contra essa decisão, a parte ora reclamante interpôs recurso de revista e, na sequência, agravo de instrumento, requerendo a "a adoção da TR para a correção dos débitos trabalhistas". O último recurso não foi conhecido no ponto, sob o fundamento de que foi "desatendida a exigência do art. 896, § 1º-A, da CLT".

Nesse contexto, entendendo que não foi observado o paradigma invocado, pois, nos termos da modulação de efeitos estabelecida no julgamento da ADC 58, "os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC)".

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do RI/STF e no art. 992 do CPC, julgo procedente o pedido, para cassar a decisão reclamada (Autos nº 0011066-12.2017.5.03.0021) e determinar que outra seja proferida, com observância da tese jurídica fixada no julgamento conjunto das ADCs 58 e 59 e das ADIs 5.867 e 6.021.

Em consulta ao sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal, observa-se que a referida decisão de mérito transitou em julgado em 01.03.2023.

Ante o exposto: I) Julgo prejudicado o agravo em recurso extraordinário interposto; II) Determino à Secretaria que extraia cópia do presente despacho, e encaminhe à c. 3ª Turma, para ciência; III) Determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, diante da cassação de decisão anterior, para que seja observada a decisão do e. STF.

À SETPOESDC para providências.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA



Ministro Vice-Presidente do TST

**Secretaria da Subseção I de Dissídios Individuais**  
**Acórdão**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-Ag-AIRR-0000018-34.2019.5.07.0002**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos  
Embargante PROSEGUR BRASIL S.A. -  
TRANSPORTADORA DE VALORES E  
SEGURANÇA  
Advogado Dr. Eduardo Chalfin(OAB: 53588-A/RJ)  
Advogado Dr. Andre Rodrigues Parente(OAB:  
15785-A/CE)  
Advogado Dr. Gladson Wesley Mota  
Pereira(OAB: 10587-S/CE)  
Advogado Dr. Marcio Rafael Gazzineo(OAB:  
23495-A/CE)  
Advogado Dr. Nelson Bruno do Rego  
Valença(OAB: 15783-A/CE)  
Advogado Dr. Daniel Cidrão Frota(OAB:  
19976/CE)  
Embargado(a) LAURO ROBERTO BARRETO  
PEREIRA  
Advogado Dr. Nila de Queiroz Oliveira(OAB:  
20218-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LAURO ROBERTO BARRETO PEREIRA  
- PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE  
VALORES E SEGURANÇA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios  
Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de  
declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO DEPÓSITO RECURSAL NO PRAZO ALUSIVO AO RECURSO. JUNTADA DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DESACOMPANHADO DA RESPECTIVA GUIA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE PERMITAM AFERIR A VINCULAÇÃO AO PROCESSO. JUNTADA INTEMPESTIVA DA GUIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 245/TST. INVIÁVEL A CONCESSÃO DE PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NA OJ 140 DA SBDI-1 DO TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA PELO ACÓRDÃO TURMÁRIO. OMISSÃO E OBSCURIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO.** Omissão e obscuridade não evidenciadas. Os presentes embargos declaratórios revelam nítida e imprópria pretensão de rediscussão do julgado, intenção que não se coaduna com os propósitos da medida ora intentada, cujo manejo encontra-se adstrito às hipóteses elencadas nos artigos 1022 do CPC/2015 e 897-A da CLT. **Embargos de declaração de que se conhece e a que se nega provimento.**

**Processo Nº E-ED-RR-0000056-46.2014.5.17.0001**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan  
Pereira  
Embargante LAUDINEIA NASCIMENTO MOREIRA  
Advogada Dra. Marilene Nicolau(OAB: 5946/ES)  
Embargado(a) HOSPITAL MERIDIONAL S.A  
Advogado Dr. Alexandre Mariano Ferreira(OAB:  
160-B/ES)  
Advogado Dr. Bruna Chaffim Mariano(OAB:  
17185/ES)  
Advogado Dr. Dulcelange Azeredo da Silva(OAB:  
7023-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HOSPITAL MERIDIONAL S.A  
- LAUDINEIA NASCIMENTO MOREIRA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios  
Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do recurso de embargos,  
por contrariedade à Súmula 443/TST e, no mérito, dar-lhe  
provimento, para restabelecer o acórdão regional, na fração de  
interesse.

**EMENTA : RECURSO DE EMBARGOS. DISPENSA DE EMPREGADO COM TUBERCULOSE PLEURAL. REINTEGRAÇÃO E COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. CONDUTA DISCRIMINATÓRIA.**

1. A Eg. 4ª Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamado, "para (a) declarar a ausência de conduta discriminatória da empregadora no ato de dispensa da empregada, (b) julgar improcedentes os pedidos de reintegração da Reclamante e, em razão do reconhecimento da inexistência de conduta discriminatória e como consequência da validade da despedida, (c) julgar improcedente o pedido de indenização por dano moral". Concluiu que a doença que acometeu a reclamante, tuberculose pleural, não é grave, nem suscita estigma ou preconceito. 2. Não obstante, conforme literatura médica, a tuberculose pleural é tipo de tuberculose ativa, extrapulmonar (Departamento de Vigilância Epidemiológica, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde). A Lei 8.213/91, em seu art. 151, apenas qualifica a tuberculose como ativa, para excluir a latente, assintomática. 3. Com efeito, os sintomas da tuberculose pleural são similares aos da pulmonar, pouco importando que seja ou não menos contagiosa, para fins de estigma. Trata-se de infecção pela mesma bactéria. Quanto à gravidade, não há, na Lei, qualquer restrição ao tipo de tuberculose que afeta a pessoa, que, neste caso, pode gerar complicações como o derrame pleural. 4. No caso, tal como consta do acórdão regional, transcrito pela Turma, quando demitida, a empregada ainda se encontrava em tratamento da doença, não tendo o reclamado se desincumbido do ônus da prova de que a dispensa não teve caráter discriminatório, o que atrai a compreensão da Súmula 443/TST. Recurso de embargos

conhecido e provido.

**Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0000080-30.2020.5.13.0016**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Agravante(s) RITA SALES DINIZ  
Advogado Dr. Diego Maciel Britto Aragão(OAB: 32510-D/DF)  
Advogado Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão(OAB: 32147-B/DF)  
Advogado Dr. Raphael Deichmann Monreal(OAB: 76893-A/PR)  
Advogado Dr. Roberval Borges Correa(OAB: 22380-A/DF)  
Advogado Dr. Breno Neno Cavalcante(OAB: 66000/DF)  
Agravado(s) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado Dr. Normando Delgado dos Santos(OAB: 9701/PB)  
Advogada Dra. Aline Martins Lima(OAB: 15923/DF)  
Advogado Dr. Marco Aurélio Braga da Silva(OAB: 791-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- RITA SALES DINIZ

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno e aplicar à agravante multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

**EMENTA** : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ECT. PLANO DE SAÚDE. ALTERAÇÃO DO MODELO DE CUSTEIO. DECISÃO DO TST NO DISSÍDIO COLETIVO Nº 100295-05.2017.5.00.0000. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. A Egrégia Turma decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de reputar válida a modificação das regras de custeio do plano de saúde denominado "Correios Saúde", com a cobrança de mensalidades e a exigência de coparticipação dos empregados ativos e aposentados da ECT, não se configurando violação do direito adquirido, nem alteração contratual lesiva ou contrariedade à Súmula nº 51 desta Corte, haja vista a aplicação das disposições previstas na sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo Revisional nº 1000295-05.2017.5.00.0000. Precedentes. Incide, portanto, o disposto no artigo 894, § 2º, da CLT. Verificada, por conseguinte, a manifesta improcedência do presente agravo, em razão da interposição de

recurso contra matéria pacificada no âmbito desta Corte Superior, aplica-se a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0000084-05.2019.5.12.0057**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Agravante(s) ISAURO AUGUSTO GARCIA  
Advogada Dra. Marília de Menezes(OAB: 42297-A/SC)  
Advogado Dr. Matheus Oro de Menezes(OAB: 34626-A/SC)  
Advogado Dr. Oenes Neckel de Menezes(OAB: 7324-A/SC)  
Advogada Dra. Elamir Aparecida Oro de Menezes(OAB: 20291-A/SC)  
Advogado Dr. Fernando de Menezes(OAB: 29693-A/SC)  
Agravado(s) PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.  
Advogado Dr. Rodrigo José Guarda Guerra(OAB: 30847-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ISAURO AUGUSTO GARCIA  
- PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno.

**EMENTA** : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ACIDENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS NÃO ANALISADAS NA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE REVISTA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. INESPECIFICIDADE DO ARESTO. SÚMULA Nº 296, I, DO TST. Não merece processamento o recurso de embargos, diante da inespecificidade do aresto válido colacionado, em desconformidade com a diretriz da Súmula nº 296, I, do TST. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-RRAg-0000085-16.2012.5.01.0065**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Delaíde Alves Miranda Arantes  
Embargante PRISCILA DE CARVALHO DINIZ  
Advogado Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)  
Embargado(a) BANCO ITAUCARD S.A. E OUTRO  
Advogado Dr. Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)  
Advogado Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)  
Embargado(a) LIQ CORP S.A.

Advogado Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)  
Advogada Dra. Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 35271/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A. E OUTRO
- LIQ CORP S.A.
- PRISCILA DE CARVALHO DINIZ

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Indivíduos

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO DE EMBARGOS. TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE TELEMARKETING BANCÁRIO. LICITUDE (ADPF 324 E RE 958.252). ILEGITIMIDADE. NULIDADE DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ENQUADRAMENTO SINDICAL. APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DA SBDI-1. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL. IMPROPRIEDADE (ART. 894, II, DA CLT). 1 - A reclamante/embargante sustenta que o Colegiado foi omissos quanto à modulação dos efeitos da tese de repercussão geral firmada em torno da terceirização, circunstância que, no seu entendimento, afastaria a tese patronal. Alega, também, que a Subseção, ao enfrentar os temas "ilegitimidade", "nulidade do vínculo empregatício", "enquadramento sindical" e "aplicação da Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1", não se manifestou quanto aos arts. 1º, III e IV, 5º, *caput* e I, e 7º, VI, VII, X e XXXII, da Constituição Federal. 2 - Contudo, ao contrário do que sustenta a embargante, o acórdão recorrido não padece de nenhum dos vícios previstos nos arts. 897, § 3º, da CLT e 1.022 do CPC. 3 - Com efeito, ao tratar da licitude da terceirização, este Colegiado aplicou em toda sua extensão a tese de repercussão geral firmada no julgamento do RE 958.252 (Tema 725), já considerando, portanto, ainda que não de forma expressa, a modulação de efeitos operada pelo STF em sede de embargos de declaração. 4 - De outro lado, no tocante aos arts. 1º, III e IV, 5º, *caput* e I, 7º, VI, VII, X e XXXII da Constituição Federal, não há de se falar em omissão capaz de macular o julgado, na medida em que a ausência de manifestação acerca do conteúdo de tais dispositivos se deu em razão do art. 894, II, da CLT, que condiciona o cabimento do recurso de embargos à demonstração de divergência jurisprudencial no âmbito do TST, tornando imprópria, assim, a indicação de violação a normas legais e constitucionais. **Embargos de declaração conhecidos e não providos.****

**Processo Nº E-RR-0000278-39.2011.5.02.0291**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro  
Embargante FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA  
Advogado Dr. Nazário Cleodon Medeiros(OAB: 84809-A/SP)  
Embargado(a) FABIANA FERREIRA RAMOS  
Advogado Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIANA FERREIRA RAMOS
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Indivíduos

**DECISÃO** : , por maioria, vencidos os Exmos. Ministros Augusto César Leite de Carvalho e Alexandre de Souza Agra Belmonte, conhecer do recurso de embargos, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, por maioria, vencido, quanto à fundamentação, o Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, Relator, dar-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento de adicional de insalubridade e seus reflexos. Honorários periciais de responsabilidade da União, na forma da Súmula nº 457 do TST. Fica mantido o valor arbitrado à condenação, para fins processuais.

**EMENTA : RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. TEMA REPETITIVO Nº 0008. AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO DA FUNDAÇÃO CASA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.** Ao julgar o IRR-1086-51.2012.5.15.0031, esta Corte fixou a seguinte tese: "O Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa não tem direito ao adicional de insalubridade, em razão do local da prestação de serviços, na medida em que o eventual risco de contato com adolescentes que possuem doenças infectocontagiosas ocorre no estabelecimento, cuja atividade é a tutela de adolescentes em conflito com a lei e não se trata de estabelecimento destinado aos cuidados da saúde humana. Tese jurídica fixada sem modulação.". Assim, deve ser reformado o acórdão embargado para adequá-lo aos parâmetros acima definidos, de observância obrigatória, nos termos dos artigos 896-C, § 11, da CLT e 927 do CPC. **Recurso de embargos conhecido e provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-RR-0000347-17.2021.5.13.0032**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Agravante(s) JOAO MENDES DE SANTANA  
Advogado Dr. Emanuel Lucena Neri(OAB: 19593-A/PB)

Advogado Dr. Rafael Círiolo Avellar de Aquino(OAB: 19436/PB)  
Agravado(s) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada Dra. Marina Rodrigues da Cunha Barreto Vianna(OAB: 27722/DF)  
Advogado Dr. Marco Aurélio Braga da Silva(OAB: 791-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- JOAO MENDES DE SANTANA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno e aplicar ao agravante multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

**EMENTA** : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ECT. PLANO DE SAÚDE. ALTERAÇÃO DO MODELO DE CUSTEIO. DECISÃO DO TST NO DISSÍDIO COLETIVO Nº 100295-05.2017.5.00.0000. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. A Egrégia Turma decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de reputar válida a modificação das regras de custeio do plano de saúde denominado "Correios Saúde", com a cobrança de mensalidades e a exigência de coparticipação dos empregados ativos e aposentados da ECT, não se configurando violação do direito adquirido, nem alteração contratual lesiva ou contrariedade à Súmula nº 51 desta Corte, haja vista a aplicação das disposições previstas na sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo Revisional nº 1000295-05.2017.5.00.0000. Precedentes. Incide, portanto, o disposto no artigo 894, § 2º, da CLT. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. Verificada, por conseguinte, a manifesta improcedência do presente agravo, em razão da interposição de recurso contra matéria pacificada no âmbito deste órgão uniformizador da jurisprudência *interna corporis*, aplica-se a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-ED-ED-ARR-0000389-17.2012.5.04.0102**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alberto Bastos Balazeiro  
Agravante(s) EDUARDO BORGES DE AGUIAR  
Advogado Dr. Fernando Arndt(OAB: 48018-A/RS)  
Advogado Dr. Roberto de Figueiredo Caldas(OAB: 5939/DF)  
Advogada Dra. Isadora Costa Caldas(OAB: 48974-A/DF)

Agravado(s) OI S.A.  
Advogado Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)  
Advogado Dr. Jorge do Couto e Silva(OAB: 17449/RS)  
Agravado(s) ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.  
Advogado Dr. Andersson Virgínio Dall'Agnol

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDUARDO BORGES DE AGUIAR  
- ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.  
- OI S.A.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRAVO EM EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932, COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMAS 725 E 739). AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE à SÚMULA Nº 126 DO TST. INESPECIFICIDADE DOS PARADIGMAS.

1. A partir do julgamento do RE 958.252 e da ADPF 324, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores ocorrer de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à atividade-fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. Reiterando este entendimento, no julgamento da ARE 791.932- RG, em repercussão geral - Tema 739, o STF declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público.

2. Na espécie, a Turma aplicou o entendimento vinculante, ressaltando que a ilicitude da terceirização, declarada no âmbito regional, não se amparava em indícios de fraude ou na constatação dos requisitos fático-jurídicos para a formação de vínculo de emprego diretamente com a tomadora de serviços, mas unicamente na circunstância de a terceirização ter ocorrido em atividade finalística do destinatário da mão de obra.

3. Nesse contexto, constata-se que a Turma não promoveu incursão no caderno probatório, mas adotou tese jurídica diversa daquela exposta no Tribunal de origem, qual seja, a de que a mera terceirização na área fim não importa na presença dos requisitos para o vínculo de emprego. Ademais, a Turma não ignorou o elemento fático regional de que a tomadora "*supervisionava e*



fiscalizava o trabalho prestado pelos empregados da segunda ré, determinando, ainda, as metas e os prazos a serem cumpridos", mas, identificando referidos elementos como reveladores de mera subordinação estrutural, firmou tese eminentemente jurídica no sentido de que " a premissa regional de caracterização tão-somente da ' subordinação estrutural' é insuficiente para o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com a tomadora de serviços, uma vez que tal subordinação é inerente à própria terceirização da área-fim".

4. Esta Subseção já firmou o entendimento de que não configura reexame de fatos e provas a apreciação, pela Turma, das premissas fáticas delineadas no acórdão regional, pela qual se conclui não terem sido revelados os elementos caracterizadores da relação de emprego, mas ter o reconhecimento do vínculo decorrido da mera circunstância de a terceirização se ter dado na área fim da tomadora de serviços. Registre-se, ademais, que, conforme jurisprudência desta Subseção, a subordinação estrutural é inerente a toda espécie de terceirização de serviços, lícita ou ilícita, e não se afigura elemento suficiente, por si só, para comprovação do vínculo empregatício. Precedentes da SDI-1. Nesse cenário, não se identifica contrariedade à Súmula nº 126 do TST.

5. Os arestos alçados a paradigma tampouco impulsionam o processamento dos embargos, porquanto ora se limitam a adotar teses genéricas acerca da possibilidade de conhecimento dos embargos por contrariedade à Súmula nº 126 do TST, ora traduzem hipóteses em que, diversamente do acórdão da Oitava Turma, houve identificação pelo órgão fracionário dos elementos caracterizadores de vínculo de emprego. Assim, incide a diretriz obstativa traçada na Súmula nº 296, I, do TST.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0000446-08.2014.5.03.0162**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	Dr. Francisco Batista de Abreu(OAB: 25158/MG)
Advogado	Dr. Pedro Henrique Faria Rodrigues(OAB: 143337-A/MG)
Agravado(s)	OISMA DE MOURA
Advogado	Dr. Carlos Magno de Araújo(OAB: 46741/MG)
Advogada	Dra. Valéria Cristina Roddrigues(OAB: 127657-A/MG)
Agravado(s)	UNIÃO (PGF)
Procuradora	Dra. Maria da Conceição Villela

**Intimado(s)/Citado(s):**

- OISMA DE MOURA
- TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
- UNIÃO (PGF)

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, não conhecer do agravo, com condenação da agravante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, por litigância de má-fé, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15, em favor do agravado.

**EMENTA : AGRADO EM EMBARGOS. RECURSO DESFUNDAMENTADO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA Nº 422, I, DO TST. NÃO CONHECIMENTO.**

1. A Presidência da 2ª Turma do TST denegou seguimento aos embargos ante a ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida, aplicando o óbice da Súmula nº 422 do TST. Entretanto, da leitura das razões do agravo, não se extrai impugnação específica aos fundamentos da decisão denegatória, limitando-se a agravante a renovar as razões dos embargos.

2. A ausência de impugnação das razões de decidir da decisão denegatória dos embargos, independentemente do acerto desses fundamentos, importa em inobservância do princípio da dialeticidade, inerente aos recursos e alçado ao caráter de exigência legal pelo art. 1.010, II, do CPC. Trata-se, ademais, de requisito do conhecimento dos recursos dirigidos ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme diretriz da Súmula nº 422, I, do TST.

3. A jurisprudência desta Subseção é firme no sentido de que a interposição de recurso sem a devida impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida, como ocorre no caso examinado, revela o caráter meramente protelatório da medida, ocasionando a condenação da parte agravante ao pagamento de multa por litigância de má-fé, ora fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15.

Precedentes desta Subseção.

**Agravo de que não se conhece, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-AIRR-0000456-81.2015.5.05.0511**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	JOSE JESUS DOS SANTOS
Advogado	Dr. Márcia Cristina Tremura Barbosa(OAB: 30220-A/BA)

Advogado	Dr. José Henrique Barbosa(OAB: 742-B/BA)
Agravado(s)	CARPELO S.A.
Advogado	Dr. Elcio Moraes de Oliveira(OAB: 18120-A/BA)
Agravado(s)	VERACEL CELULOSE S.A.
Advogado	Dr. Leandro Henrique Mosello Lima(OAB: 27586-S/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARPELO S.A.
- JOSE JESUS DOS SANTOS
- VERACEL CELULOSE S.A.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Indivíduos

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE CONSIDEROU AUSENTE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. ART. 896-A, § 4º, DA CLT. RECURSO DE EMBARGOS INCABÍVEL.** 1 - A jurisprudência desta Subseção firmou o entendimento de que, em razão do disposto no § 4º do art. 896-A da CLT, não cabe o recurso de embargos previsto no art. 894 da CLT contra a decisão da Turma que reconhece a ausência de transcendência da causa debatida na revista. 2 - Precedentes.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº E-ED-ARR-0000488-65.2012.5.15.0074**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Embargante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Júlio César Messias dos Santos(OAB: 126488-A/SP)
Advogada	Dra. Marina Pianaro Angelo Schlenert(OAB: 53369-A/PR)
Embargado(a)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO
Advogado	Dr. José Eymard Loguercio(OAB: 1441-B/DF)
Embargado(a)	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL- PREVI
Advogado	Dr. Roberto Eiras Messina(OAB: 84267-A/SP)
Advogado	Dr. Luís Fernando Feola Lencioni(OAB: 113806/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL- PREVI
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Indivíduos

**DECISÃO** : , por unanimidade, não conhecer dos embargos.

**EMENTA : EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTOS PELO BANCO DO BRASIL - RECLAMADO. REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR SOBRE PARCELAS RECONHECIDAS EM JUÍZO. TEMA 1.166 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. NÃO CONHECIMENTO.**

1. A egrégia Tuma conheceu e deu provimento ao recurso de revista interposto pelo Sindicato autor no tocante ao tema "Competência da Justiça do Trabalho. Horas extras. Reflexos. Recomposição da reserva matemática. Repasse à entidade de previdência privada.", para reconhecer a competência da justiça do trabalho para julgar a presente demanda. Pautou-se a egrégia Turma na premissa de que o objeto da discussão não seria o complemento de aposentadoria dos inativos, mas as contribuições sociais do empregador para entidade de previdência complementar fechada, com repercussão no salário de participação dos substituídos ativos.

2. O v. acórdão embargado encontra-se em consonância com o entendimento firmado pelo excelso Supremo Tribunal Federal no Tema nº 1.166 da Tabela de Repercussão Geral, segundo o qual "*competes à Justiça do Trabalho processar e julgar causas ajuizadas contra o empregador, nas quais se pretenda o reconhecimento de verbas de natureza trabalhista e os reflexos nas respectivas contribuições previdenciárias para a entidade de previdência privada a ele vinculada*".

Precedentes desta Corte.

3. Dessarte, o conhecimento do recurso de embargos encontra óbice no artigo 894, § 2º, da CLT.

**4. Recurso de embargos não conhecido.**

**Processo Nº Ag-E-RR-0000516-78.2012.5.09.0016**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante(s)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado	Dr. José Eymard Loguercio(OAB: 1441-B/DF)
Agravado(s)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Arcendino Antônio Souza Júnior(OAB: 34657-D/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS  
BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. REPERCUSSÃO. MODULAÇÃO. OJ 394 DA SBDI-1.** No caso vertente, a Eg. 2ª Turma consignou que as verbas pleiteadas têm origem em período anterior ao julgamento do IRR- 10169-57.2013.5.05.0024 e, portanto, permanece o entendimento consubstanciado na OJ 394 da SBDI-1, no sentido de que a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas no cálculo das demais verbas caracteriza *bis in idem*. De fato, a jurisprudência deste Tribunal Superior consolidou-se no sentido de que caracteriza *bis in idem* incluir os reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados para posterior cálculo das demais parcelas, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SDI-I desta Corte. Conforme destaca o acórdão embargado, trata-se de parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoou em período anterior a 14/12/2017 - marco definido pela SBDI-1 desta corte, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, e, por conseguinte, remanesce a aplicação da citada Orientação Jurisprudencial. Dessa forma, verifica-se que a decisão foi proferida em conformidade com a iterativa e notória jurisprudência desta Corte, não merecendo reparos, nos termos do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. **Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0000544-56.2020.5.10.0010**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada	Dra. Elisa Ferreira Soares Moreira(OAB: 53323-A/DF)
Advogada	Dra. Raquel Modanese(OAB: 52287-A/DF)
Agravado(s)	FRANCISCO JOSE GORGONHA ANDRADE
Advogado	Dr. Cristianne Rodrigues do Amaral(OAB: 43227-A/DF)
Advogado	Dr. Ricardo Pinto do Amaral(OAB: 21269-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP  
- FRANCISCO JOSE GORGONHA ANDRADE

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, com condenação da agravante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, por litigância de má-fé, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15, em favor do agravado.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. JUÍZO NEGATIVO DE TRANSCENDÊNCIA PELA TURMA. IRRECORRIBILIDADE NO ÂMBITO DO TST. ART. 896-A, § 4º, DA CLT. ACÓRDÃO EMBARGADO PROFERIDO EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. SÚMULA Nº 353 DO TST. EMBARGOS INCABÍVEIS. IMPOSIÇÃO DE MULTA.**

1. Conforme disposto no art. 896-A, § 4º, da CLT, afigura-se irrecorrível, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, o acórdão de Turma que não reconhece a transcendência da causa. Com efeito, esta Subseção, por meio do *leading case* Ag-E-RR-7-94.2017.5.17.0002 (Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 12/02/2021), consolidou o entendimento no sentido de serem incabíveis embargos contra acórdão de Turma que exerce juízo negativo de transcendência da causa. Precedentes.

2. Ademais, conforme o art. 5º, "b", da Lei nº 7.701/88, as Turmas do TST detêm a competência para "*julgar, em última instância, os agravos de instrumento dos despachos de Presidente de Tribunal Regional que denegarem seguimento a recurso de revista*". Interpretando o referido dispositivo de lei, esta Corte superior editou a Súmula nº 353, preconizando que, *em regra*, não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo. A presente hipótese não corresponde a nenhuma das exceções descritas na Súmula nº 353 do TST aptas a oportunizar o cabimento dos embargos. Os embargos foram interpostos em face de acórdão de Turma prolatado em agravo interposto contra decisão monocrática proferido em agravo de instrumento em recurso de revista, em que analisados os pressupostos do art. 896 da CLT quanto ao tema recursal - *base de cálculo do adicional de periculosidade promovida pela Administração Pública*.

3. A jurisprudência desta Subseção é firme no sentido de que a interposição de agravo em face de decisão que denegou seguimento aos embargos com base na Súmula nº 353 do TST revela o caráter meramente protelatório da medida, porquanto visa destrancar recurso incabível, o que enseja, assim, a condenação da parte agravante ao pagamento de multa por litigância de má-fé, ora

fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15.

**Agravo a que se nega provimento, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0000555-94.2016.5.10.0020**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Agravante(s)        ODILON SANTOS ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA LTDA.  
Advogada            Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-A/GO)  
Agravado(s)         MARCELO FERNANDES FOLHA  
Advogado            Dr. João Evangelista de Oliveira(OAB: 7783/DF)  
Agravado(s)         TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.  
Advogada            Dra. Hulda Lopes de Freitas(OAB: 37130-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCELO FERNANDES FOLHA  
- ODILON SANTOS ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA LTDA.  
- TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo e, em face do intuito protelatório da medida intentada, impor ao agravante multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO RÉU POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DESTE TRIBUNAL.** Merece ser mantida a decisão singular que denegou seguimento aos embargos, porquanto o acórdão embargado, após análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista previstos no artigo 896 da CLT, negou provimento ao agravo de instrumento. Aplicou-se, portanto, na espécie o óbice da Súmula nº 353 deste Tribunal, uma vez que, ao contrário do que afirma o agravante, a hipótese dos autos não está contemplada nas exceções nela estabelecidas. Pertinente o referido óbice, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de julgados oriundos deste Órgão uniformizador. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0000590-84.2014.5.05.0401**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Maria Helena Mallmann  
Agravante(s)        DIODATO BLUMETTI  
Advogada            Dra. Gabriela Gianni Paes Mendes(OAB: 14452-A/DF)  
Advogada            Dra. Rita de Cássia Barbosa Lopes Vivas(OAB: 8685-A/DF)  
Advogado            Dr. Daniel Vencimento dos Santos(OAB: 27059-A/BA)  
Agravado(s)        EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA  
Advogado            Dr. Sergio Santos Silva(OAB: 9943/BA)  
Advogado            Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DIODATO BLUMETTI  
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM RECURSO DE EMBARGOS. LEI Nº 13.467/2017.**

**DIFERENÇAS SALARIAIS. PROMOÇÕES. PLANO DE CARGOS REVOGADO. PRESCRIÇÃO TOTAL. CONTRARIEDADE À SÚMULA 126. NÃO CONFIGURAÇÃO. MATÉRIA PACIFICADA.**

**INCIDÊNCIA DO ART. 894, § 2.º DA CLT. 1.** Nos termos do entendimento firmado no âmbito desta Subseção, não há que se falar, como regra, em contrariedade a verbetes que ostentem natureza processual, uma vez que, diante da função uniformizadora desta doughty Seção, revela-se inviável o reexame de decisões de Turma quanto à análise do conhecimento do recurso de revista, excepcionando-se os casos em que, na decisão embargada, houver afirmação diametralmente contraposta ao teor do verbatim de conteúdo processual indicado pela parte. Precedentes. **2.** A discussão travada no âmbito da Turma de origem possui contornos estritamente jurídicos, sem que fosse realizado qualquer revolvimento do conjunto fático-probatório dos presentes autos, mas tão somente o devido enquadramento jurídico dos fatos examinados pela Corte de origem no acórdão regional proferido. Com efeito, apenas analisou-se a questão jurídica apresentada a partir das mesmas premissas fáticas assentadas pela Corte Regional, soberana no exame de provas, a fim de considerar que a revogação do PCS de 1986 se trata de ato único do empregador, a atrair a incidência da prescrição total, prevista na Súmula 294 do TST. **3.** No que tange à matéria de fundo, segundo a jurisprudência iterativa e notória do TST, ficou consolidado no âmbito desta Subseção o entendimento de que se aplica a prescrição total ao pedido de diferenças salariais decorrentes do plano de cargos e salários



revogado há mais de cinco anos e substituído por novo PCCS, uma vez que se trata de alteração contratual, e não de descumprimento do pactuado. Precedentes da SDI-1 envolvendo a mesma reclamada dos presentes autos. Incidência do art. 894, § 2.º da CLT. **Agravo conhecido e desprovido.**

**MULTA DO ART. 1.021, § 4.º, DO CPC APLICADA PELA TURMA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 296, I, DO TST.** Nos termos da Súmula 296, I, do TST, a divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram. No caso dos autos, contudo, os julgados transcritos, embora válidos (Súmula 337 do TST), não possuem a especificidade hábil a impulsionar o processamento do recurso de embargos (Súmula 296, I, do TST), pois os modelos não abordam as mesmas premissas fático-jurídicas dos autos, seja por debater acerca de dispositivo distinto (art. 557, § 2.º do CPC/1973), seja porque a exclusão das multas foi analisada conforme o caso concreto debatido nesses autos, entendendo que, nesses casos específicos, não há como considerar o recurso como inadmissível diante das argumentações apresentadas. Incidência da Súmula 296, I, do TST. **Recurso de agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-RR-0000625-54.2012.5.04.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Advogado	Dr. João Carlos Gross de Almeida(OAB: 9724/RS)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogada	Dra. Márcia Maria Guimarães de Sousa(OAB: 8383/DF)
Agravado(s)	SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA VASCONCELLOS
Advogado	Dr. Antônio Vicente da Fontoura Martins(OAB: 21328/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA VASCONCELLOS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno e condenar a parte recorrente a pagar multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil, no importe de 2% sobre o valor atualizado da causa.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM RECURSO**

**DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS. APLICAÇÃO DA DECISÃO VINCULANTE PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADC Nº 58. JUROS DE MORA. FASE PRÉ-JUDICIAL.** A Egrégia Turma, ao adotar tese de que, na fase pré-judicial, incide o IPCA-E cumulado com juros moratórios previstos no artigo 39, *caput*, da Lei nº 8.177/91, decidiu em consonância com a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal. Precedentes desta Subseção. Incide, no caso, o disposto no artigo 894, § 2º, da CLT. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. Verificada, por conseguinte, a manifesta improcedência do presente agravo, bem como a interposição do apelo após o marco definido por esta Subseção para incidência da multa (30/06/2022), aplica-se a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-E-ARR-0000694-38.2014.5.09.0022**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Advogada	Dra. Manoella Molinari Tramuja Dias(OAB: 40948/PR)
Advogada	Dra. Melissa Braga Trajano Borges(OAB: 70143-A/PR)
Embargado(a)	VICENTE JOSE LEAO
Advogada	Dra. Josane de Fátima Coutinho Fanine(OAB: 35430-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
- VICENTE JOSE LEAO

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para, sanando omissão, dar provimento aos embargos para determinar a incidência do IPCA-E e juros do art. 39, *caput*, da Lei 8.177 de 1991) na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa Selic (juros e correção monetária), ressalvados os valores eventualmente pagos, nos termos da primeira parte do item "i" da modulação do STF, vedada a dedução ou compensação de eventuais diferenças pelo critério de cálculo anterior, parâmetros a serem observados em liquidação de sentença.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS. ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). INAPLICABILIDADE DAS PRERROGATIVAS DA**

**FAZENDA PÚBLICA. JUROS DE MORA. PROCESSO EM FASE COGNITIVA. APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE FIRMADA NA ADC 58/STF. OMISSÃO CARACTERIZADA. VÍCIO SANADO.**

1. Esta Subseção conheceu dos embargos interpostos pelo reclamante e deu-lhes provimento para, afastando a extensão à reclamada das prerrogativas da Fazenda Pública, restabelecer a sentença que determinara a fixação dos juros de mora na forma do art. 39, § 1º, da Lei nº 8.177/1991.

2. Contudo, a matéria referente ao índice de correção monetária aplicável aos débitos trabalhistas foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 58, em exame conjunto com a ADC 59 e com as ADIs 5867 e 6021. O entendimento do STF foi claro no sentido de que, até a superveniência de lei, incide o IPCA-E e juros legais (art. 39, *caput*, da Lei 8.177, de 1991 como regra, ou art. 1º-F, da Lei 9.494/1997 para a Fazenda Pública) na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa Selic (juros e correção monetária), ressalvados os valores eventualmente pagos e a coisa julgada decorrente de sentença que expressamente haja fixado forma diversa de atualização dos débitos trabalhistas.

3. Nesse contexto, considerando que o acórdão ora embargado firmou entendimento de que a reclamada não goza dos privilégios da Fazenda Pública, e que não houve trânsito em julgado da sentença quanto à forma de atualização dos débitos trabalhistas, impõe-se a adoção imediata das diretrizes traçadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADCs 58 e 59.

**Embargos de declaração conhecidos e parcialmente providos, com efeito modificativo.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-RR-0000696-94.2011.5.01.0067**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	DAYANNA SOARES DA CRUZ
Advogado	Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Embargado(a)	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogada	Dra. Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 35271/RJ)
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)
Embargado(a)	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Dra. Karina Graça de Vasconcellos Rêgo(OAB: 92896-A/RJ)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Advogado	Dr. Pedro Emygdio Cabral de Vasconcellos(OAB: 146062-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.

- DAYANNA SOARES DA CRUZ  
- LIQ CORP S.A.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**TERCEIRIZAÇÃO. CALL CENTER. ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324 E DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725). ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

Conforme constou da decisão embargada, a decisão da Turma, de considerar lícita a terceirização dos serviços de *call center* pelo tomador de serviços foi proferida em harmonia com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da matéria. Quanto à isonomia salarial, aplicou-se, na decisão ora embargada, o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE-635.546 (Tema nº 383 do Ementário de Repercussão Geral), em que aquela Corte fixou a tese de que "*A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas*" (DJe 19/5/2021). Assim, não há falar em omissão no acórdão embargado em relação aos dispositivos da Constituição Federal que a reclamante pretende sejam examinados para o fim de prequestionamento, não havendo, neste caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, de forma que estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter infringente e revelam tão somente o mero inconformismo da embargante com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-RRAg-0000796-78.2012.5.04.0019**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos  
Embargante ESPÓLIO de GUILHERME STOCKEY  
Advogado Dr. Eduardo Caruso Cunha(OAB: 55239/RS)  
Advogado Dr. Rafael Tostes Mottin(OAB: 38325/RS)  
Embargado(a) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
Advogada Dra. Juliana Cristina Martinelli Raimundi(OAB: 15909-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
- ESPÓLIO de GUILHERME STOCKEY

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento e, considerando-os manifestamente protelatórios, condenar a parte Embargante a pagar a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa corrigido, nos termos do art. 1.026, §2º, do CPC/2015.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES INFLACIONÁRIOS. ADC Nº58. EFEITO VINCULANTE. INESPECIFICIDADE DO ARESTO. SÚMULA 296, I, DO TST. AUSÊNCIA DE OMISSÃO.** Na hipótese, não se evidencia qualquer omissão. De fato, os presentes embargos declaratórios revelam nítida e imprópria pretensão de rediscussão do julgado, intenção que não se coaduna com os propósitos da medida ora intentada, cujo manejo encontra-se adstrito às hipóteses elencadas nos artigos 1022 do CPC/2015 e 897-A da CLT. **Embargos de declaração de que se conhece e a que se nega provimento, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-ARR-0000838-76.2012.5.04.0521**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Evandro Pereira Valadão Lopes  
Agravante(s) BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.  
Advogado Dr. Eduardo Freire Fernandes(OAB: 37586/RS)  
Advogado Dr. Marco Loreto Teixeira de Pinho(OAB: 88125-A/RS)  
Agravado(s) COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI  
Advogado Dr. Eduardo Freire Fernandes(OAB: 37586/RS)  
Agravado(s) TALITA BELLÉ  
Advogado Dr. Roger Maurício Bellé(OAB: 66053/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.  
- COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI  
- TALITA BELLÉ

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , à unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO. EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. COOPERATIVA DE CRÉDITO. INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. VÍNCULO DA RECLAMANTE DIRETAMENTE COM O BANCO E A SUA CONDIÇÃO DE BANCÁRIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. CONTRARIEDADE À ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 379 DA SBDI-I DO TST. NÃO OCORRÊNCIA. DESPROVIMENTO.**

I. No caso dos autos, a Quarta Turma do TST não conheceu do recurso de revista dos reclamados, mantendo o acórdão do Tribunal Regional que, em sede de recurso ordinário, reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e a instituição bancária, bem como a condição de trabalhadora bancária, sob o argumento de que, apesar de ter sido contratada por uma cooperativa de crédito, o banco parceiro se utilizava da mão de obra da reclamante para realizar seus objetivos sociais, sem remunerá-la com os mesmos direitos dos bancários. Seguiu-se a interposição de embargos de divergência pelo banco reclamado, não admitidos pela Presidência da Turma, por não vislumbrar contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 379 da SBDI-I do TST e ante a invocação do óbice previsto na Súmula nº 296, I, do TST.

II. A Turma Julgadora, ao não conhecer dos apelos de revista, assentou que o Regional, por considerar fraudulento o convênio firmado entre a instituição bancária e a cooperativa de crédito, reconheceu o vínculo de emprego da trabalhadora diretamente com o banco. Consignou que, não obstante a Orientação Jurisprudencial nº 379 da SBDI-1 disponha que os empregados de cooperativas de crédito não se equiparam a bancário, a situação dos autos é peculiar, vez que houve um desvirtuamento da cooperativa, que passou a funcionar como verdadeira agência bancária. Registrou que a hipótese dos autos não desafia a aplicação do entendimento vinculante do STF fixado no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958252 "*pois a constatação da irregularidade da terceirização decorreu da fraude na contratação e do desvirtuamento dos objetivos sociais da cooperativa*". Apontou que, para afastar a premissa fática assentada pelo Tribunal Regional, seria necessário o reexame das provas dos autos.

III. Compulsando as razões do recurso de embargos, constata-se que a parte não logra demonstrar divergência jurisprudencial na matéria. Os arestos carreados nas razões de embargos assentam que, em razão das diferenças estruturais e finalísticas entre as cooperativas de crédito, que atuam no âmbito do interesse comum dos seus afiliados, e os estabelecimentos bancários, que objetivam a obtenção de lucros, não seria permitida a extensão aos empregados das cooperativas de crédito das normas inerentes à categoria dos empregados bancários. Todavia, nenhum desses julgados aborda as premissas fáticas norteadoras do acórdão embargado, relativas à existência de um convênio fraudulento, à transgressão da função social da sociedade cooperativa e ao reconhecimento de vínculo de emprego diretamente com a instituição bancária. São distintos, portanto, os contextos fáticos dos casos analisados, a atrair a aplicação do óbice da Súmula 296, I, do TST. Registre-se que, o aresto paradigma nº 0001517-32.2011.5.04.0741, transcrito apenas nas razões de agravo interno, é inovatório em relação ao recurso de embargos, de modo que se mostra inservível ao confronto de teses.

IV. Nesse contexto, também não se divisa contrariedade à Orientação Jurisprudência nº 379 da SDI-1/TST, pois conquanto referido verbete disponha que os empregados de cooperativas de crédito não se equiparam a bancário para efeito de aplicação do art. 224 da CLT, o Regional constatou a ocorrência defraudena contratação da parte reclamante, por intermédio decooperativa, com o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a instituição bancária, de modo que a trabalhadora deixou de ser cooperada, não se mostrando pertinente a incidência da Orientação Jurisprudencial nº 379 da SBDI-1/TST.

V. Por fim, quanto à alegação de contrariedade ao entendimento firmado pelo STF no julgamento da ADPF nº 324 e no Recurso Extraordinário nº 958.252, referida insurgência não fora objeto de exame pela decisão agravada e a parte não opôs aclaratórios a fim de sanar eventual omissão, de modo que a discussão encontra-se preclusa.

VI. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento.

**Processo Nº ED-E-ED-ARR-0000860-13.2011.5.04.0023**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Moisés Vogt(OAB: 30215/RS)
Advogado	Dr. Leonardo Gauland de Magalhães Bortoluzzi(OAB: 18056/DF)
Advogada	Dra. Ana Regina Marques Brandão(OAB: 4891/AL)

Embargado(a)	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Advogado	Dr. Cláudio Dias de Castro(OAB: 32361-A/RS)
Embargado(a)	IZABEL CATARINA RODRIGUES BORGES
Advogado	Dr. Paulo Luiz Pereira(OAB: 51771/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
- IZABEL CATARINA RODRIGUES BORGES

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de corrigir erro material, sem conferir efeito modificativo ao julgado.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE EMBARGOS. ERRO MATERIAL.** Embargos providos para sanar erro material na parte dispositiva do acórdão embargado. **Embargos de declaração de que se conhece e a que se dá provimento para correção de erro material, sem efeito modificativo.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0000865-53.2017.5.08.0107**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Agravante(s)	ARAGUARINA AGROPASTORIL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS
Advogada	Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-A/GO)
Agravado(s)	DGERSON SILVA DE SOUSA
Advogado	Dr. Aveilton Silva de Souza(OAB: 19366/PA)
Agravado(s)	TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogado	Dr. Breno Fernandes de Sousa(OAB: 37237-D/GO)
Agravado(s)	POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. Patrício Dutra Dantas Ferreira(OAB: 23931-A/GO)
Agravado(s)	TRANSFRIGO TRANSPORTES FRIGORÍFICOS E CARGAS LTDA.
Advogado	Dr. Luiz Cláudio da Costa(OAB: 18194-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARAGUARINA AGROPASTORIL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS
- DGERSON SILVA DE SOUSA
- POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA. E OUTRA
- TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
- TRANSFRIGO TRANSPORTES FRIGORÍFICOS E CARGAS LTDA.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais



**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, aplicando às agravantes multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 81, caput, c/c 80, VII, do CPC de 2015.

**EMENTA : AGRAVO. EMBARGOS. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EMBARGOS NÃO ADMITIDOS PELA PRESIDÊNCIA DA TURMA. RECURSO INCABÍVEL. SÚMULA Nº 353 DO TST. NÃO PROVIMENTO.**

I. A Presidência da 2ª Turma denegou seguimento aos embargos das reclamadas, por incabíveis, ao fundamento de que a decisão que desproveu o recurso de agravo interno em agravo de instrumento em recurso de revista, em que analisados os pressupostos intrínsecos do recurso de revista, não se encontra entre as exceções contidas na Súmula nº 353 do TST.

II. Nas razões do recurso de agravo interno, as reclamadas pugnam pelo afastamento do óbice consolidado no caput da Súmula nº 353 do TST, sob o argumento, em síntese, de que a hipótese dos autos se amolda à regra exceptiva prevista na alínea "f" da referida Súmula.

III. Todavia, diferentemente do que sustentam as agravantes, o caso dos autos não se amolda à alínea "f" da Súmula nº 353 do TST, que admite a interposição de embargos na hipótese de agravo interno interposto contra decisão unipessoal do relator em sede de recurso de revista, ao passo que a decisão embargada foi proferida em sede de agravo interno em agravo de instrumento em recurso de revista. Ademais, a pretensão das embargantes remete à análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, apreciados por ocasião do julgamento do agravo em agravo de instrumento, hipótese não contemplada pela Súmula nº 353 do TST.

IV. Registra-se que, no caso de recurso dirigido contra decisão pautada na jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior, esta Subseção posiciona-se pela aplicação da multa prevista no art. 81, caput, do CPC de 2015, diante do manifesto intuito protelatório da parte.

V. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento, com aplicação de multa às agravantes, no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, na forma dos arts. 80, VII, e 81 do CPC de 2015.

Advogada	Dra. Ana Regina Marques Brandão(OAB: 4891/AL)
Advogado	Dr. Tarquínio Matias Barbosa Ganzert(OAB: 273204-A/SP)
Advogado	Dr. Pedro Araújo Costa(OAB: 31411-A/DF)
Advogada	Dra. Simone Oliveira Ancelmo(OAB: 130841-A/MG)
Advogado	Dr. Renato de Almeida Gentil(OAB: 54205-A/DF)
Agravado(s)	CLAUDIO CAETANO E OUTROS
Advogado	Dr. Ricardo Luiz Rodrigues da Fonseca Passos(OAB: 15523-A/DF)
Advogado	Dr. Vitor Guedes da Fonseca Passos(OAB: 48468-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CLAUDIO CAETANO E OUTROS

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL RECONHECIDA PELA TURMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARGUIÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. PARADIGMAS INESPECÍFICOS. SÚMULA Nº 296, I, DO TST. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À SÚMULA Nº 297, II E III, DO TST.**

1. A Oitava Turma conheceu do recurso de revista interposto pelo reclamante, quanto à preliminar de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, e, no mérito, deu-lhe provimento para determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional a fim de que se pronuncie sobre as questões suscitadas pelo autor em seus embargos de declaração, atinentes à caracterização da periculosidade. Assinalou, ainda, que houve pedido de manifestação àquela Corte acerca dos pavimentos dos locais de trabalho dos reclamantes, refutando a alegação, deduzida em embargos de declaração, de ocorrência de julgamento *extra petita*.
2. À luz da Súmula nº 296, I, do TST, a configuração de divergência jurisprudencial pressupõe identidade de premissas fáticas e de controvérsia jurídica, com diversa solução - o que não se constata na espécie. Além da disparidade de premissas fáticas entre o acórdão da Oitava Turma e o único paradigma colacionado nos embargos, não se verifica conflito de teses jurídicas, uma vez que a Turma explicitou que houvera pedido específico de manifestação acerca da matéria em que reconhecida a nulidade arguida - precisamente o entendimento do paradigma acostado.
3. Tampouco se identifica contrariedade à Súmula nº 297, II e III, do TST. Os verbetes traduzem entendimento acerca do prequestionamento de matéria jurídica para fins de recurso de

**Processo Nº Ag-Emb-ED-ED-RR-0000902-50.2017.5.10.0002**  
Complemento                      Processo Eletrônico  
Relator                              Min. Alberto Bastos Balazeiro  
Agravante(s)                      BANCO DO BRASIL S.A.

natureza extraordinária, que consiste em ônus da parte para exame do mérito de sua pretensão recursal, e, não, de requisitos para a configuração de nulidade por negativa de prestação jurisdicional - vício de fundamentação atribuído ao julgador. De toda sorte, o registro, pela Turma, de que o reclamante deduziu pedido específico de manifestação acerca da matéria fática sobre a qual a Corte Regional teria se mantido omissa se mostra suficiente para afastar qualquer alegação de contrariedade aos referidos verbetes.

4. Inviável, portanto, o processamento dos embargos.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0000916-22.2010.5.04.0301**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	TIAGO LEITE DA SILVA
Advogado	Dr. Lúcio Fernandes Furtado(OAB: 65084/RS)
Advogado	Dr. Amir Barroso Khodr(OAB: 40140/DF)
Agravado(s)	AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Marcelo Vieira Papaleo(OAB: 62546-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.
- TIAGO LEITE DA SILVA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932, COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMAS 725 E 739). AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE à SÚMULA Nº 126 DO TST. INESPECIFICIDADE DOS PARADIGMAS.**

1. A partir do julgamento do RE 958.252 e da ADPF 324, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores ocorrer de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à atividade-fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. Reiterando este entendimento, no julgamento da ARE 791.932- RG, em repercussão geral - Tema 739, o STF declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza

a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público.

2. Na espécie, a Segunda Turma aplicou o entendimento vinculante, ressaltando que a ilicitude da terceirização, declarada no âmbito regional, não se amparara em indícios de fraude ou na constatação dos requisitos fático-jurídicos para a formação de vínculo de emprego diretamente com a tomadora de serviços, mas unicamente na circunstância de a terceirização ter ocorrido em atividade finalística do destinatário da mão de obra.

3. Nesse contexto, constata-se que a Turma não promoveu incursão no caderno probatório, mas adotou tese jurídica diversa daquela exposta no Tribunal de origem, qual seja, a de que a mera terceirização na área fim não importa na presença dos requisitos para o vínculo de emprego. Ademais, a Turma não ignorou o elemento fático regional de que havia "fiscalização conjunta dos serviços por parte de empregados da reclamada (tomadora dos serviços) e da empregadora do reclamante", mas, identificando referidos elementos como insuficientes para a configuração da subordinação jurídica direta com a destinatária da mão de obra, firmou tese eminentemente jurídica no sentido de que "o fato de a reclamante se reportar a empregados da reclamada não implica subordinação direta, mesmo porque a execução dos serviços se faz no interesse do tomador dos serviços", bem como que "o reconhecimento do vínculo de emprego com o tomador de serviços com base na mera constatação de subordinação objetiva ou estrutural não constitui distinguishing à hipótese analisada pela Suprema Corte".

4. Esta Subseção já firmou o entendimento de que não configura reexame de fatos e provas a apreciação, pela Turma, das premissas fáticas delineadas no acórdão regional, pela qual se conclui não terem sido revelados os elementos caracterizadores da relação de emprego, mas ter o reconhecimento do vínculo decorrido da mera circunstância de a terceirização se ter dado na área fim da tomadora de serviços. Registre-se, ademais, que, conforme jurisprudência desta Subseção, a subordinação estrutural é inerente a toda espécie de terceirização de serviços, lícita ou ilícita, e não se afigura elemento suficiente, por si só, para comprovação do vínculo empregatício. Precedentes da SDI-1. Nesse cenário, não se identifica contrariedade à Súmula nº 126 do TST.

5. Os arestos alçados a paradigma tampouco impulsionam o processamento dos embargos, porquanto ora se limitam a adotar teses genéricas acerca da possibilidade de conhecimento dos embargos por contrariedade à Súmula nº 126 do TST, ora traduzem hipóteses em que, diversamente do acórdão da Segunda Turma, houve identificação pelo órgão fracionário dos elementos caracterizadores de vínculo de emprego. Assim, incide a diretriz

obstativa traçada na Súmula nº 296, I, do TST.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-Emb-ED-RR-0001015-61.2018.5.09.0013**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado	Dr. Paulo Roberto Koehler Santos(OAB: 27585-A/PR)
Advogado	Dr. Eduardo Surian Matias(OAB: 23400/DF)
Advogado	Dr. Nasser Ahmad Allan(OAB: 28820-A/PR)
Advogado	Dr. Ricardo Nunes de Mendonca(OAB: 35460-A/PR)
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Agravado(s)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Tobias de Macedo(OAB: 21667/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRADO EM EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO DE TURMA QUE NÃO CONHECE DO RECURSO DE REVISTA POR DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS INSCRITOS NO ART. 896, § 1º-A, DA CLT. INESPECIFICIDADE DOS ARESTOS PARADIGMAS. SÚMULA Nº 296, I, DO TST.**

Conforme inteligência da Súmula nº 296, I, do TST, a configuração de divergência jurisprudencial pressupõe identidade de premissas fáticas e de controvérsia jurídica, com diversa solução. Na espécie, a Sexta Turma não conheceu do recurso de revista interposto pelo sindicato, que possuía como tema recursal a legitimidade ativa da entidade de classe, ao fundamento de inobservância dos pressupostos de admissibilidade inscritos no art. 896, § 1º-A, da CLT, notadamente em razão da transcrição, nas razões recursais, de trecho estranho aos autos. Os arestos apontados como paradigmas, a seu turno, traduzem hipóteses em que se afasta a incidência de óbices processuais no exame de recursos de revista que versam o tema "*responsabilidade subsidiária da Administração Pública*", por se tratar de matéria objeto de tese vinculante no Supremo Tribunal Federal. Afigura-se, assim, patente a inespecificidade dos paradigmas, máxime porque não há, no

acórdão da Turma, tese a respeito de possibilidade ou não de mitigação dos requisitos formais em razão de a matéria de fundo possuir tese vinculante esgrimida pelo Supremo Tribunal Federal - circunstância que, aliás, sequer é noticiada no julgado. Inviável, portanto, o processamento dos embargos.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-E-RR-0001037-34.2019.5.10.0021**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s)	MILENE BARROS RODRIGUES
Advogado	Dr. Igor Becale Godoy(OAB: 33134-A/DF)
Agravado(s)	CLARO S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)
Agravado(s)	COTA TUDO COMÉRCIO DE CELULARES EIRELI - EPP

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO S.A.  
- COTA TUDO COMÉRCIO DE CELULARES EIRELI - EPP  
- MILENE BARROS RODRIGUES

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo.

**EMENTA : AGRADO EM RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONDENAÇÃO INDEVIDA. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS. RELAÇÃO DE NATUREZA COMERCIAL.** Não merecem processamento os embargos interpostos sob a vigência da Lei 13.015/2014, pois não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do art. 894, II, da CLT.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0001075-40.2019.5.12.0005**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante(s)	MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
Procurador	Dr. Jeancarlo Gorges
Procurador	Dr. Tiago Thadeu Schmitz de Menezes
Agravado(s)	MERACI SOUZA DA SILVEIRA
Advogado	Dr. Greco Dagoberto Fiorin(OAB: 35740-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MERACI SOUZA DA SILVEIRA

- MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios  
Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, não exercer o juízo de retratação previsto no art. 1030, II, do CPC (543-B, § 3º, do CPC/1973).  
Devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte para as providências cabíveis.

**EMENTA** : DEVOLUÇÃO PARA EVENTUAL JUÍZO DE RETRATAÇÃO. AGRAVO EM EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. REMUNERAÇÃO EM DOBRO DAS FÉRIAS PAGAS FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. JULGAMENTO DA ADPF Nº 501 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA Nº 450 DO TST. EXISTÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA ORIGINARIAMENTE POR ESTA SUBSEÇÃO.

Com efeito, esta Subseção negou provimento ao agravo interposto pelo Reclamado por aplicar o óbice contido na Súmula 353/TST. Nesse contexto, observa-se que não houve, no acórdão anteriormente proferido por esta Subseção, análise do tema "Súmula nº 450 do TST (remuneração, em dobro, de férias pagas fora do prazo previsto no art. 145 da CLT) declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, considerando que a competência para o exercício do juízo de retratação é do último órgão que apreciou a questão de mérito discutida, qual seja a Eg. 1ª Turma desta Corte, deixa-se de exercer o juízo de retratação previsto no art. 1.030, II, do CPC/2015 (543-B, § 3º, do CPC/1973).

**Juízo de retratação não exercido, com determinação de restituição dos autos à Vice-Presidência do TST.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0001136-75.2018.5.23.0021**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Agravante(s)	SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
Advogada	Dra. Priscila Santos Raimundi Carlos Pereira Ribeiro(OAB: 18022-A/MT)
Agravado(s)	IZABEL CAMPO SILVA
Advogado	Dr. Nyemaier Matos da Silva(OAB: 19869/MT)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IZABEL CAMPO SILVA
- SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios  
Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM

**RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. JORNADA 12X36. NORMA COLETIVA. VALIDADE. TEMA 1046 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. SOBRESTAMENTO.** A viabilidade do recurso de embargos se dá mediante invocação de divergência jurisprudencial entre as Turmas desta Corte e entre estas e a SBDI-1 do TST ou contrárias a súmula do TST ou a orientação jurisprudencial desta Subseção ou a súmula vinculante do STF, nos limites do artigo 894, II, da CLT. A parte, contudo, não se desincumbiu de fundamentar o recurso de embargos em um dos permissivos legais do artigo 894, II, da CLT. Ante a restrição do art. 894, II, da CLT, não viabiliza o processamento do recurso a indicação de divergência jurisprudencial calcada em decisões monocráticas ou certidão de julgamento. Os paradigmas apontados sem transcrição da ementa ou do trecho do acórdão com o qual pretendia estabelecer o confronto de teses não satisfazem a exigência contida no item I, "b", da Súmula 337 do TST. Quanto à questão de fundo, a parte não cuidou de amparar o recurso de embargos em um dos permissivos legais do artigo 894, II, da CLT. Decisão agravada mantida. **Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RRAg-0001145-45.2018.5.10.0006**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	FVO - BRASÍLIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-A/DF)
Advogado	Dr. Fernanda Bandeira Andrade(OAB: 20758-A/DF)
Agravado(s)	DIEGO AMADO VIDAL DA COSTA
Advogado	Dr. Alancardé Ferreira de Almeida(OAB: 12464-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DIEGO AMADO VIDAL DA COSTA
- FVO - BRASÍLIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios  
Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE CONSIDEROU AUSENTE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. ART. 896-A, § 4º, DA CLT. RECURSO DE EMBARGOS INCABÍVEL. 1 - A jurisprudência desta Subseção firmou o entendimento de que, em razão do disposto no § 4º do art. 896-A da

CLT, não cabe o recurso de embargos previsto no art. 894 da CLT contra a decisão da Turma que reconhece a ausência de transcendência da causa debatida na revista. 2 - Precedentes.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001185-45.2012.5.01.0052**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	SEBASTIÃO FERNANDO DE QUEIROZ GOMES
Advogada	Dra. Eryka Farias de Negri(OAB: 13372/DF)
Advogada	Dra. Cristina Suemi Kaway Stamato(OAB: 123502/RJ)
Agravado(s)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- SEBASTIÃO FERNANDO DE QUEIROZ GOMES

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC. AGRAVO QUE NÃO LOGRA DEMONSTRAR A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA, A VIABILIDADE DO RECURSO DE REVISTA E NÃO REFUTA DEVIDAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APELO REPUTADO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL EM DECISÃO FUNDAMENTADA. INESPECIFICIDADE DOS ARESTOS. SÚMULA Nº 296, I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** Não merece processamento o recurso de embargos, diante da inespecificidade dos arestos colacionados, em desconformidade com a diretriz da Súmula nº 296, I, do TST. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido.  
**Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-ARR-0001186-25.2016.5.05.0037**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	ROSANA FERREIRA SANTOS DE ARAUJO
Advogado	Dr. Mayer Chagas Flores(OAB: 22951-A/BA)
Embargado(a)	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Embargado(a)	BANCO ITAUCARD S.A.

Advogado

Dr. Antônio Braz da Silva(OAB: 25998/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.  
- LIQ CORP S.A.  
- ROSANA FERREIRA SANTOS DE ARAUJO

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**TERCEIRIZAÇÃO. CALL CENTER. ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. ARESTO FORMALMENTE INVÁLIDO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTRELATÓRIOS.**

Conforme salientado no acórdão ora embargado, não obstante tenha a parte indicado a fonte oficial de publicação do aresto indicado para o fim de demonstração da existência de divergência jurisprudencial e tenha transcrito trechos dos fundamentos do seu inteiro teor, não cuidou de transcrever a ementa do julgado, nem juntou aos autos a cópia respectiva, conforme exigem o item III, combinado com o item I, letra "a", da Súmula nº 337 desta Corte, o que se faz necessário, uma vez que, nos termos esclarecidos pela própria súmula, só são publicados no DEJT o dispositivo e a ementa dos acórdãos. Em virtude da imprestabilidade do aresto paradigma não houve pronunciamento acerca do mérito recursal, o que afasta a alegada omissão quanto a eventual existência do alegado *distinguishing*. Infundadas as alegações da embargante, não se identificando, no caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, de forma que estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter infringente e revelam tão somente o seu mero inconformismo com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001187-77.2015.5.09.0669**



Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Agravante(s) ANA MARIA DOS SANTOS GONCALVES E OUTRO  
Advogada Dra. Ruth Helena Leme de Carvalho dos Reis(OAB: 89130/PR)  
Advogado Dr. Viviane Coelho de Sellos Knoerr(OAB: 63587-A/PR)  
Agravado(s) PAULO CESAR DE FARIAS  
Advogado Dr. Guilherme Costa Terceiro(OAB: 59735-A/PR)  
Agravado(s) JOSÉ HENRIQUE CALDERAN  
Advogado Dr. Flavio Fattori Valerio(OAB: 70838-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA MARIA DOS SANTOS GONCALVES E OUTRO
- JOSÉ HENRIQUE CALDERAN
- PAULO CESAR DE FARIAS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo e, em face do intuito protelatório da medida intentada, impor aos agravantes multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO. DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DOS EXECUTADOS POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DESTE TRIBUNAL.** Merece ser mantida a decisão singular que denegou seguimento aos embargos, porquanto o acórdão embargado, após análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista previstos no artigo 896 da CLT, negou provimento ao agravo de instrumento. Aplicou-se, portanto, na espécie o óbice da Súmula nº 353 deste Tribunal, uma vez que, ao contrário do que afirmam os agravantes, a hipótese dos autos não está contemplada nas exceções nela estabelecidas. Pertinente o referido óbice, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de julgados oriundos deste Órgão uniformizador. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001239-42.2018.5.10.0022**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Agravante(s) FRANCISCO DE BRITTO ESCHER GUIMARAES  
Advogado Dr. Leandro Oliveira Gobbo(OAB: 30851-A/DF)  
Agravado(s) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogada Dra. Ana Virgínia Batista Lopes de Souza(OAB: 16660/DF)  
Advogada Dra. Natália Guerreiro Lasneaux(OAB: 31378/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- FRANCISCO DE BRITTO ESCHER GUIMARAES

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. INESPECIFICIDADE DO ARESTO. SÚMULA Nº 296, I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** Não merece processamento o recurso de embargos, diante da inespecificidade do aresto colacionado, em desconformidade com a diretriz da Súmula nº 296, I, do TST. Mantém-se o decidido, ainda que por fundamento diverso. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-Ag-RR-0001344-39.2011.5.01.0014**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. José Roberto Freire Pimenta  
Embargante SOREIDE ALVES DOS SANTOS  
Advogado Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)  
Embargado(a) LIQ CORP S.A  
Advogado Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)  
Embargado(a) BANCO ITAUCARD S.A.  
Advogado Dr. Natália Martins Araújo(OAB: 161658/RJ)  
Advogado Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- LIQ CORP S.A
- SOREIDE ALVES DOS SANTOS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**TERCEIRIZAÇÃO. CALL CENTER. ATIVIDADE BANCÁRIA.**

**LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324 E DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725). ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

Conforme constou da decisão embargada, a decisão da Turma, de considerar lícita a terceirização dos serviços de *call center* pelo tomador de serviços foi proferida em harmonia com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da matéria. Assim, não há falar em omissão no acórdão embargado em relação aos dispositivos da Constituição Federal que a reclamante pretende sejam examinados para o fim de prequestionamento, não havendo, neste caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, de forma que estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter infringente e revelam tão somente o mero inconformismo da embargante com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº ED-E-RR-0001394-36.2017.5.10.0101**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	RAFAEL MOREIRA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. José Alberto de Albuquerque Pereira(OAB: 4768-A/AL)
Advogada	Dra. Danielle Maria Santos Gonçalves(OAB: 12032-A/AL)
Embargado(a)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Pablo Lovato Giuliani(OAB: 6710/AL)
Advogado	Dr. Rafael Gonçalves de Sena Conceição(OAB: 28532-A/DF)
Procuradora	Dra. Procuradoria da Caixa Econômica Federal

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- RAFAEL MOREIRA DE OLIVEIRA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento para, sanando omissão, explicitar que as horas extras deferidas integram a remuneração para todos os fins, são calculadas mediante adoção do divisor 180 e sofrem atualização monetária na forma da ADC

58/STF.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS. INTERVALO DE DIGITADOR. HORAS EXTRAS. OMISSÃO QUANTO À INTEGRAÇÃO DAS EXTRAORDINÁRIAS NA REMUNERAÇÃO, AO DIVISOR DE HORAS EXTRAS E À ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

Por meio do acórdão embargado, a SDI-1 deferiu horas extras e reflexos ao reclamante. Todavia, cuidando-se da primeira condenação nos autos, impõe-se o exame de todos os pedidos reputados consectários do deferimento das horas extras, deduzidos na inicial. Assim, sana-se o vício para explicitar que as horas extras deferidas integram a remuneração para todos os fins, são calculadas mediante adoção do divisor 180 e sofrem atualização monetária na forma da ADC 58/STF.

**Embargos de declaração conhecidos e providos.**

**Processo Nº Ag-Emb-ED-ED-Ag-ED-ARR-0001408-09.2016.5.10.0019**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s)	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
Advogado	Dr. Eric da Silva Andrade Mendes(OAB: 19467-A/DF)
Advogado	Dr. Nelson Alves de Sousa Coura(OAB: 28526-A/DF)
Advogado	Dr. Aurélio Mendes de Oliveira Neto(OAB: 257822-A/SP)
Agravado(s)	VANIA ELIZABETH COELHO GAVIAO
Advogado	Dr. Abádio Ferreira da Silva(OAB: 26888-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
- VANIA ELIZABETH COELHO GAVIAO

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo.

**EMENTA** : AGRAVO. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. FUNÇÃO COMMISSIONADA TÉCNICA (FCT). REFLEXOS. RECURSO DE EMBARGOS DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AO FUNDAMENTO DA DECISÃO TURMÁRIA. SÚMULA 422, I, DO TST. Não merecem processamento os embargos, interpostos sob a vigência da Lei 13.015/2014, pois não atacado o fundamento do acórdão embargado. Óbice da Súmula 422, I, do TST.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-RR-0001428-74.2012.5.05.0020**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	LUIZA FERNANDA GONCALVES SANTOS
Advogado	Dr. Mayer Chagas Flores(OAB: 22951-A/BA)
Embargado(a)	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Embargado(a)	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Dr. Antônio Braz da Silva(OAB: 25998/BA)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- LIQ CORP S.A.
- LUIZA FERNANDA GONCALVES SANTOS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**TERCEIRIZAÇÃO. CALL CENTER. ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DE SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO EM RELAÇÃO APENAS A UMA DAS PARTES RECLAMADAS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

Não há falar em omissão no acórdão embargado, porquanto, no que se refere à renúncia, a decisão embargada foi amparada na decisão proferida pelo Pleno deste Tribunal no julgamento do IncJulgRREmbRep-RR-1000-71.2012.5.06.0018 (DEJT 12/5/2022), motivo pelo qual foi afastada a tese de divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 894, § 2º, da CLT. Tampouco se vislumbra, neste momento processual, em que a matéria já foi devidamente examinada, a possibilidade de desistência do pedido de renúncia anteriormente formulado, a qual, ademais, uma vez homologada, resolve o mérito da causa e extingue o processo, sendo, portanto, irretratável, por se configurar ato unilateral da parte, o qual, por sua

própria natureza, produz efeitos instantâneos. Quanto ao mérito, não padece de omissão o julgado, tendo em vista que adotado o fundamento de que "a Turma, ao considerar lícita a terceirização dos serviços de call center pelo banco reclamado (tomador de serviços) decidiu em sintonia com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e com a jurisprudência desta Corte sobre a matéria". Por outro lado, salientou-se que "não há, neste caso, notícia de subordinação direta da reclamante ao tomador de serviços, de forma que não há falar em *distinguishing*". Não havendo, neste caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter infringente e revelam tão somente o mero inconformismo da embargante com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção. Isso porque,

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº Ag-E-RRAg-0001435-10.2014.5.17.0005**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante(s)	HUDSON SIMIÃO GUERATI BASILIO
Advogado	Dr. Sedno Alexandre Pelissari(OAB: 8573-A/ES)
Agravado(s)	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Advogado	Dr. Rodolfo Gomes Amadeo(OAB: 12493-S/ES)
Advogado	Dr. Rogério Vieira de Souza Passos(OAB: 106346/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HUDSON SIMIÃO GUERATI BASILIO
- VALE S.A.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO EM DOENÇA OCUPACIONAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. INESPECIFICIDADE DOS ARESTOS. SÚMULA 296, I, DO TST.** No caso, a Eg. 3ª Turma majorou o valor imposto a título de indenização por dano moral, porquanto considerou comprovada a conduta ilícita do superior hierárquico do Reclamante, capaz de causar abalos e angústia. Registrou que o montante definido pela Corte Regional não atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e arbitrou o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) para reparar o abalo moral



sofrido. Com efeito, cumpre destacar que a jurisprudência desta SbDI-1 é no sentido de que o conhecimento do recurso de embargos para a revisão dos valores arbitrados a título de indenização por dano moral é situação excepcional, por se tratar de matéria que depende da análise de diversos aspectos fáticos específicos, só sendo possível quando os arestos espelharem realidade fática idêntica à descrita nos autos, o que não ocorre na situação vertente. **Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-ED-Ag-AIRR-0001457-93.2019.5.09.0594**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	SIND TRAB EMP MONT MANUT PREST SERV AREAS IND ESTADO PR
Advogado	Dr. Sandro Lunard Nicoladeli(OAB: 22372-A/PR)
Advogada	Dra. Eryka Farias de Negri(OAB: 13372/DF)
Advogado	Dr. Alexandre Simões Lindoso(OAB: 12067-A/DF)
Advogado	Dr. Rodrigo Camargo Barbosa(OAB: 34718-A/DF)
Advogado	Dr. Almir Antonio Fabricio de Carvalho(OAB: 44770-A/PR)
Advogado	Dr. Eduardo Henrique de Oliveira Braga(OAB: 44708-A/DF)
Advogado	Dr. Renato Ribeiro de Oliveira(OAB: 40672/DF)
Advogado	Dr. André Franco de Oliveira Passos(OAB: 27535-A/PR)
Agravado(s)	ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP E OUTRO
Advogado	Dr. Sérgio da Cruz(OAB: 37085-A/PR)
Advogado	Dr. Zalnir Caetano Junior(OAB: 37059- A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA  
- EPP E OUTRO  
- SIND TRAB EMP MONT MANUT PREST SERV AREAS IND  
ESTADO PR

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRADO EM EMBARGOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. INESPECIFICIDADE DOS ARESTOS PARADIGMAS. SÚMULA Nº 296, I, DO TST.

1. A configuração de divergência jurisprudencial pressupõe identidade de premissas fáticas e de controvérsia jurídica, com diversa solução. Inteligência da Súmula nº 296, I, do TST.

2. Na espécie, o acórdão embargado firma entendimento quanto à nítida intenção protetatória dos embargos de declaração que foram

opostos com claro objetivo de rediscutir a matéria já analisada, em que reconheceu a ausência de transcendência do recurso de revista, explicitando, assim, a conduta processual que configurou o intuito protetatório. Por sua vez, os arestos colacionados nos embargos se referem a situações em que não registrada a intenção protetatória na oposição dos embargos de declaração.

3. Assim, inviável a reforma da decisão agravada, que entendeu inespecíficos os arestos, na forma da diretriz preconizada na Súmula nº 296, I, do TST. Precedentes.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001472-76.2010.5.01.0343**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Agravante(s)	ALMIR CARLOS PEREIRA
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505-A/RJ)
Agravado(s)	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	Dra. Andressa Regina Sepp(OAB: 180448/RJ)
Agravado(s)	SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Fontoura dos Santos Jacinto(OAB: 11099-A/DF)
Advogado	Dr. Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718/RJ)
Advogado	Dr. Marcos Vinicius Mendonca Ferreira Lima(OAB: 17092-A/DF)
Agravado(s)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Procurador	Dr. Rafael Maia Guanaes

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMIR CARLOS PEREIRA  
- CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS  
LTDA.  
- SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA  
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, não conhecer do agravo e condenar a parte ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, por litigância de má-fé, nos termos dos artigos 80, VII, e 81 do CPC de 2015.

**EMENTA** : AGRADO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO MONOCRÁTICA DO PRESIDENTE DE TURMA DO TST OBSTATIVA DO RECURSO DE EMBARGOS COM BASE NO ARTIGO 896-A, § 4º, DA CLT E NA SÚMULA 353 DO TST. RECURSO APRESENTADO SEM OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONTIDO NA SÚMULA Nº 422, I, DO TST. A egrégia Presidência

da Primeira Turma desta Corte denegou seguimento ao recurso de embargos erigindo o óbice do artigo 896-A, § 4º, da CLT e da Súmula 353 do TST. Nas razões do agravo, a parte ignora tal fundamento, cingindo-se a argumentar com prosseguimento do recurso quanto às questões de mérito, sem tecer nenhum argumento com o fim de demover o óbice erigido na decisão agravada acerca do não cabimento do recurso, atraindo o entendimento consagrado no item I da Súmula nº 422 desta Corte, segundo o qual *"não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnem os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida"*. Assim, não tendo sido observado o requisito de admissibilidade do recurso, conforme preconizado no verbete mencionado, uma vez que a agravante deixou de atacar as razões lançadas na decisão denegatória do recurso de embargos, o agravo não logra conhecimento. **Agravo não conhecido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-Emb-RRAg-0001538-69.2014.5.09.0965**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante(s)	JOSIMAR BESSON
Advogada	Dra. Andréia Fabiana Schimunda Sinestri dos Santos(OAB: 33349/PR)
Agravado(s)	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogada	Dra. Caroline Sampaio de Almeida(OAB: 40528-A/PR)
Agravado(s)	AEROPARK SERVIÇOS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AEROPARK SERVIÇOS LTDA.  
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO  
- JOSIMAR BESSON

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, com aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos moldes em que prevista no artigo 81, caput, c/c 80, VII, do CPC de 2015.

**EMENTA** : AGRADO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO DE EMBARGOS PROFERIDA POR MINISTRO PRESIDENTE DE TURMA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA NÃO CONFIGURADA. FISCALIZAÇÃO. EXAME DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DO RECURSO DE REVISTA. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 353 DO TST. No caso, conforme consigna a decisão agravada, incide o óbice da Súmula 353 do TST, uma vez que o

Agravante pretende o reexame dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, já observados no mérito do agravo de instrumento não provido pela Turma desta Corte. Por outro lado, assinale-se que esta Subseção adotou entendimento segundo o qual, nos casos de agravo interposto em face de decisão da Presidência de Turma que denega seguimento ao recurso de embargos, por incabível, nos termos da Súmula 353 do TST, é aplicável a multa prevista no artigo 81, *caput*, do CPC de 2015. Precedentes. **Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-RRAg-0001541-67.2015.5.11.0016**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
Advogada	Dra. Luciana Almeida de Sousa(OAB: 1927/AM)
Advogado	Dr. José Higino de Sousa Netto(OAB: 1734/AM)
Advogado	Dr. Márcio Luiz Sordi(OAB: 134-A/AM)
Agravado(s)	JOSÉ JORGE MIRANDA
Advogado	Dr. Belmiro César Fernandes Trotta Telles(OAB: 26312-A/PR)
Agravado(s)	ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS - OGMO
Advogado	Dr. Jorge Luis Reis de Oliveira(OAB: 6866/AM)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.  
- JOSÉ JORGE MIRANDA  
- ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS - OGMO

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRADO EM EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA COM AGRADO. ARESTO PARADIGMA FORMALMENTE INVÁLIDO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE OFICIAL DE PUBLICAÇÃO BEM COMO DE CERTIDÃO OU CÓPIA AUTENTICADA DO ACÓRDÃO PARADIGMA. INOBSERVÂNCIA DA SÚMULA Nº 337 DO TST.

O único aresto alçado a paradigma pela embargante se mostra formalmente inválido, porquanto desacompanhado da indicação da fonte oficial de publicação ou repositório autorizado de publicação, bem como não consta certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma integral com o recurso, desatendendo, assim, o quanto disposto na Súmula nº 337, I, "a", e IV, "c", do TST. Precedentes desta Subseção.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-Ag-RR-0001840-62.2015.5.03.0082**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	JOSEMAR PEREIRA FARIAS
Advogado	Dr. Marcos Giovane do Nascimento Mendes(OAB: 143245-A/MG)
Embargado(a)	BIOCARBONO PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE CARVÃO LTDA
Advogada	Dra. Leila Azevedo Sette(OAB: 22864/MG)
Embargado(a)	ALVA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALVA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
- BIOCARBONO PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE CARVÃO LTDA
- JOSEMAR PEREIRA FARIAS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, com aplicação de multa.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DONO DA OBRA. OJ 191 DA SBDI-1. ART. 894, §2º, DA CLT. OMISSÃO NÃO EVIDENCIADA. De fato, os presentes embargos declaratórios revelam nítida e imprópria pretensão de rediscussão do julgado, intenção que não se coaduna com os propósitos da medida ora intentada, cujo manejo encontra-se adstrito às hipóteses elencadas nos artigos 1022 do CPC/2015 e 897-A da CLT. **Embargos de declaração de que se conhece e a que se nega provimento, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001883-73.2014.5.03.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733/MG)
Agravado(s)	VALDECI NUNES MIRANDA
Advogado	Dr. Kleber Antônio Costa(OAB: 59491-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
- VALDECI NUNES MIRANDA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, I) não conhecer do agravo; e II) condenar a agravante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, com fundamento nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015, com ressalva de entendimento da Relatora.

**EMENTA** : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS, POR INCABÍVEL, NOS TERMOS DO ART. 896-A, § 4º, DA CLT. APELO QUE NÃO ATACA O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 422, I, DO TST. 1 - A Presidência da 1ª Turma desta Corte denegou seguimento ao recurso de embargos da reclamada, por considerá-lo incabível, ante os termos do art. 896-A, § 4º, da CLT. 2 - Ao arrazoar o presente agravo, contudo, a recorrente não se insurgiu contra esse fundamento, tendo se limitado a repetir os argumentos expostos em seu recurso de embargos acerca da matéria fundo, qual seja, concessão de justiça gratuita à pessoa jurídica. 3 - Nesses termos, conclui-se que o presente recurso não pode ser conhecido, ante a incidência da Súmula 422, I, do TST. 4 - Acrescente-se que, ressalvado o entendimento pessoal desta Relatora, esta Subseção tem decidido que a interposição de agravo sem a devida fundamentação, nos moldes da Súmula 422 do TST, revela o intuito manifestamente protelatório da parte, ensejando, assim, a aplicação da multa por litigância de má-fé, com base nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015. **Agravo não conhecido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RRAg-0002105-71.2017.5.09.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	MARIVANY RIBEIRO DA SILVA
Advogado	Dr. José Lucio Glomb(OAB: 6838-B/PR)
Agravado(s)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Fábio Freitas Minardi(OAB: 22790/PR)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARIVANY RIBEIRO DA SILVA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, não conhecer do agravo.

**EMENTA** : AGRAVO. EMBARGOS. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS

**FUNDAMENTOS JURÍDICOS EXPENDIDOS NO DESPACHO DENEGATÓRIO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA Nº 422 DO TST.**

Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida (Súmula nº 422, I, do TST). Na espécie, o agravo não impugna os fundamentos nucleares da decisão agravada, consistentes: (i) quanto à licitude da terceirização, no descabimento do agravo em face do juízo negativo de transcendência exercido pela Turma (art. 896-A, § 4º, da CLT), e (ii) quanto à multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, na desfundamentação dos embargos, à luz do art. 894, II, da CLT.

**Agravo não conhecido.**

**Processo Nº E-RR-0002288-86.2014.5.02.0441**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Embargante	RAFAEL DOS ANJOS SILVA
Advogada	Dra. Carla Teresa Martins Romar(OAB: 106565/SP)
Embargado(a)	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
Advogado	Dr. Aldo dos Santos Ribeiro Cunha(OAB: 311787-S/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP  
- RAFAEL DOS ANJOS SILVA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do recurso de embargos por divergência jurisprudencial e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer ao embargante o direito à indenização decorrente da supressão das horas extraordinárias habituais, na conformidade da Súmula nº 291 do TST.

**EMENTA** : RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS HABITUAIS - SUPRESSÃO - INDENIZAÇÃO - SÚMULA Nº291 DO TST - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS - ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

1. Esta Subseção, ao examinar a mesma controvérsia em processos nos quais figura como reclamada a CODESP, firmou o posicionamento de que a supressão do pagamento de horas extraordinárias gera direito a indenização, na conformidade da Súmula nº 291 do TST, ainda que ela tenha decorrido da intervenção do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal de

Contas da União e mesmo que tenha havido majoração salarial resultante da implantação de plano de cargos e salários.

2. Isso não só porque as parcelas possuem natureza jurídica diversa, mas também porque entendimento contrário implicaria desrespeito ao princípio da isonomia, uma vez que o plano de cargos e salários beneficia indistintamente a todos os empregados, independentemente de terem prestado ou não horas extraordinárias, não reparando, portanto, a situação particular daqueles que as prestavam habitualmente e que, diante de sua supressão, tem direito à respectiva indenização conforme previsto na referida Súmula, que não comporta exceções.

**Recurso de embargos conhecido e provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0002307-98.2015.5.09.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante(s)	MARIA CRISTINA MOURAO VELOSO
Advogado	Dr. Thiago Ramos Küster(OAB: 42337/PR)
Advogado	Dr. Aldo Schmitz de Schmitz(OAB: 44006-A/PR)
Agravado(s)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Moacyr Fachinello(OAB: 18991-A/PR)
Advogado	Dr. Mateus Haeser Pellegrini(OAB: 57114-A/RS)
Advogado	Dr. Wladimir Roberto Vieira Júnior(OAB: 66190-A/PR)
Advogado	Dr. Aluísio Martins Borelli(OAB: 70989-S/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF  
- MARIA CRISTINA MOURAO VELOSO

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Em razão de seu caráter manifestamente protelatório, condenar a agravante ao pagamento de multa fixada em 2% sobre o valor corrigido da causa, nos termos dos arts. 793-B, VII, e 793-C, caput, da CLT.

**EMENTA** : AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO INTERPOSTO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DO RECURSO DE REVISTA - SÚMULA Nº 353 DO TST.

1. Contra acórdão que nega provimento a agravo interposto em agravo de instrumento, apreciando pressupostos intrínsecos do recurso de revista, são incabíveis embargos, em estrita conformidade com a Súmula nº 353 do TST.

2. A SBDI-1 firmou o posicionamento de que a interposição de

agravo contra decisão que denega seguimento a recurso incabível revela intuito protelatório, o que autoriza a aplicação de multa por litigância de má-fé.

**Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0002340-86.2011.5.03.0012**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante(s)	THAMIRIS CRISTINA SARTORI CALDEIRA MAGALHÃES
Advogado	Dr. Marcello Coelho Lopes dos Reis(OAB: 122006-A/MG)
Agravado(s)	PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Lauro Antônio Calenzani(OAB: 48826/MG)
Agravado(s)	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 174531-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
- PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
- THAMIRIS CRISTINA SARTORI CALDEIRA MAGALHÃES

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRAVO EM EMBARGOS INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - TERCEIRIZAÇÃO - ILICITUDE - ALEGAÇÃO DE FATO NOVO - DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 296, I, DO TST.

1. Em conformidade com a Súmula nº 296, I, do TST, a divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram.
2. A única tese emitida no acórdão embargado acerca do alegado fato novo foi no sentido de que ele não poderia ser examinado porque suscitado apenas em embargos de declaração.
3. Não houve manifestação da Turma acerca do momento em que o suposto fato novo teria ocorrido - se antes ou depois da interposição do recurso de revista, do oferecimento de contrarrazões ou mesmo do julgamento do recurso, tal como consignado na decisão paradigma -.
4. Inviável, portanto, reconhecer identidade entre os casos confrontados, motivo pelo qual os embargos efetivamente não

mereciam processamento.

**Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-ARR-0002445-57.2014.5.09.0411**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s)	ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO - DE - OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ
Advogado	Dr. Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Agravado(s)	PAULO CALADO DA SILVA FILHO
Advogado	Dr. André Luis Manfré(OAB: 31625/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PAULO CALADO DA SILVA FILHO
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO - DE - OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo.

**EMENTA** : AGRAVO EM RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. 1. PRESCRIÇÃO BIENAL. TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. MARCO INICIAL. EXTINÇÃO DO REGISTRO NO ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA. MATÉRIA PACIFICADA (ART. 894, § 2º, DA CLT). 2. INTERVALO INTRAJORNADA. INOVAÇÃO RECURSAL. 3. INTERVALO ENTREJORNADAS. TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. NÃO CONCESSÃO INTEGRAL. ALEGADA OBSERVÂNCIA DAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS PREVISTAS EM NORMA COLETIVA. PREMISSA FÁTICA NÃO RETRATADA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. ARESTOS INESPECÍFICOS (SÚMULA 296, I, DO TST). Não merecem processamento os embargos interpostos sob a vigência da Lei 13.015/2014, pois não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do art. 894, II, da CLT.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0003345-93.2015.5.09.0091**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	SABARÁLCOOL S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
Advogado	Dr. Marcione Pereira dos Santos(OAB: 17536-D/PR)
Advogado	Dr. Douglas Alberto dos Santos(OAB: 65466-A/PR)
Agravado(s)	ANTONIO HENRIQUE MENDONCA RAMOS FIGUEIRA



Advogada Dra. Terezinha Uhren(OAB: 43355-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO HENRIQUE MENDONCA RAMOS FIGUEIRA  
- SABARÁLCOO S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE EMBARGOS. PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO**

**1 - REDUÇÃO EQUITATIVA DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ACORDO. ACÓRDÃO DA TURMA QUE, NÃO RECONHECENDO A VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL APONTADA NO RECURSO DE REVISTA, NEGA PROVIMENTO A AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CABIMENTO DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 353 DO TST.** 1.1 - O exame dos autos revela que os embargos apresentados pela reclamada são incabíveis, nos termos da Súmula 353 do TST, pois visaram atacar acórdão de Turma que negou provimento a agravo em agravo de instrumento em recurso de revista, por não reconhecer a existência de violação à norma constitucional apontada no recurso de revista. 2.1 - Considerando que o desprovimento do agravo em agravo de instrumento se deu pela não satisfação dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade da revista, não há como enquadrar a situação dos autos em nenhuma das exceções previstas no aludido verbete jurisprudencial.  
**Agravo conhecido e não provido.**

**2 - ACÓRDÃO DA TURMA QUE APLICOU A MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. CABIMENTO DOS EMBARGOS. SÚMULA 353, "E", DO TST. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INVÁLIDA. ARESTO PARADIGMA PROVENIENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ.** No tocante à multa do art. 1.021, § 4º, do CPC, os presentes embargos, apesar de cabíveis (nos termos da Súmula 353, "e", do TST), revelam-se inadmissíveis, uma vez que o aresto trazido a cotejo é oriundo do Superior Tribunal de Justiça - STJ, fonte não autorizada pelo art. 894, II, da CLT. **Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0006900-85.2006.5.02.0461**

Complemento  
Relator

Processo Eletrônico  
Min. Hugo Carlos Scheuermann

Agravante e Embargado(a)

SILVIO CÉSAR DE OLIVEIRA

Advogado

Dr. Paulo Henrique de Oliveira(OAB: 136460-B/SP)

Agravado(a) e Embargante(s)

VOLKSWAGEN DO BRASIL  
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS  
AUTOMOTORES LTDA.

Advogado

Dr. Leonardo Santini Echenique(OAB: 249651-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SILVIO CÉSAR DE OLIVEIRA  
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, (i) conhecer e negar provimento ao agravo do reclamante; e (ii) não conhecer do recurso de embargos da reclamada.

**EMENTA : AGRAVO DO RECLAMANTE. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. DECISÃO EMBARGADA PAUTADA NA INCORPORAÇÃO DO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO AO SALÁRIO HORA, NA FORMA PREVISTA EM ACORDO COLETIVO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE A VIGÊNCIA DO ACORDO COLETIVO OU A ULTRATIVIDADE DAS NORMAS COLETIVAS. CONTRARIEDADE À OJ 322 DA SDI-I DO TST E À SÚMULA 277 DO TST NÃO DEMONSTRADA. ARESTOS INESPECÍFICOS (SÚMULA 296, I, DO TST).** Não merecem processamento os embargos interpostos sob a vigência da Lei 13.015/2014, pois não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do art. 894, II, da CLT.

**Agravo conhecido e não provido.**

**RECURSO DE EMBARGOS DA RECLAMADA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. VOLKSWAGEN. ADESÃO A PLANO DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. AUSÊNCIA DE REGISTRO SOBRE EVENTUAL CLÁUSULA COLETIVA PREVENDO QUITAÇÃO GERAL DO CONTRATO DE TRABALHO. ARESTOS FORMALMENTE INVÁLIDOS OU INESPECÍFICOS (ART. 894, II, DA CLT E SÚMULA 296, I, DO TST).** No tema, o recurso de embargos da reclamada está pautado apenas em divergência jurisprudencial. Os arestos colacionados, contudo, não ensejam o conhecimento dos embargos. O primeiro deles é inespecífico, nos termos da Súmula 296, I, do TST, pois retrata premissa fática não consignada no acórdão embargado, qual seja, previsão de quitação geral do contrato de trabalho no acordo coletivo em que instituído o plano de demissão voluntária. E o segundo é formalmente inválido, porque oriundo do Supremo Tribunal Federal (art. 894, II, da CLT).

**TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR. DESLOCAMENTO**



**ENTRE A PORTARIA E O LOCAL DE TRABALHO. APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA (ART. 894, § 2º, DA CLT).**

A decisão embargada está em harmonia com o entendimento prevalente nesta Corte, no sentido de que a ausência de registro do tempo demandado no percurso entre a portaria da empresa e o local de trabalho não constitui óbice à aplicação da Súmula 429 do TST, podendo ser apurados em liquidação de sentença os minutos despendidos em referido trajeto. Aplicação do art. 894, § 2º, da CLT.

**Recurso de embargos não conhecido.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0010002-04.2017.5.03.0138**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Agravante(s)	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada	Dra. Alessandra Vieira de Almeida(OAB: 11688-A/SC)
Advogado	Dr. Vinícius Coutinho da Luz(OAB: 38196-A/SC)
Agravado(s)	DIESSIKA BÁRBARA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Fabrício José Monteiro de Souza Costa(OAB: 134198-A/MG)
Advogado	Dr. Fernando Antônio Monteiro de Souza Costa(OAB: 134459-A/MG)
Agravado(s)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Rafael Pordeus Costa Lima Neto(OAB: 23599-A/CE)
Advogado	Dr. Aurélio Caciquinho Ferreira Neto(OAB: 81245-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- DIESSIKA BÁRBARA DOS SANTOS
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, não conhecer do agravo, com aplicação de multa à agravante, por litigância de má-fé, de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 81, caput, do CPC/2015.

**EMENTA** : AGRADO EM RECURSO DE EMBARGOS EM AGRADO EM AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. DECISÃO MONOCRÁTICA DO PRESIDENTE DE TURMA DO TST OBSTATIVA DO RECURSO DE EMBARGOS COM BASE NA SÚMULA 422, I, DO TST. RECURSO APRESENTADO SEM OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONTIDO NA SÚMULA Nº 422, I, DO TST. A egrégia Presidência da Terceira Turma desta Corte inadmitiu o recurso de embargos,

por desfundamentado, ao constatar que não houve impugnação específica contra o óbice imposto no acórdão embargado, no tocante à incidência da diretriz da Súmula 422 do TST, erigindo também, por isso, o óbice da Súmula 422, I, desta Corte ao processamento do recurso. Nas razões do agravo, a parte ignora tal fundamento, cingindo-se a argumentar com prosseguimento do recurso quanto às questões de mérito, sem tecer nenhum argumento com o fim de demover o óbice erigido na decisão agravada. Incorrendo na mesma conduta constatada no despacho agravado, impõe-se o entendimento consagrado no item I da Súmula nº 422 desta Corte, segundo o qual "*não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida*". Assim, não tendo sido observado o requisito de admissibilidade do recurso, conforme preconizado no verbete mencionado, uma vez que a agravante deixou de atacar as razões lançadas na decisão denegatória do recurso de embargos, o agravo não logra conhecimento. **Agravo não conhecido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº ED-Ag-E-RR-0010085-51.2016.5.18.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Aline Martins Lima(OAB: 15923/DF)
Advogado	Dr. Daniel Sousa Isaías Pereira(OAB: 27253/DF)
Embargado(a)	ALEKS VIEIRA CAMPOS E OUTROS
Advogada	Dra. Gizeli Costa D'Abadia Nunes de Sousa(OAB: 17351/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEKS VIEIRA CAMPOS E OUTROS
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. ADICIONAL DE ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO E/OU COLETA**

**EXTERNA - AADC INSTITUÍDO PELO PCCS/2008. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PREVISTO NO ARTIGO 193, § 4º, DA CLT. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

Conforme salientado no acórdão embargado, esta Subseção, em sua composição plena, no julgamento do IRR-1757-68.2015.5.06.0371, ocorrido na sessão do dia 14/10/21, acórdão publicado no DEJT em 3/12/21, da relatoria do Exmo. Ministro Alberto Bresciani, pela maioria de 9 votos a favor e 5 em sentido contrário, firmou jurisprudência no sentido de que o empregado da ECT que exerce atividade de carteiro conduzindo motocicleta tem direito de receber, cumulativamente, o Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa - AADC previsto no PCCS/2008 e o adicional de periculosidade previsto no artigo 193, § 4º, da CLT. Com base nesses fundamentos, considerando a jurisprudência vinculante firmada pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho no julgamento do referido Incidente de Recursos Repetitivos com objeto idêntico ao do presente processo, entendeu-se ser devido à parte autora o pagamento de ambos os adicionais, afastando-se, assim, hipótese de *bis in idem*. Logo, não há falar em obscuridade no acórdão embargado, nem, tampouco, em omissão em relação aos dispositivos da Constituição Federal que a embargante pretende sejam examinados para o fim de prequestionamento, não havendo, neste caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT. Assim, sendo flagrante o mero inconformismo da embargante com a decisão exarada por este Colegiado, bem como o seu nítido intuito procrastinatório, deve ser-lhe aplicada a multa de 2% sobre o valor da causa, nos termos dispostos no artigo 1.026, § 2º, do CPC de 2015 c/c com o artigo 769 da CLT.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº ED-Ag-E-Ag-ED-RRAg-0010186-50.2019.5.15.0042**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Embargante	JOSE APARECIDO NEVES DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. Camila Fernandes(OAB: 309434-A/SP)
Embargado(a)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Advogado	Dr. João Marcos Vanzella de Jesus(OAB: 175293-A/SP)
Advogada	Dra. Alessandra Pinto Magalhães de Abreu(OAB: 258017/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE APARECIDO NEVES DO NASCIMENTO  
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.** Rejeitam-se embargos de declaração, ausentes as hipóteses previstas no art. 897-A da CLT.

**Embargos de declaração rejeitados.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-Ag-RR-0010231-50.2013.5.01.0011**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	TATIANA DE JESUS OLIVEIRA
Advogado	Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416-D/RJ)
Embargado(a)	OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Embargado(a)	LIQ CORP S.A
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LIQ CORP S.A  
- OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
- TATIANA DE JESUS OLIVEIRA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA : TERCEIRIZAÇÃO. CALL CENTER. ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO. ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

Conforme constou da decisão embargada, a decisão da Turma, de considerar lícita a terceirização dos serviços de *call center* pelo tomador de serviços foi proferida em harmonia com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da matéria. Assim, não há falar em omissão no acórdão embargado em relação aos dispositivos da Constituição Federal que a reclamante pretende sejam examinados para o fim de prequestionamento, não havendo,

neste caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, de forma que estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter infringente e revelam tão somente o mero inconformismo da embargante com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0010273-51.2014.5.01.0048**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	DAYANE SOARES CÂNDIDO
Advogado	Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Agravado(s)	LIQ CORP S.A
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)
Agravado(s)	BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
Advogada	Dra. Rafaela Ramallete Ferraz(OAB: 184631/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
- DAYANE SOARES CÂNDIDO
- LIQ CORP S.A

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade: I - não conhecer do agravo, no tocante às alegações de contrariedade às Súmulas nº 296 e nº 422, assim como à suposta falta de transcendência e no pertinente à licitude da terceirização de serviços; II - dele conhecer quanto às irresignações remanescentes e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : **AGRAVO. EMBARGOS. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO COM TOMADORA DE SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO DA PRESTADORA DE SERVIÇOS. INTERESSE RECURSAL. ALEGAÇÕES DE CONTRARIEDADE ÀS SÚMULAS Nº 296 E Nº 422 DO TST. TRANSCENDÊNCIA DA MATÉRIA. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS EXPENDIDOS NO DESPACHO DENEGATÓRIO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA Nº 422 DO TST.**

Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida (Súmula nº 422, I, do TST). Na espécie, o agravo não impugna os fundamentos nucleares da decisão agravada, consistentes (i) na ausência de especificação dos itens das Súmulas nº 296 e nº 422 que teriam sido contrariados;

(ii) na desfundamentação dos embargos quanto à suposta falta de transcendência, à luz do art. 894, II, da CLT; e (iii) na ausência de tese no acórdão da Turma acerca da licitude da terceirização.

**Agravo não conhecido, no particular.**

**AGRAVO. EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO COM A TOMADORA DE SERVIÇOS. INTERESSE RECURSAL DA PRESTADORA. SÚMULAS Nº 126 E Nº 333 DO TST. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE. MATÉRIA DECIDIDA NO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO Nº 18 . JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE. ART. 894, § 2º, DA CLT.**

1. A Turma, no pertinente, reformou o acórdão regional, que não conhecera do recurso ordinário interposto pela prestadora, por ausência de interesse recursal.

2. Da leitura do acórdão da Turma, não se extrai incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, notadamente por se tratar de questão eminentemente jurídica. Ilesa a Súmula nº 126 do TST.

3. A matéria atinente ao interesse da prestadora de serviços, não condenada, a recorrer de decisão em que reconhecido o vínculo de emprego entre trabalhador e tomadora de serviços foi objeto de tese vinculante firmada pelo Tribunal Pleno desta Corte Superior, no julgamento no Tema nº 18 da Tabela de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo (RR-1000-71.2012.5.06.0018, Tribunal Pleno, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 12/05/2022). Na ocasião, prevaleceu o entendimento de que, por se tratar de litisconsórcio passivo necessário e unitário, há necessidade de decisão uniforme, em razão da solidariedade passiva pelo pagamento das parcelas trabalhistas reconhecidas na demanda. Em atenção aos efeitos vinculantes da tese firmada pelo Tribunal Pleno, esta Subseção acumula julgados reconhecendo o interesse recursal da prestadora de serviços em discutir a formação de vínculo de emprego entre trabalhador e tomador de serviços, independentemente de sua condenação. Nesse contexto, diante da pacificação da matéria jurídica no sentido do acórdão da Turma, afiguram-se superados os paradigmas apresentados nos embargos, atraindo a incidência do art. 894, § 2º, da CLT.

4. Por semelhantes motivos, não se cogita da apontada contrariedade à Súmula nº 333 do TST, uma vez que a decisão regional não se encontrava em consonância com a jurisprudência atual e iterativa do Tribunal, mas, ao revés, conflitava com tese vinculante da Corte.

**Agravo a que se nega provimento, no ponto.**

**Processo Nº Ag-Emb-ED-Ag-AIRR-0010348-15.2020.5.03.0181**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Delaíde Alves Miranda Arantes  
Agravante(s)        PATRICIA BORZAGLI DE CASTRO  
Advogado            Dr. Paulo Roberto Rezende(OAB: 156111-A/MG)  
Agravado(s)         JUNIA CRISTINA ROCHA  
Advogada            Dra. Érika Bruno Silva(OAB: 154188/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JUNIA CRISTINA ROCHA
- PATRICIA BORZAGLI DE CASTRO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE CONSIDEROU AUSENTE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. ART. 896-A, § 4º, DA CLT. RECURSO DE EMBARGOS INCABÍVEL.** 1 - A jurisprudência desta Subseção firmou o entendimento de que, em razão do disposto no § 4º do art. 896-A da CLT, não cabe o recurso de embargos previsto no art. 894 da CLT contra a decisão da Turma que reconhece a ausência de transcendência da causa debatida na revista. 2 - Precedentes. **Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-RR-0010383-49.2022.5.03.0069**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Augusto César Leite de Carvalho  
Agravante(s)        BLUME DECORACOES E SERVICOS PROJETUAIS EIRELI  
Advogado            Dr. Thalison Matheus Maia de Carvalho(OAB: 214404-A/MG)  
Agravado(s)         LUIZA MARIANE RODRIGUES MARQUES  
Advogado            Dr. Madson José da Silva(OAB: 161958-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BLUME DECORACOES E SERVICOS PROJETUAIS EIRELI
- LUIZA MARIANE RODRIGUES MARQUES

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO CONTRA DECISÃO DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. CONTRATO DE**

**EXPERIÊNCIA. GESTANTE. GARANTIA PROVISÓRIA DE EMPREGO. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA.**

O tema central devolvido para exame no âmbito da Turma deste Tribunal ficou adstrito ao direito à indenização do período de estabilidade provisória, ante o desinteresse da autora na reintegração no emprego. A Terceira Turma deste Tribunal, ao dar provimento ao recurso de revista da reclamante, assim o fez reconhecendo a contrariedade à Súmula 244, II, do TST. Citou nas razões de decidir o artigo 7º, XVIII, da CF. artigo 10, II, "b", do ADCT, a Súmula 244, I e II, do TST, a Orientação Jurisprudencial 399 da SBDI-1, bem como a tese firmada pelo STF em repercussão geral no Tema 497. O único aresto colacionado para confronto de teses examina a alegação de superação da diretriz preconizada no item III da Súmula 244 do TST à luz da decisão do STF em repercussão geral firmada no Tema 497, como impedimento para que se reconheça a estabilidade provisória de que trata o artigo 10, II, "b", do ADCT em contrato de trabalho de aprendizagem por tempo determinado. Além de esse aresto não tratar especificamente da questão decidida no acórdão turmário, quanto ao ajuizamento da ação ainda no curso do período da estabilidade provisória com pedido de indenização substitutiva à empregada contratada por tempo determinado na modalidade contrato de experiência, verifica-se que o acórdão turmário aplicou a diretriz preconizada no item II da Súmula 244 do TST, sem contrariar a tese vinculante do Supremo Tribunal Federal firmada em repercussão geral no Tema 497. Agravo conhecido e não provido.

**Processo Nº Ag-Emb-AIRR-0010601-22.2021.5.15.0023**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Delaíde Alves Miranda Arantes  
Agravante(s)        SUZANO S.A.  
Advogado            Dr. Leonardo Santini Echenique(OAB: 249651-A/SP)  
Agravado(s)         VITOR MANOEL DE ALMEIDA  
Advogada            Dra. Luciana Ferreira Ribeiro de Miranda Azevedo(OAB: 170318-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SUZANO S.A.
- VITOR MANOEL DE ALMEIDA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, I) conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento; e II) condenar a agravante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, com fundamento nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015, com ressalva de entendimento da Relatora.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE EMBARGOS, PORQUE OFERTADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR EM JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. APELO INCABÍVEL, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 378 DA SBDI-1.** 1 - O recurso de embargos da reclamada foi interposto contra a decisão monocrática de relator que julgou o agravo de instrumento, revelando-se, portanto, incabível, nos termos da Orientação Jurisprudencial 378 da SBDI-1. 2 - Para hipóteses como esta, não é possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, diante da jurisprudência desta Corte Superior, que entende caracterizar erro grosseiro a utilização de embargos para impugnar decisão singular. Precedente. 3 - Acrescente-se que, ressalvado o entendimento pessoal desta Relatora, esta Subseção tem decidido que a interposição de agravo visando o destrancamento de embargos notoriamente incabíveis, nos moldes da Orientação Jurisprudencial 378 da SBDI-1 do TST, revela o intuito manifestamente protelatório da parte, ensejando, assim, a aplicação da multa por litigância de má-fé, com base nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015. **Agravo conhecido e não provido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0010608-07.2021.5.03.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. E OUTRA
Advogada	Dra. Fabíola Campos Barreto(OAB: 138398/MG)
Advogado	Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Henrique Faria Rodrigues(OAB: 143337-A/MG)
Agravado(s)	VIAÇÃO BELO MONTE TRANSPORTES COLETIVOS S.A.
Advogado	Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Henrique Faria Rodrigues(OAB: 143337-A/MG)
Agravado(s)	CARLOS EDUARDO LEMES
Advogado	Dr. Vinícius Murta Perim(OAB: 110791-A/MG)
Advogado	Dr. Daniella Carvalho Perim(OAB: 148688-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS EDUARDO LEMES  
- TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. E OUTRA  
- VIAÇÃO BELO MONTE TRANSPORTES COLETIVOS S.A.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, não conhecer do agravo, com condenação das agravantes ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, por litigância de má-fé, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15, em favor dos agravados.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS. RECURSO DESFUNDAMENTADO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA Nº422, I, DO TST. NÃO CONHECIMENTO.**

1. A Presidência da 8ª Turma do TST denegou seguimento aos embargos, por incabíveis, a teor da Súmula nº 353 do TST. Entretanto, da leitura das razões do agravo, não se extrai impugnação específica aos fundamentos da decisão denegatória, limitando-se as agravantes a renovar as razões dos embargos.

2. A ausência de impugnação das razões de decidir da decisão denegatória dos embargos, independentemente do acerto desses fundamentos, importa em inobservância do princípio da dialeticidade, inerente aos recursos e alçado ao caráter de exigência legal pelo art. 1.010, II, do CPC. Trata-se, ademais, de requisito do conhecimento dos recursos dirigidos ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme diretriz da Súmula nº 422, I, do TST.

3. A jurisprudência desta Subseção é firme no sentido de que a interposição de recurso sem a devida impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida, como ocorre no caso examinado, revela o caráter meramente protelatório da medida, ocasionando a condenação das partes agravantes ao pagamento de multa por litigância de má-fé, ora fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15.

Precedentes desta Subseção.

**Agravo de que não se conhece, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0010756-61.2016.5.03.0111**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada	Dra. Alessandra Vieira de Almeida(OAB: 11688/SC)
Advogado	Dr. Vinícius Coutinho da Luz(OAB: 38196-A/SC)
Agravado(s)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Aurélio Caciquinho Ferreira Neto(OAB: 81245/MG)
Advogado	Dr. Marcelo Dutra Victor(OAB: 95532-A/MG)
Advogada	Dra. Ana Clara Pereira Guerra(OAB: 147748-A/MG)



Advogada Dra. Giza Helena Coelho(OAB: 166349/SP)  
Agravado(s) CAROLINE IOLANDA VICENTE DA SILVA  
Advogado Dr. Jeferson Chínche(OAB: 76481-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- CAROLINE IOLANDA VICENTE DA SILVA
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, I) conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento; e II) condenar a agravante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, com fundamento nos arts. 80, VII, e 81 do CPC, com ressalva de entendimento da Relatora.

**EMENTA : AGRADO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE, RECONHECENDO A INOBSERVÂNCIA DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT, NEGA PROVIMENTO A AGRADO EM AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CABIMENTO DO RECURSO DE EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 353 DO TST.** 1 - O exame dos autos revela que o recurso de embargos apresentado pela reclamada é incabível, nos termos da Súmula 353 do TST, pois visou atacar acórdão de Turma que, reconhecendo a inobservância do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, negou provimento a agravo em agravo de instrumento em recurso de revista. 2 - Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, o requisito do prequestionamento previsto no referido art. 896, § 1º-A, I, da CLT constitui pressuposto intrínseco de admissibilidade do recurso de revista, logo, o presente caso não se enquadra em nenhuma das exceções previstas no aludido verbete jurisprudencial. 3 - Precedentes. 4 - Acrescente-se que, ressalvado o entendimento pessoal desta Relatora, esta Subseção tem decidido que a interposição de agravo visando o destrancamento de embargos notoriamente incabíveis, nos moldes da Súmula 353 do TST, revela o intuito manifestamente protelatório da parte, ensejando, assim, a aplicação da multa por litigância de má-fé, com apoio nos arts. 80, VII, e 81 do CPC. **Agravo conhecido e não provido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0010792-73.2016.5.03.0024**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Delaíde Alves Miranda Arantes  
Agravante(s) RIACHO TRANSPORTE LTDA. E OUTRAS

Advogado Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)  
Advogado Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733-A/MG)  
Agravado(s) KÉZIA SUELY SANTOS DO NASCIMENTO  
Advogada Dra. Maria Nilza Pires(OAB: 29079/MG)  
Agravado(s) EBER ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR  
Advogado Dr. Marco Aurélio Machado(OAB: 85583-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EBER ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR
- KÉZIA SUELY SANTOS DO NASCIMENTO
- RIACHO TRANSPORTE LTDA. E OUTRAS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, I) não conhecer do agravo; e II) condenar as agravantes solidariamente ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, com fundamento nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015, com ressalva de entendimento da Relatora.

**EMENTA : AGRADO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE EMBARGOS, COM APOIO NA SÚMULA 422, I, DO TST. PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO. RECURSO QUE NÃO ATACA O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 422, I, DO TST.** 1 - A Presidência da 2ª Turma desta Corte denegou seguimento ao recurso de embargos das executadas, com apoio na aplicação da Súmula 422, I, do TST. 2 - Ao arrazoar o presente agravo, contudo, as recorrentes não se insurgiram contra a incidência do referido verbete jurisprudencial, tendo se limitado a repetir os argumentos expostos em seu recurso de embargos acerca da matéria de fundo (nulidade do leilão e da arrematação). 3 - Nesses termos, conclui-se que o presente recurso não pode ser conhecido, diante da imposição, mais uma vez, da Súmula 422, I, do TST. 4 - Acrescente-se que, ressalvado o entendimento pessoal desta Relatora, esta Subseção tem decidido que a interposição de agravo sem a devida fundamentação, nos moldes da Súmula 422 do TST, revela o intuito manifestamente protelatório da parte, ensejando, assim, a aplicação da multa por litigância de má-fé, com base nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015. **Agravo não conhecido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0010845-47.2018.5.15.0122**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos  
Agravante(s) SUZI DA FONSECA POMARO



Advogado Dr. Marcos Ricardo Dallaneze e Silva(OAB: 85824-A/SP)  
Agravado(s) MUNICÍPIO DE SUMARÉ  
Procurador Dr. Ivan Loureiro de Abreu e Silva

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE SUMARÉ
- SUZI DA FONSECA POMARO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Indivisuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, I - não conhecer do agravo, por desfundamentado; II - aplicar ao Agravante a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 81, caput, do CPC de 2015.

**EMENTA : AGRADO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO DE EMBARGOS PROFERIDA POR MINISTRO PRESIDENTE DE TURMA. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. RECURSO DESFUNDAMENTADO.**

**SÚMULA 422, I, DO TST. NÃO CONHECIMENTO.** Nos termos do entendimento contido no item I da Súmula nº 422 do TST, não se conhece do recurso "se as razões do recorrente não impugnaram os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida". Nas razões de agravo, verifica-se que a Reclamante não impugnou ou sequer tangenciou os fundamentos adotados pela decisão proferida pela Presidência da Turma, de forma que o presente agravo revela-se desfundamentado, nos termos da Súmula 422, I, do TST. Deste modo, impõe-se a aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 81, caput, do CPC de 2015. **Agravo de que não se conhece, com aplicação de multa.**

**Processo Nº ED-E-ED-RR-0010859-14.2015.5.03.0011**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. José Roberto Freire Pimenta  
Embargante PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Advogada Dra. Alessandra Vieira de Almeida(OAB: 11688/SC)  
Embargado(a) ELIANA DOS SANTOS BENEDITO  
Advogado Dr. Juliano Pereira Nepomuceno(OAB: 73683-A/MG)  
Embargado(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF  
Advogado Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167-A/MG)  
Advogado Dr. Ferreira e Chagas Advogados(OAB: 1118/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- ELIANA DOS SANTOS BENEDITO
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Indivisuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**TERCEIRIZAÇÃO. CALL CENTER. ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. ISONOMIA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE.**

Ao contrário do que sustenta a embargante, em virtude da impossibilidade de reconhecimento de vínculo empregatício com Caixa Econômica Federal - CEF, a autora não foi enquadrada na categoria dos bancários. Na realidade, o juízo de primeiro grau, cuja sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho, deferiu à reclamante parcelas próprias da categoria dos bancários, inclusive as decorrentes de normas convencionais inerentes à tomadora de serviços, em caráter isonômico, em decorrência da declaração de ilicitude da terceirização. Esta Subseção, por sua vez, deu provimento aos embargos da reclamada, Plansul, para julgar improcedente o pedido de isonomia salarial em face dos empregados da CEF, o qual havia sido mantido pela Turma. Por consequência, todas as parcelas deferidas à parte autora em decorrência do reconhecimento da isonomia salarial com a categoria dos bancários, inclusive aquelas oriundas de normas coletivas próprias dessa categoria reconhecidas na sentença, foram julgadas improcedentes, não havendo omissão, no aspecto.

Embargos de declaração **desprovidos**.

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0010889-47.2016.5.09.0011**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Augusto César Leite de Carvalho  
Agravante(s) CARLOS FERREIRA NUNES  
Advogado Dr. Sandro Lunard Nicoladeli(OAB: 22372-A/PR)  
Advogada Dra. Eryka Farias de Negri(OAB: 13372/DF)  
Advogado Dr. Alexandre Simões Lindoso(OAB: 12067-A/DF)  
Advogado Dr. Rodrigo Camargo Barbosa(OAB: 34718-A/DF)  
Advogado Dr. Renato Ribeiro de Oliveira(OAB: 40672/DF)  
Advogado Dr. André Franco de Oliveira Passos(OAB: 27535-A/PR)  
Advogado Dr. Almir Antonio Fabricio de Carvalho(OAB: 44770-A/PR)  
Advogado Dr. Eduardo Henrique de Oliveira Braga(OAB: 44708-A/DF)  
Agravado(s) URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.  
Advogada Dra. Vanessa Lening Bruce(OAB: 67585-A/PR)

Advogada Dra. Évelyn Cristina Schwab(OAB: 52262-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS FERREIRA NUNES
- URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.** Sem embargo de possível irrecurribilidade de decisão que rejeita transcendência (CLT, art. 896-A, § 4º), o capítulo autônomo relacionado à multa descola-se dessa regra. Assim, embora incidente no ponto uma das exceções da Súmula 353 do TST, não se viabiliza a pretensão recursal que se insurge contra a aplicação da multa do artigo 1.021, § 4º, do CPC, quando as premissas descritas nos arestos colacionados para confronto de teses não estão retratadas no acórdão impugnado no presente feito. Correta, pois, a decisão agravada, a qual entendeu inespecíficos os arestos na forma da diretriz jurisprudencial preconizada na Súmula 296, I, do TST. Agravo conhecido e desprovido.

**Processo Nº Ag-E-AIRR-0010889-66.2018.5.15.0122**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s)	LUCILENE MARIA FIORIM
Advogado	Dr. Marcos Ricardo Dallaneze e Silva(OAB: 85824-A/SP)
Agravado(s)	MUNICÍPIO DE SUMARÉ
Procurador	Dr. Ivan Loureiro de Abreu e Silva

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUCILENE MARIA FIORIM
- MUNICÍPIO DE SUMARÉ

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo.

**EMENTA : AGRAVO EM RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. FONTE DE CUSTEIO. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA.**

**IRRECORRIBILIDADE NO ÂMBITO DO TST. ART. 896, § 4º, DA CLT.** Não merecem processamento os embargos interpostos contra acórdão de Turma fundamentado na ausência de transcendência da causa, por óbice do art. 896-A, § 4º, da CLT.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0010931-18.2018.5.15.0122**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	ROSANGELA DE FATIMA OLIVEIRA MELO
Advogado	Dr. Marcos Ricardo Dallaneze e Silva(OAB: 85824-A/SP)
Agravado(s)	MUNICÍPIO DE SUMARÉ
Procurador	Dr. Ivan Loureiro de Abreu e Silva

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE SUMARÉ
- ROSANGELA DE FATIMA OLIVEIRA MELO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE CONSIDEROU AUSENTE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. ART. 896-A, § 4º, DA CLT. RECURSO DE EMBARGOS INCABÍVEL.** 1 - A jurisprudência desta Subseção firmou o entendimento de que, em razão do disposto no § 4º do art. 896-A da CLT, não cabe o recurso de embargos previsto no art. 894 da CLT contra a decisão da Turma que reconhece a ausência de transcendência da causa debatida na revista. 2 - Precedentes. **Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0011012-87.2015.5.01.0242**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	TATIANA JARDILINO CLEMENTE
Advogado	Dr. Jackson Luis Quintanilha da Silva(OAB: 155140-A/RJ)
Advogado	Dr. Jhonatan Quintanilha da Silva(OAB: 166517-A/RJ)
Agravado(s)	COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)
Advogada	Dra. Yasmin Rolim Gomes de Lima(OAB: 233164-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- TATIANA JARDILINO CLEMENTE

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, não conhecer do agravo interno quanto ao tema "enquadramento como financiária" e impor à agravante multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, consoante previsão contida no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada. Também à unanimidade, negar provimento ao agravo quanto ao tema remanescente.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ENQUADRAMENTO COMO FINANCIÁRIA. DECISÃO DO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DA AUTORA DIANTE DO ÓBICE DO ARTIGO 896-A, § 4º, da CLT E DA SÚMULA Nº 353 DESTA TRIBUNAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.** Em atenção ao princípio da dialeticidade ou discursividade dos recursos, cabe ao agravante questionar os fundamentos específicos declinados na decisão recorrida. Se não o faz, como na hipótese dos autos, considera-se desfundamentado o apelo. Incide na espécie a Súmula nº 422, I, do TST. Por outro lado, diante da correta aplicação dos óbices contidos no artigo 896-A, § 4º, da CLT e na Súmula nº 353 desta Corte, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de diversos precedentes desta Subseção. **Agravo interno não conhecido.**

**MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. AGRAVO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. PARADIGMAS GENÉRICOS QUE NÃO CONSIGNAM TESE DIVERGENTE. INESPECIFICIDADE DOS ARESTOS. SÚMULA Nº 296, I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** Não merece processamento o recurso de embargos, diante da inespecificidade dos arestos colacionados, em desconformidade com a diretriz da Súmula nº 296, I, do TST. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-RR-0011054-88.2013.5.01.0022**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. José Roberto Freire Pimenta  
Embargante          GISELE DE SANTANA SOUZA DE MOURA

Advogado	Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Embargado(a)	LIQ CORP S.A.
Advogada	Dra. Adriana Figueiredo da Silva(OAB: 80228/RJ)
Advogada	Dra. Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 35271/RJ)
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)
Embargado(a)	BANCO CITICARD S.A.
Advogada	Dra. Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 169760-D/SP)
Advogada	Dra. Patrícia de Queiroz Caetano(OAB: 105561/RJ)
Advogado	Dr. André Issa Gândara Vieira(OAB: 293345/SP)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITICARD S.A.  
- GISELE DE SANTANA SOUZA DE MOURA  
- LIQ CORP S.A.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**TERCEIRIZAÇÃO. CALL CENTER. ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324 E DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725). ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

Conforme constou da decisão embargada, a decisão da Turma, de considerar lícita a terceirização dos serviços de *call center* pelo tomador de serviços foi proferida em harmonia com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da matéria. Assim, não há falar em omissão no acórdão embargado em relação aos dispositivos da Constituição Federal que a reclamante pretende sejam examinados para o fim de prequestionamento, não havendo, neste caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, de forma que estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter

infringente e revelam tão somente o mero inconformismo da embargante com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº E-RR-0011126-13.2015.5.15.0088**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Embargante	CARLOS ANTONIO RIBEIRO
Advogada	Dra. Glenda Maria Machado de Oliveira Pinto(OAB: 288248-A/SP)
Embargado(a)	INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Advogado	Dr. Daniel Rodrigo Reis Castro(OAB: 206655-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ANTONIO RIBEIRO
- INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade não conhecer do recurso de embargos.

**EMENTA : RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL - FÉRIAS - PAGAMENTO FORA DO PRAZO DO ART. 145 DA CLT - SÚMULA Nº 450 DO TST - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.** O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº 501, em Sessão Virtual realizada no período de 1/7/2022 a 5/8/2022, julgou procedente a ação para "(a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho; e (b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT", consoante acórdão publicado em 18/8/2022, transitado em julgado em 16/9/2022. Assim, diante da orientação da Excelsa Suprema Corte e a consonância da decisão embargada com os seus termos, não se conhece do recurso de embargos.

**Recurso de embargos não conhecido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-Ag-ARR-0011151-78.2013.5.18.0131**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante(s)	DARIO FERREIRA FARIAS
Advogado	Dr. Edimar Gomes da Silva(OAB: 27040-A/GO)

Advogada	Dra. Maria Jaqueline Moreira de Carvalho(OAB: 38070-A/GO)
Agravado(s)	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado	Dr. Fabrício de Melo Barcelos Costa(OAB: 39068-D/GO)
Agravado(s)	SOTELGO CONSTRUÇOES ELETRICA E CIVIL LTDA
Advogado	Dr. Mário Christian Pedroso de Oliveira(OAB: 24913-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- DARIO FERREIRA FARIAS
- SOTELGO CONSTRUÇOES ELETRICA E CIVIL LTDA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - TERCEIRIZAÇÃO - ISONOMIA SALARIAL.**

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, no julgamento do ARE 791.932/DF, ocorrido em 11/10/2018 (publicação em 6/3/2019), representativo da controvérsia e com repercussão geral reconhecida (tema nº 739), decidiu que: a) nos termos do art. 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de lei somente pode ser declarada pela maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do órgão especial; b) é nula a decisão de órgão fracionário que nega a aplicação do art. 94, II, da Lei nº 9.472/1997; e c) a Súmula nº 331 do TST é parcialmente inconstitucional, devendo ser reconhecida a licitude da terceirização de toda atividade, seja ela meio ou fim.

2. Ainda que o referido precedente trate da Lei nº 9.472/1997, a *ratio decidendi* da decisão proferida pela Suprema Corte tem plena aplicação também para os casos de concessão de serviço público (Lei nº 8.987/1995), ante a similitude legal e fática.

3. O voto condutor também estabeleceu que o reconhecimento da ilicitude de terceirização destoa do posicionamento anteriormente firmado pelo Plenário do STF em 30/8/2018 no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252/MG (Tema 725 de Repercussão Geral), com base nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

4. Ficou, assim, definido que deve ser aplicada de imediato a tese de repercussão geral nº 725, segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

5. Ao afastar a condenação decorrente da isonomia salarial, a Turma o fez justamente pelo fato de ter sido reconhecida a licitude

da terceirização.

6. Ante os precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal, ainda que presente a identidade de funções entre os terceirizados e os empregados da tomadora dos serviços, não é mais possível reconhecer-se o direito à isonomia salarial com fundamento na Orientação Jurisprudencial nº 383 da SBDI-1, que preconiza a aplicação analógica da Lei nº 6.019/1974 para as situações em que reconhecida a irregularidade da contratação efetuada por ente da Administração Pública, motivo pelo qual o acórdão embargado não a contrariou.

7. Ressalte-se, por fim, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 383 do Ementário de Repercussão Geral, adotou a tese vinculante de que a equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas.

**Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº E-ED-Ag-AIRR-0011168-68.2017.5.15.0031**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Embargante	DANIEL TOMAZ CORTEZ
Advogado	Dr. David de Camargo Junior(OAB: 394461-A/SP)
Embargado(a)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogado	Dr. Denis de Lima Sabbag(OAB: 186324-A/SP)
Advogado	Dr. André Aparecido do Prado Nóbrega(OAB: 291394-A/SP)
Advogada	Dra. Ana Teresa Guazzelli Beltrami da Fonseca(OAB: 247570-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANIEL TOMAZ CORTEZ  
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para determinar o regular processamento do recurso de embargos e julgamento na primeira sessão subsequente à data de publicação da presente decisão, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa nº 35/2012. Também à unanimidade, conhecer do recurso de embargos, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para, afastada a declaração de incompetência da Justiça do Trabalho, ante a falta de prequestionamento da

matéria, determinar o retorno dos autos à Egrégia 4ª Turma deste Tribunal, a fim de que prossiga no julgamento dos agravos de instrumento da parte autora e do Município réu, como entender de direito, e, ainda, como decorrência do provimento do apelo, excluir a multa do art. 1.021, § 4º, do CPC.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. DEMANDA AJUIZADA POR SERVIDOR CONTRA O PODER PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. APLICAÇÃO DE TESE VINCULANTE EMITIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA ADI Nº 3.395/DF. NÃO INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** Diante do primado do direito ao contraditório e à ampla defesa, **o presente caso não atrai a incidência do óbice descrito no caput da Súmula nº 353 do TST**, uma vez que a declaração de incompetência material da Justiça do Trabalho para julgar a presente demanda não foi objeto dos recursos das partes, mas decorreu exclusivamente do reconhecimento, de ofício, do vício de incompetência absoluta realizado pelo Exmo. Ministro Relator dos apelos então pendentes de julgamento, decisão mantida pela Egrégia 4ª Turma. Vale destacar, não houve decisão quanto ao mérito dos agravos de instrumento. Nesse cenário, é forçoso concluir pela **não incidência da limitação a que se refere a parte inicial da Súmula nº 353 do TST**. Esse foi o entendimento firmado no julgamento do E-Ag-AIRR-20134-71.2016.5.04.0771, acórdão publicado no DEJT de 24/03/2023, oriundo de agravo provido. Outrossim, demonstrada divergência jurisprudencial, na forma do art. 894, II, da CLT, dá-se provimento ao agravo interno para determinar o processamento do recurso de embargos.

**RECURSO DE EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DE TESE VINCULANTE EMITIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA ADI Nº 3.395/DF. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 62 DA SBDI-1 DESTA CORTE. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA.** Discute-se, no recurso de embargos, a competência material ou não da Justiça do Trabalho para julgar e processar a presente lide, ajuizada por servidora pública contratada por Município, mediante concurso público, para prestar serviços pelo regime celetista. Sucede que em hipóteses como a dos autos, em



que o vício de incompetência absoluta foi reconhecido, de ofício, por Ministro Relator previamente ao exame de recurso pendente de julgamento no âmbito de Turma desta Corte, esta Subseção tem entendido por não realizar a análise da competência, diante da falta do imprescindível prequestionamento da matéria no âmbito da instância ordinária (Tribunal Regional do Trabalho), consoante diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial nº 62 do TST, a ensejar o retorno dos autos à Turma de origem, a fim de que julgue os recursos cujos exames foram reputados prejudicados. Precedentes desta Subseção. **Recurso de embargos conhecido e provido, com a consequente exclusão da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0011289-20.2016.5.03.0014**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Agravante(s)	TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733/MG)
Advogado	Dr. Pedro Henrique Faria Rodrigues(OAB: 143337/MG)
Agravado(s)	ALCIR JOSE SILVA
Advogado	Dr. Felipe Leônicio Moraes de Assis(OAB: 139969-A/MG)
Advogado	Dr. Leandro de Assis Moreira(OAB: 132696-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALCIR JOSE SILVA  
- TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. E OUTRA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, não conhecer do agravo e aplicar às agravantes multade 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 81,caput, c/c 80, VII, do CPC de 2015.

**EMENTA** : AGRAVO. EMBARGOS. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EMBARGOS NÃO ADMITIDOS PELA PRESIDÊNCIA DA SEGUNDA TURMA COM FUNDAMENTO NA SÚMULA Nº 353 DO TST. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA O FUNDAMENTO DA DECISÃO RECORRIDA. AUSÊNCIA DE DIALÉTICA RECURSAL. IRREGULARIDADE FORMAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 422, I, DO TST. NÃO CONHECIMENTO.

I. Por regularidade formal, entende-se a necessidade de o recorrente, quando da prática do ato impugnativo, observar todos os requisitos especificados pela legislação para seu aperfeiçoamento. Do contrário, o apelo sequer deve ser admitido.

II. Nessa ordem de ideias, a parte, ao interpor o recurso, deve

formular suas alegações combatendo os fundamentos autônomos e independentes utilizados pelo juízo a quo, pois se assim não o fizer, não haverá oposição ao objeto guerreado. Sem oposição, não há antítese. Sem antítese, não há dialética. Sem dialética, não há contradição de ideias, vale dizer, não há efetiva discordância, circunstância que engendra a irregularidade formal da peça de resistência.

III. No caso dos autos, a Presidência da 2ª Turma denegou seguimento aos embargos das reclamadas, por incabíveis, ao fundamento de que a decisão que desproveu o agravo interno em agravo de instrumento em recurso de revista, por não satisfeitos os pressupostos intrínsecos de admissibilidade da revista, não está contemplada nas exceções de cabimento de embargos estabelecidas na Súmula nº 353 do TST.

IV. Todavia, nas razões recursais do agravo interno, as recorrentes não impugnam o fundamento que ensejou a inadmissibilidade dos embargos, referente à aplicação da compreensão contida na Súmula nº 353 do TST, limitando-se a reiterar as questões de fundo da revista, notadamente em relação à concessão do benefício da gratuidade de justiça para pessoa jurídica.

V. Dessarte, as razões de decidir que embasam a decisão recorrida permanecem indenens, razão pela qual o recurso de agravo interno não logra conhecimento, porquanto em desalinho com o art. 1.021, § 1º, do CPC de 2015.

VI. Registra-se que, no caso de recurso desfundamentado dirigido contra decisão pautada na jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior, esta Subseção posiciona-se pela aplicação da multa prevista no artigo 81, caput, do CPC de 2015, diante do manifesto intuito protelatório da parte. Precedentes.

VII. Agravo de que não se conhece, com aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa.

**Processo Nº E-ARR-0011325-32.2017.5.18.0201**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Embargante	PILAR DE GOIÁS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
Advogado	Dr. Marco Antônio Corrêa Ferreira(OAB: 1445-A/MG)
Advogado	Dr. Caio Henrique Maia Dias(OAB: 41992-A/DF)
Advogado	Dr. Rubens Nagornni Neto(OAB: 27144-A/DF)
Embargado(a)	PAULO RICARDO DA SILVA SALES
Advogado	Dr. Lourival Júnio Oliveira Bastos(OAB: 36725-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PAULO RICARDO DA SILVA SALES  
- PILAR DE GOIÁS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.



Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos por divergência jurisprudencial e, no mérito, dar-lhes provimento para excluir da condenação o pagamento de horas extraordinárias e reflexos decorrentes da inobservância do intervalo previsto no art. 71, caput, da CLT.

**EMENTA : EMBARGOS INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - TRABALHADOR EM MINAS DE SUBSOLO - INTERVALO INTRAJORNADA - ART. 71 DA CLT - INAPLICABILIDADE.**

1. A controvérsia submetida a exame nestes embargos consiste em definir se os empregados de minas de subsolo têm direito ao intervalo intrajornada previsto no art. 71, *caput*, da CLT, caso extrapolada a jornada de trabalho de seis horas.
2. A CLT conferiu tratamento especial aos trabalhadores em minas de subsolo (arts. 293 e seguintes), cujas condições de trabalho são nocivas à saúde e de elevado risco, pretendendo que o tempo de permanência no interior da mina fosse o menor possível.
3. Na parte especial, exauriu a matéria relativa aos intervalos intrajornada, afastando a aplicação da parte geral (art. 71 da CLT), ao impor a concessão de pausas de quinze minutos a cada período de três horas de trabalho ininterrupto, com o cômputo desses intervalos na jornada de trabalho (art. 298).
4. Esse entendimento foi adotado no julgamento do processo E-ED-RR-909-46.2011.5.20.0011 pelo Tribunal Pleno, que, em sessão realizada no dia 20/5/2019, concluiu, por maioria, pelo provimento do recurso de embargos da reclamada para restabelecer a decisão regional que afastou a condenação decorrente da inobservância do intervalo intrajornada de uma hora.
5. Na ocasião, foi examinada a questão da aplicabilidade do art. 71 da CLT aos trabalhadores de minas de subsolo, tendo sido registrado que esse dispositivo é inaplicável, ante a norma especial do art. 298 da CLT, que prevê um intervalo intrajornada mais benéfico, de quinze minutos a cada três horas de labor, computado na duração normal do trabalho efetivo, e cujo objetivo é minimizar os riscos à saúde do empregado e a sua exposição a agentes nocivos, reduzindo sua permanência em subsolo (informativo TST nº 196).

**Recurso de embargos conhecido e provido.**

**Processo Nº ED-E-RR-0011337-49.2015.5.15.0088**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Embargante	BENEDITO CARLOS DOS SANTOS

Advogada	Dra. Glenda Maria Machado de Oliveira Pinto(OAB: 288248/SP)
Embargado(a)	INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Advogado	Dr. Daniel Rodrigo Reis Castro(OAB: 206655-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BENEDITO CARLOS DOS SANTOS
- INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE EMBARGOS. FÉRIAS. PAGAMENTO FORA DO PRAZO DO ART. 145 DA CLT. SÚMULA 450 DO TST. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO EMBARGADO.** 1 - Na hipótese, o acórdão embargado não padece de nenhum dos vícios que justificam a presente medida recursal. 2 - Com efeito, este Colegiado bem dirimiu a controvérsia em torno do pagamento em dobro das férias, aplicando em sua integralidade a decisão do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da ADPF 501, julgou procedente a ação para "(a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho; e (b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT". 3 - Não cabe, aqui, discutir acerca do impacto do julgado sobre os princípios da segurança jurídica e da igualdade, tampouco a respeito da possibilidade de modulação dos efeitos da decisão proferida pelo STF, pois a própria excelsa Corte já se manifestou acerca da aplicação do seu entendimento no tempo, determinando a invalidação das decisões judiciais condenatórias ainda não transitadas em julgado, cabendo a este Tribunal, tão somente, aplicar o que fora determinado, em razão da eficácia vinculante das decisões exaradas por aquele Tribunal em sede de controle concentrado de constitucionalidade. **Embargos de declaração conhecidos e não providos.**

**Processo Nº Ag-E-RR-0011368-77.2016.5.03.0182**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante(s)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. Paulo César Gallego(OAB: 175858/SP)
Advogada	Dra. Valéria Ramos Esteves de Oliveira(OAB: 46178/MG)
Advogado	Dr. Victor Russomano Júnior(OAB: 3609-A/DF)

Advogado Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)  
Advogado Dr. Marcos Caldas Martins Chagas(OAB: 56526/MG)  
Advogado Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)  
Agravado(s) SIMONE PIMENTEL GONÇALVES MAGALHÃES  
Advogado Dr. Helder Martins Kill(OAB: 116732/MG)  
Agravado(s) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogada Dra. Pollyana Resende Nogueira do Pinho(OAB: 120000-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- SIMONE PIMENTEL GONÇALVES MAGALHÃES

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 296, I, DO TST.**

1. O julgado paradigma efetivamente não autorizava o processamento dos embargos, por não abordar a viabilidade de conhecimento do recurso de revista, envolvendo o tema da licitude da terceirização, por violação do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal - fundamento determinante do acórdão embargado.

2. Ante a tese adotada na decisão embargada acerca da inexistência de violação direta e literal do referido dispositivo constitucional, o aresto paradigma somente seria específico, em conformidade com a Súmula nº 296, I, do TST, se revelasse tese contrária, ou seja, de ocorrência de ofensa direta e literal ao art. 5º, XXXVI, da Constituição da República na mesma situação.

3. Não sendo esse o caso, uma vez que na transcrição efetuada nos embargos não há menção à referida norma, conclui-se que o julgado não ensejava a admissão dos embargos, porque inespecífico.

**Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0011397-40.2013.5.18.0013**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho  
Agravante(s) EDVALDO LUIZ DE DEUS  
Advogado Dr. Carlos Eduardo Pereira Costa(OAB: 22817-D/GO)  
Agravado(s) ELMONT - EMPRESA ELETROMECÂNICA DE MONTAGEM LTDA.

Advogado Dr. Edgard Silva de Castro(OAB: 25518/GO)  
Advogado Dr. Marco Aurélio Vieira(OAB: 26705/GO)  
Agravado(s) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogado Dr. Fabrício de Melo Barcelos Costa(OAB: 39068-D/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
- EDVALDO LUIZ DE DEUS  
- ELMONT - EMPRESA ELETROMECÂNICA DE MONTAGEM LTDA.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - CELG DISTRIBUIÇÃO S. A. - TERCEIRIZAÇÃO - ISONOMIA SALARIAL.**

1. A 1ª Turma, ao afastar a condenação decorrente do reconhecimento de isonomia salarial entre o reclamante e os empregados da empresa tomadora dos serviços, o fez por constatar violação do art. 25, § 1º, da Lei n.º 8.987/95, indicada no recurso de revista e no agravo de instrumento, o que demonstra não ter havido contrariedade à Súmula nº 422 do TST.

2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, no julgamento do ARE 791.932/DF, ocorrido em 11/10/2018 (publicação em 6/3/2019), representativo da controvérsia e com repercussão geral reconhecida (tema nº 739), decidiu que: a) nos termos do art. 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de lei somente pode ser declarada pela maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do órgão especial; b) é nula a decisão de órgão fracionário que nega a aplicação do art. 94, II, da Lei nº 9.472/1997; e c) a Súmula nº 331 do TST é parcialmente inconstitucional, devendo ser reconhecida a licitude da terceirização de toda atividade, seja ela meio ou fim.

3. Ainda que o referido precedente trate da Lei nº 9.472/1997, a *ratio decidendi* da decisão proferida pela Suprema Corte tem plena aplicação também para os casos de concessão de serviço público (Lei nº 8.987/1995), diante da similitude legal e fática.

4. O voto condutor também estabeleceu que o reconhecimento da ilicitude de terceirização destoava do posicionamento anteriormente firmado pelo Plenário do STF em 30/8/2018 no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252/MG (tema de repercussão geral nº 725), com base nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

5. Ficou, assim, definido que deve ser aplicada de imediato a tese de repercussão geral nº 725, segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas

jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

6. Ao afastar a condenação decorrente da isonomia salarial, a Turma o fez justamente pelo fato de ter sido reconhecida a licitude da terceirização.

7. Diante dos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal, ainda que presente a identidade de funções entre os terceirizados e os empregados da tomadora dos serviços, não é mais possível reconhecer-se o direito à isonomia salarial com fundamento na Orientação Jurisprudencial nº 383 da SBDI-1, que preconiza a aplicação analógica da Lei nº 6.019/1974 para as situações em que reconhecida a irregularidade da contratação efetuada por ente da Administração Pública, motivo pelo qual o acórdão embargado não a contrariou.

8. Ressalte-se, por fim, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 383 do Ementário de Repercussão Geral, adotou a tese vinculante de que a equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas.

**Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0011787-18.2014.5.01.0055**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante(s)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Advogada	Dra. Márcia de Souza Alves Pimenta(OAB: 52126-A/RJ)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Nilton Vanius Alvarenga dos Santos(OAB: 83481-A/RS)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)
Agravado(s)	TERCIO TOMAZ DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. Léo Carlos Vargas(OAB: 14883-A/RS)
Advogado	Dr. Elisa Gomes Torres(OAB: 30942-A/RS)
Advogado	Dr. Letielle Gomes da Silva(OAB: 95572-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- TERCIO TOMAZ DO NASCIMENTO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, conhecer do agravo, e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO DE EMBARGOS PROFERIDA POR MINISTRO PRESIDENTE DE TURMA. EXECUÇÃO. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. ACÓRDÃO EMBARGADO PROFERIDO EM CONFORMIDADE COM A DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADC 58, COM EFEITO VINCULANTE. ART. 894, § 2º, DA CLT.** Em observância ao comando expresso do precedente oriundo do Supremo Tribunal Federal no julgamento do mérito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade nºs 58 e 59, a fim de, emprestar interpretação conforme à Constituição aos artigos 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, foi definido, com efeito vinculante, a tese de que *"à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)"* (redação dada após acolhidos embargos de declaração a fim de sanar erro material). Quanto aos juros de mora na fase extrajudicial, fixou-se, no item 6 da ementa da ADC 58, a tese de que *"deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991)"*. O acórdão embargado guarda consonância com a tese fixada pelo STF com efeito vinculante. Assim, a análise dos arestos colacionados encontra obstáculo no art. 894, § 2º, da CLT. Precedentes. **Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0012077-28.2015.5.01.0401**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR
Advogado	Dr. Henrique Cláudio Maués(OAB: 35707-A/RJ)
Agravado(s)	OTACILIO LEOPOLDINO
Advogado	Dr. Márcio Jones Suttle(OAB: 25665/PR)
Agravado(s)	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Advogado Dr. Daniella Silva de Oliveira(OAB: 113161-A/RJ)  
Advogado Dr. José Ademar Arrais Rosal Filho(OAB: 94533-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
- ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR
- OTACILIO LEOPOLDINO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno e aplicar à agravante multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ELETRONUCLEAR. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO. QUITAÇÃO GERAL DO CONTRATO DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 270 DA SBDI-1 DESTA CORTE. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CONTRARIEDADE À SÚMULA Nº 126 DO TST.** Esta Subseção já firmou entendimento no sentido de, em regra, não ser viável o conhecimento do recurso de embargos por contrariedade a súmula de conteúdo processual, tendo em vista a sua função precípua de uniformização da jurisprudência, conferida pelas Leis nos 11.496/2007 e 13.015/2014, razão pela qual o acolhimento da alegação de afronta ou má aplicação da Súmula nº 126 do TST constitui hipótese excepcional. Nesse cenário, observa-se que a hipótese mais evidente de contrariedade ao conteúdo da Súmula nº 126 desta Corte diz respeito aos casos em que a Turma, para afastar a conclusão a que chegou o Colegiado Regional, recorre a elemento fático não registrado no acórdão recorrido ou incursiona nos autos na busca de fatos para conhecer do recurso. *In casu*, a análise do acórdão regional demonstra que não há o registro de que a quitação ampla e irrestrita das parcelas decorrente da relação de emprego prevista no PDV decorreu de negociação coletiva, mas tão somente que houve a anuência e homologação sindical no momento da rescisão. Nesse contexto, não se verifica a excepcionalíssima hipótese de contrariedade à Súmula nº 126 desta Corte. No mais, discute-se, no caso dos autos, se a adesão do empregado ao Plano de Dispensa Incentivada (PDI) enseja quitação ampla e irrestrita do contrato de trabalho. De acordo com a Orientação Jurisprudencial nº 270 da SDI-1 desta Corte Superior, a adesão do empregado a Plano de Dispensa Incentivada (PDI) não impossibilita o posterior ajuizamento de ação para reivindicar direitos oriundos do contrato de trabalho. Apenas nos casos em que

o plano houver sido instituído por norma coletiva, com previsão expressa de quitação total, admite-se tal efeito, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmada no julgamento Recurso Extraordinário nº 590.415, com repercussão geral reconhecida, no qual se decidiu que "A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho, em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada, enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego, caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado". No presente caso, não consta no acórdão embargado a presença de tais requisitos. Prevalece, portanto, o entendimento externado na mencionada Orientação Jurisprudencial. Precedentes desta Subseção. Incide, portanto, o disposto no artigo 894, § 2º, da CLT. Verificada, por conseguinte, a manifesta improcedência do presente agravo, em razão da interposição de recurso contra matéria pacificada no âmbito deste órgão uniformizador da jurisprudência *interna corporis*, aplica-se a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0012762-30.2016.5.15.0039**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	EDUARDO LISBOA DE DOMENICIS
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Agravado(s)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Pricila Sabag Nicodemo(OAB: 233268/SP)
Advogado	Dr. Marcelo Lima Corrêa(OAB: 12064-A/DF)
Advogada	Dra. Débora Ramos Larsen(OAB: 63231/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- EDUARDO LISBOA DE DOMENICIS

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo interno.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. INESPECIFICIDADE DOS ARESTOS. SÚMULA Nº 296, I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** Não merece processamento o recurso de embargos, diante da inespecificidade dos arestos colacionados, em desconformidade com a diretriz da Súmula nº 296, I, do TST. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido.

**Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Ag-E-Ag-ED-ED-RR-0013575-94.2016.5.15.0059**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Embargante	EDUARDO MIGUEL DONATILIO
Advogado	Dr. Alison Montoani Fonseca(OAB: 269160-A/SP)
Advogado	Dr. Marcos Gonçalves e Silva(OAB: 314160-A/SP)
Advogada	Dra. Andreza Rodrigues Machado de Queiroz(OAB: 272599-A/SP)
Embargado(a)	NOVELIS DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Marco Antônio Alves Pinto(OAB: 97890/SP)
Advogado	Dr. José Carlos dos Santos(OAB: 177114-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDUARDO MIGUEL DONATILIO
- NOVELIS DO BRASIL LTDA.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO DE EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO. NORMA COLETIVA QUE FIXA ADICIONAL NOTURNO DE 35% PARA AS HORAS TRABALHADAS ENTRE 22H E 5H. VALIDADE. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. Não há, no acórdão embargado, nenhum dos vícios previstos nos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/2015.

**Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.**

**Processo Nº ED-E-Ag-ED-RRAg-0020045-71.2019.5.04.0018**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	Dra. Maria Helena Pierdona Fonseca
Procurador	Dr. Guilherme Gonzales Real
Embargado(a)	RENATO KOZAK CANHADA
Advogado	Dr. Carlos Alberto Nascimento(OAB: 12659/RS)
Advogado	Dr. Luís Alfredo Costa(OAB: 67860-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- RENATO KOZAK CANHADA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL. DIFERENÇAS E REAJUSTES SALARIAIS. DESCUMPRIMENTO DO PACTUADO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.

Nega-se provimento a embargos de declaração quando o acórdão embargado não padece da omissão ou da contradição apontadas.

No caso, verifica-se que este Colegiado emitiu pronunciamento fundamentado acerca da matéria jurídica, que não comporta reexame pela via horizontal.

**Embargos de declaração a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0020308-22.2013.5.04.0016**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s)	CAROLINE FIALHO GOMES
Advogado	Dr. Rafael Davi Martins Costa(OAB: 44138-A/RS)
Agravado(s)	CREDICARD PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogado	Dr. Fabrício Zir Bothomé(OAB: 44277/RS)
Agravado(s)	ITAÚ UNIBANCO S A.
Advogado	Dr. Newton Dorneles Saratt(OAB: 25185-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAROLINE FIALHO GOMES
- CREDICARD PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
- ITAÚ UNIBANCO S A.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** :

**AGRAVO EM RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. MATÉRIA DECIDIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. ARESTOS INESPECÍFICOS (SÚMULA 296, I, DO TST). 2. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. ALEGAÇÃO DE *DISTINGUISHING* DECORRENTE DA CARACTERIZAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO ENTRE TOMADORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS. ARESTOS INESPECÍFICOS (SÚMULA 296, I, DO**



**TST). 3. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. ARESTOS PARADIGMAS QUE ESPOSAM CONCLUSÃO PELA ILICITUDE À LUZ DA EXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL. ENTENDIMENTO SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIXADA NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. ÓBICE DO ART. 894, § 2º, DA CLT. 4. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS RECLAMADOS. GRUPO ECONÔMICO. ARESTO INESPECÍFICO (SÚMULA 296, I, DO TST). 5. PEDIDO SUCESSIVO. ENQUADRAMENTO NA CATEGORIA DOS FINANCIÁRIOS. DECISÃO EMBARGADA PAUTADA NA AUSÊNCIA DE DEVOUÇÃO DA MATÉRIA AO EXAME DESTA CORTE SUPERIOR. IMPERTINÊNCIA DA SÚMULA 393, I, DO TST. ARESTOS INESPECÍFICOS (SÚMULA 296, I, DO TST).** Não merecem processamento os embargos interpostos sob a vigência da Lei 13.015/2014, pois não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do art. 894, II, da CLT.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-AIRR-0020697-25.2018.5.04.0018**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	Dra. Flávia Terezinha Nunes Garcia
Agravado(s)	ROSA RODRIGUES MELO
Advogado	Dr. Luís Alfredo Costa(OAB: 67860-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
- ROSA RODRIGUES MELO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo e, em face do intuito protelatório da medida intentada, impor ao agravante multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil.

**EMENTA** : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO RÉU POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DESTA TRIBUNAL. Merece ser mantida a decisão singular que denegou seguimento aos embargos, porquanto o acórdão embargado, após análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista previstos no artigo 896 da

CLT, negou provimento ao agravo de instrumento. Aplicou-se, portanto, na espécie o óbice da Súmula nº 353 deste Tribunal, uma vez que, ao contrário do que afirma o agravante, a hipótese dos autos não está contemplada nas exceções nela estabelecidas. Pertinente o referido óbice, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de julgados oriundos deste Órgão uniformizador. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0020739-40.2017.5.04.0752**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Agravante(s)	MAIRA FRANCIELI BUENO RICHTER
Advogada	Dra. Luciana Marcon Perez Hasselmann(OAB: 81180-A/RS)
Advogado	Dr. Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Dr. Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravado(s)	MUNICIPIO DE TRES DE MAIO
Advogado	Dr. Jorge Luiz Wachter(OAB: 15406/RS)
Advogado	Dr. Kácio L. Gelain(OAB: 68992/RS)
Advogada	Dra. Nilcéa Secconi de Oliveira(OAB: 113063/RS)
Advogada	Dra. Itabiane de Cássia Silva Mello(OAB: 69928/RS)
Advogada	Dra. Anaira Coutinho(OAB: 92197-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MAIRA FRANCIELI BUENO RICHTER  
- MUNICIPIO DE TRES DE MAIO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , à unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRAVO. EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. TURMA JULGADORA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE REVISTA PARA EXCLUIR DA CONDENAÇÃO O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM PROL DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. NÃO ENQUADRAMENTO NO ANEXO Nº 14 DA NR-15 DA PORTARIA Nº 3214/78 DO MTE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. ARESTO EM QUE O EMPREGADO ERA AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS E ENCONTRAVA-SE EXPOSTO A DIVERSOS AGENTES BIOLÓGICOS. SÚMULA 296, I, DO TST. NÃO PROVIMENTO.

I. A Quarta Turma desta Corte Superior conheceu do recurso de revista, por contrariedade à Súmula nº 448, I, do TST, e, no mérito, deu-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento de

adicional de insalubridade e respectivos reflexos. Seguiu-se a interposição de embargos, não admitidos pela Presidência da Turma, ante a invocação do óbice previsto na Súmula nº 296, I, do TST.

II. Nas razões do recurso de agravo interno, a parte sustenta, em síntese, que o aresto colacionado na peça de recurso de embargos retrata a situação fática posta, vez que a reclamante desempenhava atividades atinentes à função de Agente de Combate a Endemias, fazendo jus ao adicional de insalubridade.

III. Compulsando as razões do recurso de embargos, constata-se que a parte não logra demonstrar divergência jurisprudencial na matéria. A Turma julgadora, ao excluir da condenação o pagamento de adicional de insalubridade, adota a tese de que as atividades desempenhadas pela empregada, como agente comunitária de saúde, não se enquadram no Anexo nº 14 da NR-15 da Portaria nº 3214/78 do MTE (trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagante). Consigna, em sede de embargos de declaração, que a decisão regional menciona que a autora desempenhava funções de orientação preventiva de famílias no combate a doenças infectocontagiosas, verificação da necessidade de atendimento médico e acompanhamento de pacientes, entre outras, sem que houvesse menção expressa *"acerca de atividades da autora em terrenos baldios, tampouco enquadradas no item animais deteriorados"*, de modo que, para se alcançar conclusão diversa, seria necessário o reexame da prova dos autos, conduta vedada pela Súmula nº 126 do TST.

IV. O aresto carreado, por sua vez, oriundo da 7ª Turma do TST, é inespecífico ao cotejo de teses, porquanto trata de situação em que mantida a decisão Regional que acolheu o pedido de majoração do adicional de insalubridade para grau máximo, consignando que o empregado era agente de combate a endemias e encontrava-se exposto a diversos agentes biológicos, como esgotos domésticos em córregos, valões e cursos d'água, circunstâncias não reconhecidas pelo acórdão embargado, sequer pelo acórdão regional. São distintos, portanto, os contextos fáticos dos casos analisados, a atrair a aplicação do óbice da Súmula nº 296, I, do TST.

V. Por fim, quanto à alegação de contrariedade, por má-aplicação, à Súmula nº 126 do TST, referida insurgência não fora objeto de exame pela decisão agravada e a parte não opôs aclaratórios a fim de sanar eventual omissão, de modo que a discussão encontra-se preclusa.

VI. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento.

**Processo Nº Ag-Emb-RRAg-0021162-81.2015.5.04.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Agravante(s)	BANCO CITIBANK S.A.
Advogado	Dr. Osmar Paixão Côrtes(OAB: 15553-A/DF)
Advogado	Dr. Carlos Jose Elias Junior(OAB: 10424-A/DF)
Agravado(s)	PAULO BECK VARELA
Advogado	Dr. Juliano Bueno Testa(OAB: 55302-A/RS)
Advogado	Dr. Eyder Lini(OAB: 15600-A/RS)
Advogado	Dr. Felipe Jose Schnitzer(OAB: 85965-A/RS)
Advogado	Dr. Juliano Moura Nunes(OAB: 64187-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITIBANK S.A.
- PAULO BECK VARELA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO. EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. TURMA JULGADORA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE PARA REFORMAR O ACÓRDÃO REGIONAL QUE ENTENDEU QUE O ÔNUS DA PROVA SERIA DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AO LABOR AOS SÁBADOS. TRANSFERÊNCIA DO ÔNUS PROBATÓRIO PARA O EMPREGADOR. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE À SÚMULA Nº 126 DO TST. NÃO OCORRÊNCIA. NÃO PROVIMENTO.**

I. A Terceira Turma desta Corte Superior, em sede de agravo de instrumento, conheceu do recurso de revista do reclamante, por contrariedade à Súmula nº 338, item I, do TST, e, no mérito, deu-lhe provimento para, reestabelecendo a sentença de primeiro grau, reconhecer a jornada declinada na petição inicial, inclusive quanto aos sábados laborados. Seguiu-se a interposição de embargos pelo banco reclamado, não admitidos pela Presidência da Turma, ao fundamento de que não há contrariedade à Súmula nº 126 do TST, uma vez que as premissas veiculadas na decisão regional viabilizaram o entendimento exarado pela Turma Julgadora.

II. No caso concreto, o acórdão Regional entendeu que, conquanto o item I da Súmula nº 338 do TST disponha que cabe ao empregador, que tenha mais de dez empregados, o dever de apresentar os cartões de ponto em juízo, sob pena de haver inversão do ônus da prova, com a prevalência das declarações constantes da petição inicial, em se tratando de alegação de labor aos sábados, formulada por empregado de instituição bancária, o ônus da prova seria do reclamante, pois seria temerário o

acolhimento da pretensão laboral sem qualquer liame probatório. Assentou que, *"ao alegar labor em dia em que o banco sequer abre, situação pública e notória, é do demandante o ônus de demonstrar a ocorrência de visitas aos sábados, tendo em vista que a não apresentação de cartões-ponto pelo réu não induz essa conclusão"*. Reconheceu que *"as visitas realizadas pelo reclamante ocorriam de segundas as sextas-feiras, dentro da jornada fixada na origem para esse período"*.

**III.** O acórdão da Terceira Turma do TST, por sua vez, entendeu que a não apresentação injustificada dos controles de frequência pelo empregador implicaria presunção de veracidade das declarações constantes da petição inicial, inclusive em relação ao labor prestado aos sábados. Consignou que o Regional, ao imputar ao reclamante o encargo de comprovar a jornada laboral aos sábados, contrariou a Súmula nº 338, item I, do TST. Assim, deu provimento ao recurso de revista para, reestabelecendo à sentença de primeiro grau, reconhecer a jornada declinada na petição inicial, inclusive quanto aos sábados laborados.

**IV.** Nesse contexto, não há contrariedade à Súmula nº 126 do TST, pois a decisão da Turma Julgadora cinge-se a aplicar o disposto na Súmula nº338, item I, do Tribunal Superior do Trabalho, transferindo o ônus probatório, em relação à jornada de labor prestado aos sábados, do empregado para o empregador, sem que tal alteração implique modificação das premissas fáticas firmadas pelo Regional.

**V.** Destaca-se que, conquanto tenham sido carreados arestos na peça de embargos, a parte consigna, expressamente, que estes não objetivam demonstrar a existência de divergência jurisprudencial, mas, tão somente, o cabimento de recurso de embargos por violação à Súmula nº 126 do TST, única causa de pedir.

**VI.** Agravo de que se conhece e a que se nega provimento.

**Processo Nº Ag-Emb-RR-0021446-82.2017.5.04.0016**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante(s)	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE D E OUTROS
Advogado	Dr. Rafael Narita de Barros Nunes(OAB: 15182/DF)
Agravado(s)	DELZA SOARES DE SOUZA
Advogada	Dra. Cecília de Araújo Costa(OAB: 2190/RS)
Advogado	Dr. Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)
Advogado	Dr. Lúcio Fernandes Furtado(OAB: 65084/RS)
Advogada	Dra. Rafaela Posserra Rodrigues(OAB: 33191-A/DF)

Advogado	Dr. Pedro Teixeira Mesquita da Costa(OAB: 72811-A/RS)
Advogada	Dra. Maria Eduarda Gomes Pereira(OAB: 64474/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE D E OUTROS  
- DELZA SOARES DE SOUZA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO CONTRA DECISÃO DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO INSTITUÍDA POR LEI. TEMA 1092 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. MODULAÇÃO DOS EFEITOS**

**(19/06/2020).** Além de irretocável a decisão agravada, ao detectar vício de ordem formal na indicação de um dos julgados colacionados nas razões dos embargos (Súmula 337 do TST), verifica-se que a tese firmada nos demais arestos convergem com o entendimento firmado no acórdão turmário, notadamente em atenção à modulação dos efeitos da decisão vinculante proferida pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1265549 RG/SP. O Pleno do STF, ao definir sobre a competência para o exame de complementação de aposentadoria, instituída por lei estadual, decorrente de relação de emprego, fixou a seguinte tese de repercussão geral (Tema 1092): *"Compete à Justiça comum processar e julgar causas sobre complementação de aposentadoria instituída por lei cujo pagamento seja, originariamente ou por sucessão, da responsabilidade da Administração Pública direta ou indireta, por derivar essa responsabilidade de relação jurídico-administrativa"*. No entanto, no exame dos embargos declaratórios, o STF modulou seus efeitos para manter a competência da Justiça do Trabalho referente aos processos com sentença de mérito até 19/06/2020, data da publicação do acórdão do julgamento do recurso no Plenário Virtual da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal. No caso, a sentença de mérito, proferida em 2018, atrai competência desta Justiça do Trabalho para processar e julgar a causa. Agravo conhecido e não provido.

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-RRAg-0024321-18.2016.5.24.0076**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Embargante	FRANCA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

Advogado Dr. Paulo Victor Diotti Victoriano(OAB: 12801-A/MS)  
Embargado(a) ANTONIO RODRIGUES ALVES  
Advogado Dr. Wanderson Silveira Santana(OAB: 18999-A/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO RODRIGUES ALVES
- FRANCA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , à unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, não os acolher.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE MANTEVE A DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA TURMA QUE NÃO ADMITIU OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, COM FUNDAMENTO NA SÚMULA Nº 353 DO TST. ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. ADIS 5.867 e 6.021. ARGUMENTAÇÃO INOVATÓRIA. NÃO ACOLHIMENTO.**

**I.** Os embargos de declaração têm sua finalidade claramente direcionada (art. 897-A da CLT), limitando-se a corrigir defeitos meramente formais na decisão embargada; a aperfeiçoá-la, suprimindo omissão ou eliminando contradição porventura existente na decisão; assim como a sanar equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

**II.** O acórdão embargado é a decisão prolatada por esta Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho que não proveu o agravo interno interposto pela reclamada, mantendo a decisão da Presidência da 5ª Turma que não admitiu os embargos de divergência, com fundamento na Súmula nº 353 do TST.

**III.** Embargos de declaração opostos pela reclamada em que se alega que o critério de atualização do crédito trabalhista não está em consonância com o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs 5.867 e 6.021, uma vez que o "*Juízo de 1.ª Instância aplicou o IPCA-E como índice de atualização e juros de mora de 1% ao mês para todo o período*".

**IV.** De detida análise dos autos, constata-se que toda argumentação jurídica acerca do critério de atualização do crédito trabalhista é inovatória, porquanto arguida, pela primeira vez, apenas por ocasião dos presentes embargos de declaração, de modo que as razões dos aclaratórios não se enquadram nos permissivos dos arts. 1.022 do CPC de 2015 e 897-A da CLT.

**V.** Destaca-se que a aplicação do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs 5.867 e 6.021 desafia uma declaração judicial no bojo do processo, o que, por seu turno, pressupõe a abertura da cognição, a qual não se faz possível

nestes embargos de declaração, espécie recursal de fundamentação vinculada às hipóteses legais.

**VI.** Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos.

**Processo Nº ED-E-RR-0024532-62.2019.5.24.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Delaíde Alves Miranda Arantes  
Embargante INGRID DE OLIVEIRA KROLL LEITE  
Advogado Dr. Irineu Domingos Mendes(OAB: 6707-A/MS)  
Embargado(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado Dr. Elson Ferreira Gomes Filho(OAB: 12118-A/MS)  
Advogado Dr. Renato Carvalho Brandão(OAB: 8113-A/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- INGRID DE OLIVEIRA KROLL LEITE

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE EMBARGOS. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. SUPRESSÃO. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. DECISÃO COLEGIADA QUE NÃO RECONHECE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. IRRECORRIBILIDADE. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.** 1 - A reclamante sustenta que o Colegiado incorreu em omissão ao julgar seu recurso de embargos, na medida em que não analisou a divergência jurisprudencial em torno da caracterização da transcendência da matéria de fundo, não reconhecida no acórdão prolatado pela 4ª Turma, mas admitida por decisões proferidas pelas 1ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas do TST. 2 - Todavia, ao contrário do que sustenta a embargante, o acórdão recorrido não padece de nenhum dos vícios previstos no art. 893, § 3º, da CLT. 3 - Conforme se extrai do acórdão exarado por este Colegiado, o recurso de embargos não mereceu prosperar, porque interposto em face de acórdão que não reconheceu a transcendência da causa, decisão de caráter irrecorrível, nos termos do art. 896-A, § 4º, da CLT. 4 - Nessa circunstância, não podia esta Subseção adentrar no exame da divergência jurisprudencial, nem mesmo para pacificar eventual disparidade no tocante ao reconhecimento da transcendência da matéria debatida, porque o recurso sequer se mostrou cabível, revelando-se impróprio, assim, a veicular qualquer insatisfação das partes. **Embargos de declaração conhecidos e não providos.**



**Processo Nº ED-Ag-E-ED-Ag-AIRR-0028900-92.1998.5.15.0107**

Complemento                    Processo Eletrônico  
Relator                         Min. José Roberto Freire Pimenta  
Embargante                    MARTA MARIA FERNANDES AIDAR PEREIRA  
  
Advogado                     Dr. Eduardo Pedrosa Massad(OAB: 184071-A/SP)  
  
Embargado(a)                 JOAO PAULO MENDONCA  
Advogado                     Dr. José Luiz Bertoli(OAB: 75607-A/SP)  
  
Embargado(a)                 ADELIA VIEIRA ROSA  
Advogado                     Dr. Gilson David Siqueira(OAB: 88188/SP)  
  
Embargado(a)                 LINDA MIGUEL AIDAR PEREIRA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADELIA VIEIRA ROSA
- JOAO PAULO MENDONCA
- LINDA MIGUEL AIDAR PEREIRA
- MARTA MARIA FERNANDES AIDAR PEREIRA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

**EXECUÇÃO. EMBARGOS INTERPOSTOS CONTRA DECISÃO DA TURMA PROFERIDA EM JULGAMENTO DO MÉRITO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISCUSSÃO NÃO CIRCUNSCRITA ÀS EXCEÇÕES PREVISTAS NA SÚMULA Nº 353 DO TST. NÃO CABIMENTO DO RECURSO DE EMBARGOS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

Conforme constou da decisão embargada, a insistência da parte na interposição de recurso manifestamente incabível, nos termos da Súmula nº 353 desta Corte, enseja a sua condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé, conforme entendimento pacificado nesta Subseção. Observados os parâmetros legais para a sanção imposta, não há falar em redução do percentual aplicado, não se constatando, no caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, de forma que estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter infringente e revelam tão somente o mero inconformismo da embargante com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de

2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0035700-13.2007.5.15.0143**

Complemento                    Processo Eletrônico  
Relator                         Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Agravante(s)                 BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado                     Dr. Cassius Araújo Gonzales(OAB: 59747-A/RS)  
  
Advogado                     Dr. Adilson Nascimento da Silva(OAB: 227424-D/SP)  
  
Advogado                     Dr. Paulo César Teixeira Filho(OAB: 104204/MG)  
  
Agravado(s)                 LIDIA MITSUE MATSURA RIBEIRO  
Advogado                     Dr. José Eymard Loguerio(OAB: 1441-B/DF)  
  
Agravado(s)                 ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL  
Advogado                     Dr. Roberto Eiras Messina(OAB: 84267/SP)  
  
Advogado                     Dr. Luis Fernando Feola Lencioni(OAB: 113806-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
- LIDIA MITSUE MATSURA RIBEIRO

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo.

**EMENTA** : AGRAVO DO BANCO DO BRASIL. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE QUANTO À INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL DECORRENTE DE DOENÇA OCUPACIONAL. ALEGAÇÃO RECURSAL DE INOBSERVÂNCIA AO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. ARESTOS INESPECÍFICOS (SÚMULA 296, I, DO TST). Não merecem processamento os embargos interpostos sob a vigência da Lei 13.015/2014, pois não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do art. 894, II, da CLT.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº E-RR-0040300-27.2008.5.17.0001**

Complemento                    Processo Eletrônico  
Relator                         Min. Alexandre Luiz Ramos  
Embargante                    CESAR SIQUEIRA  
Advogada                     Dra. Rosemary Machado de Paula(OAB: 294-B/ES)  
  
Embargado(a)                 SEASIDE SERVIÇOS PORTUÁRIOS LTDA. - ME  
Advogado                     Dr. Vilmar de Oliveira Silva(OAB: 13154/ES)



**Intimado(s)/Citado(s):**

- CESAR SIQUEIRA  
- SEASIDE SERVIÇOS PORTUÁRIOS LTDA. - ME

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, não exercer o Juízo de retratação previsto no art. 1.030, II, da CLT e manter o v. acórdão desta c. SDI-1 e determinar a devolução dos autos à Vice-Presidência, a fim de que prossiga no exame de admissibilidade do recurso extraordinário, como entender de direito.

**EMENTA :**

**RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DEVOUÇÃO PARA EVENTUAL JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ADICIONAL DE RISCO. LABOR EM TERMINAL DE USO PRIVADO. INDEVIDO. OJ Nº 402 DA SBDI-1 DO TST. NÃO INCIDÊNCIA DA TESE FIXADA NO TEMA 222 DA TABELA DE REPECURSÃO GERAL. *DISTINGUISHING*.** Esta Subseção negou provimento ao recurso de embargos interposto pelo Reclamante quanto ao tema "Adicional de risco", ao fundamento de que a decisão recorrida está em consonância com a Orientação Jurisprudencial nº 402 da SBDI-1 do TST. A Vice-Presidência desta Corte devolveu o processo a esta Subseção, em decorrência do trânsito em julgado de decisão do e. STF que firmou tese vinculante sobre o Tema 222 da Tabela de Temas de Repercussão Geral. Ocorre que a matéria ora em exame não atrai a incidência da tese vinculante fixada no mencionado tema, pois nos presentes autos discute-se tão somente se o empregado que atua em terminal privativo faz jus ao adicional de riscos previsto na Lei 4.860/1965, do mesmo modo que tal direito é assegurado ao trabalhador portuário que labora em porto organizado. Como se nota, não se trata de controvérsia que envolve a recusa ao pagamento do adicional de risco pelo fato de ostentar o trabalhador a condição de avulso, na espécie, o Reclamante é empregado. Aqui a polêmica gravita em torno do direito do trabalhador portuário que efetivamente é empregado, não tendo direito ao adicional de risco, porém, apenas por trabalhar em terminal privativo. Precedentes desta Subseção. Assim, deixa-se de exercer o juízo de retratação previsto no art. 1.030, II, do CPC/2015 (543-B, § 3º, do CPC/1973).  
**Juízo de retratação não exercido, com determinação de restituição dos autos à Vice-Presidência do TST.**

**Processo Nº Ag-E-ED-ED-Ag-RR-0064700-02.2008.5.17.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante(s)	ANGELA MARIA RAMOS BARBOSA
Advogado	Dr. Caio Antônio Ribas da Silva Prado(OAB: 14962/DF)

Advogado	Dr. Erildo Pinto(OAB: 4621-A/ES)
Agravado(s)	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
Advogada	Dra. Luciana Arduin Fonseca(OAB: 143634-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANGELA MARIA RAMOS BARBOSA  
- EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade: I - conhecer do agravo, e, no mérito, negar-lhe provimento; e II - condenar a Agravante ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, com supedâneo no artigo 1.021, § 4º, do CPC.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO DE EMBARGOS PROFERIDA POR MINISTRO PRESIDENTE DE TURMA. EXECUÇÃO. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. ACÓRDÃO EMBARGADO PROFERIDO EM CONFORMIDADE COM A DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADC 58, COM EFEITO VINCULANTE. ART. 894, § 2º, DA CLT.** Em observância ao comando expresso do precedente oriundo do Supremo Tribunal Federal no julgamento do mérito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade nºs 58 e 59, a fim de, emprestar interpretação conforme à Constituição aos artigos 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, foi definido, com efeito vinculante, a tese de que "*à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)*" (redação dada após acolhidos embargos de declaração a fim de sanar erro material). Quanto aos juros de mora na fase extrajudicial, fixou-se, no item 6 da ementa da ADC 58, a tese de que "*deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991)*". O acórdão embargado guarda consonância com a tese fixada pelo STF com efeito vinculante. Assim, a análise dos arestos colacionados encontra obstáculo no art. 894, § 2º, da CLT.

Precedentes. **Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº ED-E-RR-0067259-02.1993.5.02.5555**

*Processo Nº ED-E-RR-67259/1993*

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	ELIZABETH DELLAMONICA
Advogado	Dr. Antônio Luciano Tambelli
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Embargado(a)	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIZABETH DELLAMONICA  
- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EXERCIDO. EMPREGADO DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. TEMA 454 DE REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE ESTABILIDADE. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.**

Nega-se provimento a embargos de declaração quando o acórdão embargado não padece da omissão apontada. No caso, verifica-se que este Colegiado emitiu pronunciamento fundamentado acerca da matéria jurídica, que não comporta reexame pela via horizontal.

**Embargos de declaração a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0100120-68.2018.5.01.0551**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaide Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE BARRA MANSA
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505/RJ)
Advogado	Dr. Juliano Moreira de Almeida(OAB: 88851/RJ)
Agravado(s)	BARRACHOC COMERCIAL LTDA - ME
Advogado	Dr. Giovana Ferreira Fonseca(OAB: 75094-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BARRACHOC COMERCIAL LTDA - ME  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE BARRA MANSA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE CONSIDEROU AUSENTE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA.**

**ART. 896-A, § 4º, DA CLT. RECURSO DE EMBARGOS INCABÍVEL.** 1 - A jurisprudência desta Subseção firmou o entendimento de que, em razão do disposto no § 4º do art. 896-A da CLT, não cabe o recurso de embargos previsto no art. 894 da CLT contra a decisão da Turma que reconhece a ausência de transcendência da causa debatida na revista. 2 - Precedentes.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-0100448-92.2019.5.01.0282**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Agravante(s)	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Advogada	Dra. Alessandra Vieira de Almeida(OAB: 11688-A/SC)
Advogado	Dr. Vinícius Coutinho da Luz(OAB: 38196-A/SC)
Agravado(s)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Procuradora	Dra. Teresa Cristina D'Almeida Basteiro

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO. IMPOSIÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 422, I, DO TST. RECURSO DE EMBARGOS DESAPARELHADO. ART 894, II, DA CLT. A c.**

Terceira Turma manteve a decisão em que não conhecido o agravo

de instrumento por óbice da Súmula 422, I, do TST em razão da inobservância do princípio da dialeticidade ante a circunstância de a parte deixar de impugnar o fundamento do despacho denegatório do recurso de revista, referente ao descumprimento do artigo 896, § 1º-A, da CLT e à incidência da Súmula 297 do TST. Embora a parte se oponha ao fundamento de que o agravo de instrumento se encontra desfundamentado, não indica, nos embargos, contrariedade a súmula ou a orientação jurisprudencial desta Corte, como também não veicula aresto para demonstrar divergência jurisprudencial, não se desincumbindo de fundamentar o recurso de embargos em um dos permissivos legais do artigo 894, II, da CLT. Não havendo tese de mérito no acórdão embargado, os arestos e violações indicadas no apelo que tratam da matéria de fundo não são analisados, nos termos da Súmula 297 do TST. **Agravo conhecido e desprovido.**

**Processo Nº Ag-Emb-RRAg-0100462-27.2018.5.01.0342**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s)	ALEXSANDRO SILVA DE CASTRO
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505-A/RJ)
Agravado(s)	CLAUDIO VERISSIMO DA SILVA
Advogada	Dra. Rosiane da Silva Rego(OAB: 137385-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXSANDRO SILVA DE CASTRO  
- CLAUDIO VERISSIMO DA SILVA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios  
Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo, com aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos dos arts. 80, VII, e 81 do CPC.

**EMENTA** : **AGRAVO. EMBARGOS EM AGRADO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 353 DO TST. EXCEÇÕES NÃO CONFIGURADAS. PRETENSÃO DE REEXAME DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DO RECURSO DE REVISTA. NÃO CABIMENTO DOS EMBARGOS. INTUITO PROTRELATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA.** Não merece reforma a decisão agravada, pela qual denegado seguimento ao recurso de embargos, por óbice da Súmula 353/TST. Com efeito, é incabível esse recurso contra acórdão de Turma que, ao exame de pressuposto intrínseco do recurso de revista, negou provimento ao agravo de instrumento. Tal hipótese não configura nenhuma das exceções previstas no mencionado verbete sumular. Caracterizado o intuito manifestamente protrelatório do recurso, consoante disposto no

inciso VII do artigo 80 do CPC, impõe-se a aplicação da multa do artigo 81 do CPC.

**Agravo conhecido e não provido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-Emb-RR-0100527-11.2020.5.01.0323**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Dr. Armando Canali Filho(OAB: 68339-A/PR)
Agravado(s)	SILVIA TEIXEIRA RODRIGUES DA COSTA
Advogado	Dr. William Soares da Silva Mello(OAB: 198777-A/RJ)
Advogado	Dr. Camila Rodrigues da Costa(OAB: 187962-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- SILVIA TEIXEIRA RODRIGUES DA COSTA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios  
Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo.

**EMENTA** : **AGRAVO EM RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. INTERVALO INTRAJORNADA. APLICAÇÃO DA LEI 13.467/17. DIREITO INTERTEMPORAL. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. IRRECORRIBILIDADE NO ÂMBITO DO TST. ART. 896, § 4º, DA CLT.** Não merecem processamento os embargos interpostos contra acórdão de Turma fundamentado na ausência de transcendência da causa, por óbice do art. 896-A, § 4º, da CLT.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-E-AIRR-0101319-73.2018.5.01.0051**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	PAULO ANIBAL ALVES PINHO FILHO
Advogado	Dr. Renata Nascimento de Freitas Corrêa(OAB: 92698-A/RJ)
Agravado(s)	SERGIO ELIAS FIALHO NAZARETH
Advogado	Dr. Rodrigo de Souza Alencar(OAB: 148671/RJ)
Agravado(s)	BRUNO CINCINATO BESERRA
Agravado(s)	MARRIETE ANTUNES PASSOS BESERRA
Agravado(s)	FERNANDO AMARO ANTUNES TEIXEIRA
Agravado(s)	ANTONIO CARLOS TORRES PINTO
Agravado(s)	MARIA ARLETE BITDINGER TEIXEIRA

Agravado(s)

JOSE LOPES DE ALMEIDA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO CARLOS TORRES PINTO
- BRUNO CINCINATO BESERRA
- FERNANDO AMARO ANTUNES TEIXEIRA
- JOSE LOPES DE ALMEIDA
- MARIA ARLETE BITDINGER TEIXEIRA
- MARRIETE ANTUNES PASSOS BESERRA
- PAULO ANIBAL ALVES PINHO FILHO
- SERGIO ELIAS FIALHO NAZARETH

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento.

**EMENTA : AGRADO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CABIMENTO.** 1 - É incabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão monocrática de Presidente de Turma que denega seguimento a recurso de embargos. 2 - Nesse caso, não é possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, diante da jurisprudência desta Corte Superior. 3 - Precedentes. **Agravo de instrumento não conhecido.**

**Processo Nº Ag-Emb-AIRR-0101539-88.2018.5.01.0401**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR
Advogado	Dr. Henrique Cláudio Maués(OAB: 35707/RJ)
Agravado(s)	ADRIANO MENDES NEGREIRO BATISTA E OUTROS
Advogada	Dra. Suzana Pires Diniz das Neves(OAB: 176298-A/RJ)
Agravado(s)	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogada	Dra. Anali Corrêa Tchepeleutyky(OAB: 192953-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANO MENDES NEGREIRO BATISTA E OUTROS
- ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo e, em face do intuito protelatório da medida intentada, impor à agravante multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil.

**EMENTA : AGRADO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DECISÃO DA MINISTRA PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DA RÉ POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DESTE TRIBUNAL.** Merece ser mantida a decisão singular que denegou seguimento aos embargos, porquanto o acórdão embargado, após análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista previstos no artigo 896 da CLT, negou provimento ao agravo de instrumento. Aplicou-se, portanto, na espécie o óbice da Súmula nº 353 deste Tribunal, uma vez que, ao contrário do que afirma a agravante, a hipótese dos autos não está contemplada nas exceções nela estabelecidas. Pertinente o referido óbice, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de julgados oriundos deste Órgão uniformizador. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº E-ED-RR-0101780-64.2016.5.01.0035**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Embargante	FELIPE DE OLIVEIRA SOUZA
Advogado	Dr. Pacelli da Rocha Martins(OAB: 11047-A/PB)
Embargado(a)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada	Dra. Paula Brezinski Torráo(OAB: 133891/RJ)
Advogado	Dr. Victor Neves e Figueiredo(OAB: 170011-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- FELIPE DE OLIVEIRA SOUZA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade: I - conhecer do agravo e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar o processamento do recurso de embargos, que deverá ser julgado na primeira sessão ordinária subsequente; e II - conhecer do recurso de embargos, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar a reclamada ao pagamento de horas extraordinárias decorrentes da não concessão do intervalo de dez minutos a cada cinquenta minutos trabalhados.

**EMENTA : AGRADO. EMBARGOS INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. CAIXA BANCÁRIO. INTERVALO DE DIGITADOR. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. POSSIBILIDADE. PROVIMENTO.**

1. Evidenciada a existência de divergência jurisprudencial válida e

específica, merece ser processado o recurso de embargos outrossim denegado.

## 2. Agravo de que se conhece e ao qual se dá provimento.

### EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA.

#### CAIXA BANCÁRIO. INTERVALO DE DIGITADOR. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. POSSIBILIDADE. PROVIMENTO.

1. Em sessão realizada no dia 04.11.2021, por meio do processo E-RR 767-05.2015.5.06.0007, cuja relatoria coube ao ministro Lélcio Bentes Corrêa, esta egrégia SBDI-1 entendeu que os empregados que exercem a função de caixa bancário têm direito a uma pausa de dez minutos a cada cinquenta minutos trabalhados quando há previsão em norma coletiva e não existe disposição específica sobre a exigência de exclusividade do exercício da atividade de digitação.

2. É importante salientar, ademais, que, no caso em questão, a norma coletiva sequer dispõe sobre a necessidade da atividade preponderante do empregado ser a digitação, porquanto prevê que aqueles que exerçam atividade de entrada de dados, que requeira movimentos ou esforços repetitivos dos membros superiores ou coluna vertebral, fazem jus a uma pausa de dez minutos a cada cinquenta minutos trabalhados, computada na duração da jornada.

3. Dessa forma, a partir da leitura da norma coletiva constante no v. acórdão turmário, depreende-se que os empregados que exercem a função de caixa bancário podem desempenhar atividades que demandam esforços repetitivos dos membros superiores e coluna vertebral sem a preponderância ou a exclusividade da digitação, o que viabiliza a concessão do intervalo de dez minutos a cada cinquenta minutos trabalhados.

4. Consta-se, portanto, que há um *distinguishing* em relação à tese adotada por esta colenda Corte Superior, no sentido de que o caixa bancário não tem direito ao intervalo de dez minutos após cinquenta minutos trabalhados por não desenvolver atividade preponderante de digitação, o que impede a aplicação analógica do artigo 72 da CLT.

5. No presente caso, conquanto houvesse norma coletiva que previa a concessão do intervalo de dez minutos após cinquenta minutos trabalhados, sem a exigência da preponderância ou exclusividade da atividade de digitação, a egrégia Terceira Turma desta Corte entendeu que o reclamante não tem direito à referida pausa.

6. Considerando, pois, que a função exercida pelo reclamante (caixa bancário) enquadra-se nas atribuições previstas na norma coletiva, ele tem direito ao intervalo de dez minutos após cinquenta minutos trabalhados, razão pela qual deve ser reformado o v. acórdão turmário para condenar a reclamada ao pagamento de

horas extraordinárias.

## 7. Recurso de embargos de que se conhece e ao qual se dá provimento.

### Processo Nº Ag-E-ED-Ag-ED-RR-0120200-68.1991.5.20.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Agravante(s)	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE
Advogado	Dr. Raimundo Cezar Brito Aragão(OAB: 32147/DF)
Advogado	Dr. Nilton Ramos Inhaquite(OAB: 1742 -A/SE)
Agravado(s)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Procuradora	Dra. Laura de Andrade Sodré

#### Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA** : AGRAVO. EMBARGOS. AGRAVO INTERNO. RECURSO DE REVISTA. AGRAVO DE PETIÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. ÓBICE DA SÚMULA Nº 422, I, DO TST. RECURSO DE EMBARGOS NÃO ADMITIDOS PELA PRESIDÊNCIA DA TURMA. EXECUÇÃO. INVOCAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 433 DO TST.

I. A Primeira Turma desta Corte Superior não conheceu do agravo interno interposto pelo Sindicato Autor, por ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada (Súmula nº 422, I, do TST), consistente em decisão unipessoal em que se denegou seguimento ao recurso de revista em agravo de petição.

II. Seguiu-se a interposição de recurso de embargos, não admitidos pela Presidência da Primeira Turma, mediante invocação do óbice da Súmula nº 433 do TST, ao entendimento de que, tratando-se de recurso de embargos interposto na fase de execução, inviável aferir eventual contrariedade à Súmula 422, I, do TST.

III. No presente agravo, a parte autora pugna pelo afastamento do óbice consolidado na Súmula nº 433 do TST, sob o argumento de que o tema de fundo que se quer ver apreciado é dotado de repercussão geral, motivo suficiente para afastar os pressupostos recursais, em respeito ao princípio da primazia da decisão de mérito.

IV. Todavia, o processamento do recurso de embargos de



divergência em execução está condicionado à existência de divergência jurisprudencial em relação à interpretação de dispositivo constitucional, o que inviabiliza a análise invocada, uma vez que a Súmula 422, item I, do TST, é verbete de natureza processual, não cuidando da aplicação ou interpretação de dispositivo constitucional. No mesmo sentido, precedentes desta Subseção I Especializada em Dissídios Individuais.

V. Registra-se que, embora o CPC de 2015 consagre a primazia do julgamento de mérito, norteando-se pela atividade satisfativa, tal circunstância, per se, não elide a observância dos requisitos de admissibilidade dos recursos.

VI. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento.

**Processo Nº ED-Ag-E-Ag-AIRR-0131963-46.2015.5.13.0026**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	HOSPITAL SÃO LUIZ LTDA.
Advogada	Dra. Bárbara Campos Porto Palhano(OAB: 19600/PB)
Embargado(a)	SINDICATO DOS ENFERMEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA
Advogado	Dr. Daniel Lucena Brito(OAB: 12194-A/PB)
Advogado	Dr. Itallo José Azevedo Bonifácio(OAB: 14291-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HOSPITAL SÃO LUIZ LTDA.  
- SINDICATO DOS ENFERMEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento para, sem atribuir efeito modificativo ao julgado, corrigir erro material, nos termos da fundamentação.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM EMBARGOS. ERRO MATERIAL. VÍCIO CONSTATADO E CORRIGIDO.**

Constatado erro material no acórdão embargado, em cujo relatório restou equivocadamente identificada a parte agravada, cumpre sanar o vício, sem atribuir efeito modificativo ao julgado.

**Embargos de declaração conhecidos e providos para sanar erro material.**

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0156600-27.2008.5.02.0054**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	JESUS CLEMENTE

Advogado	Dr. Eliezer Sanches(OAB: 156119-A/SP)
Advogado	Dr. Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)
Advogado	Dr. Hugo Sousa da Fonseca(OAB: 54271-A/DF)
Agravado(s)	COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Advogado	Dr. Marcelo Oliveira Rocha(OAB: 113887-D/SP)
Agravado(s)	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Leydslyne Israel Lacerda
Procurador	Dr. Waldir Francisco Honorato Junior

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM  
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
- JESUS CLEMENTE

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA.**

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. SUCESSÃO TRABALHISTA. FEPASA. EMPREGADO APOSENTADO ANTES DA CISÃO. PARIDADE COM FUNCIONÁRIOS DA ATIVA DA CPTM. CONTRARIEDADE À SÚMULA Nº 126 DO TST. NÃO CONFIGURAÇÃO. ARESTOS INESPECÍFICOS. SÚMULA Nº 296, I, DO TST.

1. A Turma conheceu dos recursos de revista interpostos pelas reclamadas e deu-lhes provimento para excluir o direito do reclamante, aposentado pela FEPASA, à paridade com os empregados ativos da CPTM.

2. Acerca da apontada contrariedade à Súmula nº 126 do TST, extrai-se do acórdão objeto dos embargos que a Turma se valeu de elemento fático explicitamente anotado pelo Tribunal Regional - a data de aposentadoria do empregado, em 1977 - para aplicar a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que os empregados jubilados antes da cisão da FEPASA para a CPTM não possuem direito à paridade com os ativos desta última. O próprio acórdão regional menciona a data da referida cisão - ano de 1992. Desse modo, diversamente do que alega o agravante, a Turma não desconsiderou o elemento fático assinalado pelo Tribunal de origem - a sucessão da FEPASA pela CPTM - mas promoveu reenquadramento jurídico dos fatos, no sentido de que a aposentadoria anterior à cisão havida se revela suficiente para afastar a paridade pretendida. Precedentes específicos da SDI-1 afastando a contrariedade à Súmula nº 126 do TST.

3. Por outro lado, os arestos colacionados, provenientes da 3ª e da 8ª Turmas, carecem da indispensável identidade fática com o

acórdão da 7ª Turma. O primeiro paradigma adota premissa não consignada no acórdão objeto de embargos, de "*prova de que o obreiro se ativou no Sistema de Transporte Metropolitano da Região de São Paulo*". Quanto ao segundo, sequer adota tese jurídica, limitando-se a afirmar a ausência de pressuposto do recurso de revista.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0161200-18.2007.5.02.0316**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	CLAUDIA RODRIGUES MARTINS
Advogado	Dr. Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro(OAB: 183536/SP)
Advogado	Dr. Bruno Feijó Imbroinisio(OAB: 145017/RJ)
Agravado(s)	AMADEUS BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Aref Assreuy Júnior(OAB: 6276-A/DF)
Advogado	Dr. Arnaldo Pipek(OAB: 113878-A/SP)
Advogado	Dr. Alexandre Lauria Dutra(OAB: 157840/SP)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Alexandre Lauria Dutra(OAB: 157840-A/SP)
Advogado	Dr. Arnaldo Pipek(OAB: 113878-A/SP)
Agravado(s)	RIO SUL LINHAS AEREAS S.A. - FALIDA
Advogado	Dr. José Roberto Zago(OAB: 98053-A/SP)
Agravado(s)	VARIG PARTICIPAÇÕES EM TRANSPORTES AÉREOS S.A.
Agravado(s)	FUNDACAO RUBEN BERTA
Agravado(s)	MASSA FALIDA de S.A.(VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMADEUS BRASIL LTDA.
- CLAUDIA RODRIGUES MARTINS
- FUNDACAO RUBEN BERTA
- MASSA FALIDA de S.A.(VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)
- RIO SUL LINHAS AEREAS S.A. - FALIDA
- VARIG PARTICIPAÇÕES EM TRANSPORTES AÉREOS S.A.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, com condenação da agravante ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, por litigância de má-fé, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15, em favor dos agravados.

**EMENTA** : AGRAVO EM EMBARGOS. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. JUÍZO NEGATIVO DE TRANSCENDÊNCIA PELA TURMA.

**IRRECORRIBILIDADE NO ÂMBITO DO TST. ART. 896-A, § 4º, DA CLT. ACÓRDÃO EMBARGADO PROFERIDO EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. SÚMULA Nº 353 DO TST. EMBARGOS INCABÍVEIS. IMPOSIÇÃO DE MULTA.**

1. A Presidência da Turma não admitiu os embargos, com fundamento no art. 896-A, § 4º, da CLT, que dispõe ser irrecorrível, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, o acórdão de Turma que não reconhece a transcendência da causa. Com efeito, esta Subseção, por meio do *leading case* Ag-E-RR-7-94.2017.5.17.0002 (Relator Ministro Waldir Oliveira da Costa, DEJT 12/02/2021), consolidou o entendimento no sentido de serem incabíveis embargos contra acórdão de Turma que exerce juízo negativo de transcendência da causa. Precedentes.

2. Na espécie, incide, ainda, o óbice da Súmula nº 353 do TST, visto que a presente hipótese não corresponde a nenhuma das exceções descritas no verbete sumular aptas a oportunizar o cabimento dos embargos, que foram interpostos em face de acórdão de Turma prolatado em agravo interposto contra decisão monocrática proferida em agravo de instrumento em recurso de revista, em que analisados os pressupostos do art. 896 da CLT quanto ao tema recursal - *configuração de grupo econômico*.

3. A jurisprudência desta Subseção é firme no sentido de que a interposição de agravo em face de decisão que denega seguimento aos embargos, por incabíveis, revela o caráter meramente protelatório da medida, porquanto visa destrancar recurso incabível, o que enseja, assim, a condenação da parte agravante ao pagamento de multa por litigância de má-fé, ora fixada em 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fulcro nos arts. 80, VII, e 81, do CPC/15.

**Agravo a que se nega provimento, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-E-ED-ED-ED-RR-0182500-78.1999.5.01.0046**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante(s)	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291-A/DF)
Advogada	Dra. Sílvia Rodrigues da Rocha Vieira(OAB: 109370/RJ)
Agravado(s)	RUBENS LIMA BANDEIRA
Advogado	Dr. João de Lima Teixeira Filho(OAB: 21785-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
- RUBENS LIMA BANDEIRA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO EM EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/14. RECURSO DE REVISTA. DIRETOR ELEITO. MANUTENÇÃO DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA. INOCORRÊNCIA DE SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. SÚMULA Nº 269 DO TST, PARTE FINAL. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE ÀS SÚMULAS Nº 126 E Nº 296, I, DO TST. ARESTOS INESPECÍFICOS.**

1. A Turma conheceu do recurso de revista interposto pelo reclamante, por divergência jurisprudencial e, no mérito, deu-lhe provimento para reconhecer o exercício regular do contrato de trabalho no período em que o autor foi diretor eleito na reclamada, por reputar presente a exceção da subordinação jurídica. Aplicou, assim, a parte final da Súmula nº 269 do TST, que preconiza que "o empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego".

2. Inviável admitir embargos por contrariedade à Súmula nº 296, I, do TST, ante o escopo exclusivamente uniformizador de jurisprudência que lhes foi conferido pelo art. 894 da CLT. Com efeito, examinar o acerto da Turma ao apreciar a especificidade de julgado alçado a paradigma no recurso de revista equivaleria a autorizar a interposição de embargos por mera violação de lei - no caso, do art. 896, "a" ou "b", da CLT. A única hipótese admissível de embargos por contrariedade ou má aplicação da Súmula nº 296, I, do TST seria de estabelecimento, pela Turma, de tese jurídica diametralmente oposta à diretriz do verbete, o que não se alega na espécie. Precedentes da SDI-1.

3. A alegada afronta à Súmula nº 126 do TST pressuporia, em uma controvérsia com contornos fáticos, a desconsideração de premissas expressamente assinaladas no acórdão regional, ou a valoração de elementos de fato e prova ausentes no quadro delineado na origem. Na espécie, contudo, não se divisa incursão indevida no quadro fático-probatório dos autos. O Tribunal Regional firmou convicção de que "*não permaneceu a subordinação jurídica na relação havida entre as partes, haja vista que o reclamante passou a ter status, poderes e vantagens totalmente distintos em relação aos demais empregados*", ao passo que considerou "*absolutamente irrelevante o fato de, no exercício das tarefas de diretor das empresas em tela, auferir verbas de natureza trabalhista, deferidas aos empregados...*". A Turma, por sua vez, valeu-se estritamente do mesmo quadro fático para adotar conclusão distinta quanto ao enquadramento jurídico, anotando que "*o recebimento de*

*verbas e vantagens de natureza trabalhista serve à caracterização da existência de subordinação jurídica*". Logo, a reforma do julgado não dependeu de reexame fático probatório, mas decorreu de juízo diverso acerca dos efeitos da percepção de vantagens tipicamente trabalhistas para a configuração de subordinação jurídica. Incólume a Súmula nº 126 do TST.

4. As ementas alçadas a paradigma tampouco impulsionam a admissibilidade dos embargos, pois adotam a premissa da ausência da subordinação jurídica do diretor eleito, ao passo que o acórdão embargado firma convicção quanto à existência de subordinação no caso concreto. Afiguram-se, portanto, inespecíficas, à luz da Súmula nº 296, I, do TST.

5. Por fim, a Turma firmou sua convicção quanto à incidência da parte final da Súmula nº 269/TST, reputando presente a subordinação jurídica, em razão da continuidade de percepção de verbas e vantagens tipicamente trabalhistas concedidas aos empregados em geral, mesmo no período em que exercido o cargo de direção. Referido entendimento não conflita com o referido verbete, mas, ao revés, revela-se consentâneo com sua parte final, que excepciona a suspensão do contrato de trabalho do diretor eleito na hipótese de permanência da subordinação jurídica entre as partes, tal como identificado no acórdão da Turma. Precedente da SDI-1.

**Agravo a que se nega provimento.**

**Processo Nº ED-Ag-E-RR-0264800-71.2009.5.09.0322**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Embargante	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Ferla Corrêa(OAB: 37505/PR)
Advogada	Dra. Juliana Aparecida Ferreira(OAB: 51277-A/PR)
Advogado	Dr. Lucas Eduardo Pontes Piratelo(OAB: 78213-A/PR)
Embargado(a)	HUMBERTO DO NASCIMENTO
Advogada	Dra. Josane de Fátima Coutinho Fanine(OAB: 35430-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA  
- HUMBERTO DO NASCIMENTO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento para, sanando omissão no acórdão embargado, autorizar a embargante a pleitear

junto à Receita Federal a restituição do montante que equivocadamente recolheu aos cofres da União a título de depósito recursal em 3/9/2018, por meio da Guia de Recolhimento da União e conforme comprovante de pagamento de tributos do governo.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO - OMISSÃO - DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - RESTITUIÇÃO DO QUANTUM - AUTORIZAÇÃO.**

1. Conforme alega a embargante, efetivamente não foi examinado no acórdão embargado o pedido formulado no agravo de que fosse autorizada a devolução do montante que recolheu indevidamente à União a título de depósito recursal.

2. Nesse sentido, cumpre registrar que a embargante está autorizada a pleitear junto à Receita Federal a restituição da quantia que equivocadamente recolheu aos cofres da União em 2018 por meio de GRU.

3. É inviável, contudo, determinar que o montante seja atualizado, não apenas porque essa pretensão não constou do agravo, consistindo em inovação recursal, mas também porque a embargante não a fundamenta em nenhuma disposição legal.

**Embargos de declaração conhecidos e providos.**

**Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-0326800-17.2009.5.09.0643**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	SALUSTIANO ALVES DE FARIA E OUTRO
Advogado	Dr. Sirlei Faquinello(OAB: 41823-A/PR)
Agravado(s)	JUARES GONCALVES
Advogado	Dr. Marco Antônio Bordignon(OAB: 12016/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JUARES GONCALVES  
- SALUSTIANO ALVES DE FARIA E OUTRO

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, I) conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento; e II) condenar as agravantes solidariamente ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, com fundamento nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015, com ressalva de entendimento da Relatora.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE EMBARGOS. PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE**

**RELATORA EM JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. APELO INCABÍVEL, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 378 DA SBDI-1 DO TST.** 1. O recurso de embargos dos executados foi interposto contra decisão monocrática de Relatora que julgou agravo de instrumento, revelando-se, portanto, incabível, nos termos da Orientação Jurisprudencial 378 da SBDI-1 do TST. 2. Para hipóteses como esta, não é possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, diante da jurisprudência desta Corte Superior, que entende caracterizar erro grosseiro a utilização de embargos para impugnar decisão singular. Precedente. 3 - Acrescente-se que, ressalvado o entendimento pessoal desta Relatora, esta Subseção tem decidido que a interposição de agravo visando o destrancamento de embargos notoriamente incabíveis, nos moldes da Orientação Jurisprudencial 378 da SBDI-1 do TST, revela o intuito manifestamente protelatório da parte, ensejando, assim, a aplicação da multa por litigância de má-fé, com base nos arts. 80, VII, e 81 do CPC/2015. **Agravo conhecido e não provido, com aplicação de multa.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-1000210-91.2017.5.02.0055**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Agravante(s)	RRG MÃO DE OBRA LTDA. E OUTROS
Advogado	Dr. Humberto Fernandes Leite(OAB: 162289-D/SP)
Agravado(s)	ANA FATIMA DA SILVA MANZOTTI
Advogada	Dra. Cristiane Lamunier Alexandre(OAB: 152191-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA FATIMA DA SILVA MANZOTTI  
- RRG MÃO DE OBRA LTDA. E OUTROS

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, aplicando às agravantes multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 81, caput, c/c 80, VII, do CPC de 2015.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO. EMBARGOS. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS NÃO ADMITIDOS PELA PRESIDÊNCIA DA TURMA. RECURSO INCABÍVEL. SÚMULA Nº 353 DO TST. NÃO PROVIMENTO.**

I. A Presidência da 3ª Turma denegou seguimento aos embargos das rés, por incabíveis, ao fundamento de que a decisão que desproveu o recurso de agravo interno em agravo de instrumento

em recurso de revista, por não satisfeitos os pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, não se encontra entre as exceções contidas na Súmula nº 353 do TST.

**II.** O caso dos autos não se amolda à alínea "f" da Súmula nº 353 do TST, que admite a interposição de embargos na hipótese de agravo interno interposto contra decisão unipessoal do relator em sede de recurso de revista, ao passo que a decisão embargada foi proferida em sede de agravo interno em agravo de instrumento em recurso de revista. Ademais, diferentemente do que sustentam as agravantes, o caso dos autos também não se amolda à alínea "e" da supracitada Súmula, pois nem sequer houve a imposição, no acórdão embargado, das multas previstas nos arts. 1.021, § 4º, ou 1.026, § 2º, do CPC.

**III.** Destaca-se que o acórdão embargado negou provimento ao agravo em agravo de instrumento em recurso de revista, em razão do óbice previsto no art. 896, § 2º, da CLT, e na Súmula nº 266 do TST. Nesse contexto, a pretensão das embargantes remete à análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade da revista, hipótese não contemplada pela Súmula nº 353 do TST.

**IV.** Registra-se que, no caso de recurso dirigido contra decisão pautada na jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior, esta Subseção posiciona-se pela aplicação da multa prevista no art. 81, caput, do CPC de 2015, diante do manifesto intuito protelatório da parte.

**V.** Agravo de que se conhece e a que se nega provimento, com aplicação de multa às agravantes, no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido da causa, na forma dos arts. 80, VII, e 81 do CPC de 2015.

**Processo Nº Ag-Emb-RR-1000377-65.2021.5.02.0315**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA E OUTRA
Advogada	Dra. Maria Manoela de Albuquerque Jacques(OAB: 56775-A/RS)
Advogada	Dra. Cláudia Al-Alam Elias Fernandes(OAB: 231281/SP)
Agravado(s)	CARLOS ALBERTO DE MOURA
Advogado	Dr. Bruno Rocha Oliveira(OAB: 407170-A/SP)
Agravado(s)	MASSA FALIDA de OCEANAIR LINHAS AÉREAS S.A. - AVIANCA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA E OUTRA  
- CARLOS ALBERTO DE MOURA  
- MASSA FALIDA de OCEANAIR LINHAS AÉREAS S.A. - AVIANCA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE CONSIDEROU AUSENTE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA.**

**ART. 896-A, § 4º, DA CLT. RECURSO DE EMBARGOS INCABÍVEL.** 1 - A jurisprudência desta Subseção firmou o entendimento de que, em razão do disposto no § 4º do art. 896-A da CLT, não cabe o recurso de embargos previsto no art. 894 da CLT contra a decisão da Turma que reconhece a ausência de transcendência da causa debatida no recurso de revista. 2 - Precedentes. **Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-1000481-24.2019.5.02.0090**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	KELVIS DOMINGOS DOS SANTOS
Advogado	Dr. Paul Makoto Kunihiro(OAB: 93327-A/SP)
Agravado(s)	CLARO S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	Dra. Taube Goldenberg(OAB: 87731/SP)
Agravado(s)	DIRECTION CONSULTORIA TELECOM LTDA - EPP

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO S.A.  
- DIRECTION CONSULTORIA TELECOM LTDA - EPP  
- KELVIS DOMINGOS DOS SANTOS

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO :** , por unanimidade, negar provimento ao agravo e, em face do intuito protelatório da medida intentada, impor ao agravante multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DESTE TRIBUNAL.** Merece ser mantida a decisão singular que denegou seguimento aos embargos, porquanto o acórdão embargado, após análise dos pressupostos



intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista previstos no artigo 896 da CLT, negou provimento ao agravo de instrumento. Aplicou-se, portanto, na espécie o óbice da Súmula nº 353 deste Tribunal, uma vez que, ao contrário do que afirma o agravante, a hipótese dos autos não está contemplada nas exceções nela estabelecidas. Pertinente o referido óbice, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de julgados oriundos deste Órgão uniformizador. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Ag-E-Ag-ED-RRAg-1000495-92.2018.5.02.0720**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Embargante	VICENTE GONCALVES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Fabyo Luiz Assunção(OAB: 204585 -D/SP)
Advogado	Dr. Diego Nunes Ferreira(OAB: 368959 -A/SP)
Embargado(a)	BANCO CITIBANK S.A. E OUTRO
Advogado	Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITIBANK S.A. E OUTRO
- VICENTE GONCALVES DOS SANTOS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. Embargos de declaração rejeitados, diante da ausência dos pressupostos do artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Processo Nº ED-Ag-E-Ag-AIRR-1000687-44.2018.5.02.0261**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	WEIDMÜLLER CONEXEL DO BRASIL CONEXÕES ELÉTRICAS LTDA
Advogado	Dr. Eduardo Pedrosa Massad(OAB: 184071-A/SP)
Advogado	Dr. Fernando Bernardes Pinheiro Junior(OAB: 246572-A/SP)
Embargado(a)	MARCELO PAULINO DE MORAIS
Advogado	Dr. Fernanda Zanon Costa(OAB: 273520-A/SP)
Advogado	Dr. Caroline Campanha Vicentin(OAB: 287816-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCELO PAULINO DE MORAIS
- WEIDMÜLLER CONEXEL DO BRASIL CONEXÕES ELÉTRICAS LTDA

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, constatada a mera intenção de protelar o feito, condenar a embargante ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 c/c o artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

**EMENTA** : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

**EMBARGOS INTERPOSTOS CONTRA DECISÃO DA TURMA PROFERIDA EM JULGAMENTO DO MÉRITO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISCUSSÃO NÃO CIRCUNSCRITA ÀS EXCEÇÕES PREVISTAS NA SÚMULA Nº 353 DO TST. NÃO CABIMENTO DO RECURSO DE EMBARGOS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS.**

Conforme constou da decisão embargada, a insistência da parte na interposição de recurso manifestamente incabível, nos termos da Súmula nº 353 desta Corte, enseja a sua condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé, conforme entendimento pacificado nesta Subseção. Observados os parâmetros legais para a sanção imposta, não há falar em redução do percentual aplicado, não se constatando, no caso, nenhum dos vícios elencados nos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 897-A da CLT, de forma que estes embargos de declaração revestem-se de nítido caráter infringente e revelam tão somente o mero inconformismo da embargante com o que foi clara e fundamentadamente decidido por esta Subseção.

Embargos de declaração **desprovidos**, com incidência de multa de 2% sobre o valor da causa.

**Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-1001127-82.2019.5.02.0462**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante(s)	UNIPAR INDUPA DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Ivandick Rodrigues dos Santos Júnior(OAB: 271025-A/SP)
Advogado	Dr. João Carlos Campos de Moraes(OAB: 233346-A/SP)
Agravado(s)	JOSE GILSON SANTIAGO
Advogado	Dr. Ricardo Fontana da Silva(OAB: 279166-A/SP)
Agravado(s)	SUPPORT CARGO S.A.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE GILSON SANTIAGO
- SUPPORT CARGO S.A.
- UNIPAR INDUPA DO BRASIL S.A.

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE INADMITIU O RECURSO DE EMBARGOS. ACÓRDÃO DA TURMA QUE CONSIDEROU AUSENTE A TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA.**

**ART. 896-A, § 4º, DA CLT. RECURSO DE EMBARGOS INCABÍVEL.** 1 - A jurisprudência desta Subseção firmou o entendimento de que, em razão do disposto no § 4º do art. 896-A da CLT, não cabe o recurso de embargos previsto no art. 894 da CLT contra a decisão da Turma que reconhece a ausência de transcendência da causa debatida na revista. 2 - Precedentes.

**Agravo conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-ED-ED-ED-Ag-RR-1001143-55.2017.5.02.0446**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante(s)	ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS
Advogado	Dr. Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Advogada	Dra. Andressa Pimentel de Almeida Batista(OAB: 286454-A/SP)
Agravado(s)	ROBERTO MORAES JOSE
Advogado	Dr. Nelson Roberto Correia dos Santos Júnior(OAB: 250510-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ROBERTO MORAES JOSE  
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS

Órgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO CONTRA DECISÃO DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. CONTROVÉRSIA ACERCA DO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA E INSURGÊNCIA À CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HORAS AO TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. DOBRAS DE TURNOS E INTERVALO INTRAJORNADA. CONTRARIEDADE ÀS SÚMULAS 126 E 297 DO TST E DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADAS.** O reclamado, ora agravante, pugna pelo processamento dos embargos por

contrariedade às Súmulas 126 e 297 do TST e divergência jurisprudencial, argumentando ter havido condenação no pagamento de horas extras sem constar no acórdão regional dados a demonstrar o labor em sobrejornada pela realização de dobras consecutivas de turnos ou dupla pegada, tampouco descumprimento do intervalo intrajornada. Pugna pelo retorno dos autos ao juízo de origem e, de forma sucessiva, requer a limitação da condenação ao pagamento do adicional de 50% (ou convencional mais vantajoso) sobre o período laborado após a 6ª hora diária e 36ª hora semanal. O Tribunal Regional, ao afastar o direito às horas extras decorrentes do intervalo para refeição, afirmou que o trabalhador avulso não tem direito às horas extras almejadas, destacando que a "circunstância de o reclamante ter se ativado em regime de dobra ou dupla pegada para o mesmo operador portuário não autoriza o reconhecimento do direito às horas extras decorrente do intervalo para refeição, constituindo fato notório que o trabalhador avulso adere voluntariamente a prestação de serviços, aceitando ou recusando a adesão as escalas de trabalho." Não há como negar ter constado no acórdão regional a afirmação de que o reclamante se ativava em regime de dobra ou dupla pegada, bem como que o TRT concluiu que tal fato não dava direito ao reclamante de receber inclusive as horas extras decorrentes do intervalo para refeição. Diante desses registros, entende-se que a Turma deste Tribunal fez apenas novo enquadramento jurídico à matéria posta em discussão, aplicando a jurisprudência uniforme no âmbito deste Tribunal, quer seja quanto ao entendimento de ser possível a apuração do tempo devido a título de horas extras, na fase de liquidação de sentença, sem que isso importe em reexame de fatos e provas, quer seja quanto à possibilidade de concessão do intervalo intrajornada ao trabalhador avulso, ainda que ocorra a prestação de serviços a operadores portuários distintos. Igualmente, entende-se cumprida a função uniformizadora desta Corte na citação de precedente desta Subseção reconhecendo devido o pagamento de horas extraordinárias, além do adicional de horas extras, ainda que a prestação tenha ocorrido em favor de operadores diversos. Por fim, não se vislumbra a alegada contrariedade à Súmula 297 do TST, quando a parte recorrente não especifica qual item teria sido contrariado. Agravo conhecido e não provido.

**Processo Nº Ag-Emb-ARR-1001182-10.2015.5.02.0321**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante(s)	ANDRÉIA DE ÁVILA RAMOS
Advogado	Dr. Orismar Gomes da Silva Santos(OAB: 327584-A/SP)

Agravado(s) SUPERVISÃO SERVIÇOS LTDA. - EPP  
Advogado Dr. Marcelo Aparecido Pardal(OAB: 134648-A/SP)  
Agravado(s) CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JUREMA 1  
Advogado Dr. José Rozendo dos Santos(OAB: 54953-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRÉIA DE ÁVILA RAMOS
- CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JUREMA 1
- SUPERVISÃO SERVIÇOS LTDA. - EPP

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo e, em face do intuito protelatório da medida intentada, impor à agravante multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. MULTA PELO ATRASO NA HOMOLOGAÇÃO DO TRCT. DANOS MORAIS. HORAS EXTRAS. INTERVALOS INTRAJORNADA E DO ART. 384 DA CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO IMPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DECISÃO DA MINISTRA PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DA AUTORA POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DESTE TRIBUNAL.** Merece ser mantida a decisão singular que denegou seguimento aos embargos, porquanto o acórdão embargado, após análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista previstos no artigo 896 da CLT, negou provimento ao agravo de instrumento. Aplicou-se, portanto, na espécie o óbice da Súmula nº 353 deste Tribunal, uma vez que, ao contrário do que afirma a agravante, a hipótese dos autos não está contemplada nas exceções nela estabelecidas. Pertinente o referido óbice, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de julgados oriundos deste Órgão uniformizador. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO IMPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. REQUISITO INTRÍNSECO DO RECURSO DE REVISTA.** A Egrégia Turma decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a mera transcrição integral do acórdão de origem, sem destacar (sublinhar/negritar) o fragmento da decisão recorrida que revele a resposta do tribunal de origem sobre a matéria objeto do apelo; ou

seja, o ponto específico da discussão, contendo as principais premissas fáticas e jurídicas do acórdão regional acerca do tema invocado no recurso, não atende ao requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Precedentes. Incide, portanto, o disposto no artigo 894, § 2º, da CLT. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº Ag-Emb-Ag-AIRR-1001388-88.2018.5.02.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Agravante(s) BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.  
Advogado Dr. Pedro Ernesto Arruda Proto(OAB: 78430/SP)  
Agravado(s) ALEXSANDRO PORTO ANTONIO  
Advogado Dr. Fernando Silva Alves(OAB: 217174 -A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXSANDRO PORTO ANTONIO
- BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, negar provimento ao agravo e, em face do intuito protelatório da medida intentada, impor ao agravante multa de dois por cento sobre o valor corrigido da causa, prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil.

**EMENTA : AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO RÉU POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DESTE TRIBUNAL.** Merece ser mantida a decisão singular que denegou seguimento aos embargos, porquanto o acórdão embargado, após análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista previstos no artigo 896 da CLT, negou provimento ao agravo de instrumento. Aplicou-se, portanto, na espécie o óbice da Súmula nº 353 deste Tribunal, uma vez que, ao contrário do que afirma o agravante, a hipótese dos autos não está contemplada nas exceções nela estabelecidas. Pertinente o referido óbice, impõe-se a multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil, porquanto claramente caracterizado o intuito protelatório da medida intentada, na esteira de julgados oriundos deste Órgão uniformizador. **Agravo interno conhecido e não provido.**

**Processo Nº ED-Emb-ED-RR-1001756-68.2017.5.02.0707**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Embargante FERNANDO LOPES DA SILVA

Advogado	Dr. Pacelli da Rocha Martins(OAB: 11047/PB)
Advogado	Dr. Vito Leal Petrucci(OAB: 18041/PB)
Embargado(a)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Osival Dantas Barreto(OAB: 15431/DF)
Advogada	Dra. Maria Aparecida Alves(OAB: 71743/SP)
Advogado	Dr. Henrique Faleiro de Moraes(OAB: 124698-A/MG)
Advogado	Dr. Daniel Popovics Canola(OAB: 164141-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FERNANDO LOPES DA SILVA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, acolher os embargos de declaração para prestar esclarecimentos, sem a concessão de efeito modificativo.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**ESCLARECIMENTOS. ACOLHIMENTO.** Não obstante a ausência de vícios a sanar, os embargos de declaração merecem ser acolhidos para prestar esclarecimentos.

**Embargos de declaração acolhidos para prestar esclarecimento, sem a concessão de efeito modificativo.**

**Processo Nº ED-E-RR-1001886-84.2016.5.02.0063**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
Advogado	Dr. Alfredo Zucca Neto(OAB: 154694-A/SP)
Embargado(a)	ESTADO DE SÃO PAULO
Embargado(a)	JOSE ARMANDO GREGHI
Advogado	Dr. Darby Carlos Gomes Beraldo(OAB: 90748-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- JOSE ARMANDO GREGHI

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, negar-lhes provimento.

**EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA INSTITUÍDA POR LEI ESTADUAL. TEMA Nº 1.092 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. MODULAÇÃO**

**DOS EFEITOS. COMPETÊNCIA RESIDUAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.**

Nega-se provimento a embargos de declaração que não demonstrem vício no acórdão embargado. O caso em análise envolve complementação de aposentadoria instituída por lei estadual. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos embargos de declaração no RE 1.265.549, modulou os efeitos da decisão em que firmada a tese fixada no Tema nº 1.092 da tabela de repercussão geral daquela Corte, reconhecendo a competência residual da Justiça do Trabalho para processar e julgar as causas nas quais tenham sido proferidas sentenças de mérito até o dia 19/06/2020. Na espécie, constatando que, no caso, há sentença de mérito prolatada em 27/04/2018, o acórdão embargado aplicou a aludida modulação dos efeitos da tese vinculante, no sentido ao reconhecimento da competência material residual da Justiça do Trabalho. Portanto, este Colegiado emitiu pronunciamento claro e fundamentado acerca da matéria jurídica, que não comporta reexame pela via horizontal.

**Embargos de declaração a que se nega provimento.**

**Processo Nº Ag-E-ED-Ag-RR-1001977-43.2015.5.02.0312**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Agravante(s)	CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
Advogada	Dra. Carla Teresa Martins Romar(OAB: 106565/SP)
Advogado	Dr. Pedro Campana Neme(OAB: 37387-A/DF)
Agravado(s)	SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE AEROPORTOS - SINA
Advogado	Dr. Luciano Ribeiro Notolini(OAB: 113433-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
- SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE AEROPORTOS - SINA

Orgão Judicante - Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais

**DECISÃO** : , à unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

**EMENTA : AGRAVO. RECURSO DE EMBARGOS. AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. TURMA JULGADORA QUE CONCLUIU PELO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA QUANDO A PARTE TRANSCREVE NA ÍNTEGRA O ACÓRDÃO REGIONAL SUCINTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 296, I, DO TST. LEGITIMIDADE AD**

**CAUSAM DO SINDICATO PARA POSTULAR O PAGAMENTO DE ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE EM FAVOR DOS TRABALHADORES SUBSTITUÍDOS. CONTRARIEDADE À ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 121 DA SDI-1/TST. INOCORRÊNCIA. ÓBICE DO ART. 894, § 2º, DA CLT. NÃO PROVIMENTO.**

I. A Quinta Turma desta Corte Superior desproveu o agravo interno da reclamada para, afastando a alegação de não atendimento dos pressupostos recursais constantes do artigo 896, 1º-A, I, da CLT, manter a decisão unipessoal que proveu o recurso de revista do Sindicato reclamante para reconhecer sua legitimidade ad causam para postular o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade em prol dos trabalhadores substituídos.

II. Seguiu-se a interposição de embargos pela reclamada, apontando contrariedade à orientação jurisprudencial nº 121 da SBDI-I/TST, além de divergência jurisprudencial entre as Turmas do TST. O apelo não foi admitido pela Presidência da Turma, ante a invocação dos óbices previstos no art. 894, § 2º, da CLT e na súmula nº 296, I, do TST.

III. De detida análise dos autos, verifica-se que a Turma julgadora concluiu que, a despeito da transcrição integral do voto vencedor, desnecessária a indicação expressa da tese prequestionada, vez que a decisão regional foi *"efetivamente sucinta, possibilitando a imediata visualização do prequestionamento da tese"*, circunstância capaz de afastar o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

IV. Os arestos transcritos nas razões de embargos, emanados da 5ª Turma do TST, não fundamentam divergência jurisprudencial de que trata a alínea "b", do artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho, pois oriundos da mesma Turma prolatora da decisão embargada, consoante entendimento perfilhado na Orientação Jurisprudencial nº 95 desta Subseção I Especializada. Os arestos oriundos da 3ª e da 6ª Turma do TST são inespecíficos ao confronto, pois tratam da hipótese em que a parte, nas razões do seu recurso de revista, transcreve fração do acórdão regional que não engloba a totalidade dos motivos e dos fundamentos adotados pelo TRT, circunstância fática distinta da registrada pela Turma Julgadora. Por sua vez, o aresto remanescente adota a tese de que não atende ao art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral da decisão regional, sem, todavia, tangenciar a particularidade fática de que se trata de decisão sucinta, atraindo a incidência do óbice da Súmula 296, I, do TST.

V. Também não se divisa a existência de contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 121 da SDI-1/TST. O acórdão embargado, ao reconhecer a legitimidade ad causam do Sindicato para postular o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade em sua integralidade (e não somente diferenças de

adicional, como expressamente previsto na orientação jurisprudencial nº 121 da SDI-1) em prol dos trabalhadores substituídos que atuem sujeitos a agentes nocivos ou na área de risco, decidiu em consonância com o entendimento já consolidado por esta SDI-1 de que *"o sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual da categoria, no caso em que se pleiteia o pagamento de adicional de periculosidade ou de insalubridade"* (E-ED-RR-537323-03.1999.5.15.0057, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 05/02/2010).

VI. Destaca-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento RE 883.642, publicado no DJE em 26/06/2015, ratificou o entendimento de que os sindicatos possuem ampla legitimidade para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam. A jurisprudência desta Corte Superior, na mesma diretriz, sedimentou posição de que o sindicato tem legitimidade para defender, em juízo, todos e quaisquer direitos individuais e coletivos da categoria a qual representa, sejam eles homogêneos ou heterogêneos. Precedentes.

VII. Assim, estando o acórdão turmário em consonância com a jurisprudência do STF e da SDI-1/TST, irreprochável a decisão agravada quanto a não admissão dos embargos interpostos, ante a invocação do óbice previsto no art. 894, § 2º, da CLT.

VIII. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento.

**Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais  
Despacho**

**Processo Nº EDCiv-RO-0001228-88.2016.5.05.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	JANDERSON SANTOS BISPO
Advogado	Dr. Aneilton João Rêgo Nascimento(OAB: 14571-D/BA)
Embargado	EMPRESA DE TRANSPORTES ATLAS LTDA.
Advogado	Dr. Arnaldo Gaspar Eid(OAB: 259037-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA DE TRANSPORTES ATLAS LTDA.
- JANDERSON SANTOS BISPO

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de



oito dias.  
Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
MORGANA DE ALMEIDA RICHIA  
Ministra Relatora

**Processo Nº EDCiv-RO-0021490-57.2014.5.04.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	MANOEL ANTONIO GOMES
Advogado	Dr. Luís Alberto Esposito(OAB: 27122-A/RS)
Embargado	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. Newton Dorneles Saratt(OAB: 25185-A/RS)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- MANOEL ANTONIO GOMES

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
MORGANA DE ALMEIDA RICHIA  
Ministra Relatora

**Processo Nº EDCiv-RO-0344600-78.2010.5.03.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Alvimar Luiz de Oliveira(OAB: 68240-A/MG)
Embargado	GERALDO LUCINDA FONSECA
Advogado	Dr. Walter Nery Cardoso(OAB: 18817/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- GERALDO LUCINDA FONSECA

Alegando omissão e obscuridade, a parte opõe embargos de declaração à decisão monocrática que negou provimento ao recurso ordinário do autor.

É o relatório.

DECIDO:

I - CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.

**II - MÉRITO**

O Banco do Brasil sustenta que a decisão embargada incorreu em contradição ou obscuridade, ao determinar a retificação do valor da causa, quando a pretensão da parte era apenas de manutenção do valor inicialmente atribuído à causa.

Os embargos de declaração têm por finalidade provocar a complementação do julgado a fim de sanar vícios, com hipóteses taxativamente previstas no art. 897-A da CLT e no art. 1.022 do CPC.

Assim, as partes podem fazer uso dos embargos de declaração quando constatarem a existência de erro material, omissão, contradição, obscuridade no julgado, bem como para prequestionar tese (art. 1.025 do CPC c/c Súmula nº 297 do C. TST), inclusive para provocar complementação de fundamentação deficiente (art. 489, § 1º, do CPC).

Extraí-se da decisão embargada (grifos acrescidos):

**VALOR DADO À CAUSA**

O Tribunal Regional alterou, de ofício, o valor da causa para o montante de R\$1.157.620,62:

"[...]"

O art. 3º da Instrução Normativa 31/2007 do TST prevê que o valor da causa da ação rescisória que visa desconstituir decisão da fase de execução corresponderá ao valor apurado em liquidação de sentença.

O valor da execução correspondia a R\$681.938,75 em setembro de 2002 (fl. 444-3º volume).

Dessa forma, fixo o valor da causa em R\$1.157.620,62, atualizado pelo INPC do IBGE da data da homologação dos cálculos (setembro de 2002) até a data da propositura da presente ação (novembro de 2010), por aplicação do índice de 1,6975434."(fl. 1348)

Insurge-se o autor. Argumenta que "a decisão objeto da ação rescisória é aquela juntada a f. 605/618, que confirmou a sentença de f. 520/526, completada pela decisão de f. 531/532, apenas na parte que julgou extinta a execução de diferenças de complementação de aposentadoria por ausência de crédito consoante adoção de liquidação formulada pela i. perita oficial nesse sentido. Assim, o valor mencionado no acórdão recorrido equivale a outras parcelas da coisa julgada (horas extras), que não são objeto da ação rescisória. Considerando que o montante apurado em liquidação na decisão rescindenda seria zero, nos termos do art. 3º, da Instrução Normativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 31, o valor da causa que tramita nestes autos também seria zero." (fl. 1363). Fundamenta a tese recursal nos arts. 282, V e 488 do CPC. Requer a manutenção do valor inicialmente dado à causa.

Examina-se.

Apretensão rescisória direciona-se a acórdão proferido em fase de execução, em 16/07/2003, e que negou provimento ao Agravo de Petição interposto pelo exequente, mantendo a sentença de embargos à execução quanto à extinção da execução para as diferenças de complementação de aposentadoria (integração das horas extras na complementação de aposentadoria), tendo em vista a observância do teto constante em regulamento empresarial.

Portanto, os valores devidos a título de diferenças de complementação de aposentadoria, devidas em decorrência da

integração das horas extras e reflexos, constituem objeto da presente rescisória.

Nesse sentido, conforme cálculo da Sra. Perita, apresentado à fl. 279 e atualizado até 31/05/2001, o "Quadro 4 - VR. COMPLEM. H. EXTRAS NA APOSENTADORIA" corresponde a R\$594.122,00. Sobre tal valor deve incidir atualização monetária pelo INPC até a data de ajuizamento da ação rescisória (17/11/2010).

Para tal finalidade, este Colegiado convencionou adotar a calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil, resultando em R\$1.135.072,87. Porém, o autor deu à causa o valor de R\$40.000,00 (fl. 12).

Isso posto, retifico o valor da causa para R\$1.135.072,87.

Na realidade, depreende-se da transcrição do acórdão, em cotejo com as razões de embargos de declaração, o nítido intento de reanálise das matérias.

Como visto, embora inicialmente o autor tenha atribuído à causa o valor de R\$ 40.000,00, o Tribunal Regional entendeu por bem retificá-lo para R\$ 1.157.620,62.

A pretensão recursal, portanto, visou à redução do montante fixado pela instância originária ao quantitativo inicialmente arbitrado.

Nesse sentido, a decisão embargada, ao proceder ao recálculo do valor da causa, atuou dentro dos limites do pedido de sua redução. Inexiste contradição ou obscuridade no tocante ao tema.

Nestes termos, nego provimento.

### III - CONCLUSÃO

Por tudo quanto dito, conheço dos embargos de declaração e, no mérito, nego-lhes provimento.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

#### Processo Nº EDCiv-ROT-0006247-57.2020.5.15.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	HELENA BERTOLINI
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Peixoto Guimarães(OAB: 134031-A/SP)
Embargado	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA
Advogado	Dr. Alberto Roselli Sobrinho(OAB: 64885-A/SP)
Embargado	FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
Procurador	Dr. Rodrigo Peixoto Medeiros

#### Intimado(s)/Citado(s):

- FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA
- HELENA BERTOLINI

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser,

complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

#### Processo Nº EDCiv-ROT-0010453-79.2022.5.03.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Embargante	LUIS PAULO VALIM
Advogado	Dr. Carlos Alberto Firmino(OAB: 137244-A/MG)
Embargado	JORGE SERAFIM NETO E OUTROS
Advogado	Dr. Jorge Serafim Neto(OAB: 107628/MG)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- JORGE SERAFIM NETO E OUTROS
- LUIS PAULO VALIM

#### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo autor contra decisão monocrática que deu parcial provimento ao recurso ordinário por ele interposto.

O embargante alega, em síntese, a existência de omissão e contradição.

Concedido prazo para se manifestar, os embargados apresentaram impugnação aos embargos de declaração (fls. 1.319-1.326).

É o relatório. Decido.

#### CONHECIMENTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal atinentes à tempestividade (fls. 1.300 e 1.315) e à representação processual (fl. 459), CONHEÇO dos embargos de declaração.

#### MÉRITO

Este Relator, por decisão monocrática, deu parcial provimento ao recurso ordinário interposto pelo autor quanto aos honorários advocatícios de sucumbência fixados nesta ação rescisória, mediante os seguintes fundamentos (fls. 1.298-1.299):

#### HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA

Nesta ação rescisória, o Tribunal Regional condenou os réus ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência. Eis os fundamentos:

#### 3.3 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA

Com base no art. 791-A da CLT e em conformidade com o previsto no § 2º do mesmo dispositivo consolidado, condeno os réus ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, em favor dos patronos do autor, que ora fixo em 5% (cinco por cento) sobre o valor dado à causa atualizado.

A despeito da procedência parcial da ação rescisória, são devidos

honorários advocatícios derivados da sucumbência recíproca, porquanto a sucumbência do autor foi apenas em relação a uma parte do rol das partes rés.

Insiste na tese de que "por força do decido pelo STF no julgamento da ADI5766 não há se falar em condenação do recorrente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, pois declarada a inconstitucionalidade do §4º do art. 791-A/CLT, excluída a possibilidade jurídica da condenação imposta". Afirma que: a) o só fato de reconhecer a ilegitimidade passiva de alguns réus não autoriza a imposição da condenação; b) somente no caso de improcedência total dos pedidos poderia se cogitar da condenação. Noutra linha, alega que o percentual arbitrado a título de honorários sucumbenciais não se mostra razoável e adequado, devendo ser majorado, em razão da complexidade da causa, do escorrito labor e do tempo exigido para o patrocínio da causa.

Fazendo expressa referência ao art. 791-A, § 4º, da CLT, o Tribunal Regional condenou os réus ao pagamento de honorários advocatícios, afirmando serem indevidos honorários advocatícios derivados da sucumbência recíproca, porquanto a sucumbência do autor foi apenas em relação a uma parte do rol das partes rés.

Assim, ante a ausência de condenação em honorários, não subsiste interesse recursal à parte recorrente no ponto.

Quanto à majoração do percentual, tem-se que, na ação rescisória, os honorários sucumbenciais são disciplinados pelo Código de Processo Civil, e não pela Lei nº 13.467/2017, conforme inteligência da Súmula nº 219, IV, desta Corte, que prevê:

IV - Na ação rescisória e nas lides que não derivem de relação de emprego, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios da sucumbência submete-se à disciplina do Código de Processo Civil (arts. 85, 86, 87 e 90).

Nesse sentido, firmou-se o entendimento desta SBDI-2 do TST, na sessão do dia 22/11/2019, no julgamento do RO-10899-07.2018.5.18.0000, da relatoria da Exma. Ministra Maria Helena Mallmann:

[...]

Ressalte-se, também, que a Súmula nº 219, IV, desta Corte remete a fixação do percentual dos honorários advocatícios à observância da legislação processual civil, de forma que, na forma do art. 85, § 2º, devem ser fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou, quando não for possível mensurá-lo sobre o valor da causa.

Uma vez fixados pelo Julgador no percentual de 5%, fora dos parâmetros estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/15, o provimento do recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso ordinário para majorar o percentual de honorários advocatícios de 5% para 10% sobre o valor da causa. (Destaques no original)

O embargante alega que, embora a decisão embargada tenha partido da premissa de que o recorrente não foi condenado em honorários advocatícios sucumbenciais, a condenação foi efetivamente imposta pelo Tribunal Regional, razão pela qual subsiste o seu interesse recursal. Reitera as razões recursais no aspecto. Requer seja sanado o vício apontado.

Razão lhe assiste.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deu provimento aos embargos de declaração opostos pelos réus, conforme fundamentação a seguir transcrita (fls. 1.215-1.216):

No caso dos presentes autos, a proposta do voto condutor apresentada por este Relator foi submetida à apreciação do d. Colegiado, em sessão de julgamento, mas não prevaleceu,

integralmente, diante do voto da d. maioria, que acolheu a divergência posta pelo e. Desembargador Rodrigo Ribeiro Bueno, e decidiu que, após o julgamento da ADI 5766, pelo Exc. STF, que resultou na declaração de inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, a parte amparada pelos benefícios da gratuidade de Justiça não está isenta do pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, sendo o caso apenas de suspensão de exigibilidade da verba, nos termos do acórdão embargado.

Sendo assim, o julgamento da presente ação rescisória resultou na procedência parcial dos pedidos, por maioria de votos, vencido este Relator, resultado esse que não foi consignado na conclusão do acórdão, por um lapso, e deve ser corrigido, nesta oportunidade, nos termos do art. 897-A da CLT.

Do mesmo modo, a matéria relacionada aos honorários advocatícios de sucumbência não foi alterada em conformidade com o entendimento que prevaleceu no julgamento do processo, pois, diante da procedência parcial dos pedidos, o autor passou a ser sucumbente na matéria (e não apenas em relação à parte do rol dos réus da ação).

A questão suscitada pelos embargantes foi consignada no acórdão embargado nos seguintes termos:

"(...)

A despeito da procedência parcial da ação rescisória, são indevidos honorários advocatícios derivados da sucumbência recíproca, porquanto a sucumbência do autor foi apenas em relação a uma parte do rol das partes rés". - item 3.3 do acórdão embargado.

A fundamentação adotada, sucintamente, expressou o entendimento do Colegiado no sentido de que a parte autora não foi considerada sucumbente na matéria objeto da demanda, afastando a hipótese de sucumbência recíproca, o que também necessita ser corrigido. Nesse sentido, o posicionamento adotado foi o de que, no processo trabalhista, que sempre considerou o réu como a única parte vencida no processo, mesmo em caso de procedência parcial, inclusive para efeito de custas (art. 789, I, da CLT), o autor somente seria considerado vencido se o pedido fosse integralmente rejeitado, isto é, foi proposto que o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva não tornava o autor sucumbente na matéria, razão pela qual não haveria sucumbência recíproca.

Ocorre que, em sessão de julgamento, a pretensão formulada pelo autor da presente ação foi acolhida, em parte, como acima se fundamentou, o que torna cabível a condenação em honorários advocatícios de sucumbência também em benefício dos procuradores da parte ré, que atuaram, em conjunto, em defesa de todos os réus.

Desse modo, dou provimento aos embargos de declaração apresentados pelos réus para corrigir erro material e obscuridade verificados no acórdão e esclarecer que a ação foi julgada procedente, em parte, e que, diante da sucumbência recíproca do autor, ele responde por honorários advocatícios de sucumbência, os quais são fixados em 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa, em favor dos procuradores dos réus, e ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, até que estes demonstrem alteração da situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão dos benefícios da gratuidade de Justiça, pelo prazo de dois anos, findo o qual a obrigação será extinta, nos termos do 11-A da CLT.

Provimento conferido, nos termos do art. 897-A da CLT e art. 1.022 do CPC.

Desse modo, constata-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região declarou a ilegitimidade passiva ad causam de quatro dos sete réus indicados na exordial desta ação rescisória, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil, com a fixação de

honorários advocatícios de sucumbência no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa.

O item IV da Súmula nº 219 desta Corte Superior assentou o entendimento de que, "Na ação rescisória e nas lides que não derivem de relação de emprego, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios da sucumbência submete-se à disciplina do Código de Processo Civil (arts. 85, 86, 87 e 90)". Verifica-se que o autor, em sua réplica à contestação, insistiu na tese da legitimidade de todos os réus indicados na exordial da ação rescisória, bem como renovou sua irrisignação quanto ao tema nas razões do recurso ordinário, a qual se negou provimento, razão pela qual é evidente a sua sucumbência parcial e, consequentemente, impõe-se a manutenção da sua condenação em honorários advocatícios de sucumbência.

Dessarte, DOU PROVIMENTO aos embargos de declaração para, sanando o vício apontado, negar provimento ao recurso ordinário no aspecto.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração e, no mérito, dou-lhes provimento para, sanando o vício apontado, negar provimento ao recurso ordinário no aspecto.  
Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Ministro Relator

#### Processo Nº EDCiv-RO-0000802-65.2016.5.09.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	LUIZ CARLOS CIBOTTO
Advogado	Dr. Márcio Pires de Almeida(OAB: 31318-A/PR)
Embargado	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Procurador	Dr. Leonardo Abagge Filho
Embargado	CLAUDIOCIL FERMINO FARIAS
Advogado	Dr. Laércio Ribeiro Moisés(OAB: 55824-A/PR)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIOCIL FERMINO FARIAS
- LUIZ CARLOS CIBOTTO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
MORGANA DE ALMEIDA RICH

Ministra Relatora

#### Processo Nº EDCiv-ROT-0005048-29.2022.5.15.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	RENATO CARETTA CHAMBO
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Peixoto Guimarães(OAB: 134031-A/SP)
Embargado	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA
Advogado	Dr. Alberto Roselli Sobrinho(OAB: 64885-A/SP)
Embargado	FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
Advogado	Dr. Renata Danella Polli(OAB: 298084-A/SP)
Embargado	ESTADO DE SAO PAULO

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SAO PAULO
- FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA
- RENATO CARETTA CHAMBO

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
MORGANA DE ALMEIDA RICH  
Ministra Relatora

#### Processo Nº EDCiv-ROT-0005804-72.2021.5.15.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	GENILZA DE BARROS CABRAL SILVA
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Peixoto Guimarães(OAB: 134031-A/SP)
Embargado	FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
Advogado	Dr. Flávia Regina Valença(OAB: 269627/SP)
Embargado	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA
Advogado	Dr. Alberto Roselli Sobrinho(OAB: 64885-A/SP)
Advogada	Dra. Debora Abdian Muller(OAB: 403302-A/SP)
Embargado	ESTADO DE SAO PAULO

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SAO PAULO
- FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA
- GENILZA DE BARROS CABRAL SILVA

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

**Processo Nº EDCiv-EDCiv-RO-0004798-06.2010.5.01.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	MAURICIO BARBOSA
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505-A/RJ)
Embargado	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE VOLTA REDONDA - COHAB
Advogado	Dr. Luiz Fernando Basto Aragão(OAB: 44466/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE VOLTA REDONDA - COHAB
- MAURICIO BARBOSA

Vistos.

Recebo os novos embargos de declaração do réu como simples petição, uma vez que se trata de requerimento da concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Em anexo, a parte apresenta declaração de que não tem meios para arcar com as custas e honorários do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento.

RETIFIQUE-SE a autuação, para retornar à classe processual EDCiv-RO.

INTIME-SE a autora para que se manifeste acerca do pedido e do documento apresentado, no prazo de 5 dias, se assim desejar.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

**Processo Nº EDCiv-RO-0000801-80.2016.5.09.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	EDIVALDO ROBERTO CIBOTTO
Advogado	Dr. Márcio Pires de Almeida(OAB: 31318-A/PR)
Embargado	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Procurador	Dr. Leonardo Abagge Filho
Embargado	CLAUDIOCIL FERMINO FARIAS
Advogado	Dr. Laércio Ribeiro Moisés(OAB: 55824-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUDIOCIL FERMINO FARIAS
- EDIVALDO ROBERTO CIBOTTO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

**Processo Nº RO-0006258-30.2015.5.09.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Recorrente e Recorrido	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Advogado	Dr. Jorge André Ritzmann de Oliveira(OAB: 11985-A/SC)
Recorrente e Recorrido	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. César Yukio Yokoyama(OAB: 55635-A/PR)
Recorrido	NAURO DE OLIVEIRA CASTRO
Advogado	Dr. Mitsuyo Fugimoto Stonoga(OAB: 12645/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
- NAURO DE OLIVEIRA CASTRO

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Nauro de Oliveira Castro em face de Banco do Brasil S.A. e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, sob a égide do CPC/1973 com o fito de desconstituir decisão extintiva da execução proferida no bojo dos autos RTOrd 32523-2008-015-09-01-3, em razão de violação da coisa julgada.

Discute-se nos autos, dentre outros temas, a regularidade de representação do autor nesta ação (matéria abrangida, inclusive, pelos recursos ordinários dos réus).

Verifico que, de fato, o instrumento de procuração juntado com a petição inicial (fl. 79), traz poderes gerais de foro, mas circunscritos ao ajuizamento de reclamação trabalhista, "in verbis":

PODERES: Confere(m) ao(s) mencionado(s) procurador(es), "in solidum", os poderes, gerais para representá-lo (s) em qualquer Juízo ou Tribunal ou onde mais preciso for, seja na (s) qualidade (s) de Autor (es), Réu (s), Oponente (s), Oposto (s), Assistente (s) ou Interveniente (s), podendo o(s) referido(s) procurador(es) usar dos poderes da cláusula "ad judicium", mais os especiais de transigir, desistir, concordar, discordar, renunciar, firmar compromissos,



receber, dar quitações e substabelecer, em reclamatória trabalhista a ser promovida contra o Banco do Brasil S/A e Caixa de Previdência dos Funcionários do " Banco do Brasil - PREVI.

Incide, na hipótese, a diretriz da OJ 151, parte inicial, desta Subseção, no sentido de que "A procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista não autoriza a propositura de ação rescisória e mandado de segurança". De todo modo, mesmo sob a égide do CPC/1973, já se admitia a concessão de prazo para emenda da petição inicial, em hipóteses como a vertente, no forma do art. 284, "caput", do CPC/1973. Ante o exposto, INTIME-SE o autor para que, no prazo de dez dias, promova a regularização da representação processual nesta ação, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial. Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
MORGANA DE ALMEIDA RICHIA  
Ministra Relatora

### Secretaria da Primeira Turma Despacho

#### Processo Nº E-Ag-AIRR-0000706-33.2018.5.09.0662

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	AISLAN BIANCHESSI TESSEADOR
Advogado	Dr. Maximiliano Nagl Garcez(OAB: 20792-A/PR)
Embargado	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogada	Dra. Gianni Vaneska Gatti Felix(OAB: 22304-A/PR)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- AISLAN BIANCHESSI TESSEADOR
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

#### EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pelo reclamante (fls. 864-8746), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 848-862):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA NÃO CONFIGURADA. REVERSÃO DA JUSTA CAUSA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SÚMULA N.º 126 DO TST. A parte agravante não logrou demonstrar o desacerto da decisão firmada pelo Regional, que se valeu da análise dos elementos de prova consignados nos autos (Súmula n.º 126 do TST). Mantém-se a decisão agravada que não reconheceu a transcendência da causa. Não havendo reparos a fazer na decisão agravada, e em razão da manifesta improcedência do Agravo, impõe-se à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4.º, do CPC/2015 § 4.º, do CPC/2015. Agravo conhecido e não provido.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da

CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

#### Processo Nº E-Ag-RR-0000278-80.2019.5.13.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	JOSEMAR GOMES PERES
Advogado	Dr. Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga(OAB: 21934/DF)
Embargado	ALPARGATAS S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado	Dr. Severino do Ramo Pinheiro Brasil(OAB: 2482/PB)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ALPARGATAS S.A.
- JOSEMAR GOMES PERES

#### EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pelo reclamante (fls. 718-741), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior:

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. EXPOSIÇÃO AO AGENTE CALOR. INTERVALO PARA RECUPERAÇÃO TÉRMICA. PAGAMENTO COMO HORAS EXTRAS. VIOLAÇÃO DO ART. 7.º, XXII, DA CF. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 126 DO TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. Constata-se, in casu, que o Regional, analisando os elementos fáticos apresentados nos autos, firmou o convencimento de que não há prova de que o autor estivesse sujeito a temperaturas acima dos limites de tolerância durante toda a jornada, premissa fática insuscetível de revisão, nos exatos termos da Súmula n.º 126 do TST. Portanto, evidenciado que a controvérsia está indiscutivelmente atrelada ao exame do conjunto fático-probatório produzido nos autos, não há falar-se na modificação do acórdão regional, nesta fase recursal, em razão dos claros e intransponíveis limites do Recurso de Revista, cuja função é a de trazer, para esta Corte Superior, questões de direito, na busca da pacificação de teses objetivas. Uma vez divisado óbice processual que impede o conhecimento do Recurso de Revista, e, por conseguinte, o avanço no exame do mérito da controvérsia, mantém-se a decisão agravada, que denegou seguimento ao referido apelo, por ausência de transcendência, ainda que por fundamento diverso. Agravo conhecido e não provido".

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a

transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-Ag-AIRR-0000669-72.2021.5.22.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	PC CAVALCANTE SALES - ME
Advogada	Dra. Willma de França Vitorio Mendes Frazão(OAB: 11067-A/PI)
Embargado	FRANCISCO DE ASSIS ALVES DOS REIS
Advogado	Dr. Glenio Carvalho Fontenele(OAB: 15094-A/PI)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO DE ASSIS ALVES DOS REIS
- PC CAVALCANTE SALES - ME

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

Recurso de embargos interposto pela reclamada (fls. 256-271), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte superior (fls. 249-254).

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

A Primeira Turma não conheceu do agravo interposto pela reclamada, com aplicação de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS ADOTADOS NA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA RATIO CONTIDA NO INCISO I DA SÚMULA N.º 422 DO TST. APLICAÇÃO. MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, §4.º, DO CPC. Uma vez que as razões recursais não atacam o fundamento erigido na decisão monocrática, que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento, não há falar-se em conhecimento do Agravo Interno. Incidência da Súmula n.º 422, I, do TST. Considerando a manifesta improcedência do recurso, aplica-se à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4.º, do CPC. Agravo não conhecido com aplicação de multa.

(...) Diante da manifesta improcedência do recurso, aplica-se à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4.º, do CPC equivalente a 2% do valor da causa, em favor da parte contrária.

Nos termos da OJ 389/SDI-I/TST, "constitui ônus da parte recorrente, sob pena de deserção, depositar previamente a multa aplicada com fundamento nos §§ 4º e 5º, do art. 1.021, do CPC de 2015 (§ 2º do art. 557 do CPC de 1973), à exceção da Fazenda

Pública e do beneficiário de justiça gratuita, que farão o pagamento ao final".

Assim, é deserto o recurso de embargos, pois o valor da multa aplicada pela Eg. Turma não foi recolhido no momento da sua interposição.

Nego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-Ag-AIRR-0010557-24.2016.5.03.0019**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	RIACHO TRANSPORTE LTDA.
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733/MG)
Advogada	Dra. Fabíola Campos Barreto(OAB: 138398/MG)
Embargado	GILSON ROBERTO CARNEIRO
Advogada	Dra. Maria Nilza Pires(OAB: 29079/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GILSON ROBERTO CARNEIRO
- RIACHO TRANSPORTE LTDA.

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

Recurso de embargos interposto pela parte executada (fls. 1.053-1.058), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.049-1.051):

"AGRAVO DO EXECUTADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DESONERAÇÃO FISCAL. DECISÃO MONOCRÁTICA BASEADA NA NÃO OBSERVÂNCIA DA DIALETICIDADE RECURSAL, NOS TERMOS DA SÚMULA 422, I, DO TST. AUSÊNCIA DE ATAQUE AO FUNDAMENTO CENTRAL DO JULGADO. DIALETICIDADE RECURSAL NOVAMENTE INOBSERVADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 422/TST. 1. Hipótese em que a decisão agravada não conheceu do recurso da empresa ao fundamento de que não restou observada a dialeticidade recursal, com óbice na Súmula 422, I, do TST. 2. No agravo interno, todavia, a parte sequer tangencia o referido pilar decisório. 3. Nesse contexto, resulta inadmissível o apelo por ausência de dialeticidade, nos termos da Súmula 422, I, do TST. Agravo não conhecido".

No recurso de embargos, a parte, ignorando o fundamento utilizado para não conhecer do seu Agravo - inobservância ao princípio da dialeticidade -, reitera seus argumentos quanto à matéria de fundo (descontos previdenciários).

Os embargos estão, assim, novamente desfundamentados, a atrair a aplicação da Súmula 422, I, do TST.

NEGO SEGUIMENTO.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-RR-0011527-68.2020.5.03.0056**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	PEDRO HENRIQUE TORRES BIANCHI E OUTRO
Advogado	Dr. Marco Antônio Tomei(OAB: 248554-D/SP)
Advogada	Dra. Camila Natal Cunha de Souza(OAB: 275112-D/SP)
Embargado	GERALDO ANISIO SILVA
Advogado	Dr. Maurício Alves Torres(OAB: 50803-AMG)
Advogado	Dr. Italo Augusto Marques de Souza Torres(OAB: 160175-A/MG)
Embargado	RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A.
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fraton Rodrigues(OAB: 107878-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GERALDO ANISIO SILVA
- PEDRO HENRIQUE TORRES BIANCHI E OUTRO
- RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

Recurso de embargos interposto por Pedro Henrique Torres Bianchi (fls. 1.066-1.071), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.062-1.064). Presentes os pressupostos extrínsecos.

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

A Primeira Turma não conheceu do recurso de revista interposto, mediante os fundamentos sintetizados na ementa, verbis:

RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DESCONSTITUÍDA POR ELEMENTOS EM SENTIDO CONTRÁRIO. 1. A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho firmou entendimento no sentido de que, mesmo após a vigência da Lei nº 13.467/2017, o trabalhador que recebe salário superior ao fixado no art. 790, § 3º, da CLT poderá comprovar sua insuficiência econômica pela declaração de não ter condições de suportar o ônus das despesas processuais sem prejuízo do sustento familiar, nos termos do item I da Súmula n. 463 do TST. 2. Terá, então, direito aos benefícios da gratuidade judiciária, salvo se demonstrado nos autos que a declaração não é verdadeira. 3. A referida declaração, conforme o art. 99, caput e §§ 2º e 3º, do CPC, goza da presunção relativa de veracidade, podendo ser elidida por prova que a infirme, ou, ainda, de ofício pelo Julgador, quando identificado no conjunto probatório dos autos elementos que autorizem a rejeição do pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, caso dos autos. Recurso de revista não conhecido.

No recurso de embargos, a parte insiste na concessão dos benefícios da justiça gratuita. Afirma que foi juntada aos autos "declaração própria de impossibilidade de custeio das despesas

processuais sem o prejuízo do seu sustento e o de sua família, não podendo o indeferimento ser pautado em conjecturas, como uma suposta condição financeira favorável pelos cargos que exerceu no passado". Aponta contrariedade à Súmula nº 463, I, desta Corte Superior e ofensa aos arts. 5º, XXII, LIV e LV, 170, II, da Constituição Federal, 790, §§3º e 4º, da CLT, 99, §3º do Código Civil e 1º da Lei nº 7.115/83. Transcreve arestos.

Ao exame.

De plano, cumpre assinalar que, conforme a atual redação do art. 894, II, da CLT, é inviável o exame da pretensão quanto à apontada violação dos 5º, XXII, LIV e LV, 170, II, da Constituição Federal, 790, §§3º e 4º, da CLT, 99, §3º do Código Civil, e 1º da Lei nº 7.115/83.

A Primeira Turma manteve a decisão regional quanto ao indeferimento do pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, registrando que "o quadro fático delineado (...) permite a verificação de efetiva condição dos recorrentes em arcar com as custas do processo sem prejuízo do seu sustento e de sua família, vez que expressamente consignado que "os réus são empresários, acionistas e diretores da 1º ré, empresa com capital social da ordem de 387 milhões de reais".

Nesse contexto, em que a presunção de hipossuficiência decorrente da declaração juntada aos autos foi afastada pela prova produzida, não há falar em contrariedade à Súmula 463, I, do TST.

Os arestos colacionados às fls. 1.070-1.071, oriundos da Quarta e Oitava Turmas, afiguram-se inespecíficos, a teor da Súmula nº 296, I, do TST, pois não retratam as mesmas premissas fáticas consignadas no acórdão embargado, no sentido de que o benefício da justiça gratuita é postulado por empresário, acionista e diretor da "1ª ré, empresa com capital social da ordem de 387 milhões de reais".

**CONCLUSÃO**

Ante o exposto, com amparo nos arts. 93, VIII, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 2º do Ato TST.SEGJUD.GP nº 491/2014, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de embargos.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-ED-Ag-RR-0020218-03.2021.5.04.0511**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Marina Rodrigues da Cunha Barreto Vianna(OAB: 27722/DF)
Advogado	Dr. Vinícius Rieth de Moraes(OAB: 59016-B/RS)
Embargado	JULIANO DA SILVEIRA FORTES
Advogado	Dr. Mauricio Poloni(OAB: 65568-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JULIANO DA SILVEIRA FORTES

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pela reclamada (fls. 691-726), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 660-673):

AGRAVO. RECURSO DE REVISTA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ECT. MUDANÇA NA FORMA DE CÁLCULO DO ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. APLICAÇÃO CIRCUNSCRITA AOS EMPREGADOS ADMITIDOS POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DO MEMORANDO Nº 2316/2016. ACÓRDÃO REGIONAL EM CONSONÂNCIA COM A ATUAL, ITERATIVA E NOTÓRIA JURISPRUDÊNCIA DO TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. 1. Confirma-se a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de revista em razão da ausência de transcendência da matéria. 2. A jurisprudência desta Corte Superior, com fundamento no princípio da inalterabilidade contratual lesiva (nos termos de sua Súmula nº 51, I e do art. 468 da CLT) adota o entendimento segundo o qual o Memorando Circular nº 2316/2016, que altera a forma de pagamento do abono previsto no artigo 143 da CLT, excluindo da sua base de cálculo a gratificação de férias no importe equivalente a 70% da remuneração, não atinge os empregados contratados sob a égide da sistemática anterior e que já adquiriram direito ao benefício, limitando seu alcance àqueles admitidos posteriormente à alteração. 3. Em que pese pertencer à administração pública indireta, a ECT encontra-se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, estando obrigada a cumprir o ordenamento jurídico trabalhista, inclusive no que se refere à impossibilidade de proceder a alterações contratuais unilaterais e lesivas a seus empregados nos termos do art. 468 da CLT. 4. Em tal contexto, o Tribunal Regional proferiu acórdão em sintonia com a jurisprudência atual, iterativa e notória desta Corte Superior. Incidência dos óbices da Súmula nº 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT. Agravo a que se nega provimento.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecurável no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

### Processo Nº E-Ag-AIRR-0011537-28.2018.5.15.0128

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	ALZIRA DE SOUZA BERNARDO
Advogada	Dra. Suzete Rodrigues Ferreira(OAB: 275791-A/SP)
Advogado	Dr. Sueli Yoko Taira(OAB: 121938-A/SP)

Embargado	AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Dr. Noedy de Castro Mello(OAB: 27500-A/SP)
Advogado	Dr. Valeria Carvalho Onorato(OAB: 322590-A/SP)
Advogado	Dr. Mateus Nogueira(OAB: 346356-A/SP)
Advogado	Dr. Viviane Pascon Souto(OAB: 168504-A/SP)

### Intimado(s)/Citado(s):

- AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.  
- ALZIRA DE SOUZA BERNARDO

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pela reclamante (fls. 1.633-1.667), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.629-1.631):

AGRAVO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. HORAS IN ITINERE. CONTRATO EXTINTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 126 DO TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. 1. Confirma-se a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, por ausência de transcendência. 2. No caso dos autos, conforme consignado na decisão agravada, o Tribunal Regional do Trabalho, soberano na análise das provas produzidas nos autos, firmou o convencimento no sentido de que a autora não faz jus ao pagamento das horas in itinere no que se refere ao trajeto de ida uma vez que "[n]o horário de início da jornada, restou demonstrada a existência de linhas regulares (fls. 448/450)". 3. Nesse contexto, revela-se inviável a admissibilidade do recurso, ante a incidência da Súmula nº 126 do TST, suficiente a impedir a cognição do recurso de revista e macular a transcendência da causa. Agravo a que se nega provimento.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecurável no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

### Processo Nº E-ED-Ag-AIRR-0000141-07.2021.5.19.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	DARLON DONIZETE SILVA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Daniel Felix da Silva(OAB: 11037-A/AM)



Embargado EQUATORIAL ALAGOAS  
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Advogado Dr. José Rubem Ângelo(OAB:  
3303/AL)  
Advogado Dr. Fabrício Trindade de Sousa(OAB:  
17407-B/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DARLON DONIZETE SILVA DE OLIVEIRA
- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

A decisão proferida pela Eg. Primeira Turma está pautada nos seguintes fundamentos, sintetizados em sua ementa:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. DISPENSA IMOTIVADA. PRIVATIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. DECISÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TST. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. A despeito das razões apresentadas pela parte agravante, deve ser mantida a decisão agravada que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento, por ausência de transcendência da causa. No caso, a decisão regional encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, eventual norma aplicável ao ente da Administração Pública Indireta, concernente à necessidade de motivação da dispensa, não tem o condão de obrigar empresa privada, que adquiriu a empresa estatal em processo de privatização, a efetuar a motivação da rescisão contratual, não sendo caso de se cogitar de incorporação de qualquer condição benéfica ao contrato de trabalho do empregado. Inviável nesse contexto, o pleito de reconhecimento da nulidade da rescisão contratual. Precedentes da Corte. Agravo conhecido e não provido.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecurável no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-Ag-AIRR-0000605-06.2013.5.03.0058**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Relator do processo não cadastrado  
Embargante TRANSIMÃO TRANSPORTES  
URBANOS E TURISMO LTDA.  
Advogado Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos  
Santos(OAB: 91046-A/MG)  
Advogado Dr. Gustavo Soares da Silveira  
Giordano(OAB: 76733/MG)  
Embargado CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

Advogado Dr. Marcelo Henrique Monteiro  
Teixeira(OAB: 113170-A/MG)  
Advogado Dr. Darlan Ferreira(OAB: 115621/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
- TRANSIMÃO TRANSPORTES URBANOS E TURISMO LTDA.

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

Recurso de embargos interposto pela executada (fls. 1.234-1.243), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.229-1.232):

AGRAVO DO EXECUTADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DESONERAÇÃO LEGAL. JUROS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO PRIMEIRO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PELA DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE ATAQUE AO FUNDAMENTO CENTRAL DO JULGADO. DIALETICIDADE INOBSERVADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 422/TST. 1. Hipótese em que a decisão agravada negou provimento ao recurso da empresa com adoção dos fundamentos adotados pelo primeiro juízo de admissibilidade do recurso de revista, os quais se pautaram na ausência de transcrição do trecho do acórdão que consubstancia o prequestionamento da matéria. 2. No agravo interno, todavia, a parte sequer tangencia o referido pilar decisório. 3. Nesse contexto, resulta inadmissível o apelo por ausência de dialeticidade, nos termos da Súmula 422, I, do TST. Agravo não conhecido.

No recurso de embargos, a parte, ignorando o fundamento utilizado para não conhecer do seu Agravo - inobservância ao princípio da dialeticidade -, reitera seus argumentos quanto à matéria de fundo (descontos previdenciários).

Os embargos estão, assim, desfundamentados, a atrair a aplicação da Súmula 422, I, do TST.

NEGO SEGUIMENTO.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-Ag-RR-0010127-47.2021.5.03.0003**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Relator do processo não cadastrado  
Embargante MGS MINAS GERAIS  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.  
Advogado Dr. Estela de Faria Silva(OAB: 212518-  
A/MG)  
Embargado EDVAR ALVES DE MACEDO  
Advogado Dr. Mário Lúcio da Cunha(OAB: 47965-  
A/MG)  
Advogada Dra. Cristiane Brandão da Cunha(OAB:  
129467-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDVAR ALVES DE MACEDO
- MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.



## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto por MGS Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (fls. 862-854), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 849-852):

AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS ADOTADOS NA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA RATIO CONTIDA NO INCISO I DA SÚMULA N.º 422 DO TST. Uma vez que as razões recursais não atacam o fundamento erigido na decisão monocrática, que não conheceu do Recurso de Revista, não há falar-se em conhecimento do Agravo Interno. Incidência da Súmula n.º 422, I, do TST. Agravo não conhecido.

No recurso de embargos, a parte, ignorando o fundamento utilizado para não conhecer do seu Agravo - inobservância ao princípio da dialeticidade -, reitera seus argumentos quanto à matéria de fundo (adicional de periculosidade).

Os embargos estão, assim, desfundamentados, a atrair a aplicação da Súmula 422, I, do TST.

NEGO SEGUIMENTO.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Presidente da Primeira Turma

### Processo Nº E-Ag-AIRR-0000071-65.2020.5.12.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	MANOEL LUIZ DA SILVA
Advogado	Dr. Allexsandre Lückmann Gerent(OAB: 11217/SC)
Embargado	EDSON VIEIRA GEREMIAS
Advogado	Dr. Fabiano Pinheiro Guimarães(OAB: 10494-A/SC)
Embargado	AUTO GIRO PECAS E ACESSORIOS LIMITADA
Advogado	Dr. Fabiano Pinheiro Guimarães(OAB: 10494-A/SC)
Embargado	MARCELO DARCY SILVANO - EPP
Advogado	Dr. Fabiano Pinheiro Guimarães(OAB: 10494-A/SC)
Embargado	VALMOR RENATO SOARES
Embargado	MARCELO DARCY SILVANO

#### Intimado(s)/Citado(s):

- AUTO GIRO PECAS E ACESSORIOS LIMITADA
- EDSON VIEIRA GEREMIAS
- MANOEL LUIZ DA SILVA
- MARCELO DARCY SILVANO
- MARCELO DARCY SILVANO - EPP
- VALMOR RENATO SOARES

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto por Manoel Luiz da Silva (fls. 466-485), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 461-464).

A decisão proferida pela Eg. Primeira Turma está pautada nos seguintes fundamentos, sintetizados em sua ementa:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO. PRESSUPOSTOS PARA DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. ART. 896, § 2º, DA CLT. SÚMULA Nº 266 DO TST. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. A controvérsia relativa aos pressupostos para a desconsideração de personalidade jurídica ("teoria maior" ou "teoria maior") tem natureza infraconstitucional, porquanto demanda prévia interpretação de dispositivo de lei federal (arts. 28 do CDC e 50 do CC), o que, por não atender ao disposto no art. 896, 2º, da CLT e na Súmula nº 266 do TST, revela a ausência de transcendência da causa. Precedentes. Agravo a que se nega provimento".

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Presidente da Primeira Turma

### Processo Nº E-ED-Ag-AIRR-0000099-73.2021.5.19.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	JOSE EDNALDO DE ALMEIDA COSTA
Advogado	Dr. Daniel Felix da Silva(OAB: 11037-A/AM)
Embargado	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. José Rubem Ângelo(OAB: 3303/AL)
Advogado	Dr. Fabricio Trindade de Sousa(OAB: 17407-B/DF)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- JOSE EDNALDO DE ALMEIDA COSTA

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

A decisão proferida pela Eg. Primeira Turma está pautada nos seguintes fundamentos, sintetizados em sua ementa:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DISPENSA IMOTIVADA. PRIVATIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. DECISÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TST. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA

DA CAUSA. A despeito das razões apresentadas pela parte agravante, deve ser mantida a decisão agravada que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento, por ausência de transcendência da causa. No caso, a decisão regional encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, eventual norma aplicável ao ente da Administração Pública Indireta, concernente à necessidade de motivação da dispensa, não tem o condão de obrigar empresa privada, que adquiriu a empresa estatal em processo de privatização, a efetuar a motivação da rescisão contratual, não sendo caso de se cogitar de incorporação de qualquer condição benéfica ao contrato de trabalho do empregado. Inviável nesse contexto, o pleito de reconhecimento da nulidade da rescisão contratual. Precedentes da Corte. Agravo conhecido e não provido".

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-ED-Ag-RR-0010554-50.2018.5.03.0132**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Maria José Cardoso da Silva Lemos(OAB: 48663/MG)
Advogada	Dra. Ana Virgínia Batista Lopes de Souza(OAB: 16660/DF)
Advogado	Dr. Nuno Miguel Silva Rosas de Miranda(OAB: 167140-A/RJ)
Embargado	RACHEL CIRINO DA SILVA
Advogado	Dr. Thomaz Fernandes Barbosa(OAB: 159554/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- RACHEL CIRINO DA SILVA

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

A decisão proferida pela Eg. Primeira Turma está pautada nos seguintes fundamentos, sintetizados em sua ementa:

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ECT. MUDANÇA NA FORMA DE CÁLCULO DO ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. APLICAÇÃO CIRCUNSCRITA AOS EMPREGADOS ADMITIDOS POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DO MEMORANDO Nº 2316/2016. ACÓRDÃO REGIONAL EM CONSONÂNCIA COM A

ATUAL, ITERATIVA E NOTÓRIA JURISPRUDÊNCIA DO TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. 1. Confirma-se a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de revista em razão da ausência de transcendência da matéria. 2. A jurisprudência desta Corte Superior, com fundamento no princípio da inalterabilidade contratual lesiva (nos termos de sua Súmula nº 51, I e do art. 468 da CLT) adota o entendimento segundo o qual o Memorando Circular nº 2316/2016, que altera a forma de pagamento do abono previsto no artigo 143 da CLT, excluindo da sua base de cálculo a gratificação de férias no importe equivalente a 70% da remuneração, não atinge os empregados contratados sob a égide da sistemática anterior e que já adquiriram direito ao benefício, limitando seu alcance àqueles admitidos posteriormente à alteração. 3. Em que pese pertencer à administração pública indireta, a ECT encontra-se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, estando obrigada a cumprir o ordenamento jurídico trabalhista, inclusive no que se refere à impossibilidade de proceder a alterações contratuais unilaterais e lesivas a seus empregados nos termos do art. 468 da CLT. 4. Em tal contexto, o Tribunal Regional proferiu acórdão em sintonia com a jurisprudência atual, iterativa e notória desta Corte Superior. Incidência dos óbices da Súmula nº 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT. Agravo a que nega provimento".

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº E-ED-Ag-AIRR-0000102-28.2021.5.19.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	RENATO JOSE DOS SANTOS
Advogado	Dr. Daniel Felix da Silva(OAB: 11037-A/AM)
Embargado	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. José Rubem Ângelo(OAB: 3303/AL)
Advogado	Dr. Fabricio Trindade de Sousa(OAB: 17407-B/DF)
Embargado	ANGELO LIMA NONO PAIVA & PEIXOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
Advogado	Dr. Jose Rubem Angelo(OAB: 3303-A/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANGELO LIMA NONO PAIVA & PEIXOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S  
- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

- RENATO JOSE DOS SANTOS

- JOSE AILTON GOMES DA SILVA

#### EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pela reclamante (fls. 1.759-1.782), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.733-1.740):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. DISPENSA IMOTIVADA. PRIVATIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. DECISÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TST. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. A despeito das razões apresentadas pela parte agravante, deve ser mantida a decisão agravada que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento, por ausência de transcendência da causa. No caso, a decisão regional encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, eventual norma aplicável ao ente da Administração Pública Indireta, concernente à necessidade de motivação da dispensa, não tem o condão de obrigar empresa privada, que adquiriu a empresa estatal em processo de privatização, a efetuar a motivação da rescisão contratual, não sendo caso de se cogitar de incorporação de qualquer condição benéfica ao contrato de trabalho do empregado. Inviável nesse contexto, o pleito de reconhecimento da nulidade da rescisão contratual. Precedentes da Corte. Agravo conhecido e não provido.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

#### Processo Nº E-ED-Ag-AIRR-0000099-67.2021.5.19.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	JOSE AILTON GOMES DA SILVA
Advogado	Dr. Daniel Felix da Silva(OAB: 11037-A/AM)
Embargado	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. José Rubem Ângelo(OAB: 3303/AL)
Advogado	Dr. Fabricio Trindade de Sousa(OAB: 17407-B/DF)
Embargado	ANGELO LIMA NONO PAIVA & PEIXOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELO LIMA NONO PAIVA & PEIXOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S  
- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

#### EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pela reclamante (fls. 1.693-1.716), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.667-1.674):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. DISPENSA IMOTIVADA. PRIVATIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. DECISÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TST. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. A despeito das razões apresentadas pela parte agravante, deve ser mantida a decisão agravada que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento, por ausência de transcendência da causa. No caso, a decisão regional encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, eventual norma aplicável ao ente da Administração Pública Indireta, concernente à necessidade de motivação da dispensa, não tem o condão de obrigar empresa privada, que adquiriu a empresa estatal em processo de privatização, a efetuar a motivação da rescisão contratual, não sendo caso de se cogitar de incorporação de qualquer condição benéfica ao contrato de trabalho do empregado. Inviável nesse contexto, o pleito de reconhecimento da nulidade da rescisão contratual. Precedentes da Corte. Agravo conhecido e não provido.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

#### Processo Nº E-Ag-RR-0021401-21.2017.5.04.0811

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
Advogado	Dr. Roberto Pierri Bersch(OAB: 24484/RS)
Advogado	Dr. Maurício de Carvalho Góes(OAB: 44565-A/RS)
Embargado	FELIPE LOPES DE QUADROS
Advogado	Dr. Marcus Flavio Loguercio Paiva(OAB: 27493-A/RS)
Advogado	Dr. Jeronimo Nicoloso Machado(OAB: 105659-A/RS)
Embargado	RVT CONSTRUTORA SUL S.A.

#### Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL  
- FELIPE LOPES DE QUADROS  
- RVT CONSTRUTORA SUL S.A.

- AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. - AVIANCA  
- AVIANCA COSTA RICA SOCIEDAD ANONIMA  
- CAMILA DE SOUZA ESTEVES  
- TAMPA CARGO S.A.

#### EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pela reclamada ELETROBRAS CGT ELETROSUL (fls. 2.330-2.347), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 2.325-2.328):

AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA A DECISÃO AGRAVADA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. 1. Não se conhece de agravo que não observa o pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). 2. Na hipótese, a parte agravante não impugna, de forma específica e fundamentada, o óbice apontado na decisão agravada (transcrição integral do acórdão - inobservância do art. 896, § 1-A, I e III, da CLT), o que não atende o comando inserto no art. 1.021, § 1º, do CPC, e torna deficiente a fundamentação do presente agravo. Agravo de que não se conhece.

No recurso de embargos, a parte, ignorando os fundamentos utilizados pela Egrégia Primeira Turma para não conhecer do agravo, limita-se a reiterar seu entendimento acerca da matéria de fundo do recurso de revista (responsabilidade subsidiária). Nesse contexto, os embargos estão desfundamentados (Súmula 422, I, do TST), razão pela qual nego-lhes seguimento. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Presidente da Primeira Turma

#### Processo Nº E-Ag-RR-1001036-75.2020.5.02.0714

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. - AVIANCA
Advogada	Dra. Maria Manoela de Albuquerque Jacques(OAB: 56775-A/RS)
Advogada	Dra. Cláudia Al-Alam Elias Fernandes(OAB: 231281-B/SP)
Advogada	Dra. Cláudia Al-Alam Elias Fernandes(OAB: 231281/SP)
Embargante	AVIANCA COSTA RICA SOCIEDAD ANONIMA
Advogada	Dra. Claudia Al Alam Elias Fernandes(OAB: 231281-A/SP)
Embargante	TAMPA CARGO S.A.
Advogada	Dra. Claudia Al Alam Elias Fernandes(OAB: 231281-A/SP)
Embargado	CAMILA DE SOUZA ESTEVES
Advogada	Dra. Elisângela Machado Rovito(OAB: 261898-D/SP)
Advogado	Dr. Fábio Aparecido Rapp Porto(OAB: 261001-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

Recurso de embargos interposto pelas reclamadas AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA, LACSA LINEAS AEREAS COSTARRICENSES S/A e TAMPA CARGO S.A (fls. 1.923-1.932), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.903-1.908). Eis a ementa do referido julgado:

AGRAVO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. GRUPO ECONÔMICO. VÍNCULO DE EMPREGO QUE ABRANGE PERÍODO ANTERIOR E POSTERIOR À REFORMA TRABALHISTA. RELAÇÃO DE COORDENAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS. POSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Confirma-se a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de revista e manteve a responsabilidade solidária das empresas demandadas. 2. Quanto às relações jurídicas encerradas anteriormente à vigência da Lei n.º 13.467/2017, esta Corte Superior possui firme jurisprudência no sentido de que, para a configuração de grupo econômico, seria imprescindível a demonstração de relação hierárquica entre as empresas, mediante controle central exercido por uma delas, não sendo suficiente a identidade de sócios, a mera coordenação entre as sociedades e/ou a similaridade do ramo de atuação. 3 Não obstante, as alterações legislativas implementadas pela Lei n.º 13.467/2017 ampliaram as hipóteses de configuração do grupo econômico, admitindo sua caracterização como decorrência de uma relação de coordenação cumulada com a integração das atividades e efetiva comunhão de interesses. Na exata dicção da nova ordem jurídica: "interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes" (art. 2º, § 3º, da CLT). 4. Na hipótese, o Tribunal Regional registrou expressamente que "in casu, constata-se a comunhão societária entre as reclamadas, consistente no liame administrativo e patrimonial entre as empresas". Pontuou que "emerge do processado que a primeira e terceira reclamadas firmaram Contrato de Licença de Uso de Marcas (fls. 734\745), o que revela a comunhão de interesse integrado e a atuação conjunta das empresas, como se infere das Cláusulas 2.2, 2.4, 2.11, 3.2, 3.6 e 3.8 do referido contrato". Concluiu, em tal contexto, que "restou demonstrada a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas, nos termos do artigo 2º da CLT, motivo pelo qual deve ser mantida a responsabilidade solidária". 5. Assim, ao reconhecer a existência de grupo econômico e, por conseguinte, a responsabilidade solidária das demandadas, a Corte de origem não baseou sua convicção somente no fato de atuarem no mesmo ramo comercial, mas registrou aspectos fáticos que comprovam a existência de efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta. 6. Impossível adotar conclusão diversa sem revolver o conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula n.º 126 do TST. Agravo a que se nega provimento.

No recurso de embargos, a AVIANCA afirma que não restou caracterizado o grupo econômico, pois não há prova nos autos de controle de uma empresa sobre a outra. Argumenta ser necessária a verificação de hierarquia entre as empresas a fim de se declarar o grupo empresarial para fins trabalhistas. Transcreve aresto.

Ao exame.

O único paradigma colacionado, oriundo da Eg. Segunda Turma,



afigura-se inespecífico, a teor da Súmula nº 296, I, do TST, pois não compartilha da mesma premissa à luz da qual a Eg. Primeira Turma concluiu pela possibilidade de configuração do grupo econômico por coordenação, qual seja, a circunstância de o contrato de trabalho estar em curso na data da entrada em vigor da Lei 13.467/2017.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com amparo nos arts. 93, VIII, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 2º do Ato TST.SEGJUD.GP nº 491/2014, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de embargos.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Presidente da Primeira Turma

### Processo Nº E-Ag-RR-0000860-57.2021.5.12.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE MAFRA
Advogado	Dr. Fernando Marcos Gasparin(OAB: 22294/SC)
Advogado	Dr. Fernando Marcos Gasparin(OAB: 22294-A/SC)
Advogado	Dr. Cristian Lovato(OAB: 65127-A/RS)
Embargado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada	Dra. Meire Aparecida de Amorim(OAB: 19673/DF)
Advogado	Dr. Frediani Bartel(OAB: 19038-B/SC)
Advogado	Dr. Felipe Costa Silveira(OAB: 33907-A/SC)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE MAFRA

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

A decisão proferida pela Eg. Primeira Turma está pautada nos seguintes fundamentos, sintetizados em sua ementa:

AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ADICIONAL DE "QUEBRA DE CAIXA". GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. CUMULAÇÃO. VEDAÇÃO EXPRESSA ESTABELECIDA EM REGULAMENTO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. 1. Esta Corte Superior tem firme entendimento quanto à possibilidade de cumulação do adicional de "quebra de caixa" com gratificação de função, ante a natureza jurídica distinta das parcelas. 2. O adicional de "quebra de caixa" tem por objeto caucionar o empregado por eventuais diferenças no fechamento do caixa. A gratificação de função, por sua vez, remunera a maior responsabilidade da atividade exercida. 3. Não obstante, no caso específico dos autos, extrai-se do acórdão recorrido que o regulamento interno da demandada veda a percepção de quebra de caixa por empregado designado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Ante a expressa vedação estabelecida no regulamento empresarial, resulta

inviável o pagamento cumulado das referidas parcelas. Precedentes. 4. A Corte Regional proferiu decisão em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior. Incidência da Súmula nº 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT. 5. Nesse contexto, o recurso não demonstra transcendência em nenhuma de suas modalidades, confirmando-se a decisão agravada. Agravo a que se nega provimento.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministre Presidente da Primeira Turma

### Processo Nº E-Ag-AIRR-0011094-17.2017.5.03.0138

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	COLETIVOS ASA NORTE LTDA. E OUTRO
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733/MG)
Embargado	ALEXANDRE GARCIA DRUMOND
Advogado	Dr. Felipe Leôncio Morais de Assis(OAB: 139969-A/MG)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE GARCIA DRUMOND
- COLETIVOS ASA NORTE LTDA. E OUTRO

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Recurso de embargos interposto pelos reclamados (fls. 1.036-1.042), sob a égide da Lei nº 13.015/2014, contra o acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior (fls. 1.026-1.034):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. PESSOA JURÍDICA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SÚMULA N.º 463, II, DO TST. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. NÃO REGULARIZAÇÃO DO PREPARO APÓS A CONCESSÃO DE PRAZO (ART. 99, § 7.º, DO CPC). A despeito das razões apresentadas pela parte agravante, deve ser mantida a decisão agravada que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento, por ausência de transcendência. No caso, verifica-se que, após a interposição do Recurso Ordinário, no qual foi requerida a concessão da gratuidade da justiça, o Regional indeferiu a pretensão por entender que não havia sido demonstrada a



dificuldade de arcar com o pagamento das despesas processuais, momento no qual intimou as reclamadas para o regularizarem o preparo recursal, na forma do art. 99, § 7.º, do CPC. As reclamadas, todavia, não providenciaram o recolhimento do depósito recursal e das custas processuais, o que ensejou a deserção do apelo. Assim, por não atendida a diretriz inserta na Súmula n.º 463, II, do TST, não merece reparos a decisão agravada que, diante da deserção do apelo, reputou ausentes quaisquer dos indicadores da transcendência. Agravo conhecido e não provido.

Como se vê, o Colegiado Turmário não reconheceu a transcendência da causa, a atrair a incidência do art. 896-A, § 4º, da CLT, de seguinte teor:

"§ 4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecurável no âmbito do tribunal".

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso de embargos, por incabível.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Presidente da Primeira Turma

**Processo Nº AIRR-0011511-69.2017.5.03.0008**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.
Advogada	Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069-A/SP)
Agravado	MARCOS VINICIUS RODRIGUES BRITO
Advogado	Dr. Luciano Rodrigues Pereira Junior(OAB: 150799-A/MG)
Advogado	Dr. Humberto Urbano(OAB: 103419-A/MG)
Advogado	Dr. Moises Estevam(OAB: 103209-A/MG)
Advogado	Dr. Ricardo Cardoso de Lima Mayer(OAB: 138081-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCOS VINICIUS RODRIGUES BRITO
- SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.

Trata-se de agravo de instrumento, na fase de conhecimento, contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista.

Na minuta de agravo de instrumento, a parte defende o trânsito do recurso de revista, insistindo na presença das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT.

Decido.

De plano, destaco que a análise do agravo de instrumento se limita aos temas nele veiculados, quais sejam, "limitação dos valores dos pedidos da petição inicial", "prazo decadencial - contribuição previdenciária", "adicional de inspeção", "PLR" e "índice de correção monetária".

Publicado o acórdão regional na vigência da Lei 13.467/2017, incide o disposto no art. 896-A da CLT, que exige, como pressuposto ao exame do recurso de revista, a transcendência econômica, política,

social ou jurídica (§1º, incisos I, II, III e IV).

Quanto à matéria relativa ao índice de correção monetária e juros aplicáveis aos créditos trabalhistas, constato haver transcendência, tendo em vista a tese firmada no julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 58 e 59 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5867 e 6021.

Em sessão do dia 18/12/2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria, pela procedência parcial das ADCs 58 e 59 e ADIs 6021 e 5867, conferindo interpretação conforme à Constituição aos artigos 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam, a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil).

A decisão teve seus efeitos modulados, de modo que restou estabelecido que:

(i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês;

(ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e

(iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais).

Acolhidos parcialmente os embargos de declaração opostos pela AGU, foi sanado erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes.

Ressalte-se que, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a atualização dos créditos trabalhistas pelo IPCA-E, na fase pré-judicial, não exclui a aplicação dos juros legais previstos no caput do art. 39 da Lei n. 8.177/1991. Nesse sentido, os seguintes julgados: Rcl 49740/SP, Relator(a): Min. ROSA WEBER, DJE 07/10/2021; Rcl 50117 MC/RS, Relator(a): Min. NUNES MARQUES, DJE 05/11/2021; Rcl 49310/RS, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, DJE 19/10/2021; Rcl 50107/RS, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, DJE 26/10/2021.

No caso presente, o Tribunal Regional, ao fixar a aplicação do IPCA-E e da TR na fase pré-processual e a taxa Selic (juros e correção monetária) a partir do ajuizamento da demanda, decidiu em conformidade com o entendimento firmado pelo STF.

Por fim, quanto às demais matérias, o recurso de revista não

oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.  
Nego provimento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento ao agravo de instrumento.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-000025-62.2013.5.15.0083**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Clarisse de Souza Rozales(OAB: 389409-A/SP)
Agravado	LUIS CLAUDIO MONTEIRO
Advogado	Dr. Valdir Kehl(OAB: 99626/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- LUIS CLAUDIO MONTEIRO

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista.  
Na minuta de agravo de instrumento, a parte agravante defende o trânsito do recurso de revista, insistindo na viabilidade do recurso à luz das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT. Decido.

De plano, anoto que a irrisignação acerca do tema "Horas extras - minutos residuais", trazida no agravo de instrumento, é inovatória em relação ao recurso de revista. Não será, portanto, apreciada nesta Corte Superior.

Relativamente aos temas "Horas in itinere" e "Descanso semanal remunerado", constato a existência de óbice processual que impede a análise das matérias, de forma a tornar inócua a manifestação desta Corte sobre eventual transcendência.

Com efeito, quanto aos temas em epígrafe, a Reclamada limitou-se a transcrever o acórdão regional no início do recurso de revista (fls. 612/614), de forma dissociada das razões recursais (fls. 616/625). Contudo, esta Corte tem entendido que a transcrição do acórdão, no início das razões do recurso de revista, ainda que com destaques em trechos específicos, não atende ao disposto nos incisos I e III do art. 896, § 1º-A, da CLT, visto que não propicia o cotejo analítico entre a tese do acórdão regional e os dispositivos de lei e verbetes jurisprudenciais apontados.

Por fim, quanto ao tema "Multa por litigância de má-fé", as razões recursais não logram êxito em demonstrar o desacerto da decisão agravada.

Neste contexto, há de ser mantida a conclusão do Tribunal Regional, no sentido de denegar seguimento a recurso de revista que não se viabiliza por nenhuma das hipóteses do artigo 896 da CLT, seja naquelas previstas em suas alíneas "a", "b" e "c", seja naquelas previstas nos parágrafos 2º, 9º e 10º do mencionado artigo, razão pela qual, a decisão agravada deve ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Destaco, desde logo, que a adoção da decisão agravada atende à

exigência legal e constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, conforme já se consolidou a jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal (RHC 113308, Primeira Turma, Relator Min. Marco Aurélio, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, Dj 02/06/2021).

Registre-se, por fim, que não há falar em incidência do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, pois esse dispositivo aplica-se aos agravos internos, e não aos agravos de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento ao agravo de instrumento.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
HUGO CARLOS SCHEUERMANN  
Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0102031-83.2017.5.01.0282**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogado	Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 20283-S/RJ)
Agravado	LUIS FRANCISCO ALVES PACHECO
Advogada	Dra. Priscilla da Rocha Arruda(OAB: 144763/RJ)
Advogado	Dr. Marcus Alexandre Garcia Neves(OAB: 106115/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- LUIS FRANCISCO ALVES PACHECO

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista da parte. Na minuta de agravo de instrumento, a parte defende o trânsito do recurso de revista, insistindo na presença das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT. Decido.

Quanto ao único tema recursal - horas extras decorrentes da hora noturna ficta -, constato que os valores objeto do recurso não possuem relevância econômica a justificar a atuação desta Corte Superior.

Por outro lado, o recurso de revista não trata de questão nova nesta Corte Superior, tampouco se verifica haver desrespeito à jurisprudência dominante desta Corte ou do Supremo Tribunal Federal ou afronta direta a direitos sociais constitucionalmente assegurados.

Com efeito, o e. Tribunal Regional, ao considerar a redução da hora noturna, ainda que no trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, decidiu em conformidade com a jurisprudência desta c. Corte Superior, cristalizada na OJ 395 da SDI-1 ("TURNOS ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. HORA NOTURNA REDUZIDA. INCIDÊNCIA. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010) O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida, não havendo incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73,§1º, daCLTe7º, XIV, daConstituição Federal").

Superado, assim, o aresto proferido pelo e. TRT da 3ª Região. Não se cogita de violação do art. 7º, XXVI, da CF, uma vez que registrado no acórdão regional que a norma coletiva que disciplinou o trabalho em turno ininterrupto de revezamento não proibiu a

redução da hora noturna.

A Súmula 112/TST é aplicável aos petroleiros, que têm legislação específica, sendo, pois, inespecífica ao caso dos autos.

Aresto proferido por Turma desta c. Corte Superior é inservível para fundamentar recurso de revista, por falta de previsão no art. 896 da CLT.

O aresto proferido pelo e. TRT da 15ª Região é formalmente inválido ao fim pretendido, nos termos da Súmula 337/TST, uma vez que ausente informação acerca da fonte oficial ou do repositório autorizado em que publicado.

Os arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC não foram indicados no recurso de revista, sendo inovatória a indicação apenas no agravo de instrumento.

A Súmula 60, II, TST não guarda pertinência temática com a discussão dos autos, sendo, portanto, inespecífica.

Nessa medida, o recurso de revista não oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, o que leva ao não provimento do agravo de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0101635-40.2017.5.01.0207**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	CIFERAL INDÚSTRIA DE ÔNIBUS LTDA.
Advogado	Dr. Ricardo Santos de Paula(OAB: 127112/RJ)
Advogado	Dr. Rodrigo Paoni Vicoso(OAB: 170412-A/RJ)
Agravado	JORGE VEIGA DE ANDRADE
Advogado	Dr. Maria Angelica de Lourdes Domingos Ferreira(OAB: 91389-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CIFERAL INDÚSTRIA DE ÔNIBUS LTDA.
- JORGE VEIGA DE ANDRADE

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista da parte. Na minuta de agravo de instrumento, a parte defende o trânsito do recurso de revista, insistindo na presença das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT.

Decido.

Quanto ao único tema recursal - horas extras - regime de compensação - invalidade -, constato que a parte não indica, em seu recurso de revista, o trecho do acórdão regional em que consubstanciado o prequestionamento da controvérsia.

Destaco que a transcrição integral do capítulo do acórdão regional, sem destaque do trecho específico que contém a tese objeto da impugnação recursal, não atende ao requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0011462-79.2016.5.09.0013**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Indalécio Gomes Neto(OAB: 23465/PR)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Agravado	NEREIDE FONTOURA
Advogado	Dr. Bernardo de Souza Wolf(OAB: 48627-D/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NEREIDE FONTOURA
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista.

Na minuta de agravo de instrumento, a parte agravante defende o trânsito do recurso de revista, insistindo na viabilidade do recurso à luz das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT. Decido.

Na hipótese, contudo, as razões recursais não logram êxito em demonstrar o desacerto da decisão agravada.

Neste contexto, há de ser mantida a conclusão do Tribunal Regional, no sentido de denegar seguimento a recurso de revista que não se viabiliza por nenhuma das hipóteses do artigo 896 da CLT, seja naquelas previstas em suas alíneas "a", "b" e "c", seja naquelas previstas nos parágrafos 2º, 9º e 10º do mencionado artigo, razão pela qual, a decisão agravada deve ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Destaco, desde logo, que a adoção da decisão agravada atende à exigência legal e constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, conforme já se consolidou a jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal (RHC 113308, Primeira Turma, Relator Min. Marco Aurélio, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, Dj 02/06/2021).

Registre-se, por fim, que não há falar em incidência do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, pois esse dispositivo aplica-se aos agravos internos, e não aos agravos de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0000276-77.2017.5.21.0017**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	PEDRO CLEMENTE NETO

Advogado Dr. Fernando de Oliveira Souza(OAB: 247435-A/SP)  
Agravado BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado Dr. Walter Hipérides Santos de Lima(OAB: 3484/RN)  
Advogada Dra. Veluzia Maria Maia Cavalcanti de Lima Soffiatti(OAB: 3873-A/RN)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- PEDRO CLEMENTE NETO

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista da parte. Na minuta de agravo de instrumento, a parte defende o trânsito do recurso de revista, insistindo na presença das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT.

Decido.

Quanto ao tema "nulidade por negativa de prestação jurisdicional", constato que no agravo de instrumento a parte não impugna o fundamento central da decisão agravada, qual seja, inobservância do art. 896, § 1º-A, IV, da CLT. Assim, resulta inobservada a dialeticidade recursal, a atrair o óbice da Súmula 422, I, do TST, o que leva ao não conhecimento do agravo de instrumento.

Quanto ao tema "auxílio-refeição", constato que eventual reforma do julgado, nos moldes pretendidos pela parte recorrente, demandaria o reexame de fatos e provas, vedado nesta sede recursal, a teor da Súmula 126/TST.

Com efeito, diante do registro do acórdão regional, de que não há prova de que o reclamante recebia o benefício desde a admissão, tem-se que a alegação do autor em sentido contrário implicaria a necessidade de revisão dos fatos da causa, o que encontra óbice na Súmula 126/TST.

Acerca do ônus da prova, verifica-se que o art. 464 da CLT, indicado como violado pelo reclamante, não guarda pertinência temática com a discussão apresentada.

Acerca da divergência jurisprudencial, constato que a parte não impugna o fundamento central da decisão agravada, qual seja, ausência de confronto analítico entre as decisões confrontadas, nos termos da parte final do § 8º do art. 896 da CLT. Assim, resulta inobservada a dialeticidade recursal, a atrair o óbice da Súmula 422, I, do TST, o que leva ao não conhecimento do agravo de instrumento.

Quanto ao tema "prescrição", constato que no agravo de instrumento a parte não impugna o fundamento central da decisão agravada, qual seja, inobservância do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Assim, resulta inobservada a dialeticidade recursal, a atrair o óbice da Súmula 422, I, do TST, o que leva ao não conhecimento do agravo de instrumento.

Quanto ao tema "horas extras", constato que no agravo de instrumento a parte não impugna o fundamento central da decisão agravada, qual seja, aplicação da Súmula 126/TST. Assim, resulta inobservada a dialeticidade recursal, a atrair o óbice da Súmula 422, I, do TST, o que leva ao não conhecimento do agravo de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, conheço parcialmente do agravo de instrumento e, no mérito, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0011269-53.2015.5.15.0071**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Agravante LOTRANS - LOGISTICA, TRANSPORTES DE CARGAS, COMERCIO E SERVICOS LTDA.  
Advogado Dr. Valmir Donizetti Ferreira Júnior(OAB: 309518/SP)  
Agravado JOAQUIM ADEMILSON DE AMORIM  
Advogado Dr. Paulo Katsumi Fugui(OAB: 92003/SP)  
Advogado Dr. Roberta Aparecida Iarossi Araujo(OAB: 221289-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOAQUIM ADEMILSON DE AMORIM  
- LOTRANS - LOGISTICA, TRANSPORTES DE CARGAS, COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão do E. TRT que denegou seguimento ao recurso de revista da parte recorrente.

Vejamos.

1. Horas extras. Motorista de caminhão. Ausência de juntada de cartões de ponto. Razoabilidade da jornada fixada de acordo com a petição inicial

Quanto ao tema "horas extras/ motorista de caminhão/ ausência de juntada de cartões de ponto/ razoabilidade da jornada fixada de acordo com a petição inicial", verifico que o recurso de revista encontra-se mal fundamentado, à luz do artigo 896, "a", "b" e "c" da CLT.

Com efeito, a parte fundou sua insurgência na denúncia de afronta ao artigo 2º, V, da Lei nº 12.619/2012 e na ocorrência de dissenso jurisprudencial.

Contudo, o dispositivo invocado foi revogado em 2015 pela Lei nº 13.103/2015 e os arestos coligidos à fl. 1377 são formalmente inválidos, uma vez que inexistente identificação da fonte oficial de publicação, nos termos da exigência da Súmula nº 337, I, "a", do TST.

Nego provimento.

2. Intervalo intrajornada

Quanto ao tema, constato que o agravo de instrumento não impugna o fundamento autônomo da decisão recorrida no sentido de que o acórdão regional foi proferido em conformidade com a Súmula nº 437 do TST. Assim, resulta inobservada a dialeticidade recursal, a atrair o óbice da Súmula 422, I, do TST.

Não conheço.

Ante o exposto, com amparo no art. 118, X, do Regimento Interno do TST, conheço parcialmente do agravo de instrumento e, no mérito, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator



**Processo Nº AIRR-000023-48.2015.5.09.0129**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Agravante e Agravado JOSÉ MÁRIO CSISZER  
Advogado Dr. Mário Sérgio Dias Xavier(OAB: 25817/PR)  
Agravante e Agravado SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES  
Advogado Dr. Luciana Furtado Rocha Pereira(OAB: 46971/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSÉ MÁRIO CSISZER  
- SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES

Trata-se de agravos de instrumento contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento aos recursos de revista.

Nas minutas de agravos de instrumento, as partes agravantes defendem o trânsito dos recursos de revista, insistindo na viabilidade do recurso à luz das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT.

Decido.

Na hipótese, contudo, as razões recursais não logram êxito em demonstrar o desacerto da decisão agravada.

Neste contexto, há de ser mantida a conclusão do Tribunal Regional, no sentido de denegar seguimento a recurso de revista que não se viabiliza por nenhuma das hipóteses do artigo 896 da CLT, seja naquelas previstas em suas alíneas "a", "b" e "c", seja naquelas previstas nos parágrafos 2º, 9º e 10º do mencionado artigo, razão pela qual, a decisão agravada deve ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Destaco, desde logo, que a adoção da decisão agravada atende à exigência legal e constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, conforme já se consolidou a jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal (RHC 113308, Primeira Turma, Relator Min. Marco Aurélio, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, Dj 02/06/2021).

Registre-se, por fim, que não há falar em incidência do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, pois esse dispositivo aplica-se aos agravos internos, e não ao(s) agravo(s) de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0020609-31.2015.5.04.0005**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Agravante e Agravado LIANE DE FERREIRA MAGALHAES  
Advogado Dr. Pedro Paulo da Silva Fraga(OAB: 35505/RS)  
Advogado Dr. Rafael Machado Fraga(OAB: 93768/RS)  
Agravante e Agravado HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.  
Advogado Dr. Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)

Advogada Dra. Celiana Suris Simoes Pires(OAB: 47117-A/RS)  
Advogada Dra. Mônica Canellas Rossi(OAB: 28359-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.  
- LIANE DE FERREIRA MAGALHAES

Trata-se de agravos de instrumento contra decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento aos recursos de revista.

Nas minutas de agravos de instrumento, as partes agravantes defendem o trânsito dos recursos de revista, insistindo na viabilidade do recurso à luz das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT.

Decido.

Na hipótese, contudo, as razões recursais não logram êxito em demonstrar o desacerto da decisão agravada.

Neste contexto, há de ser mantida a conclusão do Tribunal Regional, no sentido de denegar seguimento a recurso de revista que não se viabiliza por nenhuma das hipóteses do artigo 896 da CLT, seja naquelas previstas em suas alíneas "a", "b" e "c", seja naquelas previstas nos parágrafos 2º, 9º e 10º do mencionado artigo, razão pela qual, a decisão agravada deve ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Destaco, desde logo, que a adoção da decisão agravada atende à exigência legal e constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, conforme já se consolidou a jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal (RHC 113308, Primeira Turma, Relator Min. Marco Aurélio, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, Dj 02/06/2021).

Registre-se, por fim, que não há falar em incidência do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, pois esse dispositivo aplica-se aos agravos internos, e não ao(s) agravo(s) de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-1001344-70.2020.5.02.0081**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Agravante HERSA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA  
Advogado Dr. Renata Stella Consolini(OAB: 222377-A/SP)  
Agravado ANTONIO PEDRO DE SALES  
Advogado Dr. José Hilton Cordeiro da Silva(OAB: 250835-A/SP)  
Advogado Dr. Sônia Marques da Cunha Cypriano(OAB: 175198-A/SP)  
Advogado Dr. Estela Palhares de Souza(OAB: 438750-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO PEDRO DE SALES  
- HERSA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão do Tribunal



Regional que denegou seguimento ao recurso de revista.

Na minuta de agravo de instrumento, a parte agravante defende o trânsito do recurso de revista, insistindo na viabilidade do recurso à luz das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT. Decido.

Na hipótese, contudo, as razões recursais não logram êxito em demonstrar o desacerto da decisão agravada.

Neste contexto, há de ser mantida a conclusão do Tribunal Regional, no sentido de denegar seguimento a recurso de revista que não se viabiliza por nenhuma das hipóteses do artigo 896 da CLT, seja naquelas previstas em suas alíneas "a", "b" e "c", seja naquelas previstas nos parágrafos 2º, 9º e 10º do mencionado artigo, razão pela qual, a decisão agravada deve ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Destaco, desde logo, que a adoção da decisão agravada atende à exigência legal e constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, conforme já se consolidou a jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal (RHC 113308, Primeira Turma, Relator Min. Marco Aurélio, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, Dj 02/06/2021).

Registre-se, por fim, que não há falar em incidência do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, pois esse dispositivo aplica-se aos agravos internos, e não aos agravos de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0001159-10.2020.5.12.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	CONDOR SUPER CENTER LTDA.
Advogado	Dr. Thiago Henrique Fuzinelli(OAB: 41795-A/PR)
Agravado	JORGE SOUZA CARVALHO
Advogado	Dr. Analize Rodrigues de Borba(OAB: 57427-A/SC)
Agravado	VG ESTACIONAMENTOS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONDOR SUPER CENTER LTDA.
- JORGE SOUZA CARVALHO
- VG ESTACIONAMENTOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.

Alegação(ões):

- divergência jurisprudencial.
- contrariedade à súmula n. 331 do TST.

- violação aos arts. 1º, IV e 170 da CF/88.

A reclamada insurge-se contra o reconhecimento de sua responsabilidade subsidiária pelos créditos reconhecidos ao reclamante.

Consta do acórdão:

"Ao contrário do que sustenta, a preposta da ora recorrente, afirmou ao ser inquirida que "a 2ª reclamada tinha contrato com a 1ª reclamada para o controle de acesso ao estacionamento; que o estacionamento não era cobrado dos clientes; que não se recorda da data de início do contrato, porém o mesmo perdurou até o ano passado ou retrasado".

Por sua vez, a testemunha inquirida a convite do reclamante afirmou que "entrou em dezembro de 2019 e saiu em julho de 2020; que trabalharam juntos no Supermercado Condor do bairro América".

Portanto, considerando que a recorrente usufruiu do trabalho do reclamante ao longo de seu pacto laboral, na condição de tomadora dos serviços prestados, não obstante a licitude da terceirização, deve responder subsidiariamente pelos créditos deferidos na presente ação, conforme dispõe a Súmula nº 331, IV, do TST." Consigno, inicialmente, que, o cabimento de recurso de revista nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo restringe-se às hipóteses de contrariedade à súmula do TST e à súmula vinculante do STF e violação direta de norma da Constituição Federal, consoante o disposto no § 9º do art. 896 da CLT.

Eventual alteração do decidido implicaria o inequívoco reexame de fatos e provas, prática defesa nesta instância recursal (Súmula nº 126 do TST).

Assim, a Câmara decidiu em sintonia com a Súmula nº 331 do TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula nº 333/TST).

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.**

A análise da admissibilidade do recurso de revista, neste tópico, fica prejudicada, porque a pretensão está condicionada à admissibilidade do recurso no tópico anterior, o que não ocorreu.

**CONCLUSÃO**

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. Apesar das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPESSOAL, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem -

incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Ministro Relator

### Processo Nº AIRR-0010838-03.2022.5.03.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	HUDSON BRENO JUSTINO
Advogado	Dr. Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado	IFOOD.COM AGENCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.
Advogada	Dra. Tatiana Guimarães Ferraz Andrade(OAB: 164486-S/MG)

### Intimado(s)/Citado(s):

- HUDSON BRENO JUSTINO
- IFOOD.COM AGENCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.

Trata-se de agravo de instrumento, submetido ao procedimento sumaríssimo, em que se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra decisão publicada na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O juízo de admissibilidade do Tribunal a quo denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

#### TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º da CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Pelo trecho do acórdão recorrido transcrito pela parte em suas razões recursais (ID. c2e99c9 - fls. 1195/1196/ parte dispositiva da decisão), não há como aferir as alegadas ofensas constitucionais, não sendo observado o disposto no inciso I do §1º-A do art. 896 da CLT.

## CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não conseguiu demonstrar o desacerto da decisão denegatória.

Tendo em vista que, no recurso de revista a parte recorrente, de fato, não indicou o trecho do acórdão recorrido que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, deixando de cumprir o pressuposto de admissibilidade recursal previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT.

Consigne-se, a título de esclarecimento que, conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de transcrição do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, a transcrição do inteiro teor do acórdão recorrido, sem delimitar ou destacar as teses que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição de trecho impertinente, a transcrição da ementa e da parte dispositiva do acórdão, a transcrição do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no recurso de revista e sem o devido destaque, não atendem ao requisito em tela.

É certo que a admissibilidade do recurso de revista interposto na vigência da Lei nº 13.467/2017 pressupõe o prévio exame da transcendência da causa, porém, a inobservância de pressuposto formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, da CLT, por constituir obstáculo processual intransponível ao exame de mérito da matéria recursal, acaba por prejudicar o exame da transcendência do apelo.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Ministro Relator

### Processo Nº AIRR-0000680-47.2020.5.06.0145

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	EMPRESA METROPOLITANA S.A.
Advogado	Dr. Alexandre José da Trindade Meira Henriques(OAB: 17472-A/PE)
Advogado	Dr. Diego Guedes de Araujo Lima(OAB: 33716-A/PE)
Advogado	Dr. Roberta Accioly Cavalcanti(OAB: 22729-A/PE)
Agravado	JAILTON JOSE DE BARROS

Advogada Dra. Carla Cristina de França  
Ferreira(OAB: 31594-D/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA METROPOLITANA S.A.
- JAILTON JOSE DE BARROS

Trata-se de agravo de instrumento, em demanda submetida ao procedimento sumaríssimo, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

Não foi apresentada contraminuta ao agravo de instrumento, tampouco contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a manifestação da Procuradoria-Geral do Trabalho, por inexistência de interesse público.

O agravo de instrumento, embora seja tempestivo e tenha representação regular, sendo desnecessário o preparo, não merece prosperar, conforme razões adiante expendidas.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela ré, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

A presente demanda está tramitando sob o rito sumaríssimo. O recurso de revista, em tal hipótese, somente tem cabimento por contrariedade a Súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal ou, ainda, por violação direta à Constituição da República, a teor do artigo 896, § 9º, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Súmula n.º 442 do Tribunal Superior do Trabalho.

**HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA**

Alegação(ões):

- violação do artigo 5º caput, inciso XXXV, da Constituição Federal.

Fundamentos do acórdão recorrido:

A Reclamante ingressou com a Ação em exame em que postulava, entre outros pedidos, a expedição, em sede de tutela de urgência, de alvará judicial e certidão narrativa, para possibilitar a habilitação do seguro desemprego.

Esclareceu ter sido dispensado pela Reclamada em 31.03.2020, que o enquadrado na hipótese disciplinada no art. 486 da CLT. Esclareceu, todavia, que teve obstada a concessão do benefício em razão do equívoco cometido pela Sociedade Empresária, ao lançar erroneamente o código de rescisão correlata à extinção da Empresa ou suspensão de suas atividades. E afirmou que não ocorreu nenhuma dessas situações.

Explicou que o Código FE2 contido no Termo de Rescisão Contratual, que se constata adunado à fl. 23, lançado no campo 27, significa "Rescisão do contrato de trabalho por falecimento do empregador individual sem continuação da atividade da empresa/falência empresa.

O Obreiro salientou, ainda, na Petição Inicial, que além dele, 380 (trezentos e oitenta) trabalhadores tiveram os contratos rescindidos em razão da pandemia.

Constatado o óbice e, em função do preenchimento dos requisitos para concessão da tutela de urgência, o Juízo do primeiro grau, proferiu a seguinte decisão (fls.

46/47):

"Vistos, etc.

JAILTON JOSE DE BARROS ajuizou ação em face de EMPRESA METROPOLITANA S.A., tecendo as alegações contidas na

exordial, formulando pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional e requerendo a expedição de alvará para habilitação junto ao programa de seguro-desemprego.

A dispensa do empregado sem justa causa ou por força maior lhe confere o direito a saque do FGTS e a habilitação para recebimento das parcelas do seguro-desemprego, ressalvando-se, quanto a este último, a comprovação quanto ao tempo de prestação de serviços a atender os parâmetros traçados pela Lei 7.998/90.

No caso, regularmente notificada para se manifestar sobre o pedido de concessão de tutela de urgência formulado nos autos, a parte ré se manteve inerte. Assim, em sede de cognição sumária, admito que a parte autora foi dispensada sem justa causa pela empresa ré. Ademais, a possível demora decorrente da regular tramitação do processo e a concessão da tutela perseguida somente ao final, por ocasião da sentença de fundo, poderão resultar em dano irreparável, uma vez que o reclamante encontrase desempregado e passando por dificuldades financeiras.

DIANTE DO EXPOSTO, DEFIRO a concessão da tutela de urgência perseguida, com fundamento no artigo 300 do CPC.

A presente decisão possui força de ALVARÁ perante o órgão ministerial competente, SINE e demais órgãos competentes para habilitação do seguro-desemprego, suprimindo, inclusive, a inexistência do TRCT, das guias SD/CD e do carimbo de baixa da CTPS".

[...]"

Na Sentença de mérito, acostada às fls. 1054 /1085, deixou claro o magistrado que a Demandada optou por dispensar o Demandante sem justa causa, com informação do código, no Recibo rescisório, que dificultou a sua habilitação no seguro desemprego. Enfatizou o seguinte (fl. 1068):

"Nesse contexto, reconheço que o reclamante foi dispensado sem justa causa em 31.03.2020 (sem comunicação prévia de dispensa). Conclui-se, pois, que procede a irrisignação do autor quanto ao alegado erro de preenchimento (por parte da reclamada) na documentação relacionada com o seguredesemprego, de onde se deflui que, no particular, a reclamada deu causa ao ajuizamento desta reclamação trabalhista (o que será considerado para fins de sucumbência - princípio da causalidade)".

Ademais, enfatizou o Juízo do primeiro grau que a Reclamada indicou, no campo 27, como motivo do afastamento, o código FE2, o qual se refere a "Rescisão do contrato de trabalho por falecimento do empregador individual sem continuação da atividade da empresa" (ANEXO VIII DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO - MTE Nº 2.685 DE 26.12.2011 e alterações posteriores).

Na hipótese em análise, é evidente que não se trata de falecimento do empregador individual sem continuação da atividade da Empresa que, aliás, presta serviço de utilidade pública essencial e continuada.

Tais procedimentos motivaram o ajuizamento da Reclamação Trabalhista em foco, sendo inequívoca a sucumbência da Reclamada, motivo pelo qual justifica-se a sua condenação em honorários advocatícios de sucumbência, a teor do art. 791-A da CLT.

Entendo que o valor arbitrado no primeiro grau de jurisdição, na importância correspondente a 10% (dez por cento) sobre a condenação, encontra-se adequado aos critérios elencados no §2º do art. 791-A da CLT, ou seja, o grau de zelo do profissional; o lugar de prestação do serviço; a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Não se pode, portanto, falar em arbitramento aleatório.

A qualidade do trabalho do advogado é inegável, a qualificação profissional é de nível superior e, ademais, e, sobretudo, agiu com empenho e lisura no cumprimento de sua missão. Acresço que o tempo despendido na confecção das peças não é desprezível.

Aludo, ainda, a inafastável mora no pagamento dos honorários, depois de muitos incidentes processuais e recursos a instâncias ulteriores. Menciono a ausência de imediata contrapartida a seu trabalho, além da longa expectativa de recebimento enfrentada e até a incerteza de que se efetivará o pagamento da verba honorária. Aliás, são facetas bem conhecidas e que se atingem à militância forense na nobilíssima função do advogado: a essencialidade da atuação na administração da justiça não se mostra suficiente para imunizar o causídico de incertezas na obtenção de seus honorários. Tudo isto é asseverado com o intento de elevar as funções que tornam possível a administração da justiça, mormente a advocacia que lhe é essencial.

É temeroso o raciocínio de que o trabalho especializado, prestado no âmbito pretoriano e desse gênero, pudesse ser precificado - mediante a terminologia mais apropriada de honorários, sejam eles periciais ou advocatícios - e correspondessem ao salário. Ademais enquanto o pagamento de salário é certo e aprazado, os honorários são incertos e diferidos a um tempo dificilmente mensurável de forma indistinta.

Todos estes caracteres diferenciadores, portanto, mostram ser tortuosa a trilha de comparar a contraprestação mediante honorários a qualquer tipo de salário ou de subsídio. Trata-se de um exercício pouco valioso e, acima de tudo, pouco útil ao deslinde do caso.

Além do primor na formação e na aplicação de cada regra técnica, poderiam ser elencados o zelo, o denodo e a confiança exigidos do profissional. Estas são componentes dificilmente mensuráveis para os que atuam como pessoas indispensáveis à Administração da Justiça.

Nesse compasso, deve ser prestigiada a fixação dos honorários pela Vara do Trabalho, na ordem de 10% ante seu conhecimento da realidade específica dos processos que tramitam naquela jurisdição, cujo percentual se orienta pela média do que é deferido, ordinariamente, pelas Turmas desta 6ª Região.

Assim, é exatamente a média do que se costuma arbitrar em casos semelhantes o que autoriza a manutenção da Sentença. Tudo porque, como é cediço, torna-se incontestável a necessidade de aplicação da equidade ao caso concreto, no arbitramento da retribuição ao auxiliar do Juízo.

Confrontando os argumentos apresentados pela recorrente com os fundamentos da decisão guerreada, observo que este Regional decidiu de acordo com a legislação aplicável à matéria, bem à luz do contexto probatório dos autos. Com efeito, as alegações recursais, quando muito, consistem em interpretação distinta do posicionamento exposto pelo órgão fracionário. Não vislumbro, pois, a violação ao dispositivo constitucional apontado, única hipótese em que, à luz do § 9º do artigo 896 da CLT, seria admitido o presente Recurso de Revista, vez que se trata de causa sujeita ao procedimento sumaríssimo.

#### CONCLUSÃO

Denego seguimento.

A parte agravante, a despeito da argumentação apresentada, não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o

processamento do apelo, na forma exigida no art. 896, § 9º, da CLT. A matéria atinente aos honorários advocatícios, tal como analisada pela Corte Regional, encerra natureza interpretativa, somente questionável mediante a apresentação de tese oposta específica, o que não é cabível em processo submetido ao rito sumaríssimo, a teor do que dispõe o art. 896, § 9º, da CLT e da Súmula n.º 442 do Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, considerando o acerto da decisão agravada e tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

**EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA.** 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

**DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.** 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...] 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).



No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma escoreta.Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão.Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88.Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos.Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de

entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPESSOAL, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGOU SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Ministro Relator

## Processo Nº AIRR-0000209-62.2021.5.05.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S.A.
Advogado	Dr. Dante Menezes Santos Pereira(OAB: 15739-A/BA)
Agravado	ANTONIO PATRICIO DOS SANTOS
Advogada	Dra. Vanusia Mendes de Jesus(OAB: 45120-A/BA)
Advogado	Dr. Luis Augusto de Barros Santana(OAB: 56759-A/BA)

## Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO PATRICIO DOS SANTOS

- VIAÇÃO ÁGUA BRANCA S.A.

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa de 40% do FGTS.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.

Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que o julgamento proferido pelo Colegiado Regional está lastreado na dilação probatória dos autos. Assim, somente com o revolvimento do substrato fático-probatório seria possível sua reforma, aspecto que torna inviável a admissibilidade do Apelo, inclusive por divergência jurisprudencial, conforme previsão contida na Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.

Uma vez dirimida a controvérsia mediante aplicação da solução que melhor se ajusta ao caso concreto, não se observa possível violação aos dispositivos invocados, assim como possível contrariedade à jurisprudência uniformizada do TST, inviabilizando a admissibilidade do Recurso de Revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na

fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e

não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

**AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.** Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma escoreta. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento

ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR**

Ministro Relator

## Processo Nº AIRR-0000412-47.2016.5.20.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	JULIANA GONÇALVES DOS SANTOS
Advogada	Dra. Ivanice Martins da Silva Caon(OAB: 28890/BA)
Agravado	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Plínio Rebouças de Moura(OAB: 498-A/SE)
Advogado	Dr. André Hora Melo(OAB: 3748-A/SE)
Advogado	Dr. Cristiano Fernandes da Silva Brito(OAB: 9020-A/SE)
Agravado	INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA
Advogado	Dr. Daniel Carlos Mariz Santos(OAB: 14623-A/CE)
Advogado	Dr. Marcos Vinícius Tabosa Amaral(OAB: 31419/CE)

## Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
- INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA
- JULIANA GONÇALVES DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento em que se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, em face do disposto no art. 95, § 2º, II, do Regimento Interno do TST.

Ainda que se encontrem preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, o agravo de instrumento não merece prosperar, conforme razões adiante expendidas.

O Juízo de admissibilidade do Tribunal a quo denegou seguimento

ao recurso de revista adotando a seguinte fundamentação, verbis:

**CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO.  
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA.**

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 55; nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 2º, §2º; artigo 3º; artigo 9º.
- divergência jurisprudencial:.

Afirma a Recorrente que o acórdão incorreu em violação literal aos artigos 2º, §2º, 3º e 9º da CLT e 5º da CF ao manter a sentença quanto ao indeferimento do pedido de reconhecimento de sua condição de bancária, pois apesar de ter sido formalmente contratada pela Segunda Recorrida, sempre prestou suas atividades, exclusivamente, em prol do Banco Demandado, como demonstrado durante a instrução processual.

Sustenta que "(...) o cumprimento de atividades inerentes à instituição financeira jamais teria o condão de desnaturar a evidente condição de bancária exercida pela Autora", na medida em que "(...) todas as atividades - que vão muito além da venda de produtos, e do acesso ao sistema e aos módulos do programa CREDIAMIGO - prestadas pela Recorrente, estão diretamente vinculadas a Instituição Bancária, 1ª Recorrida, sendo prestadas diretamente, de forma contínua e obrigatória, sem que pudesse a mesma se ausentar sendo, outrossim, realizadas dentro das agências bancárias da 1ª Recorrida, sendo por ela controlado seu horário e produção".

Apregoa que o fato de o Banco do Nordeste ter sido constituído sob a forma de sociedade de economia mista e consistir o Instituto Nordeste Cidadania em OSCIP "(...) não o exime das responsabilidades advindas da contratação de pessoal por outra via, quando constatada a fraude na medida adotada, tendo em vista que de forma constante os entes públicos (BNB) estão se utilizando das OSCIP's (INEC) para burlar a exigência constitucional do concurso público", e refuta a validade do termo de parceria firmado. Salaria que além de estarem presentes os requisitos caracterizadores do vínculo empregatício, as atividades que desenvolvia se enquadram na atividade-fim do Banco Recorrido, como evidenciado pela prova testemunhal coligida.

Expõe ser completamente desarrazoado não considerar sua condição de bancária, diante da gama de atribuições tipicamente bancárias que desempenhava e que o TST já cristalizou seu entendimento na Súmula 55.

Enuncia que diante da ilegalidade da terceirização ocorrida, deve ser reconhecida a nulidade do contrato celebrado entre os Demandados e, por consequência, deve ser atribuída responsabilidade solidária pelos créditos trabalhistas ou, sucessivamente, subsidiária.

Menciona que o posicionamento do Regional contraria a Súmula 331 do TST.

Apresenta ementas para subsidiar divergência jurisprudencial.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

**DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O BANCO RECORRIDO E A CONFIGURAÇÃO DE FRAUDE DA CONDIÇÃO DE BANCÁRIO (...)**

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO, que tem como objetivo incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, foi instituído pela lei 11.110/2005, que prevê, em seu art. 2º:

"Art. 2º As instituições financeiras de que trata o § 5º do art. 1º desta Lei atuarão no PNMPPO por intermédio das instituições de microcrédito produtivo orientado nominadas

no § 6º do art. 1º por meio de repasse de recursos, mandato ou aquisição de operações de crédito que se enquadram nos critérios exigidos pelo PNMPPO e em conformidade com as Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat e do Conselho Monetário Nacional - CMN."

Já o inciso IV do §6º do art. 1º da referida lei dispõe que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público são instituições de microcrédito produtivo orientado, para fins do PNMPPO.

Analizando os autos, verifico que os documentos de Id's e8415eb e dca44bd demonstram a qualidade de OSCIP da segunda reclamada e a certificação de habilitação como Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado.

Nessa linha, o documento de ID 52ad9c7 comprova que as demandadas celebraram termo de parceria tendo como objeto "a operacionalização do programa de microcrédito (Crediamigo), que se enquadra aos critérios exigidos pelo PNMPPO e em conformidade com a Resolução nº 511, de 18 de outubro de 2006, e alterações posteriores, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e Resolução nº 4.000 de 25/08/2011, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil".

Entendo que o Banco do Nordeste e o Instituto Nordeste Cidadania (OSCIP) firmaram um termo de parceria para a colaboração na análise do microcrédito, ou seja, a princípio, o termo é válido e com objetivo lícito, nos termos do art. 9º da lei 9.790/1999, cabendo ao banco a fiscalização da atuação do Instituto.

Dispõe o art. 9º da mencionada lei:

"Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei".

Ressalto que o art. 3º da referida Lei prevê, em seu inciso IX, que a qualificação de OSCIP será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha por objetivo: "experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito (...)".

Constato que é permitido à Administração Pública, nos termos da lei nº 9.790/1999, repassar a atividades-meio do Estado para entidades do "terceiro setor", através de convênios e termos de parceria qualificadas como OSCIPs.

Outrossim, as atividades da autora eram relacionadas ao "Crediamigo", que disponibilizava linhas de crédito, operação que não é privativa das instituições financeiras, como previsto na lei 11.110/2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO. Assim, não procede a alegação de que a autora desempenhava atividade-fim do Banco do Nordeste.

Para melhor reforçar o meu posicionamento de que as atividades desempenhadas pela autora não eram típicas dos bancários, ressalto, nos termos do documento de Id f78c1f1, devidamente assinado pelas partes, que a reclamante foi contratada pela INEC para desenvolver as atividades de assessora de crédito e, ao impugnar tal documento, a autora não apresentou nenhum vício no seu consentimento.

Verifico que, como alegou a testemunha da reclamante, os funcionários do INEC possuíam acesso aos sistemas operacionais

do Banco do Nordeste apenas para a execução do Programa "Crediamigo", que tinha como requisitos o teto de crédito no valor de R\$15.000,00 (quinze mil), e a exigência do cliente possuir conta no BNB.

Destaco que a mesma testemunha esclareceu, no tocante à abertura da conta-corrente e poupança, que o seu trabalho limitava-se a colher as assinaturas dos clientes e inserir no sistema S-580 os dados, e que o procedimento só era efetivado com a autorização do gerente ou funcionário do BNB.

Constato que restou demonstrado nos autos que os empregados do INEC não realizavam atividades típicas de bancário, como por exemplo, compensação de cheques, depósitos, etc. Pelo contrário, os funcionários possuíam acesso, apenas, ao sistema do banco que é vinculado ao CREDIAMIGO, exercendo a função típica de microcrédito, atendendo clientes interessados na concessão de microcrédito, não existindo nos autos prova de violação à legislação em vigor.

Nesse sentido, segue trecho do depoimento da testemunha da autora: "(...) que não realizava atividades de compensação de cheques e recebimento de numerários para depósitos(...)".

Portanto, conforme ressaltado na decisão a quo, não vislumbro nenhuma irregularidade ou desvirtuamento no termo de parceria firmado entre as recorridas, bem como não há prova de que a reclamante realizava atividades inerentes aos bancários.

Dessa forma, mantenho a sentença de origem que não reconheceu o vínculo direto da recorrente com o Banco do Nordeste e afastou a qualidade de bancária da autora, julgando improcedentes as verbas decorrentes.

#### DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS RECLAMADAS

Requer a condenação solidária dos Reclamados ou, no mínimo, a reforma da sentença para deferir a responsabilidade subsidiária, na condenação sucessiva, de acordo com o inciso IV da Súmula 331 do Colendo TST.

Ante o indeferimento das parcelas postuladas, não há falar em responsabilidade solidária ou subsidiária, porque não houve condenação da reclamada.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de manter a sentença quanto ao não reconhecimento de vínculo direto da Recorrente com o Banco do Nordeste, por não ter sido constatada "(...) nenhuma irregularidade ou desvirtuamento no termo de parceria firmado entre as recorridas", tampouco "(...) prova de que a reclamante realizava atividades inerentes aos bancários". Nesse toar, não se vislumbra violação aos dispositivos legais indicados, nem contrariedade à Súmula 55 do TST.

Igualmente inviável o seguimento do recurso no capítulo concernente à responsabilidade solidária e/ou subsidiária, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de que o indeferimento das parcelas postuladas obsta a análise da matéria. Nesse segmento, não se verifica contrariedade à Súmula 331 do TST. Dessa forma, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO/DIFERENÇA SALARIAL.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / GRATIFICAÇÕES / GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ABONO.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / AJUDA/TÍQUETE ALIMENTAÇÃO.

FÉRIAS.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / FGTS.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO/EXECUÇÃO / EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS.

Alegação(ões):

- violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 9º.

- divergência jurisprudencial:.

Alega a Recorrente que o Regional, ao apreciar os pleitos acima relacionados, decidiu julgá-los prejudicados, em razão do indeferimento dos pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício com o Banco Recorrido e de sua condição de bancária.

Aduz que o acórdão incorreu em violação ao artigo 9º da CLT, na medida em que sempre executou as atividades de bancária exclusivamente em prol do Banco do Nordeste, contudo, durante o período laborado, não percebeu salário compatível, gratificação semestral, abono único, participação nos lucros e resultados, auxílio alimentação nos valores estabelecidos em instrumentos negociais e auxílio cesta alimentação, ao arrepio das determinações das normas coletivas que regem a categoria dos empregados em Estabelecimentos Bancários.

Expõe, também, que faz jus ao pagamento das diferenças de férias integrais e proporcionais, em dobro, acrescidas do terço constitucional, do décimo terceiro salário integral (vencidos) e proporcional e dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, além dos recolhimentos pertinentes para a Previdência Social.

Alude à prescrição das Súmulas 115 e 241 do TST e aos artigos 457, §1º e 578 da CLT.

Apresenta dissenso jurisprudencial em relação ao auxílio alimentação.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

DO SALÁRIO COMPATÍVEL COM A ATIVIDADE DE BANCÁRIO - DA GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL E SUA INTEGRAÇÃO AO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO - DO INADIMPLEMENTO DAS VERBAS DENOMINADAS DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS E ABONO ÚNICO - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E CESTA ALIMENTAÇÃO - DAS DIFERENÇAS DE FÉRIAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL EM DOBRO, DOS DÉCIMOS TERCEIROS SALÁRIOS, DOS DEPÓSITOS DE FGTS E OS RECOLHIMENTOS PERTINENTES PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Resta prejudicada a análise dos demais pleitos que tinham como pressuposto o deferimento das vantagens próprias dos bancários.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de restar "prejudicada a análise dos demais pleitos que tinham como pressuposto o deferimento das vantagens próprias dos bancários". Dessa forma, não se vislumbra violação ao artigo 9º da CLT.

Inespecífico(s) o(s) aresto(s) colacionados, que não trata(m) da mesma hipótese dos autos, em que consignou o Tribunal que restou prejudicada a apreciação dos pedidos vindicados (Súmula 296/TST).

DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.

Alegação(ões):



- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 338 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 62, inciso I; artigo 818; Código de Processo Civil de 2015, artigo 373, inciso II; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 74, §2º.

- divergência jurisprudencial:.

Não se conforma a Recorrente com a decisão regional quanto ao indeferimento do pedido de horas relativo ao período em que trabalhou como Assessora de Microcrédito, de 01/04/2011 a 05/08/2012 e de 01/05/2013 a 07/07/2014.

Nega seu enquadramento na exceção do artigo 62, I, da CLT.

Assevera que a decisão regional carece de fundamento e se posiciona contrariamente ao que dispõe a Súmula 338 do TST, eis que ao desconsiderar a inversão do ônus da prova e a confirmação da jornada reportada na exordial demonstra que não houve a correta valoração do ônus da prova, incorrendo, dessa forma, em violação literal aos artigos 818 da CLT e 373, II, do CPC.

Expõe que prestou horas extras durante toda a contratualidade, no horário informado na peça inaugural e destaca que os Reclamados sequer colacionaram controles de frequência, nada obstante a obrigação legal de efetuar o registro de jornada de seus empregados, na forma do artigo 74, §2º, da CLT, por contar o estabelecimento com mais de dez funcionários.

Enuncia que "Restou plenamente demonstrado que os assessores de crédito realizavam tanto atividades internas quanto externas, restando comprovado a possibilidade de controle de jornada da Recorrente. Ademais, houve prova robusta que de havia reunião do comitê de crédito diariamente, em que os assessores participaram. Ainda, a testemunha da reclamada confirmou que durante o período em que foi agente de crédito TAMBÉM POSSUÍA JORNADA A CUMPRIR, não estando sujeita apenas a controle de PONTO, o que é incontroverso nos autos. Em nenhum momento afirmou que não havia controle de jornada. Aliado a esse fato, a testemunha da autora afirmou que "que caso houvesse necessidade de faltar ao serviço, comunicava o fato a ambos os coordenadores"" e enfatiza que as provas colhidas evidenciam que não havia qualquer liberdade quanto à jornada de trabalho dos assessores de crédito. Verbaliza ser devida a jornada de 06 horas diárias por aplicação analógica da Súmula 55 do TST, como também as repercussões e os reflexos das horas extraordinárias prestadas, defendendo a aplicação da média física nos termos da Súmula 347 do TST. Sucessivamente, pugna pelo acolhimento das horas extras a partir da 8ª diária, com aplicação do divisor 200 "(Enunciado nº 431 do C. TST)".

Por fim, requer o reconhecimento de sua sujeição à jornada especial para tais trabalhadores, consoante artigo 224, caput, da CLT.

Num segundo momento, insurge-se contra o indeferimento de horas extras pertinente ao período em que exerceu a função de Assessora Administrativa, entre 06/08/2012 e 30/04/2013, ao argumento de que fora violado o artigo 74, §2º, da CLT e contrariada a Súmula 338 do TST, uma vez que foram anexadas aos autos folhas de ponto inválidas, com assinalação de horários britânicos ou com ínfimas variações, as quais não retratam sua real jornada de trabalho.

A partir de tais premissas, assevera a Recorrente que o ônus probatório passou a ser do Reclamado, do qual não se desincumbiu, e salienta que o Regional não ponderou corretamente a presunção de veracidade decorrente, incorrendo em violação, também, aos artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC.

Conclui que "(...) estando o Recorrido obrigado à manutenção de controle, nos termos do § 2º do art. 74 da CLT, não tendo

observado corretamente a imposição legal, tal situação leva à presunção de veracidade da jornada declinada na inicial, com inversão do ônus probatório, conforme entendimento da Súmula 338, item III do TST".

Apresenta ementas para demonstrar divergência jurisprudencial.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

DA JORNADA DE TRABALHO E DAS HORAS EXTRAS - PERÍODO DE ASSESSOR DE MICROCRÉDITO DE 01/04/2011 a 05/08/2012 e 01/05/2013 a 07/07/2014 E DO PERÍODO DE ASSESSORA ADMINISTRATIVA - DE 06/08/2012 a 30/04/2013 - DO INTERVALO

(...)

Decido.

Consta da sentença de primeiro grau:

"2.8 Da duração do trabalho. Das horas extras. Do intervalo intrajornada e do que antecede a sobrejornada, previsto no art. 384 da CLT.

A reclamante informa na inicial que trabalhava, em média, das 7h45 às 19h, com trinta minutos de intervalo, das segundas-feiras às sextas-feiras. Assegura que a sua jornada de trabalho seria objeto de rigoroso controle por seus superiores hierárquicos, todavia, o Banco Reclamado não quitaria as horas extras, acrescentando que não lhe seria permitido anotar a integralidade das horas extras no controle de ponto, razão pela qual o impugnaria, desde logo.

Postula que a sua jornada ordinária de trabalho seja de seis horas, por se considerar bancária e que 150 seja o divisor de horas extras a ser aplicado.

Busca, além do pagamento das horas extras, a remuneração do intervalo mínimo para repouso e alimentação de uma hora e o do intervalo de quinze minutos de descanso, que antecede o sobrelabor, previsto no art. 384 da CLT, por terem sido supostamente suprimidos.

O Segundo Reclamado arrosta as pretensões obreiras. De início, contesta que a Obreira seja bancária e, por essa razão, refuta a submissão a jornada de trabalho de seis horas.

Opõe que, exercendo o mister de assessora de microcrédito, sopesada a natureza das atividades por ela desenvolvidas e a finalidade do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, legalmente prevista, a atividade profissional seria eminentemente externa, não se sujeitando a controle, enquadrando-se na norma excetiva prevista no art. 62, I, da CLT.

Ressalta que a inexistência de controle está prevista no art. 34, do Regulamento do Instituto, acrescentando que o artigo seguinte acometeria ao empregado a obrigação de, pessoalmente, marcar o ponto no início e término da jornada de trabalho, quando sujeito a controle, assim como os intervalo para repouso e alimentação.

Registra que a ausência de controle para os empregados que exercem a atividade de assessores de microcrédito teria sido objeto de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social da Reclamante, conforme determinação contida na norma excetiva celetária, sendo tal condição também reconhecida pelo Sindicato da categoria profissional da Autora, conforme Acordos Coletivos de Trabalho reproduzidos nos autos, vigentes nos períodos compreendidos entre 2012/2012, 2014/2015 e 2015/2016. O Instituto Reclamado ressalva que no lapso entre 06.08.2012 a 30.04.2013, a Autora teria exercido a função de assessora administrativa, atividade de natureza interna, estando sujeita a controle de jornada, mediante folha de ponto, sendo sua jornada estipulada das 08h às 17h, com intervalo de uma hora para refeição, das 12h às 13h.

Em relação ao período restante, alcançado pela norma prevista no art. 62, I, da CLT, não haveria falar em sobrejornada e aplicação do

art. 384 da CLT.

A defesa do Primeiro Reclamado sobre o tema segue a mesma toada.

No item 2.5 desta fundamentação, restou afastada a condição de bancária da Autora, razão pela qual, de início, descarta-se a sua sujeição à jornada ordinária de trabalho de seis horas e ao divisor de 150. Aliás, se bancária fosse, o divisor seria o de 180, conforme recentemente decidiu a Corte Superior Trabalhista em decisão dentro da sistemática de repercussão geral.

Decerto que o fato de o empregado exercer atividade externa não tem o condão de enquadrá-lo, ipso facto, à norma excetiva prevista no art. 62, I, da CLT, fazendo-se mister que haja, de fato, incompatibilidade entre a atividade externa com a fixação de horário de trabalho.

Na hipótese dos autos, restou evidenciado, através da prova oral produzida, que os agentes ou assessores de crédito trabalhavam prospectando potenciais clientes externamente, contudo, havia a necessidade de executar serviços internos de formalização das propostas.

De acordo com a testemunha arregimentada pela Autora eram destacados dois dias por semana para a execução dos serviços externos, quais sejam, segundas-feiras e as quartas-feiras, permanecendo nos demais dias na Agência, no atendimento aos clientes e na execução de serviços externos.

Ao ser inquirida sobre a sistemática de trabalho adotada, a testemunha asseverou:

que as visitas aos clientes eram agendadas, de acordo com as renovações dos contratos, mediante informações que eram repassadas à unidade e em comum acordo, entre todos os agentes de crédito e os coordenadores (grifou-se).

Essa mesma testemunha asseverou que a sua jornada de trabalho não seria objeto de controle por escrito, contudo, acrescentou que haveria a fiscalização da prestação de serviços externos, através das visitas acompanhadas pelo coordenador do Instituto.

Quando se tem em conta o número de agentes de crédito vinculados à Agência do Banco Reclamado na Cidade de Simão Dias e o número de coordenadores fornecidos pela testemunha, constata-se, a todas as luzes, que o acompanhamento não se destinava ao controle de jornada, senão à fiscalização do cumprimento do termo de parceria e das obrigações assumidas pelo Instituto.

Se, em comum acordo, conforme afirmado pela testemunha, eram estipulados os dias de trabalho externo e interno, sem que tenha feito a testemunha remissão alguma à estipulação de horários de trabalho, forçoso é convir que os assessores de crédito ou agentes de crédito, no cotidiano da execução dos serviços, não tinham jornada de trabalho previamente definida, distribuindo a carga horária entre os serviços externos e internos ao seu alvedrio, sendo certo que fugia ao controle do Empregador o tempo de serviço dedicado pela Autora ao trabalho, quando executado externamente. E se é certo que os serviços internos também consistiam no atendimento aos clientes do microcrédito e na execução dos serviços de formalização dos empréstimos, considerando que o atendimento ao público encerrava às 14h, não se encontra justificada a prestação de serviços, ordinariamente, até às 19h, exsurto do depoimento da testemunha arregimentada pela defesa com mais verossimilhança sobre o tema.

Com base no acervo probatório descortinado, tem-se que a Obreira não logrou demonstrar que a sua jornada de trabalho era, na prática, passível de controle e que houvesse, de fato, a obrigação de comparecer, todos os dias, na Agência Bancária, haja vista que a divisão entre os dias de visitas aos clientes e de execução dos

serviços internos vai de encontro a essa premissa. Não restou demonstrado, de igual forma, o sobrelabor. Isto porque, muito embora os horários de trabalho da Autora tenham sido apresentados, na inicial, através de uma média, a testemunha por ela arregimentada, cuidou de reproduzi-lo, e até mesmo estendê-lo, asseverando que sairia às 19h em diante, permitindo entrever a falta de isenção de ânimo com que depôs.

Diante do exposto, indeferem-se as horas extraordinárias e a remuneração do intervalo intrajornada mínimo de uma hora e do que antecede a sobrejornada, previsto no art. 384

da CLT, tendo em vista que não restaram comprovados os fatos constitutivos dos direitos reivindicados.

Considerando que o acessório segue a sorte do principal, indeferem-se as repercussões das horas extras perseguidas na inicial."

Friso, inicialmente, como decidido em tópico anterior, que restou afastada a condição de bancária da Autora, motivo pelo qual afastase a jornada de seis horas pleiteada.

Sendo assim, analiso os demais pedidos.

Diz o art. 4º, da CLT: "considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada".

Entendo que o simples fato de a obreira exercer suas atividades "externamente" nos períodos alegados não afasta, por si só, a existência de controle de jornada, cabendo ao empregador fazer prova que a reclamante estava enquadrada na exceção prevista no inciso I do art. 62 da CLT.

Acontece que a testemunha da autora, em parte, ratificou a tese da inicial e a do réu, a da contestação. Ou seja, trata-se de prova dividida. Em situações como a presente, sendo do vindicante o ônus de provar o direito que pretende ver reconhecido, a ele competia apresentar prova mais robusta do que a produzida, não se desvencilhando, no entanto, do encargo processual que titularizou. Destaco que a testemunha da autora afirmou que: "(...) as visitas aos clientes eram agendadas, de acordo com as renovações dos contratos, mediante informações que eram repassadas à unidade e em comum acordo, entre todos os agentes de crédito e os coordenadores" e que "que não havia controle por escrito da sua jornada de trabalho; que havia fiscalização da prestação de serviços externos, através do coordenador do Instituto, que acompanhava as visitas (...)".

Por outro lado, disse a testemunha da reclamada: "(...) que a diferença básica entre as duas funções diz respeito ao atendimento ao cliente crediário, uma vez que o agente de crédito atende o cliente externamente enquanto que o agente administrativo atende o cliente na agência (...)".

Ora, diante dos depoimentos prestados, verifico que não houve comprovação de que, no período de 01/04/2011 a 05/08/2012 e 01/05/2013 a 07/07/2014, quando exercia a função de assessora de microcrédito, a jornada da autora era passível de controle.

Outrossim, concordo com a magistrada sentenciante no sentido de que "quando se tem em conta o número de agentes de crédito vinculados à Agência do Banco Reclamado na Cidade de Simão Dias e o número de coordenadores fornecidos pela testemunha, constata-se, a todas as luzes, que o acompanhamento não se destinava ao controle de jornada, senão à fiscalização do cumprimento do termo de parceria e das obrigações assumidas pelo Instituto."

Incide, no caso, o disposto no artigo 62, I, da CLT, razão pela qual a hipótese é de manutenção da sentença.

Em relação ao período de 06/08/2012 a 30/04/2013, quando passou a exercer a função de assessora administrativa de 06/08/2012 a

30/04/2013, ficou demonstrado que a autora passou a cumprir expediente interno, sujeito a controle de jornada pela empresa. Constatado que a reclamada juntou aos autos o controle de frequência da autora, conforme documento de Id a093489, correspondente aos meses de agosto/2012, novembro/2012, dezembro/2012 e abril/2013, devidamente assinado pela reclamante e que não possuem horários invariáveis.

Verifico que em 21 de dezembro de 2012 a autora passou a gozar de licença maternidade, retornando ao trabalho em 19 de abril de 2013.

Analisando tais documentos, observo a existência de cartões com marcações variáveis e que não foi juntado o controle de ponto de alguns meses.

Quanto aos cartões com marcações variáveis, constato que havia a concessão do intervalo intrajornada corretamente, bem como que não havia extrapolação da jornada e labor aos sábados, domingos ou feriados.

Veja-se, por exemplo, o cartão relativo ao período que vai de 01/11/2012 a 30/11/2012 (ID a093489). Em tal mês, a reclamante gozou do intervalo intrajornada de uma hora, não trabalhou no feriado de 15 de novembro (Proclamação da República) e nunca extrapolou seu horário de trabalho, pois a marcação da saída limitou-se às 17h06min.

Conforme disposto na Súmula nº. 338 do C. TST, a não apresentação injustificada dos controles de ponto, bem como a apresentação de cartões de ponto que demonstram horários uniformes geram presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho disposta na inicial.

Ora, como o próprio verbete diz, a presunção é relativa, podendo ser elidida por prova em contrário.

Penso que é esse o caso dos autos.

A existência de controles de ponto válidos, que demonstram a concessão do intervalo intrajornada corretamente, que não havia labor aos sábados, domingos ou feriados, bem como que não havia extrapolação da jornada, é capaz de infirmar a presunção relativa de veracidade da jornada constante da inicial, quanto ao restante do período contratual, não abrangido pelos cartões. Isso porque a reclamante informa que durante todo o contrato de trabalho laborou na jornada disposta na inicial, qual seja, em sobrejornada, sem intervalo e aos sábados e feriados; ora, os cartões válidos acima mencionados não refletem essa jornada alegada pela obreira, ao contrário, confirmam a tese da reclamada.

Importante destacar que a obreira não indica ter ocorrido alguma alteração em sua jornada de trabalho durante o período que exerceu a função de assessora administrativa, de modo que é possível entender que todo o contrato vinha sendo cumprido da mesma forma, ou seja, conforme os cartões de ponto, válidos, constantes dos autos. Repito: não há como se chegar à conclusão de que nos períodos em que não há marcação, a reclamante estava laborando em jornada diversa da constante dos cartões válidos.

Demais disso, a obreira não faz jus a jornada de 6h, conforme decidido anteriormente.

Sendo assim, diante da ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito da autora, mantenho a sentença que indeferiu as horas extraordinárias e a remuneração do intervalo intrajornada mínimo de uma hora e do que antecede a sobrejornada, previsto no art. 384 da CLT.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de a Recorrente, por não se enquadrar na condição de bancária, não faria jus à jornada de seis horas, resultando indevidas as horas extras postuladas a partir da oitava hora diária, quanto ao período em que exerceu a função de

Assessora de Microcrédito, em razão de não ter sido comprovado que o trabalho, exercido externamente, era passível de controle, reconhecendo a submissão da Obreira ao artigo 62, I, da CLT, e em relação ao tempo em que laborou como Assessora Administrativa, porque os cartões de ponto acostados, os quais assinalam registros variáveis, não evidenciaram extrapolação da jornada legal. Nesse toar, não se vislumbra violação aos dispositivos legais indicados nem contrariedade à Súmula 338 do TST.

Dessa forma, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial.

**DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA**  
**DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA /**  
**INTERVALO 15 MINUTOS MULHER**

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 338; nº 437 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 74, §2º; artigo 384.

- divergência jurisprudencial:

Não se conforma a Recorrente com a decisão regional no que atine ao indeferimento do intervalo intrajornada, sob a alegação de que "(...) durante toda a relação de emprego a parte Recorrente laborou muito mais que seis horas diárias, não usufruindo intervalo para repouso e alimentação correspondente à uma hora, em flagrante afronta ao artigo 71, da CLT, uma vez que não ocorrera a juntada de pontos aos autos, devendo ser observada a aplicabilidade da súmula 338 do TST".

Apregoa que "O trabalhador bancário cuja jornada legal é habitualmente prorrogada para oito horas tem direito ao intervalo intrajornada de uma hora, e não o de apenas quinze minutos previsto para a jornada de seis horas, entendimento contrário afronta o artigo 5º, II da Constituição Federal".

Aduz que o acórdão igualmente contrariou a Súmula 437 do TST ao desconsiderar a supressão do citado período de descanso.

Insurge-se também contra o indeferimento de horas extras por não ter usufruído do intervalo previsto no artigo 384 da CLT.

Salienta que, conforme demonstrado, "(...) ficou comprovado o labor extra realizado diariamente pela recorrente, bem como a confissão das reclamadas pela inexistência de juntada de folhas de ponto válidos, à luz da Súmula 338 do C. TST, tendo em vista que, quando acostou aos autos controle de jornada, estes tinham horários britânicos e/ou com ínfimas variações", daí o direito ao pagamento de 15 minutos de intervalo antes do início da prestação de horas extraordinárias.

Reproduz ementas para evidenciar divergência jurisprudencial.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

**DA JORNADA DE TRABALHO E DAS HORAS EXTRAS -**  
**PERÍODO DE ASSESSOR DE MICROCRÉDITO DE 01/04/2011 a**  
**05/08/2012 e 01/05/2013 a 07/07/2014 E DO PERÍODO DE**  
**ASSESSORA ADMINISTRATIVA - DE 06/08/2012 a 30/04/2013 -**  
**DO INTERVALO**

(...)

Decido.

Consta da sentença de primeiro grau:

"2.8 Da duração do trabalho. Das horas extras. Do intervalo intrajornada e do que antecede a sobrejornada, previsto no art. 384 da CLT.

A reclamante informa na inicial que trabalhava, em média, das 7h45 às 19h, com trinta minutos de intervalo, das segundas-feiras às sextas-feiras. Assegura que a sua jornada de trabalho seria objeto

de rigoroso controle por seus superiores hierárquicos, todavia, o Banco Reclamado não quitaria as horas extras, acrescentando que não lhe seria permitido anotar a integralidade das horas extras no controle de ponto, razão pela qual o impugnaria, desde logo. Postula que a sua jornada ordinária de trabalho seja de seis horas, por se considerar bancária e que 150 seja o divisor de horas extras a ser aplicado.

Busca, além do pagamento das horas extras, a remuneração do intervalo mínimo para repouso e alimentação de uma hora e o do intervalo de quinze minutos de descanso, que antecede o sobrelabor, previsto no art. 384 da CLT, por terem sido supostamente suprimidos.

O Segundo Reclamado arrosta as pretensões obreiras. De início, contesta que a Obreira seja bancária e, por essa razão, refuta a submissão a jornada de trabalho de seis horas.

Opõe que, exercendo o mister de assessora de microcrédito, sopesada a natureza das atividades por ela desenvolvidas e a finalidade do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, legalmente prevista, a atividade profissional seria eminentemente externa, não se sujeitando a controle, enquadrando-se na norma excetiva prevista no art. 62, I, da CLT.

Ressalta que a inexistência de controle está prevista no art. 34, do Regulamento do Instituto, acrescentando que o artigo seguinte acometeria ao empregado a obrigação de, pessoalmente, marcar o ponto no início e término da jornada de trabalho, quando sujeito a controle, assim como os intervalos para repouso e alimentação.

Registra que a ausência de controle para os empregados que exercem a atividade de assessores de microcrédito teria sido objeto de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social da Reclamante, conforme determinação contida na norma excetiva celetária, sendo tal condição também reconhecida pelo Sindicato da categoria profissional da Autora, conforme Acordos Coletivos de Trabalho reproduzidos nos autos, vigentes nos períodos compreendidos entre 2012/2012, 2014/2015 e 2015/2016. O Instituto Reclamado ressalva que no lapso entre 06.08.2012 a 30.04.2013, a Autora teria exercido a função de assessora administrativa, atividade de natureza interna, estando sujeita a controle de jornada, mediante folha de ponto, sendo sua jornada estipulada das 08h às 17h, com intervalo de uma hora para refeição, das 12h às 13h.

Em relação ao período restante, alcançado pela norma prevista no art. 62, I, da CLT, não haveria falar em sobrejornada e aplicação do art. 384 da CLT.

A defesa do Primeiro Reclamado sobre o tema segue a mesma toada.

No item 2.5 desta fundamentação, restou afastada a condição de bancária da Autora, razão pela qual, de início, descarta-se a sua sujeição à jornada ordinária de trabalho de seis horas e ao divisor de 150. Aliás, se bancária fosse, o divisor seria o de 180, conforme recentemente decidiu a Corte Superior Trabalhista em decisão dentro da sistemática de repercussão geral.

Decerto que o fato de o empregado exercer atividade externa não tem o condão de enquadrá-lo, ipso facto, à norma excetiva prevista no art. 62, I, da CLT, fazendo-se mister que haja, de fato, incompatibilidade entre a atividade externa com a fixação de horário de trabalho.

Na hipótese dos autos, restou evidenciado, através da prova oral produzida, que os agentes ou assessores de crédito trabalhavam prospectando potenciais clientes externamente, contudo, havia a necessidade de executar serviços internos de formalização das propostas.

De acordo com a testemunha arregimentada pela Autora eram

destacados dois dias por semana para a execução dos serviços externos, quais sejam, segundas-feiras e as quartas-feiras, permanecendo nos demais dias na Agência, no atendimento aos clientes e na execução de serviços externos.

Ao ser inquirida sobre a sistemática de trabalho adotada, a testemunha asseverou:

que as visitas aos clientes eram agendadas, de acordo com as renovações dos contratos, mediante informações que eram repassadas à unidade e em comum acordo, entre todos os agentes de crédito e os coordenadores (grifou-se).

Essa mesma testemunha asseverou que a sua jornada de trabalho não seria objeto de controle por escrito, contudo, acrescentou que haveria a fiscalização da prestação de serviços externos, através das visitas acompanhadas pelo coordenador do Instituto.

Quando se tem em conta o número de agentes de crédito vinculados à Agência do Banco Reclamado na Cidade de Simão Dias e o número de coordenadores fornecidos pela testemunha, constata-se, a todas as luzes, que o acompanhamento não se destinava ao controle de jornada, senão à fiscalização do cumprimento do termo de parceria e das obrigações assumidas pelo Instituto.

Se, em comum acordo, conforme afirmado pela testemunha, eram estipulados os dias de trabalho externo e interno, sem que tenha feito a testemunha remissão alguma à estipulação de horários de trabalho, forçoso é convir que os assessores de crédito ou agentes de crédito, no cotidiano da execução dos serviços, não tinham jornada de trabalho previamente definida, distribuindo a carga horária entre os serviços externos e internos ao seu alvedrio, sendo certo que fugia ao controle do Empregador o tempo de serviço dedicado pela Autora ao trabalho, quando executado externamente. E se é certo que os serviços internos também consistiam no atendimento aos clientes do microcrédito e na execução dos serviços de formalização dos empréstimos, considerando que o atendimento ao público encerrava às 14h, não se encontra justificada a prestação de serviços, ordinariamente, até às 19h, exsurto do depoimento da testemunha arregimentada pela defesa com mais verossimilhança sobre o tema.

Com base no acervo probatório descortinado, tem-se que a Obreira não logrou demonstrar que a sua jornada de trabalho era, na prática, passível de controle e que houvesse, de fato, a obrigação de comparecer, todos os dias, na Agência Bancária, haja vista que a divisão entre os dias de visitas aos clientes e de execução dos serviços internos vai de encontro a essa premissa. Não restou demonstrado, de igual forma, o sobrelabor. Isto porque, muito embora os horários de trabalho da Autora tenham sido apresentados, na inicial, através de uma média, a testemunha por ela arregimentada, cuidou de reproduzi-lo, e até mesmo estendê-lo, asseverando que sairia às 19h em diante, permitindo entrever a falta de isenção de ânimo com que depôs.

Diante do exposto, indeferem-se as horas extraordinárias e a remuneração do intervalo intrajornada mínimo de uma hora e do que antecede a sobrejornada, previsto no art. 384

da CLT, tendo em vista que não restaram comprovados os fatos constitutivos dos direitos reivindicados.

Considerando que o acessório segue a sorte do principal, indeferem-se as repercussões das horas extras perseguidas na inicial."

Friso, inicialmente, como decidido em tópico anterior, que restou afastada a condição de bancária da Autora, motivo pelo qual afasta-se a jornada de seis horas pleiteada.

Sendo assim, analiso os demais pedidos.

Diz o art. 4º, da CLT: "considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador,

aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada".

Entendo que o simples fato de a obreira exercer suas atividades "externamente" nos períodos alegados não afasta, por si só, a existência de controle de jornada, cabendo ao empregador fazer prova que a reclamante estava enquadrada na exceção prevista no inciso I do art. 62 da CLT.

Acontece que a testemunha da autora, em parte, ratificou a tese da inicial e a do réu, a da contestação. Ou seja, trata-se de prova dividida. Em situações como a presente, sendo do vindicante o ônus de provar o direito que pretende ver reconhecido, a ele competia apresentar prova mais robusta do que a produzida, não se desvencilhando, no entanto, do encargo processual que titularizou. Destaco que a testemunha da autora afirmou que: "(...) as visitas as clientes eram agendadas, de acordo com as renovações dos contratos, mediante informações que eram repassadas à unidade e em comum acordo, entre todos os agentes de crédito e os coordenadores" e que "que não havia controle por escrito da sua jornada de trabalho; que havia fiscalização da prestação de serviços externos, através do coordenador do Instituto, que acompanhava as visitas (...)".

Por outro lado, disse a testemunha da reclamada: "(...) que a diferença básica entre as duas funções diz respeito ao atendimento ao cliente crediário, uma vez que o agente de crédito atende o cliente externamente enquanto que o agente administrativo atende o cliente na agência (...)".

Ora, diante dos depoimentos prestados, verifico que não houve comprovação de que, no período de 01/04/2011 a 05/08/2012 e 01/05/2013 a 07/07/2014, quando exercia a função de assessora de microcrédito, a jornada da autora era passível de controle.

Outrossim, concordo com a magistrada sentenciante no sentido de que "quando se tem em conta o número de agentes de crédito vinculados à Agência do Banco Reclamado na Cidade de Simão Dias e o número de coordenadores fornecidos pela testemunha, constata-se, a todas as luzes, que o acompanhamento não se destinava ao controle de jornada, senão à fiscalização do cumprimento do termo de parceria e das obrigações assumidas pelo Instituto."

Incide, no caso, o disposto no artigo 62, I, da CLT, razão pela qual a hipótese é de manutenção da sentença.

Em relação ao período de 06/08/2012 a 30/04/2013, quando passou a exercer a função de assessora administrativa de 06/08/2012 a 30/04/2013, ficou demonstrado que a autora passou a cumprir expediente interno, sujeito a controle de jornada pela empresa. Constatado que a reclamada juntou aos autos o controle de frequência da autora, conforme documento de Id a093489, correspondente aos meses de agosto/2012, novembro/2012, dezembro/2012 e abril/2013, devidamente assinado pela reclamante e que não possuem horários invariáveis.

Verifico que em 21 de dezembro de 2012 a autora passou a gozar de licença maternidade, retornando ao trabalho em 19 de abril de 2013.

Analisando tais documentos, observo a existência de cartões com marcações variáveis e que não foi juntado o controle de ponto de alguns meses.

Quanto aos cartões com marcações variáveis, constato que havia a concessão do intervalo intrajornada corretamente, bem como que não havia extrapolação da jornada e labor aos sábados, domingos ou feriados.

Veja-se, por exemplo, o cartão relativo ao período que vai de 01/11/2012 a 30/11/2012 (ID a093489). Em tal mês, a reclamante

gozou do intervalo intrajornada de uma hora, não trabalhou no feriado de 15 de novembro (Proclamação da República) e nunca extrapolou seu horário de trabalho, pois a marcação da saída limitou-se às 17h06min.

Conforme disposto na Súmula nº. 338 do C. TST, a não apresentação injustificada dos controles de ponto, bem como a apresentação de cartões de ponto que demonstram horários uniformes geram presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho disposta na inicial.

Ora, como o próprio verbete diz, a presunção é relativa, podendo ser elidida por prova em contrário.

Penso que é esse o caso dos autos.

A existência de controles de ponto válidos, que demonstram a concessão do intervalo intrajornada corretamente, que não havia labor aos sábados, domingos ou feriados, bem como que não havia extrapolação da jornada, é capaz de infirmar a presunção relativa de veracidade da jornada constante da inicial, quanto ao restante do período contratual, não abrangido pelos cartões. Isso porque a reclamante informa que durante todo o contrato de trabalho laborou na jornada disposta na inicial, qual seja, em sobrejornada, sem intervalo e aos sábados e feriados; ora, os cartões válidos acima mencionados não refletem essa jornada alegada pela obreira, ao contrário, confirmam a tese da reclamada.

Importante destacar que a obreira não indica ter ocorrido alguma alteração em sua jornada de trabalho durante o período que exerceu a função de assessora administrativa, de modo que é possível entender que todo o contrato vinha sendo cumprido da mesma forma, ou seja, conforme os cartões de ponto, válidos, constantes dos autos. Repito: não há como se chegar à conclusão de que nos períodos em que não há marcação, a reclamante estava laborando em jornada diversa da constante dos cartões válidos.

Demais disso, a obreira não faz jus a jornada de 6h, conforme decidido anteriormente.

Sendo assim, diante da ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito da autora, mantenho a sentença que indeferiu as horas extraordinárias e a remuneração do intervalo intrajornada mínimo de uma hora e do que antecede a sobrejornada, previsto no art. 384 da CLT.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de ser indevido o pagamento do intervalo intrajornada e do período de 15 minutos previsto no artigo 384 da CLT, considerando "A existência de controles de ponto válidos, que demonstram a concessão do intervalo intrajornada corretamente, que não havia labor aos sábados, domingos ou feriados, bem como que não havia extrapolação da jornada". Nesse segmento, não se vislumbra violação aos dispositivos legais citados nem contrariedade às Súmulas 338 e 437 do TST.

Dessa forma, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial.

**DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / BASE DE CÁLCULO**

**DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / REFLEXOS**  
**DURAÇÃO DO TRABALHO / REPOUSO SEMANAL**  
**REMUNERADO E FERIADO / CÁLCULO / REPERCUSSÃO**  
Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 264 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 19 de outro Tribunal Regional do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.



Não se conforma a Recorrente com a decisão do Regional que afastou a existência de vínculo empregatício e sua condição de bancária, entendendo por indeferir os pedidos formulados na inicial e julgar prejudicada a análise referente à base de cálculo das horas extras postuladas, bem como do pedido de integração do RSR.

Alega que sua insurgência encontra respaldo na Súmula 264 do TST e que todas as verbas pleiteadas no exórdio devem integrar a base de cálculo das horas extras, dada sua habitualidade.

Sustenta ser "(...) de fundamental importância que conste na fundamentação quais verbas específica e expressamente compõem a base de cálculo das horas extraordinárias deferidas, tendo em vista a divergência entre as argumentações autorais e patronais sobre quais verbas teriam caráter salarial e comporiam a referida base de cálculo".

Aduz serem igualmente devidos os reflexos das horas extras nas verbas relacionadas na alínea "k" na peça de ingresso.

Menciona a Súmula 19 do TRT da 5ª Região, o Tema 9 de Recurso Repetitivo do C. TST e transcreve ementa sobre reflexo das horas extras em DSR.

Pugna, também, pelo deferimento dos reflexos das horas extraordinárias no repouso semanal remunerado e após esse agregamento nas verbas requeridas.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

CONSECTÁRIOS DE HORAS EXTRAS - DO ADICIONAL DE 100% - DIVISOR 150: INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE AO ACORDO COLETIVO DA CATEGORIA - SÁBADO DIA DE REPOUSO REMUNERADO - NÃO INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS

113 - REDAÇÃO DA SÚMULA 124 DO TST. SUCESSIVAMENTE DO DIVISOR 200 (SÚMULA 431 DO TST) - DA BASE DE CÁLCULO E REFLEXOS - DA INTEGRAÇÃO AO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E POSTERIOR REFLEXO

Ficam prejudicados os demais tópicos do recurso, ante a improcedência dos pedidos principais.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de restar "prejudicados os demais tópicos do recurso, ante a improcedência dos pedidos principais".

Dessa forma, não se vislumbram as transgressões apontadas.

Inespecífico(s) o(s) aresto(s) colocados, que não trata(m) da mesma hipótese dos autos, em que consignou o Tribunal que diante da improcedência dos pedidos principais a apreciação dos demais tópicos resulta prejudicada (Súmula 296/TST).

FÉRIAS / ABONO PECUNIÁRIO

Alegação(ões):

- violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 143.

- divergência jurisprudencial:.

A Recorrente se insurge contra a decisão regional no que concerne ao indeferimento do pedido de indenização pela venda de férias.

Aduz que o acórdão incorreu em violação ao artigo 143 da CLT, porquanto restou comprovado que durante toda a relação empregatícia usufruiu apenas 20 (vinte) dias de férias anuais, "(...) em razão da venda compulsória, por determinação do reclamado, dos outros 10 (dez) dias", fato corroborado por documentos anexados aos autos.

Salienta que a despeito de a conversão de 1/3 do período de férias em abono pecuniário ser faculdade concedida ao empregado, o Recorrido exigia tal conduta de seus colaboradores.

Apresenta ementas para comprovar divergência jurisprudencial.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

DA VENDA OBRIGATÓRIA DE FÉRIAS

(...)

Analiso.

Transcrevo trecho da decisão de primeiro sobre o tema:

"2.9 Da venda obrigatória das férias.

A pretensão tem esteio na alegação de que no período aquisitivo 2011/2014, supostamente, usufruído de 04.01.2011 a 07.07.2014, a Reclamante teria sido obrigada a vender dez dos seus trinta dias de férias.

Argumenta a Autora que a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário, conforme art. 143 da CLT, seria uma faculdade atribuída ao empregado, não podendo ser imposta pelo Empregador, haja vista que nesta hipótese haveria um desvirtuamento da norma legal, passível de indenização, mediante a percepção, em dobro, do período

compulsoriamente convertido em pecúnia.

O Ex-Empregador contesta a assertiva vestibular e obtempera que os empregados do Instituto teriam liberdade para escolher entre a fruição do período integral de férias ou a conversão de 1/3 em pecúnia.

Chama a atenção para o fato de que dois colegas de trabalho da Obreira, que também teriam ajuizado reclamações trabalhistas perante esta mesma Vara, e sob patrocínio comum, não teriam formulado igual pretensão, haja vista que houve ocasiões em que optaram por não vender parte de suas férias, fazendo ruir a tese vestibular no sentido de que o Instituto obrigaria seus empregados a venderem os dez dias de férias.

O Banco Reclamado sobre o tema, aduz que próprio empregado optaria pela conversão de 1/3 das férias em pecúnia, ressaltando a ausência de ingerência sobre essa decisão dos empregados, junto ao Instituto.

De início, vislumbra-se que a Autora, ao formular a pretensão, incorre em erro, ao fazer remissão aos períodos aquisitivos de férias, considerando que, sopesada a sua data de admissão, a Autora teria adquirido, durante o contrato de emprego, três períodos de férias, quais sejam: 01.04.2011 a 31.03.2012, 01.04.2012 a 31.03.2013 e 01.04.2013 a 31.03.2014. Os dois primeiros períodos foram usufruídos, ao passo que o último foi objeto de indenização, quando da ruptura contratual, de forma simples, porquanto o pacto laboral foi extinto no curso do período concessivo.

Feita essa breve digressão sobre a aquisição do direito às férias, observa-se que, de fato, em ambos os períodos gozados pela Autora, conforme recibos reproduzidos nos autos, houve a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário.

Contudo, a Obreira não logrou comprovar que a conversão das férias em abono pecuniário tenha sido imposta pelo Instituto Reclamado, até porque a reprodução nos autos dos recibos de férias relativos à testemunha arregimentada pela Autora noticia que o período por ela adquirido no lapso entre 02.02.2011 a 01.02.2012, foi integralmente gozado, conforme documento sob ID. fc8d379 - Pág. 3, desbancando a tese de que os empregados seriam obrigados a converter parte das férias em pecúnia.

Inquirida sobre o tema, a testemunha reconhece que era opção do empregado a conversão de 1/3 das férias em pecúnia, embora, ato contínuo, de forma contraditória, informe que muitas vezes haveria a obrigação de gozar apenas vinte dias para cumprimento das metas.

Sobreleva destacar que o motivo apresentado pela testemunha representa uma inovação à lide, na medida em que a petição inicial é omissa quanto a este fato.

Sendo assim, resta improcedente o pedido de pagamento, em dobro, das férias não usufruídas em sua integralidade, deduzido na alínea "p" da inicial."

Ratifico a posição do juízo sentenciante.

Como bem destacado em sentença, a reclamante não se desvencilhou a contento do ônus que lhe cabia, tendo em vista que

a testemunha apresentada pela autora declarar que "(...) era opção do empregado converter 1/3 das férias em abono", apesar de, logo depois, afirmar que "muitas vezes havia a obrigação de gozar apenas 20 dias para cumprimento das metas".

Entendo que o depoimento da testemunha não serve para provar o alegado uma vez que as informações foram prestadas de forma contraditória.

Cabia à reclamante provar a ocorrência dos fatos alegados, força do que dispõe o art. 818 da CLT. Todavia, venia concessa, não há prova de que a venda dos dez dias de férias era compulsória.

Igualmente neste ponto, mantenho a decisão.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de ser indevida a indenização postulada, eis que "(...) a reclamante não se desvencilhou a contento do ônus que lhe cabia, tendo em vista que a testemunha apresentada pela autora declarar que "(...) era opção do empregado converter 1/3 das férias em abono", apesar de, logo depois, afirmar que "muitas vezes havia a obrigação de gozar apenas 20 dias para cumprimento das metas". Nesse toar, não se vislumbra violação ao artigo 143 da CLT.

Dessa forma, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial.

#### RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR/EMPREGADO / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / ASSÉDIO MORAL

Alegação(ões):

- divergência jurisprudencial:

Insurge-se a Recorrente contra a decisão regional que manteve o indeferimento do pedido de indenização por dano moral sob o fundamento de que não restou comprovada conduta excessiva por parte do Recorrido.

Salienta que não há como confundir a pressão decorrente do exercício regular dos poderes empregatícios com a que sofria, esclarecendo que o Recorrido pressionava seus funcionários para que "(...) atingissem metas inatingíveis, no caso da Recorrente, se tornou uma situação constrangedora em sua vida, uma vez que, para ter atingida a meta, aumentou sua jornada de trabalho, teve diminuído seu convívio familiar".

Expõe que "(...) foi vítima de tortura psicológica, por abusiva e excessiva cobrança de metas de forma repetitiva e prolongada, expondo o Reclamante, ora Recorrente, a situações humilhantes e constrangedoras".

Sustenta que o comportamento da Reclamada, "que abusa do poder de mando e da condição de hipossuficientes da empregada", afronta o disposto nos artigos 483, "e", da CLT e 1º, III, da CF e que em razão de seu direito ter sido violado, deve o Empregador ser condenado a indenizar pelo assédio moral, com base nos artigos 186, 927 e 932, III, do Código Civil e 5º, X, da CF.

Apresenta ementas para subsidiar dissenso jurisprudencial.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

#### DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DO ASSÉDIO MORAL PRATICADO PELO BANCO

(...)

Decido.

Sobre a matéria, o juízo de primeiro grau assim decidiu:

"2.10 Da compensação por danos morais. Do Assédio Moral.

Denuncia a Autora ter sido vítima de tortura psicológica, por abusiva e excessiva cobrança de metas, de forma repetitiva e prolongada, noticiando, ademais, ter sido exposta a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de ofender a personalidade, a dignidade ou a integridade psíquica.

Narra que em agosto de 2012, encontrava-se gestante, e enfrentando uma gravidez particularmente delicada, por ter sido acometida por um quadro nosológico diagnosticado como sendo de "brida amniótica", conforme relatório e atestado médicos, com indicação de evitar esforços físicos e repousar o máximo possível. Não obstante a prescrição médica, alega que o Banco Reclamado teria exigido que carregasse pesadas caixas, durante a organização do arquivo e na execução de outras tarefas, desrespeitando o seu estado de saúde e do nascituro.

Reputa que a conduta do Banco Reclamado como empregador foi abusiva, dispensando-lhe tratamento excessivamente rigoroso, na medida em que exigiu a prestação de trabalho em carga horária extremamente superior à legalmente prevista, mormente sem a observância dos intervalos mínimos de descanso.

Como se vê, a Autora fulcra a sua pretensão, sob três fundamentos: a) abusiva cobrança de metas; b) falta de zelo por sua integridade física, ante a inobservância das prescrições médicas sobre o seu estado gestacional; c) exigência de carga horária de trabalho excessiva.

Em sua defesa, o Instituto Reclamado nega a prática de condutas moralmente assediadoras contra a Autora, assim como recusa que tenha exigido a execução de serviços que viessem a prejudicar o seu estado gravídico.

Pondera que a hipótese dos autos não se subsumiria àquelas em que a responsabilidade é atribuída, independentemente, da comprovação de prejuízo, ou seja, não se trataria de dano, in re ipsa, reproduzindo nos autos ementas favoráveis a essa tese.

O Banco Reclamado, em sua defesa, sobre o tema, haja vista que apontado como suposto assediador, tece a seguinte consideração: MM Juiz, a Reclamante simplesmente trouxe à baila a questão do assédio moral sem demonstrar as peculiaridades inerentes ao seu caso. Observa-se que se trata de mera afirmação com o substrato de mera peça literária com uma fragilidade probatória clara e inquestionável.

E acrescenta, no decorrer da sua peça contestatória:

De outro norte, chamou a atenção o relato da Reclamante afirmando que sofria assédio moral sem sequer citar o funcionário que lhe obrigava a carregar caixas pesadas durante o seu estado gravídico.

Razão assiste ao Banco Reclamado.

Em que pese a Autora tenha imputado à Instituição Bancária a prática dos atos moralmente assediadores, sem declinar os nomes dos prepostos que supostamente adotariam as reprováveis condutas abusivas, a testemunha por ela arregimentada imputou à coordenadora e preposta do Instituto Reclamado, Sra. Lílian, as ofensas irrogadas, não só contra a Autora, mas também contra todos os agentes. Dito de outro modo, mais uma vez, a peça vestibular foi omissa, trazendo a testemunha fatos novidadeiros e que desbordaram os contornos daqueles narrados na prima peça, comprometendo ainda mais o já fragilizado fato constitutivo do direito reivindicado pela Autora.

Instada a ilustrar as condutas consideradas ofensivas, a testemunha asseverou:

que já presenciou a reclamante(s) sofrendo ofensas morais, sendo destrutada; que a ofensa foi praticada pela coordenadora do Instituto da unidade, a Sra. Lílian; que presenciou tal fato em diversas oportunidades; que no momento, além da depoente haviam outras pessoas; que ilustra as ofensas de D. Lílian nas seguintes situações: na forma como a coordenadora cobrava a execução dos serviços, não só da reclamante(s) mas de todos os agentes; ilustra no fato de a referida coordenadora ter determinado à reclamante(s), em estado gravídico, a carregar pesadas caixas

contendo dossiês.

A prova do assédio moral, supostamente sofrido pela Autora, e que de resto pressupõe reiteração, ao longo do tempo, característica que não ficou evidenciada, sofreu um outro revés, face ao depoimento da testemunha apresentada pelo Segundo Reclamado, que contrariou o comportamento abusivo impingindo à coordenadora, quedando dividida a prova, em relação a esse fundamento da pretensão à reparação, sucumbindo na pretensão objeto da prova a Autora, por ser a titular do encargo probatório, a teor do art. 818 da CLT, e art. 333, I, do CPC, subsidiariamente aplicado.

Em relação à conduta abusiva fulcrada na submissão a extensa jornada de trabalho, com inobservância de intervalos, consoante se viu no item antecedente, a Obreira não logrou comprovar o fato simples, razão pela qual resta prejudicada a análise se há caracterização, ou não, de danos morais, passíveis de compensação.

Diante do exposto, força é convir que a Obreira não se desonerou com êxito do encargo probatório que titularizou, ao alegar ter sido vítima de assédio moral, restando improcedente o pedido de compensação pecuniária por danos morais por ela articulado, no importe de R\$121.000,00 (cento e vinte e um mil reais)."

Comungo com o posicionamento do juízo do primeiro grau, no aspecto, por seus próprios e elucidativos fundamentos, aos quais faço algumas considerações adicionais.

À reclamante cabia provar a ocorrência dos fatores geradores do assédio que alega ter sofrido, por força do que dispõe o art. 818 da CLT. Todavia, venia concessa, não vislumbro qualquer atitude do reclamado que caracterizasse os danos afirmados na petição inicial. Constatado que a testemunha da autora, em parte, ratificou a tese da inicial e a do réu, a da contestação. Ou seja, trata-se de prova dividida. Em situações como a presente, sendo do vindicante o ônus de provar o direito que pretende ver reconhecido, a ele competia apresentar prova mais robusta do que a produzida, não se desvencilhando, no entanto, do encargo processual que titularizou. É oportuno dizer que cabe ao magistrado do primeiro grau, que primeiramente conheceu dos fatos e ouviu os depoimentos da parte e da testemunha, conduzindo, assim, a instrução processual, a função sensorial e cognitiva, pois é a pessoa mais indicada para perceber as nuances dos depoimentos colhidos. É esse julgador quem tem as melhores condições de perceber a maneira como se expressaram verbalmente e como se portaram os depoentes e, como consequência disso, de sopesar e de melhor valorar a prova oral produzida.

Nesse contexto, não se tendo a obreira desincumbido do encargo processual que lhe competia, qual seja, a prova do dano moral alegado, é de ser mantida a sentença que indeferiu o pedido reparatório.

Também aqui, mantenho a decisão.

Registra o acórdão recorrido que resulta indevida a indenização por dano moral vindicada, por entender que a Recorrente, sobre quem recaía o ônus de provar os fatos geradores do assédio moral, dele não se desvencilhou. Nesse sentido, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial.

**REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / COMISSÕES**

Alegação(ões):

- violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 457, §1º.
- divergência jurisprudencial:.

Expõe a Recorrente que durante todo o pacto laboral realizou a venda de produtos oferecidos pelo Banco Demandado e assevera que por tal serviço recebia, habitualmente, pagamento, na forma de comissões de agenciamento/prêmios, o qual, nos termos do artigo 457, §1º da CLT, detém nítido caráter salarial, no entanto, tal parcela não foi considerada para todos os efeitos legais.

Afirma que a Súmula 93 do TST resguarda seu direito.

Aduz que o acórdão incorreu em violação ao artigo 457 da CLT e divergiu do entendimento adotado por outros Regionais, transcrevendo ementas para comprovar divergência jurisprudencial. Consta do v. acórdão, Id f108474:

**DA INTEGRAÇÃO DAS COMISSÕES DE AGENCIAMENTO**

(...)

Examino.

Transcrevo parte da sentença de origem sobre o tema:

"2.7 Da integração das comissões de agenciamento.

A reclamante informa na prima peça que recebia mensalmente uma quantia variável em torno de R\$300,00 (trezentos reais), a título de comissões e prêmios, em razão das vendas de produtos oferecidos pelo Banco, invocando a natureza salarial dessa parcela, com fulcro no art. 457, §1º da CLT.

Não obstante a indiscutível natureza contraprestativa da parcela paga, aduz que o seu valor não teria integrado a sua remuneração para todos os efeitos legais, dentre os quais o da sua repercussão sobre o repouso semanal remunerado, ex vi da Lei nº 605/49 e entendimento consubstanciado na súmula 27 do TST.

Ambos os Reclamados resistem ao pleito vestibular, sob a alegação comum de que a quantia variável teria integrado a remuneração da Autora, repercutindo sobre as demais parcelas trabalhistas, quais sejam, férias, com acréscimo de 1/3, natalinas, tendo sido incluída na base de cálculo das verbas resilitórias, do FGTS+40%.

O Segundo Reclamado esclarece que a chamada "remuneração variável" corresponderia a uma bonificação, que seria paga à Obreira, quando eram atingidas as metas propostas, premiando, desse modo, o colaborador pelo esforço e dedicação no mês trabalhado.

Da análise dos contracheques reproduzidos nos autos, bem como do termo de rescisão contratual, constata-se que o valor pago sob a rubrica "remuneração variável", conforme alegado pelo Ex-empregador da Autora, integrou a sua remuneração, sendo computada na base de cálculo do FGTS, contribuição previdenciária, férias, com acréscimo de 1/3, natalinas, aviso prévio indenizado, tendo inclusive sido paga a repercussão sobre o repouso semanal remunerado, sob a rubrica "Repouso Remunerado RV", conforme se observa, à guisa de exemplificação, do contracheque referente ao mês de junho de 2012, documento sob ID 5a390b2 - Pág. 1

Diante do exposto, indefere-se a pretensão deduzida na alínea "r" da exordial."

Sem razão a recorrente.

Compulsado os contracheques de Id's 722d679, b11f114, 277b82b, f484ad4, 5a390b2, a69d85d, d5e5df2, ac5c10b e dd2d7c1, verifico que, conforme alegado pela empregadora, o valor pago a título de "remuneração variável mês" integrava a base de cálculo do FGTS, da contribuição previdenciária, bem como repercutindo no repouso semanal remunerado.

No mais, em relação ao vínculo empregatício com o Primeiro Recorrido, ou, sucessivamente a condição de bancária da reclamante, ressalto que mencionado pedido já indeferido em tópico anterior.

Por isso, nego provimento.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão

da Turma Regional, firmada com base nas provas adunadas aos autos, no sentido de que "(...) o valor pago a título de "remuneração variável mês" integrava a base de cálculo do FGTS, da contribuição previdenciária, bem como repercutindo no repouso semanal remunerado", tornando incabível o pedido formulado, tendo sido registrado no acórdão, também, que "(...) em relação ao vínculo empregatício com o Primeiro Recorrido, ou, sucessivamente a condição de bancária da reclamante, ressalto que mencionado pedido já indeferido em tópico anterior". Nesse toar, não se vislumbra violação ao dispositivo celetário indicado.

Dessa forma, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial.

**RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / AVISO-PRÉVIO / INDENIZADO - EFEITOS**  
Alegação(ões):

- violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 487, §1º.
- divergência jurisprudencial:.

Insurge-se a Recorrente contra a decisão regional quanto ao indeferimento do pedido de pagamento de auxílio refeição e auxílio cesta alimentação no período de aviso prévio indenizado.

Renova a alegação de que lhe são devidos os direitos inerentes à categoria dos bancários previstos em normas coletivas, uma vez que restou demonstrado o vínculo empregatício com o Banco Recorrido e sua condição de bancária.

Enuncia que "(...) o artigo 487, parágrafo 1º, da CLT determina que o período de aviso prévio integra o tempo de serviço para todos os fins. Portanto, durante o curso do aviso prévio, devem ser assegurados os mesmos benefícios devidos caso o empregado estivesse trabalhando".

Apresenta ementa de julgado da 1ª Turma do TST no sentido defendido.

Consta do v. acórdão, Id f108474:

**DA PROJEÇÃO DO AVISO PRÉVIO - PAGAMENTO DO AUXÍLIO REFEIÇÃO E DO AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO**  
(...)

Decido.

Consta da sentença de primeiro grau:

"2.6. Da projeção do aviso prévio - pagamento do auxílio refeição e do auxílio cesta alimentação.

Registre-se, de início, a natureza indenizatória das parcelas à epígrafe, o que impede a integração dos seus valores à remuneração. Isto porque, conforme Acordos Coletivos de Trabalho celebrados entre o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de Sergipe - SENALBA-SE e o INEC, as vantagens em tela foram concedidas, dentro do Programa de Alimentação do Trabalhador- PAT, o que retira da vantagem a sua natureza salarial, a teor do art. 3º, da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976:

Não se inclui como salário de contribuição a parcela paga in natura, pela empresa, nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho.

Na direção do entendimento, ora esposado, o conteúdo da OJ nº 133 da SDI-1 do TST, vazada nos seguintes termos:

133. AJUDA ALIMENTAÇÃO. PAT. LEI Nº 6.321/76. NÃO INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO (inserida em 27.11.1998) A ajuda alimentação fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321/76, não tem caráter salarial. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito

legal.

Pois bem. Considerando que o Segundo Reclamado e Ex-empregador da Demandante comprovou a sua inscrição no PAT, conforme documento sob ID. 2F04053, resta improcedente a integração das parcelas à remuneração.

Dito isto, cumpre observar que, de acordo com a dicção do art. 114 do Código Civil, os negócios benéficos devem ser interpretados estritamente.

Sendo assim, considerando que as normas convencionais estendem a concessão das vantagens em relação aos períodos de gozo de férias, licença-maternidade e no limite de até 5 (cinco) meses nos casos de afastamento por doença ou acidente de trabalho, não prevendo o pagamento em relação ao período do aviso prévio indenizado incorporado ao tempo de serviço, indefere-se a pretensão deduzida na letra "s" da inicial."

É dizer, os argumentos da reclamada, ao refutar a integração de referidos valores habitualmente pagos, foram fundamentados nos termos da Lei 6.231/76, que regulamentou a dedução do lucro tributável, para fins de imposto de renda, das despesas realizadas com alimentação do trabalhador - através do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). O art. 3º da Lei nº 6.231/76 dispõe, in verbis, que "não se inclui como salário de contribuição a parcela para in natura, pela empresa, nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho", caso do referido PAT. O art. 6º do Decreto nº 5/91 (que regulamenta a Lei nº 6.231/76) dispõe expressamente que tal parcela "não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos (...)".

Frise-se que a lei prevê que a referida concessão ocorre sem integração ao salário, atribuindo-se aos valores pagos a título de alimentação caráter não-remuneratório. Nos autos sob análise restou comprovada a inscrição da reclamada no referido programa, conforme documento de Id 2f04053.

Analisando os dispositivos da norma coletiva, constato que não há previsão do pagamento dos referidos auxílios no período do aviso prévio indenizado, senão vejamos:

**"CLÁUSULA QUINTA - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR**

O INEC concederá mensalmente a cada empregado Vale Alimentação no valor de R\$ 373,55 (trezentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) entregues no primeiro dia útil do mês referente ao benefício, assegurado, inclusive, nos períodos de gozo de Férias, Licença-Maternidade e no limite de até 5 (cinco) meses nos casos de afastamento por doença ou acidente de trabalho.

**CLÁUSULA SEXTA - CESTA ALIMENTAÇÃO**

O Instituto concederá mensalmente a cada empregado R\$ 207,19 (duzentos e sete reais e dezenove centavos) de cesta alimentação que serão em forma de Cartão Alimentação, entregues no primeiro dia útil do mês referente ao benefício, assegurado, inclusive, nos períodos de gozo de férias, licença-maternidade e no limite de até 5 (cinco) meses nos casos de afastamento por doença ou acidente de trabalho.

No mês de dezembro, será concedida uma 13ª (décima terceira) cesta, proporcional ao tempo de serviço.

Portanto, mantenho a sentença, no particular.

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de que a Lei 6.231/76 prevê que as despesas pagas com alimentação do trabalhador, através do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, ocorre sem integração ao salário, considerando o caráter não remuneratório da verba, além de ter constatado que as normas coletivas encartadas

não previam pagamento do auxílio refeição e do auxílio cesta alimentação no período do aviso prévio indenizado. Nesse toar, não se vislumbra violação ao dispositivo legal apontado.

Arestos provenientes de Turma do TST, deste Tribunal ou de órgão não elencado na alínea "a" do artigo 896 da CLT, são inservíveis ao confronto de teses (CLT, art. 896 e OJ 111/SDI-I/TST).

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista...

A autora não logra êxito em desconstituir os fundamentos da decisão denegatória, tendo em vista que o recurso de revista não demonstrou o preenchimento de pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assinale-se que o recurso de revista ostenta natureza extraordinária e não constitui terceiro grau de jurisdição. Portanto, essa via não permite cognição ampla, estando a admissibilidade restrita às hipóteses do art. 896 da CLT, não configuradas na espécie, conforme devidamente assentado na decisão agravada. Confirma-se, portanto, a decisão denegatória, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registre-se que a remissão aos fundamentos constantes na decisão agravada como expressa razão de decidir deste Relator atende à exigência legal e constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário (fundamentos per relationem). Consoante reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, "Reveste-se de plena legitimidade jurídico-constitucional a utilização, pelo Poder Judiciário, da técnica da motivação "per relationem", que se mostra compatível com o que dispõe o art. 93, IX, da Constituição da República. A remissão feita pelo magistrado - referindo-se, expressamente, aos fundamentos (de fato e/ou de direito) que deram suporte a anterior decisão (ou, então, a pareceres do Ministério Público, ou, ainda, a informações prestadas por órgão apontado como coator) - constitui meio apto a promover a formal incorporação, ao ato decisório, da motivação a que o juiz se reportou como razão de decidir" (STF-RHC-120351-AgR/ES, Segunda Turma, Relator Ministro Celso de Mello, DJe 18/05/2015). A referendar esse entendimento, confirmaram-se, dentre muitos, os seguintes precedentes da SbDI-1 e da 1ª Turma desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CABIMENTO. SÚMULA N.º 353. NÃO ENQUADRAMENTO NAS EXCEÇÕES PREVISTAS NAS ALÍNEAS "D" E "F". NÃO PROVIMENTO. Ao contrário do que alega a ora agravante, os embargos outrora denegados não têm o seu cabimento resguardado pelas exceções previstas nas alíneas "d" e "f" da Súmula nº 353. 2. Inaplicável ao caso a exceção contida na alínea "d", que admite o cabimento dos embargos quanto interpostos para impugnar o conhecimento do agravo de instrumento. Registre-se que, na hipótese, a pretensão da embargante volta-se, em última análise, contra o mérito do agravo de instrumento, que teve o seu seguimento denegado monocraticamente pelo Relator, o qual, utilizando-se da técnica da fundamentação per relationem -- adotada no âmbito do e. STF (precedente AI-QO-RG 791.292-PE) --, incorporou ao respectivo decisor todos os fundamentos jurídicos contidos na decisão denegatória do recurso de revista, então proferida à luz da análise dos pressupostos intrínsecos de que cuida o artigo 896 da CLT. 3. Igualmente não comportam os autos a aplicação da exceção contida na alínea "f" da referida súmula, que expressamente admite o cabimento de embargos para impugnar acórdão de Turma desta Corte proferido em agravo, quando esse for interposto de decisão

monocrática de Relator proferida em recurso de revista. No caso vertente, trata-se de acórdão da Turma prolatado em agravo, mas que foi interposto contra decisão monocrática de Relator proferida em agravo de instrumento, e não em recurso de revista. 4. Decisão agravada que ora se mantém, por seus próprios fundamentos. 5. Impende registrar, ainda, que esta Subseção vem se posicionando pela aplicação da multa prevista no artigo 81, caput, do CPC de 2015 nas hipóteses de agravo regimental interposto com intuito manifestamente protelatório, já que dirigido contra decisão pautada na jurisprudência já pacificada no âmbito desta Corte Superior. 6. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (AgR-E-ED-Ag-AIRR-6501-26.2011.5.12.0001, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 09/12/2016). AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PRIMEIRA RECLAMADA. VÍNCULO DE EMPREGO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. O Regional, calcado na prova dos autos, entendeu devidamente comprovados os requisitos dos arts. 2.º e 3.º da CLT. E, em face desse reconhecimento e do conjunto probatório dos autos, o Regional julgou a ação com espeque na Súmula n.º 393 do TST. Assim, mostra-se acertada a decisão monocrática que adotou a motivação per relationem, franqueada ao julgador, conforme entendimento pacífico do STF, porquanto os fundamentos da decisão regional estavam corretos e mereciam ser mantidos. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-600-10.2014.5.05.0020, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, 1ª Turma, DEJT 02/02/2021).

Nem se objete com a incidência do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, porquanto o referido dispositivo aplica-se aos agravos internos interpostos a partir de 18/03/2016, data de vigência do referido diploma processual, e não ao agravo de instrumento.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGOU SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, de                      de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

#### Processo Nº AIRR-0000270-94.2021.5.20.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	MARIA MEDREIRO DA SILVA
Advogado	Dr. Larissa Santos de Menezes(OAB: 13992-A/SE)
Agravado	ESPÓLIO de TEODORO GOMES DA SILVA (REPRESENTADO PELO INVENTARIANTE TEOCLECIO GONÇALVES DA SILVA)
Advogado	Dr. Marcos Antônio Menezes Prado(OAB: 4485-A/SE)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO de TEODORO GOMES DA SILVA  
(REPRESENTADO PELO INVENTARIANTE TEOCLECIO GONÇALVES DA SILVA)

- MARIA MEDREIRO DA SILVA



Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (1654) /  
RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) /  
PROCESSO E PROCEDIMENTO (8960) / PROVAS (8990) /  
DOCUMENTAL

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 7º da Constituição Federal.

- violação da(o) artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho;  
artigo 23 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A Recorrente indica violação aos dispositivos mencionados pleiteando o reconhecimento de vínculo de emprego.

Diz que "trata-se de exame de fatos, não reexame".

Alega que atentar-se somente ao documento ou cartão família "é não respeitar o princípio da primazia da realidade, e não observar as provas testemunhais presentes nos autos, as quais relatam a real verdade dos fatos".

Transcreve arestos para subsidiar divergência jurisprudencial.

Analiso.

Nitidamente, percebe-se que a recorrente almeja rediscutir as premissas fáticas da decisão, sem delimitar teses estritamente jurídicas, o que não é admitido em sede de Recurso de Revista, na linha da Súmula 126 do TST.

Ressalto que, na linha do artigo 896 da CLT e Súmula 126 do TST, a fase de análise probatória encerra-se no segundo grau, não competindo ao TST revolver os elementos de prova constantes dos autos. O papel constitucional daquela Corte Trabalhista volta-se à análise de teses jurídicas, não lhe cabendo perquirir as especificidades probatórias de cada processo.

Por isso, nego seguimento ao recurso.

#### CONCLUSÃO

Denego seguimento.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o

processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT.

Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR

CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma escoreta.Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão.Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88.Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos.Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais

(motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPESSOAL, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

### Processo Nº AIRR-0010460-37.2020.5.15.0120

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	SERGIO RICARDO DE SOUZA AMARAL
Advogado	Dr. Evandro da Silva Oliveira(OAB: 367643-A/SP)
Agravado	FUGINI ALIMENTOS LTDA
Advogado	Dr. Sérgio Antonio Zanelato Júnior(OAB: 135083-A/SP)

### Intimado(s)/Citado(s):

- FUGINI ALIMENTOS LTDA
- SERGIO RICARDO DE SOUZA AMARAL

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência

decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Ação Rescisória / Revelia / Confissão.

No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente indica trecho do acórdão recorrido que não aborda todos os fundamentos adotados pela aludida decisão, deixando de cumprir adequadamente os requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes: RR-18177-29.2013.5.16.0020, 1ª Turma, DEJT de 29/04/2016; AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, DEJT de 06/05/2016; AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, DEJT de 29/04/2016; AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, DEJT de 22/04/2016; AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, DEJT de 06/05/2016; AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, DEJT de 04/03/2016.

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per

relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada.Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no

seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR**

Ministro Relator

### Processo Nº AIRR-1001267-02.2017.5.02.0361

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	MARELLI COFAP DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. José Eduardo Duarte Saad(OAB: 36634/SP)
Advogado	Dr. Guilherme Neuenschwander Figueiredo(OAB: 195028-A/SP)
Advogada	Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069-A/SP)
Agravado	ANTONIO IRISMAR CUNHA
Advogado	Dr. Graziela Cristina Marotti(OAB: 189800-D/SP)
Advogado	Dr. Edimar Hidalgo Ruiz(OAB: 206941-A/SP)
Advogado	Dr. Fábio Santos Feitosa(OAB: 248854-A/SP)
Advogado	Dr. Eduardo Cassiano Paulo(OAB: 292395-A/SP)

### Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO IRISMAR CUNHA
- MARELLI COFAP DO BRASIL LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento no qual se pretende destrancar recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Juízo de admissibilidade do Tribunal a quo denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

### PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 30/05/2022 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 09/06/2022 - id. 7509bf7).

Regular a representação processual, id. fbf2a5c - Pág. 13.

Satisfeito o preparo (id(s). 0708b0d e 421e4fb).

### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PROCESSO E PROCEDIMENTO.**

Sustenta que deve ser aplicada, em sua integralidade, a Lei 13.467/2017 nos presentes autos.

O Regional consignou que, tendo em vista o contrato de trabalho no período de 08.01.13 a 13.07.17 e a propositura da ação anteriormente à entrada em vigor da nova disciplina trabalhista, será adotada a legislação material vigente à época da prestação de serviços pelo obreiro e as normas de caráter procedimental terão plena aplicação, mas apenas para os atos processuais posteriores a 11/11/2017.

Considerando as premissas fáctico-jurídicas delineadas no

acórdão, não se vislumbra ofensa aos dispositivos legais e constitucionais invocados.

DENEGA-SE seguimento.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL / ACIDENTE DE TRABALHO.

A recorrente questiona laudo pericial que atestou o dano patrimonial sofrido pelo reclamante estimado em 60% conforme tabela da SUSEP alegando que não existe a incapacidade na forma apontada, tampouco culpa ou nexo de causalidade.

Inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do TST.

Ficam afastadas as violações legais apontadas, bem como o dissenso pretoriano.

DENEGA-SE seguimento.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL.

Consta do v. Acórdão a fixação do percentual de 30% do redutor para o pagamento da pensão em parcela única.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho tem adotado a aplicação de um redutor que oscila entre 20% e 30%, para o pagamento da indenização em parcela única.

Nesse sentido: Ag-AIRR-1000752-98.2016.5.02.0361, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 20/08/2021; ARR-10581-04.2016.5.03.0035, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 12/04/2019; RR-120-43.2017.5.08.0117, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 28/06/2019; ARR-71600-29.2003.5.15.0036, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 31/05/2019; RR-1000532-46.2017.5.02.0012, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 28/10/2021; RR-20179-46.2016.5.04.0522, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, 7ª Turma, DEJT 27/08/2021. Não se vislumbra, portanto, violação ao art. 884 do Código Civil.

DENEGA-SE seguimento.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho firmou-se no sentido de que o dano moral é presumido (*in re ipsa*) quando verificada a existência de acidente do trabalho ou de doença profissional com responsabilidade do empregador.

Citam-se os seguintes precedentes: E-ED-RR-23600-32.2006.5.15.0120, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, SBDI-1, DEJT 30/10/2013; E-ED-RR-346700-21.2002.5.12.0037, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, SBDI-1, DEJT 03/06/2011; AIRR-109200-47.2006.5.02.0002, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, 1ª Turma, DEJT 02/05/2014; RR-89500-26.2007.5.09.0303, Relatora Ministra Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 17/04/2015; RR-3945-98.2011.5.12.0050, Relator Ministro Alexandre Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 6/03/2015; RR-1000516-67.2015.5.02.0431, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, 4ª Turma, DEJT 22/11/2019; Ag-AIRR-73000-66.2009.5.03.0080, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5ª Turma, DEJT 23/10/2015; RR-262900-07.2006.5.09.0242, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 8/05/2015; RR-71100-21.2009.5.12.0008, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 7ª Turma, DEJT 30/05/2014; AIRR-366-52.2011.5.02.0461, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 4/05/2015. Assim, estando a decisão recorrida em consonância com a atual e iterativa jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o trânsito

do recurso de revista encontra óbice no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 do TST.

DENEGA-SE seguimento.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / VALOR ARBITRADO.

A tormentosa questão de se mensurar a adequada indenização, no campo jurídico do dano moral, há de ser norteada pela prudência e parcimônia, na análise das particularidades de cada caso concreto, mormente em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Considerada, assim, a gravidade dos fatos, a culpa da empregadora, a real extensão do sofrimento do ofendido, inclusive, se houve repercussão familiar e social, e, finalmente, porque fixada em atenção à situação econômica da devedora e ao caráter pedagógico da sanção, para que não haja reincidência.

A indenização por dano moral não significa o "pretium doloris" (preço da dor), porque essa verdadeiramente nenhum dinheiro paga, mas, por outro lado, pode perfeitamente atenuar a manifestação dolorosa e deprimente de que tenha sofrido o trabalhador lesado. Nesse sentido, a indenização em dinheiro, na reparação dos danos morais, é meramente compensatória, já que não se pode restituir a coisa ao seu status quo ante, por conseguinte, ao estado primitivo, como se faz na reparação do dano material. Assim, embora represente uma compensação à vítima, a reparação do dano moral deve, sobretudo, constituir uma pena, ou seja, uma sanção ao ofensor, especialmente num País capitalista em que vivemos, onde cintilam interesses econômicos.

In casu, coerente e "razoável" o valor arbitrado pelo Regional (R\$ 20.000,00), o qual se mostra suficiente para impedir a prática de novos atentados dessa ordem por parte da empregadora, bem como para compensar o sofrimento de ordem moral e/ou estético sofrido pelo empregado.

Não se constata, pois, violação dos dispositivos legais indicados.

DENEGA-SE seguimento.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

Consta do v. Acórdão que não houve elementos aptos a infirmar as conclusões periciais apresentadas, sendo devido o adicional de insalubridade ou periculosidade, conforme a opção a ser realizada pelo reclamante na fase de liquidação.

Para se adotar o entendimento de que o reclamante não comprovou o fato constitutivo do direito alegado, seria necessária a revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo (Súmula nº 126 do TST), o que afasta a admissibilidade do recurso por violação ao art. 193 e 818, I, da CLT.

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao Recurso de Revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação *per relationem*, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.



Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

**EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA.** 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

**DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.** 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM.** A despeito das razões expostas, deve ser mantida a

decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

**AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.** Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo

Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

#### Processo Nº AIRR-0000194-44.2022.5.09.0651

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	IRMAOS MUFFATO S.A
Advogado	Dr. Alan Carlos Ordakovski(OAB: 30250-A/PR)
Agravado	JOAO DIOGO CHRISTOVAM
Advogado	Dr. Bruno Fischer Fraiz de Moraes(OAB: 40521-A/PR)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- IRMAOS MUFFATO S.A
- JOAO DIOGO CHRISTOVAM

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

#### TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

#### DURAÇÃO DO TRABALHO (1658) / HORAS EXTRAS (2086) / CARGO DE CONFIANÇA

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 62 da Constituição Federal.

- divergência jurisprudencial.

O Recorrente pede que seja reconhecido o enquadramento da parte Autora no inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho e seja afastada a condenação ao pagamento de horas extras. Sustenta que restou comprovado que o Autor possuía salário diferenciado e poderes de gerência inerentes ao seu cargo de confiança.

Fundamentos do acórdão recorrido:

"Em contestação, o reclamado levanta a tese de que, desde o início do contrato, o autor não estava subordinado a controle de jornada, pois exercia cargo de confiança, sendo autoridade máxima do departamento de frios (fls. 94/95).

De acordo com a CTPS (fl. 17), o reclamante foi contratado em 09/02/2021 para exercer a função de "frios - encarregado", registrado o salário de R\$ 3.000,00.

O reclamado comprova remuneração diferenciada do autor em relação a funcionário admitido em 27/03/2021 no cargo de repositor, com remuneração equivalente a R\$ 1.416,00 (fl. 123) e funcionário exercente deste mesmo cargo desde out./2012, com remuneração de R\$ 1.596,00 (fl. 126).

Logo, comprovado o preenchimento do requisito objetivo.

Contudo, no tocante à fidejussão diferenciada da parte autora, a prova oral corrobora a tese inicial.

Em depoimento o reclamante não incorre em confissão, confirmados os fatos na esteira da respectiva tese:

[?]

Por sua vez, o preposto confessa que, na função de encarregado, o autor estava subordinado ao gerente e não tinha poderes de mando e gestão, pois precisava pedir autorização para se ausentar do trabalho, além de a escolha na contratação e demissão poder ser vetada pelo gerente:

[?]

Na esteira da confirmação de que o reclamante exerceu função sem qualquer atribuição diferenciada, as testemunhas declaram:

[?]

Dos depoimentos transcritos emerge confirmação de que o autor, como "encarregado", estava hierarquicamente abaixo do subgerente e do gerente; que necessitava de autorização para se ausentar do trabalho e comunicar ao gerente que estava indo embora; que não poderia contratar ou dispensar empregados sem o aval do RH e do gerente, podendo apenas indicar o empregado; e, que a aplicação de advertências era assinada em conjunto com o gerente do setor.

Considerada a confissão do preposto, bem como as declarações das testemunhas, tem-se que o autor não detinha poderes de mando e direção a configurar o cargo de confiança nos moldes previstos no art. 62, II, da CLT, pelo que correta a interpretação do Juízo monocrático.

MANTENHO."

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação literal ao preceito da legislação federal invocado.

O recurso de revista também não se viabiliza por divergência jurisprudencial, porque não há identidade entre a premissa fática descrita no acórdão e aquelas retratadas nos arestos paradigmas. Aplica-se o item I da Súmula 296 do Tribunal Superior do Trabalho. Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO

OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE

**PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.** Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma escorreita. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da

CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR**

Ministro Relator

#### Processo Nº RRAg-0010336-51.2019.5.15.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante e Recorrido	CASA DO MENOR DE SOROCABA
Advogada	Dra. Alessandra do Lago(OAB: 138081-A/SP)
Agravado e Recorrente	MUNICÍPIO DE SOROCABA
Procurador	Dr. Renata Eloisa da Silva Haddad
Agravado e Recorrido	SUELENY ALVES TEIXEIRA
Advogado	Dr. Alexandre Araújo(OAB: 268851-A/SP)
Advogado	Dr. Paulo Rios Macelo Júnior(OAB: 368323-A/SP)
Agravado e Recorrido	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E BENEFICENTE REFÚGIO
Advogada	Dra. Hociamara Aparecida Costa Pereira(OAB: 310697-A/SP)
Advogada	Dra. Ana Flavia Gonzales Bittar(OAB: 338807-A/SP)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E BENEFICENTE REFÚGIO
- CASA DO MENOR DE SOROCABA
- MUNICÍPIO DE SOROCABA
- SUELENY ALVES TEIXEIRA

**I - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO RÉU CASA DO MENOR DE SOROCABA**

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

Foi apresentada contraminuta ao agravo de instrumento.

O Ministério Público do Trabalho, quanto ao agravo de instrumento, preconizou o prosseguimento do feito.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

(...)

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.

No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente não indica trecho do acórdão recorrido que prequestiona a controvérsia objeto do recurso, assim deixando de atender aos requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º, I, da CLT.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária.

#### PEDIDOS JULGADOS PROCEDENTES

O v. acórdão manteve a r. decisão que não conheceu o recurso da recorrente por deserção, restando, portanto, prejudicada a análise dos temas por esse Juízo de Admissibilidade.

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária.

Cotejando-se a decisão denegatória do recurso de revista com as razões da presente minuta, depreende-se que não foi impugnada, de forma específica, a fundamentação expendida pela Corte Regional quanto ao não atendimento do disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT.

Nesse contexto, o agravo de instrumento revela deficiência de fundamentação, porquanto a parte agravante não infirmou a decisão agravada, nos termos em que proferida, em manifesta desatenção ao princípio da dialeticidade, o que atrai a incidência da Súmula n.º 422 do TST, cujo teor se reproduz, verbis:

#### RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO.

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

Em razão da inobservância do princípio da dialeticidade recursal no agravo de instrumento, resulta inviabilizado o exame do mérito da controvérsia, o que impede a análise de eventual transcendência do recurso de revista.

NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento.

#### II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RÉU MUNICÍPIO DE SOROCABA

Trata-se de recurso de revista contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho, publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Foram apresentadas contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo não conhecimento do recurso de revista.

O recurso de revista é tempestivo e tem representação regular, sendo inexigível o preparo. Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, passa-se a análise dos específicos do recurso de revista.

#### RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONDUTA CULPOSA NA FISCALIZAÇÃO DAS

#### OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE PRESTADORA DE SERVIÇOS. ÔNUS DA PROVA

O Tribunal Regional do Trabalho, quanto ao tema, assentou:

#### RECURSO DO TERCEIRO RECLAMADO

O Município reclamado restou condenado subsidiariamente em razão do termo de cooperação celebrado com a primeira reclamada, o que atestaria a sua responsabilidade patrimonial em virtude da subvenção repassada à entidade empregadora (condenada em caráter principal iter), como entendeu o Juízo "a quo".

Em seu extenso recurso, a Municipalidade inicialmente pontua não ser aplicável, na espécie, a Súmula 331, do C. TST, pois que não se está diante de contrato de prestação de serviços, de sorte que não ha falar-se em tomada de serviços, porém em mera administração de interesse comum na realização de programas de apoio e acolhimento infantil.

Esclarece o Município recorrente que havia repasse de verbas públicas às entidades reclamadas para a realização de aludidos programas de assistência à criança e que, por isso, tais entidades não eram prestadoras de serviços à Municipalidade, porém meros destinatários de verbas repassadas para a execução de serviços de interesse público.

Invoca o recorrente, ademais, decisões do C. TST acerca da inaplicabilidade da Súmula 331 do C. TST a casos congêneres, bem como a decisão do excelso Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade do art. 71 da Lei 8.666/ 1993, fixando, "ad argumentandum tantum", que o mero inadimplemento da empresa prestadora de serviços não pode gerar responsabilidade patrimonial.

Na mesma trilha, o Município alega não haver nexo de causalidade entre o dano sofrido pela autora (=incontroverso), resultante que seria de omissão de exclusiva responsabilidade da primeira reclamada, não da Administração, cuja ação cingiu-se à contratação daquela para prestação de serviços em estritos limites legais.

Menciona o recorrente, ainda, a ausência de irregularidades quanto aos repasses, pois todas as despesas eram criteriosamente analisadas pelo Município na prestação de contas, e que os depósitos eram efetuados após comprovação de situação regular de todos os empregados da entidade.

Afirma que tais comprovações envolveram recolhimentos de FGTS e previdenciários, bem como "RELATÓRIOS CONCLUSIVOS" atestando a regularidade dos documentos apresentados.

Invoca, enfim, suposta ausência de provas de sua culpa na ocorrência de prejuízos à obreira, ora recorrida, pretendendo atribuir a ela o ônus da produção de "prova inequívoca" de sua conduta omissiva ou comissiva, ante a vedação de presunção de culpa.

Engana-se.

Em primeiro lugar, é certo que houve, sim, terceirização de serviços para os fins da Súmula 331 do C. TST. O Tribunal Superior do Trabalho tem reconhecido iterativamente, em jurisprudência mais recente, a subsunção dos convênios públicos de cooperação, dos termos de parceria e dos atos e pactos administrativos similares à ideia de intermediação de mão de obra, inclusive em circunstâncias como a destes autos. Afinal, se a ora recorrente reconhece que a empregadora recebia repasse de verba pública para a execução de serviços de interesse público, está claro que, concretamente, a empregadora prestava serviços públicos ao município, no interesse da Municipalidade (que, se não os houvesse "terceirizado" - inclusive sob os auspícios da Lei 9.637/ 1998, da Lei 9.790/ 1999 e de outras de mesmo trato -, teria de presta-los com seus próprios servidores).



Nesse exato sentido, veja-se:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. HOSPITAL PÚBLICO. ADMINISTRAÇÃO DELEGADA A ENTE PRIVADO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO DURANTE O PERÍODO DE ADMINISTRAÇÃO PELO ENTE PRIVADO. A lide versa sobre a responsabilidade subsidiária do município em relação ao período em que a administração do Hospital Municipal Ruth Cardoso, pertencente ao município de Camboriú, foi delegada a ente privado (Cruz Vermelha Brasileira - filial Rio Grande do Sul) contratado mediante licitação para esse fim. Após a intervenção deflagrada pelo Decreto Municipal nº 6.550/ 12, o ente público municipal passou a administrar o hospital diretamente. O Regional entendeu que o "município tem responsabilidade sobre os contratos de trabalho extintos antes da intervenção, porquanto o hospital em questão é um bem público e apenas teve a sua gestão transferida a terceiros por autorização da Lei Municipal nº 3088/10". O argumento do município para eximir-se da responsabilidade subsidiária a ele atribuída é no sentido de que ausente a terceirização. Com efeito, a referida instituição foi contratada mediante processo licitatório para gerir a administração do hospital municipal Ruth Cardoso. Nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei 8.666/93 'considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.' Esclareça-se que a intervenção a que se refere o acórdão diz respeito a retomada da administração pelo município. Ora, é descabida a alegação da inexistência de terceirização, na medida em que se depreende dos autos que a autora fora contratada pela empresa encarregada da gestão hospital para prestação de serviços perante o hospital, configurando-se típica terceirização de serviços. Ademais, v n u n r " firm L inº situa-se como convênio administrativo em razão de comunhão de interesses e da mútua cooperação entre os contratantes para realização de serviços de interesse social e utilidade pública, em que o ente público atua como verdadeiro tomador de mão-de-obra mediante a razão pela qual W casos em que não cumpriu ou falhou em cumprir as obrigações previstas na Lei nº 8.666/93, aplicáveis ao convênio por força do disposto no art. 116 da referida lei. Superada essa questão, passa-se ao exame da responsabilidade subsidiária decorrente da terceirização. Nesse aspecto, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADC 16, decidiu que o art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e constitucional, mas que isso não impede a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, desde que constatado que o ente público agiu com culpa in vigilando. Acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho alterou a redação da Súmula nº 33 1/T ST. Com efeito, a responsabilidade supletiva, em casos de terceirização de serviços, só pode (e não pode deixar de) ser atribuída ao Ente Público quando evidenciada a culpa in vigilando, isto é, a conduta culposa do contratante na fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora, responsabilidade que não decorre do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada e do benefício do labor do empregado, mas também não se exclui pelo simples fato da regularidade da contratação administrativa nos termos da Lei 8.666/93. Em recente decisão da Corte Suprema, proferida nos Embargos de Declaração em Reclamação nº 18.778/RJ, convertidos em Agravo Regimental, DJE 6/2/2015, foi ressaltado que 'incumbe as instâncias ordinárias examinar, diante do contexto

fatioso-probatório carreado aos autos, se houve o comportamento culposos (i.e., culpa in eligendo ou in vigilando) por parte da entidade da Administração para, em caso afirmativo, proceder a sua responsabilização subsidiária em razão do inadimplemento ou insolvência do prestador de serviços.' No caso, o Regional fez expressa referência a questão da fiscalização, ressaltando que: "O fato de o Município ter firmado contrato administrativo de gestão de Hospital Público com a 1ª re (Cruz Vermelha), que contratou a autora, confere-lhe legitimidade passiva, ao menos abstratamente, pois não é terceiro totalmente estranho à relação jurídica, tendo em vista seu dever de fiscalização da execução do contrato, entre outros, que pode ensejar sua responsabilização. Não prospera, porém, a alegação do município de que "não há que se falar em culpa in vigilando ao passo que o Recorrente ao menor sinal de irregularidades interveio na unidade de saúde assumindo diretamente a gestão do nosocômio a partir de 03/08/2012". Com efeito, constata-se que a alegada intervenção não foi suficiente para evitar a inadimplência durante o pacto laboral, caracterizando-se a falha na fiscalização, apta a caracterizar a culpa in vigilando, visto que, a título exemplificativo, verifica-se que não foram pagas verbas como FGTS durante toda a contratualidade, inclusive sobre o período em que o hospital esteve sob a administração do município (período de intervenção), perpetuando-se o desrespeito aos contratos de trabalho. Por outro lado, após a decretação da intervenção sequer houve a imediata rescisão do contrato de terceirização, perpetuando dessa forma, as irregularidades, conforme demonstrado. Ademais, a intervenção a que se refere o Regional diz respeito a retomada da administração do hospital pelo poder público, por meio do Decreto Municipal nº 6.550/ 12, não está ligada, necessariamente, ao cumprimento do dever de fiscalização sobre os contratos de trabalho firmados pela prestadora de serviços, visto que nem sequer o Regional registra essa premissa. Diante desse contexto, não se há de perquirir a violação do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, tampouco contrariedade à Súmula 331, V, do TST. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (AIRR-4426-42.2012.5.12.0045, Ac. 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre Agra Belmonte, in DEJT 8.5.2015 - g.n.).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/14. ENTE PÚBLICO. SÚMULA 331, IV E V, no TST. TERMO DE PARCERIA. OSCIP. Extrai-se do acórdão regional que a empregadora da reclamante e pessoa jurídica de direito privado, a qual realizou termo de parceria com o Poder Público, caracterizando-se, portanto, como OSCIP, nos termos da Lei 9.790/99. Não é possível atribuir ao ente público, que firma parceria com OSCIP, imunidade trabalhista com base na Lei 8.666/ 1993, que sequer guarda estreita pertinência com o caso de parceria estatal com organizações sociais. O que se deve aferir em tais circunstâncias e se foram observados os princípios consagrados no art. 4º, I, da Lei 9.790/99, que são os mesmos insertos no caput do art. 37 da Constituição Federal. O reconhecimento, em abstrato, de impossibilidade da condenação da administração pública a título subsidiário contraria o ditado por esta Corte em sua jurisprudência pacífica, consubstanciada no item IV da Súmula 331. Identificadas as premissas fáticas para a aplicação da responsabilidade subsidiária não cabe seu afastamento apenas ao fundamento de ser vedada a responsabilização da entidade pública com amparo na Lei 8666/1993, a qual, reitera-se, não disciplina o termo de parceria firmado com OSCIP. Agravo de instrumento não provido. (TST - AIRR: 13142520145190005, Relator: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 02/08/2017, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/08/2017 - g.n.)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA.[...] 3.

TERMO DE PARCERIA. OSCIP. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO. A jurisprudência desta Corte Superior e no sentido de que cabe a responsabilização subsidiária dos entes públicos quanto aos termos de parceria por ele celebrados. Verifica-se, ainda, que o Tribunal Regional decidiu a controvérsia em consonância com os artigos 186 e 927 do Código Civil, que preveem a culpa in vigilando. Ademais, os artigos 58. III. e 67 da Lei nº 8.666/93 impõem a Administração Pública o dever de fiscalizar a execução dos contratos administrativos de prestação de serviços por ela celebrados. No presente caso, o ente público tomador dos serviços não cumpriu adequadamente essa obrigação, permitindo que a empresa prestadora contratada deixasse de pagar regularmente a seu empregado as verbas trabalhistas que lhe eram devidas. Saliente-se que tal conclusão não implica afronta ao art. 97 da CF e contrariedade a Súmula Vinculante nº 10 do STF, nem desrespeito a decisão do STF na ADC nº 16, porque não parte da declaração de inconstitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, mas da definição do alcance das normas inscritas nesta Lei, com base na interpretação sistemática. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (Processo: AIRR - 623-48.2013.5.19.0004 Data de Julgamento: 25/11/2015, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/11/2015 - g.n.) AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. CONVENIO CELEBRADO COM ENTE PÚBLICO. FOMENTO DE ATIVIDADES DE UTILIDADE PÚBLICA. ADC Nº 16 - CULPAS IN VIGILANDO, IN ELIGENDO E IN OMITTENDO - ARTS. 58, III, E 67, CAPUT E § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. INCIDENCIA DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Esta Corte, reunida na Seção Especializada em Dissídios Individuais, em sua composição plena, no julgamento do Processo nº TST- AR-13381-07.2010.5.00.0000, concluiu pela fixação do entendimento de que WW, em razão de interesse comum às partes, não exclui a responsabilidade da Administração Pública em um anuência de um Município responder subsidiariamente pelos direitos trabalhistas reconhecidos. O art. 71 da Lei nº 8.666/93 foi declarado constitucional pelo STF, sendo inadmissível a responsabilização da Administração Pública pelos encargos trabalhistas devidos pela prestadora dos serviços, nos casos de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora de serviços. Entretanto, nos termos da jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal, a ocorrência de culpa in eligendo, in vigilando ou, ainda, in omittendo implica a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelas verbas trabalhistas devidas ao trabalhador terceirizado. Assim, quando o ente da Administração Pública não logra comprovar que cumpriu os deveres impostos nos arts. 58, III, e 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, incide a responsabilidade subsidiária. Agravo de instrumento desprovido. (AIRR-867-68.2012.5.09.0657, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 11/03/2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/03/2015 - g.n.).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGENCIA DA LEI 13.015/2014. TERMO DE PARCERIA. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. Na hipótese de haver sido formado convênio ou termo de parceria, a jurisprudência desta Corte Superior entende que a responsabilidade civil do ente público pelas verbas trabalhistas inadimplidas pelo empregador conveniado ou parceiro é verificada à luz das diretrizes consubstanciadas na Súmula 331 do TST. No que diz respeito à responsabilidade subsidiária, a norma do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/ 1993, por si só, não afasta a responsabilidade subsidiária da

Administração Pública tomadora dos serviços. Uma vez caracterizados, no quadro fático constante dos autos, a culpa da Administração na efetiva fiscalização do cumprimento do contrato formalizado com a prestadora de serviços e o inadimplemento de direitos decorrentes do contrato de trabalho, é possível a responsabilização subsidiária do ente público, nos termos da ADC n. 16 do STF e da Súmula 331 do TST. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-100288-17.2017.5.01.0483, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 05/06/2020).

Nada a deferir, portanto, quanto a esse aspecto.

Em segundo lugar, é inegável que, nos termos da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF, o Supremo Tribunal Federal assentou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993, que dispõe sobre a ausência de responsabilidade da Administração Pública por mero inadimplemento do contratado, motivando a reedição da Súmula 331, pelo Tribunal Superior do Trabalho, com a alteração do respectivo item V (a prever a responsabilidade subsidiária da Administração apenas em casos de "conduta culposa"). Mas isto não isenta a reclamada-recorrente, em absoluto. Consigne-se, de partida, que a condenação subsidiária frente aos créditos trabalhistas deferidos encontra arrimo na Súmula n. 331, IV, do C. TST e nos artigos 186 e 927 do atual Código Civil, tendo sua origem - como anotado na origem- na culpa "in eligendo" e "in vigilancia" do tomador, ao contratar (ou "convenia-se" com) pessoa jurídica sem idoneidade técnica para fazer cumprir a legislação trabalhista e/ou sem capacidade econômico-financeira para honrar os direitos trabalhistas sonegados. A propósito, o mero inadimplemento de direitos trabalhistas comezinhos já basta para configurar a inidoneidade econômico-financeira da prestadora de serviços, mesmo que lícita a terceirização, afigurando-se, pois, irrelevante o fato da não formação de vínculo da tomadora diretamente com o empregado ou da inexistência de fraude (do que jamais se cogitou, sequer no exórdio, o que afasta qualquer pertinência para a Súmula 363 do C.TST).

No caso concreto, o termo de cooperação apresentado pelo Município estabeleceu controles rígidos (que, porém, não se aviaram devidamente), com proximidade constante entre as entidades conveniadas. Com efeito, o termo de colaboração acostado às fls. 126/ 136 (ID. 7ec7dcb), em seu art. 1º, fixa ser objeto da parceria a execução de ações previstas em "Plano de Trabalho" aprovado em edital para atendimento de 60 vagas, ao valor mensal de R\$ 98.395,80 (noventa e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), envolvendo acolhimento para crianças de 0 a 17 anos, 11 meses e 29 dias, mediante programa vigente de 10/7/2017 a 30/6/2018, prorrogável por quatro vezes (pelo mesmo lapso), sob os auspícios do Sistema Unico da Assistência Social do Município.

Fixa o art. 3º do convênio (ou termo de colaboração) que o órgão SIAS faria repasses dos valores previstos na cláusula primeira no valor de R\$ 77.770,80 (setenta e sete mil, setecentos e setenta reais e oitenta centavos) relativos a subvenção municipal em conta corrente da Associação Educacional e Beneficente Refúgio aberta para tal fim, com expressa vedação a movimentação de outros recursos na mesma conta destinada aos repasses.

Fixa o art. 7º que o Município deveria, em resumo, monitorar e avaliar o cumprimento do objetivo da parceria e a regularidade de seus procedimentos, valendo-se de visitas, solicitação de documentos e demais diligências; cabia-lhe, ademais, analisar e aprovar a prestação de contas da organização conveniada, e ao final, conforme item V de fl. 128 do PDF dos autos, "...efetuar repasse de verbas em conformidade com a proposta classificada e homologada em edital e desde que devidamente

executado o serviço."

Os documentos de fls. 137 e ss. são certidões de regularidade do FGTS e negativas de débitos trabalhistas. Não bastaram, entretanto; e a ora recorrente limitou-se a um controle documental estéril, embora detivesse outras prerrogativas a partir do próprio convênio (visitas, solicitação de outros documentos, diligências diversas). De fato, a sentença atacada da conta da irregularidade dos depósitos de FGTS, como comprovado pelo extrato analítico anexado a inicial, com base no qual restou a empregadora condenada na Origem. Repito: a mera certidão de regularidade era insuficiente, devendo a Municipalidade se valer de meios fiscalizatórios efetivos, como permitia o convênio administrativo. Não o fez.

De outra parte, a Lei 10.440/2011, que acrescentou o art. 642-A a CLT, nitidamente fixa que a C.N.D.T., outra "prova" apresentada pelo Município quanto a sua fiscalização, refere-se a débitos já cobrados junto à Justiça do Trabalho, de sorte que sua apresentação no bojo de um contrato vigente e igualmente ineficaz como prova do adimplemento de obrigações atuais, especialmente se o objetivo é aferir conduta culposa na execução do contrato objeto da lide. Mais uma vez, a Municipalidade bastou-se com expedientes burocráticos, quando poderia ter realizado fiscalizações mais concretas; aliás, o próprio termo de cooperação nitidamente fixa haver obrigação de fiscalização periódica pela Municipalidade, o que evidentemente não se resume à extração de umas poucas certidões episódicas.

A maior evidência da fiscalização deficiente está, ademais, escancarada na principal "quaestio facti" destes autos: a recorrida, cujo filho nasceu em 13/12/2018 (conforme certidão anexada à exordial), fora demitida em outubro de 2018, momento em que certamente já ostentava sinais visíveis de estar com gravidez em estágio avançado. Ao que dos autos consta, a Municipalidade jamais tomou providências a esse respeito, o que revela o descompromisso com a fiscalização da regularidade das relações de trabalho, em tudo o que fosse além do próprio FGTS, das contribuições previdenciárias e da quitação de dívidas trabalhistas antigas. Não há, insista-se, qualquer notícia de que prepostos da Municipalidade, responsáveis pela fiscalização da legalidade no cumprimento do convênio, tenham notado a demissão de empregada grávida de seis meses, ou que tenham se insurgido quanto a isto; e seria algo facilmente detectável, caso a fiscalização fosse além do meramente cartorial e burocrático. Isso era ainda mais ingente, a exigir inclusive o envolvimento dos órgãos locais de assistência social (dada a situação "sui generis"), em se tratando - a empregadora - de uma entidade assistencial dedicada ao cuidado com crianças, que todavia expôs uma gestante ao desamparo, sem qualquer objeção do Poder Público conveniente.

Eis a constelação de indícios, a atestar, qual prova inequívoca, a conduta culposa (omissiva) dos prepostos da Municipalidade. E, diante disso, ofende a própria garantia de acesso à ordem jurídica justa (CF, art. 50, XXXV) pretender atribuir à obreira o ônus da "probatio diabolica", exigindo desta a comprovação da fiscalização deficiente do convênio.

Há mais, porém.

Se o tomador se subtrai de seu dever legal, inevitavelmente responde pelo correlato prejuízo, até porque seria inconcebível admitir sua irresponsabilidade patrimonial em detrimento do hipossuficiente econômico. É, com efeito, inadmissível qualquer interpretação que venha a facilitar a fraude ou o enriquecimento sem causa, como já decidiu o C. TST no julgamento do RR 350.986/97, pela sua E. 2ª Turma, tendo sido relator o Ministro JOSÉ LUCIANO DE CASTEHO PEREIRA. In verbis:

"RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LEI nº 8.666/93. [...] O art. 71 da Lei nº 8.666/93, em seu parágrafo primeiro, dispõe que a inadimplência do contratado, com referência aos encargos estabelecidos neste artigo, não transfere a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. Ora, quando a prestadora de serviço e inadimplente, com referência a créditos trabalhistas, isso só pode decorrer do fato da culpa in eligendo do ente público. Não se pode interpretar a lei de modo a facilitar a fraude. A fraude é mais grave quando é praticada pela administração em detrimento de simples trabalhadores, como é o caso presente. Cumpre destacar que o conceito de inidoneidade que aqui se adota e em ordem ao cumprimento do preceito maior do art. 173 da Carta. Logo, não se adota para tanto o conceito administrativista de inidoneidade. Recurso conhecido e provido. (g.n.)

Daí que, no mérito, a responsabilidade subsidiária da 2ª reclamada realmente se impõe, nos exatos termos da Súmula 331, IV, do C.TST (que inclui, na redação da Resolução n. 96/00, "os órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (artigo 71 da Lei n. 8.666/93)" - g.n.). É patente, pois, que a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho admite que órgãos da Administração Direta e Indireta figurem, nas relações jurídicas concretas, como tomadores de serviço; é notório, ainda, que aquela jurisprudência também admite a responsabilidade subsidiária do ente administrativo tomador de serviços, apesar do artigo 71, §1º, da Lei de Licitações (e de sua constitucionalidade).

Na realidade, o item IV da Súmula 331 do C.TST foi alterado justamente para abranger, na exegese pretoriana, entidades que usualmente se esquivavam da subsidiariedade ao argumento de sua compleição publicística. E as decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito - especialmente na ADC n. 16 e no RE 760.931- não alteram esse estado de coisas, desde que haja indícios bastantes da culpa "in eligendo" ou "in vigilando" dos prepostos do 2º réu, como é o caso dos autos.

É que, na tese fixada para o Tema de Repercussão Geral n. 246 do STF - no sentido de que "[o] inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, 5º, da Lei nº 8666/93" -, entendeu-se que a responsabilidade dos órgãos da Administração Direta e Indireta pode ser firmada se houver prova inequívoca da conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos (v., e.g., <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=339613>).

Mas a prova inequívoca, entenda-se bem, não se confunde com prova direta ou com prova cabal; basta ser prova que prevalece nos autos, sem espaço para dúvida razoável. Exatamente por isso, ainda sob o Código Buzaid (CPC/ 1973), ao tempo da minirreforma da Lei n. 8.952/1994, o legislador utilizou a expressão "prova inequívoca" para basear a tutela sumária satisfativa (dita "tutela antecipada"), que, como se sabe, não é sequer definitiva. Daí porque as evidências e indícios dos autos bastam para tornar inequívoca, no contexto dos autos, a culpa dos prepostos do 2º réu, especialmente na fiscalização da prestadora.

Para mais, ao contrário do que sustenta o MUNICÍPIO DE SOROCABA, veja-se que, em 12 de dezembro de 2019, a

Subseção 1 de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho reafirmou o ônus processual dos entes públicos de demonstrar cabalmente a sua diligência, nos exatos termos deste voto. Com efeito, ao julgar o E-RR nº 925-07.2016.5.05.0281 (relator Min. CLÁUDIO BRANDÃO), a SBDI-I decidiu, por larga maioria (11 x 3), dar provimento aos embargos da autora para restabelecer o acórdão regional (que fixava a responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços) e fixar o entendimento de que a tese fixada pelo STF nos autos do RE nº 760.931 não realizou a "transferência automática" do ônus probatório para o trabalhador envolvido, mesmo porque tal matéria demanda análise da prova produzida em cada situação específica. E, em casos que tais - como o destes autos -, a SBDI-I assentou a possibilidade de se aplicar o princípio da inversão dinâmica da prova, nos moldes do art. 818, §1º, da CLT, não tendo cabimento instar o empregado a provar a falta de fiscalização ("probatio diabolica", como dito acima). Daí porque, de regra, o ônus da prova recai mesmo sobre o tomador dos serviços, que - vimos - tem obrigação legal de fiscalizar a execução do contrato, nos termos dos artigos 58, III, e 67 da Lei nº 8666/93. Assim, incumbe à Administração Pública promover e comprovar a fiscalização efetiva na execução dos contratos em caso de terceirização, especialmente em casos como o destes autos, nos quais já há indícios bastantes da fiscalização insuficiente (e não se trata, portanto, de mera inversão do ônus da prova, como já se disse e se repisara adiante). De outra parte, diga-se uma última vez, não se questiona aqui a existência de vínculo laboral entre o Município e a reclamante, já que não há indícios de fraude envolvendo diretamente o tomador. O que se questiona, ao revés, é a responsabilidade subsidiária daquela perante este, como decorrência da "culpa in eligendo" e/ou da "culpa in vigilando" de seus prepostos, já indiciariamente demonstrada, como acima dito (e, portanto, não se trata tampouco de "inverter" o ônus da prova, mas de reconhecer que o Município não fez contraprova bastante, à vista da constelação de indícios da sua incúria na fiscalização da empresa prestadora). Não é mister configure-se fraude ou qualquer irregularidade no convênio firmado entre o Município e a empregadora; também não se cogita aqui do artigo 455 da CLT, pois a reclamada-recorrente responde como tomadora de serviços e não como empreiteira. Noutras palavras, o tomador de serviços responderá pelas dívidas do prestador com o seu patrimônio, uma vez verificada a inidoneidade financeira da entidade prestadora de serviços (o que lhe assegura, portanto, benefício de ordem - em relação à entidade prestadora, porém, e não em relação aos seus sócios ou dirigentes, o que de logo se registra). Daí porque toda a discussão travada em torno da legalidade do contrato e da inexistência de vínculo com o tomador é desnecessária.

Tenho ainda a considerar que a responsabilidade patrimonial aventada pelo inciso IV da Súmula 331, advinda da "culpa in eligendo et in vigilando" (como já apontado), tem natureza aquiliana, e não contratual (daí porque as previsões contratuais ou convencionais que eximem de responsabilidade o tomador são de todo inócuas); nada obstante, é controvérsia decorrente da relação de trabalho, nos termos do artigo 114, I, da Constituição Federal. E, enquanto responsabilidade aquiliana, estava sufragada pelos artigos 186 e 927 do Código Civil. Nessa medida, a Súmula 331, IV, do TST não vulnera o princípio constitucional da legalidade (artigo 5º, II, da CRFB); ao contrário, subministra a exegese mais adequada da lei nos contextos de responsabilidade aquiliana indireta, por culpa de eleição ou de vigilância (ou ainda por "culpa in omittendo"), em supostos de terceirização do trabalho humano.

Pela mesma razão, ademais, e porque se colheram provas

preambulares da má fiscalização (a própria inadimplência trabalhista serve como tal, como visto), não tem lugar a exclusão de responsabilidade pretendida pelo Município em face do art. 71, §1º, da Lei 8666/1993. O objetivo do parágrafo 1º do multicitado artigo 71 foi tão-só arrostar a transferência contratual, pura e simples, de responsabilidades para os órgãos licitantes. Nesse diapasão, é lição de Francisco Antônio de Oliveira que "a responsabilidade pecuniária do Poder Público é inarredável se a empresa interposta se mostrar inidônea econômica e financeiramente (culpa in vigilancia e in eligendo)" (v. OLIVEIRA, Francisco Antonio de Oliveira. Comentários aos Enunciados do TST. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p.812).

Isto porque, em tal situação, resta preambularmente revelado que não se atendeu, p. ex., ao disposto no art. 58, III, da mesma Lei n. 8.666/ 1991:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...] III - fiscalizar-lhes a execução [...]" (gn).

Da mesma forma, reza o art. 67 que

[a] execução do contrato devera ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidia-lo de informações pertinentes a essa atribuição. % 10 O representante da Administração anotara em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. % 20 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. (gn)

Assim, se o reclamado-recorrente conveniu-se com entidade que não se desincumbe a contento de seus encargos trabalhistas (o que está patente quando advém a condenação judicial do prestador), e porque a licitação não atingiu seu maior objetivo, qual seja, contratar empresa idônea e ciosa de suas obrigações legais e contratuais. Nesse caso, cabe à Administração demonstrar, em juízo, que a seleção de empresas foi feita a contento, apesar das irregularidades constatadas pelo julgador; demonstrar, em síntese, que o certame foi suficientemente criterioso para eleger a empresa de maior idoneidade, afastando a presunção "hominis" de culpa ("in eligendo", "in viligando" e/ou "in omittendo").

Nestes autos, tal demonstração não foi feita convincentemente, a despeito dos documentos juntados, especialmente à vista das peculiaridades da causa.

A vista desses argumentos, mantenho o reconhecimento da responsabilidade patrimonial subsidiária do 2º reclamado, na forma dos artigos 186 e 927 Código Civil e da Súmula 331, IV, do C. TST.

Nas razões de recurso de revista, o Município reclamado sustenta "(...) é conclusão lógica e legal a ausência de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária desta reclamada em relação a qualquer verba eventualmente devida pela primeira reclamada à reclamante.". Defende que caberia à parte reclamante o ônus de provar a alegada ausência de fiscalização. Aponta, dentre outros, violação dos arts. 5º, II, XXVI e LV, 37, caput, 62, 100, da Constituição Federal, 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, contrariedade à Súmula n.º 331, IV e V, do Tribunal Superior do Trabalho e desrespeito à decisão proferida pelo STF no julgamento da ADC n.º 16. Colaciona arestos.

Em observância à tese vinculante fixada pelo STF no Recurso Extraordinário 760.931 - Tema 246 da Repercussão Geral -, impõe-se o reconhecimento da transcendência jurídica da matéria veiculada no recurso de revista (art. 896-A, § 1º, IV, da CLT).

Contudo, a despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária, porquanto o recurso de revista não comprovou pressuposto intrínseco de admissibilidade à luz do disposto no art. 896, "a" e "c", da CLT, uma vez que a Corte Regional observou tanto a decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF como o julgamento do RE 760.931 (Tema 246 da Repercussão Geral). Com efeito, o Tribunal de origem, soberano na análise do acervo probatório, registrou expressamente que não se trata de hipótese do reconhecimento da responsabilidade do ente público pelo mero inadimplemento de verbas trabalhistas devidas pela prestadora de serviços.

Ficou consignado no acórdão regional:

[...]

Os documentos de fls. 137 e ss. são certidões de regularidade do FGTS e negativas de débitos trabalhistas. Não bastaram, entretanto; e a ora recorrente limitou-se a um controle documental estéril, embora detivesse outras prerrogativas a partir do próprio convênio (visitas, solicitação de outros documentos, diligências diversas). De fato, a sentença atacada da conta da irregularidade dos depósitos de FGTS, como comprovado pelo extrato analítico anexado a inicial, com base no qual restou a empregadora condenada na Origem. Repito: a mera certidão de regularidade era insuficiente, devendo a Municipalidade se valer de meios fiscalizatórios efetivos, como permitia o convênio administrativo. Não o fez.

Consoante se verifica, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços não decorreu de mero inadimplemento das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora de serviços, mas da caracterização da culpa in vigilando, em face da omissão da Administração Pública na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa contratada.

Resulta evidenciado, portanto, que não houve transferência automática da responsabilidade ao ente público, tomador de serviços, nem foi aplicada a responsabilidade objetiva estatal prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

Dessa forma, firmada a convicção da instância ordinária de que a Administração Pública não cumpriu com o seu dever de fiscalizar o adimplemento das obrigações trabalhistas a cargo da empresa prestadora de serviços (arts. 58 e 67, da Lei n.º 8.666/93), inviável aferir a violação de disposição de lei federal e/ou da Constituição Federal, tampouco estabelecer dissenso pretoriano, visto que o acórdão recorrido foi proferido em consonância com a Súmula nº 331, V e VI, do TST, nos limites do julgamento proferido pelo STF na ADC 16/DF e no RE 760.931.

Decisão em sentido contrário demandaria o reexame de fatos e provas, procedimento inadmissível nesta fase recursal de natureza extraordinária, a teor da Súmula n.º 126 do TST.

No que concerne ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)", tem-se que a matéria é objeto do Tema 1118 da Tabela de Repercussão Geral, pendente de julgamento pelo STF. Logo, reconheço a transcendência jurídica da causa, nos termos do art. 896-A, § 1º, IV, da CLT.

Contudo, assinala-se que o Supremo Tribunal Federal, ao analisar a ADC 16/DF e o RE 760.931-RG/DF, não fixou tese quanto à distribuição do ônus da prova nas ações que discutem a

responsabilidade subsidiária da Administração Pública, tampouco estabeleceu limites para a sua apreciação.

Nesse sentido, destaca-se, dentre outros, o seguinte precedente do STF:

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO DECIDIDO NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 16; NO RE 760.931-RG/DF E À SÚMULA VINCULANTE 10. INOCORRÊNCIA. VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE CULPA IN VIGILANDO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIÁVEL NA VIA DA RECLAMATÓRIA. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Ao examinar os requisitos de admissibilidade do recurso de revista, o TST exerceu competência própria, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, tendo destacado em sua decisão que a causa não oferecia transcendência, requisito do recurso de revista, previsto no art. 896-A da CLT. Assim, não há falar em usurpação de competência. II - O Tribunal reclamado responsabilizou subsidiariamente o agravante, por entender caracterizada a culpa in vigilando, decorrente da omissão na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. III - A atribuição da responsabilidade não se deu de forma automática, mas em razão de o juízo trabalhista ter consignado a presença da culpa in vigilando da Administração. Assim, não há falar em desrespeito à ADC 16/DF nem ao RE 760.931-RG/DF (Tema 246 da Sistemática da Repercussão Geral), pois a decisão reclamada não descumpriu as orientações firmadas por este Tribunal, mas, ao contrário, adotou-as plenamente. IV - Ademais, dissenter das razões adotadas pelas instâncias ordinárias no que concerne à configuração de culpa da Administração Pública demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, circunstância não admitida em sede de reclamação constitucional. V - Esta Suprema Corte, ao analisar a ADC 16/DF e o RE 760.931-RG/DF, não determinou regra relativa à questão processual sobre a distribuição do ônus da prova nem estabeleceu limites para a sua apreciação. Precedentes. VI - O Tribunal reclamado, ao analisar o caso concreto, não declarou a inconstitucionalidade de norma legal ou afastou sua aplicação sem observância do art. 97 da Constituição, não ocorrendo violação da Súmula Vinculante 10. VII - A decisão ora atacada não merece reforma ou qualquer correção, pois os seus fundamentos harmonizam-se estritamente com a jurisprudência desta Suprema Corte que orienta a matéria em questão. VIII - Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 40665 AgR, Relator RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe 22/10/2020).

A SbDI-1 do TST, em seu papel de órgão uniformizador da jurisprudência interna corporis, no julgamento do Processo TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281 (Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão realizada em 12/12/2019), firmou o entendimento de que é do poder público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços. Confira-se o precedente:

**RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**



LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração, o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando. Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços. No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 22/05/2020).

Logo, não havendo tese vinculante do STF sobre a distribuição do ônus da prova, concernente à fiscalização das obrigações trabalhistas da prestadora de serviços, e revelando o acórdão do Tribunal Regional conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, a pretensão recursal não se viabiliza, ante os termos do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula n.º 333 do TST. Afastados, em consequência, qualquer dos pressupostos previstos no art. 896, "a" e "c", da CLT.

NÃO CONHEÇO do recurso de revista.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reconheço a transcendência da matéria veiculada no recurso de revista e, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, de de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-000636-54.2021.5.08.0010**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	BOM BONS E DESCARTAVEIS EIRELI E OUTRO
Advogado	Dr. Felipe Jacob Chaves(OAB: 13992-A/PA)
Advogada	Dra. Kely Vilhena Dib Taxi(OAB: 18949-A/PA)
Agravado	BRUNA LOUREIRO PINHEIRO
Advogado	Dr. André Luiz Serrão Pinheiro(OAB: 11960-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BOM BONS E DESCARTAVEIS EIRELI E OUTRO
- BRUNA LOUREIRO PINHEIRO

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso /Transcendência.

Alegação(ões):

A transcendência é matéria cuja apreciação é de exclusiva competência do TST nos termos do § 6º do art. 896-A da CLT.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário /Diferença Salarial / Piso Salarial da Categoria / Salário Mínimo Profissional.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.

- violação à Lei nº 4.950-A/66.

Recorrem as reclamadas do acórdão que deu provimento ao recurso interposto pela reclamante e deferiu diferenças salariais.Alegam afronta ao art.5º, II, da CF e violaçãoà Lei 4.950-A/66, porque "para fazer jus ao pagamento do piso salarial da categoria, é necessário haver prestação de serviços em período IGUAL ou SUPERIOR a 6 horas diárias, e NÃO em ATÉ 6 horas

diárias como relatado na peça exordial da reclamante, fato este não observado pelo Acórdão Regional".

Destacam os arts.3º, 4º, 5º e 6º da Lei 4.950-A/66.

Ponderam que "restou declarado por ambas as instâncias que a reclamante esta não possuía controle de frequência considerando seu labor externo, portanto JAMAIS LABOROU EM PERÍODO IGUAL OU SUPERIOR A SEIS HORAS DIÁRIAS, sendo que foi reconhecido pelo Tribunal Regional que o labor era externo, logo, não houve o preenchimento do requisito legal".

Realçama OJ nº 358 da SBDI-I do C. TST, expondo que "há clara contradição no Acórdão do juízo a quo, uma vez que entendeu que não havia controle de jornada, demonstrando que o período diário de trabalho da autora eram inferior a 6 (seis) horas, mesmo, mesmo assim, condenou as recorrentes às diferenças salariais em razão do piso da categoria tomando como base o valor de 6 salários mínimos, sem levar em consideração a jornada de trabalho reconhecida pela própria decisão, a qual, repita-se, jamais foi de 6 horas diárias ou mais".

Citam decisões como reforço à tese.

Examino.

No recurso em análise, há trechos do acórdão transcritos no tópico "4 DO PREQUESTIONAMENTO - INDICAÇÃO DE TRECHO(S) DA DECISÃO RECORRIDA - ART. 896, §1º-A, I DA CLT", contudo, sem indicação dos temas recursais aos quais se relacionam, assim, quanto a essa indicação, o recurso não atende ao pressuposto do inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT.

Por essas razões, nego seguimento à revista.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação do(s) parágrafos 2º e 3º do artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 265 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.

Recorrem as reclamadas do acórdão que deu provimento ao recurso interposto pela reclamante e reconheceu o grupo econômico entre elas.

Alegam violação aos arts. 2º, §§2º e 3º, da CLT e 265 do CC e afronta ao art. 5º, II, da CF, porque "para que ocorra a configuração de grupo econômico é necessária acumulação dos três requisitos, que devem ser analisados de forma OBJETIVA- O que não é possível vislumbrar nos presentes autos".

Pontuam que "não compartilham dos mesmos funcionários, TAMPOUCO ESTÃO SOB A MESMA DIREÇÃO OU COORDENAÇÃO, inexistindo qualquer hierarquia entre elas, pelo que não possuem atuação conjunta ou comunhão de interesses, do mesmo modo em que não há confusão de capital social".

Suscitam divergência jurisprudencial.

Transcrevem o seguinte trecho da decisão recorrida:

"Verifica-se que a empresa BOM BONS E DESCARTÁVEIS EIRELI foi constituída em 1996 pelo Sr. JORGE LUIZ ANTÔNIO VELOZO e a empresa TEDESCO ENGENHARIA E LOCACOES EIRELI - EPP, tem como único sócio o Sr. George Tedesco Velozo, filho do Sr. Jorge Luiz e suas atividades principais são:

Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informáticae Construção de edifícios, respectivamente.

(...)

Há nos autos prints de conversas no WhatsApp que demonstram que a reclamante estava subordinada tanto ao Sr. George (sócio da empresa TEDESCO ENGENHARIA E LOCACOES EIRELI - EPP, quanto à Sra. Grace Tedesco - gerente da empresa BOM BONS E DESCARTÁVEIS EIRELI.

Os fatos acima narrados demonstram que as empresas BOM BONS E DESCARTÁVEIS EIRELI e a empresa TEDESCO ENGENHARIA E LOCACOES EIRELI - EPP possuem interesse integrado, comunhão de interesses e atuação conjunta, restando atendidos os requisitos autorizadores para reconhecimento de que integram um mesmo grupo econômico".

Examino.

Em relação aos arts. 5º, II, da CF e 265 do CC, o recurso não atende ao requisito do inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT, pois o trecho indicado não contém o prequestionamento da controvérsia.

Sobre o art. 2º, §§2º e 3º, da CLT,o cotejo das razões recursais com o trecho transcrito evidencia que, para que se possa avaliar se houve a alegada violação, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que não é possível em sede de recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT e Súmula 126 do C. TST, o que impõe denegar seguimento inclusive por divergência jurisprudencial, eis que esta, para ser admitida, necessita que tenham sido atendidas as hipóteses de cabimento do referido artigo da CLT.

Por essas razões, nego seguimento à revista.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais / Multa por ED Protelatórios.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos XXXV, LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.

Recorrem as reclamadas do acórdão que rejeitou os embargos de declaração que opuseram e cominou multa por embargos protelatórios.

Alegam afronta ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da CF, porque "a decisão está totalmente equivocada, pois ao contrário do alegado, os embargos visavam sanar as omissões, obscuridades e contradições apontadas, uma vez a Recorrente entendia que o r. Acórdão deixou de enfrentar argumentos suscitados essenciais para

o deslinde da questão, além de buscar o prequestionamento visando, justamente, o recurso ora interposto".

Pontuam que "Quando da oposição dos embargos não houve qualquer intuito protelatório, se o nobre juízo não concordou com a tese da recorrente, deveria apenas negar provimento aos Embargos Declaratórios, e não aplicar pura e simplesmente a multa que sequer foi requerida pela embargada ora recorrida".

Citam decisão como reforço à tese.

Examino.

No recurso em análise, há trechos do acórdão transcritos no tópico "4 DO PREQUESTIONAMENTO - INDICAÇÃO DE TRECHO(S) DA DECISÃO RECORRIDA - ART. 896, §1º-A, I DA CLT", contudo, sem indicação dos temas recursais aos quais se relacionam, assim, quanto a essa indicação, o recurso não atende ao pressuposto do inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT.

Por essas razões, nego seguimento à revista.

## CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per

relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada.Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no

seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR**

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-1000417-78.2022.5.02.0261**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado	Dr. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491-A/SP)
Agravado	ANA CRISTINA COELHO DA SILVA
Advogado	Dr. Alex Sandro da Silva(OAB: 278564 -A/SP)

### Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CRISTINA COELHO DA SILVA
- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Trata-se de agravo de instrumento, submetido ao procedimento sumaríssimo, em que se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra decisão publicada na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O juízo de admissibilidade do Tribunal a quo denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Vale Transporte.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Cesta Básica.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.

Como se depreende das razões recursais, a parte recorrente reproduziu de maneira integral o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do Tribunal Superior do Trabalho:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, §

1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR-1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR-60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR-116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Waldir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR-10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR-69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

DENEGO seguimento.

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não conseguiu demonstrar o desacerto da decisão denegatória. Tendo vista que, no recurso de revista a parte recorrente, de fato, não indicou o trecho do acórdão recorrido que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, deixando de cumprir o pressuposto de admissibilidade recursal previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT.

Consigne-se, a título de esclarecimento que, conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de transcrição do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, a transcrição do inteiro teor do acórdão recorrido, sem delimitar ou destacar as teses que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição de trecho impertinente, a transcrição da ementa e da conclusão do acórdão, a transcrição do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no recurso de revista e sem o devido destaque, não atendem ao requisito em tela.

Ressalte-se, ainda, que a transcrição integral do acórdão

impugnado, para fins de demonstrar o prequestionamento de que trata o art. 896, § 1º-A, da CLT, somente é válida se a decisão for extremamente objetiva e sucinta, o que não se verifica no caso em exame.

Nesse sentido, destaca-se o seguinte precedente da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST:

AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido. (Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021).

É certo que a admissibilidade do recurso de revista interposto na vigência da Lei nº 13.467/2017 pressupõe o prévio exame da transcendência da causa, porém, a inobservância de pressuposto formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, da CLT, por constituir obstáculo processual intransponível ao exame de mérito da matéria recursal, acaba por prejudicar o exame da transcendência do apelo.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0000245-70.2020.5.09.0022**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	F. ANDREIS NETO EIRELI
Advogado	Dr. Márcio Ari Vendruscolo(OAB: 24736-A/PR)
Agravado	WEVERTON BELO DA SILVA
Advogado	Dr. Elisângela Soares(OAB: 38437-A/PR)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- F. ANDREIS NETO EIRELI  
- WEVERTON BELO DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver



admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

#### TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) /  
FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO (8938) /  
INÉPCIA DA INICIAL

#### DURAÇÃO DO TRABALHO (1658) / HORAS EXTRAS

Quanto aos tópicos "III.1 - Inexistência de Inovação Recursal - Inépcia da Inicial - matéria que pode ser alegada a qualquer tempo"; "III.2 - Da Jornada de Trabalho - Negativa de vigência ao art. art. 577 da CLT" e "III.3 - Condenação em horas extras - Negativa de Vigência ao art. 373, II do CPC e 818 da CLT", a Lei 13.015 /2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu no tópico em que fundamenta a insurgência o trecho do acórdão impugnado, não atendendo assim a exigência da indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da matéria impugnada, nem o ônus de demonstrar de forma analítica a correspondência entre os fundamentos jurídicos da decisão recorrida e a pretensa contrariedade apontada.

Ressalte-se que a transcrição do trecho do acórdão fora do tópico em que se impugna a matéria recorrida não atende o requisito do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT, conforme se infere da seguinte ementa:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA posteriormente nas razões recursais, não havendo, portanto,

delimitação da controvérsia, tampouco impugnação específica de todos fundamentos fáticos e jurídicos da decisão contra a qual recorre. 5. Assim, a transcrição de trechos do acórdão regional no início das razões do mérito do recurso de revista, e fora do tópico recursal adequado, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT, uma vez que não há, nesse caso, determinação precisa das teses do Regional combatidas no apelo, nem demonstrações analíticas das violações apontadas, porquanto os fundamentos estão alocados em tópico diverso no recurso de revista 6. Logo, havendo óbice processual intransponível, que impeça o exame de mérito da matéria, fica prejudicado o exame da transcendência. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-20717-98.2018.5.04.0023, 8ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 11/04/2022 - destaquei).

Assim, é inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Denego.

#### CONCLUSÃO

Denego seguimento.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Registro, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal. A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais.

Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada.Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão.Contudo, do

exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88.Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos.Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPESSOAL, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

**Processo Nº RR-0010621-74.2016.5.15.0124**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Recorrente	CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
Advogado	Dr. Michael Hideo Atakiama Silva(OAB: 281014-A/SP)
Advogada	Dra. Juliana Guelfi Figueiredo(OAB: 226589-A/SP)
Recorrido	MARCOS JANEIRO ANTUNES
Advogado	Dr. Fábio José Garcia Ramos Gimenes(OAB: 263006-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
- MARCOS JANEIRO ANTUNES

**I - Relatório**

Trata-se de recurso de revista interposto contra o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho.

**II - Fundamentação**

HORAS IN ITINERE. PREFIXAÇÃO DO TEMPO POR NORMA COLETIVA. LAPSO TEMPORAL QUE NÃO CORRESPONDE A CINQUENTA POR CENTO DO TEMPO DESPENDIDO NO DESLOCAMENTO

Quanto ao tema em destaque, constato haver transcendência, tendo em vista tratar de questão com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, referente à validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente (Tema 1.046).

O acórdão do Tribunal Regional foi proferido aos seguintes fundamentos:

**"2.3. Horas "in itinere"**

A ré afirma ter o reclamante laborado nos municípios abrangidos pela base territorial do acordo coletivo juntado aos autos, o qual fixa validamente o tempo médio "in itinere". Reputa válida a disposição normativa.

Sem razão, todavia.

A empresa não impugna especificamente o tempo de trajeto reconhecido (1h25 por trecho, v. id PJE nº 21372bf). Além disso, tal interregno está, inclusive, amparado pela prova testemunhal (id PJE nº 0f8b83e).

Ocorre que a norma coletiva prevê o pagamento de apenas 30 minutos itinerantes por dia laborado (v. id PJE nº c7b6f55 e seguinte).

Tendo em vista que o tempo negociado é inferior a 50% do tempo efetivamente gasto, a negociação coletiva foge do razoável, o que legitima o deferimento de diferenças de horas "in itinere", na forma pacificada por este E. Regional, por meio da Tese Prevalente nº 1, "in verbis":

"HORAS 'IN ITINERE'. PREFIXAÇÃO DO TEMPO. NORMA COLETIVA. É válida a cláusula de convenção ou acordo coletivo de trabalho que fixa a quantidade de horas in itinere, desde que o tempo prefixado não seja inferior a 50% do tempo real de percurso, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade".

Nego provimento."

No recurso de revista, a parte sustenta que "quando da negociação coletiva, ou seja, da celebração do presente Acordo Coletivo, o Sindicato, sendo este o defensor dos interesses da classe do obreiro, e a Empresa (ora Recorrente CONCORDARAM com o quantum de tempo a ser pré-fixado e pago com o adicional legal a TODOS os seus associados, estes observaram criteriosamente todos os princípios norteadores de qualquer negociação jurídica negocial" (fls. 269-270). Alega que "há dispositivo convencional que regula o pagamento de horas in itinere, e para que não houvesse prejuízos aos trabalhadores, a Recorrente sempre procedeu o pagamento do tempo despendido (cláusula convencional - estipulação de tempo - 1/2h diária) acrescida do adicional de 50%, conforme comprovam os inclusos comprovantes acostados a esta peça defensiva" (fl. 273). Recurso amparado em divergência jurisprudencial e na violação dos arts. 7º, XXVI e 8º, III, da Constituição Federal.

Vejamos.

O Supremo Tribunal Federal, ao exame do Tema 1046 de repercussão geral, fixou a tese de que "São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis".

Diante da decisão proferida pelo Pretório Excelso, avulta a necessidade de serem respeitados os regramentos frutos de negociação coletiva, em observância à autonomia da vontade coletiva e à autocomposição dos conflitos trabalhistas, preceitos consagrados no inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal - desde que, no caso concreto, seja resguardado um patamar civilizatório mínimo, de forma que não sejam subtraídos dos trabalhadores direitos diretamente ligados à dignidade da pessoa humana e ao conceito de trabalho decente, tais como o pagamento do salário mínimo, as normas de saúde e segurança do trabalho, a proibição de práticas discriminatórias, a liberdade de associação, entre outros.

No caso presente, constata-se ser válida a norma coletiva que "prevê o pagamento de apenas 30 minutos itinerantes por dia laborado", tendo em vista não se tratar de direito de indisponibilidade absoluta, além de inexistir proibição expressa na legislação infraconstitucional para flexibilização do direito.

A propósito, faço o registro, apenas para constar, de que a possibilidade de firmar negociação coletiva em hipóteses como a dos autos restou contemplada, recentemente, pelo legislador infraconstitucional, a partir da introdução do art. 611-A, inciso I, à Consolidação das Leis do Trabalho ("Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: ... I- pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)").

Nessa medida, a Corte de origem adotou compreensão contrária à tese jurídica firmada pelo Supremo Tribunal Federal ao julgamento do Tema 1046 de Repercussão Geral.

Ao julgamento do recurso de revista, dele conheço por violação do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, e, no mérito, dou-lhe provimento para que, reconhecida a validade de negociação coletiva que flexibiliza as horas extras in itinere, determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional para que prossiga no exame da matéria, julgando-a como entender de direito.

### III - Conclusão

Ante o exposto, com amparo no art. 118, X, do Regimento Interno do TST, conheço do recurso de revista por violação do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, e, no mérito, dou-lhe provimento para que, reconhecida a validade de negociação coletiva que flexibiliza as horas extras in itinere, determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional para que prossiga no exame da matéria, julgando-a como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

### Processo Nº RRAg-0010300-75.2022.5.15.0141

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante e Recorrente	ELAINE DE SOUSA SANTOS
Advogado	Dr. Vinicius Marques Bernardes(OAB: 385877-A/SP)
Advogado	Dr. Murilo Augusto Santana Lima Queiroz Oliveira(OAB: 347577-A/SP)
Advogado	Dr. Maria Julia Marques Bernardes(OAB: 412902-A/SP)
Agravado e Recorrido	MUNICÍPIO DE MOCOCA
Advogada	Dra. Rosângela de Assis(OAB: 122014-A/SP)

### Intimado(s)/Citado(s):

- ELAINE DE SOUSA SANTOS
- MUNICÍPIO DE MOCOCA

### I - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA AUTORA

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

Foram apresentadas contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo conhecimento e provimento do recurso de revista.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

(...)

### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial.

### DAS DIFERENÇAS SALARIAIS EM RAZÃO DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL - APLICABILIDADE DA LEI 2.075/1991

Quanto ao não acolhimento do pedido de diferenças salariais o v. julgado consignou que a autora teve seu contrato de trabalho regido pela Lei Municipal nº 2.254/92 - que dispõe sobre o "Estatuto do

Magistério Público Municipal" - e não pela Lei Municipal 2.075/91 - que dispõe sobre o "Plano de Carreiras dos servidores da Prefeitura Municipal de Mococa e dá outras providências" - como ora requer a parte.

Como se verifica o v. julgado decidiu toda a questão com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Consignou o v. julgado:

"(...)

Em relação aos honorários advocatícios, como a reclamatória foi proposta já na vigência da Lei 13.467/2017 e diante do afastamento dos benefícios da Justiça gratuita concedidos à demandante, não há que se falar em aplicação da ADI 5766, de modo que mantenho a condenação da reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência de 10% sobre o valor de R\$ 9.000,00 - valor das pretensões rejeitadas, conforme os termos já expostos pela decisão originária.

"(...)"

Conforme se verifica, o v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso.

Ademais, o Recurso de Revista não é meio apto para impugnar a constitucionalidade de dispositivo legal, uma vez que tal hipótese não se enquadra nas previsões do art. 896 da CLT a ensejar a admissibilidade do apelo.

Quanto ao tema das diferenças salariais, a despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária.

É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO

OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPESSOAL, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da



CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

## II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA AUTORA

Trata-se de recurso de revista contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho na vigência da Lei nº 13.467/2017. O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo conhecimento e provimento do recurso de revista.

Recurso de revista tempestivo, com representação processual regular.

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REQUISITOS PARA CONCESSÃO

A Corte Regional, na fração de interesse, assim decidiu:

Dos benefícios da justiça gratuita e honorários advocatícios de sucumbência

A autora busca a exclusão da sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios em prol do patrono do réu por ser beneficiária da justiça gratuita, nos termos da ADI 5766.

Questiona ainda a base de cálculo dos honorários arbitrados, ao argumento de que sejam calculados sobre o valor bruto da condenação.

Já o reclamado brada pelo afastamento dos benefícios da justiça gratuita concedidos à acionante, uma vez que ela não percebe salário menor do que 40% do limite máximo do RGPS, além de a remuneração recebida ser incompatível com o disposto na Lei nº 5.584/70.

Esta Reclamação Trabalhista foi proposta em 31/03/2022, sendo que o vínculo de emprego firmado com a reclamante permanece vigente.

O Município, por outro lado, anexou à defesa as fichas financeiras da trabalhadora, sendo possível verificar o recebimento de remuneração líquida superior ao limite de 40% do teto do RGPS. Aliás, no ano de 2021, 40% do teto do RGPS correspondia ao valor de R\$ 2.573,42, no entanto, a reclamante, nos meses do ano de 2021, por exemplo, recebeu valores superiores ao limite, conforme ficha financeira de fls. 170-171.

Entende este Relator que deve ser mantida a justiça gratuita deferida à autora, pois a interpretação do disposto no art. 790, §§ 3º e 4º, com a redação conferida pela Lei 13.467/2017 conforme a Constituição, permite a conclusão de que a mera declaração de hipossuficiência para arcar com as despesas processuais sem prejuízo dos meios necessários à própria subsistência é suficiente para o deferimento do benefício da gratuidade da justiça.

Com fundamento no art. 1º da Lei 7.115/83 e no art. 99 do CPC,

segundo os quais presume-se verdadeira a alegação de hipossuficiência, documento encartado à fl. 23.

Nesse sentido, inclusive, o art. 99, §3º, do CPC prevê que: "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural"(aplicável aqui por força do art. 769 da CLT).

Por decorrência, havendo requerimento de gratuidade processual na prefacial, sendo firmada a declaração de hipossuficiência pela reclamante à fl. 23, e não havendo nenhum elemento nos autos que infirme o que se encontra ali declarado, considero presentes os requisitos previstos no art. 790, § 3º e § 4º, da CLT para a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Em outros dizeres, ainda que o empregado ganhe salário superior ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, havendo declaração de hipossuficiência, presume-se, pelo critério subjetivo, que não há recursos suficientes para arcar com as custas do processo.

Porém, ressalvo o meu entendimento pessoal, uma vez que a C. 8ª Câmara entende que, após a edição da Lei 13.467/2017, nos processos novos, somente serão deferidos os benefícios da gratuidade judiciária à parte que perceber salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do RGPS, ou que comprove a sua situação de hipossuficiência, quando não haverá necessidade de observância do limite precitado. Desse modo, diante do acima fundamentado reforma-se a r. sentença para afastar os benefícios da justiça gratuita deferidos à autora.

Reforma-se.

Em relação aos honorários advocatícios, como a reclamatória foi proposta já na vigência da Lei 13.467/2017 e diante do afastamento dos benefícios da Justiça gratuita concedidos à demandante, não há que se falar em aplicação da ADI 5766, de modo que mantenho a condenação da reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência de 10% sobre o valor de R\$ 9.000,00 - valor das pretensões rejeitadas, conforme os termos já expostos pela decisão originária.

Por fim, no tocante à base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência arbitrados em favor do patrono da autora, tem-se que a decisão originária determinou sua incidência sobre o valor líquido da condenação, o que está em conformidade com a OJ 348 da SDI 1 do C.TST.

Nada a modificar.

Em suas razões recursais, a parte autora requer lhe seja concedida a assistência judiciária gratuita, bem como, o afastamento da condenação em honorários advocatícios sucumbenciais e custas processuais. Indica, dentre outros fundamentos, violação do art. 5º, LXXIV, da CF e contrariedade à Súmula 463 do TST. Colaciona arestos.

À análise.

Em observância ao art. 5º, LXXIV, da CF, reconheço a transcendência política da matéria, nos termos do art. 896-A, § 1º, II, da CLT.

Reconhecida a transcendência da causa, tem-se que, quanto aos requisitos para a concessão do benefício da justiça gratuita, o comando do art. 790, § 3º, da CLT assim estabelece:

Art. 790. (...)

§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário

igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Por sua vez, o art. 4º, "caput" e § 1º, da Lei nº 1.060/1950 preceitua, verbis:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

A partir desses dispositivos, este Tribunal Superior firmou o entendimento de que a declaração do autor ou de seu advogado, por meio de procuração com poderes específicos, basta para configurar a hipossuficiência econômica e autorizar a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Nesse sentido são os termos do item I da Súmula nº 463 do TST (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 304 da SBDI-1, com alterações decorrentes do CPC de 2015), verbis:

**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO** (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 304 da SBDI-1, com alterações decorrentes do CPC de 2015) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 - republicada - DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017.

I - A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015);

A respaldar esse entendimento, os seguintes julgados da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e da Primeira Turma:

**AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. PERCEPÇÃO DE SALÁRIO ELEVADO. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À SÚMULA Nº 126 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** Esta Subseção já firmou entendimento no sentido de, em regra, não ser viável o conhecimento do recurso de embargos por contrariedade a súmula de conteúdo processual, tendo em vista a sua função precípua de uniformização da jurisprudência, conferida pelas Leis nos 11.496/2007 e 13.015/2014. Assim, o acolhimento da alegação de afronta à Súmula nº 126 do TST trata-se de hipótese excepcional que se observa, em regra, quando a Turma, para afastar a conclusão a que chegou o Colegiado Regional, incursiona nos autos na busca de fatos para conhecer do recurso. No presente caso, o único fundamento utilizado pelo Tribunal Regional para concluir que o autor não faz jus aos benefícios da justiça gratuita foi o fato de perceber um valor salarial alto. A Egrégia Turma apenas constatou tal fato, e, adotando o entendimento pacífico desta Corte Superior no sentido de que a percepção, pelo autor, de salário elevado não demonstra, por si só, que esteja em situação econômica que lhe permita arcar com as despesas do processo, sem prejuízo do sustento de sua família, concluiu que "a declaração de hipossuficiência econômica

feita pelo reclamante tem presunção relativa de veracidade, de forma que, apenas quando elidida por prova em contrário, o que não restou evidenciado pelo eg. Tribunal Regional, deve ser indeferido o benefício pleiteado". Nesse contexto, não se verifica a excepcionalíssima hipótese de contrariedade à Súmula nº 126 desta Corte. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-ED-ED-ARR-21502-23.2014.5.04.0016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 05/03/2021).

**RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.496/2007. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE NÃO ELIDIDA POR PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO.** 1. O Colegiado Turmário deu provimento ao recurso de revista do reclamante, para "deferir a justiça gratuita". Consignou que o empregado, "no prazo alusivo ao recurso ordinário, juntou declaração de pobreza, formulando o pedido de assistência judiciária gratuita, sob o argumento de que não tinha condições de arcar com o pagamento de custas judiciais sem o prejuízo de seu sustento pessoal e de sua família" e que "em tais circunstâncias é razoável concluir que o reclamante faz jus à assistência judiciária gratuita, para o efeito de dispensa do pagamento de custas", "nada mais sendo exigido do autor para a concessão do benefício em comento". 2. O deferimento da gratuidade da justiça depende de simples declaração de pobreza, a teor do art. 790, § 3º, da CLT e nos moldes da OJ 304/SDI-I/TST ("Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50)"). E a referida declaração, apresentada pelo reclamante, goza de presunção relativa de veracidade, não restando elidida, no caso, por prova em sentido contrário. Com efeito, o fato de o reclamante residir "em área nobre da Capital Federal (Lago Norte), auferindo remuneração elevada como alto funcionário federal", não é suficiente a demonstrar que o mesmo está em situação econômica que lhe permite demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Intacta, assim, a Orientação Jurisprudencial transcrita. 3. Distintos os contextos em que fundados os paradigmas trazidos a cotejo e a decisão embargada, inviável a configuração de dissenso interna corporis, a teor da Súmula 296/TST. Recurso de embargos não conhecido. (TST-E-ED-RR-59900-76.2006.5.10.0008, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 04/09/2015)

**AGRAVO DO RECLAMADO. RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. SÚMULA 463, I, DO TST.** Impõe-se confirmar a decisão monocrática proferida pelo Ministro Relator, o qual conheceu do recurso de revista do reclamante, por contrariedade à Súmula 463, I, do TST, e, no mérito, deu-lhe provimento para "deferir os benefícios da gratuidade da justiça e, assim, afastar a deserção do recurso ordinário, determinando o retorno dos autos ao Tribunal Regional de origem (...)", tendo em vista não restar demonstrada pelo reclamado a existência de equívoco na decisão. Agravo conhecido e não provido. (Ag-ED-RR-843-20.2018.5.12.0019, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos

Scheuermann, DEJT 15/10/2021).

Nesse contexto, a juntada aos autos de declaração de hipossuficiência é suficiente à concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

CONHEÇOdo recurso de revista, por violação do art. 5º, LXXIV, da CF e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para deferir o benefício da assistência judiciária gratuita à autora. Uma vez concedido o benefício da justiça gratuita, eventual condenação em honorários advocatícios deve ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 791-A, §4º, da CLT, observando-se o decidido na ADI nº 5.766 do STF.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST: I - CONHEÇO do agravo de instrumento, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para determinar o julgamento do recurso de revista; II - CONHEÇO do recurso de revista, por violação do art. 5º, LXXIV, da CF, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para deferir o benefício da assistência judiciária gratuita à autora. Uma vez concedido o benefício da justiça gratuita, eventual condenação em honorários advocatícios deve ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 791-A, §4º, da CLT, observando-se o decidido na ADI nº 5.766 do STF. Inalterado o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, de de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Ministro Relator

#### Processo Nº RR-0000603-52.2019.5.05.0193

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Recorrente	FUNDACAO JOSE SILVEIRA
Advogado	Dr. André Barachisio Lisboa(OAB: 3608-A/BA)
Advogada	Dra. Andrea Ferreira Macedo(OAB: 45657-A/BA)
Advogado	Dr. Luciano Bartilotti Barachisio Lisboa(OAB: 44004-A/BA)
Advogado	Dr. Marina Almeida Fares(OAB: 33168-A/BA)
Recorrido	DELEON PEREIRA DIAS
Advogado	Dr. Luís Carlos Belo Pina(OAB: 10206-A/BA)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- DELEON PEREIRA DIAS
- FUNDACAO JOSE SILVEIRA

#### 1. Relatório

A parte Reclamada interpõe recurso de revista contra o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, órgão julgador que, por unanimidade de votos, deu provimento parcial ao recurso do Reclamante, deferindo a dobra da remuneração de férias, incluindo o terço constitucional, referente aos períodos de 2013/2014, 2015/2016 e 2016/2017 (fls. 508/524).

Assegurado o trânsito do recurso de revista pelo primeiro juízo de admissibilidade proferido no âmbito do regional (fls.555/557).

Contrarrazões foram apresentadas (fls.561/564).

Foram opostos embargos declaratórios e referidos no recurso de revista (fls.527/530).

Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, pois inexistente subsunção ao artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

#### 2. Fundamentação

##### 2.1. Pressupostos Extrínsecos

Tempestivo o recurso, pois publicado o acórdão em 28/03/2022, fl.567, e o apelo foi interposto em 07/04/2022, fl.567, regular a representação, fl.158/159, recolhidas custas, fl.457, e dispensado o depósito recursal, pois a recorrente tem natureza filantrópica, "Entidade de Filantropia" (fls.555/557).

##### 2.2. Pressupostos Extrínsecos

###### 2.2.1. FÉRIAS DOBRADAS/PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO

No caso em análise, a Reclamada, descontente com a decisão do regional, na qual consta o dever de pagamento da dobra das férias dos períodos supracitados, oportunidade em que se fez menção à súmula 450, do TST, interpõe o presente apelo, pois o acórdão do TRT acarretaria violação ao artigo 5º, II, da CF.

Isso porque, no entender da Recorrente, o dever de pagamento dobrado das férias encontra subsunção no artigo 137, da CLT, e não no artigo 145, do mesmo diploma legal, e, por isso, a quitação atrasada de tal período de descanso não acarreta consequência indenizatória, menos ainda penalidade administrativa, motivo pelo qual a decisão proferida em grau de recurso ordinário vai de encontro à Carta Magna, pois exige, do empregador, obrigação não prevista em lei, ferindo, com isso, direito fundamental de primeira dimensão, cláusula pétrea, diga-se de passagem.

Publicado o acórdão regional na vigência da Lei 13.467/2017, incide o disposto no art. 896-A da CLT, que exige, como pressuposto ao exame do recurso de revista, a transcendência econômica, política, social ou jurídica (§1º, incisos I, II, III e IV).

Quanto ao tema em destaque, mostra-se configurada a transcendência política, pois desrespeitada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, inclusive a matéria em debate foi objeto de recente controle abstrato de constitucionalidade.

Desse modo, ao adotar o fundamento de que, em razão do descumprimento do prazo previsto no art. 145 da CLT, o Reclamante faz jus ao pagamento da dobra das férias, incluído o terço constitucional, o Tribunal Regional contrariou recente entendimento do STF que, por meio da ADPF 501, reconheceu a inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST.

Com efeito, a Suprema Corte, ao declarar a inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST, destacou a "necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras" e a "proibição da criação de obrigações não previstas em lei por súmulas (...)", com fundamento no art. 8º, § 2º, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017, conforme se extrai da ementa do acórdão, a seguir transcrito:

EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS EM DOBRO QUANDO ULTRAPASSADO O PRAZO DO ART. 145 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. AUSÊNCIA DE LACUNA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DE NORMA SANCIONADORA.

**OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PROCEDÊNCIA.**

1. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos. Precedentes.

2. Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo, de modo a ampliar o âmbito de incidência de sanção prevista no art. 137 da CLT para alcançar situação diversa, já sancionada por outra norma.

3. Ausência de lacuna justificadora da construção jurisprudencial analógica. Necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras. Proibição da criação de obrigações não previstas em lei por súmulas e outros enunciados jurisprudenciais editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho (CLT, art. 8º, § 2º).

4. Arguição julgada procedente.

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, em conformidade com a certidão de julgamento, por maioria, julgaram procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para (a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho e (b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. (destacou-se)

Na direção do declarado pelo Supremo Tribunal Federal, os seguintes julgados desta Primeira Turma do TST:

"I - AGRAVO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. FÉRIAS. QUITAÇÃO FORA DO PRAZO ESTIPULADO NO ART. 145 DA CLT. PAGAMENTO EM DOBRO INDEVIDO. INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA Nº 450 DO TST DECLARADA NO JULGAMENTO DA ADPF 501 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 501, impõe-se o exercício do juízo de retratação previsto no art. 1.030, II, do Código de Processo Civil. Agravo a que se dá provimento. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO. FÉRIAS. QUITAÇÃO FORA DO PRAZO ESTIPULADO NO ART. 145 DA CLT. PAGAMENTO EM DOBRO INDEVIDO. INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA Nº 450 DO TST DECLARADA NO JULGAMENTO DA ADPF 501 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ante a potencial violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. FÉRIAS. QUITAÇÃO FORA DO PRAZO ESTIPULADO NO ART. 145 DA CLT. PAGAMENTO EM DOBRO INDEVIDO. INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA Nº 450 DO TST DECLARADA NO JULGAMENTO DA ADPF 501 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. No que se refere à controvérsia envolvendo as hipóteses em que, não obstante a fruição das férias ocorresse de forma regular ao longo do período concessivo, seu pagamento era feito com atraso em relação ao prazo legalmente estipulado (art. 145 da CLT), esta Corte Superior fixou o entendimento, cristalizado

na Súmula nº 450, de que seria aplicável a penalidade prevista no art. 137 da CLT, qual seja a do pagamento em dobro das férias. 2. Contudo, em 6/8/2022, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento virtual da ADPF 501, em que se discutiu a constitucionalidade do referido Verbete do TST, julgando-a procedente para: "(a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho ; e (b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT". 3. Considerando que o referido precedente possui eficácia "erga omnes" e efeitos vinculantes (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.882/99), bem como estão devidamente modulados os termos de sua aplicação, no sentido de que serão alcançados todos os processos cuja decisão acerca do tema não tenha transitado em julgado, impõe-se a reforma do acórdão regional que aplicou o entendimento sumular declarado inconstitucional pela Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-11557-68.2018.5.15.0144, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 20/03/2023).

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. FÉRIAS. FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO FIXADO EM LEI. ADPF 501. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA N.º 450 DO TST. Verificado que a tese adotada na decisão agravada não se coaduna com o posicionamento firmado pela Suprema Corte no julgamento da ADPF 501, dá-se provimento ao Agravo Interno. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. FÉRIAS. FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO FIXADO EM LEI. ADPF 501. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA N.º 450 DO TST. Visando prevenir possível afronta a norma constitucional, dá-se provimento ao Agravo de Instrumento, determinando-se o regular trânsito do Recurso de Revista. Agravo de Instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. FÉRIAS. FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO FIXADO EM LEI. ADPF 501. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA N.º 450 DO TST. Discute-se nos autos os efeitos jurídicos do descumprimento, pelo empregador, do prazo prescrito em lei para o pagamento da remuneração de férias (art. 145 da CLT). O entendimento há muito consolidado nesta Corte Superior, consubstanciado na Súmula n.º 450, era o de que a não observância do prazo a que alude o art. 145 da CLT acarretava para o empregador, por força do art. 137 do mesmo diploma legal, a responsabilidade de pagamento em dobro da remuneração de férias. Contudo, o referido verbete sumular foi objeto de exame pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 501, e a tese jurídica fixada foi a da inconstitucionalidade da súmula, e, por conseguinte, da invalidação de todas as "decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT". Diante de tal contexto, dá-se provimento ao Recurso de Revista, para adequar o desfecho jurídico do caso concreto à tese fixada pela Suprema Corte, de caráter vinculante. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-10143-98.2019.5.15.0144, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 20/03/2023).

Logo, conheço do recurso de revista, por violação do artigo 5º, II, da CF.

### 3. Conclusão

Ante o exposto, com amparo no art. 118, X, do Regimento Interno do TST, conheço do recurso de revista por violação do artigo 5º, II, da CF, e, no mérito, dou-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento, em dobro, da remuneração das férias, referentes aos períodos de 2013/2014, 2015/2016 e 2016/2017.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

#### Processo Nº AIRR-0100791-65.2021.5.01.0073

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	HOTEIS OTHON S A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Luiz Eduardo Prezidio Peixoto(OAB: 73692-A/RJ)
Agravado	MARCIO SILVA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Marcelo Gaspar Ginefra Moreira(OAB: 57317-A/RJ)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- HOTEIS OTHON S A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MARCIO SILVA DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento, em demanda submetida ao procedimento sumaríssimo, que visa destrancar recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de prestação jurisdicional.

Sentença Normativa/Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Gorjetas.

#### Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 7º, inciso XIII; artigo 7º, inciso XXVI, artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.
- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 457, §3º; artigo 832.
- divergência jurisprudencial.

Quanto à negativa de prestação jurisdicional, registra-se que a análise da fundamentação contida no v. acórdão recorrido revela que a prestação jurisdicional ocorreu de modo completo e satisfatório, inexistindo qualquer afronta aos dispositivos que disciplinam a matéria.

Ultrapassada essa questão, trata-se de recurso contra decisão proferida no julgamento de processo sujeito ao rito sumaríssimo. Esta peculiaridade exige o seu enquadramento nos estritos limites traçados pelo artigo 896, § 9º, da CLT. A análise dos autos revela a inexistência de qualquer afronta direta de norma da Constituição da República, contrariedade à súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à Súmula Vinculante do STF, a teor do referido dispositivo legal, sendo inviável o pretendido processamento.

#### CONCLUSÃO

NEGO seguimento ao recurso de revista.

A parte agravante não logra êxito em desconstituir os fundamentos da decisão denegatória, tendo em vista que, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT e da Súmula n.º 442 do TST, a admissibilidade do recurso de revista, em procedimento sumaríssimo, sujeita-se à demonstração inequívoca de violação direta da Constituição Federal, de súmula de jurisprudência uniforme do TST e de súmula vinculante do STF, o que não se verifica nos autos.

No mais, a despeito de o referido óbice processual evidenciar a inviabilidade do apelo, constata-se que a causa não oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

A transcendência econômica somente se configura quando o valor da causa é elevado ou quando o valor arbitrado à condenação compromete a higidez da empresa recorrente, circunstâncias não verificadas nos autos.

A Corte Regional não desrespeita jurisprudência sumulada do TST ou do STF, o que revela a inexistência de transcendência política. Não se divisa a transcendência social, porquanto ausente a afronta a direito social constitucionalmente assegurado.

Por fim, o debate trazido no recurso de revista não é novo no TST, a justificar a fixação de teses jurídicas e uniformização de jurisprudência, cenário que indica a ausência de transcendência jurídica.

Depreende-se, portanto, ante a ausência de temática que extrapole os interesses meramente subjetivos da demanda, que o recurso de revista não oferece transcendência em nenhum dos seus indicadores.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

#### Processo Nº ED-AIRR-1001322-46.2020.5.02.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Embargante	SINTEL TECNOLOGIA E INFORMACAO LTDA.
Advogado	Dr. Rodrigo Giosi da Cunha(OAB: 195122-A/SP)



Embargado CARLOS ALBERTO LICO NEVES DE BARROS  
Advogada Dra. Meire de Oliveira(OAB: 343559-A/SP)  
Advogado Dr. Jonas Guedes(OAB: 339552-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ALBERTO LICO NEVES DE BARROS
- SINTEL TECNOLOGIA E INFORMACAO LTDA.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela reclamada em face da decisão monocrática, em que deneguei provimento ao agravo de instrumento.

Nos embargos de declaração, a reclamada alega que a decisão foi omissa, tendo em vista que sua pretensão não envolveu a divisão do ônus da prova, pois sua insurgência se referia ao momento em que se deu tal inversão. Argumenta que "A discussão efetivamente trazida pela Embargante diz respeito ao momento em que a inversão do ônus da prova deve ser feita: se em 1ª Instância, antes da instrução processual, como manda a lei (CLT, art. 818, §2º), ou se em 2ª Instância, apenas quando do julgamento do Recurso Ordinário e após o término da instrução processual, como foi feito no caso dos autos."

Ao exame.

Da leitura das razões dos declaratórios, bem como dos fundamentos constantes da decisão embargada, constato expressamente abordadas as questões trazidas no recurso e necessárias ao deslinde da controvérsia, razão pela qual isenta tal decisão de quaisquer dos vícios autorizadores ao manejo dos declaratórios (art. 897-A da CLT).

Em sede de declaratórios, o e. TRT examinou a tese da reclamada de que teria havido cerceamento de defesa, "sob o argumento de que a decisão de inversão do ônus da prova, quanto à jornada de trabalho, enseja a reabertura da instrução processual" (fl. 607), ao que aquela Corte rebateu com o fundamento de que o ônus da prova da jornada de trabalho "sempre foi da reclamada, tanto que ela apresentou cartões de ponto visando apresentar fato impeditivo do direito do autor (horas extras descritas na inicial), nos termos do inciso II, do art. 818 da CLT". O Colegiado a quo consignou que, "como os cartões não foram considerados válidos, nos termos da Súmula nº 338, III do C. TST, houve a presunção de veracidade da jornada descrita na inicial, com os limites impostos pelo depoimento pessoal do autor, não elidida por prova convincente em contrário" (fl. 607).

Na decisão embargada, deneguei provimento ao agravo de instrumento da reclamada, por entender que o recurso de revista não possui transcendência quanto à arguição de nulidade por cerceamento de defesa. Restou consignado que "A consequência da declaração de invalidade dos cartões foi a inversão do ônus da prova das horas extras, a teor da jurisprudência sumulada desta Corte (...) (item III da Súmula 338 do TST)". Nesse contexto, concluí que "não há falar em cerceamento de defesa, pois não se extrai do acórdão regional que tenha havido qualquer empecilho à produção de provas por parte da reclamada".

Dessarte, não diviso omissão no julgado, notadamente quanto ao momento da inversão do ônus da prova, tendo em vista que, consoante se extrai da decisão agravada, ao não se desincumbir do ônus, previsto em lei, de provar a jornada de trabalho do empregado, a reclamada atraiu a consequência de que se reputasse verdadeira a jornada descrita pelo trabalhador, inclusive no tocante às horas extras.

Ante o exposto, com base no artigo 269, parágrafo único, do

Regimento Interno do TST, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0000724-70.2018.5.07.0028**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	ADRIANE NARA SOARES LOPES
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441/DF)
Advogado	Dr. Francisca Marta Otoni Marinheiro Rodrigues(OAB: 9254-A/CE)
Advogado	Dr. Antonio Iran de Amorim Rodrigues(OAB: 16542-A/CE)
Advogado	Dr. Igor Otoni Amorim(OAB: 35340-A/CE)
Advogado	Dr. Maria Carolina Otoni Amorim(OAB: 43584-A/CE)
Agravado	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 16599-A/CE)
Advogado	Dr. Andre Luis Andrade de Oliveira(OAB: 29223-A/CE)
Advogado	Dr. Andre Gripp Camara(OAB: 35337-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANE NARA SOARES LOPES
- BANCO BRADESCO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento, na fase de execução, no qual a exequente pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O executado apresentou contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a manifestação da Procuradoria-Geral do Trabalho, por inexistência de interesse público.

O agravo de instrumento, embora seja tempestivo e tenha representação regular, não merece prosperar, conforme razões adiante expendidas.

A Corte Regional, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista da exequente, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

**TRANSCENDÊNCIA**

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) /  
FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO (8938) /

## PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (55439) / COISA JULGADA

## Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal.

- divergência jurisprudencial.

A Recorrente alega que na sentença foi determinado o pagamento de: multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa; indenização de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa e honorários de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa (do Inquérito para Apuração de Falta Grave) Prossegue relatando que no acórdão que julgou o recurso ordinário, malgrado na fundamentação tenha excluído as verbas decorrentes da litigância de má-fé, no dispositivo somente foi excluída a multa de 1% sobre o valor da causa.

Assim, sustenta que, na parte dispositivo do acórdão (que é a parte da decisão que transita em julgado, nos termos do art. 504, I, do CPC), não foram excluídas a indenização e os honorários advocatícios impostos na sentença por decorrência da litigância de má-fé do recorrido, não podendo, pois, ser excluídos na fase executória.

Assim, defende que o acórdão regional (integrado pelo acórdão que julgou os aclaratórios) acabou por violar a coisa julgada, visto que manteve a sentença que excluiu a indenização de 20% e os honorários advocatícios de 20% dos cálculos de liquidação. Ao final, pugna pela reforma do acórdão a fim de que seja determinada a inclusão, na conta de liquidação, da indenização de 20% e dos honorários de 20% (ambos sobre o valor da causa do Inquérito para Apuração de Falta Grave).

Fundamentos do acórdão recorrido:

"MÉRITO

COISA JULGADA. ERRO DE FATO.

PRECLUSÃO DAS MATÉRIAS. OPORTUNIDADE PARA IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO Observa-se dos autos que, depois de notificadas as partes para ciência da conta liquidanda, foram apreciadas as impugnações à conta de liquidação, sendo proferida a decisão registrada sob o id668a7d9, homologatória dos mencionados cálculos de id 856fde5. Depois disso, intimadas as partes, o executado apresentou embargos à execução.

Nesse passo, insta lembrar que a decisão de natureza interlocutória proferida pelo juízo de origem, ainda na fase de liquidação, atrai a aplicação do art. 893, § 1º, da CLT, de acordo com o qual "Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva". (grifou-se)

Com efeito, "Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. (art. 884, caput, da CLT) Assim, "Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo" (grifou-se), consoante prevê o § 3º, do art. 884, da CLT.

No entanto, insta esclarecer que a oportunidade prevista no art. 884, da CLT (caput e § 3º) surge nos casos em que não se verifica a ocorrência da preclusão estatuída pelo art. 879, caput e § 2º, da CLT, verbis: "Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos. [...] § 2º Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão".

Vale ressaltar, também, que, de acordo com o § 4º da norma citada, "Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações

à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário".

Todavia, conforme art. 897, alínea "a", da CLT, cabe agravo de petição, "das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções". Portanto, diante do exposto e considerando especialmente que as impugnações ofertadas pelo executado aos cálculos de liquidação foram parcialmente acolhidas na origem, impõe-se necessário o conhecimento de sua manifestação impugnativa à sentença de liquidação ofertada neste momento, não havendo se cogitar, portanto, de preclusão pro judicato.

Sentença agravada reformada, no aspecto.

MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Conforme relatado, alega a exequente que a elaboração dos cálculos de liquidação se fez sem observância à coisa julgada material, haja vista que não constam de seu bojo a multa por litigância de má-fé, "que não fora excluída pelo v. acórdão". Ainda sobre esse tema, salienta a exequente a existência de "[...] erro de fato contido na sentença integrativa, quando assevera que a multa por litigância de má-fé estaria incluída no cálculo de liquidação [...]". Assevera a agravante/exequente, ademais, "[...] que o decisor objurado não considerou a preclusão na qual incorreu o devedor, ora agravado, no tocante à inclusão da indenização e honorários de 20%, em virtude de tais verbas não terem sido excluídas na parte dispositiva do acórdão".

Impende transcrever o dispositivo do acórdão de id caa25f7 - Pág. 6, o mesmo tombado sob o id f34053a - Pág. 18, proferido em 24.8.2017, nos autos do processo 0001692-86.2009.5.07.0028: [...]

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 3ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, por unanimidade, conhecer dos recursos, exceto quanto ao pleito do correto divisor a ser aplicado no cômputo das horas extras, por falta de interesse. No mérito, por maioria, dar provimento ao da reclamante para condenar o reclamado a pagar os valores relativos aos salários não percebidos durante o cancelamento do contrato de trabalho para apuração de inquérito para apuração de falta grave e, quanto ao do reclamado, dar parcial provimento para excluir da condenação a multa por litigância, as horas extras decorrentes de má-fé da realização de cursos "treinet" e os danos morais por assédio, bem como para determinar que se exclua a obrigatoriedade de o reclamado formar de carteira de cliente à reclamante. Arbitra-se novo valor à causa para os efeitos legais. [...] (grifou-se) (id caa25f7 - Pág. 6)

Em despacho, proferido na origem, ordenativo da liquidação, restou assentado o seguinte:

[...]

Por outro lado, considerado que na parte dispositiva do acórdão de ID f34053a foi determinada somente a exclusão da multa por litigância de má-fé, silenciando em relação à indenização no importe de 20% e aos honorários advocatícios, também de 20%, incidentes, ambas, sobre o valor da causa, consoante item 1.2 do supra mencionado acórdão, devem ser mantidas tais condenações, levando-se em conta que é a parte dispositiva da decisão que transita em julgado.

Portanto, fica deferido o pedido da acionante neste sentido, em sua peça de ID 1b8eb7f.

[...] (id d766ccd)

Em prosseguimento, ao julgar os embargos à execução propostos pelo executado, a tese foi ratificada, restando decido o seguinte:

[...]

DA INCLUSÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Nos cálculos de fls. 2178/2271 restou incluída a multa por litigância

de má-fé (fls.2178), que fora excluída através do acórdão de fls. 62/79.

Portanto, procedente os embargos à execução para determinar a exclusão da referida multa.

[...] (id d0e97b8)

Dessarte, a sentença agravada não merece reprimenda alguma, no aspecto, porquanto o magistrado, ao analisar a questão, decidiu corretamente a contenda, não se divisando a alegada ofensa à coisa julgada, senão a escorreita liquidação do título executivo tombado nestes autos sob o id caa25f7 - Pág. 6, o mesmo tombado sob o id f34053a - Pág. 18, proferido em 24.8.2017, nos autos do processo 0001692-86.2009.5.07.0028, que efetivamente, excluiu da condenação a multa de 1% sobre o valor da causa, por litigância de má-fé.

Confira-se o decism agravado:

[...]

Da simples leitura do artigo acima se constata que não ocorreu omissão. É a própria Embargante que afirma que o Juízo entendeu de forma diversa ao que o mesmo pleiteia no presente recurso. Não se trata de omissão, mas de decisão que contraria os interesses do Embargante, uma vez que a sentença proferida enfrentou as teses suscitadas pelas partes, seja de forma direta ou de forma indireta. Nesse caso, não é através do manejo do remédio jurídico em análise que o Embargante poderá ter sua pretensão atendida. Destaco, por oportuno, no que pese a constatação acima, esclareço que, ao reverso da alegação do Recorrente, quando o Embargante /Executado não delimitou de forma objetiva os valores impugnados, o Juízo julgou improcedente o incidente e, no que diz respeito a multa por litigância de má-fé, nos cálculos de fls. 2069/2154 e fls. 2175/2269, resta calculada a referida multa.

No mais, a exclusão da multa por litigância de má-fé por parte da Contadoria da Vara, deverá ocorrer oportunamente, no momento da atualização dos cálculos, sem possibilidade de causar tumulto e retardar o desfecho da execução.

[...] (id 0ff13ca)

Sentença agravada mantida, no particular."

Fundamentos da decisão de embargos de declaração:

"MÉRITO

Consoante relatado, alega-se nestes aclaratórios que o acórdão embargado encerra omissão, carecendo, por essa razão, de esclarecimento.

Importa ressaltar, desde logo, que o Acórdão embargado adotou fundamentos claros e objetivos, quanto ao tema, todavia, objetivando a ampla entrega da prestação jurisdicional, os presentes declaratórios serão acolhidos apenas para esclarecimento do ponto suscitado na atual peça recursal, sem emprestar efeito modificativo ao decisório, por óbvio.

Pois bem.

No caso concreto, não se vislumbra a ocorrência do ponto omissivo denunciado nos aclaratórios, haja vista que a temática constou da fundamentação do acórdão embargado. Confira-se:

[...]

MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

[...]

Assevera a agravante/exequente, ademais, "[...]" que o decism objurgado não considerou a preclusão na qual incorreu o devedor, ora agravado, no tocante à inclusão da indenização e honorários de 20%, em virtude de tais verbas não terem sido excluídas na parte dispositiva do acórdão".

[...] (id d3a6507)

Vislumbra-se, ademais, da fundamentação do acórdão embargado o entendimento deste Órgão Julgador de que os cálculos oficiais

expressam corretamente à liquidação do título judicial; nesse passo, o decism embargado confirmou a sentença agravada, por via da qual o juízo de origem determinou a exclusão da planilha oficial da parcela de multa de 1% sobre o valor da causa, por litigância de má-fé.

Deveras, por via da sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho da Região do Cariri-CE (id ce5f050), constou a seguinte condenação:

"[...]

Decido, também, em relação a Reclamação Trabalhista proposta por ADRIANE NARA SOARES LOPES, em desfavor de BANCO BRADESCO S/A, acolher a prejudicial de mérito da prescrição quinquenal no que tange à exigibilidade das parcelas anteriores a 18/11/2004 em vista do lapso prescricional insculpido no art. 7º, XXIX, da CR /88, extinguindo-as com julgamento do mérito e, ainda, JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela Autora para condenar o Réu, a efetuar o pagamento das seguintes parcelas:

1. Horas extras, consideradas as excedentes da oitava diária, no período imprescrito, acrescidas do adicional de 50%, e os reflexos sobre o FGTS, a depositar (8%), férias acrescidas de 1/3 e gratificações natalinas do período;
2. Horas extras pela participação no curso "treinet", CONFORME PEDIDO NA INICIAL, acrescidas do adicional de 50%, com reflexos no FGTS;
3. Salário substituição para o exercício da função de Gerente de Geral, relativo as férias do titular, no total de 2 (duas) férias, sem reflexos;
4. Indenização por danos morais - Transporte de Valores sem Segurança Armada, no montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);
5. Indenização por danos morais em razão da doença do trabalho, no importe de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
6. Indenização por danos morais, outros fundamentos expostos na inicial, no valor arbitrado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);
7. Honorários de sucumbência no importe de 15% sobre o valor da condenação.
8. Defere-se a parte Autora os benefícios da justiça gratuita. [...] (id ce5f050)"

A decisão meritória foi parcialmente reformada por esta Corte. Oportuno transcrever o dispositivo do acórdão de id caa25f7 - Pág. 6, o mesmo tombado sob o id f34053a - Pág. 18, proferido em 24.8.2017, nos autos do processo 0001692-86.2009.5.07.0028: [...]

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 3ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, por unanimidade, conhecer dos recursos, exceto quanto ao pleito do correto divisor a ser aplicado no cômputo das horas extras, por falta de interesse. No mérito, por maioria, dar provimento ao da reclamante para condenar o reclamado a pagar os valores relativos aos salários não percebidos durante o cancelamento do contrato de trabalho para apuração de inquérito para apuração de falta grave e, quanto ao do reclamado, dar parcial provimento para excluir da condenação a multa por litigância, as horas extras decorrentes de má-fé da realização de cursos "treinet" e os danos morais por assédio, bem como para determinar que se exclua a obrigatoriedade de o reclamado formar de carteira de cliente à reclamante. Arbitra-se novo valor à causa para os efeitos legais. [...] (grifou-se) (id caa25f7 - Pág. 6)

E não resta dúvida ainda acerca da impropriedade de constar da liquidação do título judicial (id 5bc42e8 ) a indenização no importe

de 20% e aos honorários advocatícios, também de 20%, incidentes, ambas, sobre o valor da causa, eis que excluídas da condenação, consoante bem esclarecido no item 1.2 da fundamentação do acórdão referenciado, consoante transcrição que se segue: [...]

1.2. Das multas por litigância de má-fé

No caso em apreço, verifica-se que o recorrente, utilizando-se do direito de ação, constitucionalmente assegurado, pleiteou no inquérito judicial a apuração de falta grave, matéria controversa, que exigiria a avaliação dos aspectos de fato e de direito que expôs, não se vislumbrando o intuito protelatório tampouco a litigância de má-fé. Ademais, os prejuízos causados à reclamante podem ser devidamente supridos, se for o caso, quando da apreciação da lide. Logo, dá-se provimento ao ponto em questão para excluir da condenação a indenização por litigância de má-fé aplicada, nos importes de 1% e 20%, bem como os honorários advocatícios de 20%, decorrentes dessa condenação.

[...](id f34053a) (grifou-se)

Impende aclarar, também, que os honorários sucumbenciais constam perfeitamente apurados na conta de liquidação oficial (id 5bc42e8). Nesse prisma, o calculista oficial prestou as seguintes informações ao magistrado de origem, acerca da impugnação aos cálculos de id a8362bf, relativamente aos honorários de 20% sobre o valor atualizado da causa (Inquérito para Apuração de Falta Grave). Confira-se: "[...]

Certifico que analisei a Impugnação aos Cálculos (a8362bf) apresentada pela Reclamante, conforme se segue: Não estão incluídos nos cálculos os honorários de 20% sobre o valor atualizado da causa.

Improcedente.

Os referidos honorários foram devidamente calculados conforme se constata na pág. 84 do ID 5bc42e8 (cálculo) sob o título Demonstrativo de Honorários, Nome HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO e Descrição HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS com base de R\$6.000,00 (20% de R\$30.000,00 - Inicial fl. 22 do 169200-86.2009) e data de 17/12/2014 (Sentença). Para ficar mais evidente, modifiquei a respectiva Descrição para HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (20% DO VALOR DA CAUSA).

[...] (id e64fa7c)"

Assim, por tudo que restou exposto no Acórdão embargado, forçoso negar provimento aos embargos de declaração, visto que não restaram configuradas quaisquer das situações previstas nos arts. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil/2015, e 897-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo dúvidas de que a insatisfação demonstrada pela embargante tem relação direta com o mérito da causa que somente poderá ser reexaminado em sede de recurso para a Instância Superior, face à previsão do art. 505 do CPC/2015, de acordo com o qual "Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide [...]".

Acórdão embargado mantido."

À análise.

Consoante já acima expendido, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, o que, todavia, não se vislumbra no acórdão recorrido.

Ante tal restrição, descabe a análise da divergência jurisprudencial suscitada pela recorrente.

Não obstante, não se vislumbra violação direta e literal ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988, porquanto tal norma constitui preceito genérico, que não dispõe em específico sobre o tema em discussão. Assim, se ofensa houvesse, seria

reflexa/indireta.

Nega-se seguimento.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

A parte agravante, a despeito da argumentação apresentada, não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou ofensa direta e literal ao art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST; ao revés a coisa julgada foi devidamente observada. Registre-se que a SBDI-1, órgão de uniformização da jurisprudência interna corporis desta Corte Superior, em relação aos limites da coisa julgada, já decidiu que "o TST adota a teoria substancial e entende que a coisa julgada não se restringe apenas à conclusão posta ao final da decisão, pois o dispositivo não deve se limitar à localização no texto, de forma isolada e dissociada da fundamentação; deve abranger, também, o conteúdo decisório referente ao enfrentamento das questões de mérito, consignado na fundamentação. Dessa forma, transita em julgado não apenas a parte dispositiva, mas também a conclusão fundamentada da decisão (ponto relevante do julgado que não se confunde necessariamente com os motivos de decidir), de forma que a omissão na parte dispositiva (aspecto formal) não prevalece sobre aquilo que efetivamente foi decidido (aspecto material), desde que não haja contradição entre dispositivo e fundamentação". (Ag-ED-E-ARR-457-94.2016.5.23.0005, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 10/09/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. DETERMINAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DO AUTOR AO PLANO DE SAÚDE. DIREITO RECONHECIDO NA FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. OMISSÃO NA PARTE DISPOSITIVA. PREVALÊNCIA DA COISA JULGADA SUBSTANCIAL. Agravado de instrumento provido para determinar o processamento do recurso de revista, em face da possível ofensa ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.467/2017. DETERMINAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DO AUTOR AO PLANO DE SAÚDE. DIREITO RECONHECIDO NA FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. OMISSÃO NA PARTE DISPOSITIVA. PREVALÊNCIA DA COISA JULGADA SUBSTANCIAL. No caso dos autos, o Regional deu provimento ao agravo de petição da executada para excluir a obrigação de reintegração do exequente no plano de saúde, diante da ausência de previsão expressa na parte dispositiva do título executivo judicial. Todavia, estabelece o artigo 503 do CPC/2015 que "a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida". Dessa forma, quanto aos limites da coisa julgada, a jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que deve prevalecer a coisa julgada substancial, motivo pelo qual transita em julgado não apenas a parte dispositiva, mas também a conclusão constante da fundamentação da decisão exequenda, que não se confunde necessariamente com as razões de decidir. Portanto, a coisa julgada abrange todo o conteúdo decisório relacionado ao enfrentamento das questões de mérito consignadas na fundamentação. Nesse contexto, em virtude da prevalência da coisa

julgada substancial, não há como afastar a obrigação de reintegração ao plano de saúde imposta ao devedor na fundamentação da decisão transitada em julgado, a despeito da ausência de previsão expressa na parte dispositiva. O eventual erro material na parte dispositiva (aspecto formal) não pode prevalecer sobre o que foi efetivamente decidido (aspecto material). Precedentes do TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-1002041-84.2017.5.02.0473, 3ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 09/06/2023).

**RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 E DO CPC/2015 - DIFERENÇAS - ADICIONAL NOTURNO - ANÁLISE DO TEMA NA FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA - OMISSÃO NA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA - COISA JULGADA SUBSTANCIAL - TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA** De acordo com a doutrina substancialista, a coisa julgada atinge não apenas a parte dispositiva da decisão, mas também alcança a fundamentação em que o juiz proveu ou negou o pedido, em uma interpretação sistemática do conjunto do julgado. A omissão de um tema na parte dispositiva da decisão deve ser compreendida como erro material sanável, podendo integrar a coisa julgada por ter sido analisada e provida ou negada na parte da fundamentação. Esse é o entendimento firmado pelo E. Supremo Tribunal Federal no RE nº 117060/MG, bem como pelo Eg. TST. Julgados de SBDI-I, SBDI-II e Turmas. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-1002372-81.2017.5.02.0468, 4ª Turma, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 12/08/2022).

**I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RECLAMADA. LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO DO TRT POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL** 1 - Deve ser reconhecida a transcendência jurídica para exame mais detido da controvérsia devido às peculiaridades do caso concreto. O enfoque exegético da aferição dos indicadores de transcendência em princípio deve ser positivo, especialmente nos casos de alguma complexidade, em que se torna aconselhável o debate mais aprofundado do tema. 2 - Nos termos do art. 794 da CLT, as nulidades só serão declaradas se resultarem manifesto prejuízo às partes. Para que seja configurada a negativa de prestação jurisdicional é necessário que a omissão apontada pela parte se refira à questão que, por si só, tenha o condão de alterar o deslinde do feito. 3 - No caso dos autos, a reclamada pleiteou, em embargos de declaração, a expressa manifestação do TRT quanto à aplicação da norma estabelecida pela empresa no que se refere ao pagamento das indenizações referentes ao PIDV 2014, e inserção na parte dispositiva do julgado da limitação estabelecida pelo PIDV 2014. 4 - Quanto à aplicação da norma estabelecida pela empresa, verifica-se que não há omissão do TRT, uma vez que este entregou efetivamente a prestação jurisdicional ao estabelecer no corpo do acórdão de recurso ordinário que o pagamento da " diferença da indenização pela adesão ao PIDV/2014, observando-se a real remuneração a que o obreiro fazia jus quando da adesão ao mencionado plano, por força do reposicionamento salarial fixado nos autos do processo nº 0001425-82.2014.5.20.0004 (...) deverá observar o teto fixado no PIDV/2014 - destacou-se". 5 - No que diz respeito à alegada omissão na parte dispositiva do acórdão do TRT, a controvérsia que resta a ser dirimida diz respeito ao alcance da coisa julgada. Isso porque a Corte Regional julgou procedentes os pleitos do reclamante para condenar a reclamada a pagar a diferença da indenização pela adesão ao PIDV/2014, observando-

se a real remuneração a que fazia jus o empregado quando da adesão ao plano, mas não estabeleceu se o valor da condenação seria ou não limitado pelo teto fixado no PIDV/2014. 6 - No entanto, o entendimento na doutrina e na jurisprudência (STF, SBDI-1, SBDI-2 e Turmas do TST) é de que deve prevalecer a coisa julgada substancial: transita em julgado não apenas a parte dispositiva, mas também a conclusão fundamentada da decisão exequenda (ponto relevante do julgado que não se confunde necessariamente com os motivos de decidir). É dizer: o equívoco ou erro material na parte dispositiva (aspecto formal) não prevalece sobre aquilo que efetivamente foi decidido (aspecto material). Há julgados. 7 - Logo, ainda que não tenha constado expressamente na parte dispositiva da decisão transitada em julgado a determinação de que o pagamento da diferença da indenização pela adesão ao PIDV/2014, com base na real remuneração a que o empregado fazia jus, deverá observar o teto fixado no PIDV/2014, esta determinação constou expressamente na sua fundamentação e, em atenção à prevalência da coisa julgada substancial, transitou em julgado, porquanto não foi interposto recurso quanto a este ponto. 8 - Desse modo, observa-se que o TRT se manifestou sobre as questões relevantes e decisivas para o desfecho da lide (arts. 93, IX, da CF/88, 832 da CLT e 489 do CPC/2015), entregando a prestação jurisdicional postulada. 9 - Intocáveis, portanto, os dispositivos constitucionais e legais invocados pela parte. 10 - Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR-767-96.2016.5.20.0001, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 12/05/2023).

Dessarte, considerando a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, o recurso de revista não se viabiliza, sendo forçoso reconhecer que a causa não oferece transcendência em nenhum dos seus aspectos.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR**

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0011059-42.2021.5.15.0119**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	ANDERSON GIOVANI DOS ANJOS
Advogado	Dr. Jose Pedro Andreatta Marcondes(OAB: 311926-A/SP)
Agravado	CHOCOLATES GAROTO S.A.
Advogado	Dr. Rui Nogueira Paes Caminha Barbosa(OAB: 274876-A/SP)

## Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON GIOVANI DOS ANJOS
- CHOCOLATES GAROTO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento, em demanda submetida ao procedimento sumaríssimo, que visa destrancar recurso de revista



interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

Recurso de: ANDERSON GIOVANI DOS ANJOS  
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso.

Regular a representação processual.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Cumpra esclarecer que o eventual apontamento de ofensa a dispositivos legais e de divergência de arestos não serão apreciados, tendo em vista que a presente ação está sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT. Oportuno ressaltar que não é válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, em conformidade com o disposto na Súmula 442 do C. TST.

Duração do Trabalho / Horas Extras / Contagem de Minutos Residuais.

O recorrente não aponta violação a qualquer dispositivo constitucional, tampouco apresenta dissenso de súmula de jurisprudência do TST ou de súmula vinculante do STF, restando, assim, desfundamentado o apelo, no tocante a tal matéria, pois não observadas as exigências do art. 896, § 9º, da CLT.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Taxa SELIC.

O v. acórdão determinou a "apuração de correção monetária e de juros de mora, ou seja: o IPCA-E, na fase pré-processual e, a partir do ajuizamento, a taxa SELIC, pura e simples".

Conforme se verifica, o v. acórdão recorrido está em conformidade com a decisão do E. STF, no julgamento conjunto da ADC nº 58, ADC nº 59, ADI nº 5.867 e ADI nº 6.021, em 18/12/2020 (DJE 07/04/2021), em sede de controle concentrado de constitucionalidade, com eficácia "erga omnes" e efeito vinculante (ar. 102, § 2º, da Constituição Federal).

Ademais, acrescente-se que, em março de 2021, o E. STF, por meio da decisão do Ministro Alexandre de Moraes, proferida na RC 46.023-MG, entendeu conflitar com o que decidido nas ADC nº 58, ADC nº 59, ADI nº 5.867 e ADI nº 6.021, em 18/12/2020, a determinação conjunta de pagamento de juros de mora com atualização monetária pela taxa SELIC.

Nesse contexto, não se vislumbram violações a dispositivos constitucionais invocados, conforme exige o § 9º do art. 896 da CLT, restando inviável, por decorrência, o apelo.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

#### 1. HORAS EXTRAS / CONTAGEM DE MINUTOS RESIDUAIS

Quanto ao tema em epígrafe, a parte agravante não logra êxito em desconstituir os fundamentos da decisão denegatória, tendo em vista que, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT e da Súmula n.º 442

do TST, a admissibilidade do recurso de revista, em procedimento sumaríssimo, sujeita-se à demonstração inequívoca de violação direta da Constituição Federal, de súmula de jurisprudência uniforme do TST e de súmula vinculante do STF, o que não se verifica nos autos.

No mais, a despeito de o referido óbice processual evidenciar a inviabilidade do apelo, constata-se que a causa não oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

A transcendência econômica somente se configura quando o valor da causa é elevado ou quando o valor arbitrado à condenação compromete a higidez da empresa recorrente, circunstâncias não verificadas nos autos.

A Corte Regional não desrespeita jurisprudência sumulada do TST ou do STF, o que revela a inexistência de transcendência política. Não se divisa a transcendência social, porquanto ausente a afronta a direito social constitucionalmente assegurado.

Por fim, o debate trazido no recurso de revista não é novo no TST, a justificar a fixação de teses jurídicas e uniformização de jurisprudência, cenário que indica a ausência de transcendência jurídica.

Depreende-se, portanto, ante a ausência de temática que extrapole os interesses meramente subjetivos da demanda, que o recurso de revista não oferece transcendência em nenhum dos seus indicadores.

NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, no particular.

#### 2. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPCA-E E DOS JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS

Em observância à tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.os 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade n.os 58 e 59, reconheço a transcendência política da causa, nos termos art. 896-A, § 1º, II, da CLT; e, para o exame da matéria controvertida - Correção Monetária. Aplicação do Ipca-E e dos Juros de Mora de 1% ao Mês -, por potencial violação do art. 39, § 1º, da Lei nº 8.177/91, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento para convertê-lo em recurso de revista.

Reautue-se.

Procedo, em continuidade, ao exame do recurso de revista.

#### II - RECURSO DE REVISTA

Trata-se de recurso de revista contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho na vigência da Lei nº 13.467/2017. Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, passa-se a análise dos intrínsecos do recurso de revista.

#### CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPCA-E E DOS JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS. TESE VINCULANTE FIXADA PELO STF. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA

A Corte Regional, quanto à atualização monetária do débito trabalhista e dos juros, assim decidiu, verbis:

##### a) Correção monetária e Juros

Sobre os valores da condenação, incidirão a correção monetária utilizando o índice do mês subsequente ao vencido a partir do primeiro dia.

No julgamento das ADCs 58 e 59, complementado pelos embargos de declaração em sessão encerrada em 22/10/2021, o E. STF

declarou inconstitucional a aplicação da Taxa Referencial (TR) para correção dos débitos trabalhistas e determinou que, até que sobrevenha solução legislativa, sejam aplicados os mesmos índices de correção monetária e de juros de mora vigentes para as condenações cíveis em geral, a saber: o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento, a taxa SELIC (art. 406 do Código Civil). Diante da eficácia erga omnes e efeito vinculante dessa decisão, adoto os critérios fixados pelo E.STF para apuração de correção monetária e de juros de mora, ou seja: o IPCA-E, na fase pré-processual e, a partir do ajuizamento, a taxa SELIC, pura e simples. Juros de mora, a partir da propositura da ação, consoante prevê o artigo 883 da CLT.

A parte recorrente requer a reforma do acórdão regional "para que seja determinada a aplicação de juros de mora de 1% ao mês desde a propositura da ação, sem prejuízo da correção monetária que vier a ser definida pelo E. STF (ainda que seja a SELIC) e que vier a transitar em julgado na apreciação das ADC 58, ADC 59, ADI 5.867 e ADI 6.021/DF".

Reconhecida a transcendência política da matéria, na forma prevista no art. 896-A, § 1º, II, da CLT, tem-se que o recurso de revista alcança conhecimento, para adequação do acórdão recorrido à tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade 58 e 59.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 58, em conjunto com a ADC 59, ADI 5.867 e ADI 6.021, ocorrido em 18/12/2020, pacificou a controvérsia relativa ao índice de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas. Confira-se a ementa da decisão:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. ART. 39, CAPUT E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade - esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado -, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo. 2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º -F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de

propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG - tema 810). 3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009. 4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas. 5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810). 6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991). 7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. 8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de

alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC. 9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). 10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes. (ADC 58, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe 07/04/2021). (grifos aditados)

No julgamento dos embargos de declaração opostos contra a referida decisão, o STF, em 25/10/2021, sanando erro material, estabeleceu a "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".

Posteriormente, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.269.353/DF, pela sistemática da repercussão geral (Tema 1191), com acórdão publicado em 23/02/2022, o Pleno do Supremo Tribunal Federal reafirmou o entendimento fixado em controle abstrato de constitucionalidade (ADI 5.867 e 6.021 e ADC 58 e 59). Confira-se:

**Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO DO TRABALHO. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOBRE CRÉDITOS TRABALHISTAS. CONTROVÉRSIA SOBRE A APLICABILIDADE DA TAXA REFERENCIAL (TR). ARTIGO 39 DA LEI 8.177/1991. JULGAMENTO CONJUNTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.867 E 6.021 E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 58 E 59. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM PRECEDENTES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO EM PARTE. Tese: I - É inconstitucional a utilização da Taxa Referencial - TR como índice de atualização dos débitos trabalhistas, devendo ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública, que possuem regramento específico. A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. II - A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação desta tese, devem ser observados os marcos para modulação dos efeitos da decisão fixados no julgamento conjunto da ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, como segue: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os**

processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC e (iii) os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). (RE 1269353 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022).

Consoante se observa dos precedentes acima transcritos, a Suprema Corte decidiu que a TR (Taxa Referencial) não reflete o poder aquisitivo da moeda, razão pela qual, até sobrevir solução legislativa, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária utilizados para as condenações cíveis em geral, a saber: na fase pré-judicial, deve incidir o IPCA-E, e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa SELIC.

Impende ressaltar que, em relação à fase extrajudicial, ou seja, aquela que antecede o ajuizamento da ação trabalhista, o STF determinou a utilização do IPCA-E, além dos juros legais, nos termos do art. 39, caput, da Lei n.º 8.177/1991. Na fase processual, a Corte Suprema foi enfática no sentido de que a aplicação da taxa Selic (que já contempla os juros e a correção monetária) não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, sob pena de bis in idem.

Anotar-se que a decisão do STF é dotada de efeito vinculante e eficácia erga omnes, de forma que todos os órgãos do Poder Judiciário, bem como a Administração Pública, em todas as suas esferas, ficam a ela vinculados, devendo, nos casos submetidos à sua apreciação, proceder à estrita aplicação da tese jurídica fixada na ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, e reafirmada pela sistemática da repercussão geral, no que diz respeito ao regime de atualização monetária e juros incidentes sobre os créditos trabalhistas decorrentes de condenação judicial, inclusive para a salvaguarda dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da tutela jurisdicional, não havendo, por conseguinte, cogitar de julgamento extra petita ou reformatio in pejus.

Nesse sentido, ilustra o elucidativo precedente da Suprema Corte:

**Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DA ADC 58. INCIDÊNCIA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS ALI DETERMINADA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. 1. As razões que poderiam ter sido aduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da presente Reclamação, foram apresentadas neste Recurso de Agravo, não havendo qualquer prejuízo à parte agravante. Incide, portanto, a regra segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte (pas de nullité sans grief). 2. O ato reclamado, ao homologar os cálculos apresentados, utilizando-se o índice TR até 24/3/2015 e o IPCA-E a contar de 25/3/2015, violou a decisão proferida por esta CORTE na ADC 58, a qual determinou**

expressamente que, "em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais". 3. Havendo trânsito em julgado do processo na origem em data anterior à sessão de julgamento da ADC 58, aliado ao fato de não existir expressa manifestação quanto ao índice de correção monetária na fase de conhecimento, incide a modulação de efeitos determinada no paradigma de controle, no sentido de que "os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais)". 4. Juros de mora e correção monetária possuem natureza de ordem pública, motivo pelo qual podem ser modificados a qualquer tempo no processo, não caracterizando reformatio in pejus ou preclusão. 5. Recurso de Agravo a que se nega provimento. (STF-Rcl 48135 AgR, Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe 27/08/2021).

Imperioso destacar que, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (como ilustram os fundamentos esposados no precedente STF-Rcl 48135 AgR, acima transcritos), a coisa julgada somente se configura quando a sentença exequenda tenha adotado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, premissa que não se extrai da decisão impugnada. No aspecto, oportuno transcrever os seguintes precedentes do TST, verbis:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. DECISÃO DO STF. ADCs 58 E 59 E ADIS 5857 E 6021. INCIDÊNCIA DO IPCA-E NA FASE PRÉ-JUDICIAL E INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. No tocante aos juros de mora, no aspecto e com base no que foi decidido pela Suprema Corte, vale lembrar que, caso a decisão exequenda tenha sido expressa, a coisa julgada somente deve ser mantida se fixados, expressamente e de forma conjunta, tanto o índice de correção monetária como a taxa de juros de mora. In casu, não houve fixação de forma conjunta. Embargos de declaração parcialmente providos apenas para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo. (ED-RR-1198 -44.2018.5.09.0009, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/11/2022)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELAS EXECUTADAS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. DECISÃO PROFERIDA EM FASE DE CONHECIMENTO EM DISSONÂNCIA COM A DECISÃO DO STF EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC's 58 E 59 E ADI's 5867 E 6021). Demonstrada possível violação do art. 102, § 2º, da Constituição Federal, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELAS EXECUTADAS NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. DECISÃO PROFERIDA EM FASE DE CONHECIMENTO EM DISSONÂNCIA COM A DECISÃO DO STF EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC's 58 E 59 E ADI's 5867 E 6021). 1. O Supremo Tribunal Federal, em 18/12/2020, no julgamento conjunto das ADCs 58 e 59 e das ADIs 5857 e 6021, concluiu ser

inconstitucional a aplicação da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária dos débitos trabalhistas, definindo que, enquanto o Poder Legislativo não deliberar sobre a questão, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária vigentes para as condenações cíveis em geral, isto é, o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) na fase pré-judicial e, a partir da citação, a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). 2. O Supremo Tribunal Federal, a fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, modulou os efeitos da decisão. 3. No caso dos autos, o processo está na fase de execução, e o título executivo é silente quanto ao índice de correção monetária aplicável. Com relação aos juros, a sentença fez uma remissão genérica à Lei 8.177/91, citou a Súmula nº 200 do TST e o art. 883 da CLT, determinando que eles incidissem a partir do ajuizamento da ação. 4. Como a taxa SELIC é um índice composto, ao englobar juros de mora e correção monetária, não é possível admitir a cumulação da taxa SELIC + juros de mora de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da ação, sob pena de bis in idem ou de anatocismo (juros sobre juros), o que é vedado em nosso ordenamento jurídico. 5. Segundo exegese que se extrai do julgamento do STF, a coisa julgada somente deve ser mantida quando fixar, expressamente e de forma conjunta, tanto o índice de correção monetária (TR ou IPCA) como a taxa de juros de mora. 6. Incide, no caso em exame, o critério de modulação fixado pelo STF: "Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e à taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais)". 7. Considerando que se trata de processo transitado em julgado, em que a sentença não consignou manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e à taxa de juros de mora, deve ser determinada a incidência do IPCA-E até o ajuizamento da ação, acrescidos dos juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991), e a incidência da taxa SELIC a partir do ajuizamento da ação (art. 841, caput, da CLT). Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. (RR-22-07.2019.5.09.0652, Relatora Ministra: Delaíde Alves Miranda Arantes, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/04/2023)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. OFENSA À COISA JULGADA INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao modular os efeitos da decisão proferida no julgamento das ADCs nos 58 e 59 e das ADIs nos 5.867 e 6.021, determinou que "(i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês". Na hipótese sub judice, a sentença exequenda determinou, genericamente, a incidência de juros de mora e de correção monetária "na forma prevista no art. 39 da Lei 8.177/91 e Lei 8.660/93. Relativamente aos valores devidos mensalmente deverão ser observados os índices do mês subsequente ao vencido, consoante majoritário entendimento jurisprudencial do Col. TST", sem a fixação de índice ou percentual específico. Na decisão embargada, foi determinada a aplicação do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa SELIC, observando-se a possibilidade de incidência de juros

de mora na fase pré-judicial (art. 39, caput, da Lei 8.177/91) e os valores eventualmente pagos. Portanto, como foi adotada a tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal, seguida nesta Corte, não prosperam as insurgências da parte autora. Por outro lado, tendo havido a interposição de recurso quanto ao índice de correção monetária incidente sobre os débitos trabalhistas não é possível falar em coisa julgada somente quanto aos juros de mora fixados na sentença, pois a impugnação, ainda que parcial, afasta o trânsito em julgado, devendo a matéria ser examinada de forma conjunta. Aplica-se, assim, a decisão vinculante emanada do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 58, para se determinar a aplicação do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa SELIC, mesmo que parte tenha recorrido apenas quanto à correção monetária, quedando-se inerte quanto aos juros moratórios fixados na sentença exequenda. Embargos de declaração desprovidos. (ED-RR-686-67.2015.5.09.0041, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/04/2023)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS.** Esta C. Turma, por ocasião do julgamento do recurso de Agravo, registrou expressamente que "De acordo com a tese fixada pelo Supremo, a coisa julgada somente deve ser mantida quando determinar de forma expressa e conjunta, tanto o índice de correção monetária quanto a taxa de juros de mora". Verifica-se, no caso, a adoção de tese explícita sobre as questões veiculadas pela parte. Hipótese em que o reclamante pretende o reexame da matéria e a reforma do julgado, o que é inviável em sede de embargos de declaração, nos termos dos artigos 1.022 do NCPC e 897-A da CLT. Embargos de declaração rejeitados. (ED-Ag-RR - 2811-68.2012.5.02.0021, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/10/2022)

No caso dos autos, as instâncias ordinárias, quanto aos critérios de atualização monetária dos créditos trabalhistas deferidos, adotaram entendimento que se harmoniza com o entendimento vinculante firmado pelo Supremo Tribunal Federal, exceto quanto ao critério de fixação dos juros de mora.

Assim, por força da repercussão geral reconhecida, de caráter vinculante, **CONHEÇO** do recurso de revista por violação do art. do art. 39, § 1º, da Lei nº 8.177/91.

No mérito, **DOU PROVIMENTO** ao recurso de revista para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST: I - **CONHEÇO** do agravo de instrumento, e, no mérito, **DOU-LHE PROVIMENTO** apenas quanto ao tema "CORREÇÃO MONETETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPCA-SE E DOS JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS", para determinar o julgamento do recurso de revista; II - **CONHEÇO** do recurso de revista, por violação do art. 39, § 1º, da Lei nº 8.177/91, e, no mérito, **DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL** para, adequando o acórdão recorrido à

tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independentemente do índice de atualização monetária aplicado. Inalterado o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, de de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

### Processo Nº RRAg-0011526-60.2016.5.15.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante e Agravado	LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravante e Agravado	ELZA CAMARGO GUIMARAES
Advogado	Dr. Stefano Ragazzi Sodre(OAB: 303261/SP)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fraton Rodrigues(OAB: 128341/SP)

### Intimado(s)/Citado(s):

- ELZA CAMARGO GUIMARAES
- LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

### I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA AUTORA

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

Recurso de: ELZA CAMARGO GUIMARAES

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/10/2018; recurso apresentado em 18/10/2018).

Regular a representação processual.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade.

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Intervalo 15 Minutos Mulher.

No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem



a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.

Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-11406-38.2013.5.18.0001, 6ª Turma, DEJT-19/08/2016; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO

ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...] 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do

art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste Colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

**NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento da autora.

**II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RÉ LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência

decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

Recurso de: LIQCORP S.A.

**PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS**

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/10/2018; recurso apresentado em 18/10/2018).

Regular a representação processual.

Satisfeito o preparo.

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.**

No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.

Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-11406-38.2013.5.18.0001, 6ª Turma, DEJT-19/08/2016; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Valor da Execução/Cálculo/Atualização / Correção Monetária.** O Tribunal Pleno do Colendo TST, nos autos da arguição de inconstitucionalidade (ArgInc-479-60.2011.5.04.0231), declarou ser inconstitucional, por arrastamento, a expressão "equivalentes à TRD" contida no caput do artigo 39 da Lei 8.177/91, definindo a incidência da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) para esse objetivo, tendo sido julgado pelo STF improcedente a Reclamação 22012.

No julgamento dos embargos de declaração nos autos do processo TST-ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho concluiu pela modulação dos efeitos desta decisão. Acrescente que o STF apreciou a matéria no leading case 870947 (TEMA 810) com repercussão geral e também no julgamento da ADI 4425.

Portanto, a interpretação conferida pelo v. acórdão recorrido está em consonância com a decisão proferida com efeito vinculante pelo STF e também com a iterativa, notória e atual jurisprudência do Colendo TST (RR-351-51.2014.5.09.0892, 1ª Turma, DEJT-02/03/18, AIRR-25786-17.2016.5.24.0091, 2ª Turma, DEJT-09/03/18, ARR-841-50.2014.5.15.0102, 3ª Turma, DEJT-09/03/18, AIRR-24197-72.2016.5.24.0096, 4ª Turma, DEJT-02/03/18, RR-10805-58.2014.5.15.0105, 5ª Turma, DEJT-09/03/18, ARR-11522-27.2015.5.15.0108, 6ª Turma, DEJT-02/03/18, RR-558-05.2012.5.04.0522, 7ª Turma, DEJT-09/03/18, RR-902-75.2011.5.02.0263, 8ª Turma, DEJT-09/03/18).

Inviável, por consequência, o apelo, ante o disposto no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 do C. TST.

**CONCLUSÃO**

**DENEGO** seguimento ao recurso de revista.

## 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS PERICIAIS.

Quanto aos temas em epígrafe, a despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária.

É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel.

Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada.Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão.Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88.Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos.Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

**DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

**NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento, no particular.

## 2. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE VINCULANTE DO STF

Em observância da tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade 58 e 59, reconheço a transcendência política da causa, nos termos art. 896-A, § 1º, II, da CLT; e, para o exame da matéria controvertida - correção monetária -, por potencial violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento para convertê-lo em recurso de revista. Reautue-se.

Procedo, em continuidade, ao exame do recurso de revista.

## II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, prossegue-se a análise do recurso de revista.

## ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE

## VINCULANTE DO STF

O Tribunal Regional do Trabalho, quanto ao tema, proferiu decisão nos seguintes termos:

### 5. Dos Parâmetros da Liquidação:

Juros e correção monetária na forma da lei. Os juros serão devidos desde o ajuizamento da presente ação, observando-se o entendimento expresso na Súmula 200 do TST.

A correção monetária observará como época própria o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento da obrigação relativa ao pagamento dos salários, consoante artigo 459, parágrafo único da CLT, observando-se, ainda, a Súmula 381 do Colendo TST, aplicando-se o entendimento dessa Egrégia 8ª Câmara, para fins de correção monetária, de que deve ser aplicada a TR até 24/3/2015 e, o IPCA-E a partir de 25/3/2015.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs 4.357/DF e 4.425/DF, declarou a inconstitucionalidade da expressão "índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da Constituição Federal, afastando assim a aplicação do índice TR como fator de correção monetária aos débitos estatais de natureza tributária.

Entretanto, em sessão plenária, realizada em 25.3.2015, entendeu-se pela modulação dos efeitos das referidas decisões no sentido de que a variação do IPCA -E como critério de atualização monetária deveria alcançar os débitos judiciais devidos apenas a partir de 26.3.2015, mantendo a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) em relação aos precatórios expedidos ou pagos até 25.3.2015.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs supra mencionadas, considerou inconstitucional foi o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) para a correção monetária dos precatórios, previsto no art. 100, §12 da CF, acrescentado pela Emenda Constitucional 62/2009, a respeito da Fazenda Pública, por entender que o índice questionado não é suficiente para recompor as perdas inflacionárias.

Seguindo esse entendimento, o C. TST ao enfrentar a questão, na ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, em 04.06.2015, declarou, em controle difuso, a inconstitucionalidade da expressão "equivalentes à TRD", contida no "caput" do artigo 39 da Lei n.º 8.177/1991, dando interpretação conforme a Constituição ao restante do dispositivo, e definiu a aplicação do IPCA-E para atualização dos débitos trabalhistas. Na ocasião, os ministros atribuíram efeito modulatório à decisão, a prevalecer a partir de 30.06.2009, data em que entrou em vigor o dispositivo declarado inconstitucional pelo STF (artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, introduzido pela Lei 11.960/2009), preservadas as situações jurídicas consolidadas, resultantes de pagamentos já efetuados em processos judiciais. Entretanto, o STF em decisão proferida em sede liminar na Reclamação Constitucional 22.012, de relatoria do Exmo. Ministro Dias Toffoli, suspendeu os efeitos da decisão do C. TST no processo nº 0000479-60.2011.5.04.0231, inclusive em relação à determinação de retificação pelo CSJT da tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (tabela única) para utilização do índice IPCA-E como fator de correção monetária a partir de 30.06.2009, por entender que o TST extrapolou o entendimento fixado sobre a constitucionalidade do regime de pagamento de precatórios, tendo a decisão atingido não só o caso concreto, mas todas as execuções em curso na Justiça do Trabalho.

Nesse termos, diante da suspensão dos efeitos da decisão pelo STF, o C. TST, no julgamento dos Embargos Declaratórios na ArgInc 479-60.2011.5.04.0231 entendeu: Decisão: I) por maioria,

acolher a manifestação, como "amicus curiae", do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em parecer juntado aos autos e nas contrarrazões aos embargos de declaração opostos, e acolher parcialmente os embargos de declaração opostos pelo Município de Gravataí e pelo SINDIENERGIA para, dando efeito modificativo ao julgado, aplicar a modulação dos efeitos da decisão a contar de 25/03/15, que coincide com a data que o Supremo Tribunal Federal reconheceu na decisão proferida na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 4.357. Ficaram vencidos os Exmos. Ministros Maria de Assis Calsing, Antonio José de Barros Levenhagen, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Dora Maria da Costa e Ives Gandra da Silva Martins Filho, que julgavam prejudicados os embargos de declaração em razão da decisão do STF e parcialmente vencido o Exmo. Ministro João Batista Brito Pereira que acolhia os embargos declaratórios para prestar esclarecimentos, sem modular os efeitos da decisão; II) por unanimidade, rejeitar os demais embargos de declaração; III) por unanimidade, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na Reclamação nº 22.012, excluir do acórdão originário a determinação de reedição da Tabela Única de cálculo de débitos trabalhistas, a fim de que fosse adotado o índice questionado (IPCA-E); IV) por unanimidade, retificar a autuação pra incluir os assistentes simples admitidos na lide e excluir a 7ª Turma do TST do rol de embargados" (g.n.)

Assim, a partir da suspensão dos efeitos da decisão do TST pelo STF, o entendimento majoritário desta E. 8ª Câmara foi no sentido de aplicação da TR como índice de correção monetária dos créditos trabalhistas até que o Supremo Tribunal Federal enfrentasse a questão de forma definitiva com fundamento na Constituição. Ocorre que em 5.12.2017, a 2ª turma do STF, por maioria, nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, julgou improcedente a reclamação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - Fenaban contra a decisão do TST, que havia determinado a adoção do IPCA-E para a atualização dos débitos, em substituição à TR.

Diante de tal quadro, prevalece nessa Egrégia 8ª Câmara o entendimento de que volta a prevalecer a decisão do Tribunal Pleno do TST que declarou incidentalmente, em controle difuso, a inconstitucionalidade da aplicação da TR e determinou sua substituição pelo IPCA-E, com observância da modulação dos efeitos da decisão a contar de 25.3.2015, que coincide com a data que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade na ADI nº 4.357.

Portanto, considerando que é princípio geral do direito de que onde há a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de direito, (ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio), segundo essa Egrégia 8ª Câmara os créditos trabalhistas deverão ser atualizados da seguinte forma: a) até 24.03.2015 - TR; b) a partir de 25.03.2015 - IPCA-E.

Os montantes acima serão apurados em regular liquidação de sentença, com base nos parâmetros fixados em sede de fundamentação que passam a fazer parte integrante dessa decisão.

A parte recorrente não concorda com o método de aplicação de juros e correção monetária adotado pelo Tribunal Regional. Indica, dentre outros dispositivos, violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

Reconhecida a transcendência política da matéria, na forma prevista no art. 896-A, § 1º, II, da CLT, tem-se que o recurso de revista alcança conhecimento.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 58 (apenso principal: ADI 5867), ocorrido em 18/12/2020, pacificou a

controvérsia relativa ao índice de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas. Confira-se a ementa da decisão:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. ART. 39, CAPUT E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade - esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado -, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo. 2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º -F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG - tema 810). 3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009. 4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas. 5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei



11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810). 6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991). 7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. 8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC). 9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). 10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes. (ADC 58, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe 07/04/2021) (grifos aditados)

No julgamento dos embargos de declaração opostos contra a referida decisão, o STF, em 25/10/2021, sanando erro material, estabeleceu "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".

Posteriormente, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.269.353/DF, pela sistemática da repercussão geral (Tema 1.191), com acórdão publicado em 23/2/2022, o Pleno do Supremo Tribunal Federal reafirmou o entendimento fixado em controle abstrato de constitucionalidade (ADI 5.867 e 6.021 e ADC 58 e 59). Confira-se:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO DO TRABALHO. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOBRE CRÉDITOS TRABALHISTAS. CONTROVÉRSIA SOBRE A APLICABILIDADE DA TAXA REFERENCIAL (TR). ARTIGO 39 DA LEI 8.177/1991. JULGAMENTO CONJUNTO DAS AÇÕES DIRETAS DE

INCONSTITUCIONALIDADE 5.867 E 6.021 E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 58 E 59. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM PRECEDENTES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO EM PARTE. Tese: I - É inconstitucional a utilização da Taxa Referencial - TR como índice de atualização dos débitos trabalhistas, devendo ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública, que possuem regramento específico. A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. II - A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação desta tese, devem ser observados os marcos para modulação dos efeitos da decisão fixados no julgamento conjunto da ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, como segue: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC e (iii) os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). (RE 1269353 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022).

Consoante se observa dos precedentes acima transcritos, a Suprema Corte decidiu que a TR (Taxa Referencial) não reflete o poder aquisitivo da moeda, razão pela qual, até sobrevir solução legislativa, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária utilizados para as condenações cíveis em geral, a saber: na fase pré-judicial, deve incidir o IPCA-E, e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa SELIC.

Impende ressaltar que, em relação à fase extrajudicial, ou seja, aquela que antecede o ajuizamento da ação trabalhista, o STF determinou a utilização do IPCA-E, além dos juros legais, nos termos do art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991. Na fase processual, a Corte Suprema foi enfática no sentido de que a aplicação da taxa Selic (que já contempla os juros e a correção monetária) não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização

monetária, sob pena de bis in idem.

Anote-se que a decisão do STF é dotada de efeito vinculante e eficácia erga omnes, de forma que todos os órgãos do Poder Judiciário, bem como a Administração Pública, em todas as suas esferas, ficam a ela vinculados, devendo, nos casos submetidos à sua apreciação, proceder à estrita aplicação da tese jurídica fixada na ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, e reafirmada pela sistemática da percução geral, no que diz respeito ao regime de atualização monetária e juros incidentes sobre os créditos trabalhistas decorrentes de condenação judicial, inclusive para a salvaguarda dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da tutela jurisdicional, não havendo, por conseguinte, cogitar de julgamento extra petita ou reformatio in pejus.

Nesse sentido, ilustra o elucidativo precedente da Suprema Corte:

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DA ADC 58. INCIDÊNCIA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS ALI DETERMINADA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. 1. As razões que poderiam ter sido aduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da presente Reclamação, foram apresentadas neste Recurso de Agravo, não havendo qualquer prejuízo à parte agravante. Incide, portanto, a regra segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte (pas de nullité sans grief). 2. O ato reclamado, ao homologar os cálculos apresentados, utilizando-se o índice TR até 24/3/2015 e o IPCA-E a contar de 25/3/2015, violou a decisão proferida por esta CORTE na ADC 58, a qual determinou expressamente que, "em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais". 3. Havendo trânsito em julgado do processo na origem em data anterior à sessão de julgamento da ADC 58, aliado ao fato de não existir expressa manifestação quanto ao índice de correção monetária na fase de conhecimento, incide a modulação de efeitos determinada no paradigma de controle, no sentido de que "os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais)". 4. Juros de mora e correção monetária possuem natureza de ordem pública, motivo pelo qual podem ser modificados a qualquer tempo no processo, não caracterizando reformatio in pejus ou preclusão. 5. Recurso de Agravo a que se nega provimento. (STF-Rcl 48135 AgR, Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe 27/08/2021).

No caso dos autos, o Tribunal Regional, quanto aos critérios de atualização monetária dos créditos trabalhistas deferidos, adotou entendimento que não se harmoniza com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nas ADCs 58 e 59 e ADIs 5.867 e 6.021.

Logo, por força da tese vinculante do STF, CONHEÇO do recurso de revista por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

No mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39,

caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST: I - NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento da autora; II - CONHEÇO do agravo de instrumento da ré LIQ CORP S.A. (em recuperação judicial) e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO apenas quanto ao tema "CORREÇÃO MONETÁRIA", para determinar o julgamento do recurso de revista; e III - CONHEÇO do recurso de revista, por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado. Inalterado o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, de de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

#### Processo Nº RRAg-0011018-14.2018.5.03.0055

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante e Agravado	VANESSA HENRIQUES DIAS
Advogado	Dr. Humberto Marcial Fonseca(OAB: 55867-A/MG)
Advogado	Dr. Nasser Ahmad Allan(OAB: 28820-A/PR)
Agravante e Agravado	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. Marciano Guimaraes(OAB: 53772-A/MG)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- VANESSA HENRIQUES DIAS

#### I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA AUTORA

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

Recurso de: VANESSA HENRIQUES DIAS

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 11/05/2020; recurso de revista interposto em 21/05/2020; decisão do juízo

positivo de retratação publicada em 16/04/2021; acórdão dos embargos de declaração publicado em 02/06/2021; recurso de revista ratificado em 14/06/2021), dispensado o preparo, sendo regular a representação processual.

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

#### TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º da CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Categoria Profissional Especial / Bancários / Cargo de Confiança.

Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.

O exame do recurso, no tópico alusivo à configuração ou não de função de confiança e o cabimento de horas extras, fica prejudicado, diante dos termos do item I da Súmula 102 do TST, in verbis: A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos.

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a

expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e

V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente

(CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento da autora.

## II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RÉU

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

Recurso de: ITAU UNIBANCO S.A.

### PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão dos embargos de declaração publicado em 14/06/2020; recurso de revista interposto em 24/06/2020; decisão do juízo positivo de retratação publicada em 16/04/2021; acórdão dos embargos de declaração publicado em 02/06/2021; recurso de revista complementar em 14/06/2021), devidamente preparado (depósito recursal - Id63a023e/6f630ea/781df85; custas - Id144b6f4/93a36b8), sendo regular a representação processual.

### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.**

Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.

No tocante à assistência judiciária gratuita, a Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 463 do TST, de forma a sobrepujar os arestos válidos que adotam tese diversa e afastar as violações apontadas.

Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).

A tese adotada no acórdão recorrido está de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Constitucionalidade nº 58, no sentido de que o índice a ser considerado para a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial na Justiça do Trabalho deverá ser o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), o que atrai o óbice constante do art. 896 da CLT e da Súmula 333 do TST.

Quanto aos juros de mora, a Turma julgadora ressaltou que (...)

Em casos tais, esta eg. Turma considera que já se operou a preclusão em torno dos juros de 1% ao mês, já que houve determinação expressa na sentença, e não houve insurgência das partes no momento oportuno.

Dessa forma, é imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) e inexistem as demais ofensas

constitucionais apontadas (inclusive aos arts. 5º, XXXVI e LXXVIII, e 102, I, 'a' e §2º), pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional (Súmula 636 do STF). Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.

Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados.

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

#### 1. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária. É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO

ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...] 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdiccional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma escoreita.Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão.Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do



art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravado conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravado a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.** A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravado conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, no particular.

## 2. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE VINCULANTE DO STF

Em observância da tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade 58 e 59, reconheço a transcendência política da causa, nos termos art. 896-A, § 1º, II, da CLT; e, para o exame da

matéria controvertida - correção monetária -, por potencial violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento para convertê-lo em recurso de revista. Reautue-se.

Procedo, em continuidade, ao exame do recurso de revista.

## II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, prossegue-se a análise do recurso de revista.

## ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE VINCULANTE DO STF

O Tribunal Regional do Trabalho, quanto ao tema, proferiu decisão nos seguintes termos:

### 8. IPCA-E

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, entendeu inconstitucional a utilização da TR para fins de correção monetária em ações que envolvam a fazenda pública, tendo se mantido silente quanto às demais ações.

Diante disso, o Pleno do TST, no julgamento do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, em 4.8.15, declarou inconstitucional, por arrastamento, a expressão consignada no art. 39 da Lei 8.177/91 "equivalentes à TRD" e, por conseguinte, definiu que a atualização monetária dos débitos da Justiça do Trabalho seria realizada utilizando-se o IPCA-E, tendo definido o dia 25.3.15 como marco inicial para sua aplicação.

Em 14.10.15, o Ministro Dias Toffoli do STF concedeu liminar nos autos da Medida Cautelar na Reclamação 22.012/RS, determinando a suspensão dos efeitos da decisão supracitada. Tal liminar foi revogada pelo Colegiado em acórdão publicado em 27.2.18.

A Lei 13.467/17, que trata da reforma trabalhista, acrescentou o § 7º ao art. 879 da CLT, estabelecendo que a atualização dos créditos nesta Justiça será feita pela TR.

Ocorre que na Sessão do Pleno deste Regional do dia 11.4.19, a maioria dos desembargadores acolheu Arguição de inconstitucionalidade da integralidade do disposto no referido § 7º do art. 879 da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017, bem como da expressão "equivalentes à TRD", disposta no caput do art. 39 da Lei 8.177/1991.

Nesse contexto, sedimentada a questão, portanto, no âmbito deste Regional, deverá ser aplicada a TR para os créditos trabalhistas decorrentes de condenação judicial devidos até o dia 24.3.15 e, a partir de 25.3.15, o índice IPCA-E até o efetivo pagamento, sem qualquer limitação, o que foi determinado na sentença.

Desprovejo.

O réu não concorda com os critérios de correção monetária adotados pelo Tribunal Regional. Indica, dentre outros dispositivos, violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

Reconhecida a transcendência política da matéria, na forma prevista no art. 896-A, § 1º, II, da CLT, tem-se que o recurso de revista alcança conhecimento.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 58 (apenso principal: ADI 5867), ocorrido em 18/12/2020, pacificou a controvérsia relativa ao índice de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas. Confirma-se a ementa da decisão:

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES**

DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. ART. 39, CAPUT E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade - esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado -, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo. 2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º -F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG - tema 810). 3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009. 4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas. 5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810). 6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de

janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991). 7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. 8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC). 9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). 10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes. (ADC 58, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe 07/04/2021) (grifos aditados)

No julgamento dos embargos de declaração opostos contra a referida decisão, o STF, em 25/10/2021, sanando erro material, estabeleceu "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".

Posteriormente, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.269.353/DF, pela sistemática da repercussão geral (Tema 1.191), com acórdão publicado em 23/2/2022, o Pleno do Supremo Tribunal Federal reafirmou o entendimento fixado em controle abstrato de constitucionalidade (ADI 5.867 e 6.021 e ADC 58 e 59). Confira-se:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO DO TRABALHO. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOBRE CRÉDITOS TRABALHISTAS. CONTROVÉRSIA SOBRE A APLICABILIDADE DA TAXA REFERENCIAL (TR). ARTIGO 39 DA LEI 8.177/1991. JULGAMENTO CONJUNTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.867 E 6.021 E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 58 E 59. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM PRECEDENTES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.

**CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO EM PARTE.** Tese: I - É inconstitucional a utilização da Taxa Referencial - TR como índice de atualização dos débitos trabalhistas, devendo ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública, que possuem regramento específico. A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. II - A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação desta tese, devem ser observados os marcos para modulação dos efeitos da decisão fixados no julgamento conjunto da ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, como segue: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC e (iii) os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). (RE 1269353 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022).

Consoante se observa dos precedentes acima transcritos, a Suprema Corte decidiu que a TR (Taxa Referencial) não reflete o poder aquisitivo da moeda, razão pela qual, até sobrevir solução legislativa, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária utilizados para as condenações cíveis em geral, a saber: na fase pré-judicial, deve incidir o IPCA-E, e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa SELIC.

Impende ressaltar que, em relação à fase extrajudicial, ou seja, aquela que antecede o ajuizamento da ação trabalhista, o STF determinou a utilização do IPCA-E, além dos juros legais, nos termos do art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991. Na fase processual, a Corte Suprema foi enfática no sentido de que a aplicação da taxa Selic (que já contempla os juros e a correção monetária) não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, sob pena de bis in idem.

Anote-se que a decisão do STF é dotada de efeito vinculante e eficácia erga omnes, de forma que todos os órgãos do Poder Judiciário, bem como a Administração Pública, em todas as suas esferas, ficam a ela vinculados, devendo, nos casos submetidos à

sua apreciação, proceder à estrita aplicação da tese jurídica fixada na ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, e reafirmada pela sistemática da percução geral, no que diz respeito ao regime de atualização monetária e juros incidentes sobre os créditos trabalhistas decorrentes de condenação judicial, inclusive para a salvaguarda dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da tutela jurisdicional, não havendo, por conseguinte, cogitar de julgamento extra petita ou reformatio in pejus.

Nesse sentido, ilustra o elucidativo precedente da Suprema Corte:

**Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DA ADC 58. INCIDÊNCIA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS ALI DETERMINADA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.** 1. As razões que poderiam ter sido aduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da presente Reclamação, foram apresentadas neste Recurso de Agravo, não havendo qualquer prejuízo à parte agravante. Incide, portanto, a regra segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte (pas de nullité sans grief). 2. O ato reclamado, ao homologar os cálculos apresentados, utilizando-se o índice TR até 24/3/2015 e o IPCA-E a contar de 25/3/2015, violou a decisão proferida por esta CORTE na ADC 58, a qual determinou expressamente que, "em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais". 3. Havendo trânsito em julgado do processo na origem em data anterior à sessão de julgamento da ADC 58, aliado ao fato de não existir expressa manifestação quanto ao índice de correção monetária na fase de conhecimento, incide a modulação de efeitos determinada no paradigma de controle, no sentido de que "os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais)". 4. Juros de mora e correção monetária possuem natureza de ordem pública, motivo pelo qual podem ser modificados a qualquer tempo no processo, não caracterizando reformatio in pejus ou preclusão. 5. Recurso de Agravo a que se nega provimento. (STF-Rcl 48135 AgR, Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe 27/08/2021).

No caso dos autos, o Tribunal Regional, quanto aos critérios de atualização monetária dos créditos trabalhistas deferidos, adotou entendimento que não se harmoniza com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nas ADCs 58 e 59 e ADIs 5.867 e 6.021.

Logo, por força da tese vinculante do STF, CONHEÇO do recurso de revista por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

No mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice

de atualização monetária aplicado.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST: I - NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento da autora; II - CONHEÇO do agravo de instrumento do réu, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO apenas quanto ao tema "CORREÇÃO MONETÁRIA", para determinar o julgamento do recurso de revista; e III - CONHEÇO do recurso de revista, por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado. Inalterado o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, de de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Ministro Relator

#### Processo Nº RRAg-0011426-24.2016.5.03.0136

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA
Advogado	Dr. Marcelo Costa Mascaro Nascimento(OAB: 116776/SP)
Agravado	AUGUSTO DE SOUZA
Advogada	Dra. Viviane Maria de Oliveira(OAB: 167628-A/MG)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- AUGUSTO DE SOUZA
- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

#### PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 26/10/2018; recurso de revista interposto em 06/11/2018), devidamente preparado (depósito recursal - ID. 5b729a9 e ID. ee3fd6e; custas - ID. 7100cf4 e ID. 3cf5e02), sendo regular a representação processual (ID. 1eabb90).

#### PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.

Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao C. TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Ressalto que a arguição de inconstitucionalidade de lei (art. 896-A da CLT) não é afeta ao recurso de revista, que, em seus estreitos limites, destina-se às hipóteses previstas no art. 896 da CLT.

Duração do Trabalho / Horas Extras / Contagem de Minutos Residuais. Duração do Trabalho / Compensação de Horário / Semana Espanhola. Sentença Normativa/Convenção e Acordos Coletivos de Trabalho / Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho / Multa Convencional. Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Participação nos Lucros ou Resultados. Contrato Individual de Trabalho / FGTS / Correção Monetária.

Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.

Nada a deferir acerca da aplicação da Lei 13.467/2017 aos autos em exame, diante dos seguintes fundamentos adotados pelos Julgadores:

"No presente caso, o contrato de trabalho perdurou de 12/07/2007 a 21/06/2015, sem considerar a projeção do aviso prévio, sendo, portanto, evidente que a lei nº 13.467/2017, vigente a partir de 11/11/2017, é posterior ao término da relação de emprego.

Logo, deve ser aplicado ao caso o princípio da irretroatividade das normas, previsto no artigo 5º, XXXVI, CF/88, de modo que as normas trabalhistas sobre direito material não podem retroagir para atingir situações pretéritas."

A Turma julgadora decidiu em sintonia com as Súmulas 366 e 449 (minutos residuais/tempo à disposição) e com a OJ 323 da SBDI-I do C. TST (semana espanhola), de forma a sobrepujar os arestos válidos que adotam tese diversa e afastar as violações apontadas. Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).

Por sua vez, o Colegiado manteve a utilização do IPCA-E como fator de atualização monetária à vista do entendimento recente firmado pelo Pleno do C. TST, nos autos TST-ED-ED-ArgInc 479-60.2011.5.04.0231, de 20/11/2017, segundo o qual o IPCA-E deve incidir como índice de correção monetária dos créditos trabalhistas a partir de 25/03/2015, e, antes desse marco, referido índice deve ser a TR, de forma a atrair, novamente, a incidência do § 7º do art. 896 da CLT e da Súmula 333 do TST.

O acórdão recorrido está lastreado em provas, inclusive no que se refere à multa convencional e à PLR. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do C. TST.

Demais disso, as teses adotadas pela Turma traduzem, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aos dispositivos legais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seu seguimento por supostas lesões à legislação ordinária.

E, uma vez que a Turma apreciou todo o conteúdo probatório dos autos, a tese alusiva ao ônus da prova ficou superada, não havendo qualquer ofensa ao art. 818 da CLT.

Inexiste ofensa ao inciso XXVI do art. 7º da CR, uma vez que o d. Colegiado não negou validade às normas coletivas aplicáveis; pelo contrário, apenas exarou a interpretação que considerou ser adequada a respeito delas.

Ainda com relação à semana espanhola, não há falar em incidência

da Súmula 277 do C. TST à hipótese dos autos, sendo inespecífico o aresto válido juntado acerca de tal temática (Súmula 296 do TST), haja vista a conclusão da Turma no sentido de que (...)as cláusulas coletivas do ACT 2007/2008 não produzem os efeitos de ultratividade defendidos pela ré, pois a própria norma veda, expressamente, a produção de efeitos além dos períodos de vigência estabelecidas, veja-se: "As cláusulas, condições e benefícios deste Acordo Coletivo de Trabalho terão vigência restrita ao período pactuado para sua vigência, perdendo integralmente o seu valor normativo, com o advento do termo final prévia e expressamente fixado".

É imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificação implica rever a interpretação dada pela decisão recorrida às normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).

Não existem as demais ofensas constitucionais apontadas, pois a análise das matérias suscitadas no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do C. TST.

Registro que arestos provenientes de Turma do C. TST, deste Tribunal ou de qualquer órgão não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não se prestam ao confronto de teses.

Também não são aptos ao confronto de teses os arestos colacionados carentes de indicação de fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896 da CLT).

#### CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

1. HORAS EXTRAS / CONTAGEM DE MINUTOS RESIDUAIS. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO / SEMANA ESPANHOLA. SENTENÇA NORMATIVA/CONVENÇÃO E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO / MULTA CONVENCIONAL. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / FGTS

Quanto aos temas em epígrafe, a despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária.

É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...]. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem. Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezzena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).



AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma escorreita. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste Colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo

Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, no particular.

## 2. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE VINCULANTE DO STF

Em observância da tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade 58 e 59, reconheço a transcendência política da causa, nos termos art. 896-A, § 1º, II, da CLT; e, para o exame da matéria controvertida - correção monetária -, por potencial violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento para convertê-lo em recurso de revista. Reautue-se.

Procedo, em continuidade, ao exame do recurso de revista.

## II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, prossegue-se a análise do recurso de revista.

## ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE VINCULANTE DO STF

O Tribunal Regional do Trabalho, quanto ao tema, proferiu decisão nos seguintes termos:

### ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O Juízo de origem determinou a aplicação da TRD até 25.03.2015 e do IPCA-E a partir de 26.03.2015.

Inconformada, a reclamada sustenta que deve ser afastada a ordem de aplicação do IPCA-E a partir de 26.03.2015.

Sem razão.

O Pleno do Colendo Tribunal Superior do Trabalho declarou inconstitucional a atualização dos valores pela Taxa Referencial (TR), índice previsto no artigo 39 da Lei nº 8.177/1991 e que vinha sendo aplicado desde então, determinando, em substituição à TR, a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E).

Registro que a liminar que suspendia os efeitos da referida decisão plenária não mais subsiste, tendo em vista a recente decisão do STF sobre a matéria.

Desse modo, acompanho o entendimento do seguinte precedente do C. TST sobre a matéria:

RECURSO DE REVISTA. INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. EXECUÇÃO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. FAZENDA PÚBLICA. DECLARAÇÃO DE

INCONSTITUCIONALIDADE DA EC 62/2009 E DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97. MODULAÇÃO DE EFEITOS. DECISÕES DO STF E DO TRIBUNAL PLENO DO TST. Após o julgamento das ADI's 4357/DF, 4372/DF, 4.400/DF e 4425/DF pelo Supremo Tribunal Federal e da ArgInc 479-60.2011.5.04.0231 pelo Tribunal Pleno do TST foi alterada a sistemática para o cálculo dos juros e da correção monetária nas condenações no âmbito da Justiça do Trabalho. O STF declarou a inconstitucionalidade parcial da EC 62/2009, especificamente quanto à adoção do "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança" que constava do § 12 do art. 100 da Constituição Federal. Modulou a decisão para gerar efeitos apenas nos processos em que não houve expedição de precatório até 25/03/2015 (data da conclusão do julgamento no STF), adotando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) para os precatórios expedidos a partir de 26/3/2015. Já o Tribunal Pleno do TST declarou a inconstitucionalidade por arrastamento da expressão "equivalente à TRD" contida no caput do art. 39 da Lei 8.177/91. Inicialmente, a modulação de efeitos adotada pelo Pleno do TST, para processos em que não tenha havido pagamento total ou parcial do débito, fixou-se em 30/06/2009, data da vigência da Lei 11.960/2009 (que acresceu o art. 1º-F à Lei 9.494/97). Todavia, após decisão do Min. Dias Toffoli na RCL 22012 e da decisão do Pleno do TST no ED-ArgInc 479-60.2011.5.04.0231, a modulação foi alterada para se adotar a TR até 25/03/2015 e o IPCA-E a partir de 26/03/2015. Tem-se, portanto, o seguinte panorama para a incidência de juros e correção monetária no âmbito dos processos trabalhistas a partir desses julgamentos: 1) para condenações contra empresas privadas ou entes não submetidos ao sistema de precatórios, juros de 1%, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei 8.177/91, acrescidos de correção monetária com base na TRD até 25/3/2015 e, a partir de 26/3/2015, com base no IPCA-E - entretanto, incide o óbice da Súmula 266 para recursos nos processos em fase de execução; 2) para condenações contra a Fazenda Pública com precatórios não expedidos ou expedidos a partir de 26/3/2015, inclusive, juros de 1%, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei 8.177/91 e correção monetária com base na TRD até 25/3/2015 e com base no IPCA-E a partir de 26/3/2015; 3) para condenações contra a Fazenda Pública com precatórios expedidos até 25/3/2015, incidência da TRD, que já engloba juros e correção monetária, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (antes da alteração pela Lei 11.960/09). O caso concreto se enquadra na terceira situação. Recurso de revista conhecido e provido.

Logo, diante da modulação dos efeitos da decisão citada acima, reputo escorreita a sentença de origem que determinou a aplicação da TRD até 25/03/2015 e com base no IPCA-E a partir de 26/03/2015.

Nada a prover.

A parte recorrente não concorda com o método de aplicação de juros e correção monetária adotado pelo Tribunal Regional. Indica, dentre outros dispositivos, violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

Reconhecida a transcendência política da matéria, na forma prevista no art. 896-A, § 1º, II, da CLT, tem-se que o recurso de revista alcança conhecimento.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 58 (apenso principal: ADI 5867), ocorrido em 18/12/2020, pacificou a controvérsia relativa ao índice de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas. Confira-se a ementa da decisão:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. ART. 39, CAPUT E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade - esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado -, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo. 2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º -F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG - tema 810). 3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009. 4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas. 5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810). 6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento

das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991). 7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. 8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC). 9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). 10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes. (ADC 58, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe 07/04/2021) (grifos adotados)

No julgamento dos embargos de declaração opostos contra a referida decisão, o STF, em 25/10/2021, sanando erro material, estabeleceu "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".

Posteriormente, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.269.353/DF, pela sistemática da repercussão geral (Tema 1.191), com acórdão publicado em 23/2/2022, o Pleno do Supremo Tribunal Federal reafirmou o entendimento fixado em controle abstrato de constitucionalidade (ADI 5.867 e 6.021 e ADC 58 e 59). Confira-se:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO DO TRABALHO. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOBRE CRÉDITOS TRABALHISTAS. CONTROVÉRSIA SOBRE A APLICABILIDADE DA TAXA REFERENCIAL (TR). ARTIGO 39 DA LEI 8.177/1991. JULGAMENTO CONJUNTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.867 E 6.021 E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 58 E 59. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.

ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM PRECEDENTES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO EM PARTE. Tese: I - É inconstitucional a utilização da Taxa Referencial - TR como índice de atualização dos débitos trabalhistas, devendo ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública, que possuem regramento específico. A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. II - A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação desta tese, devem ser observados os marcos para modulação dos efeitos da decisão fixados no julgamento conjunto da ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, como segue: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC e (iii) os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). (RE 1269353 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022).

Consoante se observa dos precedentes acima transcritos, a Suprema Corte decidiu que a TR (Taxa Referencial) não reflete o poder aquisitivo da moeda, razão pela qual, até sobrevir solução legislativa, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária utilizados para as condenações cíveis em geral, a saber: na fase pré-judicial, deve incidir o IPCA-E, e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa SELIC.

Impende ressaltar que, em relação à fase extrajudicial, ou seja, aquela que antecede o ajuizamento da ação trabalhista, o STF determinou a utilização do IPCA-E, além dos juros legais, nos termos do art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991. Na fase processual, a Corte Suprema foi enfática no sentido de que a aplicação da taxa Selic (que já contempla os juros e a correção monetária) não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, sob pena de bis in idem.

Anote-se que a decisão do STF é dotada de efeito vinculante e eficácia erga omnes, de forma que todos os órgãos do Poder

Judiciário, bem como a Administração Pública, em todas as suas esferas, ficam a ela vinculados, devendo, nos casos submetidos à sua apreciação, proceder à estrita aplicação da tese jurídica fixada na ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, e reafirmada pela sistemática da percução geral, no que diz respeito ao regime de atualização monetária e juros incidentes sobre os créditos trabalhistas decorrentes de condenação judicial, inclusive para a salvaguarda dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da tutela jurisdicional, não havendo, por conseguinte, cogitar de julgamento extra petita ou reformatio in pejus.

Nesse sentido, ilustra o elucidativo precedente da Suprema Corte:

**Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DA ADC 58. INCIDÊNCIA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS ALI DETERMINADA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.** 1. As razões que poderiam ter sido aduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da presente Reclamação, foram apresentadas neste Recurso de Agravo, não havendo qualquer prejuízo à parte agravante. Incide, portanto, a regra segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte (pas de nullité sans grief). 2. O ato reclamado, ao homologar os cálculos apresentados, utilizando-se o índice TR até 24/3/2015 e o IPCA-E a contar de 25/3/2015, violou a decisão proferida por esta CORTE na ADC 58, a qual determinou expressamente que, "em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais". 3. Havendo trânsito em julgado do processo na origem em data anterior à sessão de julgamento da ADC 58, aliado ao fato de não existir expressa manifestação quanto ao índice de correção monetária na fase de conhecimento, incide a modulação de efeitos determinada no paradigma de controle, no sentido de que "os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais)". 4. Juros de mora e correção monetária possuem natureza de ordem pública, motivo pelo qual podem ser modificados a qualquer tempo no processo, não caracterizando reformatio in pejus ou preclusão. 5. Recurso de Agravo a que se nega provimento. (STF-Rcl 48135 AgR, Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe 27/08/2021).

No caso dos autos, o Tribunal Regional, quanto aos critérios de atualização monetária dos créditos trabalhistas deferidos, adotou entendimento que não se harmoniza com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nas ADCs 58 e 59 e ADIs 5.867 e 6.021.

Logo, por força da tese vinculante do STF, CONHEÇO do recurso de revista por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

No mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que

são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST: I - CONHEÇO do agravo de instrumento e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO apenas quanto ao tema "CORREÇÃO MONETÁRIA", para determinar o julgamento do recurso de revista; e II - CONHEÇO do recurso de revista, por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado. Inalterado o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, de de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

#### Processo Nº RRAg-0011091-14.2017.5.03.0057

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	GETNET ADQUIRÊNCIA E SERVIÇOS PARA MEIOS DE PAGAMENTO S.A.
Advogado	Dr. Marcelo Vieira Papaleo(OAB: 62546-A/RS)
Agravado	WELLITON RESENDE SERAPIAO
Advogado	Dr. Gabriel Yared Forte(OAB: 34644-A/SC)

#### Intimado(s)/Citado(s):

- GETNET ADQUIRÊNCIA E SERVIÇOS PARA MEIOS DE PAGAMENTO S.A.  
- WELLITON RESENDE SERAPIAO

Trata-se de agravo de instrumento, no qual se pretende ver admitido o trânsito do recurso de revista interposto contra acórdão publicado na vigência da Lei n.º 13.467/2017.

O Tribunal Regional do Trabalho, ao exercer o juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a competência decisória prevista no art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista, adotando a seguinte fundamentação, verbis:

#### PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 28/10/2020; recurso de revista interposto em 12/11/2020; juízo positivo de retratação publicado em 26/04/2021; recurso de revista ratificado em 05/05/2021), devidamente preparado (depósito recursal - ID. c807e21 e ID. 892dda2; custas -ID. e41fc17), sendo regular a representação processual.

Registro os feriados nos dias 30/10/2020(Dia do Servidor Público)e 02/11/2020(Finados), conforme Resolução Administrativa 109/2019 deste TRT da 3ª Região.

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS****TRANSCENDÊNCIA**

Nos termos do artigo 896-A, § 6º da CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Duração do Trabalho / Trabalho Externo.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Restituição / Indenização de Despesa.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.**

Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, no particular, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.

No tocante aos temas horas extras / trabalho externo e despesas com veículo próprio, o Colegiado decidiu com amparo nos elementos probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula nº 126 do TST.

Demais disso, o deslinde das controvérsias transpõe os limites da literalidade dos preceitos legais invocados, uma vez que as matérias em discussão são eminentemente interpretativas, não se podendo afirmar que a própria letra dos dispositivos tenha sofrido ofensa pelo acórdão.

A Turma Julgadora apreciou todo o conteúdo probatório dos autos, considerando devidamente o ônus da prova, de modo a superar a tese a ele alusiva. Não há afronta aos dispositivos legais que regem a matéria (arts. 818 da CLT e 373 do CPC).

O recurso de revista não se viabiliza por divergência jurisprudencial porque não há identidade entre as premissas fáticas delineada no acórdão e aquelas retratadas nos arestos paradigmáticos. Aplica-se o item I da Súmula nº 296 do TST.

Por sua vez, atese adotada no acórdão recorrido no sentido de que, tendo sido ajuizada a ação antes da vigência da Lei nº 13.467/17, não há falar em honorários advocatícios sucumbenciais (inteligência do art. 6º da Instrução Normativa 41/2018 do TST), subsistindo as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/70 e das Súmulas 219 e 329 do TST, está de acordo com a iterativa jurisprudência do TST, a exemplo dos seguintes julgados, dentre vários: RR-21632-24.2015.5.04.0001, 1ª Turma, Relator: Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 18/10/2019; ARR-20276-20.2013.5.04.0791, 2ª Turma, Relatora: Ministra Delaíde Miranda Arantes, DEJT 21/02/2020; RR-20938-21.2017.5.04.0022, 3ª Turma, Relator: Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 26/06/2020; RR-484-37.2017.5.12.0009, 4ª Turma, Relator: Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 12/06/2020; AIRR-AIRR - 1263-45.2017.5.06.0401, 5ª Turma, Relator: Ministro Breno Medeiros, DEJT 19/10/2018; ARR-20748-29.2015.5.04.0022, 6ª Turma, Relator: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-11691-50.2017.5.18.0014, 7ª Turma, Relator: Ministro Claudio Mascarenhas Brandão, DEJT 19/06/2020 e AIRR-11503-47.2017.5.03.0023, 8ª Turma, Relatora: Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 26/06/2020, de forma a atrair a incidência do § 7º do art. 896 da CLT e da Súmula 333 do TST.

Registro que os arestos trazidos à colação provenientes de Turmas do TST, deste Tribunal ou de órgãos não mencionados na alínea "a" do art. 896 da CLT, não se prestam ao confronto de teses.

Também não é apto ao confronto de teses o aresto colacionado

carente de indicação de fonte oficial ou repositório autorizado em que foi publicado (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896 da CLT). **DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.**

No que se refere ao índice de correção monetária aplicável, o recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A da alínea "a" do art. 896 da CLT (incluído pela Lei nº 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

A questão do índice da correção monetária apreciada no acórdão de ID. 4ec157dfoi objeto de decisão de juízo positivo de retratação (ID. 0d06ac9), diante do julgamento pelo STF da Ação Direta de Constitucionalidade nº 58, no sentido de que o índice a ser considerado para a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial na Justiça do Trabalho deverá ser o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a taxa SELIC (art. 406 do Código Civil).

A recorrente interpôs recurso de revista face à decisão de ID. 4ec157d, de modo que o trecho transcrito nas razões recursais pertence à decisão que foi modificada, não sendo hábil à caracterização do prequestionamento por não conter a fundamentação da tese adotada pela Turma julgadora na decisão de retratação.

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que a ser transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho.

**CONCLUSÃO**

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

**1. HORAS EXTRAS / TRABALHO EXTERNO. RESTITUIÇÃO / INDENIZAÇÃO DE DESPESA. SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

Quanto aos temas em epígrafe, a despeito da argumentação apresentada, a parte agravante não logra êxito em acessar a via recursal de natureza extraordinária.

É que, do cotejo entre o acórdão proferido pela Corte Regional e a correspondente impugnação articulada nas razões do recurso de revista, constata-se que a parte recorrente efetivamente não demonstrou o cumprimento dos pressupostos necessários para o processamento do apelo, na forma exigida no art. 896 da CLT. Acrescento que a ação foi proposta em 19.05.2017, anteriormente ao início da vigência da Lei 13.467/2017, portanto correta a decisão regional que aplicou ao caso a Instrução Normativa TST 41/2018, que em seu art. 6º dispõe que "Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 790-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 217 e 529 do TST".

Assim, tendo em conta que a apreciação analítica do recurso de revista não viabilizaria o processamento do apelo, com supedâneo na legítima adoção da técnica de motivação per relationem, confirmo a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Impende esclarecer, com amparo na jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, que a remissão aos fundamentos constantes da decisão recorrida como expressa razão de decidir



constitui meio hábil a satisfazer a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, revelando-se, portanto, compatível com a disciplina do art. 93, IX, da Constituição Federal.

A referendar esse entendimento, destacam-se, dentre muitos e na fração de interesse, os precedentes da Suprema Corte abaixo transcritos:

**EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA.** 1. Inadmissível o emprego do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 2. Da leitura dos fundamentos do acórdão objurgado, constato explicitados os motivos de decidir, circunstância que afasta o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido (art. 93, IX, da Lei Maior). A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada quanto à regularidade da fundamentação per relationem como técnica de motivação das decisões judiciais. Precedentes. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 211740 AgR, Relatora ROSA WEBER, Primeira Turma, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe 01/04/2022).

**DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FRAUDE A CREDORES. INDUÇÃO A ERRO. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.** 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que não viola a Constituição Federal o uso da técnica da motivação per relationem (ARE 757.522 AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Precedentes. 2. O STF tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante. [...] 7. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1339222 AgR, Relator ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUISITÓRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA.POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM.** A despeito das razões expostas, deve ser mantida a decisão monocrática agravada. No caso, a discussão renovada no presente Agravo está presa à adoção da motivação per relationem.

Com efeito, a atual jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal entende que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do art. 93, IX, da Lei Maior, e, consequentemente, respeita os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1611-98.2010.5.06.0016, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, 1ª Turma, DEJT 04/08/2021).

**AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO AGRAVADO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.** Não procede a alegação recursal de nulidade do despacho agravado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que fundamentada aquela decisão "no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo", tendo sido, efetivamente, dirimida a controvérsia de forma esmerada. Tem-se, ademais, pleno conhecimento do disposto nos artigos 489, § 1º, III e V, do NCPC, assim como do § 3º do art. 1.021 do CPC/2015, que impediu o relator de simplesmente reproduzir as decisões agravada/recorrida (fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão. Contudo, do exame detido da decisão denegatória, concluiu-se que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar o preenchimento de qualquer das hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT. Assim, não foi simplesmente ratificada ou reproduzida a decisão agravada, mas realizada uma análise da possibilidade do provimento do apelo, bem como afastados os argumentos e dispositivos invocados nas razões recursais, mesmo que de forma sucinta pelo relator, nos termos do art. 5º, LV e LXXVIII, da CF/88. Verifica-se por outro lado, que o autor traz alegações genéricas com o intuito de demonstrar que o recurso de revista efetivamente atendera os pressupostos recursais de admissibilidade. Entretanto, sequer menciona o tema a merecer seguimento. Nessa linha de argumentação, não há dúvidas sobre a inobservância do princípio da dialeticidade, que informa os recursos. Inviável se revela a análise da correção, ou não, do despacho agravado. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-AIRR-1001321-57.2016.5.02.0084, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 18/02/2022).

**AGRAVO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 932, III e IV, a, do CPC/2015 autoriza o relator a negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado em razão de entendimento sumulado pelo respectivo Tribunal, sem que configure desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se ainda que a atual jurisprudência deste colendo Tribunal Superior do Trabalho tem-se orientado no sentido de que a confirmação jurídica e integral de decisões por seus próprios fundamentos não configura desrespeito às garantias constitucionais (motivação per relationem). Precedentes. Portanto, a decisão, ainda que contrária aos interesses da parte, encontra-se motivada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. Assim, incólumes os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Agravo a que se nega provimento. [...] (Ag-AIRR-200-90.2015.5.09.0006, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 18/02/2022).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.467/2017. FASE DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO UNIPessoal, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. A negativa de seguimento ao agravo de instrumento, mediante decisão unipessoal que mantém a decisão denegatória do recurso de revista proferida pelo Tribunal Regional, por motivação referenciada - per relationem - incorpora essas razões e, portanto, cumpre integralmente os ditames contidos nos artigos 93, IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR-1000605-77.2016.5.02.0715, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 01/04/2022).

No mais, conferindo efetividade aos princípios da razoável duração do processo e da economia processual, que compreende o máximo proveito da atividade jurisdicional e a mínima de atividade processual, e, ainda, ante a ausência de prejuízo à parte recorrente (CLT, art. 896, § 12), deixo de analisar a eventual transcendência da causa.

NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, no particular.

## 2. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE VINCULANTE DO STF

Em observância da tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade 58 e 59, reconheço a transcendência política da causa, nos termos art. 896-A, § 1º, II, da CLT; e, para o exame da matéria controvertida - correção monetária -, por potencial violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento para convertê-lo em recurso de revista. Reautue-se.

Procedo, em continuidade, ao exame do recurso de revista.

## II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, prossegue-se a análise do recurso de revista.

## ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE VINCULANTE DO STF

O Tribunal Regional do Trabalho, quanto ao tema, proferiu decisão nos seguintes termos:

### ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL

A Reclamada não se conforma com a decisão de origem que determinou que o índice aplicável será a TRD, até 24.03.2015, e, a partir de 25.03.2015, o IPCA-e (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial).

Pois bem.

Cumpramos esclarecer, inicialmente, que a atualização monetária tem por objetivo adequar o valor nominal da moeda, de modo a manter o seu valor real, ou seja, o mesmo poder de compra que determinado montante possuía na data em que era devido originalmente.

Sem a atualização do débito decorrente de condenação judicial, o provimento jurisdicional careceria de eficácia, uma vez que o valor nominal inicialmente devido acabaria por se tornar, gradualmente, com o decurso do tempo, inexpressivo em razão do processo

inflacionário. Para que seja devidamente observado o direito fundamental de propriedade (art. 5º, XXII, da CR/88), o índice de atualização monetária deve condizer, efetivamente, com aquele que se observa no fenômeno inflacionário.

Na espécie, em relação ao índice de atualização monetária do crédito trabalhista, ressalto que o STF, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 4.357 e 4.425, fixou o seguinte entendimento:

"(...) O direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) resta violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, na medida em que este referencial é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão. (...)

(...) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, ao reproduzir as regras da EC nº 62/09 quanto à atualização monetária e à fixação de juros moratórios de créditos inscritos em precatórios incorre nos mesmos vícios de juridicidade que inquinam o art. 100, § 12, da CF, razão pela qual se revela inconstitucional por arrastamento (...)" (ADI n. 4.357, Acórdão proferido em 14.03.2013 e publicado em 26.09.2014)

Posteriormente, o STF, em julgamento de Questão de Ordem nas ADIs n. 4.357 e 4.425 (Acórdãos proferidos em 25.03.2015 e publicados, respectivamente, em 06.08.2015 e em 04.08.2015), conferiu eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da referida questão de ordem (25.03.2015). Assim, manteve a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual os créditos em precatórios deveriam ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

(...)

Cumpramos ressaltar que o objetivo atribuído à atualização monetária de manutenção do valor real da condenação se torna sobremodo relevante quando se trata de crédito trabalhista, de natureza alimentar, o que vai ao encontro da garantia constitucional de irredutibilidade do salário (art. 7º, IV, da CR/88).

Nesse contexto, o TST, em sua composição plena, por meio de decisão proferida em 04.08.2015 (publicação em 14.08.2015) nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 0000479-60.2011.5.04.0231, exarou o entendimento de que aos processos trabalhistas em curso deveria ser aplicado o IPCA-E, como parâmetro de atualização monetária, a partir de 30.06.2009, data da vigência da Lei 11.960/09, que acrescentou o artigo 1º-F à Lei 9.494/97, declarado inconstitucional pelo STF.

(...)

Face à decisão em referência, que determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) para a correção dos créditos trabalhistas, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT publicou nova tabela única de atualização monetária da Justiça do Trabalho.

Assinale-se que, posteriormente, o c. Tribunal Pleno do TST, em julgamento de Embargos de Declaração nos autos da aludida Arguição de Inconstitucionalidade nº 0000479-60.2011.5.04.0231, proferido aos 20.03.2017 (publicação em 30.06.2017), acabou por atribuir efeito modificativo ao julgado para estabelecer que a decisão em referência produziria efeitos a partir de 25.03.2015, guardando, desse modo, sintonia com a modulação de efeitos fixada pelo Excelso STF. Dessa forma, foram definidos novos

parâmetros para a modulação dos efeitos da decisão, fixando-se a data de 25.03.2015 como o marco inicial para a aplicação do IPCA-E para fins de atualização monetária.

Todavia, cumpre registrar que, em decisão liminar proferida pelo Exmo. Ministro Dias Toffoli, nos autos da Reclamação n. 22.012 MC/RS, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) contra decisão do TST que determinara a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) no lugar da Taxa Referencial Diária (TRD) para a atualização de débitos trabalhistas, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da referida decisão e, por mero corolário, a utilização da tabela única editada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

(...)

Ocorre que, em decisão posterior, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a aludida Reclamação n. 22.012 MC/RS, revogando a liminar anteriormente deferida e, assim, acabando por confirmar a aplicação do IPCA-E, e não da TRD, para a atualização monetária também dos débitos trabalhistas, por entender que o ato então reclamado (determinação do TST de adoção IPCA-E) guarda consonância com os fundamentos da decisão proferida pelo STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade retrocitadas. Confira-se a ementa e o extrato do Acórdão:

**"RECLAMAÇÃO. APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE CORREÇÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS. TR. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE MATERIAL ENTRE OS FUNDAMENTOS DO ATO RECLAMADO E O QUE FOI EFETIVAMENTE DECIDIDO NAS ADIS 4.357/DF E 4.425/DF. NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. ATUAÇÃO DO TST DENTRO DO LIMITE CONSTITUCIONAL QUE LHE É ATRIBUÍDO. RECLAMAÇÃO IMPROCEDENTE.**

I - A decisão reclamada afastou a aplicação da TR como índice de correção monetária nos débitos trabalhistas, determinando a utilização do IPCA em seu lugar, questão que não foi objeto de deliberação desta Suprema Corte no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.357/DF e 4.425/DF, não possuindo, portanto, a aderência estrita com os arestos tidos por desrespeitados.

II - Apesar da ausência de identidade material entre os fundamentos do ato reclamado e o que foi efetivamente decidido na ação direta de inconstitucionalidade apontada como paradigma, o decisum ora impugnado está em consonância com a ratio decidendi da orientação jurisprudencial desta Suprema Corte.

III - Reclamação improcedente.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria, julgar improcedente a reclamação nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, vencidos os Ministros Dias Toffoli (Relator) e Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski, que proferiu voto em assentada anterior."(STF - RCL: 22012, Relator: Min. Dias Toffoli, Data de Julgamento: 05.12.2017. Publicação: 27.02.2018. Grifo acrescido ao original)

À vista do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na decisão acima transcrita, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu pela aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária.

Nesse sentido, o seguinte aresto do c. TST:

**"RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 39 DA LEI 8.177/91. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. ÍNDICE APLICÁVEL. IPCA-E.** 1. Esta Colenda Corte, em julgamento plenário realizado no dia 04.08.2015, examinou a Arguição de Inconstitucionalidade suscitada pela Egrégia 7ª Turma deste Tribunal, nos autos do AIRR-479-60.2011.5.04.0231, e pronunciou a inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 39 da Lei da Lei 8.177/91, elegendo como fundamento a ratio decidendi exposta pela Excelsa Corte, no julgamento das ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425. 2. Ainda na mesma ocasião, determinou esta Colenda Corte a modulação dos efeitos da decisão, a fim de que os créditos trabalhistas alvos de execuções judiciais fossem corrigidos pelo IPCA-E a contar de 30 de junho de 2009 (data posteriormente retificada para 25.3.2015, por ocasião do exame de embargos de declaração), observada, porém, a preservação das situações jurídicas consolidadas resultantes dos pagamentos efetuados nos processos judiciais, em andamento ou extintos, em virtude dos quais foi adimplida e extinta a obrigação, ainda que parcialmente, sobretudo em decorrência da proteção ao ato jurídico perfeito (artigos 5º, XXXVI, da Constituição e 6º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro - LIDB). 3. Em face da relevância da matéria e de seus expressivos impactos econômicos, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) apresentou ao Excelso Supremo Tribunal Federal a Reclamação Constitucional nº 22012, distribuída ao Ministro Dias Toffoli, sobrevivendo decisão deferitória de liminar, 'para suspender os efeitos da decisão reclamada e da 'tabela única' editada pelo CSJT em atenção a ordem nela contida, sem prejuízo do regular trâmite da Ação Trabalhista nº 0000479-60.2011.5.04.0231, inclusive prazos recursais'. 4. Nada obstante, seguindo a jurisprudência consagrada no âmbito da própria Suprema Corte, a Segunda Turma do STF julgou improcedente a Reclamação Constitucional nº 22012. Desse modo, viabilizada a retomada dos debates voltados à adoção de critério adequado para correção dos débitos trabalhistas, deve prevalecer a compreensão desta Corte, no sentido de que a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em detrimento da Taxa Referencial Diária (TRD), permite a justa e adequada atualização de débitos trabalhistas, não se cogitando de desrespeito ao julgamento lavrado nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.357 e 4.425. 5. À luz dessas considerações, impõe-se a adoção do IPCA-E para a atualização dos créditos trabalhistas, não apenas sob a perspectiva da efetiva recomposição do patrimônio dos credores trabalhistas, mas como medida de estímulo efetivo ao cumprimento dos direitos sociais por parte de devedores recalcitrantes, que se valem da Justiça do Trabalho, lamentavelmente, para postergar indefinidamente suas obrigações. In casu, a decisão do Tribunal Regional, no sentido de determinar a atualização monetária dos créditos trabalhistas pela Taxa Referencial (TR), implicou afronta ao artigo 5º, XXII, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido." (RR - 1981-10.2015.5.09.0084, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 06.12.2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19.12.2017. Grifo acrescido ao original)

Em decorrência da Lei 13.467/17, vigente a partir de novembro/2017, foi incluído, ao art. 879 da CLT, o § 7º, segundo o qual "A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991". Todavia, é inviável a aplicação do referido dispositivo legal, uma vez que este não possui o condão de afastar o entendimento firmado

pelo STF (ADI's n. 4.357 e 4.425; RE 870.947; Reclamação n. 22.012 MC/RS) e pelo TST (ArgInc nº 0000479-60.2011.5.04.0231), no sentido de que a utilização da Taxa Referencial para efeito de correção monetária não repõe a real desvalorização da moeda provocada pela inflação, ocasionando lesão ao direito de propriedade do credor (art. 5º, XX, da CR/88) e enriquecimento ilícito do devedor.

Cumprе ressaltar que a decisão de julgamento da Reclamação n. 22.012 MC/RS, acima referida, em que se confirmou a aplicação do IPCA-E para a atualização monetária dos débitos trabalhistas, foi proferida pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em 05.12.2017, quando já se encontrava em vigor o parágrafo sétimo do art. 879 da CLT, incluído pela Lei 13.467/17.

Sendo assim, o disposto no art. 879, § 7º, da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/17, não possui o efeito de restabelecer a sistemática de atualização monetária com base na TR, mormente se for considerado que o dispositivo legal visou a determinar tal sistemática de cálculo conforme a antiga previsão da Lei 8.177/91; a Lei 8.177/91 determina a aplicação da TRD para fins de correção monetária em seu artigo 39, caput; o c. TST declarou a inconstitucionalidade da expressão "equivalentes à TRD", contida no caput do artigo 39 da Lei 8.177/91 e definiu o IPCA-E como índice de atualização a ser utilizado para a correção monetária; o Excelso STF, julgando improcedente a Reclamação n. 22.012 MC/RS, em data posterior à vigência da Reforma Trabalhista, declarou que a referida decisão do TST guarda consonância com os fundamentos das decisões proferidas nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 4.357 e 4.425, nas quais se estabeleceu que "O direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) resta violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, na medida em que este referencial é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão"(ADI n. 4.357, Acórdão publicado em 26.09.2014).

Nesse viés, cita-se o seguinte julgado do c. TST:

"RECURSO DE REVISTA. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. ÍNDICE APLICÁVEL. O Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 20/9/2017, decidiu o mérito do RE 870.947 e definiu que a remuneração da caderneta de poupança não guarda pertinência com a variação de preços na economia, de forma que a correção monetária deve ser feita pelo IPCA-E. Assim, embora o art. 879, § 7º, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017, estabeleça que 'a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991', inviável a sua aplicação quando o Supremo Tribunal Federal declara que a TR não reflete a desvalorização da moeda brasileira e, por isso, não pode ser utilizada para atualização dos débitos judiciais. A aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos créditos trabalhistas não configura, portanto, ofensa literal ao art. 39 da Lei 8.177/91. Recurso de revista de que não se conhece." (RR-10121-58.2015.5.15.0054, Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 29.11.2017, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01.12.2017).

(...)

Cumprе registrar que a Medida Provisória nº 905/2019, editada em 11.11.2019, atribuiu nova redação ao parágrafo 7º do art. 879 da

CLT, que passou a prever a aplicação do IPCA-E para atualização monetária dos créditos decorrentes de condenação judicial, o que vai ao encontro do entendimento acima exposto.

Todavia, no que respeita ao marco temporal para aplicação do IPCA-E em lugar da TRD, recentemente o Plenário do Excelso STF decidiu, em julgamento de Embargos de Declaração no supracitado RE 870.947, Tema 810 da Repercussão Geral, que é indevida a extensão da incidência da TR, como índice de correção monetária, do ano de 2009 até 2015. Confira-se:

"Ementa : QUATRO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REJEIÇÃO. REQUERIMENTO DE MODULAÇÃO DE EFEITOS INDEFERIDO.

(...)

(...) Há um ônus argumentativo de maior grau em se pretender a preservação de efeitos inconstitucionais, que não vislumbro superado no caso em debate. Prolongar a incidência da TR como critério de correção monetária para o período entre 2009 e 2015 é incongruente com o assentado pela CORTE no julgamento de mérito deste RE 870.947 e das ADIs 4357 e 4425, pois virtualmente esvazia o efeito prático desses pronunciamentos para um universo expressivo de destinatários da norma.

(...)

(...) Embargos de declaração todos rejeitados. Decisão anteriormente proferida não modulada." (RE 870.947 ED-segundos, Relator: Min. Luiz Fux, Redator p/ Acórdão: Min. Alexandre de Moraes, Julgamento: 03.10.2019, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Publicação: 03.02.2020)

Em face do referido pronunciamento do STF, prevalece o entendimento de que o IPCA-E se aplica a partir de 30.06.2009, data da vigência da Lei 11.960/09, que acrescentou o artigo 1º-F à Lei 9.494/97, declarado inconstitucional pelo STF.

Por todo o exposto, ressaí que, para efeito de correção monetária do débito trabalhista, deve ser utilizada, até 29.06.2009, a TRD e, a partir de 30.06.2009, o IPCA-E.

Porém, no caso, tendo em vista que a matéria foi objeto de insurgência apenas da Reclamada, a decisão de origem deve ser mantida, em observância ao princípio do non reformatio in pejus. Nada a prover.

A parte recorrente não concorda com o método de aplicação de juros e correção monetária adotado pelo Tribunal Regional. Indica, dentre outros dispositivos, violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

Reconhecida a transcendência política da matéria, na forma prevista no art. 896-A, § 1º, II, da CLT, tem-se que o recurso de revista alcança conhecimento.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 58 (apenso principal: ADI 5867), ocorrido em 18/12/2020, pacificou a controvérsia relativa ao índice de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas. Confira-se a ementa da decisão:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13. 467, DE 2017. ART. 39, CAPUT E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade - esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado -, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo. 2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º -F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG - tema 810). 3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009. 4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas. 5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810). 6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991). 7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema

Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. 8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC). 9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). 10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes. (ADC 58, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe 07/04/2021) (grifos aditados)

No julgamento dos embargos de declaração opostos contra a referida decisão, o STF, em 25/10/2021, sanando erro material, estabeleceu "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".

Posteriormente, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.269.353/DF, pela sistemática da repercussão geral (Tema 1.191), com acórdão publicado em 23/2/2022, o Pleno do Supremo Tribunal Federal reafirmou o entendimento fixado em controle abstrato de constitucionalidade (ADI 5.867 e 6.021 e ADC 58 e 59). Confira-se:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO DO TRABALHO. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOBRE CRÉDITOS TRABALHISTAS. CONTROVÉRSIA SOBRE A APLICABILIDADE DA TAXA REFERENCIAL (TR). ARTIGO 39 DA LEI 8.177/1991. JULGAMENTO CONJUNTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.867 E 6.021 E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 58 E 59. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM PRECEDENTES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO EM PARTE. Tese: I - É inconstitucional a utilização da Taxa Referencial - TR como índice de atualização dos débitos trabalhistas, devendo ser aplicados, até



que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública, que possuem regramento específico. A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem. II - A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação desta tese, devem ser observados os marcos para modulação dos efeitos da decisão fixados no julgamento conjunto da ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, como segue: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC e (iii) os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). (RE 1269353 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022).

Consoante se observa dos precedentes acima transcritos, a Suprema Corte decidiu que a TR (Taxa Referencial) não reflete o poder aquisitivo da moeda, razão pela qual, até sobrevir solução legislativa, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária utilizados para as condenações cíveis em geral, a saber: na fase pré-judicial, deve incidir o IPCA-E, e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa SELIC.

Impende ressaltar que, em relação à fase extrajudicial, ou seja, aquela que antecede o ajuizamento da ação trabalhista, o STF determinou a utilização do IPCA-E, além dos juros legais, nos termos do art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991. Na fase processual, a Corte Suprema foi enfática no sentido de que a aplicação da taxa Selic (que já contempla os juros e a correção monetária) não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, sob pena de bis in idem.

Anote-se que a decisão do STF é dotada de efeito vinculante e eficácia erga omnes, de forma que todos os órgãos do Poder Judiciário, bem como a Administração Pública, em todas as suas esferas, ficam a ela vinculados, devendo, nos casos submetidos à sua apreciação, proceder à estrita aplicação da tese jurídica fixada na ADI 5.867, ADI 6.021, ADC 58 e ADC 59, e reafirmada pela sistemática da repercussão geral, no que diz respeito ao regime de atualização monetária e juros incidentes sobre os créditos trabalhistas decorrentes de condenação judicial, inclusive para a salvaguarda dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da

efetividade da tutela jurisdicional, não havendo, por conseguinte, cogitar de julgamento extra petita ou reformatio in pejus.

Nesse sentido, ilustra o elucidativo precedente da Suprema Corte:

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DA ADC 58. INCIDÊNCIA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS ALI DETERMINADA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. 1. As razões que poderiam ter sido aduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da presente Reclamação, foram apresentadas neste Recurso de Agravo, não havendo qualquer prejuízo à parte agravante. Incide, portanto, a regra segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte (pas de nullité sans grief). 2. O ato reclamado, ao homologar os cálculos apresentados, utilizando-se o índice TR até 24/3/2015 e o IPCA-E a contar de 25/3/2015, violou a decisão proferida por esta CORTE na ADC 58, a qual determinou expressamente que, "em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais". 3. Havendo trânsito em julgado do processo na origem em data anterior à sessão de julgamento da ADC 58, aliado ao fato de não existir expressa manifestação quanto ao índice de correção monetária na fase de conhecimento, incide a modulação de efeitos determinada no paradigma de controle, no sentido de que "os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais)". 4. Juros de mora e correção monetária possuem natureza de ordem pública, motivo pelo qual podem ser modificados a qualquer tempo no processo, não caracterizando reformatio in pejus ou preclusão. 5. Recurso de Agravo a que se nega provimento. (STF-Rcl 48135 AgR, Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe 27/08/2021).

No caso dos autos, o Tribunal Regional, quanto aos critérios de atualização monetária dos créditos trabalhistas deferidos, adotou entendimento que não se harmoniza com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nas ADCs 58 e 59 e ADIs 5.867 e 6.021.

Logo, por força da tese vinculante do STF, CONHEÇO do recurso de revista por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal.

No mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST: I - CONHEÇO do agravo de instrumento e, no

mérito, DOU-LHE PROVIMENTO apenas quanto ao tema "CORREÇÃO MONETÁRIA", para determinar o julgamento do recurso de revista; e II - CONHEÇO do recurso de revista, por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, adequando o acórdão recorrido à tese vinculante do STF, determinar, em relação à fase pré-judicial, a incidência do IPCA-E, além dos juros legais (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991), e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (já contemplados os juros e correção monetária), para fins de atualização monetária, observando-se que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados, independente do índice de atualização monetária aplicado. Inalterado o valor da condenação. Publique-se.

Brasília, de de

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Ministro Relator

**Secretaria da Terceira Turma**  
**Despacho**

**Processo Nº RRAg-0010161-04.2019.5.15.0150**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante, Agravado e Recorrido	CENTRAL ENERGETICA MORENO ACUCAR E ALCOOL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogada	Dra. Susana Pereira de Souza Balieiro(OAB: 114233-A/SP)
Advogado	Dr. Giordano Baptista Cusumano(OAB: 277894-A/SP)
Advogado	Dr. Vinicius dos Santos Bonfim(OAB: 193495-A/SP)
Advogado	Dr. Sylvio Rodrigues Neto(OAB: 189360-A/SP)
Agravante, Agravado e Recorrente	LUIZ AUGUSTO FILHO
Advogado	Dr. Fábio Eduardo de Laurentiz(OAB: 170930/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CENTRAL ENERGETICA MORENO ACUCAR E ALCOOL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL  
- LUIZ AUGUSTO FILHO

**(ACORDO HOMOLOGADO)**

1. Vistos.
  2. Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet-387242/2023-8.
  3. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região informa que houve homologação de acordo nos autos de execução provisória ExProvAs nº 10889-11.2020.5.15.0150, cuja quitação abrangeu estes autos. Requer a baixa destes autos.
  4. Nesse cenário, fica prejudicado o exame do recurso.
  5. À Secretaria da Terceira Turma, para providências de praxe.
- Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
Ministro Relator

**Processo Nº ED-AIRR-0001296-20.2017.5.05.0027**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Ítalo Scaramussa Luz(OAB: 9173-A/ES)
Embargado	SINDVIGILANTES - SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA
Advogado	Dr. Nei Viana Costa Pinto(OAB: 8361-A/BA)
Advogada	Dra. Soraya Regina Bastos Costa Pinto(OAB: 8858-A/BA)
Advogado	Dr. Danilo Pereira da Cruz(OAB: 53185-A/BA)
Embargado	VIPAC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Advogado	Dr. Renato Moreira Kalil(OAB: 26340-A/BA)
Advogado	Dr. Enzo Bitencourt Machado(OAB: 28411-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
- SINDVIGILANTES - SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA  
- VIPAC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

**(ACORDO HOMOLOGADO)**

1. Vistos.
  2. Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet-386436/2023-2.
  3. O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, informa que o CEJUSC-JT de 2º Grau homologou acordo nos autos ROT 1296-20.2017.5.05.0027. Requer a baixa destes autos. Colaciona a referida decisão.
  4. Nesse cenário, fica prejudicado o exame do recurso.
  5. À Secretaria da Terceira Turma, para providências de praxe.
- Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0010504-19.2021.5.15.0024**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante e Agravado	APARECIDO VITAL DOS SANTOS
Advogado	Dr. André Pedro Bestana(OAB: 144279-A/SP)
Advogado	Dr. Symon Ferreira Guimaraes(OAB: 456675-A/SP)
Agravante e Agravado	RAÍZEN ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Flavia Martins Goncalves de Azevedo(OAB: 124381-A/RJ)
Advogado	Dr. Reinaldo Luís Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 257220-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- APARECIDO VITAL DOS SANTOS  
- RAÍZEN ENERGIA S.A.

(ACORDO HOMOLOGADO)

1. Vistos.
2. Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-PET- 354766/2023-8.
3. A reclamada, RAÍZEN ENERGIA S.A., informa que houve homologação de acordo no processo ATOrd 10794-04.2022.5.15.0055, cuja quitação abrangeu estes autos, razão pela qual requer a baixa deste feito. Colaciona a este processo a decisão que corrobora o alegado.
4. Nesse cenário, fica prejudicado o exame do recurso.
5. À Secretaria da Terceira Turma, para providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
Ministro Relator

**Processo Nº RR-0100637-84.2019.5.01.0342**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Recorrente	ALEX PONCHIO DE ALMEIDA CHAVES
Advogado	Dr. Priscilla Duarte Oliveira(OAB: 133521-A/RJ)
Recorrido	SMA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS
Advogado	Dr. Rodrigo Otávio Carvalho Moreira(OAB: 137551-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEX PONCHIO DE ALMEIDA CHAVES
- SMA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS

(ACORDO)

- Vistos.
2. Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-PET- 386685/2023-2.
  3. Considerando o acordo noticiado pela reclamada HOSPITAL VITA BATEL S.A. e pelo reclamante e, assinado por advogados das partes, regularmente constituídos, determino a remessa dos autos ao MM Juízo de origem, para exame da conciliação.
  4. Diante disso, por ora, fica prejudicado o exame do recurso pendente de julgamento por este Tribunal.
  5. À Secretaria da Terceira Turma, para providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-1000938-35.2018.5.02.0464**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante	ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	Dr. Flavio Maschietto(OAB: 147024-A/SP)

Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)
Agravado	SIDNEI APARECIDO NICOLAU BRUNO
Advogado	Dr. Rodrigo Gabriel Mansor(OAB: 162708-A/SP)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- SIDNEI APARECIDO NICOLAU BRUNO
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

(DESISTÊNCIA)

Vistos etc.

Por meio da petição 351647/2023-8, a parte recorrente requer a desistência do recurso pendente de exame.

Subscrita a petição por procurador regularmente habilitado (fls. 682/683), HOMOLOGO a desistência.

Em virtude do pedido de desistência, fica prejudicado o exame do recurso.

À Secretaria para as providências de praxe.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
Ministro Relator

**Processo Nº RR-0001479-58.2017.5.05.0134**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Recorrente	BOMPREGO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA.
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855-A/PE)
Recorrido	EVVELYN PINTO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Alfredo Fraga dos Santos(OAB: 21622-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BOMPREGO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA.
- EVVELYN PINTO DOS SANTOS

(ACORDO)

Vistos.

2. Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-PET- 386689/2023-7.

3. Considerando o acordo noticiado pelo reclamado e pela reclamante e, assinado por advogados das partes, regularmente constituídos, determino a remessa dos autos ao MM Juízo de origem, para exame da conciliação.

4. Diante disso, por ora, fica prejudicado o exame do recurso pendente de julgamento por este Tribunal.

5. À Secretaria da Terceira Turma, para providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-0010984-18.2021.5.18.0281**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante	PASSEIO DAS AGUAS INCORPORACAO SPE LTDA E OUTRA
Advogado	Dr. Salles Ferreira De Moraes(OAB: 32574-A/GO)
Advogada	Dra. Thállita Ferreira Salles de Moraes(OAB: 37417-A/GO)
Agravado	EDERALDO FIRMINO DA SILVA
Advogado	Dr. Laís Menezes Garcia(OAB: 52079- A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDERALDO FIRMINO DA SILVA  
- PASSEIO DAS AGUAS INCORPORACAO SPE LTDA E  
OUTRA

(ACORDO HOMOLOGADO)

1. Vistos.
2. Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet-369754/2023-5.
3. Trata-se de documento intitulado "Malote Digital", cujo remetente é Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. No assunto do documento consta "Tendo em vista o acordo homologado nesta audiência, determino que a Secretaria do juízo de origem oficie o TST informando acordo".
4. O Tribunal de origem informa acordo realizado entre as partes e a homologação junto aos autos do Cumprimento Provisório de Sentença nº 10458-80.2023.5.18.0281, razão pela qual, requer a baixa destes autos. Colaciona a referida decisão, a qual corrobora o alegado.
5. Nesse cenário, fica prejudicado o exame do recurso.
6. À Secretaria da Terceira Turma, para providências de praxe. Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
Ministro Relator

**Pauta**

**Pauta de Julgamento**

Pauta de Julgamento (**processos eSIJ**) da 21a. Sessão Ordinária da 3ª Turma, a realizar-se exclusivamente em ambiente eletrônico (sessão virtual).  
A sessão virtual terá início à zero hora do dia 08/08/2023 e encerramento à zero hora do dia 15/08/2023.  
Os processos excluídos do julgamento virtual, nos termos do art. 134, § 5º, do RITST, serão retirados de pauta, para oportuna inclusão na pauta de sessão presencial.  
O pedido de preferência relativamente aos processos incluídos nas sessões virtuais, deverá ser realizado em até 24 (vinte e quatro)

horas antes do início do julgamento virtual, contadas em dias úteis.  
Nos termos do art. 134, § 2º-A, do RITST, o advogado com poderes de representação poderá optar pelo registro da sua participação na sessão virtual, que constará de certidão de julgamento, sem a necessidade da remessa do processo para julgamento presencial.  
O pedido de registro da participação deverá ser formulado até o encerramento do período de votação eletrônica.  
O pedido de preferência e o pedido de registro de participação na sessão virtual sem remessa para presencial, observados os prazos específicos de cada modalidade, deverão ser realizados por meio do link <https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>. Os Recursos de Revista decorrentes do provimento de Agravo de Instrumento serão oportunamente incluídos em pauta.

**PROCESSOS INCLUÍDOS NO PLENÁRIO VIRTUAL**

**Processo Nº AIRR-0000336-16.2012.5.15.0139**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. NORMANDO DELGADO DOS SANTOS(OAB: 9701/PB)
AGRAVADO(S)	JOSÉ CASTILHO NETO
Advogado	DR. CECÍLIA LOPES DOS SANTOS(OAB: 155633-A/SP)
AGRAVADO(S)	SINTONIA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT  
- JOSÉ CASTILHO NETO  
- SINTONIA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS  
TEMPORÁRIOS LTDA.

**Processo Nº AIRR-0000345-36.2014.5.03.0011**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)
Advogado	DR. LEONARDO GAULAND DE MAGALHÃES BORTOLUZZI(OAB: 18056/DF)
AGRAVADO(S)	JUCIMAR MARIA DOS SANTOS COSTA
Advogado	DR. JENIFFER MOREIRA SILVA(OAB: 128525/MG)
AGRAVADO(S)	PROTEX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.
Advogada	DRA. MARIA ELIZABETE PATRÍCIA PIMENTA DE CARVALHO(OAB: 61127/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- JUCIMAR MARIA DOS SANTOS COSTA  
- PROTEX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

**Processo Nº AIRR-0000626-14.2021.5.09.0129**

Complemento	Plenário Virtual
-------------	------------------

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FOREMAN CONFECÇÕES EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada DRA. FÚLVIA FIGUEIREDO OLIVEIRA(OAB: 57287/PR)  
AGRAVADO(S) ELIZABETE MACHADO ALENCAR NUNES  
Advogado DR. ERICA ARAUJO CARNEIRO(OAB: 38016-A/PR)  
AGRAVADO(S) PANTEX CONFECÇÕES LTDA. E OUTROS  
Advogada DRA. FÚLVIA FIGUEIREDO OLIVEIRA(OAB: 57287/PR)  
AGRAVADO(S) A.K. L.K.L ADMINISTRACAO LTDA E OUTROS  
Advogado DR. LILIAM CRISTINA RIBEIRO MILAN(OAB: 21345-A/PR)  
AGRAVADO(S) LKL LAVANDERIA LTDA. E OUTROS  
Advogada DRA. BRUNA FONSECA DE FREITAS ASSIS(OAB: 96505/PR)  
AGRAVADO(S) METROPOLITAN INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA E OUTROS  
Advogado DR. ALEX FRANCISCO PILATTI(OAB: 41551-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- A.K. L.K.L ADMINISTRACAO LTDA E OUTROS
- ELIZABETE MACHADO ALENCAR NUNES
- FOREMAN CONFECÇÕES EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- LKL LAVANDERIA LTDA. E OUTROS
- METROPOLITAN INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA E OUTROS
- PANTEX CONFECÇÕES LTDA. E OUTROS

**Processo Nº AIRR-0001003-82.2013.5.15.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) MARIA DO CARMO SOUZA E OUTRO  
Advogado DR. JOSÉ FERNANDO GODOY DELEÓ(OAB: 130738/SP)  
AGRAVADO(S) SÃO FRANCISCO GRÁFICA E EDITORA LTDA.  
Advogado DR. JOÃO AUGUSTO DA PALMA(OAB: 32428-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA DO CARMO SOUZA E OUTRO
- SÃO FRANCISCO GRÁFICA E EDITORA LTDA.

**Processo Nº AIRR-0001020-65.2013.5.10.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. BRUNO NASCIMENTO COELHO(OAB: 21811-A/DF)  
Advogado DR. RAFAEL LEANDRO VIRMOND PERDIGÃO NOGUEIRA(OAB: 19339-A/DF)  
Advogado DR. PEDRO ARAÚJO COSTA(OAB: 31411-A/DF)  
AGRAVADO(S) JOSÉ FERNANDO PAIVA DO COUTO  
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)  
Advogado DR. FELIPE LUIZ GARBULHA LINDOSO(OAB: 34854/DF)  
Advogada DRA. MEILLIANE PINHEIRO VILAR LIMA(OAB: 29614-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- JOSÉ FERNANDO PAIVA DO COUTO

**Processo Nº AIRR-0002315-07.2011.5.02.0043**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. LUCIANA SANTOS DE OLIVEIRA(OAB: 17426/DF)  
Advogado DR. MAURY IZIDORO(OAB: 135372-A/SP)  
AGRAVADO(S) ESTER DE MATOS  
Advogado DR. JOSÉ ARTHUR DI PROSPERO JÚNIOR(OAB: 181183/SP)  
AGRAVADO(S) WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.  
Advogada DRA. MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA(OAB: 191362/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ESTER DE MATOS
- WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

**Processo Nº AIRR-0010207-64.2021.5.15.0136**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA  
Advogado DR. FÁBIO HENRIQUE ZAN(OAB: 214302-A/SP)  
Advogada DRA. ÉRICA REGINA PIANCA(OAB: 206780-A/SP)  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ADRIANO MARINHO DE MATOS  
Advogado DR. ROBERTO DA SILVA FERREIRA(OAB: 286335-A/SP)  
Advogado DR. LUCAS ANDREOTTA PEREIRA(OAB: 418531-A/SP)  
Advogado DR. RAFAEL TUCKMANTEL MASIVIERO(OAB: 452301-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANO MARINHO DE MATOS
- MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA

**Processo Nº AIRR-0010784-04.2021.5.03.0095**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PRESTAR SERVICE SERVIÇOS EIRELI  
Advogado DR. SANDERS ALVES AUGUSTO(OAB: 112898-A/MG)  
Advogado DR. MATHEUS LEÃO DE CARVALHO(OAB: 128556-A/MG)  
AGRAVADO(S) ASTREIA NATHALIA GOMES DA SILVA NEVES  
Advogada DRA. BRUNA VIANA LIMA MURTA(OAB: 118272-A/MG)  
Advogado DR. VANI PEREIRA SIMOES(OAB: 119262-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASTREIA NATHALIA GOMES DA SILVA NEVES



- PRESTAR SERVICE SERVIÇOS EIRELI

**Processo Nº AIRR-0011293-33.2017.5.18.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MINERVA S.A.  
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331-A/GO)  
AGRAVADO(S) ANTONIO LEONARDO PEREIRA  
Advogado DR. ALEXANDRE VIEIRA DE MELO(OAB: 25912/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO LEONARDO PEREIRA  
- MINERVA S.A.

**Processo Nº AIRR-0011600-71.2017.5.03.0015**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.  
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551-A/SP)  
AGRAVADO(S) LUCIANA LOPES MACEDO  
Advogado DR. GODOFREDO MENEZES MAINENTI FILHO(OAB: 76647/MG)  
Advogado DR. ANDRÉ GUSTAVO SOUZA FRÖES DE AGUILAR(OAB: 183024-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.  
- LUCIANA LOPES MACEDO

**Processo Nº AIRR-0020024-06.2019.5.04.0662**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) JBS AVES LTDA.  
Advogado DR. RICARDO FERREIRA DA SILVA(OAB: 180121-A/SP)  
Advogado DR. ELISIO VITOR FIGUEIREDO JÚNIOR(OAB: 10851-A/RS)  
AGRAVADO(S) NERI FERNANDA FERREIRA DOS SANTOS  
Advogada DRA. CRISTIANE GEHLEN KLAUS(OAB: 73523-A/RS)  
Advogado DR. IRINEU GEHLEN(OAB: 5821-A/RS)  
Advogado DR. EUNICE KUREK GEHLEN(OAB: 26724-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JBS AVES LTDA.  
- NERI FERNANDA FERREIRA DOS SANTOS

**Processo Nº AIRR-1000224-95.2019.5.02.0252**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE CUBATÃO  
Procurador DR. FERNANDO MOREIRA DARDAQUI BIANCHI  
AGRAVADO(S) CURSAN - COMPANHIA CUBATENSE DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO

Advogado DR. RODRIGO DE SOUZA FREIRE(OAB: 370605-A/SP)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) GERSON ELIAS DOS SANTOS FILHO  
Advogado DR. MARIO ANTONIO DE SOUZA(OAB: 131032-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CURSAN - COMPANHIA CUBATENSE DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO  
- GERSON ELIAS DOS SANTOS FILHO  
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO

**Processo Nº AIRR-1001190-25.2020.5.02.0090**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP  
Advogada DRA. ROSELI FERREIRA DE MELO VALENTE(OAB: 236632-D/SP)  
AGRAVADO(S) LANCHETERIA SAO FRANCISCO LTDA - ME  
Advogado DR. EVERSON ROCCO(OAB: 177676-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LANCHETERIA SAO FRANCISCO LTDA - ME  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP

**Processo Nº RR-0000077-69.2021.5.05.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) FUNDACAO JOSE SILVEIRA  
Advogado DR. HARRISON FERREIRA LEITE(OAB: 17719-A/BA)  
RECORRIDO(S) GEOMAR ALVES DA SILVA  
Advogado DR. LUÍS CARLOS BELO PINA(OAB: 10206-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDACAO JOSE SILVEIRA  
- GEOMAR ALVES DA SILVA

**Processo Nº RR-0000263-59.2022.5.07.0028**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) MEDLAR HOME CARE & AID HOME SERVICOS MEDICOS LTDA  
Advogado DR. RIAN PINHEIRO PEREIRA(OAB: 29938-A/CE)  
RECORRIDO(S) MARIA TAILENE DOS SANTOS VIEIRA VELOZO  
Advogado DR. MÁRCIO ANDRETTI QUESADO BESERRA(OAB: 32565-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA TAILENE DOS SANTOS VIEIRA VELOZO  
- MEDLAR HOME CARE & AID HOME SERVICOS MEDICOS LTDA

**Processo Nº RR-0000830-02.2021.5.12.0056**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) ESCOLA DE IDIOMAS SILVA E SERPA LTDA  
Advogado DR. ARÃO DOS SANTOS(OAB: 9760-A/SC)  
Advogado DR. CAROLINA APARECIDA GIOVANELLA(OAB: 24574-A/SC)  
RECORRIDO(S) GEOVANA TAINA PROENCA  
Advogado DR. ANTONIO VINICIUS DOS SANTOS MENDES(OAB: 58879-A/SC)  
Advogado DR. PALOMA SANTANA MELLIES(OAB: 61817-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESCOLA DE IDIOMAS SILVA E SERPA LTDA
- GEOVANA TAINA PROENCA

**Processo Nº RR-0000840-20.2021.5.11.0009**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) DIONEIDES SARMENTO DA CRUZ  
Advogado DR. DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805-A/AM)  
RECORRIDO(S) LIMPAMAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI  
Advogado DR. ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA CAVALCANTE(OAB: 11381-A/AM)  
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE MANAUS  
Procurador DR. BERNARDO FIGUEIRA RAPOSO DA CÂMARA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DIONEIDES SARMENTO DA CRUZ
- LIMPAMAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI
- MUNICÍPIO DE MANAUS

**Processo Nº RR-0001538-64.2013.5.09.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
RECORRENTE(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. ANTONIO CELESTINO TONELOTO(OAB: 37462-A/PR)  
RECORRIDO(S) ADAO CARLOS DE PAULA  
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 15782/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADAO CARLOS DE PAULA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

**Processo Nº RR-0010833-57.2020.5.15.0059**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA  
Procuradora DRA. PAOLA CRISTINA DE BARROS BASSANELLO  
RECORRIDO(S) TELMA TAMIRA GOMES  
Advogado DR. MARCELO AUGUSTO DE MACEDO(OAB: 142284-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
- TELMA TAMIRA GOMES

**Processo Nº RR-0012628-51.2016.5.03.0131**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
RECORRENTE(S) SINDICATO DAS EMPRESAS DE CONSULTORIA, ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SESCON/MG  
Advogada DRA. DULCINEIA MOREIRA DOS SANTOS(OAB: 134246-A/MG)  
RECORRIDO(S) TERRALIDER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA  
Advogado DR. ROGÉRIO MACHADO FLORES PEREIRA(OAB: 61418-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE CONSULTORIA, ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SESCON/MG
- TERRALIDER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

**Processo Nº RR-0016507-81.2021.5.16.0017**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) MUNICIPIO DE PORTO FRANCO  
Advogado DR. EMERSON FELLIPE NASCIMENTO DIAS(OAB: 10324/MA)  
RECORRIDO(S) JOSE DOS SANTOS MILHOMEM  
Advogado DR. DANIEL EDUARDO DA EXALTACAO(OAB: 13250-A/MA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE DOS SANTOS MILHOMEM
- MUNICIPIO DE PORTO FRANCO

**Processo Nº RR-0100095-75.2020.5.01.0263**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA  
RECORRIDO(S) VIVIANE DE SOUZA CORREIA  
Advogada DRA. MARIANA GONÇALVES DA SILVA(OAB: 186813-A/RJ)  
Advogado DR. JAMILLE MORAES MACEDO(OAB: 200647-A/RJ)  
RECORRIDO(S) AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.  
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- VIVIANE DE SOUZA CORREIA

**Processo Nº RR-0100101-11.2020.5.01.0028**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. WALDIR ZAGAGLIA  
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS  
RECORRIDO(S) JACQUELINE FARIAS DELFIM DA SILVA  
Advogado DR. BEATRIZ MORIEL DE SOUZA GOMES(OAB: 224329-A/RJ)

Advogado DR. LIZIANE VIANA DO NASCIMENTO(OAB: 234243-A/RJ)  
RECORRIDO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogado DR. FRANCINY TÓFFOLI(OAB: 265123-A/SP)  
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)  
Advogada DRA. LARISSA AMORIM CRUZ(OAB: 424563-A/SP)  
Advogada DRA. ANA EUCÁRIA BARBOSA DA SILVA(OAB: 433732-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- JACQUELINE FARIAS DELFIM DA SILVA  
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº RR-0100145-56.2021.5.01.0202**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES  
Procurador DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA  
Procurador DR. CARLOS ANDRÉ SILVA BAPTISTA  
RECORRIDO(S) CLERISLAINE JOICE BARBOSA GOMES  
Advogado DR. LUIZ CLÁUDIO CAMARGO SAMOGLIA(OAB: 74347-A/RJ)  
RECORRIDO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
Advogado DR. ANA LYGIA ROSA DOS S. SURRAGE RODRIGUES RIBEIRO(OAB: 132868-A/RJ)  
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694-D/SP)  
Advogado DR. THIAGO AUGUSTO SIERRA PAULUCCI(OAB: 300715-A/SP)  
Advogado DR. MARIANA BUENO DE SOUZA(OAB: 166036-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLERISLAINE JOICE BARBOSA GOMES  
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE

**Processo Nº RR-1000085-44.2021.5.02.0036**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) TALITA CORTEZ VERDINELLI  
Advogado DR. OSWALDO ANTONIO VISMAR(OAB: 253407-A/SP)  
Advogado DR. RAFAEL IZIDORO BELLO GONÇALVES SILVA(OAB: 259261/SP)  
RECORRIDO(S) APROBATO LABORATORIO DE PROTESE LTDA - ME  
Advogado DR. PAULO SÉRGIO BRAGGION(OAB: 109924-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- APROBATO LABORATORIO DE PROTESE LTDA - ME  
- TALITA CORTEZ VERDINELLI

**Processo Nº RR-1000192-92.2020.5.02.0434**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
RECORRENTE(S) INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA  
Advogada DRA. ELIANA BORGES CARDOSO(OAB: 85813-A/SP)  
Advogado DR. ALAN DENIS SANTANA EGAMI(OAB: 258015-A/SP)  
RECORRIDO(S) SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO  
Advogado DR. REGGIANE APARECIDA GOMES CARDOSO DEL POZO(OAB: 224304-A/SP)  
Advogado DR. CARLOS DEL POZO PRIOR(OAB: 377175-A/SP)  
Advogado DR. GABRIELLA GOMES LARocca(OAB: 404757-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA  
- SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

**Processo Nº RR-1000457-20.2021.5.02.0706**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) JOSE EDUARDO DE CARVALHO ANDRADE LIMA  
Advogado DR. RODRIGO DE MORAIS SOARES(OAB: 34146-A/PR)  
RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. AGOSTINHA GORETE SILVA DOS ANJOS(OAB: 82437/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- JOSE EDUARDO DE CARVALHO ANDRADE LIMA

**Processo Nº RR-1000542-06.2021.5.02.0318**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
RECORRENTE(S) T.G.S.  
Advogado DR. MARTA MARIA RUFFINI PENTEADO GUELLER(OAB: 97980-A/SP)  
Advogada DRA. VANESSA CARLA VIDUTTO BERMAN(OAB: 156854-A/SP)  
RECORRIDO(S) M.F.O.L.A.S.-A.  
Advogado DR. FERNANDO GOMES DOS REIS LOBO(OAB: 183676-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- M.F.O.L.A.S.-A.  
- T.G.S.

**Processo Nº RR-1000610-37.2020.5.02.0464**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
RECORRENTE(S) KLEBER NAZARIO DOS SANTOS  
Advogado DR. FERNANDA DOS REIS(OAB: 263873-A/SP)  
RECORRIDO(S) ADIENT DO BRASIL BANCOS AUTOMOTIVOS LTDA

Advogado DR. REINALDO FINOCCHIARO  
FILHO(OAB: 111266-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADIENT DO BRASIL BANCOS AUTOMOTIVOS LTDA
- KLEBER NAZARIO DOS SANTOS

**Processo Nº RR-1000696-72.2021.5.02.0302**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) PENHA ZULEIKA ANTUNES  
ALVARENGA  
Advogado DR. EMANUEL LUCENA NERI(OAB:  
19593-A/PB)  
RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. LENIZE BRIGATTO PINHO  
BARBARA(OAB: 164037/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- PENHA ZULEIKA ANTUNES ALVARENGA

**Processo Nº RR-1000764-35.2021.5.02.0039**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) EDSON GENEROSO  
Advogado DR. RODRIGO DE MORAIS  
SOARES(OAB: 34146-A/PR)  
RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. AGOSTINHA GORETE S. DOS  
ANJOS(OAB: 82437-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDSON GENEROSO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº RR-1001099-03.2020.5.02.0035**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) MASSA FALIDA DA DARUMA  
TELECOMUNICACOES E  
INFORMATICA S/A  
Advogado DR. ROGERIO NANNI BLINI(OAB:  
140335-A/SP)  
RECORRIDO(S) GISELLI RUBIO FARSURA DA SILVA  
Advogado DR. MARCELO MARTINS(OAB:  
150245-D/SP)  
Advogado DR. GUSTAVO GRANADEIRO  
GUIMARAES(OAB: 149207-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GISELLI RUBIO FARSURA DA SILVA
- MASSA FALIDA DA DARUMA TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S/A

**Processo Nº RR-1001394-89.2020.5.02.0051**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
RECORRENTE(S) GRABER SISTEMAS DE  
SEGURANÇA LTDA.  
Advogado DR. BERNARDO AUGUSTO  
BASSI(OAB: 299377-A/SP)  
RECORRIDO(S) VALTER SEBASTIAO DOS SANTOS  
SILVA

Advogado DR. EDUARDO TOFOLI(OAB: 133996  
-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
- VALTER SEBASTIAO DOS SANTOS SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000001-36.2022.5.08.0011**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CLODOMIR JOSE SILVA VIEIRA  
Advogado DR. MAURO AUGUSTO RIOS  
BRITO(OAB: 8286-A/PA)  
Advogada DRA. JORGEANA DANIELLY RIOS  
BRITO RIBEIRO FURTADO(OAB:  
17862-A/PA)  
AGRAVADO(S) OCRM S A PRODUTOS  
ALIMENTICIOS  
Advogado DR. THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA  
DE MESQUITA(OAB: 14106-A/PA)  
Advogado DR. CARLOS CEZAR FARIA DE  
MESQUITA FILHO(OAB: 12571-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLODOMIR JOSE SILVA VIEIRA
- OCRM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000003-67.2011.5.01.0049**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogado DR. AUGUSTO CARLOS LAMÉGO  
JÚNIOR(OAB: 17514/ES)  
AGRAVADO(S) VALMIR DOS SANTOS MALHADO  
Advogado DR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA  
DERBLY(OAB: 89266-A/RJ)  
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE  
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB:  
22429-A/DF)  
Advogado DR. RENATO LOBO  
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)  
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB:  
174531-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VALMIR DOS SANTOS MALHADO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000009-19.2021.5.05.0015**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO DO  
ESTADO DA BAHIA - CONDER  
Advogado DR. RICARDO DE JESUS  
ALVES(OAB: 30089-D/BA)  
AGRAVADO(S) JULIO CESAR LOPES RAMOS  
Advogado DR. MOEMA ELISA COENTRO MUTTI  
BASTOS(OAB: 13190-A/BA)  
Advogado DR. SARAH TUPINAMBÁ  
RIBEIRO(OAB: 14942-A/BA)  
Advogado DR. ANTONIO MENEZES DO  
NASCIMENTO FILHO(OAB: 4734-  
A/BA)



**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER  
- JULIO CESAR LOPES RAMOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000028-17.2021.5.05.0341**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Procurador DR. ADRIANO FERRARI SANTANA  
AGRAVADO(S) KAMILI SANTOS FREITAS  
Advogada DRA. LUDIMILA COELHO LOIOLA(OAB: 27713-A/BA)  
Advogada DRA. ANA AUGUSTA LIMA SOARES(OAB: 27621-A/BA)  
AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES  
Advogado DR. HERMES HILARIÃO TEIXEIRA SOBRINHO(OAB: 28491-A/BA)  
Advogada DRA. MARÍLIA SOUZA BARBOSA(OAB: 53756-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES  
- ESTADO DA BAHIA  
- KAMILI SANTOS FREITAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000035-76.2021.5.21.0013**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ÁGUA BRANCA LOGÍSTICA S. A.  
Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725-A/ES)  
AGRAVADO(S) JOSE MARIA PEREIRA  
Advogado DR. MANOEL MACHADO JUNIOR(OAB: 7359-A/RN)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE MARIA PEREIRA  
- ÁGUA BRANCA LOGÍSTICA S. A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000038-86.2019.5.07.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE  
Advogado DR. ANTÔNIO CLETO GOMES(OAB: 5864/CE)  
AGRAVADO(S) GENTIL MAIA LIMA  
Advogado DR. FABRINA MARIA FREIRA ALVES DE VASCONCELOS(OAB: 20208-A/CE)  
Advogado DR. HERBERT DE MARATHAOAN CASTELO BRANCO NETO(OAB: 33408-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE  
- GENTIL MAIA LIMA

**Processo Nº Ag-RR-0000055-11.2020.5.19.0061**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado DR. JOSÉ RUBEM ÂNGELO(OAB: 3303/AL)  
Advogado DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307/DF)  
Advogado DR. VALERIA DA SILVA FIDÉLIS(OAB: 10078-A/AL)  
Advogado DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372/DF)  
AGRAVADO(S) LUIZ CARLOS DOS SANTOS  
Advogado DR. ALEPH CAVALCANTE SANTOS(OAB: 16537-A/AL)  
Advogado DR. HUGO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES(OAB: 11417-A/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
- LUIZ CARLOS DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000061-03.2021.5.17.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) DACASA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
Advogado DR. CAIO HIPÓLITO PEREIRA(OAB: 172305-A/SP)  
AGRAVADO(S) LUCIENE CATRINQUE  
Advogado DR. RODRIGO JORGE DE BRITO ANTUNES(OAB: 15628-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DACASA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
- LUCIENE CATRINQUE

**Processo Nº Ag-ARR-0000062-07.2012.5.05.0341**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Procurador DR. DALZIMAR GOMES TUPINAMBÁ  
AGRAVADO(S) REVIVER ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL PRIVADA LTDA.  
Advogado DR. SÉRGIO GONÇALVES FARIAS(OAB: 11032-A/BA)  
AGRAVADO(S) ROGÉRIO SOUZA FERREIRA  
Advogado DR. ADERBAL VIANA VARGAS(OAB: 880-B/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA BAHIA  
- REVIVER ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL PRIVADA LTDA.  
- ROGÉRIO SOUZA FERREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000066-80.2011.5.05.0017**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. MARCIA NOGUEIRA DE SOUSA(OAB: 41657-A/BA)  
AGRAVADO(S) EDSON SANTANA ARROJADO  
Advogado DR. GUSTAVO CARVALHO ALVES SIMÕES(OAB: 28097-D/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDSON SANTANA ARROJADO



- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº Ag-AIRR-000099-51.2020.5.14.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogado DR. ALEX JESUS AUGUSTO FILHO(OAB: 314946-A/SP)  
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650-A/SP)  
AGRAVADO(S) JANDERSON PRATES DA SILVA  
Advogado DR. FABRÍCIO MATOS DA COSTA(OAB: 3270-A/RO)  
Advogado DR. JOSÉ VÁLTER NUNES JUNIOR(OAB: 5653/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
- JANDERSON PRATES DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000100-61.2022.5.09.0016**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. FLÁVIA PEREIRA DE ALMEIDA(OAB: 42662-A/PR)  
AGRAVADO(S) MARCO AURELIO SCHWARTZ  
Advogado DR. THEO BOTELHO MARES DE SOUZA(OAB: 35464-A/PR)  
Advogada DRA. JANAINA DE PAULA MACHADO(OAB: 94551-A/PR)  
Advogado DR. GUSTAVO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 109118-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- MARCO AURELIO SCHWARTZ

**Processo Nº Ag-AIRR-0000101-18.2021.5.05.0493**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. ÉRICA FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 30348-A/BA)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE ILHEUS  
Advogado DR. ANDERSON DA SILVA SANTOS(OAB: 18829-A/BA)  
Advogado DR. JOSÉ CARLOS DA SILVA(OAB: 5077-A/BA)  
Advogado DR. HILDEGARDES POLYCARPO DE BRITO HUGHES(OAB: 39469-A/BA)  
AGRAVADO(S) MS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.  
Advogado DR. PAULA CRISTIANE DE CASTRO(OAB: 37998-A/BA)  
Advogado DR. EMILLY LAYNE SANTOS SILVA(OAB: 40189-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.  
- MS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE ILHEUS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000102-59.2013.5.01.0019**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 53588/RJ)  
AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE LUIZ CARLOS RODRIGUES  
Advogado DR. RENATO PINHEIRO DA SILVA(OAB: 64140/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
- ESPÓLIO DE LUIZ CARLOS RODRIGUES

**Processo Nº Ag-AIRR-0000132-13.2019.5.09.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) WHB AUTOMOTIVE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. RODRIGO PUPPI BASTOS(OAB: 35215/PR)  
AGRAVADO(S) MARCELO DOS SANTOS GAVLETA  
Advogado DR. SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS(OAB: 26295-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCELO DOS SANTOS GAVLETA  
- WHB AUTOMOTIVE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0000140-39.2021.5.05.0194**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA  
Advogado DR. GUSTAVO MAZZEI PEREIRA(OAB: 17397-A/BA)  
Advogado DR. ANTÔNIO LUIZ CALMON NAVARRO TEIXEIRA DA SILVA FILHO(OAB: 14589-A/BA)  
AGRAVADO(S) ANA CRISTINA FRANCA MAMONA  
Advogado DR. TAINA SACHAS MORAES MAIA(OAB: 58470-A/BA)  
Advogado DR. LARISSA ALEXANDRINO BARBOSA(OAB: 57135-A/BA)  
AGRAVADO(S) COOPERSADE - COOPERATIVA DE TRABALHO EM APOIO TECNICO OPERACIONAL  
Advogado DR. MARYUSCHA SANTOS ALMEIDA RAMOS(OAB: 18410-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA CRISTINA FRANCA MAMONA  
- COOPERSADE - COOPERATIVA DE TRABALHO EM APOIO TECNICO OPERACIONAL  
- MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000150-97.2021.5.22.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)

Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894-A/MG)  
AGRAVADO(S) JOAO CARLOS DE FREITAS TITO  
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE DE ALENCAR VIEIRA(OAB: 3778-A/PI)  
Advogada DRA. BRUNA MARIA DE SOUSA ARAÚJO CARDOSO MARTINS(OAB: 14228-A/PI)  
Advogado DR. STEFANO GAETANO GIOVANNINI COSENTINO(OAB: 11385-A/PI)  
AGRAVADO(S) OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)  
Advogado DR. THIAGO DE SOUSA VAL(OAB: 6188/PI)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
- JOAO CARLOS DE FREITAS TITO  
- OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0000162-95.2021.5.19.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogado DR. CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS(OAB: 78403-A/MG)  
AGRAVADO(S) LUCIANA PAIVA FERNANDES  
Advogado DR. MANOEL BASILIO DA SILVA NETO(OAB: 13509-A/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
- LUCIANA PAIVA FERNANDES

**Processo Nº Ag-RR-0000165-38.2016.5.07.0011**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. FRANCISCO ALDEY SILVA(OAB: 17839-B/CE)  
Advogado DR. MARIA DO CARMO CARNEIRO(OAB: 22307-B/CE)  
Advogado DR. RAFAEL LIMA DE ANDRADE(OAB: 23372-B/CE)  
Advogado DR. MÁRIO BARBOSA MACIEL(OAB: 25677-A/CE)  
Advogado DR. FRANCISCO HELIOMAR DE MACEDO JUNIOR(OAB: 25720-A/CE)  
Advogada DRA. ALINE SANTOS DA SILVA(OAB: 39921-B/CE)  
Advogado DR. GELTER THADEU MAIA RODRIGUES(OAB: 15456-A/CE)  
Advogada DRA. NATALY KARINE ALBUQUERQUE DE CASTRO(OAB: 13884-A/CE)  
Advogada DRA. ANDRESSA LICAR FERNANDES(OAB: 9459-A/MA)  
AGRAVADO(S) JOSE ORLANDO BARRETO DANTAS  
Advogado DR. MATHEUS MENDES REZENDE(OAB: 15581-A/CE)

Advogada DRA. TEREZA CHRISTINNI VASCONCELOS DE OLIVEIRA(OAB: 21753-A/CE)  
Advogado DR. PATRICIA FERREIRA FREITAS(OAB: 30715-A/CE)  
Advogado DR. MARCELO MAGALHÃES FERNANDES(OAB: 10108-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- JOSE ORLANDO BARRETO DANTAS

**Processo Nº Ag-RR-0000166-97.2014.5.05.0221**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659-A/BA)  
AGRAVADO(S) ELIEZER FERNANDO FREITAS DOS SANTOS  
Advogado DR. FRANCISCO LACERDA BRITO(OAB: 14137-A/BA)  
Advogado DR. LEON ANGELO MATTEI(OAB: 14332-A/BA)  
Advogado DR. CLERISTON PITON BULHÕES(OAB: 17034-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIEZER FERNANDO FREITAS DOS SANTOS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000178-83.2017.5.21.0020**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. WALTER HIPÉRIDES SANTOS DE LIMA(OAB: 3484/RN)  
Advogada DRA. VELUZIA MARIA MAIA CAVALCANTI DE LIMA SOFFIATTI(OAB: 3873-A/RN)  
AGRAVADO(S) JOSE MIGUEL DE OLIVEIRA NETO  
Advogada DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)  
Advogado DR. ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO(OAB: 12067-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- JOSE MIGUEL DE OLIVEIRA NETO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000181-67.2021.5.06.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogado DR. ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO(OAB: 15657/PE)  
Advogada DRA. MAURA VIRGÍNIA MAGALHÃES BORBA SILVESTRE(OAB: 17864-A/PE)  
AGRAVADO(S) SANDRA MARIA CABRAL  
Advogado DR. PEDRO RAMON JOSE BERNARDINO(OAB: 34740-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- SANDRA MARIA CABRAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0000188-20.2021.5.17.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. RAFAEL AGRELLO(OAB: 14361/ES)  
AGRAVADO(S) GILMAR FRACALOSSO  
Advogado DR. RAFAEL ALVES GOES(OAB: 216750-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GILMAR FRACALOSSO  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000195-95.2020.5.09.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL) E OUTRAS  
Advogado DR. LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA(OAB: 33191 -A/PR)  
AGRAVADO(S) BEN HUR GABARDO  
Advogada DRA. SUELY TEREZINHA BLACA(OAB: 18015-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BEN HUR GABARDO  
- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL) E OUTRAS

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000196-13.2019.5.06.0001**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Advogada DRA. MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES(OAB: 150162-A/RJ)  
Advogado DR. ARISTHEU DE MELLO HASSEL ROCHA(OAB: 189954/RJ)  
Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)  
AGRAVADO(S) GLAUERCIO RILDO DE SOUZA  
Advogado DR. FÁBIO LUÍS DOS SANTOS SILVA(OAB: 18910-D/PE)  
Advogado DR. EMANUEL PRAXEDES VALENTIM(OAB: 42197-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
- GLAUERCIO RILDO DE SOUZA

**Processo Nº Ag-RR-0000200-04.2020.5.05.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) S.S.L.  
Advogado DR. NELIO LOPES CARDOSO JUNIOR(OAB: 18530-A/BA)  
Advogado DR. IVANE MARGARIDA SIMOES PEREIRA(OAB: 28250-A/BA)  
AGRAVADO(S) A.E.N.

Advogado

DR. HUMBERTO DE ALMEIDA TORREÃO NETO(OAB: 31286/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- A.E.N.  
- S.S.L.

**Processo Nº Ag-RRAg-0000201-62.2021.5.08.0016**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) HORIZONTE LOGÍSTICA LTDA. E OUTRO  
Advogado DR. FERNANDO MELO CARNEIRO(OAB: 42088-A/PR)  
AGRAVADO(S) JAMIR DE JESUS PANTOJA JUNIOR  
Advogado DR. TITO EDUARDO VALENTE DO COUTO(OAB: 5596-A/PA)  
Advogada DRA. MICHELLE GODINHO BARBOSA(OAB: 13358/PA)  
Advogado DR. FERNANDO LEÃO ROUMIÉ(OAB: 24383-A/PA)  
Advogado DR. MARIANA LAUREANO DOS SANTOS ALMEIDA(OAB: 30058-A/PA)  
AGRAVADO(S) AMBEV S.A.  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 15201-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMBEV S.A.  
- HORIZONTE LOGÍSTICA LTDA. E OUTRO  
- JAMIR DE JESUS PANTOJA JUNIOR

**Processo Nº Ag-RR-0000216-30.2022.5.06.0411**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
Advogado DR. JOÃO BATISTA SOUSA JUNIOR(OAB: 1025-B/PE)  
AGRAVADO(S) JOSE LIBERALINO FILHO  
Advogado DR. RICARDO CARVALHO DOS SANTOS(OAB: 10661-A/BA)  
Advogado DR. SAMUEL DE JESUS BARBOSA(OAB: 25851-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
- JOSE LIBERALINO FILHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000220-08.2019.5.17.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO(OAB: 12288-S/ES)  
AGRAVADO(S) ERALDO LIAL NEVES  
Advogada DRA. LARISSA PORTUGAL GUIMARÃES AMARAL VASCONCELOS(OAB: 9542-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ERALDO LIAL NEVES  
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000225-04.2020.5.06.0171**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EXPRESSO VERA CRUZ LTDA  
Advogado DR. RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO(OAB: 14177-D/PE)  
AGRAVADO(S) ROSA MARIA PEREIRA DE LIRA  
Advogada DRA. ANA JÉSSICA DE OLIVEIRA PAIVA(OAB: 37873-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EXPRESSO VERA CRUZ LTDA
- ROSA MARIA PEREIRA DE LIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000230-55.2019.5.05.0020**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. ARIANA FREIRE PINHO(OAB: 25923/BA)  
AGRAVADO(S) VANESSA OLIVEIRA LIMA  
Advogado DR. FABRÍCIO ZACCARELLI ASSIS DALTRO(OAB: 38370-A/BA)  
Advogado DR. PAULO JOSÉ OLIVEIRA ALVES(OAB: 24942-A/BA)  
AGRAVADO(S) PROJECT SERVICOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
- PROJECT SERVICOS EIRELI
- VANESSA OLIVEIRA LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000238-95.2021.5.20.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)  
AGRAVADO(S) DANIELE DE LEMOS SANTOS  
Advogado DR. IGOR DANTAS MARINHO(OAB: 10283-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL S.A.
- DANIELE DE LEMOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000240-52.2022.5.09.0095**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CSS CONSTRUTORA LTDA.  
Advogado DR. LEANDRO HENRIQUES GONÇALVES(OAB: 117061-A/MG)  
AGRAVADO(S) DELCIO ULRICH  
Advogado DR. MILLER HORST SCHOSSLER(OAB: 72113-D/PR)  
Advogado DR. DANIEL LUFT(OAB: 84092-A/PR)  
AGRAVADO(S) CONSTRUTORA DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO SPE LTDA.  
Advogado DR. LUIZ FERNANDO DE AZEVEDO GROSSI(OAB: 86946/MG)

AGRAVADO(S) CONSTRUTORA REMO LTDA.  
Advogado DR. LUIZ FERNANDO DE AZEVEDO GROSSI(OAB: 86946/MG)  
AGRAVADO(S) SELT ENGENHARIA LTDA.  
Advogado DR. LUIZ FERNANDO DE AZEVEDO GROSSI(OAB: 86946/MG)  
AGRAVADO(S) SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. DIEGO REGINATO OLIVEIRA LEITE(OAB: 256887/SP)  
AGRAVADO(S) INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA IVAÍ S.A.  
Advogado DR. RICARDO CHRISTOPHE DA ROCHA FREIRE(OAB: 295260-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSTRUTORA DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO SPE LTDA.
- CONSTRUTORA REMO LTDA.
- CSS CONSTRUTORA LTDA.
- DELCIO ULRICH
- INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA IVAÍ S.A.
- SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SELT ENGENHARIA LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000248-24.2021.5.08.0117**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) VALDECY DA SILVA CRUZ  
Advogada DRA. NATANA ASSIS OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 23772-A/PA)  
Advogado DR. ROMOALDO JOSE OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 224044-A/SP)  
AGRAVADO(S) DÍNAMO ENGENHARIA LTDA.  
Advogado DR. JOÃO ALFREDO FREITAS MILÉO(OAB: 12342-A/PA)  
Advogada DRA. DULCE MARIA FAVACHO LOBATO(OAB: 21805-A/PA)  
AGRAVADO(S) EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Advogado DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307/DF)  
Advogado DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372/DF)  
Advogado DR. MARTHA HENRIQUES MOREIRA SANTOS(OAB: 12812-A/PA)  
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 17515-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DÍNAMO ENGENHARIA LTDA.
- EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- VALDECY DA SILVA CRUZ

**Processo Nº Ag-RRAg-0000260-71.2020.5.17.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) NESTOR ANDREATTI FILHO  
Advogada DRA. SÍLVIA PÉROLA TEIXEIRA COSTA(OAB: 36663-D/DF)  
Advogada DRA. MARIAH COSTA DOS SANTOS(OAB: 64356-A/DF)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT  
Advogado DR. MATHEUS GUERINE RIEGERT(OAB: 11652-A/ES)



**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT  
- NESTOR ANDREATTI FILHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000265-35.2016.5.17.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ERLAN BEZERRA DE AZEVEDO E  
OUTRO  
Advogado DR. SILAS MARCOS DE SANTANA  
LOPES(OAB: 35363/BA)  
Advogado DR. ANDRÉ ISENSEE DE  
SOUZA(OAB: 35510/BA)  
AGRAVADO(S) LEONARDO SOUSA GIORI  
Advogado DR. UDNO ZANDONADE(OAB: 9141-  
D/ES)  
Advogado DR. GUSTAVO CANI GAMA(OAB:  
10059/ES)  
Advogado DR. ALBERTO CARLOS CANI BELLA  
ROSA(OAB: 14917-A/ES)  
AGRAVADO(S) FARMACIA DO TRABALHADOR DO  
ESPIRITO SANTO LTDA  
Advogado DR. SILAS MARCOS DE SANTANA  
LOPES(OAB: 35363/BA)  
Advogado DR. JOSÉ CARLOS NICOLA  
RICCI(OAB: 204183-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ERLAN BEZERRA DE AZEVEDO E OUTRO  
- FARMACIA DO TRABALHADOR DO ESPIRITO SANTO LTDA  
- LEONARDO SOUSA GIORI

**Processo Nº Ag-AIRR-0000270-30.2012.5.05.0037**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELEGRAFOS  
Advogado DR. LUÍS FERNANDO GONÇALVES  
DE SOUZA(OAB: 14239/BA)  
AGRAVADO(S) ANSELMO RAIMUNDO COSTA  
Advogado DR. MARCOS DE OLIVEIRA  
LIMA(OAB: 17255/BA)  
Advogado DR. TARGINO LIMA KALID(OAB:  
36669-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANSELMO RAIMUNDO COSTA  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000321-81.2021.5.05.0342**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Procurador DR. BRUNO SAMPAIO PERES  
FAGUNDES  
AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À  
MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE  
CASTRO ALVES  
Advogado DR. HERMES HILARIÃO TEIXEIRA  
SOBRINHO(OAB: 28491-A/BA)  
Advogado DR. MARCIO TEIXEIRA  
BARRETTO(OAB: 31319-A/BA)  
AGRAVADO(S) ELIANILDA GUIMARAES GOMES  
Advogada DRA. LUDIMILA COELHO  
LOIOLA(OAB: 27713-A/BA)

Advogada DRA. ANA AUGUSTA LIMA  
SOARES(OAB: 27621-A/BA)  
Advogado DR. CARLA EMANUELY CARDOSO  
DANTAS(OAB: 51100-A/BA)  
Advogado DR. JOAO GILBERTO SILVA  
BANDEIRA(OAB: 55963-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À  
INFÂNCIA DE CASTRO ALVES  
- ELIANILDA GUIMARAES GOMES  
- ESTADO DA BAHIA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000348-64.2010.5.01.0341**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MARIA DE CASSIA DO CARMO  
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE  
ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)  
Advogado DR. JULIANO MOREIRA DE  
ALMEIDA(OAB: 88851/RJ)  
AGRAVADO(S) VIACAO SUL FLUMINENSE  
TRANSPORTES E TURISMO LTDA  
Advogada DRA. CAROLINA TUPINAMBÁ  
FARIA(OAB: 124045-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA DE CASSIA DO CARMO  
- VIACAO SUL FLUMINENSE TRANSPORTES E TURISMO  
LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000357-86.2022.5.10.0007**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. CHRISTIANO DRUMOND  
PATRUS ANANIAS(OAB: 78403-  
A/MG)  
AGRAVADO(S) NATHALIA ALVES DE SOUZA  
Advogado DR. GERALDO MARCONE  
PEREIRA(OAB: 14038-A/DF)  
Advogada DRA. FLÁVIA NAVES SANTOS  
PENA(OAB: 19623-A/DF)  
Advogado DR. FREDERICO GOMES  
RUELA(OAB: 45534-A/DF)  
AGRAVADO(S) CAIXA SEGURADORA S.A.  
Advogado DR. EDUARDO ALCÂNTARA  
LOPES(OAB: 296735-D/SP)  
Advogado DR. OSWALDO SANT'ANNA(OAB:  
10905-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
- CAIXA SEGURADORA S.A.  
- NATHALIA ALVES DE SOUZA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000362-52.2021.5.13.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) SANTANDER CORRETORA DE  
SEGUROS, INVESTIMENTOS E  
SERVICOS S.A. E OUTRA  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO  
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA  
FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB:  
18855/PE)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI  
RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)

AGRAVADO(S) UALAS OLIVEIRA DA SILVA  
Advogado DR. SÁVIO DINIZ FALCÃO  
SILVA(OAB: 20885-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SANTANDER CORRETORA DE SEGUROS, INVESTIMENTOS  
E SERVICOS S.A. E OUTRA  
- UALAS OLIVEIRA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000363-28.2013.5.02.0332**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CARINA MORAES SCHUNCK LOPES  
E OUTRO  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO DE  
ALMEIDA(OAB: 240057-D/SP)  
AGRAVADO(S) JOSE DOS PRAZERES DA SILVA  
Advogado DR. JUSCELINO TEIXEIRA  
PEREIRA(OAB: 160595-D/SP)  
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA DE INDEPENDÊNCIA  
TRANSPORTE COLETIVO LTDA. E  
OUTRA  
Advogado DR. LUÍS CLÁUDIO MONTORO  
MENDES(OAB: 150485-A/SP)  
AGRAVADO(S) AUTO UNIDA TRANSPORTE  
COLETIVO LTDA.  
AGRAVADO(S) EMPRESA MUNICIPAL DE  
TRANSPORTES URBANOS DE SÃO  
PAULO S.A. - EMTU  
Advogado DR. RONALDO DIAS LOPES  
FILHO(OAB: 185371-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AUTO UNIDA TRANSPORTE COLETIVO LTDA.  
- CARINA MORAES SCHUNCK LOPES E OUTRO  
- EMPRESA MUNICIPAL DE TRANSPORTES URBANOS DE  
SÃO PAULO S.A. - EMTU  
- JOSE DOS PRAZERES DA SILVA  
- MASSA FALIDA DE INDEPENDÊNCIA TRANSPORTE  
COLETIVO LTDA. E OUTRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000373-34.2020.5.09.0073**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) IVAICANA AGROPECUÁRIA LTDA.  
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E  
OUTRA  
Advogado DR. MARCOS PAULO MANTOAN  
MARCUSU(OAB: 60677/PR)  
Advogado DR. ROSANGELA CRISTINA  
BARBOZA SLEDER(OAB: 36441-  
A/PR)  
AGRAVADO(S) PAULO SOARES SILVA  
Advogado DR. CLAUDINEI CONTO(OAB: 41592-  
A/PR)  
Advogado DR. FERNANDO JOSE SANGUINO  
LOPES THOME(OAB: 69103-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IVAICANA AGROPECUÁRIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL) E OUTRA  
- PAULO SOARES SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000373-10.2022.5.09.0026**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS

Advogado DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB:  
52308/PR)  
Advogado DR. BRUNO ROBERTO  
VOSGERAU(OAB: 61051-D/PR)  
AGRAVADO(S) SGS INDUSTRIAL - INSTALACOES,  
TESTES E COMISSONAMENTOS  
LTDA  
Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO  
NASCIMBEM CHADID(OAB: 89711-  
S/PR)  
AGRAVADO(S) ROMERIO PAULO GRABOSKI DA  
SILVA  
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE  
ARGENTON E QUEIROZ(OAB:  
163741-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- ROMERIO PAULO GRABOSKI DA SILVA  
- SGS INDUSTRIAL - INSTALACOES, TESTES E  
COMISSONAMENTOS LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000374-37.2020.5.05.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Procurador DR. BRUNO SAMPAIO PERES  
FAGUNDES  
AGRAVADO(S) LUCIANA SANT ANA LEONE DE  
SOUZA  
Advogada DRA. IVANA DULCE FRANÇA  
RIOS(OAB: 21742-A/BA)  
Advogado DR. AMANDA ARAUJO  
SANTANA(OAB: 64083-A/BA)  
AGRAVADO(S) INSTITUTO HYGIA SAÚDE E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA BAHIA  
- INSTITUTO HYGIA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
- LUCIANA SANT ANA LEONE DE SOUZA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000377-57.2020.5.10.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) SESC - SERVIÇO SOCIAL DO  
COMÉRCIO - ADMINISTRAÇÃO  
REGIONAL DO DF  
Advogado DR. FERNANDO TEIXEIRA  
ABDALA(OAB: 24797-A/DF)  
Advogado DR. WILKER WAGNER SANTOS  
CARVALHO(OAB: 43682-A/DF)  
AGRAVADO(S) DANIEL ALBERTO VIERA BELTRAN  
Advogada DRA. RENATA SKAF NACFUR(OAB:  
11251-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANIEL ALBERTO VIERA BELTRAN  
- SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO -  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DF

**Processo Nº Ag-AIRR-0000379-19.2017.5.09.0664**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MARIO MONTRESOL FAVERSANI E  
OUTRO  
Advogada DRA. GLEYCE FRANCIELLE DE  
OLIVEIRA MORAES(OAB: 65747/PR)  
AGRAVADO(S) JONATA DA SILVA CHOTE



Advogado DR. JADYSON JONATAS DOS SANTOS(OAB: 55447-A/PR)  
AGRAVADO(S) M M FAVERSANI & CIA LTDA - ME E OUTRA  
Advogada DRA. GLEYCE FRANCIELLE DE OLIVEIRA MORAES(OAB: 65747/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JONATA DA SILVA CHOTE
- M M FAVERSANI & CIA LTDA - ME E OUTRA
- MARIO MONTRESOL FAVERSANI E OUTRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000385-41.2021.5.12.0037**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. LÚCIO SÉRGIO DE LAS CASAS JÚNIOR(OAB: 108176/MG)  
AGRAVADO(S) DELAIR CLAUDIO DA SILVA  
Advogado DR. ÉDER JÚNIOR DO AMARAL(OAB: 41785-A/SC)  
Advogado DR. EMERSON MARTINS(OAB: 42177-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DELAIR CLAUDIO DA SILVA
- TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0000394-43.2019.5.13.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA  
Advogado DR. MARIANA DOHERTY AYRES(OAB: 32440-A/PE)  
Advogada DRA. ANDRÉA LUZIA CAVALCANTI DE ARRUDA COUTINHO(OAB: 17498/PE)  
Advogado DR. DANIELLE BARBOSA DE ALMEIDA AVELINO(OAB: 19839-A/PE)  
Advogado DR. MARCOS ANTONIO ALMEIDA DE SOUZA(OAB: 33276-A/PE)  
Advogado DR. LEANDRO TAVARES DO NASCIMENTO(OAB: 25812-A/PE)  
AGRAVADO(S) TRANSFORTE PARAÍBA VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA.  
AGRAVADO(S) ANTONIO JOSE DA SILVA  
Advogado DR. ROBSON DE PAULA MAIA(OAB: 3450-D/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO JOSE DA SILVA
- PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
- TRANSFORTE PARAÍBA VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000407-72.2021.5.17.0001**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) TANGO RESTAURANTE LTDA - ME  
Advogado DR. AUGUSTO CARLOS LAMEGO JÚNIOR(OAB: 17514-A/ES)  
AGRAVADO(S) CLAYSON CAMPOS DA SILVA E OUTROS

Advogado DR. LEONARDO DE CASTRO RIBEIRO(OAB: 29464-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAYSON CAMPOS DA SILVA E OUTROS
- TANGO RESTAURANTE LTDA - ME

**Processo Nº Ag-AIRR-0000441-69.2021.5.19.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS(OAB: 78403/MG)  
AGRAVADO(S) LETICIA QUEIROZ ALVES DE LIMA  
Advogado DR. MANOEL BASILIO DA SILVA NETO(OAB: 13509-A/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL S.A.
- LETICIA QUEIROZ ALVES DE LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000447-27.2021.5.09.0567**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL  
Advogado DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509-D/PR)  
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465-A/PR)  
Advogado DR. CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE(OAB: 17523-A/PR)  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) VAGNER PEREIRA DA SILVA  
Advogado DR. GUSTAVO GERAIX GOMES HENRIQUES(OAB: 45242-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
- VAGNER PEREIRA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000450-91.2021.5.09.0660**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALLIANCE HOME CARE LTDA  
Advogado DR. MATEUS AUGUSTO ZANLORENSI(OAB: 42469-D/PR)  
Advogado DR. LUIZ GUILHERME MANFRÉ KNAUT(OAB: 45514-B/PR)  
AGRAVADO(S) ROSANGELA APARECIDA LEWANDOSKI DE SOUZA  
Advogado DR. ROGÉRIO APARECIDO BARBOSA(OAB: 45590-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALLIANCE HOME CARE LTDA
- ROSANGELA APARECIDA LEWANDOSKI DE SOUZA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000454-18.2018.5.07.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429-A/DF)

Advogado DR. RENATO LOBO  
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)  
AGRAVADO(S) SALVELINO RAIMUNDO DAS  
CHAGAS  
Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO  
MENEZES(OAB: 19241/DF)  
Advogado DR. MARCELO DA SILVA(OAB: 17053  
-A/CE)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogada DRA. LUCIANA MARIA DE  
MEDEIROS SILVA(OAB: 6293-A/RN)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SALVELINO RAIMUNDO DAS CHAGAS

**Processo Nº Ag-RRAg-0000455-78.2018.5.17.0181**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. MATHEUS GUERINE  
RIEGERT(OAB: 11652-A/ES)  
Advogada DRA. NÉLIDA LARISA FARIA  
FIGUEIREDO(OAB: 69801-A/MG)  
AGRAVADO(S) ATIVA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE  
OBRA LTDA. - EIRELI  
Advogado DR. FÁBIO SIQUEIRA  
MACHADO(OAB: 10517-A/ES)  
Advogado DR. BRUNO JOSÉ CALMON DU PIN  
TRISTÃO GUZANSKY(OAB:  
12284/ES)  
AGRAVADO(S) NILZA DOS SANTOS SILVA  
Advogado DR. EVANDRO BAETA  
AMARAL(OAB: 26968-A/ES)  
AGRAVADO(S) BANESTES S.A. - BANCO DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Advogado DR. NILTON DA SILVA  
CORREIA(OAB: 1291/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATIVA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. - EIRELI
- BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- NILZA DOS SANTOS SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000458-02.2021.5.20.0001**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL  
TELEMARKETING E INFORMÁTICA  
S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE  
ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS  
MELO(OAB: 105466-A/MG)  
AGRAVADO(S) FLAVIA CARVALHO BASTOS  
Advogado DR. IGOR DANTAS MARINHO(OAB:  
10283-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- FLAVIA CARVALHO BASTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000461-88.2021.5.22.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL  
TELEMARKETING E INFORMÁTICA  
S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE  
ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS  
MELO(OAB: 105466-A/MG)  
AGRAVADO(S) MARCELO OLIVEIRA DA SILVA  
Advogado DR. TATIANA ENDRES GARCIA(OAB:  
61420-A/RS)  
Advogado DR. ALEXANDRE HENDLER  
HENDLER(OAB: 59891-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- MARCELO OLIVEIRA DA SILVA

**Processo Nº Ag-RRAg-0000467-48.2020.5.19.0058**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL ALAGOAS  
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Advogado DR. JOSÉ RUBEM ÂNGELO(OAB:  
3303/AL)  
Advogado DR. EDUARDO LYCURGO  
LEITE(OAB: 12307/DF)  
Advogado DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB:  
16372/DF)  
AGRAVADO(S) SAMUEL CICERO DE SANTANA  
Advogado DR. FERNANDO DE OLIVEIRA  
SOUZA(OAB: 247435-A/SP)  
AGRAVADO(S) CENTRAIS ELÉTRICAS  
BRASILEIRAS SA ELETROBRAS  
Advogado DR. TIAGO RODRIGUES LEÃO DE  
CARVALHO GAMA(OAB: 7539-A/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA ELETROBRAS
- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- SAMUEL CICERO DE SANTANA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000474-78.2016.5.21.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. DÉBORA DE ALMEIDA  
BULHÕES NEGREIROS(OAB:  
7429/RN)  
AGRAVADO(S) DARCIO ITALO CAZUMBA  
Advogada DRA. ANDRÉIA ARAÚJO  
MUNEMASSA(OAB: 491-A/RN)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DARCIO ITALO CAZUMBA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº Ag-AIRR-0000475-65.2012.5.05.0132**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) SAUIPE S.A.  
Advogado DR. ROBERTO DÓREA  
PESSOA(OAB: 12407-A/BA)

Advogada DRA. JULIANE DIAS FACÓ(OAB: 30545-A/BA)  
AGRAVADO(S) REINALDO BORGES DE ALMEIDA  
Advogado DR. LUIZ EDUARDO SOUZA LOBO(OAB: 28216-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- REINALDO BORGES DE ALMEIDA
- SAUIPE S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000477-74.2021.5.05.0017**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. ANA ANGÉLICA DOS SANTOS(OAB: 13175-A/BA)  
AGRAVADO(S) VALQUIRIA OLIVEIRA DOS SANTOS  
Advogado DR. ALLAN HABIB TEIXEIRA(OAB: 19452-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- VALQUIRIA OLIVEIRA DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000484-11.2022.5.17.0013**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308/PR)  
Advogado DR. BRUNO ROBERTO VOSGERAU(OAB: 61051-D/PR)  
AGRAVADO(S) RONALDO ALMEIDA DE ARAUJO  
Advogado DR. RAMIRIS PIANA KEFLER(OAB: 33128-A/ES)  
Advogado DR. FELIPE ALMEIDA DE OLIVEIRA(OAB: 33142-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RONALDO ALMEIDA DE ARAUJO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000494-21.2019.5.05.0037**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MAGAZINE LUIZA S.A.  
Advogado DR. MARCOS ANDRE PERES DE OLIVEIRA(OAB: 3246-A/SE)  
AGRAVADO(S) NATALI FERREIRA COSTA DE FREITAS  
Advogado DR. DIOGO OLIMPIO LIBORIO GOMES MARTINS(OAB: 28154-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MAGAZINE LUIZA S.A.
- NATALI FERREIRA COSTA DE FREITAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000494-87.2022.5.13.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) SEB SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO LTDA

Advogado DR. VALTON DORIA PESSOA(OAB: 11893-D/BA)  
Advogado DR. GUSTAVO OLIVEIRA GALVÃO(OAB: 21121/BA)  
AGRAVADO(S) SERGIO AUGUSTO MELO COUTINHO  
Advogada DRA. CARLA EMILLY GREGÓRIO DANTAS(OAB: 16187-A/PB)  
Advogado DR. KAIO CESAR ALVES CORDEIRO(OAB: 16959-A/PB)  
Advogado DR. JOSE AVENZOAR ARRUDA DAS NEVES(OAB: 16052-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SEB SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO LTDA
- SERGIO AUGUSTO MELO COUTINHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000498-68.2017.5.05.0121**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Procurador DR. ADRIANO OLIVEIRA PESSOA  
AGRAVADO(S) GEISE GOMES DOS SANTOS  
Advogado DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB: 659-B/BA)  
Advogada DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685-B/BA)  
AGRAVADO(S) HD MONTAGENS ELETRÔNICAS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA BAHIA
- GEISE GOMES DOS SANTOS
- HD MONTAGENS ELETRÔNICAS EIRELI

**Processo Nº Ag-RR-0000500-23.2021.5.17.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado DR. RODOLFO PRANDI CAMPAGNARO(OAB: 12045-A/ES)  
Advogado DR. HUGHES COELHO DA SILVA(OAB: 17313-A/ES)  
AGRAVADO(S) CLAUDIA EMILIA LOBATO PEDROSA  
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)  
Advogado DR. MARCÍLIO TAVARES DE ALBUQUERQUE FILHO(OAB: 17407-S/ES)  
Advogado DR. FABIOLA CARVALHO FERREIRA BORGES(OAB: 17591-A/ES)  
Advogado DR. PALOMA VALLORY PEREZ(OAB: 22673-A/ES)  
Advogado DR. ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: 17590-S/ES)  
Advogado DR. CAIO DE FREITAS VAIRO(OAB: 17867-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- CLAUDIA EMILIA LOBATO PEDROSA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000504-54.2020.5.05.0191**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Advogado DR. GUSTAVO MAZZEI PEREIRA(OAB: 17397-A/BA)

Advogado DR. ANTÔNIO LUIZ CALMON NAVARRO TEIXEIRA DA SILVA FILHO(OAB: 14589-A/BA)

AGRAVADO(S) IRANICE DE JESUS SANTOS

Advogado DR. PEDRO MASCARENHAS LIMA JÚNIOR(OAB: 10415-A/BA)

Advogado DR. PEDRO MASCARENHAS LIMA NETO(OAB: 44873-A/BA)

AGRAVADO(S) COOFSÁUDE COOPERATIVA DE TRABALHO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COOFSÁUDE COOPERATIVA DE TRABALHO
- IRANICE DE JESUS SANTOS
- MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000511-62.2020.5.05.0121**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659-A/BA)

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PREDIGAS ENGENHARIA EIRELI

Advogado DR. RAFAEL ALFREDI DE MATOS(OAB: 23793/BA)

AGRAVADO(S) LEANDRO BARBOSA DE SOUZA

Advogado DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB: 659-B/BA)

Advogada DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685-B/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LEANDRO BARBOSA DE SOUZA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PREDIGAS ENGENHARIA EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0000512-92.2017.5.20.0005**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MARCIANO BATISTA PAZ

Advogado DR. BRUNO VALTER SANTOS ARAUJO(OAB: 33762-A/BA)

Advogado DR. DIEGO NERY CÂNDIDO(OAB: 58364-A/BA)

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogada DRA. ROSELINE RABELO DE JESUS MORAIS(OAB: 500-B/SE)

Advogado DR. JOÃO MARCUS SANTANA CAMPOS(OAB: 9733-A/SE)

AGRAVADO(S) VENTURA PETRÓLEO S.A.

Advogado DR. DANIEL MOUFFRON MORAES DE SOUZA(OAB: 169936-A/RJ)

Advogado DR. VIVIANE MARIA COSTA DA SILVA(OAB: 168296-A/RJ)

Advogado DR. SONIA MARIA ALVES COSTEIRA(OAB: 47660-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCIANO BATISTA PAZ
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VENTURA PETRÓLEO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000513-77.2012.5.05.0132**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) MONTEC MONTAGEM TÉCNICA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA

Advogado DR. ALEXANDRE AZEVEDO BULLOS(OAB: 15645/BA)

Advogada DRA. MARINA GOMES MATTOS(OAB: 29413-D/BA)

AGRAVADO(S) LUIZ MARCIO DE CARVALHO SEABRA

Advogado DR. HENRIQUE DA ANUNCIACÃO VALOIS(OAB: 29615-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUIZ MARCIO DE CARVALHO SEABRA
- MONTEC MONTAGEM TECNICA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000515-81.2020.5.05.0612**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) FUNDACAO JOSE SILVEIRA

Advogado DR. HARRISON FERREIRA LEITE(OAB: 17719-A/BA)

AGRAVADO(S) RITA DE CASSIA APARECIDA DO NASCIMENTO

Advogado DR. JEFERSON GOMES PIRES(OAB: 49586-A/BA)

Advogada DRA. ITALANA GABRIELA SILVA MACEDO(OAB: 58086-A/BA)

AGRAVADO(S) ESTADO DA BAHIA

Procurador DR. CARLOS ANDRÉ NEVES ALVES

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA BAHIA
- FUNDACAO JOSE SILVEIRA
- RITA DE CASSIA APARECIDA DO NASCIMENTO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000516-65.2021.5.17.0008**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA.

Advogada DRA. MARIANA CERDEIRA OLIVEIRA(OAB: 15067-A/ES)

Advogado DR. ENRICO SANTOS CORREA(OAB: 9210-A/ES)

AGRAVADO(S) ALEXSANDRE NUNES MURILHO

Advogado DR. BRUNNO TOSE(OAB: 19509-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXSANDRE NUNES MURILHO
- TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000542-40.2022.5.13.0008**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

Advogada DRA. MARA LÚCIA VILELA NOVAIS FERNANDES(OAB: 15325-B/PB)

AGRAVADO(S) LEYRSON JOSE DA SILVA



Advogado DR. HUGO GUIMARAES GOMES  
SILVA(OAB: 18955-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- LEYRSON JOSE DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000547-82.2022.5.20.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)  
AGRAVADO(S) MARIA BRUNA FARIAS VIEIRA  
Advogado DR. IGOR DANTAS MARINHO(OAB: 10283-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
- MARIA BRUNA FARIAS VIEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000550-66.2021.5.17.0161**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308/PR)  
Advogado DR. BRUNO ROBERTO VOSGERAU(OAB: 61051-D/PR)  
AGRAVADO(S) RAFAELLA VENTURINI BUFFON E OUTRA  
Advogado DR. ALMIR ANTÔNIO DA SILVEIRA JÚNIOR(OAB: 16202-A/ES)  
Advogado DR. BRUNO DE SOUZA ZAGO(OAB: 13316-A/ES)  
Advogado DR. RENATA DE SOUZA ZAGO MORAES DE JESUS(OAB: 26524-A/ES)  
AGRAVADO(S) ALLCONTROL ENGENHARIA EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Advogada DRA. FABIANA DINIZ ALVES(OAB: 98771-A/MG)  
Advogado DR. RAFAEL DE LACERDA CAMPOS(OAB: 74828/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALLCONTROL ENGENHARIA EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- RAFAELLA VENTURINI BUFFON E OUTRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000555-29.2022.5.08.0121**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EUGENIO MARCIO CARVALO MONTEIRO  
Advogado DR. HUGO MARQUES NOGUEIRA(OAB: 8478-A/PA)  
Advogado DR. MÍLTON MARTINS DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 9266-A/PA)  
Advogada DRA. SOLIMAR MACHADO CORRÊA(OAB: 14428-A/PA)  
AGRAVADO(S) UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.

Advogado DR. RAFAEL ALFREDI DE MATOS(OAB: 23793/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EUGENIO MARCIO CARVALO MONTEIRO  
- UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000561-43.2020.5.08.0206**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FENIX LTDA  
Advogado DR. ALEXANDRE DUARTE DE LIMA(OAB: 1377-A/AP)  
AGRAVADO(S) LUIS JOSE PAULA BARBOSA  
Advogado DR. RAIMUNDO CÉSAR RIBEIRO CALDAS(OAB: 886-B/AP)  
Advogado DR. BRUNO CESAR PINTO CALDAS(OAB: 2461-A/AP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FENIX LTDA  
- LUIS JOSE PAULA BARBOSA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000567-56.2021.5.11.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)  
Advogado DR. LEANDRO ALVES GUIMARÃES(OAB: 49112-A/GO)  
Advogado DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391-A/RO)  
Advogado DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264/RO)  
AGRAVADO(S) DEBORA LUNIERES CABRAL  
Advogada DRA. ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL(OAB: 3701-A/AM)  
AGRAVADO(S) G & C MANUTENCAO E SERVICOS LTDA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEBORA LUNIERES CABRAL  
- G & C MANUTENCAO E SERVICOS LTDA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000594-66.2019.5.05.0492**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Procurador DR. LURI RIBEIRO GONÇALVES  
AGRAVADO(S) IRAMAR DOS SANTOS DE LISBOA  
Advogado DR. BRUNO DUARTE SANTANA(OAB: 53876-A/BA)  
AGRAVADO(S) SOLIDA COMERCIO E SERVICOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA BAHIA  
- IRAMAR DOS SANTOS DE LISBOA  
- SOLIDA COMERCIO E SERVICOS EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0000598-12.2021.5.09.0011**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) ESPÓLIO DE ANTONIO BALUTA

Advogado DR. MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA(OAB: 27184-A/PR)

Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)

AGRAVADO(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509/PR)

Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESPÓLIO DE ANTONIO BALUTA
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0000609-52.2014.5.10.0013**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA

Advogada DRA. PAULA CANHEDO AZEVEDO(OAB: 21514-A/DF)

Advogado DR. SAMMARA REGINA MARQUES BARREIRO(OAB: 45185-A/DF)

AGRAVADO(S) EDSON MENDES DA ROCHA

Advogada DRA. RITA HELENA PEREIRA PINTO(OAB: 7284/DF)

Advogada DRA. RENATA BRAGA DE MELO(OAB: 39486/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDSON MENDES DA ROCHA
- VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000609-60.2022.5.13.0022**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608-A/SP)

AGRAVADO(S) MAYSA MATOS DA SILVA SOUZA

Advogado DR. MELCHISEDECH VASCONCELOS DE MOURA(OAB: 22140-B/PB)

AGRAVADO(S) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850-D/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MAYSA MATOS DA SILVA SOUZA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000620-56.2017.5.05.0291**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada DRA. JANETE MEIRA GOMES(OAB: 18544/BA)

AGRAVADO(S) ELIANE LINO DE SOUZA

Advogada DRA. FERNANDA GABRIELA RISÉRIO BRITO(OAB: 23358/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ELIANE LINO DE SOUZA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000620-13.2019.5.05.0024**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO JOSE SILVEIRA

Advogado DR. HARRISON FERREIRA LEITE(OAB: 17719-A/BA)

AGRAVADO(S) JAMILE OLIVEIRA SILVA

Advogado DR. ELI FRANCISCO ALVES(OAB: 55371-A/BA)

Advogado DR. ALEXANDRO MACHADO OLIVEIRA(OAB: 44673-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO JOSE SILVEIRA
- JAMILE OLIVEIRA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000645-29.2015.5.05.0133**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogado DR. LUIS HENRIQUE MAIA MENDONÇA(OAB: 14758-A/BA)

AGRAVADO(S) REGINALDO VASCONCELOS CAMPOS

Advogado DR. FRANCISCO LACERDA BRITO(OAB: 14137-A/BA)

Advogado DR. LEON ANGELO MATTEI(OAB: 14332-A/BA)

Advogado DR. CLERISTON PITON BULHÕES(OAB: 17034-A/BA)

Advogado DR. MARCIO VITA DO EIRADO SILVA(OAB: 29576-A/BA)

Advogada DRA. MARIANA DE CARVALHO MELO(OAB: 55226-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- REGINALDO VASCONCELOS CAMPOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000645-59.2021.5.08.0125**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) BRASIL BIO FUELS REFLORESTAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)

Advogado DR. EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL(OAB: 13179/PA)

AGRAVADO(S) JOILSON MACHADO DA SILVA

Advogado DR. JESSÉ LIMA(OAB: 23691-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRASIL BIO FUELS REFLORESTAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
- JOILSON MACHADO DA SILVA



**Processo Nº Ag-AIRR-0000646-84.2021.5.23.0106**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CURTUME JANGADAS S.A.  
Advogado DR. EDUARDO FARIA(OAB: 4318-B/MT)  
AGRAVADO(S) MARCIO JOEL ALVES MARTINS  
Advogado DR. LINDOLFO MACEDO DE CASTRO(OAB: 7174-O/MT)  
Advogado DR. JULIANA MACEDO FOLES(OAB: 23173-A/MT)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CURTUME JANGADAS S.A.
- MARCIO JOEL ALVES MARTINS

**Processo Nº Ag-RRAg-0000655-95.2019.5.09.0303**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR  
Advogada DRA. RUBIA MARA CAMANA(OAB: 33897-A/PR)  
AGRAVADO(S) ROMILSON GONCALVES  
Advogado DR. ROGER LUIZ MACIEL(OAB: 47207/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- ROMILSON GONCALVES

**Processo Nº Ag-AIRR-0000660-55.2019.5.05.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LEAL(OAB: 24484-A/BA)  
AGRAVADO(S) EDSON BRITO DOS SANTOS FILHO  
Advogado DR. CEZAR DE SOUZA BASTOS(OAB: 9946-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDSON BRITO DOS SANTOS FILHO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº Ag-AIRR-0000664-62.2017.5.09.0130**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) CARMINO RUSSO NETO  
Advogado DR. ANTONIO NEIVA DE MACEDO NETO(OAB: 55082-A/PR)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) MARCOPOLLO S.A.  
Advogado DR. VOLMIR ANDRÉ PAZA(OAB: 45534-A/RS)  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado DR. MANUEL ANTÔNIO TEIXEIRA NETO(OAB: 29032/PR)  
Advogado DR. BRUNO ELMER FINATTI(OAB: 49673-A/PR)  
AGRAVADO(S) ARTECOLA QUÍMICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. CLÓVIS COIMBRA CHARÃO FILHO(OAB: 76310/RS)  
AGRAVADO(S) GATRON INOVAÇÃO EM COMPÓSITOS S.A. E OUTROS  
Advogado DR. ALYSSON ANDRÉ DONANSKI(OAB: 78542/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARTECOLA QUÍMICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- CARMINO RUSSO NETO
- GATRON INOVAÇÃO EM COMPÓSITOS S.A. E OUTROS
- MARCOPOLLO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000673-24.2022.5.13.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.  
Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608-A/SP)  
AGRAVADO(S) JO ALISSON RODRIGUES DE LIMA  
Advogada DRA. KELVENNY ABRANTES DA SILVA(OAB: 23919-A/PB)  
AGRAVADO(S) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JO ALISSON RODRIGUES DE LIMA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000692-67.2020.5.10.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MOISES DE MEDEIROS GUIMARAES  
Advogado DR. RÉGIS CAJATY BARBOSA BRAGA(OAB: 11056/DF)  
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ  
Advogada DRA. LÍVIA HOLANDA RÉGIS LIMA(OAB: 52031/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ
- MOISES DE MEDEIROS GUIMARAES

**Processo Nº Ag-AIRR-0000694-79.2019.5.05.0020**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. FERNANDA MASCARENHAS DE SOUSA DOS SANTOS OLIVEIRA(OAB: 17107-A/BA)  
AGRAVADO(S) PRODUSERV SERVIÇOS - EIRELI  
Advogada DRA. JOSIANE DALLA COSTA(OAB: 31556-A/PR)  
AGRAVADO(S) ELIANA DE JESUS ALVES  
Advogado DR. ROSEMEIRE MELO BRITO(OAB: 44626-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIANA DE JESUS ALVES  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT  
- PRODUSERV SERVIÇOS - EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0000695-67.2021.5.08.0131**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MATEUS SUPERMERCADOS S.A.  
Advogada DRA. BEATRIZ DEL VALLE ECEIZA  
NUNES(OAB: 2697/MA)  
Advogado DR. MOACIR MACHADO  
RODRIGUES(OAB: 15919-A/MA)  
Advogado DR. SAMIA JAMILLA CATARINO  
CORREA(OAB: 21036-A/MA)  
Advogado DR. MARYANNE DE BRITO  
PINTO(OAB: 19677-A/MA)  
AGRAVADO(S) JUCELINO MIRANDA CAMPOS  
Advogada DRA. CRISTIANE SAMPAIO  
BARBOSA SILVA(OAB: 11499-A/PA)  
Advogado DR. RÔMULO OLIVEIRA DA  
SILVA(OAB: 10801-A/PA)  
Advogado DR. GILVAN BARATA DE  
SOUSA(OAB: 16797-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JUCELINO MIRANDA CAMPOS  
- MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

**Processo Nº Ag-RR-0000708-69.2020.5.20.0001**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO ESTADO DE SERGIPE  
S.A.  
Advogado DR. SÉRGIO LUÍS PORTO(OAB:  
253032-A/SP)  
AGRAVADO(S) ROSANGELA DE JESUS SANTOS  
Advogado DR. THIAGO D'ÁVILA MELO  
FERNANDES(OAB: 155-B/SE)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM  
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS  
NO ESTADO DE SERGIPE  
Advogado DR. THIAGO D'ÁVILA MELO  
FERNANDES(OAB: 155-B/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.  
- ROSANGELA DE JESUS SANTOS  
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS  
BANCÁRIOS NO ESTADO DE SERGIPE

**Processo Nº Ag-AIRR-0000714-81.2011.5.05.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE  
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE  
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-  
A/BA)  
AGRAVADO(S) PAULO DE MEDEIROS  
Advogado DR. RUBENS MÁRIO DE MACÊDO  
FILHO(OAB: 7940-A/BA)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogada DRA. FABIANA GALDINO  
COTIAS(OAB: 22164-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -  
PETROS  
- PAULO DE MEDEIROS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000724-27.2018.5.05.0222**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA  
NETO(OAB: 15659-D/BA)  
AGRAVADO(S) ADAILTON DOS SANTOS DIAS  
Advogado DR. FRANCISCO LACERDA  
BRITO(OAB: 14137-A/BA)  
Advogado DR. LEON ANGELO MATTEI(OAB:  
14332-A/BA)  
Advogado DR. CLERISTON PITON  
BULHÕES(OAB: 17034-A/BA)  
Advogado DR. MARIANA DE ASSIS  
FIGUEIREDO(OAB: 26983-A/BA)  
Advogado DR. MARCIO VITA DO EIRADO  
SILVA(OAB: 29576-A/BA)  
Advogado DR. HUGO SOUZA  
VASCONCELOS(OAB: 21453-A/BA)  
Advogado DR. RICARDO LUIZ SERRA SILVA  
JÚNIOR(OAB: 29688-A/BA)  
Advogado DR. SILAS OLIVEIRA DE LIMA(OAB:  
35862-A/BA)  
Advogada DRA. TAÍSE MACÊDO REIS(OAB:  
36280-A/BA)  
Advogado DR. GABRIEL DA SILVA  
CORDEIRO(OAB: 70615-A/BA)  
AGRAVADO(S) PSG DO BRASIL LTDA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADAILTON DOS SANTOS DIAS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- PSG DO BRASIL LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000727-27.2021.5.13.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) HOSPITAL SAMARITANO LTDA  
Advogado DR. JOSÉ MÁRIO PORTO  
JÚNIOR(OAB: 3045-A/PB)  
Advogado DR. BARBARA CAMPOS  
PORTO(OAB: 19600-A/PB)  
AGRAVADO(S) ANDRE GUSTAVO SILVA ALVES  
Advogado DR. GILVANDRO CARREIRA DE  
ALMEIDA NETO(OAB: 18114-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE GUSTAVO SILVA ALVES  
- HOSPITAL SAMARITANO LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000728-93.2018.5.13.0011**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) LUIZ A. MAGRI & MAGRI LTDA. - ME  
E OUTRA  
Advogado DR. CARLOS ADALBERTO  
RODRIGUES(OAB: 106374-A/SP)  
AGRAVADO(S) BENTO GENESIO PEREIRA  
Advogado DR. VITAL BEZERRA LOPES(OAB:  
7246-A/PB)

Advogado DR. SIVONALDO DE OLIVEIRA  
RAMOS JÚNIOR(OAB: 22143-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BENTO GENESIO PEREIRA
- LUIZ A. MAGRI & MAGRI LTDA. - ME E OUTRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000744-74.2018.5.05.0462**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Advogado DR. OSMAN TADEU DE ALMEIDA  
BAGDEDE(OAB: 9973/BA)  
AGRAVADO(S) MARIA LUCIA PAVIE BELTRAO DA  
ROCHA  
Advogado DR. CARLOS ANTÔNIO DE  
SOUSA(OAB: 7392-A/BA)  
AGRAVADO(S) SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS E  
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.  
Advogado DR. ELISSANDRA LOPES DO  
ROSÁRIO SILVA(OAB: 29171-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA BAHIA
- MARIA LUCIA PAVIE BELTRAO DA ROCHA
- SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000781-52.2019.5.12.0016**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) POLIMIX CONCRETO LTDA  
Advogado DR. ADILSON DE CASTRO  
JÚNIOR(OAB: 18435-B/PR)  
AGRAVADO(S) JOHNNATAN CHRISTIAN KRAUSE  
Advogado DR. NEAL ADAMS SCHNEIDER(OAB:  
28632-B/SC)  
Advogado DR. MARCO EDUARDO HOPPE(OAB:  
29536-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOHNNATAN CHRISTIAN KRAUSE
- POLIMIX CONCRETO LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000786-96.2021.5.10.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) LIGIA HELENA DE OLIVEIRA  
MARTEL  
Advogado DR. LUANY TEIXEIRA MOTA(OAB:  
46817-A/DF)  
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. ANTONIO LUIS DA SILVA(OAB:  
11616-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT
- LIGIA HELENA DE OLIVEIRA MARTEL

**Processo Nº Ag-AIRR-0000789-11.2020.5.09.0652**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) ASSOCIACAO DOS PROFISSIONAIS  
DOS CORREIOS

Advogado DR. DIEGO MACIEL BRITTO  
ARAGÃO(OAB: 32510-D/DF)  
Advogado DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO  
ARAGÃO(OAB: 1190/SE)  
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Advogado DR. FRANCISCO JONY BÓRIO DO  
AMARAL(OAB: 42971-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIACAO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000789-03.2021.5.10.0020**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340-A/DF)  
AGRAVADO(S) CONCEICAO FREIRES DO PRADO  
Advogado DR. JONAS DUARTE JOSÉ DA  
SILVA(OAB: 6083-A/DF)  
Advogado DR. WANDA MIRANDA SILVA(OAB:  
40291-A/DF)  
Advogado DR. HILTON BORGES DE  
OLIVEIRA(OAB: 10758-A/DF)  
Advogado DR. POLYANA DA SILVA  
SOUZA(OAB: 20650-A/DF)  
Advogado DR. JOMAR ALVES MORENO(OAB:  
5218-A/DF)  
Advogado DR. JUSCELINO DA SILVA COSTA  
JUNIOR(OAB: 34002-A/DF)  
Advogado DR. FARLE CARVALHO DE  
ARAUJO(OAB: 35665-A/DF)  
AGRAVADO(S) UTIL - ASSESSORIA E  
TERCEIRIZACAO DE LOCACAO DE  
MAO DE OBRA EIRELI  
Advogado DR. JULIANA FREITAS LANA(OAB:  
41615-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.
- CONCEICAO FREIRES DO PRADO
- UTIL - ASSESSORIA E TERCEIRIZACAO DE LOCACAO DE  
MAO DE OBRA EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0000796-93.2021.5.05.0194**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E  
SANEAMENTO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. ARIANA FREIRE PINHO(OAB:  
25923/BA)  
AGRAVADO(S) ARLETE DA SILVA LIMA  
Advogada DRA. SOLANGE IZABEL PACHECO  
MARTINS(OAB: 8145-A/BA)  
Advogado DR. BRUNO LUIZ PACHECO  
MARTINS(OAB: 23165-A/BA)  
AGRAVADO(S) MS CONSTRUÇÕES E  
SANEAMENTO LTDA.  
Advogado DR. PAULA CRISTIANE DE  
CASTRO(OAB: 37998-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARLETE DA SILVA LIMA
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.

- MS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000800-69.2021.5.14.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A  
Advogado DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696/PR)  
Advogado DR. ADRIAN MORENO(OAB: 33698-A/PR)  
AGRAVADO(S) JOSE HENRIQUE DE AZEVEDO  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO FERNANDES DE QUEIROZ(OAB: 6333-A/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A  
- JOSE HENRIQUE DE AZEVEDO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000807-45.2020.5.19.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CRISTIANE RODRIGUES DE BRITO  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA(OAB: 520-A/PE)  
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado DR. ANDRÉ FALCÃO DE MELO(OAB: 3548-A/AL)  
Advogado DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 176951-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
- CRISTIANE RODRIGUES DE BRITO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000811-54.2020.5.17.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) DACASA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)  
Advogado DR. CAIO HIPÓLITO PEREIRA(OAB: 172305-A/SP)  
AGRAVADO(S) BARBARA GONCALVES DOS SANTOS  
Advogada DRA. SAULA FELÍCIO GAMA(OAB: 17570-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BARBARA GONCALVES DOS SANTOS  
- DACASA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0000813-19.2020.5.09.0303**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CONSORCIO SORRISO  
Advogado DR. DIEGO FELIPE MUNOZ DONOSO(OAB: 21624-A/PR)  
AGRAVADO(S) GILDO BARQUEZ  
Advogado DR. MARLON JOSÉ DE OLIVEIRA(OAB: 16977-A/PR)

Advogado

DR. ENIO MACHADO(OAB: 86137-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSORCIO SORRISO  
- GILDO BARQUEZ

**Processo Nº Ag-AIRR-0000824-69.2021.5.11.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FCF LOGISTICA LTDA - EPP  
Advogado DR. PORFIRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117-A/AM)  
Advogada DRA. MARIA ISABEL GURGEL DO AMARAL PINTO(OAB: 14119-A/AM)  
AGRAVADO(S) EDNALDO NONATO ALVES FREITAS  
Advogado DR. JOAO FRANCISCO DE MIRANDA SOARES(OAB: 14342-A/AM)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDNALDO NONATO ALVES FREITAS  
- FCF LOGISTICA LTDA - EPP

**Processo Nº Ag-AIRR-0000844-07.2021.5.06.0103**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EXPRESSO VERA CRUZ LTDA  
Advogado DR. RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO(OAB: 14177-D/PE)  
AGRAVADO(S) CELIA REJANE DE LIMA SANTOS  
Advogado DR. SÍLVIO ROMERO PINTO RODRIGUES(OAB: 6518/PE)  
Advogada DRA. DANIELA SIQUEIRA VALADARES(OAB: 21290/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELIA REJANE DE LIMA SANTOS  
- EXPRESSO VERA CRUZ LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000851-74.2021.5.14.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A  
Advogado DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696/PR)  
AGRAVADO(S) LORIVALDO DE SOUZA  
Advogado DR. ELIELTON RAMOS DA SILVA(OAB: 9089-A/RO)  
Advogado DR. BARBARA MARTINS DOS SANTOS(OAB: 7475-A/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A  
- LORIVALDO DE SOUZA

**Processo Nº Ag-RR-0000863-38.2020.5.17.0007**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CHOCOLATES GAROTO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogado DR. STEPHAN EDUARD SCHNEEBELI(OAB: 4097-A/ES)



Advogado DR. DYNA HOFFMANN ASSI GUERRA(OAB: 8847-A/ES)  
AGRAVADO(S) FRANCIS RAYNIER BARRETO  
Advogada DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SARLO BORTOLINI CHAMOUN(OAB: 4770-A/ES)  
Advogado DR. ESDRAS ELIOENAI PEDRO PIRES(OAB: 14613-D/ES)  
Advogado DR. LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA(OAB: 6942/ES)  
Advogado DR. PAULO ROBERTO BUSSULAR(OAB: 6962-A/ES)  
Advogado DR. BERGT EVENARD ALVARENGA FARIAS(OAB: 9316-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CHOCOLATES GAROTO S.A.
- FRANCIS RAYNIER BARRETO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000881-47.2021.5.20.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) IREP - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.  
Advogado DR. DANIEL CIDRÃO FROTA(OAB: 19976-A/CE)  
Advogado DR. NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA(OAB: 15783-A/CE)  
AGRAVADO(S) FABIANA PEREIRA GUIMARAES BRITO  
Advogada DRA. MARIA DO CARMO DEDA CHAGAS DE MELO(OAB: 1970-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIANA PEREIRA GUIMARAES BRITO
- IREP - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.

**Processo Nº Ag-RR-0000918-41.2020.5.05.0421**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. ÉRICA FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 30348/BA)  
AGRAVADO(S) UILTON DE SOUZA SANTOS  
Advogado DR. MANUELA MEDAUAR REIS DE ANDRADE MOREIRA(OAB: 60276-A/BA)  
AGRAVADO(S) PROJECON-PROJETOS, REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
- PROJECON-PROJETOS, REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
- UILTON DE SOUZA SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000923-56.2017.5.05.0037**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) HEBERT ALVES DE QUEIROZ  
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO PINTO(OAB: 23754-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- HEBERT ALVES DE QUEIROZ

**Processo Nº Ag-AIRR-0000938-59.2018.5.13.0007**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) RODRIGUES & CIA LTDA.  
Advogado DR. DIEGO FERNANDES PEREIRA BENÍCIO(OAB: 18375-A/PB)  
AGRAVADO(S) HUGO JAPYASSU LEITAO  
Advogado DR. FLÁVIO CAVALCANTE DE LUNA JÚNIOR(OAB: 20144-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HUGO JAPYASSU LEITAO
- RODRIGUES & CIA LTDA.

**Processo Nº Ag-RR-0000958-81.2020.5.09.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) I MIRANDA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME  
Advogado DR. ANDRE DIAS ANDRADE(OAB: 37504-A/PR)  
AGRAVADO(S) ANDERSON LERI ALVES DE OLIVEIRA  
Advogado DR. ROBSON ZAVADNIK(OAB: 61927-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDERSON LERI ALVES DE OLIVEIRA
- I MIRANDA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME

**Processo Nº Ag-RR-0000966-07.2019.5.09.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. GISLENE MARIELE NEGRISOLI(OAB: 37539-A/PR)  
Advogada DRA. DÉBORA RAMOS LARSEN(OAB: 63231/PR)  
Advogada DRA. IZABEL CRISTINA CASASANTA FIRMINO ODPES(OAB: 100652-A/PR)  
AGRAVADO(S) ANACLETO KONS  
Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)  
Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820-A/PR)  
Advogado DR. RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166-A/PR)  
Advogado DR. RICARDO NUNES DE MENDONCA(OAB: 35460-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANACLETO KONS
- BANCO DO BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0001000-54.2021.5.22.0004**

Complemento Plenário Virtual



Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES(OAB: 15553/DF)  
Advogada DRA. ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107-A/PE)  
AGRAVADO(S) LARISSA VAZ CARVALHO ARAUJO  
Advogado DR. EDUARDO FONTENELE MOTA(OAB: 19970-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LARISSA VAZ CARVALHO ARAUJO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001006-38.2020.5.12.0016**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MARIA DOS SANTOS PINTO  
Advogado DR. EVERTON LUIS DE AGUIAR(OAB: 14319-A/SC)  
Advogado DR. EDSON CARLOS NEVES NOGUEIRA(OAB: 14323-A/SC)  
Advogado DR. MARCOS VALERIO FORNER(OAB: 14317-A/SC)  
AGRAVADO(S) ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE  
Advogada DRA. AKIRA VALÉSKA FABRIN(OAB: 10636-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE
- MARIA DOS SANTOS PINTO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001013-38.2019.5.09.0084**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALCIONY REGINA HERDERICO  
Advogado DR. VALDYR ARNALDO LESSNAU PERRINI(OAB: 14015-A/PR)  
AGRAVADO(S) ASSENAR - ENSINO DE ARAUCÁRIA LTDA.  
Advogado DR. RENATO OLIVEIRA DE AZEVEDO(OAB: 22971-D/PR)  
AGRAVADO(S) ORGANIZACAO EDUCACIONAL ARAUCARIA LTDA - ME  
Advogado DR. AMAZONAS FRANCISCO DO AMARAL(OAB: 10879-A/PR)  
Advogado DR. MURILO FRANCISCO DO AMARAL(OAB: 42090-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALCIONY REGINA HERDERICO
- ASSENAR - ENSINO DE ARAUCÁRIA LTDA.
- ORGANIZACAO EDUCACIONAL ARAUCARIA LTDA - ME

**Processo Nº Ag-AIRR-0001020-03.2020.5.06.0141**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EXPRESSO VERA CRUZ LTDA  
Advogado DR. RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO(OAB: 14177-D/PE)  
AGRAVADO(S) EDSON ALVES DA COSTA  
Advogado DR. MARIA FERNANDA FREITAS CAVALCANTI(OAB: 11281-A/PE)

Advogado DR. ADÃO BARNABÉ DOS SANTOS CAVALCANTI FILHO(OAB: 31523-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDSON ALVES DA COSTA
- EXPRESSO VERA CRUZ LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001034-22.2018.5.09.0513**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO  
Advogado DR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO(OAB: 1681-A/DF)  
Advogado DR. ROBERTO CEZAR VAZ DA SILVA(OAB: 37186-A/PR)  
Advogado DR. BRUNO MARRACH MEROTTI(OAB: 100011-A/PR)  
Advogada DRA. ROBERTA BARACAT DE GRANDE(OAB: 54282-A/PR)  
Advogado DR. GERALDO ROBERTO CORREA VAZ DA SILVA(OAB: 5750-A/PR)  
Advogado DR. ANDRÉ CÉZAR VAZ DA SILVA(OAB: 39181-A/PR)  
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001059-28.2017.5.05.0013**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PLATAFORMA TRANSPORTES SPE S/A E OUTROS  
Advogado DR. JOSAPHAT MARINHO MENDONÇA(OAB: 18518/BA)  
AGRAVADO(S) CLEITON SANTIAGO DE ALCANTARA  
Advogado DR. PAULO DONISETE PITARELLI(OAB: 14619-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLEITON SANTIAGO DE ALCANTARA
- PLATAFORMA TRANSPORTES SPE S/A E OUTROS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001063-36.2011.5.02.0053**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) NELSON CSIPAI  
Advogado DR. NILSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO(OAB: 110859-A/SP)  
AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE LUCIANO RIBEIRO PINTO E OUTRAS  
Advogado DR. DANIEL GONÇALVES ORTEGA(OAB: 262800-A/SP)  
Advogado DR. JUAREZ FLORENTINO DA SILVA(OAB: 394403-A/SP)  
AGRAVADO(S) HIPERION LOGISTICA LTDA

Advogado DR. DANIELA KELLY MATEUS  
DUARTE SILVA(OAB: 280275-A/SP)

AGRAVADO(S) SJT INVESTIMENTOS & SERVICOS  
LTDA

Advogado DR. RODRIGO DE BARROS  
VEDANA(OAB: 160341/SP)

AGRAVADO(S) EDSON GONCALVES

AGRAVADO(S) DOUBER CARDOSO

AGRAVADO(S) LUIZ CESAR LOPES DA CRUZ

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DOUBER CARDOSO
- EDSON GONCALVES
- ESPÓLIO DE LUCIANO RIBEIRO PINTO E OUTRAS
- HIPERION LOGISTICA LTDA
- LUIZ CESAR LOPES DA CRUZ
- NELSON CSIPAI
- SJT INVESTIMENTOS & SERVICOS LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001067-62.2014.5.09.0671**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO  
PARANÁ - SANEPAR

Advogado DR. FERNANDO  
BLASZKOWSKI(OAB: 32738-A/PR)

Advogado DR. JOÃO PAULO DE PAULA  
KIRSCH(OAB: 47799-A/PR)

AGRAVADO(S) ESTANISLAU GOMES PINHEIRO

Advogado DR. RICARDO MUSSI PEREIRA  
PAIVA(OAB: 28733-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- ESTANISLAU GOMES PINHEIRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001068-30.2019.5.05.0462**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO

AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340-A/DF)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS BANCARIOS DE  
ITABUNA E REGIAO

Advogado DR. JOSÉ EYMARD  
LOGUERCIO(OAB: 1441/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS BANCARIOS DE ITABUNA E REGIAO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001073-38.2020.5.17.0121**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA

AGRAVANTE(S) GIORDANO PAOLO FREITAS SALA

Advogado DR. ELIAS MELOTTI JÚNIOR(OAB:  
8692-A/ES)

AGRAVADO(S) ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-  
OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO  
AVULSO

Advogada DRA. NATHÁLIA NEVES  
BURIAN(OAB: 9243/ES)

Advogado DR. JULIEANNE MARQUES DOS  
SANTOS CERCHI(OAB: 27059-A/ES)

AGRAVADO(S) PORTOCEL - TERMINAL  
ESPECIALIZADO DE BARRA DO  
RIACHO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO  
MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE  
OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Advogado DR. LUCIANO KELLY DO  
NASCIMENTO(OAB: 5205/ES)

Advogada DRA. NATÁLIA CID GÓES(OAB:  
18600-D/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GIORDANO PAOLO FREITAS SALA
- PORTOCEL - TERMINAL ESPECIALIZADO DE BARRA DO  
RIACHO S.A.
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO  
PORTUÁRIO AVULSO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001076-92.2021.5.17.0012**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA

AGRAVANTE(S) JURANDIR ROSA PEREIRA

Advogado DR. OLDER VASCO DALBEM DE  
OLIVEIRA(OAB: 10321-A/ES)

AGRAVADO(S) ARCELORMITTAL BRASIL S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340/DF)

Advogado DR. STEPHAN EDUARD  
SCHNEEBELI(OAB: 4097-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
- JURANDIR ROSA PEREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001084-28.2019.5.06.0018**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO

AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE  
OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E  
CULTURA

Advogada DRA. GABRIELA VITORIANO  
ROÇADAS PEREIRA(OAB: 85760/RJ)

Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA  
SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)

AGRAVADO(S) RAMIRO GUEIROS NABIA

Advogado DR. ALAN KARDEC ALVES DA  
SILVA(OAB: 16727-D/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E  
CULTURA
- RAMIRO GUEIROS NABIA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001094-05.2019.5.06.0008**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO

AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE  
OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E  
CULTURA

Advogada DRA. GABRIELA VITORIANO  
ROÇADAS PEREIRA(OAB: 85760/RJ)

Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA  
SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)

AGRAVADO(S) ANA PATRICIA BASTOS FERREIRA

Advogado DR. ALAN KARDEC ALVES DA  
SILVA(OAB: 16727-D/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA PATRICIA BASTOS FERREIRA  
- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001102-04.2021.5.14.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A  
Advogado DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696/PR)  
AGRAVADO(S) WESLEY FERREIRA DE MELO  
Advogado DR. CAIO SERGIO CAMPOS MACIEL(OAB: 5878-A/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A  
- WESLEY FERREIRA DE MELO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001113-21.2019.5.17.0132**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE MARATAIZES  
Procurador DR. LEANDRO SÁ FORTES  
Procuradora DRA. CYNTHIA DAMASCENO PETERLE  
AGRAVADO(S) JEFERSON DA SILVA TAVORA  
Advogado DR. MAIRA LUIZA DOS SANTOS(OAB: 21348-A/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JEFERSON DA SILVA TAVORA  
- MUNICIPIO DE MARATAIZES

**Processo Nº Ag-AIRR-0001120-34.2018.5.06.0009**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EXPRESSO VERA CRUZ LTDA  
Advogado DR. RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO(OAB: 14177-D/PE)  
AGRAVADO(S) SANDRA GEORGINA REIS DA SILVA  
Advogado DR. OSVALDO JOSÉ DOS SANTOS(OAB: 17637-A/PE)  
Advogado DR. LEONARDO GOMES DA LUZ(OAB: 12794-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EXPRESSO VERA CRUZ LTDA  
- SANDRA GEORGINA REIS DA SILVA

**Processo Nº Ag-RR-0001180-29.2017.5.05.0022**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogada DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164-A/BA)  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20015/DF)  
AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE RODNEA CAL LUCCHESI  
Advogado DR. FRANCISCO LACERDA BRITO(OAB: 14137-A/BA)

Advogado DR. LEON ANGELO MATTEI(OAB: 14332-A/BA)  
Advogado DR. CLERISTON PITON BULHÕES(OAB: 17034-A/BA)  
Advogado DR. SILAS OLIVEIRA DE LIMA(OAB: 35862/BA)  
Advogado DR. MARCIO VITA DO EIRADO SILVA(OAB: 29576-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESPÓLIO DE RODNEA CAL LUCCHESI  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001189-66.2015.5.09.0016**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) TRANSPORTE COLETIVO GLORIA LTDA  
Advogado DR. ANDRÉA CARLA ALVARENGA DE LIMA(OAB: 20298-A/PR)  
Advogado DR. LUIS ALBERTO GONCALVES GOMES COELHO(OAB: 36491-A/PR)  
AGRAVADO(S) HERMES DOS SANTOS  
Advogado DR. DANIEL ANDRADE CORDEIRO(OAB: 67238-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HERMES DOS SANTOS  
- TRANSPORTE COLETIVO GLORIA LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001219-73.2014.5.05.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CRBS S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogado DR. NILTON SIMÕES CARDOSO(OAB: 28972-A/BA)  
Advogada DRA. GEISY FIEDRA RIOS PINHEIRO DE ALMEIDA(OAB: 13008-A/BA)  
AGRAVADO(S) AILSON SOARES SANTOS  
Advogado DR. BENEDITO GOMES MONTAL NETO(OAB: 12701-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AILSON SOARES SANTOS  
- CRBS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0001235-48.2021.5.07.0033**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS  
Advogado DR. GLADSON WESLEY MOTA PEREIRA(OAB: 10587/CE)  
AGRAVADO(S) FRANCISCO WELLINGTON PEREIRA VIANA  
Advogado DR. LIVIA FRANÇA FARIAS(OAB: 20084-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO WELLINGTON PEREIRA VIANA  
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001260-66.2018.5.10.0006**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ROSA MIRIAM DE VASCONCELOS  
Advogado DR. LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO(OAB: 750-A/DF)  
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
Advogado DR. PEDRO ANISIO DE CAMARGO ALVES(OAB: 19732-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
- ROSA MIRIAM DE VASCONCELOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001266-44.2015.5.09.0673**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CONSTRUTORA TRIUNFO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. JÚLIO GAZZOLLA DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 105861-D/PR)  
AGRAVADO(S) ALEX FERNANDO FIORI MARTINS  
Advogado DR. LUIS GUSTAVO GASPARETTO SBRUSSI(OAB: 47140-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEX FERNANDO FIORI MARTINS
- CONSTRUTORA TRIUNFO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001273-83.2014.5.09.0022**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR  
Advogada DRA. GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ(OAB: 19514-A/PR)  
Advogada DRA. RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES(OAB: 19532-A/PR)  
Advogado DR. CAMILA BARBOZA YAMADA(OAB: 70748-A/PR)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARANÁ - SINDPD  
Advogado DR. SANDRO LUNARD NICOLADELI(OAB: 22372-A/PR)  
Advogada DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)  
Advogado DR. ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO(OAB: 12067-A/DF)  
Advogado DR. RENATO RIBEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 40672/DF)  
Advogado DR. ANDRÉ FRANCO DE OLIVEIRA PASSOS(OAB: 27535-A/PR)  
Advogado DR. ALMIR ANTONIO FABRICIO DE CARVALHO(OAB: 44770-A/PR)  
Advogada DRA. JÚLIA VITÓRIA CABRAL LIMA(OAB: 68891-A/DF)  
Advogado DR. DANNIELLY MELO DE ALMEIDA SOUZA(OAB: 68615-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR
- SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARANÁ - SINDPD

**Processo Nº Ag-AIRR-0001373-15.2012.5.03.0074**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
Advogada DRA. LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA(OAB: 111202/MG)  
AGRAVADO(S) LUIZ OTAVIO GOMES GERALDO  
Advogado DR. GERALDO FIRME DE ARAÚJO(OAB: 109379-A/MG)  
AGRAVADO(S) ENGEPOL-ENGENHARIA PONTENOVENSE LTDA E OUTROS  
Advogado DR. ANTÔNIO DE PÁDUA GOMES RIBEIRO(OAB: 53633/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- ENGEPOL-ENGENHARIA PONTENOVENSE LTDA E OUTROS
- LUIZ OTAVIO GOMES GERALDO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001419-67.2015.5.05.0001**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA  
Procurador DR. MARCO AURELIO DE CASTRO JÚNIOR  
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO ESTATAL SAÚDE DA FAMÍLIA - FESF  
Advogado DR. RAFAEL OLIVEIRA SANTOS(OAB: 50620-A/BA)  
AGRAVADO(S) CLEONICE BONFIM DE ARAUJO  
Advogado DR. BRUNO VALTER SANTOS ARAUJO(OAB: 33762-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLEONICE BONFIM DE ARAUJO
- ESTADO DA BAHIA
- FUNDAÇÃO ESTATAL SAÚDE DA FAMÍLIA - FESF

**Processo Nº Ag-RRAg-0001443-59.2016.5.08.0201**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ADOBE ASSESSORIA DE SERVIÇOS CADASTRAIS S.A. E OUTRO  
Advogado DR. LEONARDO HENRIQUE DE MELO SILVA FERREIRA(OAB: 24570-A/PE)  
AGRAVADO(S) DANIELLA SOUZA DE SOUSA  
Advogado DR. RAIMUNDO KULKAMP(OAB: 6158-A/PA)  
Advogado DR. JOSÉ OLAVO SALGADO MARQUES(OAB: 8335-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADOBE ASSESSORIA DE SERVIÇOS CADASTRAIS S.A. E OUTRO
- DANIELLA SOUZA DE SOUSA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001470-72.2010.5.01.0031**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429-A/DF)



Advogado DR. RENATO LOBO  
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)

Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB:  
77167/MG)

AGRAVADO(S) CELIA REGINA FERREIRA ROSA E  
SILVA

Advogada DRA. SOLANGE LOPES  
PAROLA(OAB: 157969-A/RJ)

AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS

Advogado DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB:  
62929/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELIA REGINA FERREIRA ROSA E SILVA  
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -  
PETROS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001551-21.2016.5.06.0015**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA

AGRAVANTE(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Advogado DR. ANDRÉ LUIZ GONÇALVES  
TEIXEIRA(OAB: 22614-A/DF)

Advogado DR. JOSE CARLOS WAHLE(OAB:  
120025-A/SP)

Advogado DR. LUIZ AFRANIO ARAUJO(OAB:  
58477-A/RS)

Advogado DR. LUIZ ANTONIO DOS SANTOS  
JUNIOR(OAB: 121738-A/SP)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS E  
DOS TRABALHADORES EM  
EMPRESAS, AGÊNCIAS DE  
TURISMO, COMISSARIAS E  
PRESTADORES DE SERVIÇO A  
EMPRESAS DE AVIAÇÃO E  
SIMILARES DO RECIFE E DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado DR. ANTONIO IVAN DA SILVA  
JUNIOR(OAB: 5741-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS E DOS TRABALHADORES  
EM EMPRESAS, AGÊNCIAS DE TURISMO, COMISSARIAS E  
PRESTADORES DE SERVIÇO A EMPRESAS DE AVIAÇÃO E  
SIMILARES DO RECIFE E DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

**Processo Nº Ag-RRAg-0001570-78.2014.5.09.0026**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS

Advogado DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB:  
52308/PR)

Advogado DR. FELIPE MIGUEL MENDONÇA  
FERREIRA(OAB: 84256-A/PR)

AGRAVADO(S) GABRIELE CAROLINE DOS SANTOS

Advogado DR. ANDRE RAFAEL ELIAS  
CORDEIRO(OAB: 56279-A/PR)

AGRAVADO(S) MOACIR MITSU HARU UMEDA

Advogado DR. GERALDO FRANCISCO  
POMAGERSKI(OAB: 44074-A/PR)

AGRAVADO(S) ASSAHI MANUTENCAO E  
MONTAGEM LTDA

Advogado DR. GERALDO FRANCISCO  
POMAGERSKI(OAB: 44074-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSAHI MANUTENCAO E MONTAGEM LTDA  
- GABRIELE CAROLINE DOS SANTOS  
- MOACIR MITSU HARU UMEDA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001578-36.2017.5.05.0196**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogada DRA. ANA ANGÉLICA DOS  
SANTOS(OAB: 13175-A/BA)

AGRAVADO(S) ALEXSANDRO MANGUEIRA DA  
SILVA

Advogado DR. ADRIANO DOS SANTOS  
LIMA(OAB: 53983-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXSANDRO MANGUEIRA DA SILVA  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT

**Processo Nº Ag-ED-RR-0001608-84.2014.5.05.0161**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS

Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA  
NETO(OAB: 15659/BA)

Advogado DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO  
ARAGÃO(OAB: 32147-A/DF)

Advogado DR. LAPA & GÓES E GÓES  
ADVOGADOS E  
CONSULTORES(OAB: 722/BA)

AGRAVADO(S) JOSE JORGE TORRES

Advogado DR. WILSON DE OLIVEIRA  
RIBEIRO(OAB: 13050-A/BA)

Advogado DR. CARLOS ALFREDO CRUZ  
GUIMARÃES(OAB: 4293-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE JORGE TORRES  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001768-37.2017.5.06.0142**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) ANA PAULA DE LIMA BEZERRA

Advogado DR. SILENO FUED ALVES DE  
ALMEIDA(OAB: 32543-D/PE)

Advogado DR. ALEXANDRE CESAR OLIVEIRA  
DE LIMA(OAB: 14090-A/PE)

AGRAVADO(S) TIM CELULAR S.A.

Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE  
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 808-A/PE)

Advogado DR. ALUISIO DE AQUINO E SILVA  
NETO(OAB: 34426-A/PE)

Advogado DR. CARLOS FERNANDO DE  
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 106094-  
A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA PAULA DE LIMA BEZERRA  
- TIM CELULAR S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0001858-96.2012.5.18.0009**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO



AGRAVANTE(S) IQUEGO - INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A.  
Advogada DRA. CRISTHIANNE MIRANDA PESSOA(OAB: 19465/GO)  
AGRAVADO(S) ANEZIO LOPES DE PAULO  
Advogado DR. ANDERSON BARROS E SILVA(OAB: 18031-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANEZIO LOPES DE PAULO
- IQUEGO - INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0001933-26.2016.5.07.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO  
Advogado DR. VLADIMAR CAVALCANTE DE AQUINO(OAB: 16814-A/CE)  
Advogado DR. MARCELO ANDRÉ ISER(OAB: 1358-B/PE)  
AGRAVADO(S) JOAO PEREIRA JUNIOR  
Advogado DR. CARLOS ANTONIO CHAGAS(OAB: 6560-A/CE)  
Advogada DRA. ANA CAROLINA MEIRELES ROCHA DANTAS(OAB: 21674-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOAO PEREIRA JUNIOR
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

**Processo Nº Ag-RR-0002069-44.2019.5.05.0464**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE ITABUNA  
Advogado DR. MOISÉS SILVA PEREIRA(OAB: 20123/DF)  
Advogado DR. MÁRIO HENRIQUE NASCIMENTO CONCEIÇÃO DE MELO(OAB: 34066-A/BA)  
Advogado DR. JUTAHY MAGALHAES NETO(OAB: 23066-A/DF)  
AGRAVADO(S) MARTHA MARGARIDA ANUNCIACAO  
Advogado DR. EVERTON MACÊDO NETO(OAB: 18506-A/BA)  
Advogado DR. ALBERTO FERREIRA SANTOS(OAB: 13383-D/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARTHA MARGARIDA ANUNCIACAO
- MUNICÍPIO DE ITABUNA

**Processo Nº Ag-RR-0002071-71.2013.5.05.0222**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659-A/BA)  
Advogado DR. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164-A/BA)  
AGRAVADO(S) SAMUEL CAMILO DOS SANTOS  
Advogado DR. CLERISTON PITON BULHÕES(OAB: 17034/BA)  
Advogado DR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO(OAB: 1681/DF)

Advogado DR. FRANCISCO LACERDA BRITO(OAB: 14137-A/BA)  
Advogado DR. LEON ANGELO MATTEI(OAB: 14332-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SAMUEL CAMILO DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0002170-66.2017.5.09.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado DR. MAURÍCIO PIOLI(OAB: 19335-A/PR)  
Advogado DR. WLADIMIR ROBERTO VIEIRA JÚNIOR(OAB: 66190-A/PR)  
Advogado DR. ALEXANDRE FOTI(OAB: 42058-A/PR)  
Advogado DR. JEREMIAS PINTO ARANTES DE SOUZA(OAB: 256958-D/SP)  
Advogado DR. AGNALDO MURILO ALBANEZI BEZERRA(OAB: 12722-D/PR)  
AGRAVADO(S) REGINA MARIA POLICENO PROBST  
Advogado DR. MARCO AURÉLIO MILANTONIO JUNIOR(OAB: 45037-A/PR)  
Advogado DR. CAIO TAKEMOTO(OAB: 72869-A/PR)  
Advogado DR. DINOR DA SILVA LIMA JUNIOR(OAB: 49625-A/PR)  
Advogado DR. VINICIUS FURTADO VILANI(OAB: 63815-A/PR)  
Advogado DR. RAISA LUNA DE LIMA(OAB: 102210-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- REGINA MARIA POLICENO PROBST

**Processo Nº Ag-ED-RR-0002228-33.2013.5.05.0161**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659/BA)  
AGRAVADO(S) EDVALDO DE JESUS MARQUES  
Advogado DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO(OAB: 32147-A/DF)  
Advogado DR. WILSON DE OLIVEIRA RIBEIRO(OAB: 13050-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDVALDO DE JESUS MARQUES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0002284-87.2013.5.05.0251**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. TITO LÍVIO CAMERINI(OAB: 19607-A/RS)  
Advogado DR. DOMENICO RAFAEL CAMERINI(OAB: 65948/RS)  
Advogado DR. MÁRCIO SANTIAGO PIMENTEL(OAB: 37152/BA)  
AGRAVADO(S) JEAN DA SILVA LIMA E OUTROS

Advogado DR. MARCO AURÉLIO G. D. DE ALMEIDA(OAB: 16526-A/DF)  
Advogado DR. PABLO DE ARAÚJO OLIVEIRA(OAB: 19199-A/DF)  
Advogado DR. IVO GOMES ARAUJO(OAB: 25361-A/BA)  
Advogado DR. CLAUDIA DIDIA RIBEIRO PALMEIRA(OAB: 29005-A/BA)  
AGRAVADO(S) VALDECI COSTA DA SILVA  
AGRAVADO(S) DARLEIA DOS SANTOS SILVA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DARLEIA DOS SANTOS SILVA  
- JEAN DA SILVA LIMA E OUTROS  
- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- VALDECI COSTA DA SILVA

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0002627-25.2013.5.02.0071**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) LFJ BLINDAGENS COMERCIO E SERVICOS S.A. E OUTRO  
Advogado DR. RAFAEL ROMERO SESSA(OAB: 868-A/RJ)  
AGRAVADO(S) BRUNO SOARES  
Advogado DR. ALESSANDRO JOSÉ SILVA LODI(OAB: 138321-D/SP)  
Advogado DR. MARCELO GOMES SQUILASSI(OAB: 102070-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRUNO SOARES  
- LFJ BLINDAGENS COMERCIO E SERVICOS S.A. E OUTRO

**Processo Nº Ag-RRAg-0010012-97.2019.5.03.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CONDOMINIO DO SHOPPING CIDADE E OUTRA  
Advogada DRA. KELLY AUXILIADORA PINTO REBELLO(OAB: 60867/MG)  
Advogado DR. CRISTIANO SILVA COLEPICOLO(OAB: 81376-A/MG)  
AGRAVADO(S) DANILO JOSE BATISTA DOS SANTOS ROCHA  
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 190106-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONDOMINIO DO SHOPPING CIDADE E OUTRA  
- DANILO JOSE BATISTA DOS SANTOS ROCHA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010058-22.2020.5.03.0109**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894-A/MG)  
AGRAVADO(S) KARINE LEONARDO CASTRO  
Advogada DRA. RENATA CRYSTINI CHAVES BESSONE(OAB: 131490-A/MG)  
AGRAVADO(S) TIM NORDESTE S.A.

Advogado DR. RODRIGO ANTÔNIO FREITAS FARIAS DE SOUZA(OAB: 232121/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
- KARINE LEONARDO CASTRO  
- TIM NORDESTE S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010089-81.2022.5.18.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362-A/GO)  
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312-A/GO)  
Advogada DRA. IZABELLA LORRAYNE GONÇALVES MACEDO(OAB: 44949-A/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068-D/GO)  
AGRAVADO(S) THAYNAN NOGUEIRA SANTOS  
Advogado DR. JABNER GONÇALVES FERREIRA QUIARÉLI(OAB: 31540-A/GO)  
AGRAVADO(S) ELCOP ENGENHARIA LTDA - ME  
Advogado DR. JHENIFER PATRICIA DE ALMEIDA DA SILVA(OAB: 46011-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELCOP ENGENHARIA LTDA - ME  
- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
- THAYNAN NOGUEIRA SANTOS

**Processo Nº Ag-RR-0010096-37.2018.5.15.0152**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) MECALUX DO BRASIL SISTEMAS DE ARMAZENAGEM LTDA.  
Advogado DR. GUILHERME NADER(OAB: 202109-A/SP)  
Advogado DR. MAURICIO CESAR MANCIA GARCIA(OAB: 209329-A/SP)  
AGRAVADO(S) VALMI PEDROZA  
Advogado DR. WAGNER ALVES DO NASCIMENTO(OAB: 379739-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MECALUX DO BRASIL SISTEMAS DE ARMAZENAGEM LTDA.  
- VALMI PEDROZA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010119-12.2022.5.03.0011**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) LAUNCH PAD TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.  
Advogado DR. JOEL HEINRICH GALLO(OAB: 66458-A/RS)  
AGRAVADO(S) LUISA MELINA OLIVEIRA SILVA  
Advogado DR. PAULO HENRIQUE OLIVEIRA NASCIMENTO(OAB: 167552-D/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LAUNCH PAD TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.

- LUISA MELINA OLIVEIRA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010132-80.2022.5.15.0074**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BRACELL SP CELULOSE LTDA.  
Advogado DR. JOSÉ NORIVAL PEREIRA JÚNIOR(OAB: 202627-A/SP)  
AGRAVADO(S) ALEX SENA DA COSTA  
Advogada DRA. WILLIANA DE FÁTIMA OJA(OAB: 256019-D/SP)  
AGRAVADO(S) NIPLAN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES SA  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEX SENA DA COSTA
- BRACELL SP CELULOSE LTDA.
- NIPLAN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES SA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010155-38.2021.5.15.0049**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ELISMAR BARBOSA DE MENEZES  
Advogado DR. DIEGO CORNIANI ARAN(OAB: 286097-A/SP)  
Advogado DR. ALTAMIR GUILHERME JÚNIOR(OAB: 336044-A/SP)  
AGRAVADO(S) TRANSPORTES WILTON PEREIRA LTDA - ME  
Advogado DR. BRUNO ZANIBONI(OAB: 306722-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELISMAR BARBOSA DE MENEZES
- TRANSPORTES WILTON PEREIRA LTDA - ME

**Processo Nº Ag-RR-0010159-68.2022.5.03.0148**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253/MG)  
AGRAVADO(S) SANTIAGO BARBOSA DA SILVA  
Advogado DR. ALBERTO ELIAS DO AMARAL(OAB: 134486-A/MG)  
AGRAVADO(S) ELETROCAMPO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS E CIVIS LTDA  
Advogada DRA. MARIA FERNANDA COUTO MENDES(OAB: 103074-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- ELETROCAMPO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS E CIVIS LTDA
- SANTIAGO BARBOSA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010174-75.2014.5.01.0341**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
Advogada DRA. VIRGÍNIA MARIA CORRÊA PINTO FELÍCIO(OAB: 44972-D/RJ)

Advogada DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-D/RJ)  
AGRAVADO(S) SEBASTIAO LINDOLFO EUGENIO  
Advogado DR. FABIANO DE CARVALHO QUEIROZ(OAB: 110836/RJ)  
Advogado DR. SIDNEI DE ALMEIDA SANTOS(OAB: 115503-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- SEBASTIAO LINDOLFO EUGENIO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010200-67.2022.5.03.0105**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)  
AGRAVADO(S) MARCOS PAULO LACERDA RODRIGUES  
Advogado DR. MARCOS PAULO DINIZ(OAB: 177812-A/MG)  
Advogado DR. ILMA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 213944-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL S.A.
- MARCOS PAULO LACERDA RODRIGUES

**Processo Nº Ag-RR-0010247-60.2022.5.03.0034**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG  
Advogado DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698-D/MG)  
Advogado DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420-A/MG)  
Advogado DR. ALEX CAMPOS BARCELOS(OAB: 117084-D/MG)  
AGRAVADO(S) GEICIANO COSTA DE SOUZA  
Advogado DR. JEFERSON AUGUSTO CORDEIRO SILVA(OAB: 48988-A/MG)  
AGRAVADO(S) ALENG - ANDRADE LIMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME  
Advogado DR. DANIEL COSTA REIS PEREIRA(OAB: 137628-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALENG - ANDRADE LIMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
- GEICIANO COSTA DE SOUZA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010255-76.2022.5.03.0021**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894-A/MG)

AGRAVADO(S) REGIANY AUGUSTA GARCIA DE MELO  
Advogada DRA. LILIANA PEREIRA(OAB: 54991-A/MG)  
Advogada DRA. LUCIANA NATHÁLIA FONSECA(OAB: 165179-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
- REGIANY AUGUSTA GARCIA DE MELO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010261-49.2018.5.03.0013**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PEDRO DANIEL MAGALHÃES  
Advogada DRA. CAMILA NATAL CUNHA DE SOUZA(OAB: 275112-D/SP)  
AGRAVADO(S) NATALIA AMARO DE ALMEIDA  
Advogado DR. LUÍS EDUARDO LOUREIRO DA CUNHA(OAB: 47948-A/MG)  
Advogada DRA. MARIA CECÍLIA DE ALMEIDA FONSECA(OAB: 107306-A/MG)  
Advogado DR. ELDER LUIZ DE FREITAS(OAB: 167825-A/MG)  
Advogada DRA. BÁRBARA FERNANDA CORDEIRO ALMEIDA(OAB: 142660-A/MG)  
Advogado DR. ADALBERTO PEREIRA CAMPOS(OAB: 117135-A/MG)  
AGRAVADO(S) RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A.  
Advogado DR. ESTEVAO SIQUEIRA NEJM(OAB: 107000-A/MG)  
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551-A/SP)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NATALIA AMARO DE ALMEIDA  
- PEDRO DANIEL MAGALHÃES  
- RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010292-60.2020.5.03.0058**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) C.S.N.-C.  
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)  
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531-A/SP)  
AGRAVADO(S) A.S.V.  
Advogado DR. ANGELINA ROBERTA TEIXEIRA SOARES(OAB: 94836-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- A.S.V.  
- C.S.N.-C.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010299-69.2022.5.18.0121**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331-A/GO)

Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068-D/GO)  
AGRAVADO(S) OSVAIR INACIO DA SILVA  
Advogado DR. MÁRCIA HELENA DA SILVA(OAB: 28822-A/GO)  
AGRAVADO(S) PSC DO BRASIL ADMINISTRACAO DE OBRAS EIRELI  
Advogado DR. LUIZ NAKAHARADA JÚNIOR(OAB: 163284/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
- OSVAIR INACIO DA SILVA  
- PSC DO BRASIL ADMINISTRACAO DE OBRAS EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0010328-16.2021.5.15.0129**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Procuradora DRA. JOANA SOARES CARVALHO  
AGRAVADO(S) ROSANGELA MARIA DE SOUZA  
Advogado DR. DAVI FERNANDO DEZOTTI(OAB: 236334-A/SP)  
AGRAVADO(S) ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.  
Advogada DRA. ALINE CRISTINA PANZA MAINIERI(OAB: 153176-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.  
- ROSANGELA MARIA DE SOUZA  
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010336-20.2020.5.15.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CITRATUS FRAGRANCIAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.  
Advogado DR. ADRIANA SILVEIRA MORAES DA COSTA(OAB: 138080-A/SP)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS QUIMICOS UNIFICADOS - REGIONAL VINHEDO  
Advogado DR. NILTON AMANCIO PINTO(OAB: 143607-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CITRATUS FRAGRANCIAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.  
- SINDICATO DOS QUIMICOS UNIFICADOS - REGIONAL VINHEDO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010342-03.2022.5.18.0122**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331-A/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068-D/GO)  
AGRAVADO(S) EDUARDO LOPES SILVA  
Advogado DR. THIAGO FRAGA GUIMARAES(OAB: 43278-A/GO)  
Advogado DR. DIOGO ALMEIDA FERREIRA LEITE(OAB: 46971-A/GO)  
AGRAVADO(S) PSC DO BRASIL ADMINISTRACAO DE OBRAS EIRELI



Advogado DR. LUIZ NAKAHARADA  
JÚNIOR(OAB: 163284-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDUARDO LOPES SILVA
- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- PSC DO BRASIL ADMINISTRACAO DE OBRAS EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0010367-49.2016.5.03.0023**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL)  
Advogado DR. WELINGTON MONTE CARLO  
CARVALHAES FILHO(OAB:  
59383/MG)  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO  
MACIEL(OAB: 513-A/DF)  
AGRAVADO(S) ACCENTURE DO BRASIL LTDA.  
Advogado DR. BRÁULIO DIAS LOPES DE  
ALMEIDA(OAB: 287399/SP)  
AGRAVADO(S) ABILIO LUIZ MESSIAS JUNIOR  
Advogada DRA. CAROLINA DE CARO  
MARTINS(OAB: 90614/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ABILIO LUIZ MESSIAS JUNIOR
- ACCENTURE DO BRASIL LTDA.
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0010377-77.2021.5.03.0101**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE  
MINAS GERAIS-CEMIG  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS  
JUNQUEIRA FERRAZ(OAB:  
87253/MG)  
AGRAVADO(S) REGINALDO JOSE DE CASTRO  
Advogada DRA. FABIANA MARA  
NASCIMENTO(OAB: 155176-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
- REGINALDO JOSE DE CASTRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010394-71.2021.5.15.0104**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. CÉLIO TIZATTO FILHO(OAB:  
226905/SP)  
AGRAVADO(S) LAERTE PEREIRA  
Advogado DR. LUIZ MIGUEL ROCIA(OAB:  
284215-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- LAERTE PEREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010411-23.2021.5.15.0035**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CACONDE

Procuradora DRA. FLAVIA MICHELLE DOS  
SANTOS MUNHOZ GÔNGORA  
Procurador DR. PAULO REINIG MOREIRA  
AGRAVADO(S) ROBERTA HELENA BATISTA DA  
SILVA FACONE TAVARES  
Advogado DR. JESSICA RIBEIRO VITOR DA  
SILVA(OAB: 452750-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE CACONDE
- ROBERTA HELENA BATISTA DA SILVA FACONE TAVARES

**Processo Nº Ag-AIRR-0010413-80.2021.5.15.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) RECONSEG SERVIÇOS DE  
SEGURANÇA - ARUJÁ LTDA. - EPP  
Advogado DR. LUIZ CLÁUDIO GONÇALVES DE  
LIMA(OAB: 307122-A/SP)  
Advogada DRA. DANIELA DE ALMEIDA  
CARVALHO(OAB: 317758-D/SP)  
AGRAVANTE(S) RC SERVIÇOS DE SEGURANÇA -  
SÃO PAULO LTDA. E OUTRO  
Advogado DR. LUIZ CLÁUDIO GONÇALVES DE  
LIMA(OAB: 307122-A/SP)  
Advogada DRA. DANIELA DE ALMEIDA  
CARVALHO(OAB: 317758-D/SP)  
AGRAVADO(S) LORIVAL DE ALCANTARA JUNIOR  
Advogado DR. CAIO VINICIUS MARTINES(OAB:  
421121-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LORIVAL DE ALCANTARA JUNIOR
- RC SERVIÇOS DE SEGURANÇA - SÃO PAULO LTDA. E OUTRO
- RECONSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA - ARUJÁ LTDA. - EPP

**Processo Nº Ag-AIRR-0010419-49.2020.5.15.0127**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. HELDER BARBIERI  
MOZARDO(OAB: 215419-A/SP)  
AGRAVADO(S) DJALMA DA SILVA SANTANA  
Advogado DR. RAPHAEL FERNANDES DOS  
SANTOS(OAB: 391750-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DJALMA DA SILVA SANTANA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº Ag-AIRR-0010430-07.2016.5.15.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. LUCIANO VON ZASTROW(OAB:  
181372-A/SP)  
Advogado DR. RODRIGO MARTINS  
ALBIERO(OAB: 200380-A/SP)  
Advogado DR. ADILSON NASCIMENTO DA  
SILVA(OAB: 227424-A/SP)  
AGRAVADO(S) RILDO BATISTA JORGE  
Advogado DR. FLAVIO BIANCHINI DE  
QUADROS(OAB: 220411-S/SP)



Advogado DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 191692-S/SP)  
Advogado DR. FABIANA CORDEIRO DE BARROS(OAB: 292745-A/SP)  
Advogado DR. LUIZ MIGUEL ROCIA(OAB: 284215-A/SP)  
Advogada DRA. MELISSA KARINA TOMKIW DE QUADROS(OAB: 258369-S/SP)  
Advogada DRA. DENISE SALERNO RIBEIRO(OAB: 378041-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- RILDO BATISTA JORGE

**Processo Nº Ag-AIRR-0010458-43.2021.5.03.0160**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ARAPÉ AGROINDÚSTRIA LTDA.  
Advogado DR. RAFAEL DE LACERDA CAMPOS(OAB: 74828/MG)  
Advogada DRA. FABIANA DINIZ ALVES(OAB: 98771/MG)  
AGRAVADO(S) DEIVIDE JOSE DA CRUZ SEVERINO  
Advogada DRA. ROSSELMA MARIA SOARES DE BARROS(OAB: 109236-A/MG)  
Advogado DR. VINÍCIUS DE OLIVEIRA MELO(OAB: 109494-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARAPÉ AGROINDÚSTRIA LTDA.
- DEIVIDE JOSE DA CRUZ SEVERINO

**Processo Nº Ag-RR-0010473-66.2020.5.18.0083**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA  
Advogado DR. ROBERTO SATURNINO RODRIGO ARANTES DA SILVA(OAB: 22478-A/GO)  
AGRAVADO(S) VALDENY ABADIA ARRUDA  
Advogado DR. FABRÍCIO CASTRO ALVES DE MELO(OAB: 25383-A/GO)  
Advogado DR. CÁSSIO MARTINS PEIXOTO(OAB: 25180-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA
- VALDENY ABADIA ARRUDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010474-13.2019.5.18.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312-A/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068-D/GO)  
AGRAVADO(S) JOSE SILVESTRE DOS SANTOS  
Advogado DR. FABIO INACIO ALMEIDA FURBINO(OAB: 44173-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- JOSE SILVESTRE DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010482-18.2013.5.05.0024**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALCIONE RIOS PATRIARCHA  
Advogado DR. ROBERTO DÓREA PESSOA(OAB: 12407/BA)  
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogada DRA. ANA VIRGÍNIA MENZEL(OAB: 19302-A/BA)  
Advogado DR. MATEUS HAESER PELLEGRINI(OAB: 57114-A/RS)  
Advogado DR. FÁBIO MARTINEZ BULHÕES(OAB: 23443-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALCIONE RIOS PATRIARCHA
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0010502-47.2020.5.18.0009**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. LUIZ HENRIQUE VIEIRA(OAB: 55639-S/GO)  
AGRAVADO(S) ANDREIA LINO DE JESUS SILVEIRA  
Advogado DR. MAURÍCIO GUIMARÃES(OAB: 50417-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDREIA LINO DE JESUS SILVEIRA
- BANCO BRADESCO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010530-23.2022.5.03.0054**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) FRAN ELETROMECANICA LTDA  
Advogada DRA. FABIANA DINIZ ALVES(OAB: 98771/MG)  
AGRAVADO(S) RENATO BARBOSA DE LIMA  
Advogado DR. RAFAEL DE ANDRADE MENDES(OAB: 118170-D/MG)  
Advogado DR. RENAN BONELA ANDRADE(OAB: 149183-A/MG)  
Advogada DRA. CRISTIANE BARBOSA DA SILVA MACHADO(OAB: 169780-A/MG)  
Advogado DR. MARINA GONCALVES VALENTE(OAB: 188498-A/MG)  
Advogado DR. LIVIA SILVA DONATO(OAB: 164624-A/MG)  
Advogado DR. RAIANE FIGUEIREDO CARMO(OAB: 181976-A/MG)  
Advogado DR. DIOGO VITAL DE ANDRADE(OAB: 167383-A/MG)  
Advogado DR. TAMARA MARQUES TRISTAO(OAB: 190104-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRAN ELETROMECANICA LTDA
- RENATO BARBOSA DE LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010531-72.2019.5.03.0002**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TELEMONT ENGENHARIA DE  
TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB:  
71639/MG)  
AGRAVADO(S) JEAN CESAR FERREIRA BORGES  
Advogado DR. FERNANDO GONÇALVES  
FREITAS(OAB: 145037-A/MG)  
Advogada DRA. ELLEN PATRÍCIA ESQUERDO  
DE MEDEIROS(OAB: 174054-A/MG)  
AGRAVADO(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL)  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO  
MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE  
OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)  
Advogado DR. WELINGTON MONTE CARLO  
CARVALHAES FILHO(OAB: 59383-  
A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JEAN CESAR FERREIRA BORGES
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010540-22.2019.5.03.0103**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CARLOS HENRIQUE MELO MUNDIM  
Advogado DR. CARLÚCIO CAMPOS  
RODRIGUES COELHO(OAB:  
7480/DF)  
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado DR. LUCIANO BENIGNO  
CESCA(OAB: 91240-A/MG)  
Advogado DR. TIAGO NEDER BARROCA(OAB:  
107415-A/MG)  
Advogado DR. LUCAS PULIER FERREIRA(OAB:  
125984-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- CARLOS HENRIQUE MELO MUNDIM

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0010541-71.2020.5.15.0027**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) C.I.B.S.  
Advogado DR. GUSTAVO SPÓSITO  
CENEVIVA(OAB: 210914/SP)  
Advogado DR. CONSTANCE FREDERICO  
CENEVIVA JUNIOR(OAB: 45225-  
A/SP)  
AGRAVADO(S) M.A.R.  
Advogado DR. ALEX COCHITO(OAB: 158922-  
D/SP)  
Advogado DR. JOÃO FRANCISCO DE  
OLIVEIRA(OAB: 326938-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- C.I.B.S.
- M.A.R.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010543-16.2017.5.03.0048**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

Advogado DR. BERNARDO ANANIAS  
JUNQUEIRA FERRAZ(OAB:  
87253/MG)  
AGRAVADO(S) ANDRE DOS REIS ADAO  
Advogada DRA. EUCILENE SIQUEIRA  
BARROS(OAB: 73108-A/MG)  
Advogado DR. ALEX JOSÉ SOARES  
CURY(OAB: 50315-A/MG)  
Advogado DR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO DA  
ANUNCIAÇÃO(OAB: 49325-A/MG)  
Advogado DR. JUCELE CORREIA  
PEREIRA(OAB: 53064-A/MG)  
Advogado DR. MONICA BEATRIZ GOMES(OAB:  
66267-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE DOS REIS ADAO
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010557-96.2021.5.03.0100**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) DALTON ALVES PEREIRA  
Advogado DR. JOSIANA DE ALMEIDA  
VALADARES(OAB: 115617-A/MG)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DE  
MINAS GERAIS - COPASA MG  
Advogada DRA. FLÁVIA CHADID DE  
OLIVEIRA(OAB: 125580-A/MG)  
Advogado DR. MARIA CECILIA BATISTA BAETA  
CONDESSA(OAB: 95347-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS -  
COPASA MG
- DALTON ALVES PEREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010572-16.2021.5.15.0073**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA  
PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO  
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogado DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB:  
44277/RS)  
AGRAVADO(S) ANTONIO JOAO GIOVANNETTI  
Advogado DR. TIAGO LUIS COELHO DA  
ROCHA MUZZI(OAB: 71874-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO JOAO GIOVANNETTI
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010572-11.2021.5.03.0021**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) VIX LOGÍSTICA S/A  
Advogado DR. RENATO DE ANDRADE  
GOMES(OAB: 63248/MG)  
AGRAVADO(S) JOSE LOPES SOARES  
Advogado DR. LUIZ EDUARDO RIBEIRO(OAB:  
97407-A/MG)  
AGRAVADO(S) MRS LOGÍSTICA S.A.  
Advogado DR. FLÁVIO BELLINI DE OLIVEIRA  
SALLES(OAB: 50982-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE LOPES SOARES  
- MRS LOGÍSTICA S.A.  
- VIX LOGÍSTICA S/A

**Processo Nº Ag-AIRR-0010579-71.2019.5.15.0107**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.  
Advogado DR. EDUARDO JOSÉ SARINHO MARIZ DE ALBUQUERQUE(OAB: 226401-B/SP)  
Advogado DR. LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: 257690-A/SP)  
Advogada DRA. CARLA FERNANDA BORGES HERNANDES(OAB: 347821-A/SP)  
AGRAVADO(S) ALEXANDER BONILHA  
Advogado DR. REINALDO LUÍS TROVO(OAB: 196099-A/SP)  
Advogado DR. WELLINGTON ALEXANDRE LOPES(OAB: 343096-A/SP)  
Advogado DR. MARIMAR LUIZA DE FREITAS RAYMUNDO(OAB: 334647-A/SP)  
Advogado DR. JEFFERSON ELCIO LOPES(OAB: 418972-A/SP)  
Advogado DR. MURILO RONALDO DOS SANTOS(OAB: 346098-A/SP)  
Advogado DR. AMANDA CANELLA MOLESIN(OAB: 360818-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXANDER BONILHA  
- TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010583-67.2021.5.03.0012**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKEETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)  
AGRAVADO(S) JACIARA SANTOS DE FREITAS  
Advogado DR. ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA(OAB: 175830-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKEETING E INFORMÁTICA S.A.  
- JACIARA SANTOS DE FREITAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010588-94.2019.5.03.0033**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) VIA S.A.  
Advogado DR. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 93274-A/MG)  
AGRAVADO(S) ALINNE MEDEIROS RODRIGUES  
Advogada DRA. ALESSANDRA CRISTINA DIAS(OAB: 144802/MG)  
Advogado DR. MARCOS ROBERTO DIAS(OAB: 87946-A/MG)  
Advogado DR. DANIELLE CRISTINA VIEIRA DE SOUZA DIAS(OAB: 116893-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALINNE MEDEIROS RODRIGUES  
- VIA S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010590-54.2020.5.03.0025**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PEDRO DANIEL MAGALHÃES  
Advogada DRA. CAMILA NATAL CUNHA DE SOUZA(OAB: 275112-D/SP)  
AGRAVANTE(S) PEDRO DANIEL MAGALHAES - ME  
Advogada DRA. CAMILA NATAL CUNHA DE SOUZA(OAB: 275112-D/SP)  
AGRAVADO(S) WESLEY NUNES PEREIRA  
Advogado DR. FILIPE DAHI CURI(OAB: 115952-A/MG)  
AGRAVADO(S) MÁQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878-A/MG)  
AGRAVADO(S) RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MÁQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- PEDRO DANIEL MAGALHAES - ME  
- PEDRO DANIEL MAGALHÃES  
- RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- WESLEY NUNES PEREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010594-31.2020.5.18.0007**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)  
AGRAVADO(S) MIGUEL PATRICK LACERDA DA COSTA  
Advogada DRA. ANNA CLÁUDIA FONSECA(OAB: 39380-A/GO)  
Advogado DR. CARLESANDRO AUGUSTO DA SILVA(OAB: 55259-A/GO)  
AGRAVADO(S) W V L TELECOMUNICACAO LTDA - ME  
Advogada DRA. RENATA REIS DE LIMA(OAB: 46032-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MIGUEL PATRICK LACERDA DA COSTA  
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
- W V L TELECOMUNICACAO LTDA - ME

**Processo Nº Ag-AIRR-0010599-27.2017.5.15.0109**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. PRICILA SABAG NICODEMO(OAB: 233268-A/SP)

Advogado DR. FABIANO DE FIGUEIREDO CARVALHO(OAB: 96993-A/PR)  
Advogado DR. PAULO ROGÉRIO BAGÊ(OAB: 144940-A/SP)  
AGRAVADO(S) RINALDO MONTERO  
Advogado DR. FLAVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411-S/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- RINALDO MONTERO

**Processo Nº Ag-RR-0010599-35.2021.5.03.0169**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CAMIL ALIMENTOS S.A.  
Advogado DR. FLÁVIO HENRIQUE BERTON FEDERICI(OAB: 165001/SP)  
AGRAVADO(S) SUELEN MARIA DE OLIVEIRA  
Advogado DR. YAGO VILAS BOAS LUZ(OAB: 168526-A/MG)  
Advogado DR. THUANY CAROLINE VIEIRA(OAB: 192989-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAMIL ALIMENTOS S.A.  
- SUELEN MARIA DE OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010602-75.2020.5.18.0017**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Advogada DRA. GABRIELA VITORIANO ROÇADAS PEREIRA(OAB: 85760/RJ)  
Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)  
AGRAVADO(S) ILDETH DIAS DE SOUSA  
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
- ILDETH DIAS DE SOUSA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010603-91.2020.5.15.0066**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DE SAO PAULO  
Advogado DR. ALEXANDRE RODRIGUES CRIVELARO DE SOUZA(OAB: 214970-A/SP)  
Advogado DR. PAULO RENZO DEL GRANDE(OAB: 345576-A/SP)  
AGRAVADO(S) MARCELA PEDRASSI FLAUSINO  
Advogada DRA. VANESSA JULIANA FRANCO(OAB: 152854-A/SP)  
Advogado DR. MATEUS CARNEIRO DA COSTA(OAB: 187714-A/SP)  
Advogado DR. GUSTAVO CARDOSO DA FONSECA E CASTRO(OAB: 339069-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DE SAO PAULO

- MARCELA PEDRASSI FLAUSINO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010609-93.2017.5.18.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. DRIELLY ALVES DE CASTRO(OAB: 47744-A/GO)  
Advogado DR. FERNANDO GRANVILLE(OAB: 44276-A/DF)  
AGRAVADO(S) LOANA DE FARIA DOS SANTOS  
Advogada DRA. VIVIANE PEREIRA COSTA(OAB: 27794-D/GO)  
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS(OAB: 36134-A/GO)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.  
- LOANA DE FARIA DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010620-61.2021.5.15.0012**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ZAMP S.A.  
Advogado DR. ADRIANO LORENTE FABRETTI(OAB: 164414-A/SP)  
AGRAVADO(S) ESTEFANI CRISTIANE RIBEIRO CAMARGO  
Advogado DR. VALDIR APARECIDO CATALDI(OAB: 93799-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTEFANI CRISTIANE RIBEIRO CAMARGO  
- ZAMP S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010652-59.2018.5.15.0016**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) LUSIMARIA BISPO DE JESUS  
Advogado DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094-D/SP)  
AGRAVADO(S) VALID SOLUCOES S A  
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUSIMARIA BISPO DE JESUS  
- VALID SOLUCOES S A

**Processo Nº Ag-AIRR-0010666-10.2021.5.03.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)



AGRAVADO(S) MATHEUS SANTOS DAS CHAGAS  
Advogado DR. TIAGO AUGUSTO OLIVEIRA GONCALVES(OAB: 147805-A/MG)  
Advogado DR. HUGO FERREIRA MARTINS(OAB: 178222-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
- MATHEUS SANTOS DAS CHAGAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010673-63.2017.5.03.0029**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) FABIO MARQUES FERREIRA  
Advogado DR. EDSON BRAGA DE RESENDE(OAB: 114948-A/MG)  
AGRAVADO(S) BOTOCUDA EDICOES CULTURAIS LTDA - ME  
Advogado DR. JÔNATAS OLIVEIRA ARAÚJO FIRMO(OAB: 69513-A/MG)  
AGRAVADO(S) FERNANDA OTONI DE BARROS BRISSET  
Advogado DR. JÔNATAS OLIVEIRA ARAÚJO FIRMO(OAB: 69513-A/MG)  
AGRAVADO(S) PIERRE LOUIS MARIE BRISSET  
Advogado DR. JÔNATAS OLIVEIRA ARAÚJO FIRMO(OAB: 69513-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BOTOCUDA EDICOES CULTURAIS LTDA - ME  
- FABIO MARQUES FERREIRA  
- FERNANDA OTONI DE BARROS BRISSET  
- PIERRE LOUIS MARIE BRISSET

**Processo Nº Ag-AIRR-0010678-05.2019.5.03.0033**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) VIA S.A.  
Advogado DR. DÉCIO FREIRE(OAB: 56543-A/MG)  
Advogado DR. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 93274-A/MG)  
AGRAVADO(S) LUCAS EDUARDO DA SILVA SCHUCHTER  
Advogado DR. MARCOS ROBERTO DIAS(OAB: 87946-A/MG)  
Advogado DR. DANIELLE CRISTINA VIEIRA DE SOUZA DIAS(OAB: 116893-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUCAS EDUARDO DA SILVA SCHUCHTER  
- VIA S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010680-39.2019.5.18.0103**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) D. ALBIERI E CIA LTDA E OUTRO  
Advogado DR. RICARDO LE SÉNÉCHAL HORTA(OAB: 7976-A/GO)  
Advogado DR. TADEU DE ABREU PEREIRA(OAB: 11271-A/GO)  
AGRAVADO(S) RODRIGO DE MORAIS LUCAS  
Advogado DR. FÁBIO LÁZARO ALVES(OAB: 20151-A/GO)  
Advogado DR. NATHÁLIA CARVALHO DA MATA(OAB: 34324-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- D. ALBIERI E CIA LTDA E OUTRO  
- RODRIGO DE MORAIS LUCAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010681-64.2018.5.03.0139**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. GLACUS BEDESCHI DA SILVEIRA E SILVA(OAB: 163352-A/MG)  
AGRAVADO(S) THIAGO DIMITRIUS NICOLSKY  
Advogado DR. MANOEL FERREIRA ROSA NETO(OAB: 24333-A/PR)  
Advogado DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 22898-A/PR)  
Advogado DR. BRENO HENRIQUE ALVES DE ABREU PEREIRA(OAB: 153965-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- THIAGO DIMITRIUS NICOLSKY

**Processo Nº Ag-RRAg-0010684-74.2016.5.15.0100**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) LUIS ANTONIO SANT ANA  
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 266541-A/SP)  
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. MARCIO ELIAS BARBOSA(OAB: 216593-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- LUIS ANTONIO SANT ANA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010687-14.2022.5.18.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) BIMBO DO BRASIL LTDA.  
Advogado DR. SÉRGIO GONINI BENÍCIO(OAB: 59831/GO)  
AGRAVADO(S) LUCIANO FERREIRA DE SOUSA  
Advogado DR. ALEXANDRE GUSTAVO ROSA GONTIJO(OAB: 24495-A/GO)  
Advogado DR. ERIK STEPAN KRAUSEGG NEVES(OAB: 28989-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BIMBO DO BRASIL LTDA.  
- LUCIANO FERREIRA DE SOUSA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010688-52.2018.5.03.0011**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) SHEREZADE SALZMANN FARIA SILVEIRA  
Advogada DRA. MARIA EGLAIZE PINHEIRO CARDOZO SILVA(OAB: 86412-A/MG)  
AGRAVADO(S) NORTE CAD SERVICOS LTDA - EPP  
Advogado DR. KATHERINE SANTOS GONZAGA(OAB: 112289-A/MG)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG



Advogado DR. ANTENOR LAMHA ROCHA(OAB: 133694-A/MG)  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
- NORTE CAD SERVICOS LTDA - EPP
- SHEREZADE SALZMANN FARIA SILVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010728-09.2019.5.18.0261**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068-D/GO)  
AGRAVADO(S) WILLIAM ITACARAMBI  
Advogado DR. THIAGO HENRIQUE SIMÃO GOMES TAVEIRA(OAB: 41176-A/GO)  
AGRAVADO(S) ÔMEGA CONSTRUÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.  
Advogado DR. LUIZ CLÁUDIO MOURA DE OLIVEIRA(OAB: 11161-D/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- WILLIAM ITACARAMBI
- ÔMEGA CONSTRUÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010731-82.2014.5.01.0205**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO  
Advogado DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)  
AGRAVADO(S) FABIO BERTUZI LEONARDELLI  
Advogada DRA. ROBERTA DUMANI PESSANHA(OAB: 123671/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIO BERTUZI LEONARDELLI
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

**Processo Nº Ag-RR-0010747-39.2014.5.01.0204**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO  
Advogado DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)  
AGRAVADO(S) VALME TOMÉ DE SOUZA JÚNIOR E OUTRO  
Advogada DRA. ROBERTA DUMANI PESSANHA(OAB: 123671/RJ)  
Advogada DRA. DANIELLE DA MOTTA AZEVEDO(OAB: 130147/RJ)  
Advogada DRA. CATIA PINHEIRO GONÇALVES(OAB: 133801/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

- VALME TOMÉ DE SOUZA JÚNIOR E OUTRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010748-17.2020.5.15.0077**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ  
Advogado DR. GUSTAVO SARTORI(OAB: 220186-A/SP)  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) FUNDAÇÃO CESP  
Advogado DR. FRANCO MAURO RUSSO BRUGIONI(OAB: 173624/SP)  
AGRAVADO(S) JOSE GONCALVES DE ANDRADE  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO DA SILVA(OAB: 355379-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
- FUNDAÇÃO CESP
- JOSE GONCALVES DE ANDRADE

**Processo Nº Ag-AIRR-0010753-24.2021.5.03.0114**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
Advogado DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698-D/MG)  
Advogado DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420-A/MG)  
Advogado DR. ALEX CAMPOS BARCELOS(OAB: 117084-D/MG)  
AGRAVADO(S) AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.  
Advogado DR. GUILHERME SIQUEIRA DE CARVALHO(OAB: 56657/MG)  
Advogado DR. DANIEL TORRES PESSOA(OAB: 92524-A/MG)  
AGRAVADO(S) GISELLE APARECIDA RODRIGUES DA SILVA  
Advogado DR. LEONARDO SALGADO REZENDE(OAB: 143547-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- GISELLE APARECIDA RODRIGUES DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010798-54.2020.5.03.0052**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MARCIA APARECIDA GONCALVES ROCHA  
Advogado DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(OAB: 55867-A/MG)  
Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820-A/PR)  
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado DR. OSVALDO CAITANO DE MORAES(OAB: 101854-A/MG)  
Advogado DR. MESSIAS MARQUES LOTT(OAB: 84471-A/MG)  
Advogado DR. FELIPE DAYRELL MENDONCA(OAB: 105881-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- MARCIA APARECIDA GONCALVES ROCHA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010804-39.2017.5.03.0061**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TRANSPORTADORA SEG LTDA. E OUTRO  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO CORRÊA FERREIRA(OAB: 1445-A/MG)  
AGRAVADO(S) ALINE MAYARA BARRETO  
Advogado DR. BENEDITO GALVÃO RIBEIRO DO VALE JÚNIOR(OAB: 135121/MG)  
AGRAVADO(S) FRIGORÍFICO VALE DO SAPUCAÍ LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL(OAB: 115162/MG)  
AGRAVADO(S) EMERSON DE BARROS GERMINIANI E OUTRO  
Advogado DR. ARNALDO GARCIA MIGUEL JÚNIOR(OAB: 118550/MG)  
AGRAVADO(S) ANTONIETA EMPREENDEIMENTOS ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.  
AGRAVADO(S) GERMINIANI PARTICIPACOES E EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALINE MAYARA BARRETO  
- ANTONIETA EMPREENDEIMENTOS ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.  
- EMERSON DE BARROS GERMINIANI E OUTRO  
- FRIGORÍFICO VALE DO SAPUCAÍ LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- GERMINIANI PARTICIPACOES E EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
- TRANSPORTADORA SEG LTDA. E OUTRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010827-55.2018.5.18.0053**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CIA. HERING  
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922/RJ)  
AGRAVADO(S) LAYANE OLIVEIRA FONSECA  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA COSTA(OAB: 22817-D/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CIA. HERING  
- LAYANE OLIVEIRA FONSECA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010829-86.2016.5.03.0061**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) T.S.L.-E.O.  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO CORRÊA FERREIRA(OAB: 1445-A/MG)  
AGRAVADO(S) J.R.S.  
Advogado DR. RODRIGO WELLINGTON BAGANHA(OAB: 99265-A/MG)  
Advogado DR. VÍTOR PACHECO FLORIANO(OAB: 105777-A/MG)  
AGRAVADO(S) F.V.S.L.(R.J.O.)  
Advogado DR. GERALDO ROBERTO GOMES(OAB: 75191/MG)  
Advogada DRA. JOYCE JARDIM GOMES(OAB: 115419-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- F.V.S.L.(R.J.O.)  
- J.R.S.  
- T.S.L.-E.O.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010839-93.2020.5.15.0017**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) VIAÇÃO MOTTA LIMITADA  
Advogado DR. ANTÔNIO CLETO GOMES(OAB: 5864-A/CE)  
AGRAVADO(S) MATUSALEM MARTINS PEIXOTO  
Advogado DR. LEANDRO ALVES PESSOA(OAB: 272134-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MATUSALEM MARTINS PEIXOTO  
- VIAÇÃO MOTTA LIMITADA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010848-04.2021.5.15.0055**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL  
Advogado DR. FRANCO MAURO RUSSO BRUGIONI(OAB: 173624/SP)  
AGRAVADO(S) ARI ROBERTO MILANI  
Advogado DR. LUIZ ANTONIO PEDRO LONGO(OAB: 109490-A/SP)  
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. JOÃO GUSTAVO BACHEQA MASIERO(OAB: 222761-A/SP)  
Advogada DRA. MILENA ROSSINE(OAB: 208601-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARI ROBERTO MILANI  
- BANCO DO BRASIL S.A.  
- ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0010862-56.2016.5.03.0100**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253/MG)  
AGRAVADO(S) ISRAEL ARAUJO SILVA  
Advogado DR. FÁBIO JOSÉ TOLENTINO RODRIGUES(OAB: 130463-D/MG)  
Advogado DR. HUDSON EMANUEL FAGUNDES E SILVA(OAB: 135807-A/MG)  
AGRAVADO(S) ESEC EMPRESA DE SERVICOS ELETRICOS E CONSTRUCOES S.A.  
Advogado DR. BERNARDO MENICUCCI GROSSI(OAB: 97774-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG  
- ESEC EMPRESA DE SERVICOS ELETRICOS E CONSTRUCOES S.A.  
- ISRAEL ARAUJO SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010868-45.2020.5.03.0093**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.  
Advogada DRA. ADRIANE SANTOS DE ANDRADE CANHESTRO(OAB: 123359-A/MG)  
Advogado DR. ANA CAROLINA FARIA CORREA(OAB: 155079-A/MG)  
AGRAVADO(S) PAULO DA SILVEIRA  
Advogado DR. FLAVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411-S/SP)  
Advogado DR. FRANCISCO DE ASSIS ALENCAR DE OLIVEIRA(OAB: 6768-A/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
- PAULO DA SILVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010886-69.2020.5.18.0054**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) HEINZ BRASIL S.A.  
Advogado DR. CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR(OAB: 10424-B/DF)  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 27284-S/GO)  
AGRAVADO(S) ANA GOMES DE OLIVEIRA SOUZA  
Advogada DRA. RENILDE TEIXEIRA GOMES(OAB: 56724-A/GO)  
Advogado DR. PAULA ANDRESSA VAZ COSTA(OAB: 52373-A/GO)  
Advogado DR. HELLENA MAKHARU DUARTE CAMPOS(OAB: 52989-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA GOMES DE OLIVEIRA SOUZA
- HEINZ BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010912-73.2021.5.15.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOROCABA  
Advogado DR. MÁRCIO ROBERTO DE CASTILHO LEME(OAB: 209941-A/SP)  
AGRAVADO(S) JULIO CESAR GONCALVES BARBOSA DO NASCIMENTO E OUTRA  
Advogado DR. RODRIGO RODOLPHO TAVARES ALVES(OAB: 148003-A/SP)  
Advogado DR. RAQUEL RAMOS HERNANDES MORENO(OAB: 343868-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOROCABA
- JULIO CESAR GONCALVES BARBOSA DO NASCIMENTO E OUTRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010920-95.2015.5.15.0153**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) AEROTRADING AVIAÇÃO LTDA.  
Advogado DR. ANDRÉ MENEZES BIO(OAB: 197586-D/SP)

AGRAVADO(S) JOSÉ REIS JUSSIANI  
Advogado DR. RODRIGO EUGÊNIO ZANIRATO(OAB: 139921-D/SP)  
AGRAVADO(S) "AEROMEC COMERCIAL LTDA." - EPP  
Advogada DRA. MAURA APARECIDA SERVIDONI BENEDETTI(OAB: 239210-D/SP)  
AGRAVADO(S) CARÍCIO JOSÉ DA SILVA  
AGRAVADO(S) AMÉLIA EVANGELISTA DE SOUZA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- "AEROMEC COMERCIAL LTDA." - EPP
- AEROTRADING AVIAÇÃO LTDA.
- AMÉLIA EVANGELISTA DE SOUZA
- CARÍCIO JOSÉ DA SILVA
- JOSÉ REIS JUSSIANI

**Processo Nº Ag-AIRR-0010940-15.2016.5.15.0133**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CLEBSON GLEYDSON DOS SANTOS MORENO  
Advogado DR. CARLOS ADALBERTO RODRIGUES(OAB: 106374-A/SP)  
AGRAVADO(S) COFCO INTERNATIONAL BRASIL S.A.  
Advogado DR. GUSTAVO SPÓSITO CENEVIVA(OAB: 210914/SP)  
Advogado DR. CONSTANCE FREDERICO CENEVIVA JUNIOR(OAB: 45225-A/SP)  
AGRAVADO(S) AUSTIN SAO PAULO ENGENHARIA CIVIL E TERRAPLENAGEM LTDA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AUSTIN SAO PAULO ENGENHARIA CIVIL E TERRAPLENAGEM LTDA
- CLEBSON GLEYDSON DOS SANTOS MORENO
- COFCO INTERNATIONAL BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010940-18.2017.5.03.0067**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF  
Advogado DR. THÁISE CAROLINA HERINGER(OAB: 122798-A/MG)  
Advogado DR. ABEL LUIZ DE SENA NETO(OAB: 34662-A/BA)  
AGRAVADO(S) ALA SEGURANÇA LTDA  
Advogado DR. PAULO ROBERTO HOFFERT CRUZ(OAB: 37746-A/MG)  
AGRAVADO(S) JOSE MAURICIO DE SOUZA GOMES  
Advogado DR. ANDERSON CARVALHO BARBOSA(OAB: 81008-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALA SEGURANÇA LTDA
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF
- JOSE MAURICIO DE SOUZA GOMES

**Processo Nº Ag-AIRR-0010949-46.2021.5.03.0032**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.

Advogado DR. LANDULFO DE OLIVEIRA  
FERREIRA JÚNIOR(OAB: 54418/MG)

Advogado DR. ANTONIO CHAVES  
ABDALLA(OAB: 66493-A/MG)

AGRAVADO(S) FABIO DOS SANTOS GONCALVES

Advogada DRA. MARCELA DE MACEDO DINIZ  
MORAES SALGADO(OAB: 122199-  
A/MG)

AGRAVADO(S) DELTA SERVICOS DE  
CONSERVACAO LTDA

Advogado DR. FERNANDO GUEDES FERREIRA  
FILHO(OAB: 83483-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS  
AUTOMOTIVOS LTDA.

- DELTA SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA

- FABIO DOS SANTOS GONCALVES

**Processo Nº Ag-RRAg-0010974-97.2019.5.03.0139**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) DOMINGAS GRACIELE CAMARGOS  
DE MEIRA

Advogada DRA. GISLENE REIS  
PROCOPIO(OAB: 119274-A/MG)

AGRAVADO(S) UNIMED BELO HORIZONTE  
COOPERATIVA DE TRABALHO  
MÉDICO

Advogado DR. EDUARDO PAOLIELLO  
NICOLAU(OAB: 80702/MG)

AGRAVADO(S) TELEMONT ENGENHARIA DE  
TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB:  
71639/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DOMINGAS GRACIELE CAMARGOS DE MEIRA

- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

- UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO  
MÉDICO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010979-47.2019.5.03.0163**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) GRASIELE APARECIDA NEVES  
LIMEIRAS

Advogada DRA. TAYSA CRISTINA ALVES  
RIBEIRO SANTOS(OAB: 168923-  
A/MG)

AGRAVADO(S) PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA

Advogado DR. LUCIMAR AUGUSTO DA  
SILVA(OAB: 117075-A/MG)

Advogado DR. MARCOS ANTONIO DE  
JESUS(OAB: 129842-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GRASIELE APARECIDA NEVES LIMEIRAS

- PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010983-94.2017.5.15.0042**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) ANA FLAVIA FABIO

Advogada DRA. JÚLIA CAMPOY FERNANDES  
DA SILVA(OAB: 107647/SP)

AGRAVADO(S) BANCO SAFRA S.A.

Advogado DR. JOAO PEDRO EYLER  
POVOA(OAB: 88922-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA FLAVIA FABIO

- BANCO SAFRA S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010992-48.2019.5.03.0033**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) PEDREIRA SÃO JOÃO LTDA.

Advogado DR. JOÃO BRÁULIO FARIA DE  
VILHENA(OAB: 55446/MG)

AGRAVADO(S) JACSON ELEIR VIEIRA MOTA

Advogado DR. RAFAEL DE ANDRADE  
MENDES(OAB: 118170-D/MG)

Advogada DRA. FLÁVIA CRISTINA  
BRANDÃO(OAB: 135136-A/MG)

AGRAVADO(S) CONCRETOMIX ENGENHARIA DE  
CONCRETO LTDA.

Advogado DR. MÁRCIO LUIZ DA  
SILVEIRA(OAB: 74674-A/MG)

AGRAVADO(S) GEFS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Advogado DR. PAULO EMÍLIO RIBEIRO DE  
VILHENA(OAB: 3576/MG)

Advogado DR. PAULO EMÍLIO RIBEIRO DE  
VILHENA NETO(OAB: 162630-A/MG)

AGRAVADO(S) ASSOCIARE SOCIEDADE DE  
INVESTIMENTOS LTDA.

Advogado DR. CLÁUDIO AUGUSTO  
FIGUEIREDO NOGUEIRA(OAB:  
63605-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIARE SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS LTDA.

- CONCRETOMIX ENGENHARIA DE CONCRETO LTDA.

- GEFS PARTICIPAÇÕES LTDA.

- JACSON ELEIR VIEIRA MOTA

- PEDREIRA SÃO JOÃO LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011014-56.2020.5.03.0103**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) ELIZETE GALVAO CARDOSO

Advogado DR. CARLÚCIO CAMPOS  
RODRIGUES COELHO(OAB:  
7480/DF)

Advogado DR. ARTHUR LÍRIO(OAB: 22916-  
A/DF)

AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado DR. DIEGO MARTIGNONI(OAB:  
65244-A/RS)

Advogado DR. LUCAS PULIER FERREIRA(OAB:  
125984-A/MG)

Advogado DR. THIAGO MARQUES DE  
ARAÚJO(OAB: 209667-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- ELIZETE GALVAO CARDOSO

**Processo Nº Ag-AIRR-0011018-66.2021.5.15.0025**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA

AGRAVANTE(S) ZAMP S.A.

Advogado DR. ADRIANO LORENTE  
FABRETTI(OAB: 164414/SP)

AGRAVADO(S) FERNANDA MENDES NUNES

Advogada DRA. CÂMILA FUMIS  
LAPERUTA(OAB: 237985-A/SP)



**Intimado(s)/Citado(s):**

- FERNANDA MENDES NUNES  
- ZAMP S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011036-68.2017.5.18.0082**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FABIOLA CARDOSO DOS SANTOS - ME  
Advogado DR. GÉLCIO JOSÉ SILVA(OAB: 9529-A/GO)  
Advogado DR. JOSÉ LUIZ DE CARVALHO(OAB: 7460-A/GO)  
Advogada DRA. ANA CAROLINA VAZ RIOS(OAB: 50434-A/GO)  
AGRAVADO(S) OSIMAR FERREIRA BATISTA DA SILVA  
Advogado DR. LUIS CARLOS SILVEIRA NUNES(OAB: 380047-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIOLA CARDOSO DOS SANTOS - ME  
- OSIMAR FERREIRA BATISTA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011039-58.2016.5.15.0141**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. IRENE LUISA POLIDORO CAMARGO(OAB: 233342/SP)  
AGRAVADO(S) ORLANDO MEGA FILHO  
Advogado DR. MARCELO EDUARDO PEREIRA LIMA(OAB: 153524-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- ORLANDO MEGA FILHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0011049-58.2019.5.03.0165**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CARLOS JOSE VESPUCIO BALLONI  
Advogado DR. JOSÉ PAULO COSTA VIEIRA DIAS(OAB: 335958-D/SP)  
Advogada DRA. JAQUELINE MANZATTI MARANHÃO(OAB: 370006-A/SP)  
Advogado DR. DEISE MARIA COSTA ANTUNES(OAB: 353536-A/SP)  
AGRAVADO(S) INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO  
Advogado DR. FLÁVIO COUTO BERNARDES(OAB: 63291-D/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS JOSE VESPUCIO BALLONI  
- INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO

**Processo Nº Ag-AIRR-0011077-95.2020.5.03.0163**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.  
Advogado DR. MARCELO COSTA MASCARO NASCIMENTO(OAB: 155422-S/MG)  
AGRAVADO(S) FRANCUAIS FERNANDES DA SILVA SANTOS

Advogado

DR. ESDRAS DA SILVA DOS SANTOS(OAB: 140532-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.  
- FRANCUAIS FERNANDES DA SILVA SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011091-62.2016.5.03.0020**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado DR. AURÉLIO CACIQUINHO FERREIRA NETO(OAB: 81245/MG)  
Advogado DR. FRANCISCO ANTÔNIO FRAGATA JÚNIOR(OAB: 99853/MG)  
AGRAVADO(S) ARISLENE ALMEIDA DE ANDRADE  
Advogado DR. HELDER RODRIGUES DE SOUSA(OAB: 120267/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARISLENE ALMEIDA DE ANDRADE  
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0011102-86.2015.5.01.0342**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) MARCOS ANTONIO GOMES ALBUQUERQUE  
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505-A/RJ)  
AGRAVADO(S) SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.  
Advogado DR. ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 2611-A/RN)  
Advogado DR. FELIPE NAVEGA MEDEIROS(OAB: 217017/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCOS ANTONIO GOMES ALBUQUERQUE  
- SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011131-81.2018.5.03.0082**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ARMANDO GUIMARÃES SOUTO E OUTRO  
Advogado DR. AROLDO PLÍNIO GONÇALVES(OAB: 13735/MG)  
AGRAVADO(S) ERMISSEON DARLEY FARIA  
Advogado DR. LUIZ ANTÔNIO DIAS SILVEIRA(OAB: 53009/MG)  
AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE ALEX ETIENE CUNHA  
AGRAVADO(S) RÁDIO EDUCADORA DE PORTEIRINHA LTDA. - ME E OUTRO  
Advogado DR. RODRIGO ALVES PEREIRA DOS SANTOS(OAB: 101780-D/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARMANDO GUIMARÃES SOUTO E OUTRO  
- ERMISSEON DARLEY FARIA



- ESPÓLIO DE ALEX ETIENE CUNHA  
- RÁDIO EDUCADORA DE PORTEIRINHA LTDA. - ME E OUTRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0011141-60.2014.5.01.0070**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. EDUARDO IGLESIAS HERRANZ BOUZAN(OAB: 85268/RJ)  
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)  
Advogada DRA. MARIA FERNANDA ANACHORETA XIMENES ROCHA(OAB: 148456/RJ)  
AGRAVADO(S) SILVIA REGINA DE ALMEIDA MUNIZ  
Advogado DR. FLÁVIO MARQUES DE SOUZA(OAB: 92657-A/RJ)  
AGRAVADO(S) LEADER S.A. - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO  
Advogado DR. EDUARDO IGLESIAS HERRANZ BOUZAN(OAB: 85268/RJ)  
Advogada DRA. GABRIELLE RAMOS DA SILVA RIBEIRO(OAB: 230022-D/RJ)  
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. GUSTAVO SMITH HEIZER(OAB: 170543-A/RJ)  
Advogado DR. RENATO DA SILVA TRILHO NOVAES FILHO(OAB: 190445-A/RJ)  
Advogada DRA. GABRIELLE RAMOS DA SILVA RIBEIRO(OAB: 230022-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- LEADER S.A. - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO  
- SILVIA REGINA DE ALMEIDA MUNIZ

**Processo Nº Ag-AIRR-0011145-06.2020.5.15.0068**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) SENAT SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE  
Advogado DR. DANIEL DE CASTRO MAGALHÃES(OAB: 83473-A/MG)  
Advogado DR. CAIO VICTOR PAIXÃO DOS SANTOS(OAB: 61596-A/DF)  
AGRAVADO(S) WELSCLEY MATOS SOBRINHO  
Advogado DR. CARLOS JOSE PONCE MORELLI(OAB: 312824-A/SP)  
Advogado DR. MATHEUS MEZA CUBA(OAB: 345558-A/SP)  
AGRAVADO(S) AKON ENGENHARIA LTDA.  
Advogado DR. JEFFERSON GREY SANT'ANNA(OAB: 30378-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AKON ENGENHARIA LTDA.  
- SENAT SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE  
- WELSCLEY MATOS SOBRINHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0011213-02.2017.5.03.0033**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.  
Advogado DR. MILENE SUZE FERNANDES BRANDÃO(OAB: 24060/GO)  
Advogado DR. INGRID DEYARA E PLATON(OAB: 23921-A/GO)  
Advogado DR. FÁBIO CARRARO(OAB: 11818/GO)  
Advogado DR. HELIO DOS SANTOS DIAS(OAB: 15349-A/GO)  
Advogada DRA. ELIANE OLIVEIRA DE PLATON AZEVEDO(OAB: 7772-A/GO)  
AGRAVADO(S) PEDRO AUGUSTO SANTOS MORAIS  
Advogada DRA. NÁGILA FLÁVIA DE OLIVEIRA GODINHO(OAB: 62740-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.  
- PEDRO AUGUSTO SANTOS MORAIS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011241-25.2017.5.03.0144**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ASTEC DO BRASIL FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA  
Advogado DR. PEDRO HENRIQUE BENGTSOON BERNARDES(OAB: 183500-A/MG)  
Advogado DR. THALES POUBEL CATTÁ PRETA LEAL(OAB: 80500-A/MG)  
AGRAVADO(S) ROMILDO NASCIMENTO DA CRUZ  
Advogado DR. JARBAS ANTUNES CABRAL(OAB: 65627-A/MG)  
Advogado DR. CELSO FERNANDES PEREIRA(OAB: 121136-A/MG)  
AGRAVADO(S) MDE - MANUFATURA E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS LTDA.  
Advogada DRA. TATIANA SALIM RIBEIRO(OAB: 112082-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASTEC DO BRASIL FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA  
- MDE - MANUFATURA E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS LTDA.  
- ROMILDO NASCIMENTO DA CRUZ

**Processo Nº Ag-AIRR-0011244-13.2017.5.15.0025**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) JACO SANTA FE  
Advogado DR. RODRIGO CHAVARI DE ARRUDA(OAB: 209680/SP)  
Advogado DR. MARCO ANTONIO COLENCI(OAB: 150163-A/SP)  
AGRAVADO(S) JOAO COSTA DO LIVRAMENTO  
Advogado DR. ROSANA MARY DE FREITAS(OAB: 77086-D/SP)  
Advogada DRA. FÁBIA CHAVARI OLIVEIRA TORRES(OAB: 225672-A/SP)  
Advogado DR. LUCIANE MIRANDA DA SILVA(OAB: 279601-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JACO SANTA FE  
- JOAO COSTA DO LIVRAMENTO

**Processo Nº Ag-AIRR-0011244-04.2021.5.03.0026**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) JOEL DE SOUZA SANTOS

Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 190106-A/MG)

AGRAVADO(S) CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S.A.

Advogado DR. RENZE LAGE GOMES(OAB: 75586-A/MG)

Advogado DR. LUCELIA MARTINS MOREIRA(OAB: 109853-A/MG)

AGRAVADO(S) VALE S.A.

Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)

Advogado DR. RENATO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB: 197106-A/MG)

Advogado DR. MICHEL PIRES PIMENTA COUTINHO(OAB: 87880-A/MG)

Advogada DRA. JÚLIA AFONSO MOREIRA ROCHA(OAB: 115315-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S.A.
- JOEL DE SOUZA SANTOS
- VALE S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011248-49.2020.5.03.0164**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639/MG)

AGRAVADO(S) CLAUDIO LUIZ COSTA DA SILVA

Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 190106-A/MG)

AGRAVADO(S) TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Advogado DR. WELINGTON MONTE CARLO CARVALHAES FILHO(OAB: 59383-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUDIO LUIZ COSTA DA SILVA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011255-28.2016.5.18.0111**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. CRISTIANO MARTINS DE SOUZA(OAB: 16955-A/GO)

Advogada DRA. MARILDA LUIZA BARBOSA(OAB: 20418-A/GO)

AGRAVADO(S) ANDRE LUIZ DA SILVA FRANCO

Advogado DR. ROGERIO MOREIRA FIDELES(OAB: 53975-A/GO)

Advogado DR. LUANDA PATRICIA DOS SANTOS DUARTE(OAB: 55096-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE LUIZ DA SILVA FRANCO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº Ag-AIRR-0011310-30.2017.5.15.0045**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Procuradora DRA. NATÁLIA FRANCO MASSUIA E MARCONDES

AGRAVADO(S) DALVA VALERIANO RIBEIRO

Advogado DR. PAULO DE TARSO RIBEIRO KACHAN(OAB: 138712/SP)

Advogada DRA. FABIANA NOGUEIRA NISTA SALVADOR(OAB: 305142-A/SP)

Advogada DRA. CAMILA BARTH PIRES SILVEIRA(OAB: 234603-A/SP)

AGRAVADO(S) COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Advogado DR. TALITHA ZUPPO SORRENTINO(OAB: 298997-A/SP)

Advogada DRA. JANEFFER SUIANY TSUNEMITSU(OAB: 19572-A/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- DALVA VALERIANO RIBEIRO
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011331-63.2016.5.15.0102**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA.

Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)

Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606-A/SP)

Advogada DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)

AGRAVADO(S) SIMONE APARECIDA DE CAMPOS

Advogado DR. SANTIAGO DE PAULO OLIVEIRA(OAB: 233242-A/SP)

Advogado DR. GUSTAVO DE PAULA OLIVEIRA(OAB: 206189-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA.
- SIMONE APARECIDA DE CAMPOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011383-80.2020.5.15.0082**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) SILVIO CHALNI CIRILLO

Advogado DR. LAURO JOSE DE SOUZA FILHO(OAB: 430061-A/SP)

AGRAVADO(S) WIZ CORPORATE SOLUCOES E CORRETAGEM DE SEGUROS SA

Advogada DRA. CAROLINA LOUZADA PETRARCA(OAB: 16535/DF)

Advogada DRA. CARLA LOUZADA MARQUES CARMO(OAB: 20422/DF)

Advogado DR. CAROLINA LOUZADA PETRARCA(OAB: 16535-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SILVIO CHALNI CIRILLO  
- WIZ CORPORATE SOLUCOES E CORRETAGEM DE SEGUROS SA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011390-57.2017.5.15.0121**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. DAVID LAURENCE MARQUETTI FRANCISCO(OAB: 238993-A/SP)  
Advogado DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS(OAB: 303021-A/SP)  
Advogada DRA. MILENA PIRÁGINE(OAB: 178962-D/SP)  
Advogado DR. FERNANDO BRITO DE ALMEIDA JUNIOR(OAB: 422258-S/SP)  
AGRAVADO(S) IARLLA BIANC NOVAES DE SA FEITOSA  
Advogado DR. ARIIVALDO LOPES RIBEIRO(OAB: 283617-A/SP)  
AGRAVADO(S) RS - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.  
Advogado DR. DAVID LAURENCE MARQUETTI FRANCISCO(OAB: 238993-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- IARLLA BIANC NOVAES DE SA FEITOSA  
- RS - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011416-74.2021.5.03.0145**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253/MG)  
AGRAVADO(S) JOAQUIM FERREIRA DA SILVA  
Advogado DR. JUCIARA APARECIDA OLIVEIRA ALMEIDA(OAB: 199992-A/MG)  
Advogado DR. THAISSA CRISTINY RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 181685-A/MG)  
AGRAVADO(S) RICARDO ANTONIO DIAMANTINO FRANCA  
AGRAVADO(S) RDX EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG  
- JOAQUIM FERREIRA DA SILVA  
- RDX EMPREENDIMENTOS LTDA - ME  
- RICARDO ANTONIO DIAMANTINO FRANCA

**Processo Nº Ag-RRAg-0011461-78.2019.5.15.0092**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA.  
Advogado DR. ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES(OAB: 131600-A/SP)  
AGRAVADO(S) PHELLIPE AMARAL DA SILVA  
Advogado DR. KENDY FERNANDO WAKI(OAB: 272130-D/SP)  
Advogado DR. ISABELLA RANGEL THOMAZ SILVA(OAB: 288269-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA.  
- PHELLIPE AMARAL DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011464-49.2020.5.18.0016**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) OFFICE COMERCIO, DISTRIBUICAO E SERVICO LTDA  
Advogada DRA. JULIANA ASSIS SILVA(OAB: 43560-D/GO)  
AGRAVADO(S) ANA MARIA SANTOS FERREIRA  
Advogada DRA. MAYSA LINO MENDANHA(OAB: 45922-A/GO)  
AGRAVADO(S) COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA GRANDE GOIANIA LTDA  
Advogado DR. CARLOS MÁRCIO RISSI MACEDO(OAB: 22703/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA MARIA SANTOS FERREIRA  
- COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA GRANDE GOIANIA LTDA  
- OFFICE COMERCIO, DISTRIBUICAO E SERVICO LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011477-80.2020.5.15.0097**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EPS - EMPRESA PAULISTA DE SERVIÇOS S.A.  
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)  
Advogada DRA. DANIELE RODRIGUES MENDES DE MORAES(OAB: 321857/SP)  
Advogado DR. DANIELE RODRIGUES MENDES DE MORAES(OAB: 321857-A/SP)  
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634-A/SP)  
AGRAVADO(S) GISLANE VITOR DOS SANTOS  
Advogado DR. ANDERSON DE OLIVEIRA BARBOZA(OAB: 244097-A/SP)  
AGRAVADO(S) OKI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A.  
Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EPS - EMPRESA PAULISTA DE SERVIÇOS S.A.  
- GISLANE VITOR DOS SANTOS  
- OKI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011479-19.2019.5.18.0221**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362-A/GO)  
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312-A/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068-D/GO)  
AGRAVADO(S) EVERALDO NEVES DA SILVA  
Advogado DR. OTÁVIO AUGUSTO CAIADO DE CASTRO ROMA(OAB: 19977-A/GO)  
AGRAVADO(S) COELGO ENGENHARIA LTDA.

Advogado DR. CLAUDIO JAIR  
SCHONHOLZER(OAB: 19105-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- COELGO ENGENHARIA LTDA.
- EVERALDO NEVES DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011532-56.2019.5.15.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ROBSON CUNHA DA SILVA  
Advogado DR. KLEBER RIBEIRO DA  
SILVA(OAB: 360304-A/SP)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE  
DISTRIBUIÇÃO  
Advogada DRA. RENATA PEREIRA  
ZANARDI(OAB: 33819/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- ROBSON CUNHA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011544-19.2016.5.18.0221**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS  
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES  
FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE  
REZENDE(OAB: 9362-A/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS  
COSTA(OAB: 39068-D/GO)  
AGRAVADO(S) CLEITON CUNHA DA COSTA  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA  
COSTA(OAB: 22817-D/GO)  
AGRAVADO(S) ELCCOM ENGENHARIA EIRELI  
Advogado DR. GETÚLIO DE CASTRO  
MENDONÇA(OAB: 47591-D/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLEITON CUNHA DA COSTA
- ELCCOM ENGENHARIA EIRELI
- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

**Processo Nº Ag-AIRR-0011648-75.2015.5.18.0017**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. KÁRITA JOSEFA MOTA  
MENDES(OAB: 21391-A/GO)  
Advogada DRA. JANE CLEISSY LEAL(OAB:  
28643-A/GO)  
Advogada DRA. ZANNARA CRISTIAN DE  
SOUZA COTRIM(OAB: 35962-A/GO)  
Advogado DR. CRISTIANO MARTINS DE  
SOUZA(OAB: 16955-A/GO)  
Advogada DRA. MÔNICA PEIXOTO  
PEREIRA(OAB: 38729-A/DF)  
Advogado DR. FERNANDO ROBERTO  
PEREIRA(OAB: 37918-A/DF)  
AGRAVADO(S) CHRISTIANO ALMEIDA BORGES  
Advogada DRA. MIKELLY JULIE COSTA D  
ABADIA(OAB: 23332-A/GO)  
Advogado DR. GIZELI COSTA D ABADIA  
NUNES DE SOUSA(OAB: 17351-  
A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CHRISTIANO ALMEIDA BORGES
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº Ag-AIRR-0011696-38.2017.5.15.0117**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA  
BARRA  
Advogado DR. MARCO AURÉLIO SILVA  
FERREIRA(OAB: 286249/SP)  
AGRAVADO(S) PATRICIA APARECIDA DIAS SILVA  
GOMES  
Advogado DR. HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR(OAB:  
90916/SP)  
Advogada DRA. KARINA PICCOLO RODRIGUES  
DA SILVA(OAB: 240623-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
- PATRICIA APARECIDA DIAS SILVA GOMES

**Processo Nº Ag-AIRR-0011710-39.2020.5.03.0056**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS  
JUNQUEIRA FERRAZ(OAB:  
87253/MG)  
AGRAVADO(S) JOSE LUIZ DA SILVA  
Advogado DR. GILSON PEREIRA DE  
FREITAS(OAB: 138728-A/MG)  
Advogado DR. GÉSIO PEREIRA DE  
FREITAS(OAB: 180719-A/MG)  
AGRAVADO(S) JADEL CONSTRUÇOES ELETRICAS  
LTDA  
Advogado DR. JOSE IGOR VELOSO  
NOBRE(OAB: 67287-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- JADEL CONSTRUÇOES ELETRICAS LTDA
- JOSE LUIZ DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011819-77.2014.5.15.0105**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CONSUELO JAYME MACHADO  
MERCADANTE SANTANA E OUTROS  
Advogado DR. LEONARDO DE LIMA  
NAVES(OAB: 91166/MG)  
AGRAVADO(S) FRANCISCO CARLOS CAMILO  
Advogada DRA. ALILEUSA DA ROCHA RUIZ  
VALENTIN(OAB: 323296-A/SP)  
AGRAVADO(S) SMART SERVIÇOS EMPRESARIAIS  
LTDA  
AGRAVADO(S) CESAR AUGUSTO MERCADANTE  
SANTANA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CESAR AUGUSTO MERCADANTE SANTANA
- CONSUELO JAYME MACHADO MERCADANTE SANTANA E OUTROS
- FRANCISCO CARLOS CAMILO
- SMART SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA



**Processo Nº Ag-RRAg-0011919-64.2015.5.15.0083**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.  
Advogada DRA. ANA PAULA PAIVA DE MESQUITA BARROS(OAB: 113793-D/SP)  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado DR. Cássio de Mesquita Barros Júnior(OAB: 8354/SP)  
AGRAVADO(S) SABRINA ROSANGELA DA SILVA SANTOS  
Advogada DRA. LUCIA MARIA BEZERRA GANDOLFO(OAB: 6759/RO)  
AGRAVADO(S) STARS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME  
Advogada DRA. MARGARIDA MARIA PONTES DE AGUIAR(OAB: 79245/SP)  
AGRAVADO(S) ISHII E REIS REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- ISHII E REIS REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - ME
- SABRINA ROSANGELA DA SILVA SANTOS
- STARS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME

**Processo Nº Ag-AIRR-0011945-44.2020.5.15.0097**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PAULO LIMA DE OLIVEIRA  
Advogado DR. ANDERSON DE OLIVEIRA BARBOZA(OAB: 244097-A/SP)  
AGRAVADO(S) MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.  
Advogado DR. JOSE RICARDO SANT ANNA(OAB: 132995-A/SP)  
Advogada DRA. MARIA LUIZA ROMANO(OAB: 68089/SP)  
Advogado DR. CARLOS RONALDO DANTAS GEREMIAS(OAB: 201779-A/SP)  
AGRAVADO(S) CONDOMINIO GR I LOUVEIRA  
Advogado DR. FABIANO DANTE(OAB: 246991-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONDOMINIO GR I LOUVEIRA
- MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- PAULO LIMA DE OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0012238-13.2017.5.15.0099**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ANTONIO PEREIRA LINS  
Advogada DRA. ELISÂNGELA VIEIRA SILVA HORSCHUTZ(OAB: 290231-A/SP)  
Advogado DR. RENATO GUMIER HORSCHUTZ(OAB: 155371-A/SP)  
AGRAVADO(S) TECELAGEM CHUAHY LTDA.  
Advogada DRA. SUZANA COMELATO(OAB: 155367-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO PEREIRA LINS
- TECELAGEM CHUAHY LTDA.

**Processo Nº Ag-ARR-0012442-40.2016.5.15.0116**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) F.B.A. FUNDICAO BRASILEIRA DE ALUMINIO LTDA  
Advogado DR. ELIAS HERMOSO ASSUMPÇÃO(OAB: 159031/SP)  
Advogado DR. FRANCISCO VIEIRA CORDEIRO FILHO(OAB: 24175-A/SP)  
Advogado DR. GUSTAVO BISMARCHI MOTTA(OAB: 275477-D/SP)  
AGRAVADO(S) ABEL MILAN  
Advogado DR. GUSTAVO PESSOA CRUZ(OAB: 292769/SP)  
AGRAVADO(S) RONTAN ELETRO METALÚRGICA LTDA.  
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ PAES DE ALMEIDA(OAB: 169564/SP)  
AGRAVADO(S) TELÚRICA, NEGÓCIOS RURAIS E AGRO-PASTORIS, LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ABEL MILAN
- F.B.A. FUNDICAO BRASILEIRA DE ALUMINIO LTDA
- RONTAN ELETRO METALÚRGICA LTDA.
- TELÚRICA, NEGÓCIOS RURAIS E AGRO-PASTORIS, LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0012450-60.2017.5.03.0069**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada DRA. CARINE MURTA NAGEM CABRAL(OAB: 79742-A/MG)  
AGRAVADO(S) PAULO ROGERIO DA SILVA NEIVA  
Advogado DR. ENDERSON SILVINO DOS SANTOS(OAB: 115037-A/MG)  
Advogado DR. NAZARENO MOREIRA QUIRINO(OAB: 112641-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PAULO ROGERIO DA SILVA NEIVA
- SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0012585-67.2016.5.18.0141**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MARCOPOLO S.A.  
Advogado DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado DR. MANUEL ANTÔNIO TEIXEIRA NETO(OAB: 29032-A/PR)  
AGRAVADO(S) CLAUDEMIR NASCIMENTO DE MORAIS  
Advogado DR. DIMAS ROSA RESENDE JÚNIOR(OAB: 29268-A/GO)  
Advogado DR. RAFAEL SILVA COUTO(OAB: 39813-A/GO)  
AGRAVADO(S) GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S.A.



Advogado DR. FABIO PONTES FÉLIX(OAB: 59456-A/PR)  
Advogado DR. ALYSSON ANDRÉ DONANSKI(OAB: 78542/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUDEMIR NASCIMENTO DE MORAIS
- GATRON INOVAÇÃO EM COMPÓSITOS S.A.
- MARCOPOLO S.A.

**Processo Nº Ag-RR-0012665-12.2013.5.01.0205**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.  
Advogado DR. RICARDO CÉSAR RODRIGUES PEREIRA(OAB: 62321/RJ)  
AGRAVADO(S) BRUNO VIEIRA DA SILVA  
Advogado DR. JOÃO ALBERTO GUERRA(OAB: 93429/RJ)  
AGRAVADO(S) PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. ANTÔNIO EMÍLIO CAPORALI(OAB: 80714/RJ)  
AGRAVADO(S) PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada DRA. ANALI CORRÊA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
- BRUNO VIEIRA DA SILVA
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0012676-66.2015.5.15.0145**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BOREALIS BRASIL S.A.  
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729-A/SP)  
AGRAVADO(S) PEDRO MIGUEL PANTA DA SILVA  
Advogado DR. THALES CAPELETTO DE OLIVEIRA(OAB: 221303/SP)  
AGRAVADO(S) BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMÉRCIO LTDA.  
Advogado DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BOREALIS BRASIL S.A.
- BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMÉRCIO LTDA.
- PEDRO MIGUEL PANTA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0016638-65.2021.5.16.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE BURITI BRAVO  
Advogado DR. SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB: 5446-A/PI)

AGRAVADO(S) DORACI CARNEIRO DOS SANTOS  
Advogado DR. DANILO DE CARVALHO MADEIRA(OAB: 15793-A/MA)  
Advogado DR. LARISSA MARQUES ROLINS DE SOUSA(OAB: 12066-A/PI)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DORACI CARNEIRO DOS SANTOS
- MUNICIPIO DE BURITI BRAVO

**Processo Nº Ag-RR-0016710-52.2021.5.16.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE BURITI BRAVO  
Advogado DR. SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB: 5446-A/PI)  
Advogado DR. DANIEL FURTADO VELOSO(OAB: 8207-A/MA)  
AGRAVADO(S) MIRELLY RODRIGUES COIMBRA  
Advogado DR. JARDEL CARDOSO SANTOS(OAB: 17435-A/PI)  
Advogado DR. ALDENORA LUCIA CARVALHO ANGELIN(OAB: 17337-A/PI)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MIRELLY RODRIGUES COIMBRA
- MUNICIPIO DE BURITI BRAVO

**Processo Nº Ag-AIRR-0016953-93.2021.5.16.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE BURITI BRAVO  
Advogado DR. SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB: 5446-A/PI)  
AGRAVADO(S) DANILO PEREIRA DE AGUIAR  
Advogada DRA. ALEXANDRE DE CERQUEIRA DA SILVA(OAB: 4865-A/PI)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANILO PEREIRA DE AGUIAR
- MUNICIPIO DE BURITI BRAVO

**Processo Nº Ag-AIRR-0018800-22.2006.5.07.0010**

*Processo Nº Ag-AIRR-00188/2006-010-07-00.9*

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
Advogado DR. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 14326-A/CE)  
AGRAVADO(S) FRANCISCO CAETANO DE PAIVA E OUTROS  
Advogado DR. MARCELO DA SILVA(OAB: 17053-A/CE)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. AFONSO DE PAULA PINHEIRO ROCHA(OAB: 18010/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO CAETANO DE PAIVA E OUTROS

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL  
PETROS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0020084-79.2020.5.04.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO  
DE DADOS DO MUNICÍPIO DE  
PORTO ALEGRE - PROCEMPA  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE  
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20015/DF)  
Advogada DRA. REGINA LÚCIA  
FURTADO(OAB: 102079-A/RS)  
Advogada DRA. GABRIELA COSTA  
PERES(OAB: 114334-A/RS)  
AGRAVADO(S) JARBAS ALAOR DE ASSIS VARGAS  
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES  
FURTADO(OAB: 65084/RS)  
Advogado DR. DYRCEU COSTA DIAS  
ANDRIOTTI(OAB: 67920-A/RS)  
Advogada DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO  
COSTA(OAB: 2190-A/RS)  
Advogado DR. PEDRO TEIXEIRA MESQUITA  
DA COSTA(OAB: 72811-A/RS)  
Advogado DR. ANDRÉ LUIS SOARES  
ABREU(OAB: 73190-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO  
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEMPA  
- JARBAS ALAOR DE ASSIS VARGAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0020095-13.2019.5.04.0531**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TERRA E ÁGUA INDÚSTRIA DE  
CALÇADOS LTDA.  
Advogada DRA. MELISSA MARTINS(OAB:  
52631-A/RS)  
AGRAVADO(S) DANIELA DA SILVA JUNG  
Advogado DR. AQUILES RODRIGUES DE  
PAULA(OAB: 37446-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANIELA DA SILVA JUNG  
- TERRA E ÁGUA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020142-76.2016.5.04.0406**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) VERA LUCIA FAVARETTO CUNICO  
Advogado DR. ANDRÉ RICARDO  
CHIMELLO(OAB: 40707-A/RS)  
Advogada DRA. CAMILA ANA DE CONTO(OAB:  
96265-A/RS)  
AGRAVADO(S) VINE MEGA-SERVICOS - EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- VERA LUCIA FAVARETTO CUNICO  
- VINE MEGA-SERVICOS - EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0020186-85.2020.5.04.0752**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO GAUCHA DO  
TRABALHO E AÇÃO SOCIAL  
Procurador DR. ALFREDO CROSSETTI SIMON

AGRAVADO(S) VERA HORMANN NARESSI  
Advogado DR. KÁCIO LEANDRO GELAIN(OAB:  
68992-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO GAUCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL  
- VERA HORMANN NARESSI

**Processo Nº Ag-AIRR-0020256-19.2020.5.04.0812**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TMSA - TECNOLOGIA EM  
MOVIMENTAÇÃO S/A  
Advogado DR. GUILHERME GUIMARÃES(OAB:  
37672/RS)  
AGRAVADO(S) ESFERA MONTAGENS INDUSTRIAIS  
EIRELI E OUTRO  
Advogado DR. CRISTIANO CARNEIRO(OAB:  
68297/RS)  
AGRAVADO(S) ANDERSON SALAU DE LIMA  
Advogado DR. MARCIANO HERLY ALVES  
SILVEIRA(OAB: 45389-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDERSON SALAU DE LIMA  
- ESFERA MONTAGENS INDUSTRIAIS EIRELI E OUTRO  
- TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTAÇÃO S/A

**Processo Nº Ag-AIRR-0020269-30.2019.5.04.0011**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) BRADESCO SEGUROS S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogado DR. FLÁVIO CESAR  
INNOCENTI(OAB: 59964-A/RS)  
Advogado DR. GILSON KLEBES  
GUGLIELMI(OAB: 45592-A/RS)  
AGRAVADO(S) PABLO GEOVANI JACOBY  
Advogado DR. RAFAEL DIAS DO CANTO(OAB:  
76095-D/RS)  
AGRAVADO(S) PRODASEG - SERVICOS DE APOIO  
ADMINISTRATIVO LTDA  
Advogado DR. RICARDO MORALES  
BRUM(OAB: 34534-A/RS)  
AGRAVADO(S) HDI SEGUROS S.A.  
Advogada DRA. PRISCILA MATHIAS DE  
MORAIS FICHTNER(OAB: 169760-  
A/SP)  
Advogado DR. EDUARDO CHALFIN(OAB:  
241287-A/SP)  
Advogado DR. FELIPE NAVEGA  
MEDEIROS(OAB: 217017/SP)  
AGRAVADO(S) LIBERTY SEGUROS S.A.  
Advogado DR. RODRIGO PACHECO PROENÇA  
DE CARVALHO(OAB: 41327-A/RS)  
Advogado DR. MAURO SANTA MARIA(OAB:  
287780-D/SP)  
Advogado DR. ANDRÉ OLÍMPIO DE  
SOUZA(OAB: 347436-A/SP)  
AGRAVADO(S) ITAÚ SEGUROS S.A.  
Advogado DR. NEWTON DORNELES  
SARATT(OAB: 25185-A/RS)  
AGRAVADO(S) SOMPO SEGUROS S.A.  
Advogado DR. MAURÍCIO GRECA  
CONSENTINO(OAB: 180608/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRADESCO SEGUROS S.A.  
- HDI SEGUROS S.A.  
- ITAÚ SEGUROS S.A.  
- LIBERTY SEGUROS S.A.  
- PABLO GEOVANI JACOBY  
- PRODASEG - SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA  
- SOMPO SEGUROS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020313-63.2016.5.04.0008**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) MARLI CHAVES DUARTE  
Advogado DR. JAIRO NAUR FRANCK(OAB: 24290-A/RS)  
AGRAVADO(S) CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL - COREN/RS  
Advogada DRA. SUZANA SCHOFFEN(OAB: 44557-A/RS)  
Advogada DRA. GABRIELA DA MOTTA FIGUEREDO(OAB: 63436-A/RS)  
Advogado DR. GABRIEL DOS REIS PENA(OAB: 94345-A/RS)  
AGRAVADO(S) LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.  
Advogado DR. RONALDO COSTA BEBER TEIXEIRA(OAB: 83680/RS)  
Advogada DRA. GIOVANA SCAPINI THOMAS(OAB: 97911-A/RS)  
AGRAVADO(S) CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA  
Advogado DR. CLAUDIA LARRATEA ECHEVERRIA(OAB: 50858-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA  
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL - COREN/RS  
- LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.  
- MARLI CHAVES DUARTE

**Processo Nº Ag-RRAg-0020328-42.2020.5.04.0121**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH  
Advogado DR. LEANDRO MARQUES COELHO(OAB: 73046-A/RS)  
AGRAVADO(S) THAISE TROINA MELENDEZ  
Advogado DR. MANOEL FERMINO DA SILVEIRA SKREBSKY(OAB: 24818-A/RS)  
Advogado DR. CEZAR CORRÊA RAMOS(OAB: 34124/RS)  
Advogado DR. LEÔNIDAS COLLA(OAB: 31704/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH  
- THAISE TROINA MELENDEZ

**Processo Nº Ag-RRAg-0020343-81.2021.5.04.0733**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. LOANDA MAGALHÃES PEREIRA(OAB: 106630/RS)  
AGRAVADO(S) JANDIR ANTONIO DA SILVEIRA  
Advogado DR. MAURICIO POLONI(OAB: 65568-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- JANDIR ANTONIO DA SILVEIRA

**Processo Nº Ag-RR-0020352-53.2021.5.04.0471**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. ROSANE SANTOS LIBÓRIO BARROS(OAB: 16041-A/RS)  
AGRAVADO(S) ROGERIO SEVERO NOGUEIRA  
Advogado DR. ADRIANA DE GÓES DOS SANTOS(OAB: 80684-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- ROGERIO SEVERO NOGUEIRA

**Processo Nº Ag-RR-0020360-44.2020.5.04.0122**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH  
Advogada DRA. TISSIANE RODRIGUES ACOSTA(OAB: 66206-D/RS)  
Advogado DR. LEANDRO MARQUES COELHO(OAB: 73046-A/RS)  
AGRAVADO(S) MARILIM FARIAS TAVARES  
Advogado DR. MANOEL FERMINO DA SILVEIRA SKREBSKY(OAB: 24818-A/RS)  
Advogada DRA. FERNANDA DE OLIVEIRA LIVI(OAB: 68650-A/RS)  
Advogado DR. CEZAR CORREA RAMOS(OAB: 34214-A/RS)  
Advogado DR. LEÔNIDAS COLLA(OAB: 31704/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH  
- MARILIM FARIAS TAVARES

**Processo Nº Ag-Ag-RR-0020450-18.2021.5.04.0025**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. SANDRO OSNI DA SILVA GOMES(OAB: 71895-A/RS)  
AGRAVADO(S) VOLNEI DUTRA DA SILVA  
Advogado DR. MAURICIO POLONI(OAB: 65568-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- VOLNEI DUTRA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020456-14.2018.5.04.0871**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TRANSPORTES MARVEL LTDA.  
Advogado DR. PEDRO AIRTON SOARES DE CAMARGO(OAB: 15920-D/SC)  
AGRAVADO(S) FILIPE LENZ DE ANDRADE  
Advogado DR. TEÓFILO CARVALHO REYES(OAB: 67742-A/RS)  
Advogado DR. DANIEL BOFILL VANONI(OAB: 82867-A/RS)  
Advogado DR. ARNILDO JOSE BOLSON(OAB: 82577-A/RS)  
Advogado DR. LEONARDO ARYPE REYES(OAB: 111848-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FILIPE LENZ DE ANDRADE  
- TRANSPORTES MARVEL LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020516-71.2016.5.04.0122**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Advogada DRA. ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO(OAB: 167659-A/RJ)  
AGRAVADO(S) ADILSON CRISPIM  
Advogado DR. HALLEY LINO DE SOUZA(OAB: 54730-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADILSON CRISPIM  
- ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0020549-79.2020.5.04.0782**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) COOPERATIVA LANGUIRU LTDA.  
Advogado DR. ANDRE ROBERTO MALLMANN(OAB: 22940-A/RS)  
AGRAVADO(S) RENATA CRISTINA BALD  
Advogado DR. EDSON VALTER FRITSCH(OAB: 78376-A/RS)  
Advogado DR. CARLOS LEONEL WOMMER(OAB: 79811-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COOPERATIVA LANGUIRU LTDA.  
- RENATA CRISTINA BALD

**Processo Nº Ag-AIRR-0020613-77.2016.5.04.0023**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) LACTALIS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA.  
Advogado DR. KLEBER BORGES DE MOURA(OAB: 14012-A/DF)  
AGRAVADO(S) LEANDRO SCHWANTES  
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)

Advogado DR. FÚLVIO FERNANDES FURTADO(OAB: 41172-A/RS)  
Advogado DR. BRUNO BRUSCATO BARRETO(OAB: 91279-A/RS)  
AGRAVADO(S) BRF S.A.  
Advogado DR. MARCELO DALANHOL(OAB: 31510-D/PR)  
Advogado DR. RUY FONSATTI JÚNIOR(OAB: 24841-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRF S.A.  
- LACTALIS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA.  
- LEANDRO SCHWANTES

**Processo Nº Ag-AIRR-0020614-37.2021.5.04.0201**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. ADROALDO DA SILVA FILHO(OAB: 63304-A/RS)  
AGRAVADO(S) ISAAC SANTOS DA SILVA  
Advogado DR. MAURICIO POLONI(OAB: 65568-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- ISAAC SANTOS DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020770-42.2017.5.04.0661**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) AGRODANIELI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
Advogada DRA. DIANA LÚCIA FAVRETTO(OAB: 103164-A/RS)  
Advogada DRA. CRISTIANE MELARA TRES(OAB: 94729-A/RS)  
Advogada DRA. JULIANA TEREZINHA NISSOLA(OAB: 100148-A/RS)  
Advogado DR. CARLOS ADRIANO STEIN COSTA(OAB: 106982-A/RS)  
AGRAVADO(S) TAMIRES WANSOWSKI  
Advogado DR. EVERTON DE RE(OAB: 93357-A/RS)  
Advogado DR. ALVENIR ANTÔNIO DE ALMEIDA(OAB: 46546/RS)  
Advogado DR. JUAN PEDRO FASSINA(OAB: 93351-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGRODANIELI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
- TAMIRES WANSOWSKI

**Processo Nº Ag-AIRR-0020776-45.2020.5.04.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA/RS  
Advogado DR. FERNANDO SCHIAFINO SOUTO(OAB: 34738-A/RS)  
AGRAVADO(S) JULIANA RITT  
Advogado DR. FILIPE DIFFINI SANTA MARIA(OAB: 58605-A/RS)



Advogada DRA. FERNANDA GIARDINI  
POGORELSKY(OAB: 56533-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA  
DO RIO GRANDE DO SUL - CREA/RS  
- JULIANA RITT

**Processo Nº Ag-AIRR-0020879-72.2018.5.04.0030**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BANCO BMG S.A.  
Advogado DR. JOSÉ GUILHERME CARNEIRO  
QUEIROZ(OAB: 163613/SP)  
Advogado DR. JOSÉ GUILHERME CARNEIRO  
QUEIROZ(OAB: 10591-A/RS)  
AGRAVADO(S) PORTOCRED S.A. - CRÉDITO,  
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
Advogado DR. ROBERTO PIERRI  
BERSCH(OAB: 24484-D/RS)  
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. NEWTON DORNELLES  
SARATT(OAB: 25185/RS)  
AGRAVADO(S) BANCO PAN S.A.  
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER  
PÓVOA(OAB: 88922/RJ)  
AGRAVADO(S) VANESSA DE MELO  
Advogada DRA. VERÔNICA BRASIL DE  
FREITAS(OAB: 82208-A/RS)  
AGRAVADO(S) LUIGI CONSULTORIA EMPRESARIAL  
LTDA.  
Advogada DRA. GABRIELA RIBEIRO DE  
SOUZA(OAB: 85899/RS)  
Advogado DR. JAMILLE PALAVER KLUG(OAB:  
106077-A/RS)  
Advogada DRA. FRANTYELLE DORNELES  
GAMBIN(OAB: 123374/RS)  
AGRAVADO(S) MASSIMO - COMERCIO DE  
ACESSÓRIOS PARA TELEFONIA E  
SERVICOS LTDA  
Advogado DR. DANIEL FERNANDO PEDROSO  
DE ALMEIDA(OAB: 39512-A/RS)  
Advogada DRA. ELIANE DA SILVA  
PETRAZZINI(OAB: 16375-B/SC)  
Advogada DRA. FRANTYELLE DORNELES  
GAMBIN(OAB: 123374/RS)  
AGRAVADO(S) BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA.  
Advogado DR. FREDERICO AZAMBUJA  
LACERDA(OAB: 30869-A/RS)  
AGRAVADO(S) BEM PROMOTORA DE VENDAS E  
SERVIÇOS S.A.  
Advogado DR. JACQUES ANTUNES  
SOARES(OAB: 75751-A/RS)  
Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA  
ROZALES(OAB: 56479-A/RS)  
AGRAVADO(S) BANCO VOTORANTIM S.A.  
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB:  
119729/SP)  
AGRAVADO(S) LAS SERVICOS DE ESCRITORIO  
LTDA  
Advogada DRA. LUMA HERTZOG FERNANDES  
DE SOUZA SPINA(OAB: 91044-A/RS)  
Advogada DRA. FRANTYELLE DORNELES  
GAMBIN(OAB: 123374/RS)  
AGRAVADO(S) BANCO BS2 S.A.  
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB:  
281551/SP)  
Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB:  
71639-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BMG S.A.  
- BANCO BS2 S.A.  
- BANCO PAN S.A.  
- BANCO VOTORANTIM S.A.  
- BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.  
- BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA.  
- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- LAS SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA  
- LUIGI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.  
- MASSIMO - COMERCIO DE ACESSÓRIOS PARA TELEFONIA  
E SERVICOS LTDA  
- PORTOCRED S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO  
- VANESSA DE MELO

**Processo Nº Ag-AIRR-0021005-06.2018.5.04.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) GERAÇÃO FUTURO CORRETORA  
DE VALORES S.A. E OUTRO  
Advogado DR. CLÁUDIO PACHECO PRATES  
LAMACHIA(OAB: 22356-A/RS)  
Advogado DR. RODRIGO DORNELES(OAB:  
46421-A/RS)  
Advogado DR. LEONARDO LAMACHIA(OAB:  
47477-A/RS)  
AGRAVADO(S) RAFAEL ANDREAS WEBER  
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A. E  
OUTRO  
- RAFAEL ANDREAS WEBER

**Processo Nº Ag-AIRR-0021261-26.2017.5.04.0701**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA  
LTDA.  
Advogado DR. ROBERTO TRIGUEIRO  
FONTES(OAB: 61510-A/RS)  
Advogado DR. FLÁVIO HENRIQUE BERTON  
FEDERICI(OAB: 165001/SP)  
AGRAVADO(S) CARLOS AUGUSTO KUHN  
Advogado DR. GRACIELA JUSTO EVALDT(OAB:  
65359-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS AUGUSTO KUHN  
- SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0021298-64.2016.5.04.0741**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. LOANDA MAGALHÃES  
PEREIRA(OAB: 106630/RS)  
AGRAVADO(S) ROBSON BELCHOR DOS SANTOS  
Advogado DR. DIEGO PALHANO  
STRASSBURGER(OAB: 62645-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT  
- ROBSON BELCHOR DOS SANTOS



**Processo Nº Ag-AIRR-0021325-22.2015.5.04.0017**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) DE SOUZA ADVOGADOS  
Advogada DRA. CARMEN PACHECO DE FREITAS(OAB: 61277-A/RS)  
Advogado DR. EDUARDO CARINGI RAUPP(OAB: 53969-A/RS)  
Advogado DR. FLÁVIO OBINO FILHO(OAB: 24379-A/RS)  
AGRAVADO(S) DECIO RIBEIRO FERNANDES  
Advogado DR. ALEXANDRE OLIVEIRA SOARES DA SILVA(OAB: 26952-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DE SOUZA ADVOGADOS
- DECIO RIBEIRO FERNANDES

**Processo Nº Ag-AIRR-0021443-52.2016.5.04.0020**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) DANIEL KREMER  
Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)  
Advogado DR. RENATO KLIEMANN PAESE(OAB: 29134-A/RS)  
Advogado DR. INGRID RENZ BIRNFELD(OAB: 51641-A/RS)  
Advogado DR. MARINA ZANCHY DAL FORNO(OAB: 76299-A/RS)  
AGRAVADO(S) HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.  
Advogada DRA. MÔNICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359/RS)  
Advogado DR. BENÔNI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANIEL KREMER
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0021517-90.2017.5.04.0014**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.  
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909-A/SC)  
AGRAVADO(S) ALEXANDRE DE LIMA SOARES  
Advogado DR. ANA PATRICIA PERDOMO(OAB: 85970-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXANDRE DE LIMA SOARES
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0023512-46.2017.5.04.0271**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) CALÇADOS BEIRA RIO S.A.  
Advogado DR. ANGELA MARIA RAFFAINER(OAB: 26977-A/RS)  
AGRAVADO(S) JUSSARA MENEGOTTO NEIS  
Advogado DR. LUCIANO ROBERTO SARTURI(OAB: 26316-A/RS)

Advogado DR. TIAGO LUIZ RADAELLI(OAB: 76683-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CALÇADOS BEIRA RIO S.A.
- JUSSARA MENEGOTTO NEIS

**Processo Nº Ag-ED-RR-0024135-94.2019.5.24.0106**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) RAIZEN CAARAPÓ AÇÚCAR E ALCOOL LTDA.  
Advogado DR. LUIZ CARLOS AMORIM ROBORELLA(OAB: 25027/SP)  
AGRAVADO(S) ALEX MARTINS DA SILVA  
Advogado DR. JOSÉ CARLOS PARPINELLI JUNIOR(OAB: 14383-A/MS)  
Advogado DR. AGLEISON SILVESTRE REDIGOLO SANTOS(OAB: 21921-A/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEX MARTINS DA SILVA
- RAIZEN CAARAPÓ AÇÚCAR E ALCOOL LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0024316-05.2022.5.24.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FOGACA RIBEIRO ENXOVAIS LTDA  
Advogado DR. JESSE RALF SCHIFTER(OAB: 527-A/RO)  
AGRAVADO(S) VICTOR HUGO CAMPOS DELMONDES  
Advogado DR. GUILHERME MARTINS DA SILVA(OAB: 324585-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FOGACA RIBEIRO ENXOVAIS LTDA
- VICTOR HUGO CAMPOS DELMONDES

**Processo Nº Ag-AIRR-0024783-46.2020.5.24.0007**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) VIAÇÃO MOTTA LIMITADA  
Advogado DR. ANTÔNIO CLETO GOMES(OAB: 5864/CE)  
AGRAVADO(S) DIONIZIA ARGUELHO  
Advogado DR. JUVENAL DE SOUSA NETO(OAB: 17618-A/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DIONIZIA ARGUELHO
- VIAÇÃO MOTTA LIMITADA

**Processo Nº Ag-AIRR-0025361-29.2017.5.24.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MARCIA APARECIDA CARVALHO CANETTIÉRI BARBOSA - ME  
Advogado DR. RICARDO DE SOUZA VARONI(OAB: 16683-A/MS)  
AGRAVADO(S) MARCUS VINICIUS CAMPOS LIMA  
Advogado DR. FÁBIO FERREIRA DE SOUZA(OAB: 8072-A/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCIA APARECIDA CARVALHO CANETTIERI BARBOSA - ME  
- MARCUS VINICIUS CAMPOS LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-0049400-26.2009.5.01.0030**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) REAL GRANDEZA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Advogada DRA. FERNANDA ROSA SILVA MILWARD CARNEIRO(OAB: 150685/RJ)  
AGRAVADO(S) CARLOS ALBERTO VIEIRA ROSCOE  
Advogado DR. JOSÉ AUGUSTO CAIUBY(OAB: 22805-A/RJ)  
Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB: 1530/DF)  
AGRAVADO(S) FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.  
Advogado DR. GUILHERME LUIZ ARRUDA LEAL FERREIRA(OAB: 37918-A/RJ)  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283-A/RJ)  
Advogado DR. JOSÉ FIGUEIREDO DA FONSECA JÚNIOR(OAB: 153094-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ALBERTO VIEIRA ROSCOE  
- FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.  
- REAL GRANDEZA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0057400-30.2006.5.01.0059**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMUNIDADE RIO 2  
Advogada DRA. LUCIANA PAMPLONA BARCELOS NAHID(OAB: 133688-A/RJ)  
Advogado DR. EDUARDO DE ALVARENGA TAVARES(OAB: 108892-A/RJ)  
AGRAVADO(S) CARLOS RENATO RIMES ORNELLA  
Advogada DRA. ZULEIDE CAMACHO JACOB(OAB: 44974-A/RJ)  
AGRAVADO(S) TRADICOM EMPRESA DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
Advogado DR. ANTONIO AFONSO CAETANO BUARQUE EICHLER(OAB: 60058-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS RENATO RIMES ORNELLA  
- COMUNIDADE RIO 2  
- TRADICOM EMPRESA DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0061500-36.2005.5.05.0161**

*Processo Nº Ag-AIRR-00615/2005-161-05-00.0*

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429-A/DF)

Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-A/BA)  
Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)  
AGRAVADO(S) SIMEAO NASCIMENTO E OUTROS  
Advogado DR. CARLOS ARTUR CHAGAS RIBEIRO(OAB: 5677/BA)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- SIMEAO NASCIMENTO E OUTROS

**Processo Nº Ag-AIRR-0067600-09.1995.5.17.0004**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E.E.C.  
Advogado DR. SEDNO ALEXANDRE PELISSARI(OAB: 8573-A/ES)  
Advogado DR. JOÃO BATISTA DALLAPICCOLA SAMPAIO(OAB: 4367-P/ES)  
Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO DALLAPICCOLA SAMPAIO(OAB: 9588/ES)  
Advogado DR. JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO SAMPAIO NETTO(OAB: 9624-A/ES)  
AGRAVADO(S) E.E.S.S.L.  
AGRAVADO(S) N.M.L.  
AGRAVADO(S) N.C.S.B.  
AGRAVADO(S) R.L.T.  
AGRAVADO(S) V.J.F.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- E.E.C.  
- E.E.S.S.L.  
- N.C.S.B.  
- N.M.L.  
- R.L.T.  
- V.J.F.

**Processo Nº Ag-AIRR-0069100-54.2001.5.01.0034**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) TIM S A E OUTRA  
Advogado DR. RODRIGO ANTÔNIO FREITAS FARIAS DE SOUZA(OAB: 232121/SP)  
AGRAVADO(S) JORGE DE ARAUJO SANTOS  
Advogado DR. LUÍS ALBERTO FERNANDES NOGUEIRA(OAB: 79107-A/RJ)  
AGRAVADO(S) EDITORA RIO S.A.  
Advogada DRA. CRISTIANE LOUISE ALVES FERREIRA(OAB: 174212-A/RJ)  
AGRAVADO(S) JORNAL DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. PATRÍCIA PERDIGÃO(OAB: 85472-D/RJ)  
AGRAVADO(S) ÂNGELA MARIA PEREIRA MOREIRA  
AGRAVADO(S) JOSÉ CARLOS TORRES HARDMAN

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDITORA RIO S.A.

- JORGE DE ARAUJO SANTOS  
- JORNAL DO BRASIL S.A.  
- JOSÉ CARLOS TORRES HARDMAN  
- TIM S A E OUTRA  
- ÂNGELA MARIA PEREIRA MOREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0075200-03.1998.5.05.0492**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CARLOS EDUARDO PINTO MAGALHAES E OUTRO  
Advogada DRA. MÁRCIA LUIZA FAGUNDES PEREIRA(OAB: 14882/BA)  
Advogada DRA. ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS(OAB: 14542/DF)  
Advogada DRA. GABRIELA NEVES PINHEIRO GOUVEIA(OAB: 16916-A/BA)  
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE MATOS FERREIRA(OAB: 24390-A/DF)  
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES VIVAS(OAB: 8685/DF)  
Advogado DR. DANIEL VENCIMENTO DOS SANTOS(OAB: 27059-A/BA)  
AGRAVADO(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.  
Advogado DR. LUÍS EDUARDO LYRA LINS(OAB: 15260/BA)  
Advogada DRA. GEÓRGIA GUIMARÃES KRUSCHEWSKY SANTOS(OAB: 27572/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS EDUARDO PINTO MAGALHAES E OUTRO  
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0089200-47.2008.5.04.0019**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO VOTORANTIM S.A.  
Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918/SP)  
AGRAVADO(S) MICHELLI FIALHO DURANTI DA SILVA  
Advogado DR. DIRCEU ANDRÉ SEBBEN(OAB: 32966-A/RS)  
AGRAVADO(S) BV SERVIÇOS LTDA.  
Advogado DR. JORGE ANTÔNIO NASSAR CAPRARO(OAB: 17598/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO VOTORANTIM S.A.  
- BV SERVIÇOS LTDA.  
- MICHELLI FIALHO DURANTI DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0096200-12.2008.5.04.0662**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909-A/SC)  
AGRAVADO(S) JORGE LUIZ DE QUADROS  
Advogado DR. ELIAS ANTÔNIO GARBIN(OAB: 25418/RS)  
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. LEONARDO GAULAND DE MAGALHÃES BORTOLUZZI(OAB: 18056/DF)  
Advogada DRA. CAMILA ZANCHIN GOLIN(OAB: 67659-D/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
- JORGE LUIZ DE QUADROS

**Processo Nº Ag-AIRR-0100012-70.2021.5.01.0054**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.  
Advogado DR. CESAR AUGUSTO DE LIMA BRANDAO GUIMARAES(OAB: 105578-A/RJ)  
AGRAVADO(S) RAFAEL HENRIQUE FERREIRA PEREIRA  
Advogado DR. FÚLVIO FERNANDES FURTADO(OAB: 41172/RS)  
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)  
AGRAVADO(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. ANTÔNIO VANDERLER DE LIMA(OAB: 35211-A/RJ)  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)  
AGRAVADO(S) FULVIO FERNANDES FURTADO  
Advogado DR. FÚLVIO FERNANDES FURTADO(OAB: 41172/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FULVIO FERNANDES FURTADO  
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- RAFAEL HENRIQUE FERREIRA PEREIRA  
- SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.

**Processo Nº Ag-RRAg-0100046-82.2020.5.01.0053**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS  
Procurador DR. FLAVIO COSTA BEZERRA FILHO  
AGRAVADO(S) GERALDO LUIS MARCOLINO LOPES  
Advogada DRA. MARIANGELA MENDES ALBUQUERQUE MARQUES DE OLIVEIRA(OAB: 169859-A/RJ)  
AGRAVADO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- GERALDO LUIS MARCOLINO LOPES  
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0100048-23.2020.5.01.0483**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) EVANDRO RIBEIRO ALBERNAZ  
Advogado DR. TATIANA FERNANDES DE SOUZA(OAB: 181921-A/RJ)  
Advogado DR. LUCAS CORDEIRO PETRUCCI(OAB: 232079-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EVANDRO RIBEIRO ALBERNAZ
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-010064-64.2022.5.01.0011**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ASSOCIACAO DE COMUNICACAO EDUCATIVA ROQUETTE PINTO  
Advogado DR. RAFAEL GUIMARÃES VIEITES NOVAES(OAB: 121527-A/RJ)  
Advogado DR. VICTOR ANDERSON MIRANDA DE SOUZA(OAB: 176039-A/RJ)  
Advogado DR. ALBERTO CARDOSO MACEDO(OAB: 210625-A/RJ)  
AGRAVADO(S) GUILHERME MOREIRA RIBEIRO  
Advogado DR. LEONARDO PEÇANHA MOLL(OAB: 112330-A/RJ)  
Advogado DR. FLÁVIO FERNANDES DE CARVALHO(OAB: 224656-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIACAO DE COMUNICACAO EDUCATIVA ROQUETTE PINTO
- GUILHERME MOREIRA RIBEIRO

**Processo Nº Ag-RRAg-0100102-47.2018.5.01.0551**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) LUCIANO DE JESUS GERALDO  
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505-A/RJ)  
Advogado DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851-A/RJ)  
Advogada DRA. ISABEL CRISTINA DOS SANTOS NUNES(OAB: 176507-A/RJ)  
AGRAVADO(S) BARRA FRIOS FLUMINENSE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Advogado DR. ROBSON MOURA CALINO(OAB: 103884-A/RJ)  
Advogado DR. SIMONE ANDREIA PEDROSA SANTOS(OAB: 165359-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BARRA FRIOS FLUMINENSE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
- LUCIANO DE JESUS GERALDO

**Processo Nº Ag-RRAg-0100125-89.2020.5.01.0076**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. FLAVIO COSTA BEZERRA FILHO  
AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577-A/SP)

Advogado DR. EDER SANTANA RIBEIRO(OAB: 464632-A/SP)  
AGRAVADO(S) THIAGO SOARES NASCIMENTO  
Advogado DR. NOEMY DA COSTA FERREIRA(OAB: 154248-A/RJ)  
Advogado DR. JORGE NELSON DA CUNHA MAGALHAES(OAB: 148873-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- THIAGO SOARES NASCIMENTO

**Processo Nº Ag-AIRR-0100138-79.2021.5.01.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. WALDIR ZAGAGLIA  
AGRAVADO(S) FERNANDA PASCHOAL DE SOUZA BARBOSA DOS SANTOS  
Advogada DRA. DARCI RIBEIRO(OAB: 29005-A/RJ)  
AGRAVADO(S) GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.  
Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIUM NUNES(OAB: 100008-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- FERNANDA PASCHOAL DE SOUZA BARBOSA DOS SANTOS
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100145-20.2019.5.01.0075**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ  
Advogado DR. RUDI MEIRA CASSEL(OAB: 22256-D/DF)  
AGRAVADO(S) RONALDO ADAO DE SOUZA CAMARGO  
Advogado DR. ALESSANDRO MAGNO PINTO SALGADO(OAB: 154611-A/RJ)  
Advogado DR. ANDRÉ VIANNA ANTUNES(OAB: 77836-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- RONALDO ADAO DE SOUZA CAMARGO
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ

**Processo Nº Ag-AIRR-0100145-29.2020.5.01.0481**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) EMANUEL ANTONIO DE SOUSA ASSUNCAO  
Advogado DR. JORGE NORMANDO DE CAMPOS RODRIGUES(OAB: 71545/RJ)  
Advogado DR. LUCAS CORDEIRO PETRUCCI(OAB: 232079-A/RJ)  
Advogado DR. MARIANA DE SOUZA AZEVEDO(OAB: 235437-A/RJ)  
Advogado DR. RODRIGO CAMARGO BARBOSA(OAB: 34718/DF)



AGRAVANTE(S) E PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
AGRAVADO(S) PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS  
BASTOS(OAB: 168037/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMANUEL ANTONIO DE SOUSA ASSUNCAO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0100158-85.2021.5.01.0483**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETROBRAS - PETRÓLEO  
BRASILEIRO S.A.  
Advogado DR. FELIPE SIQUEIRA DE  
CARVALHO(OAB: 116483/RJ)  
AGRAVADO(S) GEOVANE NOBERTO DA SILVA  
Advogado DR. ALEXANDER NOGUEIRA  
SANTOS(OAB: 126442-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GEOVANE NOBERTO DA SILVA
- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100169-57.2020.5.01.0481**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS  
BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) FAGNER SILVA OLIVEIRA  
Advogado DR. CAIO VITOR BROSEGHINI(OAB:  
26181-A/ES)  
Advogado DR. KÁSSIO COSENDEI BAUER  
MEDEIROS(OAB: 26187-A/ES)  
AGRAVADO(S) ALPHATEC S.A.  
Advogada DRA. FRANÇOISE DA SILVA  
ROCHA(OAB: 151480-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALPHATEC S.A.
- FAGNER SILVA OLIVEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-RRAg-0100183-11.2021.5.01.0512**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. GABRIEL JAVOSKI BALTASAR  
DE OLIVEIRA  
AGRAVADO(S) SHEILA APARECIDA WENDEROSCK  
Advogada DRA. JULIANA LIMA LATTANZI(OAB:  
174196/RJ)  
AGRAVADO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
Advogado DR. ANA LYGIA ROSA DOS S.  
SURRAGE RODRIGUES  
RIBEIRO(OAB: 132868-A/RJ)  
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA  
LACERDA(OAB: 300694-D/SP)  
Advogado DR. VIVIANE MARCHESANO  
FERREIRA(OAB: 160596-A/RJ)  
Advogado DR. MARIANA BUENO DE  
SOUZA(OAB: 166036-A/RJ)  
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
Advogado DR. ANA CAROLINA MARQUES  
BEZERRA(OAB: 232170-A/RJ)

Advogado DR. JOANA GASPAR PINTO BRAZ  
BOMFIM(OAB: 147245-A/RJ)  
Advogado DR. NATASHA MANDELA  
MARCHELLI RIBEIRO(OAB: 187144-  
A/RJ)  
Advogado DR. EDSON MACHADO RAMALHO  
JUNIOR(OAB: 179851-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- SHEILA APARECIDA WENDEROSCK

**Processo Nº Ag-AIRR-0100189-40.2019.5.01.0301**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. ANNA CAROLINA MIGUEIS  
PEREIRA  
AGRAVADO(S) DULCE HELENA DE MEDEIROS  
KAPLER  
Advogado DR. ANANIAS DE CARVALHO  
ARRAIS(OAB: 99812-A/RJ)  
Advogada DRA. ROSÂNGELA DE OLIVEIRA  
ARRAIS(OAB: 159461-A/RJ)  
AGRAVADO(S) HB MULTISERVIÇOS LTDA.  
Advogado DR. NICK BASSALO ANTUNES(OAB:  
140179-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DULCE HELENA DE MEDEIROS KAPLER
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HB MULTISERVIÇOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100197-29.2019.5.01.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR  
ESTÁCIO DE SÁ LTDA.  
Advogado DR. ROBERTO TRIGUEIRO  
FONTES(OAB: 150097/RJ)  
Advogado DR. PAULO ROBERTO PETRI DA  
SILVA(OAB: 57360/RS)  
Advogado DR. ROBERTO TRIGUEIRO  
FONTES(OAB: 244463-A/SP)  
AGRAVADO(S) CLOVIS DE OLIVEIRA PARADELA  
Advogado DR. ISABELA PIMENTEL DE  
BARROS(OAB: 143653-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLOVIS DE OLIVEIRA PARADELA
- SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100202-22.2019.5.01.0242**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ELAINE BATISTA TUBIAS  
Advogado DR. GUSTAVO RODRIGUES DA  
ROCHA(OAB: 144336-D/RJ)  
Advogado DR. NILSON SALGADO DE  
OLIVEIRA(OAB: 148967-B/RJ)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA LEADER DE  
PROMOÇÃO DE VENDAS  
Advogado DR. DEISE YOKOYAMA(OAB: 87765-  
A/RJ)



Advogado DR. MARIA FERNANDA ANACHORETA XIMENES ROCHA(OAB: 148456-A/RJ)

Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS
- ELAINE BATISTA TUBIAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0100234-96.2020.5.01.0046**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) MABTEK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP E OUTRA

Advogado DR. RENATA NASCIMENTO DE FREITAS CORRÊA(OAB: 92698-A/RJ)

AGRAVADO(S) DIVA MEDEIROS

Advogado DR. CARLOS EDUARDO MARTINS PIRES(OAB: 97823-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DIVA MEDEIROS
- MABTEK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP E OUTRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100274-26.2019.5.01.0204**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) WILLVA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/C LTDA

Advogado DR. EMERSON LUIZ MAZZINI(OAB: 125933-A/RJ)

AGRAVADO(S) CRISTIANE VALADAO DA COSTA

Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851-D/SP)

Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 222297-A/RJ)

AGRAVADO(S) WILLIAM XAVIER LOPES

Advogado DR. DIEGO MOREIRA ANTELO(OAB: 125303-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CRISTIANE VALADAO DA COSTA
- WILLIAM XAVIER LOPES
- WILLVA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/C LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100297-12.2020.5.01.0341**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)

Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531-A/SP)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0100304-92.2017.5.01.0281**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF

Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF

Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS

Procurador DR. GUILHERME PAIÃO FERREIRA PINTO

AGRAVADO(S) ADEMIR ALVARENGA DE CARVALHO JUNIOR

Advogado DR. FAUZE RODRIGUES JASSUS(OAB: 124732/RJ)

AGRAVADO(S) BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADEMIR ALVARENGA DE CARVALHO JUNIOR
- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Processo Nº Ag-RR-0100306-86.2020.5.01.0045**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) VIA S.A.

Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)

AGRAVADO(S) MARCELO LIMA DOS SANTOS

Advogado DR. JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE(OAB: 128788-A/RJ)

AGRAVADO(S) VVLOG LOGÍSTICA LTDA.

Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 50943/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCELO LIMA DOS SANTOS
- VIA S.A.
- VVLOG LOGÍSTICA LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100316-18.2018.5.01.0008**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) MARIA DO CARMO COSTA DE SOUSA E OUTRO

Advogado DR. JOSE LUIS BESERRA CIPRIANO(OAB: 79327-A/SP)

AGRAVADO(S) JOAQUIM ALENCAR DE SOUSA NETO

Advogado DR. CARLOS HENRIQUE SEGURASE DE ALMEIDA(OAB: 67157-A/RJ)

Advogada DRA. JACIARA GARCIA DE OLIVEIRA(OAB: 83873-A/RJ)

AGRAVADO(S) ROBOTECH TRANSPORTES SENSIVEIS LTDA.

Advogado DR. JOSE LUIS BESERRA CIPRIANO(OAB: 79327-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOAQUIM ALENCAR DE SOUSA NETO
- MARIA DO CARMO COSTA DE SOUSA E OUTRO

- ROBOTECH TRANSPORTES SENSÍVEIS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100323-07.2020.5.01.0342**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANES(OAB: 143531/SP)  
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA  
Advogado DR. MAURÍCIO MICHELS CORTEZ(OAB: 78113/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100326-43.2019.5.01.0003**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. RENATO LÔBO GUIMARÃES(OAB: 14517/DF)  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429/DF)  
AGRAVADO(S) JOSE CARLOS DE BARROS FILHO  
Advogada DRA. PRISCILA PORTO LIMA(OAB: 91621-A/RJ)  
Advogada DRA. SOLANGE LOPES PAROLA(OAB: 157969-A/RJ)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. NAYANA CRUZ RIBEIRO(OAB: 4403-A/PI)  
Advogado DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
- JOSE CARLOS DE BARROS FILHO  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0100339-50.2021.5.01.0204**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. JOAO MARCELO GAIO SOUZA  
AGRAVADO(S) TIAGO CRUZ DOS SANTOS  
Advogado DR. EDVAN BORGES CARDOSO(OAB: 77015-D/RJ)  
Advogado DR. GERALDO HENRIQUE FERREIRA(OAB: 75487-D/RJ)  
AGRAVADO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
- TIAGO CRUZ DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-RRAg-0100360-76.2020.5.01.0522**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF  
AGRAVADO(S) VANDERLEY ELIAS DE ALMEIDA  
Advogada DRA. ISABEL CRISTINA DOS SANTOS NUNES(OAB: 176507-A/RJ)  
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)  
Advogado DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851/RJ)  
AGRAVADO(S) CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI  
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- VANDERLEY ELIAS DE ALMEIDA

**Processo Nº Ag-RRAg-0100402-79.2016.5.01.0227**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF  
Procurador DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA  
Procurador DR. CARLOS ANDRÉ SILVA BAPTISTA  
AGRAVADO(S) VANESSA RAMOS LENHO  
Advogado DR. RODRIGO HERMIDA PIRES(OAB: 108834-D/RJ)  
AGRAVADO(S) ACI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.  
Advogado DR. LUIZ PHILIPPE TENUTA DA SILVA(OAB: 181848/RJ)  
AGRAVADO(S) UNIVERSAL ACM DIAGNOSTICA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
Advogado DR. LUIZ PHILIPPE TENUTA DA SILVA(OAB: 181848/RJ)  
AGRAVADO(S) LEOPAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Advogado DR. LUIZ PHILIPPE TENUTA DA SILVA(OAB: 181848/RJ)  
AGRAVADO(S) CM & FILHOS PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA.  
Advogado DR. LUIZ PHILIPPE TENUTA DA SILVA(OAB: 181848/RJ)  
AGRAVADO(S) INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ACI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.  
- CM & FILHOS PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA.  
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
- LEOPAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA.  
- UNIVERSAL ACM DIAGNOSTICA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
- VANESSA RAMOS LENHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0100410-60.2020.5.01.0342**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
Advogada DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-D/RJ)  
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)  
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531-A/SP)  
Advogada DRA. MARIANA PEREIRA DE LIMA(OAB: 206052-A/RJ)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA  
Advogado DR. ALINE CRISTINA BRANDAO(OAB: 110274-A/RJ)  
Advogado DR. DIRLENE CRISTINA BENEVIDES(OAB: 89739-A/RJ)  
Advogado DR. BRUNO VIEIRA LOPES(OAB: 165563-A/RJ)  
Advogado DR. MAURÍCIO NOGUEIRA BARROS(OAB: 64690-A/RJ)  
Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765-A/RJ)  
Advogado DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(OAB: 205545-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100434-85.2018.5.01.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ANDERSON GONCALVES RODRIGUES  
Advogada DRA. SIMONE FAUSTINO TORRES VIEIRA(OAB: 224125-A/RJ)  
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogada DRA. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 169760/SP)  
Advogado DR. ILAN GOLDBERG(OAB: 100643/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDERSON GONCALVES RODRIGUES  
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

**Processo Nº Ag-RRAg-0100507-96.2018.5.01.0482**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) DANIEL DA SILVA SANTOS

Advogado DR. RODRIGO RODRIGUES SARMAHO(OAB: 131328-A/RJ)  
Advogado DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANIEL DA SILVA SANTOS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0100551-76.2020.5.01.0343**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)  
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531-A/SP)  
AGRAVADO(S) SIND TRAB IND M M MAT ELEMAT ELET INF BM VR R ITATIAIA  
Advogado DR. MAURÍCIO MICHELS CORTEZ(OAB: 78113-D/RJ)  
Advogada DRA. ÁUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207/RJ)  
Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
- SIND TRAB IND M M MAT ELEMAT ELET INF BM VR R ITATIAIA

**Processo Nº Ag-RRAg-0100568-41.2019.5.01.0281**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) EDWILSON DA SILVA PINTO  
Advogado DR. MURILO DA SILVA SOUZA(OAB: 138488-A/RJ)  
AGRAVADO(S) UTC ENGENHARIA S.A.  
Advogado DR. TIAGO JOSÉ DOS SANTOS IGLESIAS(OAB: 326371-A/SP)  
Advogado DR. RONILDO SIQUEIRA(OAB: 70586-D/MG)  
Advogado DR. ANDRE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 221306-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDWILSON DA SILVA PINTO  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- UTC ENGENHARIA S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100570-82.2020.5.01.0343**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
Advogada DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-D/RJ)  
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531-A/SP)  
Advogado DR. MALU VIEIRA XAVIER(OAB: 207212-A/RJ)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

Advogado DR. MAURÍCIO MICHELS CORTEZ(OAB: 78113/RJ)

Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

**Processo Nº Ag-RRAg-0100572-64.2020.5.01.0048**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. JULIANA CURVACHO CAPELLA

AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

AGRAVADO(S) RODRIGO MONTEIRO CAMISAO

Advogado DR. PAULO CESAR OZORIO GOMES(OAB: 48841-A/RJ)

Advogado DR. PAULO EDUARDO BORGES GOMES(OAB: 170425-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

- RODRIGO MONTEIRO CAMISAO

**Processo Nº Ag-AIRR-0100579-39.2019.5.01.0065**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) HOSPITAL INTERMEDICA JACAREPAGUA LTDA

Advogada DRA. ROBERTA MARTINS ALVES GUIMARÃES(OAB: 123797/RJ)

Advogado DR. BRUNO RAPHAEL LACERDA DE CASTRO(OAB: 208510-A/RJ)

AGRAVADO(S) MARCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO MIYAGI

Advogado DR. MIGUEL FERNANDO DECLEVA(OAB: 197793-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HOSPITAL INTERMEDICA JACAREPAGUA LTDA

- MARCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO MIYAGI

**Processo Nº Ag-AIRR-0100594-83.2021.5.01.0082**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) NOVA GERAÇÃO COMESTÍVEIS LTDA.

Advogado DR. WALDIMAR DE PAULA FREITAS(OAB: 38982-A/RJ)

AGRAVADO(S) UANDERSON DOS SANTOS LOPES

Advogado DR. JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE(OAB: 128788-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NOVA GERAÇÃO COMESTÍVEIS LTDA.

- UANDERSON DOS SANTOS LOPES

**Processo Nº Ag-AIRR-0100626-86.2020.5.01.0482**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)

AGRAVADO(S) ATILA DE BARROS QUEIROZ

Advogado DR. FRANCINE FRAGOSO BRAZ(OAB: 200464-A/RJ)

AGRAVADO(S) ALPITEC DO BRASIL ALPINISMO INDUSTRIAL LTDA

Advogado DR. FELIPE NICOLAU RAMOS ZULO(OAB: 119779-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALPITEC DO BRASIL ALPINISMO INDUSTRIAL LTDA

- ATILA DE BARROS QUEIROZ

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-RRAg-0100665-52.2020.5.01.0072**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR

AGRAVADO(S) GILSON HEMETERIO PAIVA

Advogado DR. DIEGO AMÉRICO BERNARDS LEAL GOMES(OAB: 158670-A/RJ)

Advogado DR. PAULA CRISTINA MARQUES PASCOA(OAB: 188896-A/RJ)

AGRAVADO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- GILSON HEMETERIO PAIVA

- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

**Processo Nº Ag-RRAg-0100710-61.2020.5.01.0038**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. TATIANA PEREIRA MORAES LEITE

AGRAVADO(S) BIANCA BATISTA DE CARVALHO

Advogada DRA. CLÁUDIA LUZIA JOSÉ DE SOUZA(OAB: 74858-A/RJ)

AGRAVADO(S) INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BIANCA BATISTA DE CARVALHO

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100713-74.2019.5.01.0030**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO



**AGRAVANTE(S)** SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
**Advogado** DR. MARCELO ASSIS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO(OAB: 86154-A/RJ)  
**Advogado** DR. CRISTOVÃO TAVARES MACEDO SOARES GUIMARAES(OAB: 77988-A/RJ)  
**AGRAVADO(S)** VANDERLEI CARDOSO LYRA  
**Advogado** DR. FLÁVIO ALCÂNTARA NASCIMENTO(OAB: 159677-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
- VANDERLEI CARDOSO LYRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100764-74.2021.5.01.0205**

**Complemento** Plenário Virtual  
**Relator** MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
**AGRAVANTE(S)** ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**Procuradora** DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE  
**AGRAVADO(S)** VERA DA CONSOLACAO DOS SANTOS COSTA  
**Advogado** DR. PETERSON SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 160957-D/RJ)  
**AGRAVADO(S)** INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
**Advogado** DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694-D/SP)  
**Advogado** DR. THIAGO AUGUSTO SIERRA PAULUCCI(OAB: 300715-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
- VERA DA CONSOLACAO DOS SANTOS COSTA

**Processo Nº Ag-RRAg-0100767-81.2021.5.01.0511**

**Complemento** Plenário Virtual  
**Relator** MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
**AGRAVANTE(S)** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA - A/C: 8ª PROCURADORIA REGIONAL DE NOVA FRIBURGO (8ªPR)  
**Procurador** DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**Procuradora** DRA. PAULA BAHIANSE DE ALBUQUERQUE E SILVA  
**AGRAVADO(S)** FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DAVILA  
**Advogada** DRA. DEISE MARA RODRIGUES OLIVEIRA(OAB: 68231-D/RJ)  
**AGRAVADO(S)** RIO DE JANEIRO SERVICOS E COMERCIO LTDA  
**Advogada** DRA. ROSANE CARDOSO LOPES(OAB: 90173-A/RJ)  
**Advogado** DR. RICARDO LIMA SANTOS(OAB: 144141/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DAVILA  
- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA - A/C: 8ª PROCURADORIA REGIONAL DE NOVA FRIBURGO (8ªPR)  
- RIO DE JANEIRO SERVICOS E COMERCIO LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100793-69.2019.5.01.0343**

**Complemento** Plenário Virtual

**Relator** MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
**AGRAVANTE(S)** COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
**Advogado** DR. PAULO HENRIQUE RIBEIRO CARDOSO(OAB: 172529-A/RJ)  
**Advogada** DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-D/RJ)  
**Advogado** DR. BRUNO CARVALHO DA SILVA(OAB: 196580-A/RJ)  
**Advogado** DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 137510-B/RJ)  
**Advogado** DR. CATARINA BASILIO E SILVA(OAB: 228433-A/RJ)  
**Advogado** DR. GUSTAVO DE SOUZA SILVA(OAB: 226058-A/RJ)  
**AGRAVADO(S)** TRAXTERRA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA.  
**Advogado** DR. CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS(OAB: 63513-A/MG)  
**AGRAVADO(S)** LEONARDO VITOR DIAS NICODEMOS  
**Advogado** DR. DOUGLAS DE MELLO DA SILVA(OAB: 209083-A/RJ)  
**Advogado** DR. PEDRO CARRARO REZENDE(OAB: 216517-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
- LEONARDO VITOR DIAS NICODEMOS  
- TRAXTERRA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100809-66.2019.5.01.0070**

**Complemento** Plenário Virtual  
**Relator** MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
**AGRAVANTE(S)** FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
**Advogado** DR. JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO(OAB: 104348-A/RJ)  
**Advogado** DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429-A/DF)  
**Advogado** DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)  
**Advogado** DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)  
**AGRAVADO(S)** CICERO BISPO  
**Advogada** DRA. KARINA DE MENDONÇA LIMA(OAB: 133475-D/RJ)  
**Advogado** DR. BRUNO ROBERTO TEODORO BARCIA(OAB: 196885-A/RJ)  
**Advogado** DR. RAFAEL CALAZANS NOGUEIRA(OAB: 223466-A/RJ)  
**Advogada** DRA. THAÍS TOSTES LINHARES(OAB: 220279-A/RJ)  
**AGRAVADO(S)** PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
**Advogado** DR. NAYANA CRUZ RIBEIRO(OAB: 4403-A/PI)  
**Advogado** DR. AUGUSTO CARLOS LAMÊGO JÚNIOR(OAB: 226981-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CICERO BISPO  
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0100816-15.2019.5.01.0246**

**Complemento** Plenário Virtual



Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Advogada DRA. MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES(OAB: 150162/RJ)  
Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)  
AGRAVADO(S) FABRICIO RAMOS PEREIRA  
Advogado DR. ELISANGELA SANTOS DA SILVA(OAB: 105762-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
- FABRICIO RAMOS PEREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100816-40.2019.5.01.0076**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. JULIANA CURVACHO CAPELLA  
AGRAVADO(S) LUCIMERE NUNES PAULA DE ANDRADE  
Advogado DR. JÚLIO CÉSAR PINHEIRO(OAB: 82657-D/RJ)  
AGRAVADO(S) AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.  
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.  
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- LUCIMERE NUNES PAULA DE ANDRADE

**Processo Nº Ag-AIRR-0100838-83.2020.5.01.0005**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF  
Procurador DR. BRUNO FERNANDES DIAS  
AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogado DR. FRANCINY TÓFFOLI(OAB: 265123-A/SP)  
Advogado DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912-A/SP)  
Advogado DR. MARCEL GUSTAVO FERIGATO(OAB: 250482-A/SP)  
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577-A/SP)  
Advogada DRA. LARISSA AMORIM CRUZ(OAB: 424563-A/SP)  
Advogada DRA. ANA EUCÁRIA BARBOSA DA SILVA(OAB: 433732-A/SP)  
Advogado DR. JOICE FERREIRA LUCAS(OAB: 482623-A/SP)  
AGRAVADO(S) MARCELLE ANDRADE FERREIRA  
Advogado DR. MARCELO MARCHON LEÃO(OAB: 174134-A/RJ)  
Advogado DR. CARLOS ARTUR GIANNINI DOMINGUES(OAB: 166734-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- MARCELLE ANDRADE FERREIRA  
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-RR-0100854-19.2019.5.01.0281**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. HENRIQUE BASTOS ROCHA  
AGRAVADO(S) RENATA DA SILVA CAMPOS ALFERES  
Advogado DR. PEDRO GOMES PINTO CHALOUN(OAB: 187696-A/RJ)  
AGRAVADO(S) ITPLAN INTEGRAÇÃO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA.  
Advogado DR. TÚLIO CLÁUDIO IDESES(OAB: 95180-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- ITPLAN INTEGRAÇÃO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA.  
- RENATA DA SILVA CAMPOS ALFERES

**Processo Nº Ag-AIRR-0100880-11.2020.5.01.0013**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. STEFAN JOSÉ ALVES COSTA(OAB: 167728/RJ)  
AGRAVADO(S) VAGNER LUIZ PORTO CHAGAS  
Advogado DR. GUSTAVO LARA DE MELO(OAB: 158760-A/MG)  
Advogado DR. CAMILA DE SOUZA CLARO(OAB: 67150-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- VAGNER LUIZ PORTO CHAGAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0100922-13.2020.5.01.0061**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) GENEBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA E OUTRA  
Advogado DR. MARCOS MENEZES CAMPOLINA DINIZ(OAB: 115451-A/MG)  
Advogado DR. MARCUS VINICIUS AMARAL JUNIOR(OAB: 172048-A/MG)  
AGRAVADO(S) ANDRE DE JESUS COSTA  
Advogado DR. CLÉBER MAURÍCIO NAYLOR(OAB: 68283-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE DE JESUS COSTA  
- GENEBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA E OUTRA

**Processo Nº Ag-RR-0100937-07.2021.5.01.0203**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. HENRIQUE BASTOS ROCHA  
 AGRAVADO(S) WILSON DE OLIVEIRA NETO  
 Advogado DR. MARCELO MARCHON  
 LEÃO(OAB: 174134-A/RJ)  
 Advogado DR. CARLOS ARTUR GIANNINI  
 DOMINGUES(OAB: 166734-A/RJ)  
 AGRAVADO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
 Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA  
 LACERDA(OAB: 300694-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- WILSON DE OLIVEIRA NETO

**Processo Nº Ag-AIRR-0100942-96.2016.5.01.0011**

Complemento Plenário Virtual  
 Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
 AGRAVANTE(S) ECOVIX CONSTRUÇÕES  
 OCEÂNICAS S.A.  
 Advogada DRA. ANA CATHARINA CRAHIM DE  
 MELLO(OAB: 167659/RJ)  
 AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
 PETROBRAS  
 Advogado DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB:  
 62929-D/RJ)  
 AGRAVADO(S) ANDRÉ LUIZ DE BARROS BIAR  
 Advogado DR. ACYR SEBASTIÃO MAIA  
 ROCHA(OAB: 71931/RJ)  
 AGRAVADO(S) SERMETAL ESTALEIROS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRÉ LUIZ DE BARROS BIAR
- ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SERMETAL ESTALEIROS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100983-35.2019.5.01.0342**

Complemento Plenário Virtual  
 Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
 PIMENTA  
 AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA  
 NACIONAL - CSN  
 Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO  
 CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)  
 Advogado DR. EMMERSON ORNELAS  
 FORGANEZ(OAB: 143531-A/SP)  
 AGRAVADO(S) KLEBER LUIZ DA SILVA  
 Advogado DR. FABIANO DE CARVALHO  
 QUEIROZ(OAB: 110836-A/RJ)  
 Advogado DR. SIDNEI DE ALMEIDA  
 SANTOS(OAB: 115503-A/RJ)  
 Advogado DR. MARCELLE SILVA DE  
 PAULA(OAB: 189371-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- KLEBER LUIZ DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100986-18.2020.5.01.0483**

Complemento Plenário Virtual  
 Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
 AGRAVANTE(S) ELASA - ELO ALIMENTACAO S/A.  
 Advogado DR. ANTÔNIO OLIVIER GONÇALVES  
 SERAFIM(OAB: 141090-A/RJ)  
 AGRAVADO(S) FRANCISCO LAZARO LOPES  
 BITENCOURT

Advogado DR. GLEISSON GIL DOS SANTOS  
 SILVA(OAB: 169691-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELASA - ELO ALIMENTACAO S/A.
- FRANCISCO LAZARO LOPES BITENCOURT

**Processo Nº Ag-RRAg-0100996-59.2019.5.01.0075**

Complemento Plenário Virtual  
 Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
 PIMENTA  
 AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 Procuradora DRA. ANNA CAROLINA MIGUEIS  
 PEREIRA  
 AGRAVADO(S) ANA PAULA FONSECA DA SILVA  
 MOTA DOS SANTOS  
 Advogado DR. FERNANDO DA SILVA  
 ANDRADE JUNIOR(OAB: 118207-  
 A/RJ)  
 Advogado DR. DEBORA DAVILA DA COSTA  
 FRADE(OAB: 126390-A/RJ)  
 AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO  
 BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA  
 SOCIAL E HOSPITALAR  
 Advogado DR. FRANCINY TÓFFOLI(OAB:  
 265123-A/SP)  
 Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO  
 FOJO(OAB: 155577-A/SP)  
 Advogada DRA. LARISSA AMORIM CRUZ(OAB:  
 424563-A/SP)  
 Advogado DR. RAYLA OLIVEIRA  
 SANTANA(OAB: 469137-A/SP)  
 Advogado DR. EDER SANTANA RIBEIRO(OAB:  
 464632-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA PAULA FONSECA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE  
 ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-AIRR-0101001-32.2018.5.01.0038**

Complemento Plenário Virtual  
 Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
 PIMENTA  
 AGRAVANTE(S) CARLOS ALBERTO PEREIRA ALVES  
 E OUTRA  
 Advogado DR. CARLOS EDUARDO FARIA  
 GASPAR(OAB: 75673-D/RJ)  
 Advogado DR. MARCELO DE SA  
 CARDOSO(OAB: 87356-A/RJ)  
 Advogado DR. CLÁUDIO SIMÕES MOTA  
 JÚNIOR(OAB: 125983/RJ)  
 AGRAVADO(S) DIOGO SILVA DE ALMEIDA  
 Advogado DR. GLAUCUS CERQUEIRA  
 BARRETO(OAB: 210255-A/RJ)  
 AGRAVADO(S) CALCADOS CONFORTAVEIS LTDA -  
 EPP

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CALCADOS CONFORTAVEIS LTDA - EPP
- CARLOS ALBERTO PEREIRA ALVES E OUTRA
- DIOGO SILVA DE ALMEIDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0101057-02.2019.5.01.0080**

Complemento Plenário Virtual  
 Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
 AGRAVANTE(S) SWISSPORT BRASIL LTDA.  
 Advogado DR. MAURO TAVARES  
 CERDEIRA(OAB: 117756-A/SP)

AGRAVADO(S) SONIA PAULA DA SILVA  
Advogada DRA. CLEIDEANA DE PAULA(OAB: 168199-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SONIA PAULA DA SILVA
- SWISSPORT BRASIL LTDA.

**Processo Nº Ag-RRAg-0101079-15.2019.5.01.0483**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. WANDER DE LIMA SILVA(OAB: 315470/SP)  
Advogada DRA. JULIANA ARRUSUL TORRES(OAB: 71459/RS)  
AGRAVADO(S) HIGO TOLEDO MIRANDA  
Advogado DR. RODRIGO RODRIGUES SARMAHO(OAB: 131328-A/RJ)  
Advogado DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HIGO TOLEDO MIRANDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0101081-32.2019.5.01.0241**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Advogada DRA. GABRIELA VITORIANO ROÇADAS PEREIRA(OAB: 85760/RJ)  
Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)  
AGRAVADO(S) EDNA DE OLIVEIRA LUZ  
Advogado DR. MARCOS CHEHAB MALESOM(OAB: 100223-D/RJ)  
Advogado DR. MARCELO GONÇALVES LEMOS(OAB: 92757-B/RJ)  
AGRAVADO(S) SOCIEDADE EDUCACIONAL SALGADO DE OLIVEIRA LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- EDNA DE OLIVEIRA LUZ
- SOCIEDADE EDUCACIONAL SALGADO DE OLIVEIRA LTDA.

**Processo Nº Ag-RRAg-0101083-36.2019.5.01.0262**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Advogada DRA. GABRIELA VITORIANO ROÇADAS PEREIRA(OAB: 85760/RJ)  
Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)

AGRAVADO(S) CARLA RIBEIRO NOGUEIRA FRANCA  
Advogado DR. PABLO DE SOUZA MARTINS(OAB: 91432-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- CARLA RIBEIRO NOGUEIRA FRANCA

**Processo Nº Ag-AIRR-0101128-43.2019.5.01.0067**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV  
Advogado DR. AYLTON DA SILVA BARROS(OAB: 46875-A/RJ)  
Advogada DRA. JULIANA CAVALCANTE ALBUQUERQUE(OAB: 25021-A/CE)  
Advogado DR. RUBIA LUANA CARVALHO VIEGAS SCHMALL(OAB: 143117-A/RJ)  
AGRAVADO(S) MARIA JOSE EMYGDIO MOURA DOS SANTOS  
Advogado DR. GABRIEL OLIVEIRA LAMBERT DE ANDRADE(OAB: 115522-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
- MARIA JOSE EMYGDIO MOURA DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-RRAg-0101141-55.2019.5.01.0483**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada DRA. JULIANA ARRUSUL TORRES(OAB: 71459/RS)  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) LEANDRO DE OLIVEIRA GONCALVES  
Advogado DR. RODRIGO RODRIGUES SARMAHO(OAB: 131328-A/RJ)  
Advogado DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LEANDRO DE OLIVEIRA GONCALVES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0101143-26.2018.5.01.0009**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO(OAB: 104348-A/RJ)  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429-A/DF)  
Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)

Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)  
AGRAVADO(S) OCIMAR MARTINS COSTA  
Advogado DR. CARLOS ALBERTO MOURÃO DE SOUZA FILHO(OAB: 197159-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
- OCIMAR MARTINS COSTA

**Processo Nº Ag-RRAg-0101158-94.2019.5.01.0482**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. EVANDRO LUIS GREGOLIN(OAB: 171152-A/SP)  
Advogada DRA. DEBORA DE SOUZA FREITAS(OAB: 428365-A/SP)  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) CARLOS AUGUSTO DUMAS DE SOUZA  
Advogado DR. RODRIGO RODRIGUES SARMAHO(OAB: 131328-A/RJ)  
Advogado DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS AUGUSTO DUMAS DE SOUZA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0101179-88.2020.5.01.0206**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. WALDIR ZAGAGLIA  
AGRAVADO(S) SÔNIA REGINA DO CARMO  
Advogado DR. ALESSANDRO BAPTISTA DE AMORIM(OAB: 105045-A/RJ)  
Advogado DR. JOSÉ RICARDO RAMALHO(OAB: 134032-A/RJ)  
AGRAVADO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE  
- SÔNIA REGINA DO CARMO

**Processo Nº Ag-AIRR-0101189-92.2019.5.01.0263**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CASA & VÍDEO BRASIL S.A.  
Advogado DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 190275-S/RJ)  
Advogado DR. GUSTAVO OLIVEIRA GALVÃO(OAB: 207440-A/RJ)  
AGRAVADO(S) DEBORA CRISTINA ESTRELADO SANTANA  
Advogado DR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS(OAB: 184116-A/RJ)

Advogado DR. JOSE MARIA CAMPELO DOS SANTOS(OAB: 100883-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CASA & VÍDEO BRASIL S.A.  
- DEBORA CRISTINA ESTRELADO SANTANA

**Processo Nº Ag-AIRR-0101223-22.2017.5.01.0042**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) ANA PAULA AGUIAR TIZIANO  
Advogada DRA. CLÁUDIA DE ALMEIDA(OAB: 86335/RJ)  
AGRAVADO(S) CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogada DRA. KARINA GRAÇA DE VASCONCELLOS RÉGO(OAB: 92896-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA PAULA AGUIAR TIZIANO  
- CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0101341-54.2016.5.01.0261**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) VANESSA PIMENTA DA SILVA  
Advogada DRA. CRISTINA SUEMI KAWAY STAMATO(OAB: 123502-A/RJ)  
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)  
Advogado DR. TATIANA GONCALVES DE OLIVEIRA(OAB: 157160-A/RJ)  
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707-A/RJ)  
Advogado DR. ARMANDO CANALI FILHO(OAB: 68339-A/PR)  
Advogado DR. CAROLINA SERRAO MORAES E SILVA(OAB: 206211-A/RJ)  
Advogado DR. LUIS FILLIPY FERREIRA E FERREIRA(OAB: 232479-A/RJ)  
Advogado DR. CAROLINA GOMES BRAGA(OAB: 196857-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- VANESSA PIMENTA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0101383-56.2016.5.01.0018**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E.A.S.N.  
Advogado DR. JORGE ROBERTO SOARES MICO FILHO(OAB: 160773-A/RJ)  
AGRAVADO(S) C.P.O.  
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE SEGURASE DE ALMEIDA(OAB: 67157-A/RJ)  
Advogada DRA. JACIARA GARCIA DE OLIVEIRA(OAB: 83873-A/RJ)  
AGRAVADO(S) C.S.E.L.  
AGRAVADO(S) F.M.M.  
AGRAVADO(S) B.S.C.P.E.  
AGRAVADO(S) R.C.E.E.



AGRAVADO(S) R.V.S.L.  
Advogada DRA. DÉBORA RIBEIRO DUARTE  
ARDITTI(OAB: 155545-A/RJ)  
AGRAVADO(S) Z.R.S.L.  
Advogada DRA. DÉBORA RIBEIRO DUARTE  
ARDITTI(OAB: 155545-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- B.S.C.P.E.
- C.P.O.
- C.S.E.L.
- E.A.S.N.
- F.M.M.
- R.C.E.E.
- R.V.S.L.
- Z.R.S.L.

**Processo Nº Ag-AIRR-0101644-19.2017.5.01.0266**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CARREFOUR COMÉRCIO E  
INDÚSTRIA LTDA. E OUTRO  
Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO  
JÚNIOR(OAB: 247319/SP)  
AGRAVADO(S) THAYNARA PAULA FONSECA  
BARBOSA  
Advogada DRA. REJANE FERREIRA  
MOÇO(OAB: 139134-A/RJ)  
Advogado DR. FABIANO SANTOS  
OLIVEIRA(OAB: 164107-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. E OUTRO
- THAYNARA PAULA FONSECA BARBOSA

**Processo Nº Ag-AIRR-0101798-09.2017.5.01.0049**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL  
Advogado DR. LUIZ FERNANDO CASAGRANDE  
PEREIRA(OAB: 22076-A/PR)  
Advogado DR. VALTON DORIA PESSOA(OAB:  
161664-A/MG)  
AGRAVADO(S) AGATHA DA CUNHA KOELER  
IMBUZEIRO E OUTROS  
Advogada DRA. CAROLINA TUPINAMBÁ  
FARIA(OAB: 124045/RJ)  
Advogado DR. JOÃO PAULO MOURA  
TUPINAMBÁ(OAB: 210561-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGATHA DA CUNHA KOELER IMBUZEIRO E OUTROS
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0101939-05.2018.5.01.0401**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE  
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB:  
22429-A/DF)  
Advogado DR. RENATO LOBO  
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)  
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB:  
77167-A/MG)

AGRAVADO(S) ANTONIO GUSTAVO MOUTINHO DE  
MELO  
Advogado DR. LUIZ FERNANDO RODRIGUES  
CORDEIRO(OAB: 91043-A/RJ)  
Advogada DRA. KATIÚSCIA TENÓRIO DOS  
SANTOS(OAB: 174027-A/RJ)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogado DR. NAYANA CRUZ RIBEIRO(OAB:  
4403-A/PI)  
Advogado DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB:  
62929/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO GUSTAVO MOUTINHO DE MELO
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-RRAg-0101984-57.2016.5.01.0246**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. VERONICA PINHEIRO VIDAL  
Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF  
AGRAVADO(S) DEJAIR PINHEIRO DE SOUZA  
Advogada DRA. VANESSA PINHEIRO DE  
SOUZA(OAB: 176825-A/RJ)  
AGRAVADO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS  
EIRELI  
Advogada DRA. ELISABETH CAETANO(OAB:  
83276/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEJAIR PINHEIRO DE SOUZA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0107500-07.2006.5.15.0121**

*Processo Nº Ag-AIRR-01075/2006-121-15-00.9*

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE  
SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE  
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-  
A/BA)  
AGRAVADO(S) ALBA ROSANA LEITE SANTOS  
REGO E OUTROS  
Advogado DR. IVO ARNALDO CUNHA DE  
OLIVEIRA NETO(OAB: 45315/SP)  
Advogado DR. JAIR CAETANO DE  
CARVALHO(OAB: 119930/SP)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO  
MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ  
PINHEIRO(OAB: 183805-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBA ROSANA LEITE SANTOS REGO E OUTROS
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0130912-82.2014.5.13.0010**



Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO  
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogado DR. BRUNO HENRIQUE DE  
OLIVEIRA VANDERLEI(OAB:  
21678/PE)  
Advogada DRA. ANNA CAROLINA BARROS  
CABRAL DA SILVA(OAB: 26107-A/PE)  
AGRAVADO(S) LUIZ CARLOS DA GAMA ROSA DOS  
REIS  
Advogado DR. ANDRÉ FERRAZ DE  
MOURA(OAB: 8850-A/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LUIZ CARLOS DA GAMA ROSA DOS REIS

**Processo Nº Ag-AIRR-0143900-59.2009.5.01.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) B.B.S.  
Advogado DR. LUIZ FELIPE TENÓRIO DA  
VEIGA(OAB: 85143/RJ)  
Advogado DR. CIRO FERRANDO DE  
ALMEIDA(OAB: 144708-D/RJ)  
Advogado DR. JULIA FERNANDA SOARES DA  
SILVA(OAB: 237248-A/RJ)  
AGRAVADO(S) J.V.S.N.  
Advogado DR. FERNANDO RIBEIRO  
COELHO(OAB: 22105/RJ)  
Advogado DR. PABLO ZAMPROGNO  
COELHO(OAB: 130274-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- B.B.S.
- J.V.S.N.

**Processo Nº Ag-AIRR-0164600-84.2008.5.03.0087**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE  
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB:  
22429/DF)  
Advogado DR. RENATO LOBO  
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)  
AGRAVADO(S) JEZIEL BRITO DE AGUIAR E  
OUTROS  
Advogada DRA. RENATA CELES CHARCHAR  
DE MOURA(OAB: 86786-A/MG)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogado DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB:  
52308-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- JEZIEL BRITO DE AGUIAR E OUTROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0182100-73.2009.5.03.0041**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE  
MINAS GERAIS - CEMIG E OUTRAS

Advogado DR. BERNARDO ANANIAS  
JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253-  
A/MG)  
Advogado DR. LUIZ OTÁVIO GUIMARÃES  
ROCHA(OAB: 104913/MG)  
Advogado DR. ANTENOR LAMHA ROCHA(OAB:  
133694-A/MG)  
AGRAVADO(S) SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS  
TRABALHADORES NA INDÚSTRIA  
ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS -  
SINDIELETRO  
Advogado DR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO DA  
ANUNCIAÇÃO(OAB: 49325/MG)  
Advogado DR. ALEX JOSÉ SOARES  
CURY(OAB: 50315-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG E OUTRAS
- SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - SINDIELETRO

**Processo Nº Ag-AIRR-1000036-28.2021.5.02.0060**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ICOMON TECNOLOGIA LTDA.  
Advogado DR. FLAVIO MASCHIETTO(OAB:  
147024-A/SP)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI  
RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)  
AGRAVADO(S) VALDETE RODRIGUES BANDEIRA  
Advogado DR. LEANDRO ROCHA DE  
SOUSA(OAB: 407304-A/SP)  
AGRAVADO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO  
MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA  
MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608-  
A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- VALDETE RODRIGUES BANDEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000045-24.2020.5.02.0060**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
AGRAVANTE(S) ZAMP S.A.  
Advogado DR. ADRIANO LORENTE  
FABRETTI(OAB: 164414-A/SP)  
AGRAVADO(S) JOEL SOUZA CASTRO  
Advogado DR. CRISTOPHER TOMIELLO  
SOLDANI(OAB: 336068-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOEL SOUZA CASTRO
- ZAMP S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-1000120-13.2021.5.02.0033**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) F.S.M.L.O.  
Advogado DR. MÁRCIO VALENTIR  
UGLIARA(OAB: 222018/SP)  
Advogado DR. GUSTAVO BISMARCHI  
MOTTA(OAB: 275477-D/SP)

Advogado DR. REBECCA DE OLIVEIRA SOUZA PINTO(OAB: 435556-A/SP)  
Advogado DR. VICTORIA QUEIROZ COSTA(OAB: 393488-A/SP)  
AGRAVADO(S) T.H.C.S.  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO SILVA DE MACEDO JÚNIOR(OAB: 148128-A/SP)  
Advogada DRA. MÁRCIA CRISTINA RAMOS(OAB: 366558-A/SP)  
Advogado DR. PAMELA MARIA DA SILVA(OAB: 429458-A/SP)  
AGRAVADO(S) L.O.F.  
Advogada DRA. VIVIANE FREITAS LORA(OAB: 361492-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- F.S.M.L.O.  
- L.O.F.  
- T.H.C.S.

**Processo Nº Ag-AIRR-1000165-83.2022.5.02.0711**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) HERMANN FERLE E OUTRA  
Advogado DR. LUÍS EDUARDO VEIGA(OAB: 261973-A/SP)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO  
Advogada DRA. ROSELI FERREIRA DE MELO VALENTE(OAB: 236632-D/SP)  
Advogado DR. LIZANDRA FLORES DOS SANTOS(OAB: 195369-A/SP)  
Advogado DR. LAIS SANTANA(OAB: 445861-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HERMANN FERLE E OUTRA  
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO

**Processo Nº Ag-AIRR-1000222-70.2020.5.02.0065**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA.  
Advogado DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476-A/SP)  
AGRAVADO(S) GERSON MARTINS  
Advogado DR. JAMES RODRIGUES KIYOMURA(OAB: 332216-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GERSON MARTINS  
- TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-1000246-85.2021.5.02.0252**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. LEONARDO FALCÃO RIBEIRO(OAB: 5408-D/RO)  
AGRAVADO(S) JAILTON SALVIANO COSTA DA SILVA

Advogado DR. CLÁUDIA MARIA DOMINGOS FELIPPE BAAMONDE(OAB: 180175-A/SP)  
AGRAVADO(S) BENGE ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BENGE ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI  
- JAILTON SALVIANO COSTA DA SILVA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-1000313-94.2022.5.02.0323**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP  
Advogada DRA. ALINE BADURES(OAB: 321722-D/SP)  
Advogada DRA. ANDRÉA NUNES DE PIANNI(OAB: 347261-A/SP)  
Advogada DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102-A/SP)  
Advogada DRA. PATRÍCIA BELINI DE QUEIROZ REBOUÇAS(OAB: 142075-A/SP)  
AGRAVADO(S) DANIELA DOS SANTOS SILVA  
Advogado DR. WELITON SANTANA JÚNIOR(OAB: 287931-A/SP)  
AGRAVADO(S) ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.  
Advogada DRA. JANAÍNA CRISTINA DE CASTRO E BARROS(OAB: 164553-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.  
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP  
- DANIELA DOS SANTOS SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000377-44.2021.5.02.0710**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP  
Advogado DR. RODOLFO MOTTA SARAIVA(OAB: 300702-A/SP)  
Advogada DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665-A/SP)  
Advogada DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102-A/SP)  
Advogado DR. VICTOR HUGO PAZINI BALTAZAR HERCULANO DA SILVA(OAB: 420129-A/SP)  
AGRAVADO(S) LUCRECIA DA SILVA  
Advogado DR. FILIPE BENICIO SILVA(OAB: 324579-A/SP)  
AGRAVADO(S) ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S.A.  
Advogado DR. CASSIANO SILVA D ANGELO BRAZ(OAB: 206137-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S.A.  
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP  
- LUCRECIA DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000378-89.2021.5.02.0205**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) SCALA DATA CENTERS S.A.  
Advogado DR. DANIEL DOMINGUES CHIODE(OAB: 173117-A/SP)  
Advogado DR. OTTO DMITRY GARKAUSKAS HERNANDES(OAB: 390344-A/SP)  
Advogado DR. MARCOS CAPUZZO(OAB: 244429-A/SP)  
AGRAVADO(S) ANTONIO CARLOS BATISTA  
Advogado DR. VALDERI DA SILVA(OAB: 287719-A/SP)  
AGRAVADO(S) AMPLER ENGENHARIA MISSAO CRITICA LTDA.  
Advogado DR. MARCOS FÁBIO CASSOLI DIAS(OAB: 78041-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMPLER ENGENHARIA MISSAO CRITICA LTDA.
- ANTONIO CARLOS BATISTA
- SCALA DATA CENTERS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-1000385-07.2021.5.02.0068**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO  
Advogada DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)  
AGRAVADO(S) DAVID FERNANDO MOLINA  
Advogado DR. DOUGLAS MARCUS(OAB: 227791-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- DAVID FERNANDO MOLINA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000438-73.2021.5.02.0363**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) NUCLEO EDUCACIONAL ERSEL LIMITADA  
Advogado DR. ELKE DE SOUZA BRONDI(OAB: 180948-A/SP)  
Advogado DR. GUSTAVO DA SILVA BOZA(OAB: 393287-A/SP)  
AGRAVADO(S) MARCIA VALQUIRIA DE BARROS NACER SANCHEZ  
Advogado DR. PAULO DONIZETI DA SILVA(OAB: 78572-A/SP)  
Advogada DRA. YACIRA DE CARVALHO GARCIA(OAB: 78967-A/SP)  
Advogado DR. PEDRO PASCHOAL DE SÁ E SARTI JÚNIOR(OAB: 271819-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCIA VALQUIRIA DE BARROS NACER SANCHEZ
- NUCLEO EDUCACIONAL ERSEL LIMITADA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000452-97.2016.5.02.0471**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS LTDA  
Advogado DR. CLÉBER DINIZ BISPO(OAB: 184303/SP)

Advogado DR. LUCIANA FERNANDES D'OLIVEIRA(OAB: 207154/SP)  
AGRAVADO(S) GERALDO JOSE DE LIMA  
Advogada DRA. ADRIANA DE LOURDES GIUSTI DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 138603-A/SP)  
Advogado DR. SÍLVIO CÉSAR MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 137084/SP)  
Advogado DR. JAIR JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 104034-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GERALDO JOSE DE LIMA
- TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000460-37.2021.5.02.0362**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) CAMIL ALIMENTOS S/A  
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840-A/SP)  
AGRAVADO(S) CLERISTON RICARDO DA SILVA  
Advogada DRA. TÂNIA RAPHAEL RODRIGUES SUBTIL(OAB: 155303-A/SP)  
AGRAVADO(S) ACTION BR SOLUÇÕES EM PROMOÇÕES LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ACTION BR SOLUÇÕES EM PROMOÇÕES LTDA.
- CAMIL ALIMENTOS S/A
- CLERISTON RICARDO DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000470-47.2020.5.02.0029**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) TRANSIT DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. MARIA APARECIDA CAPUTO(OAB: 105973-A/SP)  
Advogada DRA. ROSANA DELLA LIBERA SANTOS(OAB: 238267/SP)  
AGRAVADO(S) LEANDRO SANTOS DA SILVA  
Advogado DR. JULIANA ROBERTA INABE RAMOS(OAB: 243943-A/SP)  
Advogado DR. EDUARDO DUARTE FREITAS(OAB: 340258-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LEANDRO SANTOS DA SILVA
- TRANSIT DO BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-1000537-61.2020.5.02.0045**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) TWO DESIGN DE INTERIORES & ARQUITETURA LTDA  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO NEHREBECKI JÚNIOR(OAB: 218616-A/SP)  
AGRAVADO(S) FABIANO TADEU DE MAGALHAES  
Advogado DR. MARLON AUGUSTO DA SILVA(OAB: 382253-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIANO TADEU DE MAGALHAES
- TWO DESIGN DE INTERIORES & ARQUITETURA LTDA

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-1000578-11.2017.5.02.0020**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) NUMERO UM PRODUTORA DE EVENTOS EIRELI  
Advogado DR. SÉRGIO PAULO LIVOVSCHI(OAB: 155504-A/SP)  
AGRAVADO(S) JORGE GOMES DE LIMA  
Advogado DR. ADRIANO CARLOS DA CUNHA(OAB: 353143-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JORGE GOMES DE LIMA  
- NUMERO UM PRODUTORA DE EVENTOS EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-1000853-45.2019.5.02.0066**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MARCELO SOUZA MOREIRA  
Advogada DRA. MARLETE DE BARROS TEIXEIRA(OAB: 322215-A/SP)  
AGRAVADO(S) PARMEGIANA FACTORY COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. E OUTROS  
Advogada DRA. MARIA CRISTINA JUSTINO(OAB: 352824-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCELO SOUZA MOREIRA  
- PARMEGIANA FACTORY COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. E OUTROS

**Processo Nº Ag-AIRR-1000976-75.2016.5.02.0251**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) CÉLIO CARDOSO DA SILVA  
Advogado DR. JOSÉ HENRIQUE COELHO(OAB: 132186/SP)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogada DRA. CAREM FARIAS NETTO MOTTA(OAB: 208338-A/SP)  
Advogado DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CÉLIO CARDOSO DA SILVA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-RR-1000996-04.2019.5.02.0464**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) BRABEB - BRASIL BEBIDAS EIRELI E OUTRA  
Advogada DRA. MARIA HELENA PASIN PINCHIARO(OAB: 305716-D/SP)  
Advogado DR. JAQUELINE DE CARVALHO LUGATO(OAB: 351173-A/SP)  
AGRAVADO(S) PAULO BISMARCK CARVALHO DE LIMA  
Advogado DR. DÉLIO JANONES CIRIACO DE OLIVEIRA(OAB: 298538-A/SP)  
AGRAVADO(S) ECOSERV PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.  
Advogada DRA. ÉVELYN HAMAM CAPRA MASCHIO(OAB: 255726/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRABEB - BRASIL BEBIDAS EIRELI E OUTRA

- ECOSERV PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.  
- PAULO BISMARCK CARVALHO DE LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-1001073-95.2014.5.02.0461**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) INDÚSTRIAS ARTEB S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Advogado DR. ALBERTO MINGARDI FILHO(OAB: 115581-A/SP)  
AGRAVADO(S) TIAGO DA SILVA DOURADO  
Advogada DRA. MIRIAM APARECIDA SERPENTINO(OAB: 94278-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- INDÚSTRIAS ARTEB S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
- TIAGO DA SILVA DOURADO

**Processo Nº Ag-AIRR-1001085-50.2017.5.02.0382**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) JOSENILDO JOSE DA SILVA  
Advogado DR. FLÁVIO JOSÉ SERAFIM ABRANTES(OAB: 133285-A/SP)  
Advogado DR. FERNANDO JOSE CRUZ DE CAMARGO ARANHA(OAB: 135400-A/SP)  
AGRAVADO(S) CLICK - RODO ENTREGAS LTDA. E OUTRO  
Advogado DR. LUIZ VICENTE DE CARVALHO(OAB: 39325-A/SP)  
Advogado DR. ANTONIO CARLOS AGUIAR(OAB: 105726-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLICK - RODO ENTREGAS LTDA. E OUTRO  
- JOSENILDO JOSE DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-1001273-87.2020.5.02.0204**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) MARIA APARECIDA BRAZ DA SILVA  
Advogado DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094-D/SP)  
AGRAVADO(S) MECSYS COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA  
Advogado DR. EMERSON BORTOLOZI(OAB: 212243-A/SP)  
Advogado DR. DAISI JAQUELINE FAILI(OAB: 412996-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA APARECIDA BRAZ DA SILVA  
- MECSYS COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-1001350-64.2019.5.02.0711**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) O.B.A.  
Advogado DR. LEONARDO LUIZ TAVANO(OAB: 173965-A/SP)  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) S.R.G.



Advogado DR. MARCELLE GUILHERME DE ALMEIDA ABREU(OAB: 180911-A/MG)  
AGRAVADO(S) M.G.P.S.  
Advogado DR. THIAGO LOPES MELO(OAB: 180630/SP)  
AGRAVADO(S) P.-.P.T.I.B.S.O.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- M.G.P.S.
- O.B.A.
- P.-.P.T.I.B.S.O.
- S.R.G.

**Processo Nº Ag-AIRR-1001367-96.2020.5.02.0604**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP  
Advogada DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665/SP)  
Advogada DRA. ALINE BADURES(OAB: 321722-D/SP)  
Advogada DRA. ANDRÉA NUNES DE PIANNI(OAB: 347261-A/SP)  
Advogada DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102-A/SP)  
Advogada DRA. PATRÍCIA BELINI DE QUEIROZ REBOUÇAS(OAB: 142075-A/SP)  
AGRAVADO(S) ERICA AMBROSIO DOS SANTOS  
Advogado DR. NELSON MORIO NAKAMURA(OAB: 75558-A/SP)  
AGRAVADO(S) ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA. E OUTRO  
Advogada DRA. JANAÍNA CRISTINA DE CASTRO E BARROS(OAB: 164553/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA. E OUTRO
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- ERICA AMBROSIO DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-1001381-74.2019.5.02.0391**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) ICOMON TECNOLOGIA LTDA.  
Advogado DR. FLAVIO MASCHIETTO(OAB: 147024-A/SP)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)  
AGRAVADO(S) ADEMIR BARBOSA AMERICO  
Advogado DR. RAIMUNDO JETER RODRIGUES COSTA(OAB: 170201-A/SP)  
AGRAVADO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADEMIR BARBOSA AMERICO

- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-1001431-63.2021.5.02.0316**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) RAFAEL CARVALHO DOS SANTOS  
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741-A/SP)  
AGRAVADO(S) KR TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.  
Advogado DR. JACKSON NILO DE PAULA(OAB: 168353-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- KR TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.
- RAFAEL CARVALHO DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-RRAg-1001558-46.2021.5.02.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) JOSÉ APARECIDO NOGUEIRA DA COSTA  
Advogado DR. FARLEY BARBOSA FERREIRA(OAB: 252624-A/SP)  
Advogado DR. MARCOS VINICIUS DA SILVA(OAB: 300131-A/SP)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM  
Advogada DRA. CAMILA GALDINO DE ANDRADE(OAB: 323897-A/SP)  
Advogada DRA. LIGIA BRASIL DA SILVA ALVES DOS SANTOS(OAB: 203938-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
- JOSÉ APARECIDO NOGUEIRA DA COSTA

**Processo Nº Ag-RRAg-1001624-28.2019.5.02.0032**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Advogada DRA. THAÍS RODRIGUES MARCONDES PINHO(OAB: 239299-A/SP)  
AGRAVADO(S) LUCIANO DE OLIVEIRA  
Advogada DRA. MARINA TRIVELLI TAMBELLI(OAB: 375512-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
- LUCIANO DE OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-1001706-41.2019.5.02.0717**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) DJEFISON CAMILO DA SILVA  
Advogado DR. PAUL MAKOTO KUNIHIRO(OAB: 93327-A/SP)  
AGRAVADO(S) CLARO S.A.  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)



Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)  
Advogada DRA. TAUBE GOLDENBERG(OAB: 87731/SP)  
AGRAVADO(S) LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES(OAB: 57680-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO S.A.  
- DJEFISON CAMILO DA SILVA  
- LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-1001717-84.2017.5.02.0444**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) EMBRAPORT - EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.  
Advogado DR. THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER(OAB: 154860-A/SP)  
AGRAVADO(S) EDERSON SIMOES TALARICO  
Advogada DRA. NATALIA BEZAN XAVIER LOPES TRENCH(OAB: 272964-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDERSON SIMOES TALARICO  
- EMBRAPORT - EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.

**Processo Nº Ag-ARR-1001735-24.2017.5.02.0374**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) MARCOS PAULO TORQUETE DA SILVA  
Advogada DRA. JOSIMARA CEREDA DA CRUZ(OAB: 338075/SP)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM  
Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB: 49457/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM  
- MARCOS PAULO TORQUETE DA SILVA

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-1002021-42.2018.5.02.0511**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) SICES BRASIL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. KLEBER NICOLA BISSOLATTI(OAB: 211495-A/SP)  
Advogada DRA. RAYANE CAROLINA PEREIRA FLORENCE(OAB: 309506-D/SP)  
AGRAVADO(S) IVISOM CEZAR DOS SANTOS  
Advogado DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IVISOM CEZAR DOS SANTOS  
- SICES BRASIL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-1002105-95.2015.5.02.0463**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) EDSON TAVARES  
Advogado DR. MIKAEL LEKICH MIGOTTO(OAB: 175654/SP)  
AGRAVADO(S) MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.  
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDSON TAVARES  
- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

**Processo Nº ARR-0000816-46.2017.5.09.0022**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E VIAÇÃO GRACIOSA LTDA. E RECORRENTE(S) OUTROS  
Advogado DR. WILLIAM TOHORU HOSAKA(OAB: 72368-A/PR)  
AGRAVADO(S) E MANOEL LUIZ DE ANDRADE RECORRIDO(S)  
Advogado DR. PEDRO CARLOS MARTELLO(OAB: 23645-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MANOEL LUIZ DE ANDRADE  
- VIAÇÃO GRACIOSA LTDA. E OUTROS

**Processo Nº ARR-0010156-50.2016.5.15.0129**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S), AGRADO(A)(S) E PIRELLI PNEUS LTDA. RECORRENTE(S)  
Advogado DR. IGOR SÁ GILLE WOLKOFF(OAB: 223085-A/SP)  
Advogado DR. FELIPE SCHMIDT ZALAF(OAB: 177270/SP)  
AGRAVANTE(S), AGRADO(A) E ZULMIRO MARTINS ROSA SAPIO RECORRIDO(S)  
Advogada DRA. ANA PAULA ZAMFORLIM VIANA(OAB: 248029/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PIRELLI PNEUS LTDA.  
- ZULMIRO MARTINS ROSA SAPIO

**Processo Nº ARR-0012028-31.2015.5.01.0451**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) E COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS RECORRIDO(S) E ESGOTOS - CEDAE  
Advogado DR. ANTÔNIO VANDERLER DE LIMA(OAB: 35211-A/RJ)  
Advogada DRA. SANDRA REGINA OLIVEIRA PINTO DE LIMA(OAB: 57799/RJ)  
Advogado DR. RODRIGO MAIA RIBEIRO ESTRELLA ROLDAN(OAB: 103789-A/RJ)  
Advogado DR. DÉBORA VALE FERREIRA(OAB: 157782/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) JOÃO SIMPLÍCIO COSTA

Advogado DR. LUIZ MIGUEL PINAUD NETO(OAB: 3999-A/RJ)

Advogada DRA. BIANCA PEREIRA MÔNICA(OAB: 82431/RJ)

Advogada DRA. LIA MARCOLINI PINAUD(OAB: 108616/RJ)

Advogada DRA. LUANA RODRIGUES CARVALHO(OAB: 167504/RJ)

Advogado DR. RAFAELA OLIVEIRA FONTES(OAB: 140452/RJ)

Advogado DR. BRUNO VIGNERON CARIELLO(OAB: 137667/RJ)

Advogado DR. PEDRO HENRIQUE MORETT PINHEIRO(OAB: 175673/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- JOÃO SIMPLÍCIO COSTA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000057-41.2020.5.11.0501**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE AMAZONAS ENERGIA S.A.

Advogada DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1231-S/AM)

EMBARGADO(A) EDSON ALVES RODRIGUES

Advogada DRA. MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067-A/AM)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- EDSON ALVES RODRIGUES

**Processo Nº ED-RR-0000323-79.2020.5.10.0008**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

EMBARGANTE IRENI CRISTINA DE ALMEIDA

Advogado DR. RAFAEL GOMES FERREIRA VIANA(OAB: 51561-A/DF)

EMBARGADO(A) HOME HOSPITAL ORTOPÉDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA.

Advogado DR. PATRICIA DE ABREU CARDOSO PIRES(OAB: 22824-A/DF)

Advogado DR. MATHAUS FERREIRA ALMEIDA(OAB: 54531-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HOME HOSPITAL ORTOPÉDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA.
- IRENI CRISTINA DE ALMEIDA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000352-28.2021.5.20.0005**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE P.T.S.-T.

Advogado DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510-D/BA)

EMBARGADO(A) S.U.T.P.P.Q.P.E.A.S.-S.

Advogado DR. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA(OAB: 4572-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- P.T.S.-T.
- S.U.T.P.P.Q.P.E.A.S.-S.

**Processo Nº ED-RR-0000704-80.2019.5.05.0196**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

EMBARGANTE PIRELLI PNEUS LTDA.

Advogado DR. BRUNO FREIRE E SILVA(OAB: 200391-B/SP)

EMBARGADO(A) GECKSON DE SANTANA BARRETO

Advogado DR. DIOGO LUIZ CARNEIRO RIOS(OAB: 22799-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GECKSON DE SANTANA BARRETO
- PIRELLI PNEUS LTDA.

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000707-52.2020.5.14.0001**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. LUCILDO CARDOSO FREIRE(OAB: 4751-A/RO)

EMBARGADO(A) KELLEN MARIA DE PONTES FREIRE RIELA

Advogado DR. JEFERSON FIGUEIRA DA CRUZ(OAB: 9557-A/RO)

Advogado DR. ODUVALDO GOMES CORDEIRO(OAB: 6462-A/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- KELLEN MARIA DE PONTES FREIRE RIELA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000818-79.2016.5.06.0007**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

EMBARGANTE CONTAX S.A.

Advogado DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850-A/PE)

EMBARGADO(A) ITAÚ UNIBANCO S.A.

Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 12450/PE)

EMBARGADO(A) DANIELA DE SOUZA

Advogado DR. MÁRCIO MOISÉS SPERB(OAB: 284-B/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX S.A.
- DANIELA DE SOUZA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000909-25.2019.5.06.0021**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIVANDALMY FERREIRA MAIA(OAB: 432-B/SE)

Advogado DR. KARLA TRIGUEIRO DA SILVA TEIXEIRA(OAB: 21425-A/PE)

EMBARGADO(A) NEWTON DE SOUZA DANTAS

Advogado DR. LUDMILA DE MENDONÇA CERQUEIRA MARTINS FONTES(OAB: 7457-A/AL)

Advogada DRA. JULIANA ANTONIO FERNANDES DE SOUZA(OAB: 37010-A/PE)

Advogado DR. ANA LUISA LEITE DE ARAUJO  
MARQUES(OAB: 34366-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NEWTON DE SOUZA DANTAS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001269-68.2011.5.07.0002**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
EMBARGANTE MANUEL CESARIO FILHO  
Advogado DR. FERNANDO ANTÔNIO  
BENEVIDES FÉRRER(OAB: 10575/CE)  
EMBARGADO(A) INTERPAR PARTICIPACOES E  
EMPREENDEMENTOS S/A E  
OUTROS  
Advogada DRA. YÁSKARA GIRÃO SANTOS  
ARAUJO(OAB: 30993/CE)  
Advogado DR. FERNANDO ANTONIO  
BENEVIDES FÉRRER(OAB: 10575-  
A/CE)  
EMBARGADO(A) URBAN CONSTRUÇOES LTDA  
EMBARGADO(A) LUIZ CARLOS MARTINS DA SILVA  
Advogado DR. JORGE LUIZ SIMÕES DE  
ALCÂNTARA(OAB: 5648-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- INTERPAR PARTICIPACOES E EMPREENDEMENTOS S/A E  
OUTROS
- LUIZ CARLOS MARTINS DA SILVA
- MANUEL CESARIO FILHO
- URBAN CONSTRUÇOES LTDA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010303-49.2015.5.05.0401**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
EMBARGANTE LISETTE SOARES RIBEIRO  
Advogado DR. FRANKLIN DOS REIS  
GUEDES(OAB: 17043-A/BA)  
EMBARGADO(A) MUNICIPIO DE CASTRO ALVES

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LISETTE SOARES RIBEIRO
- MUNICIPIO DE CASTRO ALVES

**Processo Nº ED-Ag-RRAg-0010700-35.2019.5.03.0010**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
EMBARGANTE ASSOCIAÇÃO SALGADO DE  
OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E  
CULTURA  
Advogada DRA. THAISE ALANE DA SILVA  
SANTOS(OAB: 179900-A/RJ)  
EMBARGADO(A) AGNALDO LOPES MARTINS  
Advogado DR. GUSTAVO OLIVEIRA  
CHALFUN(OAB: 81424-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGNALDO LOPES MARTINS
- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E  
CULTURA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010944-45.2021.5.18.0181**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO

EMBARGANTE CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS  
COSTA(OAB: 39068-D/GO)

EMBARGADO(A)

LUCAS NOVICKI MARTINS  
MEIRELES  
Advogado DR. JOSÉ RAMIRO FREITAS(OAB:  
35942-A/GO)  
Advogado DR. CAMILA ALVES DE  
ALMEIDA(OAB: 35733-A/GO)  
EMBARGADO(A) VEMAN ENGENHARIA DE  
MANUTENÇÃO E GESTÃO DE  
ATIVOS LTDA.  
Advogado DR. FERNANDO MOREIRA  
DRUMMOND TEIXEIRA(OAB: 108112  
-D/MG)  
Advogado DR. RAFAEL GOOD GOD  
CHELOTTI(OAB: 139387-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- LUCAS NOVICKI MARTINS MEIRELES
- VEMAN ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E GESTÃO DE  
ATIVOS LTDA.

**Processo Nº ED-RR-0011006-21.2016.5.03.0006**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE  
PIMENTA  
EMBARGANTE EDUARDO HENRIQUE DE SOUSA  
Advogado DR. CLÉRISTON MARCONI  
PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)  
EMBARGADO(A) SCHULZE ADVOGADOS  
ASSOCIADOS  
Advogado DR. ÓLIVER JANDER COSTA  
PEREIRA(OAB: 17076-A/SC)  
EMBARGADO(A) BANCO VOTORANTIM S.A.  
Advogado DR. MILTON FLÁVIO DE ALMEIDA  
CAMARGO  
LAUTENSCHLÄGER(OAB: 162676-  
D/SP)  
Advogado DR. EDUARDO ABUCARUB  
GASPAROTO(OAB: 172884-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO VOTORANTIM S.A.
- EDUARDO HENRIQUE DE SOUSA
- SCHULZE ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011424-17.2021.5.03.0027**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO  
DELGADO  
EMBARGANTE MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E  
SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.  
Advogado DR. ANA PAULA DA COSTA  
PEREIRA(OAB: 137936/MG)  
Advogado DR. ANTONIO CHAVES  
ABDALLA(OAB: 66493-A/MG)  
EMBARGADO(A) LEONARDO JOSE GOMES  
MENDONCA  
Advogada DRA. MARIA EGLAIZE PINHEIRO  
CARDOZO SILVA(OAB: 86412-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LEONARDO JOSE GOMES MENDONCA
- MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS  
AUTOMOTIVOS LTDA.

**Processo Nº ED-Ag-ED-RR-0011644-14.2017.5.03.0105**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Advogado DR. PAULO HENRIQUE REZENDE(OAB: 136643/MG)

EMBARGADO(A) UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Advogado DR. EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU(OAB: 80702/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0020004-77.2019.5.04.0027**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

Advogado DR. FABIANO GALAFASSI(OAB: 65448-A/RS)

EMBARGADO(A) SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E SUAS CONCESSIONARIAS, PERMISSONARIAS, FRANQUEADAS, COLIGADAS, SUBSIDIARIAS E TERCEIRIZADAS NO RIO GRANDE DO SUL - SINTECT/RS

Advogado DR. JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG(OAB: 31684/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

- SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E SUAS CONCESSIONARIAS, PERMISSONARIAS, FRANQUEADAS, COLIGADAS, SUBSIDIARIAS E TERCEIRIZADAS NO RIO GRANDE DO SUL - SINTECT/RS

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0068500-47.1991.5.09.0006**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE MARCOS ANTONIO DO PRADO OLIVEIRA

Advogado DR. LEONARDO REICHMANN MOREIRO PINTO(OAB: 54896-A/PR)

Advogado DR. THIAGO BRUNO ZENI MARENDIA(OAB: 67944-A/PR)

Advogado DR. CARLOS ZUCOLOTO JUNIOR(OAB: 15717-A/PR)

EMBARGADO(A) SILVIO CEZAR BIANCHINI SOTTOMAIOR

Advogado DR. MARCO AURÉLIO TOLEDO DUARTE(OAB: 44019-A/PR)

Advogado DR. HENRY ANDERSEN NAVARETTE(OAB: 27141-A/PR)

EMBARGADO(A) LUIZ AUGUSTO JOCOSKI

Advogado DR. NARCIZO LIPKA(OAB: 13030-A/PR)

EMBARGADO(A) SIDNEI BARROS DOS SANTOS

Advogado DR. NARCIZO LIPKA(OAB: 13030-A/PR)

EMBARGADO(A) OSCAR KIM JÚNIOR

Advogado DR. NARCIZO LIPKA(OAB: 13030-A/PR)

EMBARGADO(A) HADAS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA

EMBARGADO(A) PAULO HENRIQUE DE JESUS

EMBARGADO(A) MARCELO HADAS

EMBARGADO(A) JOSE CARLOS BIANCHINI SOTTOMAIOR

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HADAS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA

- JOSE CARLOS BIANCHINI SOTTOMAIOR

- LUIZ AUGUSTO JOCOSKI

- MARCELO HADAS

- MARCOS ANTONIO DO PRADO OLIVEIRA

- OSCAR KIM JÚNIOR

- PAULO HENRIQUE DE JESUS

- SIDNEI BARROS DOS SANTOS

- SILVIO CEZAR BIANCHINI SOTTOMAIOR

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100286-77.2018.5.01.0009**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE LUIZ CARLOS RODRIGUES SOARES

Advogado DR. CARLOS EDUARDO FARIA GASPAR(OAB: 75673-D/RJ)

Advogado DR. MARCELO DE SA CARDOSO(OAB: 87356-A/RJ)

EMBARGADO(A) NOV WELLBORE TECHNOLOGIES DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA.

Advogado DR. PEDRO CAPANEMA THOMAZ LUNDGREN(OAB: 141402-A/RJ)

Advogado DR. PEDRO IVO LEÃO RIBEIRO AGRA BELMONTE(OAB: 155433-A/RJ)

Advogado DR. GUILHERME TEIXEIRA AZEREDO(OAB: 217847-A/RJ)

Advogada DRA. SUYAM SILVEIRA DE ALMEIDA(OAB: 236339/RJ)

Advogado DR. MARCELO PERES BARROCA(OAB: 214999-A/RJ)

EMBARGADO(A) NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA

Advogado DR. ANDRÉ DE ALMEIDA RODRIGUES(OAB: 74489-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUIZ CARLOS RODRIGUES SOARES

- NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA

- NOV WELLBORE TECHNOLOGIES DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA.

**Processo Nº ED-RR-0100293-42.2016.5.01.0073**

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

EMBARGANTE HOSPITAL ESPERANÇA S.A.

Advogado DR. RAPHAEL RAJÃO REIS DE CAUX(OAB: 106383/MG)

EMBARGADO(A) DECILENE DUARTE MOURA SILVA DO NASCIMENTO

Advogado DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA MAIA JÚNIOR(OAB: 131775-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DECILENE DUARTE MOURA SILVA DO NASCIMENTO

- HOSPITAL ESPERANÇA S.A.



**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100403-71.2020.5.01.0341**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado	DR. EMMERSON ORNELAS FORGANEZ(OAB: 143531-A/SP)
EMBARGADO(A)	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA
Advogado	DR. MAURÍCIO MICHELS CORTEZ(OAB: 78113/RJ)
Advogado	DR. AUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207-A/RJ)
Advogado	DR. JESSIKA CRYSTINE RAMOS DO AMARAL(OAB: 182996-A/RJ)
Advogado	DR. ALINE CRISTINA BRANDAO(OAB: 110274-A/RJ)
Advogado	DR. MARIA CELIA DE SOUZA DIAS(OAB: 86562-A/RJ)
Advogado	DR. DIRLENE CRISTINA BENEVIDES(OAB: 89739-A/RJ)
Advogado	DR. BRUNO VIEIRA LOPES(OAB: 165563-A/RJ)
Advogado	DR. MAURÍCIO NOGUEIRA BARROS(OAB: 64690-A/RJ)
Advogada	DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765-A/RJ)
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(OAB: 205545-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

**Processo Nº ED-RRAg-0101020-45.2018.5.01.0068**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
EMBARGANTE	ANDRE DE SIMONE
Advogado	DR. FERNANDO TADEU TAVEIRA ANUDA(OAB: 40530-A/RJ)
EMBARGADO(A)	ROSILENE SOARES CORDEIRO
Advogado	DR. RICARDO WILLIAN DE CARVALHO BERNARDINO(OAB: 55670-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE DE SIMONE  
- ROSILENE SOARES CORDEIRO

**Processo Nº ED-RR-1000677-94.2020.5.02.0013**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	EDUARDA MARIA LIMA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. ALEXANDRE CARLOS GIANCOLI FILHO(OAB: 206321-A/SP)
Advogado	DR. DIEGO AUGUSTO SILVA E OLIVEIRA(OAB: 210778-A/SP)
Advogado	DR. ALBERTO YEREVAN CHAMLIAN FILHO(OAB: 208323-A/SP)
EMBARGADO(A)	HERDAL ENVASAMENTO DE COSMETICOS LTDA - EPP

Advogado	DR. GHLICIO JORGE SILVA FREIRE(OAB: 146625-A/SP)
EMBARGADO(A)	L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA.
Advogado	DR. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES(OAB: 149207-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDUARDA MARIA LIMA DO NASCIMENTO  
- HERDAL ENVASAMENTO DE COSMETICOS LTDA - EPP  
- L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA.

**Processo Nº ED-RRAg-1001259-97.2017.5.02.0434**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	MICHAEL ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. FÁBIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO(OAB: 195284/SP)
EMBARGADO(A)	BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	DR. LUIZ VICENTE DE CARVALHO(OAB: 39325/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
- MICHAEL ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-1001955-84.2015.5.02.0473**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE	PAULO TENORIO DA SILVA
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460-B/SP)
EMBARGADO(A)	LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Advogado	DR. WALMIR CARDARELLI(OAB: 142147-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA  
- PAULO TENORIO DA SILVA

**Processo Nº RRAg-0000175-83.2015.5.20.0002**

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S)	PEDRO FONTES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. LUCAS TADEU COSTA DIAS(OAB: 3604-D/SE)
Advogado	DR. RICARDO TAVARES DE MEDINA SANTOS(OAB: 3242-A/SE)
Advogado	DR. PETRÚCIO MESSIAS DE SOUZA(OAB: 4895-A/SE)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	SERVICOS GRAFICOS DE SERGIPE
Advogado	DR. ALBERTO MAYNART DE ARAÚJO(OAB: 1475-A/SE)
Advogada	DRA. LUCIENE MESSIAS LIRA(OAB: 7612-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PEDRO FONTES DE OLIVEIRA  
- SERVICOS GRAFICOS DE SERGIPE



**Processo Nº RRAg-0000549-66.2013.5.15.0113**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. PAULO HENRIQUE GARCIA HERMOSILLA(OAB: 132279-A/SP)  
Advogado DR. DANIEL SEGATTO DE SOUSA(OAB: 176173-A/SP)  
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO  
Advogado DR. ANDRÉ EVANGELISTA DE SOUZA(OAB: 255932-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

**Processo Nº RRAg-0000650-14.2016.5.05.0037**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MARCUS VINICIUS MACHADO DE SANTANA  
Advogada DRA. KÁTIA PITHON NASCIMENTO TEIXEIRA(OAB: 11510-A/BA)  
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Advogado DR. JAIR OLIVEIRA FIGUEIREDO MENDES(OAB: 15334-A/BA)  
Advogado DR. ALEXANDRE FREIRE DE CARVALHO GUSMÃO(OAB: 21357-A/BA)  
Advogado DR. VITOR MACEDO PIRES(OAB: 26979-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
- MARCUS VINICIUS MACHADO DE SANTANA

**Processo Nº RRAg-0000663-22.2011.5.05.0026**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA  
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MARCIO PEREIRA DA SILVA  
Advogado DR. PEDRO CÉSAR SERAPHIM PITANGA(OAB: 13731-A/BA)  
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogada DRA. MARIA CAROLINA ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA(OAB: 15283/BA)  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- MARCIO PEREIRA DA SILVA

**Processo Nº RRAg-0010223-36.2018.5.15.0067**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) LUCAS BERTONI JUNQUEIRA  
Advogado DR. VÍTOR HUGO VASCONCELOS MATOS(OAB: 262504-D/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)  
Advogado DR. ALLAN AGUILAR CORTEZ(OAB: 216259-A/SP)  
Advogado DR. JOÃO ALBERTO DE CARVALHO JÚNIOR(OAB: 235835-A/SP)  
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)  
Advogado ANA AMELIA ELMINIO TORRENTE - ME  
DR. EDSON LUIZ GUIDETTI(OAB: 322372/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA AMELIA ELMINIO TORRENTE - ME  
- LUCAS BERTONI JUNQUEIRA  
- WEC2 ENERGIA LIMPA LTDA

**Processo Nº RRAg-0100257-78.2019.5.01.0401**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR  
Advogado DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707/RJ)  
Advogado DR. GUSTAVO SMITH HEIZER(OAB: 170543-A/RJ)  
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) NAYARA SOARES COUTINHO  
Advogado DR. SÉRGIO HENRIQUE DOS SANTOS PINHEIRO(OAB: 212412-A/RJ)  
Advogada DRA. PAOLA DUARTE DA SILVA DIAS(OAB: 173134-A/RJ)  
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada DRA. VERA LÚCIA COSTA BETHENCOURT(OAB: 59860-A/RJ)  
Advogado DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)  
Advogada DRA. ANALI CORRÊA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR  
- NAYARA SOARES COUTINHO  
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº RRAg-0101433-40.2019.5.01.0483**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO  
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) UTC ENGENHARIA S.A.  
Advogado DR. NATHANAEL DE ALMEIDA PINTO(OAB: 319586-A/SP)  
Advogado DR. RONILDO SIQUEIRA(OAB: 70586-D/MG)  
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA FERREIRA  
Advogado DR. ARTUR FARIA BRIOTE FILHO(OAB: 141290-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA FERREIRA

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- UTC ENGENHARIA S.A.

**Processo Nº RRAg-1001761-51.2017.5.02.0720**

Complemento Plenário Virtual  
Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO  
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) BANCO VOLKSWAGEN S.A. E OUTRA  
Advogada DRA. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 126990-A/RJ)  
Advogado DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 241287-A/SP)  
Advogado DR. RÔMULO GOMES PINHEIRO VELLOSO(OAB: 333241/SP)  
Advogada DRA. PAMELLA MARIA FERNANDES IGLESIAS SILVA ABREU(OAB: 309883/SP)  
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ANA CAROLINA RIBEIRO VERTAMATTI  
Advogado DR. JEFFERSON DA SILVA QUEIROZ(OAB: 316188-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA CAROLINA RIBEIRO VERTAMATTI  
- BANCO VOLKSWAGEN S.A. E OUTRA

ELIANE LUZIA BISINOTTO  
Secretária da 3ª Turma

**Secretaria da Sétima Turma**

**Pauta**

**Pauta de Julgamento**

Pauta de Julgamento (processos e-SIJ) da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Sétima Turma, a realizar-se no dia 23/8/2023, às 9h00, na modalidade presencial.

O julgamento virtual terá início à zero hora do dia 15/8/2023 e encerramento à zero hora do dia 22/8/2023.

Serão automaticamente excluídos do julgamento virtual e remetidos à Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Sétima Turma (art. 134, § 5º, do RITST), a realizar-se no dia 23/8/2023, às 9h00, na modalidade presencial:

I - os processos com destaque ou pedido de vista por um ou mais integrantes do colegiado;

II - os processos com registro de voto divergente ao do Ministro relator;

III - os destacados pelo membro do Ministério Público do Trabalho até o fim do julgamento virtual;

IV - os processos que tiverem pedido de sustentação oral ou preferência, desde que requerido em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do julgamento virtual, contadas em dias úteis, por meio do link <https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>.

Os pedidos de preferência, as inscrições para sustentação oral e os pedidos de participação virtual deverão ser registrados no sistema Preferência/Sustentação Oral ou de Participação na Sessão Virtual, constante da página eletrônica portal da advocacia do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>).

É permitida a participação na sessão presencial, por meio de videoconferência, de advogado com domicílio profissional fora do Distrito Federal, desde que a requeira até o dia útil anterior ao da sessão, nos termos do art. 937, § 4º, c/c art. 219, ambos do CPC. Para participar da sessão de julgamento de forma remota, o advogado devidamente inscrito deverá acessar o sistema Zoom,

plataforma oficial de videoconferência instituída pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 54, de 29 de dezembro de 2020, por meio do link <https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr7>.

Somente será admitido o ingresso de advogados previamente inscritos.

Além dos processos constantes da presente pauta, poderão ser julgados na Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Sétima Turma processos com tramitação no sistema PJe constantes de pauta específica.

**PROCESSOS INCLUÍDOS NO PLENÁRIO VIRTUAL**

**Processo Nº Ag-ARR-0366700-44.2004.5.01.0242**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogado DR. ILAN GOLDBERG(OAB: 100643/RJ)  
AGRAVADO(S) FERNANDO DA COSTA SANTOS  
Advogado DR. MAURO HENRIQUE ORTIZ LIMA(OAB: 67311/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
- FERNANDO DA COSTA SANTOS

**Processo Nº AIRR-0000379-09.2017.5.14.0008**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) ENESA ENGENHARIA LTDA.  
Advogado DR. PAULO ROBERTO VIGNA(OAB: 173477/SP)  
AGRAVADO(S) MARIA NOBRE  
Advogada DRA. ADELYNE MORENA CAMARGO MACHADO MARTINS(OAB: 7546/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ENESA ENGENHARIA LTDA.  
- MARIA NOBRE

**Processo Nº AIRR-0000404-65.2014.5.04.0732**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. GILSON KLEBES GUGLIELMI(OAB: 45592/RS)  
AGRAVADO(S) JANICE MARIA GOTTEMS  
Advogado DR. RICARDO GRESSLER(OAB: 19843/RS)  
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- JANICE MARIA GOTTEMS

**Processo Nº AIRR-0000458-87.2018.5.09.0041**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. ANE CAROLINA DE MEDEIROS RIOS(OAB: 14543/DF)

Advogado DR. FRANCISCO JONY BÓRIO DO AMARAL(OAB: 42971/PR)  
Advogada DRA. DANIELA MARIA JURCA(OAB: 39503/PR)  
Advogada DRA. BÁRBARA EBERLE(OAB: 58249/PR)  
AGRAVADO(S) ANTONIO CARLOS HOFELDER MACIEL  
Advogado DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO(OAB: 32147/DF)  
Advogado DR. ROBERVAL BORGES CORREA(OAB: 22380/DF)  
Advogado DR. RODOLFO TRAMUJAS SPELTZ(OAB: 85421/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO CARLOS HOFELDER MACIEL  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº AIRR-0000551-88.2017.5.11.0151**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE ITACOATIARA  
Procurador DR. JOSÉ RICARDO XAVIER DE ARAÚJO  
AGRAVADO(S) CLAUDINEI ANTÔNIO LEMOS MATOS  
Advogado DR. PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR(OAB: 10511/AM)  
AGRAVADO(S) IVANOR BARBOSA DOS SANTOS  
Advogado DR. JOCIL DA SILVA MORAES FILHO(OAB: 12010/AM)  
Advogada DRA. JENNIFER LOPES REBELLO DE SOUZA(OAB: 11115/AM)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUDINEI ANTÔNIO LEMOS MATOS  
- IVANOR BARBOSA DOS SANTOS  
- MUNICÍPIO DE ITACOATIARA

**Processo Nº AIRR-0000776-95.2018.5.13.0029**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. MARIA JOSÉ DA SILVA(OAB: 9831/PB)  
Advogado DR. LUIZ MONTEIRO VARAS(OAB: 15321/PB)  
Advogado DR. MARCO AURÉLIO BRAGA DA SILVA(OAB: 791/PE)  
AGRAVADO(S) FERNANDO D AVILA LINS BEZERRA CAVALCANTI  
Advogado DR. DANIEL ALVES DE SOUSA(OAB: 12043/PB)  
Advogado DR. JOSÉ EVERALDO VIEIRA FREIRE(OAB: 11932/PB)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- FERNANDO D AVILA LINS BEZERRA CAVALCANTI

**Processo Nº AIRR-0000786-27.2017.5.14.0004**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.  
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA FERREIRA NUNES(OAB: 5949/RO)

Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650/SP)  
AGRAVADO(S) JOSÉ RUBENS E SILVA  
Advogado DR. MARCELO MALDONADO RODRIGUES(OAB: 2080/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.  
- JOSÉ RUBENS E SILVA

**Processo Nº AIRR-0000795-23.2016.5.14.0004**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) ENESA ENGENHARIA LTDA.  
Advogado DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476/SP)  
Advogado DR. PAULO ROBERTO VIGNA(OAB: 173477/SP)  
AGRAVADO(S) IZIS PRUDÊNCIO DA SILVA  
Advogado DR. MÁRCIO SILVA DOS SANTOS(OAB: 838/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ENESA ENGENHARIA LTDA.  
- IZIS PRUDÊNCIO DA SILVA

**Processo Nº AIRR-0000796-41.2018.5.07.0001**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 16599/CE)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS NO ESTADO DO CEARA  
Advogado DR. CARLOS ANTÔNIO CHAGAS(OAB: 6560/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS NO ESTADO DO CEARA

**Processo Nº AIRR-0001116-22.2012.5.03.0031**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A  
Advogado DR. FERNANDO DE CASTRO NEVES(OAB: 149796/MG)  
AGRAVADO(S) LUCIANO BARRETO DIAS  
Advogado DR. HELVÉCIO VIANA PERDIGÃO(OAB: 48880/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUCIANO BARRETO DIAS  
- SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A

**Processo Nº AIRR-0001448-80.2016.5.12.0036**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
AGRAVADO(S) MARCELO KUNS DE CARVALHO

Advogado DR. ALLEXSANDRE LÜCKMANN  
GERENT(OAB: 11217/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GOL LINHAS AÉREAS S.A.
- MARCELO KUNS DE CARVALHO

**Processo Nº AIRR-0001711-95.2017.5.10.0016**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE  
BRASILIA - FUB  
Procurador DR. BETSAIDA PENIDO ROSA  
AGRAVADO(S) LUCIMONE GONCALVES LIMA  
Advogado DR. ANDREIA DE JESUS AMORIM  
RODRIGUES(OAB: 41574/DF)  
AGRAVADO(S) UTOPIA CONSULTORIA E  
ASSESSORIA EIRELI  
Advogado DR. MARCELLO VITOR ROCHA  
COTA(OAB: 137681/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
- LUCIMONE GONCALVES LIMA
- UTOPIA CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI

**Processo Nº AIRR-0010073-18.2017.5.03.0134**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) E BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
AGRAVADO (S)  
Advogado DR. JAMES AUGUSTO  
SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)  
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB:  
281551/SP)  
AGRAVANTE(S) E CALLINK SERVIÇOS DE CALL  
AGRAVADO (S) CENTER LTDA.  
Advogado DR. VINÍCIUS COSTA DIAS(OAB:  
61559/MG)  
AGRAVADO(S) WARLEY CAVALCANTE MARQUES  
Advogado DR. THIAGO BARBOSA DE  
OLIVEIRA(OAB: 116163/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
- WARLEY CAVALCANTE MARQUES

**Processo Nº AIRR-0010343-16.2018.5.03.0002**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. IURY MOREIRA ASSIS(OAB:  
160463/MG)  
Advogado DR. VICTOR SANTIAGO VIEIRA  
COSTA(OAB: 181626/MG)  
Advogado DR. ARTUR MACEDO JÚNIOR(OAB:  
175450/MG)  
AGRAVADO(S) MARCO ANTÔNIO DE AMORIM  
Advogado DR. GERALDO MARCOS LEITE DE  
ALMEIDA(OAB: 51151/MG)  
Advogada DRA. GIOVANA CAMARGOS  
MEIRELES(OAB: 76902/MG)  
Advogada DRA. ANA CAROLINA DE SOUZA  
DIAS(OAB: 133219/MG)  
Advogado DR. JOSÉ EYMARD  
LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MARCO ANTÔNIO DE AMORIM

**Processo Nº AIRR-0010454-24.2015.5.03.0028**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS  
BRASIL LTDA  
Advogado DR. MARCELO COSTA MASCARO  
NASCIMENTO(OAB: 155422/MG)  
AGRAVADO(S) GAIBRA PACHECO DINIZ  
Advogado DR. CRISTIANO COUTO  
MACHADO(OAB: 77797/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA
- GAIBRA PACHECO DINIZ

**Processo Nº AIRR-0010517-68.2015.5.03.0054**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) FERROUS RESOURCES DO BRASIL  
S.A.  
Advogado DR. JOSÉ ANCHIETA DA SILVA(OAB:  
23405/MG)  
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB:  
1291/DF)  
Advogada DRA. CAROLINE RODRIGUES  
BRAGA(OAB: 132158/MG)  
AGRAVADO(S) JÚNIOR CÉSAR PEREIRA BATISTA  
Advogado DR. JEOVANA APARECIDA  
RIBEIRO(OAB: 57047/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FERROUS RESOURCES DO BRASIL S.A.
- JÚNIOR CÉSAR PEREIRA BATISTA

**Processo Nº AIRR-0010694-41.2017.5.15.0082**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE  
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO  
CASA - SP  
Procuradora DRA. FLÁVIA HELOIZA CARDOSO  
AGRAVADO(S) HELVIO CARVALHO  
Advogado DR. CARLA ESCRIBANO  
ANDRIGUETTO(OAB: 323315/SP)  
Advogado DR. ADENIR DONIZETI  
ANDRIGUETTO(OAB: 65566/SP)  
Advogado DR. THIAGO LUIS GALVAO  
GREGORIN(OAB: 277364/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- HELVIO CARVALHO

**Processo Nº AIRR-0010719-53.2015.5.03.0019**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) E EUCATEX DISTRIBUIÇÃO E  
AGRAVADO (S) LOGÍSTICA LTDA.  
Advogado DR. EDUARDO HENRIQUE  
CAMPI(OAB: 26698/SP)  
AGRAVANTE(S) E THAIS VIANA FERREIRA DE  
AGRAVADO (S) OLIVEIRA  
Advogado DR. GERALDO BARTOLOMEU  
ALVES(OAB: 60861/MG)



AGRAVADO(S) NVH - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.  
Advogada DRA. ELIANA DOS SANTOS QUEIROZ GARCIA(OAB: 89641/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EUCATEX DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.
- NVH - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
- THAIS VIANA FERREIRA DE OLIVEIRA

**Processo Nº AIRR-0011066-28.2016.5.03.0027**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.  
Advogado DR. MARCELO COSTA MASCARO NASCIMENTO(OAB: 155422/MG)  
AGRAVADO(S) ANDERSON JOSE DA CRUZ  
Advogado DR. MAGNONES ARAUJO BORGES(OAB: 110395/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDERSON JOSE DA CRUZ
- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.

**Processo Nº AIRR-0011105-91.2016.5.03.0102**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) VALE S.A.  
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)  
Advogado DR. MARCIANO GUIMARÃES(OAB: 53772/MG)  
AGRAVADO(S) HENRIQUE LAGE CABRAL  
Advogada DRA. KARINE DE OLIVEIRA MIRANDA(OAB: 78294/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HENRIQUE LAGE CABRAL
- VALE S.A.

**Processo Nº AIRR-0011231-41.2017.5.03.0027**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.  
Advogada DRA. ANA PAULA PAIVA DE MESQUITA BARROS(OAB: 113793/SP)  
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)  
Advogado DR. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA DE SOUZA ROCHA DA SILVA(OAB: 182432/SP)  
AGRAVADO(S) FERNANDO MAIA JÚNIOR  
Advogado DR. CRISTIANO COUTO MACHADO(OAB: 77797/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- FERNANDO MAIA JÚNIOR

**Processo Nº AIRR-0011351-87.2017.5.03.0026**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.  
Advogada DRA. ANA PAULA PAIVA DE MESQUITA BARROS(OAB: 113793/SP)

Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)  
AGRAVADO(S) LUIZ CELSO DOS SANTOS CARVALHO  
Advogado DR. PEDRO ROSA MACHADO(OAB: 30503/MG)  
Advogado DR. CRISTIANO COUTO MACHADO(OAB: 77797/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- LUIZ CELSO DOS SANTOS CARVALHO

**Processo Nº AIRR-0011378-10.2016.5.03.0025**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.  
Advogada DRA. VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069/SP)  
AGRAVADO(S) JOSÉ NILTON RODRIGUES NEVES  
Advogado DR. MOISÉS ESTEVAM(OAB: 103209/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSÉ NILTON RODRIGUES NEVES
- SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.

**Processo Nº AIRR-0011398-98.2017.5.03.0143**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)  
AGRAVADO(S) MICHELLE LIMA SANTANGELO  
Advogado DR. LEONARDO JÚNIO PAIVA DURIGUETTO(OAB: 142091/MG)  
Advogada DRA. RÍVIA MAZZINI RODRIGUES(OAB: 132388/MG)  
Advogado DR. MAURO LUCIO DURIGUETTO(OAB: 66998/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- MICHELLE LIMA SANTANGELO

**Processo Nº AIRR-0011641-68.2016.5.03.0081**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) USINA MONTE ALEGRE SA  
Advogado DR. ANDRÉ SCHMIDT DE BRITO(OAB: 47248/MG)  
AGRAVADO(S) WANDERLEI GONÇALVES  
Advogada DRA. MARIA INÊZ DE OLIVEIRA(OAB: 45652/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- USINA MONTE ALEGRE SA
- WANDERLEI GONÇALVES

**Processo Nº AIRR-0011653-90.2017.5.03.0067**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO



Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 173316/MG)  
AGRAVADO(S) AMANDA PEREIRA GOMES  
Advogada DRA. LUCIANA PAPINI COSTA FURTADO REIS(OAB: 55250/MG)  
Advogada DRA. MARIA CRISTINA DE ARAÚJO(OAB: 61044/MG)  
Advogado DR. RENATO DE SENNA ABREU E SILVA(OAB: 56500/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMANDA PEREIRA GOMES  
- BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

**Processo Nº AIRR-0011995-67.2017.5.03.0143**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
AGRAVADO(S) CARLA PEREIRA CARVALHO  
Advogada DRA. RÍVIA MAZZINI RODRIGUES(OAB: 132388/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- CARLA PEREIRA CARVALHO

**Processo Nº AIRR-0012178-05.2016.5.03.0036**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) RAFAEL LETO COSTA  
Advogado DR. JACKSON BATISTA DE OLIVEIRA(OAB: 85042/RJ)  
Advogado DR. LUCIANA RIBEIRO TEIXEIRA(OAB: 91764/MG)  
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. EULER DE MOURA SOARES FILHO(OAB: 45429/MG)  
Advogado DR. SHEILA CRISTINA BLANCO RODRIGUES TORRES(OAB: 91012/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- RAFAEL LETO COSTA

**Processo Nº AIRR-0012299-58.2015.5.15.0125**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE PONTAL  
Advogado DR. MARCO ANTONIO DE CASTRO NARDELLI(OAB: 318724/SP)  
AGRAVADO(S) IRES RIBEIRO ANDRADE  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO MACHADO(OAB: 319981/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IRES RIBEIRO ANDRADE  
- MUNICÍPIO DE PONTAL

**Processo Nº AIRR-0012635-19.2015.5.15.0010**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE ARARAS E REGIAO

Advogado DR. DOUGLAS BENEVENUTO SILVA(OAB: 326177/SP)  
AGRAVADO(S) OWENS CORNING FIBERGLAS A S LTDA  
Advogado DR. DANIEL YBARA DE OLIVERA RIBEIRO(OAB: 309110/SP)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE FABRICAÇÃO, BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, FIBRA E LA DE VIDRO NO ESTADO DE SAO PAULO  
Advogado DR. DARCY SILVEIRA GONÇALVES FILHO(OAB: 252525/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- OWENS CORNING FIBERGLAS A S LTDA  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE ARARAS E REGIAO  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE FABRICAÇÃO, BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, FIBRA E LA DE VIDRO NO ESTADO DE SAO PAULO

**Processo Nº AIRR-0020071-08.2016.5.04.0234**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA  
Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)  
AGRAVADO(S) DIÓRGENES AMARAL DE LEMOS  
Advogado DR. BRUNO JÚLIO KAHLE FILHO(OAB: 21053/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DIÓRGENES AMARAL DE LEMOS  
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

**Processo Nº AIRR-0020313-68.2018.5.04.0016**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.  
Advogado DR. CRISTIANO GIONGO(OAB: 51857/RS)  
AGRAVADO(S) NELCINDA DE LIMA PAZ  
Advogado DR. ANDERSON FURTADO PEREIRA(OAB: 52035/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NELCINDA DE LIMA PAZ  
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

**Processo Nº AIRR-0021011-42.2015.5.04.0384**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.  
Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)  
AGRAVADO(S) JULIANO DUTRA MACHADO  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO NUNCIO(OAB: 32052/RS)  
Advogado DR. JOSÉ WAGNER DO AMARAL(OAB: 79016/RS)  
Advogada DRA. ANA CAROLINA EVERS(OAB: 81603/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.

- JULIANO DUTRA MACHADO

**Processo Nº AIRR-0021428-87.2015.5.04.0030**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E ANA LÚCIA REBONATTO PATIES  
AGRAVADO(S)

Advogada DRA. PAULA BARTZ DE  
ANGELIS(OAB: 65343/RS)

Advogado DR. MARCELO ADAIME  
DUARTE(OAB: 62293/RS)

AGRAVANTE(S) E BANCO DO ESTADO DO RIO  
AGRAVADO(S) GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL

Advogado DR. JOSÉ LUÍS ZANCANARO(OAB:  
22543/RS)

Advogada DRA. ROSÂNGELA ERNESTINA  
BALDASSO(OAB: 27372/RS)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO  
MACIEL(OAB: 513/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA LÚCIA REBONATTO PATIES

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. -  
BANRISUL

**Processo Nº AIRR-0101591-61.2016.5.01.0011**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E P.A.C.X.B.  
AGRAVADO(S)

Advogado DR. MAURO ROBERTO GOMES DE  
MATTOS(OAB: 57739/RJ)

Advogada DRA. BIANCA MORAES BIANCO  
BLAK(OAB: 100908/RJ)

Advogado DR. GILBERTO DA SILVA COSTA  
FILHO(OAB: 88682/RJ)

AGRAVANTE(S) E P.B.S.P.  
AGRAVADO(S)

Advogado DR. FERNANDO DE SOUZA(OAB:  
35895/RJ)

Advogado DR. CHRISTIANO RIBEIRO  
GORDIANO DE OLIVEIRA(OAB:  
116812/RJ)

Advogado DR. MARCELO CARDOSO  
VALLE(OAB: 114528/RJ)

Advogado DR. ALBERTO FIGUEIREDO  
NETO(OAB: 4273/SE)

Advogado DR. MARCO AURÉLIO FERREIRA  
MARTINS(OAB: 194793/SP)

Advogada DRA. MARIANA KAIUCA AQUIM(OAB:  
120590/RJ)

Advogada DRA. CAROLINA CAMPOS  
PINTO(OAB: 53813/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- P.A.C.X.B.

- P.B.S.P.

**Processo Nº AIRR-0102253-91.2016.5.01.0571**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) LINAVE TRANSPORTES LTDA

Advogado DR. FABIANO ARYDES GOMES(OAB:  
117996/RJ)

Advogado DR. ROSIMARY SILVA  
MACEDO(OAB: 66719/RJ)

AGRAVADO(S) FABIO DIAS DA SILVA

Advogado DR. DOUGLAS DE FREITAS  
SALES(OAB: 101910/RJ)

Advogada DRA. RITA RODRIGUES DE  
SANTANA NETA(OAB: 53769/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIO DIAS DA SILVA

- LINAVE TRANSPORTES LTDA

**Processo Nº AIRR-1000661-98.2016.5.02.0040**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) ROBINSON BATISTA DA SILVA

Advogada DRA. SANDRA REGINA POMPEO  
MARTINS(OAB: 75726/SP)

AGRAVADO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS  
METROPOLITANOS - CPTM

Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA RIBEIRO  
NUNES(OAB: 94969/SP)

Advogada DRA. JULIANA RAMOS POLI(OAB:  
178605/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS -  
CPTM

- ROBINSON BATISTA DA SILVA

**Processo Nº AIRR-1000724-87.2015.5.02.0710**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

Advogado DR. ANTÔNIO LOPES MUNIZ(OAB:  
39006/SP)

Advogado DR. BENÔNI CANELLAS ROSSI(OAB:  
43026/RS)

AGRAVADO(S) EUZEMAR SILVA VIEIRA

Advogada DRA. SHIRLEI MARIA DA SILVA  
MARTINS(OAB: 213582/SP)

AGRAVADO(S) SAÚDE MEDICOL S.A.

Advogado DR. CÉSAR APARECIDO DE  
CARVALHO HORVATH(OAB:  
227601/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EUZEMAR SILVA VIEIRA

- REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

- SAÚDE MEDICOL S.A.

**Processo Nº AIRR-1000870-74.2016.5.02.0264**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) GLOBALPACK INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO LTDA.

Advogado DR. CARLOS EDUARDO  
PRÍNCIPE(OAB: 65609/SP)

AGRAVADO(S) MARCIA NATALINA DA CONCEICAO  
MEDINA

Advogado DR. RICARDO ANDRÉ BARROS DE  
MORAES(OAB: 295951/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GLOBALPACK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

- MARCIA NATALINA DA CONCEICAO MEDINA

**Processo Nº AIRR-1001468-10.2016.5.02.0076**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E ESTADO DE SÃO PAULO  
AGRAVADO(S)

Procurador DR. FELIPE GONÇALVES  
FERNANDES

AGRAVANTE(S) E PRISCILA PEREIRA MONTEIRO  
AGRAVADO(S)

Advogado DR. JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES  
JÚNIOR(OAB: 69835/SP)

Advogado DR. DANIEL AUGUSTO DE SOUZA  
RANGEL(OAB: 211195/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DE SÃO PAULO
- PRISCILA PEREIRA MONTEIRO

**Processo Nº AIRR-1001758-11.2017.5.02.0037**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) MASSA FALIDA da SANTA ROSA  
EMBALAGENS FLEXÍVEIS LTDA.  
Advogada DRA. SÍLVIA DA GRAÇA  
GONÇALVES COSTA(OAB:  
116052/SP)  
AGRAVADO(S) ALMIR NUNES DE ANDRADE  
Advogado DR. ULISSES TEIXEIRA LEAL(OAB:  
118629/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMIR NUNES DE ANDRADE
- MASSA FALIDA da SANTA ROSA EMBALAGENS FLEXÍVEIS  
LTDA.

**Processo Nº AIRR-1001876-06.2017.5.02.0063**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DO METROPOLITANO  
DE SÃO PAULO - METRÔ  
Advogado DR. JEVERSON DE ALMEIDA  
KUROKI(OAB: 300971/SP)  
AGRAVADO(S) NOELMA MARIA DA COSTA  
Advogada DRA. ERYKA FARIAS DE  
NEGRI(OAB: 13372/DF)  
Advogado DR. ALEXANDRE SIMÕES  
LINDOSO(OAB: 12067/DF)  
Advogado DR. RENATO DE ARAÚJO(OAB:  
253444/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO -  
METRÔ
- NOELMA MARIA DA COSTA

**Processo Nº AIRR-1002073-68.2017.5.02.0383**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. CLÉBER PINHEIRO(OAB:  
94092/SP)  
AGRAVADO(S) PAULO RODOLPHO  
Advogado DR. ROSA MARIA PIAGNO(OAB:  
244998/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- PAULO RODOLPHO

**Processo Nº AIRR-1002109-83.2017.5.02.0004**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DO METROPOLITANO  
DE SÃO PAULO - METRÔ  
Advogado DR. BRUNO ADORNI DE  
OLIVEIRA(OAB: 279914/SP)  
AGRAVADO(S) JOSE EDUARDO MORENTE  
Advogada DRA. LILIAN PATRÍCIA MORENTE  
FOGANHOLI(OAB: 389673/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO -  
METRÔ
- JOSE EDUARDO MORENTE

**Processo Nº AIRR-1002130-60.2016.5.02.0015**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) WAGNER NAIME ABDALA  
Advogado DR. ALESSANDRO JOSÉ SILVA  
LODI(OAB: 138321/SP)  
Advogado DR. CHRISTIAM MOHR FUNES(OAB:  
145431/SP)  
AGRAVADO(S) PEIXE URBANO WEB SERVIÇOS  
DIGITAIS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PEIXE URBANO WEB SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.
- WAGNER NAIME ABDALA

**Processo Nº AIRR-1002275-18.2016.5.02.0371**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) NELSON NAZARENO DE LIMA E  
OUTROS  
Advogada DRA. JOSIMARA CEREDA DA  
CRUZ(OAB: 338075/SP)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS  
METROPOLITANOS - CPTM  
Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA  
RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB:  
49457/SP)  
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA RIBEIRO  
NUNES(OAB: 94969/SP)  
Advogado DR. TATIANA RODRIGUES DA SILVA  
LUIPAO(OAB: 241087/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS -  
CPTM
- NELSON NAZARENO DE LIMA E OUTROS

**Processo Nº ARR-0000231-69.2017.5.06.0121**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) E BOMBRILO S.A.  
RECORRENTE(S)  
Advogado DR. ROBINSON NEVES FILHO(OAB:  
8067/DF)  
AGRAVADO(S) E IVANILDA ALVES DE QUEIROZ  
RECORRIDO(S)  
Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO  
CAVALCANTI(OAB: 17926/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BOMBRILO S.A.
- IVANILDA ALVES DE QUEIROZ

**Processo Nº ARR-0000823-09.2016.5.05.0661**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) E FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE -  
RECORRIDO(S) FUNASA  
Procuradora DRA. STEPHANIE SCHNÖLL  
AGRAVADO(S) E MARIA DOS ANJOS TADEU LIMA  
RECORRENTE(S)  
Advogado DR. ROBERTO FREITAS  
PESSOA(OAB: 33774/DF)  
Advogado DR. FELIPE GILPÉTRON CARVALHO  
DE MORAES(OAB: 46298/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- MARIA DOS ANJOS TADEU LIMA

**Processo Nº ARR-0021647-45.2015.5.04.0404**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) FRAS-LE S.A.

Advogada DRA. RENATA PEREIRA  
ZANARDI(OAB: 33819/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LUÍS HENRIQUE SILVA OLIVEIRA

Advogado DR. RICARDO SOUZA ZAIDEN(OAB: 85711/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRAS-LE S.A.
- LUÍS HENRIQUE SILVA OLIVEIRA

**Processo Nº ARR-1000681-77.2016.5.02.0432**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) DELIMA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - EPP

Advogado DR. LUÍS GUSTAVO D'ANTONA  
GOMES(OAB: 256738/SP)

Advogado DR. PATRICIA MEDEIROS  
BARBOZA(OAB: 185052/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ROBSON EVANDRO DA SILVA

Advogado DR. MOISÉS FANIS HONÓRIO DA  
SILVA(OAB: 350171/SP)

AGRAVADO(S) CONDOMINIO GRAND PLAZA  
SHOPPING E OUTROS

Advogado DR. FELIPE NAVEGA  
MEDEIROS(OAB: 217017/SP)

Advogado DR. MATHEUS GARRIDO DE  
OLIVEIRA KABBACH(OAB: 274361/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONDOMINIO GRAND PLAZA SHOPPING E OUTROS
- DELIMA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - EPP
- ROBSON EVANDRO DA SILVA

**Processo Nº ARR-1000809-97.2017.5.02.0065**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) FERNANDO SOARES JACINTO  
CAETANO

Advogado DR. VALMIR DE SOUSA VIDAL(OAB: 211978/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) SORANA VEICULOS E SERVICOS  
LTDA

Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS  
PORTANTE(OAB: 101075/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FERNANDO SOARES JACINTO CAETANO
- SORANA VEICULOS E SERVICOS LTDA

**Processo Nº ARR-1000840-09.2016.5.02.0468**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE  
ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) RENATO DE ALCANTARA BRANDAO

Advogada DRA. AMANDA ROBERTA  
SACCHI(OAB: 221553/SP)

Advogado DR. MARCEL AFONSO  
ACÊNCIO(OAB: 224006/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
- RENATO DE ALCANTARA BRANDAO

**Processo Nº ARR-1002124-59.2016.5.02.0013**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) KAUE LOPES DOS SANTOS

Advogada DRA. VIVIAN CRISTINA JORGE(OAB: 188268/SP)

Advogado DR. RAFAEL WALLERIUS(OAB: 224303/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA  
DE SAO PAULO

Advogado DR. ASSAD LUIZ THOMÉ(OAB: 17383/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO
- KAUE LOPES DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000018-96.2018.5.20.0005**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) JOSE CLAUDIO DE MOURA TORRES

Advogada DRA. JÚLIA IZABEL BARRETO  
ETINGER(OAB: 8294/SE)

AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-  
ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

Advogado DR. ALLAN WESLEY MOURA DOS  
SANTOS(OAB: 551/SE)

AGRAVADO(S) LOBECK AUTOMAÇÃO EIRELI

Advogado DR. CLEYTON CAETANO DE  
LIMA(OAB: 76360/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- JOSE CLAUDIO DE MOURA TORRES
- LOBECK AUTOMAÇÃO EIRELI

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000099-12.2017.5.06.0412**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) COOPERATIVA DE CREDITO DO  
VALE DO SAO FRANCISCO - SICREDI VALE DO SAO FRANCISCO

Advogada DRA. ISADORA COELHO DE  
AMORIM OLIVEIRA(OAB: 16455/PE)

Advogada DRA. LÍGIA DANIELA CAVALCANTI  
SIMÕES(OAB: 23616/PE)

AGRAVADO(S) IUCARA PERCLISA GONCALVES  
SANTOS

Advogado DR. ARTUR CARLOS DO  
NASCIMENTO NETO(OAB: 12803/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**



- COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO SAO FRANCISCO  
- SICREDI VALE DO SAO FRANCISCO  
- IUCARA PERCLISA GONCALVES SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000114-41.2018.5.23.0066**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. GEISE MEURI MORAES(OAB:  
11783-O/MT)  
AGRAVADO(S) CHARLES FRANK MARTINS DA  
SILVA  
Advogada DRA. FERNANDA VAUCHER DE  
OLIVEIRA KLEIM(OAB: 12066-O/MT)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CHARLES FRANK MARTINS DA SILVA  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT

**Processo Nº Ag-AIRR-0000145-97.2016.5.09.0041**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) CLUBE CURITIBANO  
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB:  
23465/PR)  
AGRAVADO(S) TEREZINHA DE FÁTIMA ALVES  
Advogado DR. RAUL ANIZ ASSAD(OAB:  
15388/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLUBE CURITIBANO  
- TEREZINHA DE FÁTIMA ALVES

**Processo Nº Ag-ARR-0000172-95.2015.5.09.0015**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. SONNY BRASIL DE CAMPOS  
GUIMARÃES(OAB: 6472/PR)  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO  
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogada DRA. LETÍCIA NAMI SUZUKI  
TOLOTTI(OAB: 68817/PR)  
Advogado DR. JORGE FRANCISCO FAGUNDES  
D'ÁVILA(OAB: 56519/PR)  
Advogado DR. FABRICIO ZIR BOTHOME(OAB:  
50020/PR)  
AGRAVADO(S) RODRIGO FOCKES  
Advogado DR. GABRIEL YARED FORTE(OAB:  
42410/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
- RODRIGO FOCKES

**Processo Nº Ag-AIRR-0000276-19.2016.5.08.0003**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) TRANSPORTES BERTOLINI LTDA.  
Advogado DR. JOSANA ROSOLEN RIVOLI(OAB:  
57161/RS)  
Advogada DRA. ADRIANA DE CÁSSIA FERRO  
MARTINS(OAB: 7450/PA)  
AGRAVADO(S) ALMIR FERREIRA PIMENTA  
Advogada DRA. SÍLVIA PÉROLA TEIXEIRA  
COSTA(OAB: 36663/DF)  
Advogado DR. ROBERTO CARLOTA DE  
VASCONCELOS(OAB: 8650/PA)

Advogado DR. RENATO COUTINHO DE  
LIMA(OAB: 18117/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMIR FERREIRA PIMENTA  
- TRANSPORTES BERTOLINI LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000534-18.2016.5.11.0012**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO AMAZONAS  
Procurador DR. JANILSON DA COSTA BARROS  
AGRAVADO(S) ANTÔNIO DOS SANTOS ALMEIDA  
Advogado DR. CLÉA LUSIA RIBEIRO  
BRAGA(OAB: 7019/AM)  
AGRAVADO(S) JM SERVIÇOS PROFISSIONAIS,  
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO  
LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTÔNIO DOS SANTOS ALMEIDA  
- ESTADO DO AMAZONAS  
- JM SERVIÇOS PROFISSIONAIS, CONSTRUÇÕES E  
COMÉRCIO LTDA.

**Processo Nº Ag-ARR-0000856-12.2016.5.06.0001**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) ANDERSON SIDCLAY ALVES  
PEREIRA  
Advogada DRA. ISADORA COELHO DE  
AMORIM OLIVEIRA(OAB: 16455/PE)  
AGRAVADO(S) COMÉRCIO NACIONAL DE  
CARTÕES TELEFÔNICOS LTDA.  
Advogado DR. AURÉLIO CÉZAR TAVARES  
FILHO(OAB: 12865/PE)  
AGRAVADO(S) TIM NORDESTE  
TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
Advogado DR. CARLOS FERNANDO DE  
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 106094/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDERSON SIDCLAY ALVES PEREIRA  
- COMÉRCIO NACIONAL DE CARTÕES TELEFÔNICOS LTDA.  
- TIM NORDESTE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

**Processo Nº Ag-RR-0000883-68.2018.5.09.0121**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. MARISSOL JESUS FILLA(OAB:  
17245/PR)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES  
E EMPREGADOS EM  
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS,  
SIMILARES OU CONEXOS DE  
TOLEDO E REGIÃO  
Advogado DR. JOSÉ EYMARD  
LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM  
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, SIMILARES OU CONEXOS  
DE TOLEDO E REGIÃO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001153-69.2016.5.08.0128**



Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS

Advogada DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO AMARAL(OAB: 24190/GO)

AGRAVADO(S) REGINALDO ALVES DA COSTA

Advogado DR. JOSÉ CARLOS ESPÍRITO SANTO SARDINHA JÚNIOR(OAB: 15415/PA)

AGRAVADO(S) TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRO

Advogado DR. FELIPE MOREIRA DA SILVA(OAB: 39475/GO)

Advogada DRA. HULDA LOPES DE FREITAS(OAB: 37130/GO)

Advogado DR. WEVERTON DIAS ALEXANDRINO(OAB: 38355/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- REGINALDO ALVES DA COSTA
- TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRO
- VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001449-55.2015.5.20.0011**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) ANTONIO PODEROSO DA COSTA

Advogado DR. DOUGLAS DE SANTANA FIGUEIREDO(OAB: 4589/SE)

Advogado DR. VANESSA VASCONCELLOS DE GOIS AGUIAR(OAB: 3723/SE)

AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

AGRAVADO(S) PRODUMAN ENGENHARIA, MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO PODEROSO DA COSTA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA, MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0001473-44.2015.5.10.0017**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: 7236/DF)

AGRAVADO(S) LUCIANA CANDIDA BAGANO

Advogado DR. ABIEL ALCÂNTARA LACERDA(OAB: 16577/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUCIANA CANDIDA BAGANO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001684-97.2017.5.10.0021**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogada DRA. NADJA COSTA DOS SANTOS LEITE(OAB: 56447/DF)

AGRAVADO(S) LÍDER SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - ME

AGRAVADO(S) THAIS AMANDA OLIVEIRA DE FRANCA

Advogado DR. FREDERICO TEIXEIRA BARBOSA(OAB: 12954/DF)

Advogado DR. EDUARDO ANTÔNIO DÓRIA DE CARVALHO(OAB: 27000/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- LÍDER SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - ME
- THAIS AMANDA OLIVEIRA DE FRANCA

**Processo Nº Ag-ARR-0002121-11.2016.5.17.0141**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725/ES)

AGRAVADO(S) RONALDO BITENCOR DE OLIVEIRA

Advogado DR. RÔMULO QUEDEVEZ GROBÉRIO(OAB: 15160/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
- RONALDO BITENCOR DE OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-ARR-0010418-36.2014.5.01.0007**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES

AGRAVADO(S) ISABELLE MATTOS MARTINS

Advogado DR. ANDRÉ LUÍS LUCIANO DA SILVA SANTOS(OAB: 166342/RJ)

AGRAVADO(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (CUSTOS LEGIS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- ISABELLE MATTOS MARTINS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (CUSTOS LEGIS)

**Processo Nº Ag-ARR-0010798-74.2017.5.18.0009**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384/DF)

Advogado DR. FÁBIO SILVA FERRAZ DOS PASSOS(OAB: 21897/DF)

Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)

AGRAVADO(S) JOAQUIM ALVES DE FREITAS

Advogado DR. THIAGO ROMER DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 32342/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- JOAQUIM ALVES DE FREITAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011148-30.2015.5.01.0551**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) LUCAS ROSA

Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)

Advogado DR. KLEBER BORGES DE MOURA(OAB: 14012/DF)

Advogado DR. RENATA BOAVENTURA SOUZA(OAB: 115581/RJ)

AGRAVADO(S) LACTALIS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA.

Advogado DR. KLEBER BORGES DE MOURA(OAB: 14012/DF)

AGRAVADO(S) LATICÍNIOS BOM GOSTO S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LACTALIS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA.

- LATICÍNIOS BOM GOSTO S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- LUCAS ROSA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011258-46.2014.5.01.0007**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. FLÁVIO RONDON DOS SANTOS

AGRAVADO(S) ELAINE SOARES DA SILVA

Advogado DR. MARCO ANTÔNIO AZEVEDO FERREIRA(OAB: 87445/RJ)

AGRAVADO(S) VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.

Advogado DR. ALESSANDRA PINTO DE QUEIROZ(OAB: 147730/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELAINE SOARES DA SILVA

- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

- VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.

**Processo Nº Ag-ARR-0011625-07.2013.5.01.0201**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA

AGRAVADO(S) GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. - EPP

AGRAVADO(S) NILZA LUIZA FERREIRA GOMES

Advogado DR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO(OAB: 86446/RJ)

Advogada DRA. ANA CARLA MOREIRA MARIZ SARMENTO(OAB: 99156/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. - EPP

- NILZA LUIZA FERREIRA GOMES

**Processo Nº Ag-ARR-0012243-74.2013.5.01.0225**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF

AGRAVADO(S) ANA MARIA DOS SANTOS

Advogado DR. FERNANDA ALMEIDA MATEUS DE MELO(OAB: 117721/RJ)

AGRAVADO(S) GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS - EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA MARIA DOS SANTOS

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS - EIRELI

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0012368-04.2016.5.15.0013**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)

AGRAVADO(S) ANDRE LUIZ BITENCOURT LEITE

Advogado DR. VALDIR KEHL(OAB: 99626/SP)

Advogado DR. ROBERTO DE CAMARGO JÚNIOR(OAB: 148473/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE LUIZ BITENCOURT LEITE

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0013218-16.2016.5.15.0027**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) RÁPIDO RORAIMA LTDA.

Advogado DR. SERGIO RICARDO MARTIN(OAB: 124359/SP)

AGRAVADO(S) MARCO ANTONIO FERREIRA PESSOA

Advogado DR. HENRIQUE FORTI E SILVA(OAB: 317874/SP)

Advogado DR. JOSE ANTONIO CARVALHO DA SILVA(OAB: 97178/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCO ANTONIO FERREIRA PESSOA

- RÁPIDO RORAIMA LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020177-66.2017.5.04.0611**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Procurador DR. JULIANO DE ANGELIS

AGRAVADO(S) CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA

Advogada DRA. CARLA DE DAVID POSSER FLORES(OAB: 85074/RS)

AGRAVADO(S) PAULO DE LIMA

Advogado DR. WELLINGTON MARTINI(OAB: 68259/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

- PAULO DE LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020321-61.2016.5.04.0001**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Advogado DR. CAROLINA KERN LOPES(OAB: 64971/RS)

Advogada DRA. CARLA FRANCINE MORAIS D'ANGELO(OAB: 88815/RS)

AGRAVADO(S) AMPARO SANTA CRUZ-ORIONOPOLIS

Advogado DR. OLIVAR SCHNEIDER(OAB: 23562/RS)

AGRAVADO(S) RENATO DOS SANTOS CARVALHO

Advogada DRA. SABRINA SAFAR LARANJA(OAB: 57479/RS)

Advogado DR. MARCIO GARCIA MORISSO(OAB: 60497/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMPARO SANTA CRUZ-ORIONOPOLIS
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
- RENATO DOS SANTOS CARVALHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0020339-71.2015.5.04.0016**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA. E OUTROS

Advogada DRA. ROSANGELA BENETTI ALMEIDA(OAB: 34992/RS)

AGRAVADO(S) CCR S.A.

Advogada DRA. RENATA GONÇALVES TOGNINI(OAB: 11521/MS)

AGRAVADO(S) RICARDO FRANCISCO SZULCZEWSKI CAMPOS

Advogado DR. RAFAEL SOARES FRASCA(OAB: 53990/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CCR S.A.
- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA. E OUTROS
- RICARDO FRANCISCO SZULCZEWSKI CAMPOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0020370-30.2014.5.04.0371**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.

Advogado DR. LEONARDO LUIZ TAVANO(OAB: 173965/SP)

AGRAVADO(S) A. VARGAS CALÇADOS EIRELI

Advogada DRA. CARINE LUANA TISSOT LUCAS(OAB: 53511/RS)

AGRAVADO(S) COMERCIAL ASTE DE IMPORTAÇÃO LTDA.

Advogado DR. SANDRO MARTINS(OAB: 124000/SP)

AGRAVADO(S) E.S.B. CALCADOS LTDA - EPP

Advogado DR. GUSTAVO LUIS LUCKMANN(OAB: 34693/RS)

Advogado DR. PAULO CESAR MARCO JUNIOR(OAB: 69923/RS)

AGRAVADO(S) FILLITY MODAS E CONFECÇÕES LTDA.

Advogado DR. GILBERTO TRAMONTIN DE SOUZA(OAB: 29414/RS)

AGRAVADO(S) IT CEM POR CENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.

Advogado DR. PAULO FERNANDO AGUIAR QUINTANILHA(OAB: 90970/RJ)

Advogado DR. PEDRO OTAVIO TRINDADE QUINTANILHA(OAB: 119219/RJ)

AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de D.JR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.

Advogado DR. JOÃO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR(OAB: 40315/RS)

AGRAVADO(S) MEDAPI2 PARTICIPAÇÕES LTDA.

Advogada DRA. CARINE GARSKE LENZ DA ROS(OAB: 67900/RS)

AGRAVADO(S) ON LINE TRADING S/A.

Advogado DR. ALESSANDRO DE OLIVEIRA(OAB: 53205/RS)

Advogado DR. SOLANGE DIAS NEVES(OAB: 34649/RS)

AGRAVADO(S) ON THE TABLE CONFECÇÕES LTDA.

Advogado DR. GILBERTO TRAMONTIN DE SOUZA(OAB: 29414/RS)

AGRAVADO(S) OTIVO BRUCH

Advogado DR. IVAN DURINGS(OAB: 91739/RS)

AGRAVADO(S) OVERLAND TRADING S.A.

Advogada DRA. MÁRCIA PESSIN(OAB: 30305/RS)

AGRAVADO(S) R. R. HUGENTOBLE & CIA. LTDA.

Advogado DR. ANDRÍO PORTUGUEZ FONSECA(OAB: 31913/RS)

Advogado DR. PAULO FERNANDO LORENÇO(OAB: 93122/RS)

AGRAVADO(S) RBX RIO COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.

Advogado DR. JULIANO MARTINS MANSUR(OAB: 113786/RJ)

Advogada DRA. RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)

AGRAVADO(S) RJR ASSESSORIA COMERCIAL LTDA.

Advogado DR. ALEXANDRE ALVES(OAB: 43331/RS)

Advogada DRA. ALINE CRISTINA SCHMITT(OAB: 77217/RS)

AGRAVADO(S) SANTA GUADALUPE MODAS LTDA

Advogado DR. GILBERTO TRAMONTIN DE SOUZA(OAB: 29414/RS)

AGRAVADO(S) SIDE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Advogado DR. JOCELINO DE ALMEIDA MATTOS(OAB: 71813/RS)

AGRAVADO(S) SOUTH SERVICE TRADING S.A.

Advogado DR. FLÁVIO BARZONI MOURA(OAB: 24243/RS)

AGRAVADO(S) TALIE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA.

Advogado DR. RODRIGO MAURO DIAS CHOIFI(OAB: 205034/SP)

AGRAVADO(S) TL IMÓVEIS EIRELI

Advogado DR. GILBERTO TRAMONTIN DE SOUZA(OAB: 29414/RS)

AGRAVADO(S) ZZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. E OUTRA

Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- A. VARGAS CALÇADOS EIRELI
- COMERCIAL ASTE DE IMPORTAÇÃO LTDA.
- E.S.B. CALCADOS LTDA - EPP
- FILLITY MODAS E CONFECÇÕES LTDA.
- IT CEM POR CENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
- MASSA FALIDA de D.JR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.

- MEDAPI2 PARTICIPAÇÕES LTDA.  
- ON LINE TRADING S/A.  
- ON THE TABLE CONFECÇÕES LTDA.  
- OTIVO BRUCH  
- OVERLAND TRADING S.A.  
- R. R. HUGENTOBLE & CIA. LTDA.  
- RBX RIO COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.  
- RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.  
- RJR ASSESSORIA COMERCIAL LTDA.  
- SANTA GUADALUPE MODAS LTDA  
- SIDE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.  
- SOUTH SERVICE TRADING S.A.  
- TALIE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA.  
- TL IMÓVEIS EIRELI  
- ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. E OUTRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020644-36.2016.5.04.0011**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) DIVA STELA SANTI PEREIRA  
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084/RS)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T E OUTROS  
Advogada DRA. JOARA CHRISTINA BALCZAREK MUCELIN TROIS(OAB: 47734/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T E OUTROS  
- DIVA STELA SANTI PEREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020687-85.2016.5.04.0006**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE  
Advogado DR. BENÔNIO CANELLAS ROSSI(OAB: 43026/RS)  
Advogada DRA. CAROLINA FRANCIOSI TATSCH(OAB: 64897/RS)  
Advogada DRA. MÔNICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359/RS)  
AGRAVADO(S) REJANE KRIPKA E OUTROS  
Advogado DR. VINÍCIUS DIAS CASAGRANDE(OAB: 30235/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE  
- REJANE KRIPKA E OUTROS

**Processo Nº Ag-AIRR-0020732-13.2017.5.04.0020**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT E OUTROS  
Advogada DRA. JOARA CHRISTINA BALCZAREK MUCELIN TROIS(OAB: 47734/RS)  
AGRAVADO(S) MARIA ALTIVA SIMOES DE OLIVEIRA

Advogada DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO COSTA(OAB: 2190/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT E OUTROS  
- MARIA ALTIVA SIMOES DE OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020906-65.2016.5.04.0017**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) ICATEL-TELEMÁTICA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.  
Advogado DR. FERNANDO CÉSAR LOPES GONÇALES(OAB: 196459/SP)  
AGRAVADO(S) NILO BATISTA DE ALMEIDA  
Advogada DRA. MICHELLE MEOTTI TENTARDINI(OAB: 57215/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ICATEL-TELEMÁTICA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.  
- NILO BATISTA DE ALMEIDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0021136-35.2017.5.04.0741**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. MARCELO LUÍS FORTE PITTOL(OAB: 50390/RS)  
Advogado DR. ADROALDO DA SILVA FILHO(OAB: 63304/RS)  
AGRAVADO(S) NEI MARQUES FERREIRA  
Advogado DR. MAURÍCIO POLONI(OAB: 65568/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- NEI MARQUES FERREIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0024259-82.2016.5.24.0106**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.  
Advogado DR. FERNANDO FRIOLLI PINTO(OAB: 12233/MS)  
AGRAVADO(S) NEILA FERNANDA VIEIRA  
Advogado DR. JOÃO FERNANDO VILLELA(OAB: 14173/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NEILA FERNANDA VIEIRA  
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0100017-03.2017.5.01.0226**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA  
Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF  
Procurador DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES  
AGRAVADO(S) JORGE LUIS DE CARVALHO  
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS DA ROCHA REIS(OAB: 122869/RJ)  
Advogado DR. ISAAC DE SÁ ALVES MACHADO(OAB: 188943/RJ)



AGRAVADO(S) PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Advogado DR. LUCAS FERREIRA MONTEIRO(OAB: 124934/MG)

Advogado DR. IVONETE CORRÊA NIGRI(OAB: 141333/RJ)

Advogado DR. RODOLPHO EUSTÁQUIO RODRIGUES(OAB: 172228/MG)

Advogado DR. BARBARA NOGUEIRA NUNES(OAB: 134697/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JORGE LUIS DE CARVALHO
- PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

**Processo Nº Ag-AIRR-0100548-81.2016.5.01.0046**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) BIRACI LUIZ DOS SANTOS

Advogado DR. REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 25480/DF)

AGRAVADO(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU

Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 174531/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BIRACI LUIZ DOS SANTOS
- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU

**Processo Nº Ag-AIRR-0100579-23.2017.5.01.0481**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) FORSAFETY VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.

Advogado DR. RICARDO MONTEIRO DE FRANCA MIRANDA(OAB: 104416/RJ)

AGRAVADO(S) FABIOLA CABRAL MESQUITA

Advogado DR. ELIZABETH ROCHA ALMADA(OAB: 152326/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIOLA CABRAL MESQUITA
- FORSAFETY VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0101343-26.2016.5.01.0034**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) SABEMI INTERMEDIADORA DE NEGÓCIOS LTDA.

Advogado DR. JULIANO MARTINS MANSUR(OAB: 113786/RJ)

AGRAVADO(S) GRACIELE VIANA DA SILVA

Advogado DR. FLÁVIO MARQUES DE SOUZA(OAB: 92657/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GRACIELE VIANA DA SILVA
- SABEMI INTERMEDIADORA DE NEGÓCIOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0110200-87.2009.5.04.0304**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) ANTÔNIO AUGUSTO AMARAL LEITÃO

Advogado DR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA(OAB: 30865/RS)

Advogado DR. JAIME VALVERDU(OAB: 28405/RS)

Advogada DRA. TATIANE OHVEILER MANDIÃO(OAB: 55423/RS)

AGRAVADO(S) CHEILA PANIZZI FERNANDES

Advogada DRA. SHIRLEY DILECTA PANIZZI FERNANDES(OAB: 33279/RS)

AGRAVADO(S) RAMÃO ESCANDIEL E OUTRA

Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

Advogado DR. ÁLVARO KLEIN(OAB: 68531/RS)

AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Procurador DR. JOÃO RICARDO A. DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTÔNIO AUGUSTO AMARAL LEITÃO
- CHEILA PANIZZI FERNANDES
- RAMÃO ESCANDIEL E OUTRA
- UNIÃO (PGF)

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-1000534-34.2018.5.02.0318**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Procuradora DRA. PRISCILA ALVAREZ SEOANE CASSEB

AGRAVADO(S) ZAQUEU DOS SANTOS

Advogado DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- ZAQUEU DOS SANTOS

**Processo Nº Ag-AIRR-1000671-31.2018.5.02.0022**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogada DRA. GLORIE TE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)

AGRAVADO(S) WAGNER JOSE POHLMANN

Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS JOSÉ ROMÃO(OAB: 74655/SP)

Advogado DR. GASPARINO JOSÉ ROMÃO FILHO(OAB: 61260/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- WAGNER JOSE POHLMANN

**Processo Nº Ag-AIRR-1000910-71.2018.5.02.0010**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Advogado DR. MARCELO TAVARES CERDEIRA(OAB: 154488/SP)

AGRAVADO(S) SANDRA FECHUS

Advogada DRA. LEDA SATIE JOJIMA(OAB: 173652/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.
- SANDRA FECHUS

**Processo Nº Ag-RR-1002220-41.2016.5.02.0024**



Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) IVANILDO DA SILVA CARLOS

Advogado DR. HUDSON MARCELO DA  
SILVA(OAB: 170673/SP)

Advogado DR. VILANIR FERREIRA DE  
MELO(OAB: 309399/SP)

AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. MAURY IZIDORO(OAB:  
135372/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT

- IVANILDO DA SILVA CARLOS

**Processo Nº ED-AIRR-0000221-20.2019.5.14.0416**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

EMBARGANTE ESTADO DO ACRE

Procuradora DRA. ROȘANA FERNANDES  
MAGALHÃES BIANCARDI

EMBARGADO(A) COOPERATIVA DOS  
TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM  
SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

EMBARGADO(A) FRANCISCA NASCIMENTO DA SILVA

Advogada DRA. OCILENE ALENCAR DE  
SOUZA(OAB: 4057/AC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM  
SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

- ESTADO DO ACRE

- FRANCISCA NASCIMENTO DA SILVA

**Processo Nº ED-AIRR-0000245-87.2019.5.14.0403**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

EMBARGANTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE  
TRANSITO - AC

Procuradora DRA. ROȘANA FERNANDES  
MAGALHÃES BIANCARDI

Procurador DR. FRANCISCO ARMANDO DE  
FEGUEIRÊDO MELO

EMBARGADO(A) CHARLESTON MARTINS FERREIRA

Advogado DR. ALANA NASCIMENTO DE  
ARAUJO(OAB: 5130/AC)

EMBARGADO(A) ELIZANGELA DE OLIVEIRA - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CHARLESTON MARTINS FERREIRA

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - AC

- ELIZANGELA DE OLIVEIRA - ME

**Processo Nº ED-AIRR-0000429-49.2019.5.14.0401**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

EMBARGANTE ESTADO DO ACRE

Procuradora DRA. ROȘANA FERNANDES  
MAGALHÃES BIANCARDI

EMBARGADO(A) ELIZANGELA DE OLIVEIRA - ME

EMBARGADO(A) OZIEL XAVIER DE SOUSA

Advogada DRA. GRACILEIDY ALMEIDA DA  
COSTA BACELAR(OAB: 3252/AC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIZANGELA DE OLIVEIRA - ME

- ESTADO DO ACRE

- OZIEL XAVIER DE SOUSA

**Processo Nº ED-ED-Ag-RR-0000479-81.2010.5.02.0318**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

EMBARGANTE AMADEUS BRASIL LTDA.

Advogado DR. AREF ASSREUY JÚNIOR(OAB:  
6276/DF)

Advogado DR. ARNALDO PIPEK(OAB:  
113878/SP)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO  
MACIEL(OAB: 513/DF)

EMBARGADO(A) ALMIR FERNANDES FREIRE

Advogado DR. DOUGLAS SABONGI  
CAVALHEIRO(OAB: 216159/SP)

EMBARGADO(A) VARIG LOGÍSTICA S.A. (EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMIR FERNANDES FREIRE

- AMADEUS BRASIL LTDA.

- VARIG LOGÍSTICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº ED-AIRR-0000604-80.2019.5.14.0421**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

EMBARGANTE ESTADO DO ACRE

Procuradora DRA. ROȘANA FERNANDES  
MAGALHÃES BIANCARDI

EMBARGADO(A) COOPERATIVA DE TRABALHO DOS  
TRABALHADORES EM SERVIÇOS  
GERAIS DO ACRE - COOPASER

EMBARGADO(A) MAGLENE DE SOUZA E SOUZA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COOPERATIVA DE TRABALHO DOS TRABALHADORES EM  
SERVIÇOS GERAIS DO ACRE - COOPASER

- ESTADO DO ACRE

- MAGLENE DE SOUZA E SOUZA

**Processo Nº ED-AIRR-0000650-12.2016.5.11.0016**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

EMBARGANTE ESTADO DO AMAZONAS

Procuradora DRA. SÁLVIA HADDAD

Procuradora DRA. IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA

EMBARGADO(A) CLEUNICE MARIA FERREIRA DE  
JESUS SOUZA

EMBARGADO(A) J M SERVIÇOS PROFISSIONAIS  
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO  
LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLEUNICE MARIA FERREIRA DE JESUS SOUZA

- ESTADO DO AMAZONAS

- J M SERVIÇOS PROFISSIONAIS CONSTRUÇÕES E  
COMÉRCIO LTDA.

**Processo Nº ED-AIRR-0000692-78.2019.5.14.0402**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

EMBARGANTE ESTADO DO ACRE

Procurador DR. FÁBIO MARCON LEONETTI

EMBARGADO(A) COOPERATIVA DOS  
TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM  
SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

EMBARGADO(A) ELCILEIDE DA FROTA SARAIVA

Advogado DR. ROBERTO ALVES DE SÁ(OAB:  
4013/AC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE  
- ELCILEIDE DA FROTA SARAIVA  
- ESTADO DO ACRE

**Processo Nº ED-AIRR-0000839-44.2018.5.14.0401**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE ESTADO DO ACRE  
Procurador DR. DANIEL GURGEL LINARD  
EMBARGADO(A) AGILE SERVICOS LIMPEZA E  
CONSERVACAO LTDA - ME  
EMBARGADO(A) LEONARDO DE ANDRADE  
Advogado DR. ANDRÉ FERREIRA  
MARQUES(OAB: 3319/AC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME  
- ESTADO DO ACRE  
- LEONARDO DE ANDRADE

**Processo Nº ED-AIRR-0000897-41.2018.5.14.0403**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE ESTADO DO ACRE  
Advogado DR. ROSANA FERNANDES  
MAGALHAES BIANCARDI(OAB:  
3497/AC)  
EMBARGADO(A) AGILE SERVICOS LIMPEZA E  
CONSERVACAO LTDA - ME  
EMBARGADO(A) DUCILENE SILVA MATIAS DE  
OLIVEIRA  
Advogado DR. GEORGE CARLOS BARROS  
CLAROS(OAB: 2018/AC)  
Advogado DR. GABRIEL BRAGA DE OLIVEIRA  
CLAROS(OAB: 4387/AC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME  
- DUCILENE SILVA MATIAS DE OLIVEIRA  
- ESTADO DO ACRE

**Processo Nº ED-AIRR-0000903-54.2018.5.14.0401**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE ESTADO DO ACRE  
Procurador DR. DANIEL GURGEL LINARD  
EMBARGADO(A) AGILE SERVICOS LIMPEZA E  
CONSERVACAO LTDA - ME  
EMBARGADO(A) JANE CLEIDE MOURA DOS SANTOS  
Advogado DR. THIAGO AUGUSTO  
CARVALHO(OAB: 3527/AC)  
Advogado DR. RENATO ROQUE  
TAVARES(OAB: 3343/AC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME  
- ESTADO DO ACRE  
- JANE CLEIDE MOURA DOS SANTOS

**Processo Nº ED-RR-0000967-59.2015.5.10.0020**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE DISTRITO FEDERAL  
Procuradora DRA. CAMILA ROCHA PORTELA  
Procurador DR. PAULO ARAÚJO

EMBARGADO(A)

VICENTE GONÇALVES DE  
CARVALHO

Advogado

DR. RONALDO FERREIRA  
TOLENTINO(OAB: 17384/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DISTRITO FEDERAL  
- VICENTE GONÇALVES DE CARVALHO

**Processo Nº ED-ARR-0001350-45.2016.5.21.0004**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE PETROBRAS - PETRÓLEO  
BRASILEIRO S.A.  
Advogado DR. DANIEL PENHA DE  
OLIVEIRA(OAB: 3434/RO)  
Advogado DR. DIRCEU MARCELO  
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)  
EMBARGADO(A) AZAEL DA SILVA PINTO  
Advogado DR. JOSÉ NIVALDO  
FERNANDES(OAB: 5697/RN)  
EMBARGADO(A) CCT CONCEITUAL CONSTRUÇÕES  
LTDA.  
Advogado DR. ALAN GUIMARÃES(OAB:  
139877/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AZAEL DA SILVA PINTO  
- CCT CONCEITUAL CONSTRUÇÕES LTDA.  
- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

**Processo Nº ED-RR-0002067-64.2014.5.02.0066**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE FUNDAÇÃO CENTRO DE  
ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO  
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO  
CASA  
Advogado DR. NAZÁRIO CLEODON DE  
MEDEIROS(OAB: 84809/SP)  
Advogado DR. MARCUS PAULO CORRÊA  
MUNIZ SABINO(OAB: 274138/SP)  
EMBARGADO(A) WOLNEY JOAO ALBERTIM  
Advogado DR. HILARIO BOCCHI JUNIOR(OAB:  
90916/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-  
EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA  
- WOLNEY JOAO ALBERTIM

**Processo Nº ED-RR-0010041-37.2013.5.06.0015**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE COMPANHIA ENERGÉTICA DE  
PERNAMBUCO- CELPE  
Advogado DR. ERICK WILSON PEREIRA(OAB:  
20519/DF)  
Advogado DR. ÁLVARO VAN DER LEY LIMA  
NETO(OAB: 15657/PE)  
Advogada DRA. MARSHA ALMEIDA DE  
OLIVEIRA(OAB: 19430/PE)  
EMBARGADO(A) CTM - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÃO  
LTDA.  
Advogado DR. DANIEL GARCÊA PESSOA(OAB:  
24480/PE)  
EMBARGADO(A) ROBSON CARLOS MENESES  
ALCANTARA  
Advogado DR. ARIANE XAVIER GOMES DE  
BRITO(OAB: 40053/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO- CELPE  
- CTM - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÃO LTDA.  
- ROBSON CARLOS MENESES ALCANTARA

**Processo Nº ED-ARR-0010261-73.2016.5.03.0060**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
PRODUÇÃO MINERAL - DNPM  
Procuradora DRA. ADRIANA ROBERTA  
NASCIMENTO CRUZ  
Procuradora DRA. FLÁVIA FILOMENA NACUR  
REZENDE  
EMBARGADO(A) JOSÉ EUSTÁQUIO MENDES  
Advogado DR. ROBERTO EVANGELISTA  
NUNES(OAB: 63001/MG)  
Advogado DR. HAROLDO EVANGELISTA  
DIONÍSIO(OAB: 107754/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL -  
DNPM  
- JOSÉ EUSTÁQUIO MENDES

**Processo Nº ED-ARR-0010516-88.2015.5.03.0020**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
PRODUÇÃO MINERAL - DNPM  
Procuradora DRA. ADRIANA ROBERTA  
NASCIMENTO CRUZ  
Procuradora DRA. FLÁVIA FILOMENA NACUR  
REZENDE  
EMBARGADO(A) ONOFRE DE LELIS FERREIRA  
Advogado DR. JÚLIO MAGALHÃES PIRES  
DUARTE(OAB: 63551/MG)  
Advogado DR. ROBERTO EVANGELISTA  
NUNES(OAB: 63001/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL -  
DNPM  
- ONOFRE DE LELIS FERREIRA

**Processo Nº ED-RR-0010567-20.2017.5.03.0153**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE MICHELE FONSECA TEIXEIRA DE  
SOUZA  
Advogado DR. MAURÍLIO FERNANDES DE  
OLIVEIRA(OAB: 65146/MG)  
EMBARGADO(A) DAN VIGOR INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LTDA.  
Advogada DRA. SIMONE PEIXOTO RIBEIRO  
SOUZA(OAB: 62548/MG)  
Advogado DR. DEBORA MORALINA DE  
SOUZA(OAB: 87648/MG)  
Advogado DR. VIVYANNE PATRICIO(OAB:  
91867/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DAN VIGOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LTDA.  
- MICHELE FONSECA TEIXEIRA DE SOUZA

**Processo Nº ED-ARR-0010948-21.2015.5.03.0081**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE

**EMBARGANTE**

Procuradora DRA. ADRIANA ROBERTA  
NASCIMENTO CRUZ  
Procurador DR. GABRIEL XAVIER SILVEIRA  
EMBARGADO(A) ADMINAS ADMINISTRAÇÃO E  
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
LTDA.  
EMBARGADO(A) JOÃO BATISTA DE FÁTIMA  
Advogado DR. EDISON VIEIRA TAVARES(OAB:  
28728/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADMINAS ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE  
OBRA LTDA.  
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS  
- JOÃO BATISTA DE FÁTIMA

**Processo Nº ED-RR-0101609-90.2016.5.01.0073**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
EMBARGANTE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO  
DE JANEIRO  
Procuradora DRA. ADRIANA ROBERTA  
NASCIMENTO CRUZ  
Procurador DR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE  
OLIVEIRA FERNANDES  
EMBARGADO(A) VIVIANE APARECIDA FRANCA PAIM  
Advogado DR. OSMUNDO DE JESUS  
GUERRA(OAB: 94040/RJ)  
EMBARGADO(A) VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
E SERVIÇOS LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
- VIVIANE APARECIDA FRANCA PAIM  
- VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.

**Processo Nº RR-0000012-45.2015.5.06.0018**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA  
MARÍTIMA E TURISMO LTDA.  
Advogado DR. LUÍS ANTÔNIO FERRAZ  
MENDES(OAB: 79180/SP)  
RECORRIDO(S) FRANCISCO FELIPE LUSTOSA  
FERREIRA  
Advogado DR. MARIA CECÍLIA PONTES  
MACIEL(OAB: 29098/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO  
LTDA.  
- FRANCISCO FELIPE LUSTOSA FERREIRA

**Processo Nº RR-0002615-11.2014.5.03.0180**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA  
AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO  
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogado DR. DIOGO CAMPOS MEDINA  
MAIA(OAB: 108609/RJ)  
Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO  
JUNIOR(OAB: 247319/SP)  
RECORRIDO(S) UNIÃO (PGFN)  
Procurador DR. JOSÉ PÉRICLES PEREIRA DE  
SOUSA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- UNIÃO (PGFN)

**Processo Nº RR-0020004-44.2017.5.04.0772**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE LAJEADO  
Advogado DR. ANDREZA MARTINI(OAB: 61201/RS)  
RECORRIDO(S) SARA MARIA TESSMANN  
Advogada DRA. ROSELI CLARINDA ZONATTO GUSSON(OAB: 19685/RS)  
Advogado DR. CÉSAR WALMOR BUBLITZ(OAB: 75254/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE LAJEADO
- SARA MARIA TESSMANN

**Processo Nº RR-0020037-13.2014.5.04.0231**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ  
Procuradora DRA. MARINA PEREIRA BARRADAS  
Procurador DR. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ  
RECORRIDO(S) NOILI WESTFAL TOMAZI  
Advogado DR. BRUNO JÚLIO KAHLE FILHO(OAB: 21053/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ
- NOILI WESTFAL TOMAZI

**Processo Nº RR-0101745-83.2016.5.01.0042**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) DOUGLAS DE SOUSA PERES CAMPELO  
Advogado DR. LUCIANO GALVÃO SANTOS DE LIMA(OAB: 74705/RJ)  
Advogado DR. ANDRÉ DE SOUZA COSTA(OAB: 108878/RJ)  
Advogado DR. ISABEL CRISTINA DO ROSÁRIO GALVÃO(OAB: 85403/RJ)  
RECORRIDO(S) VIAÇÃO NOSSA SENHORA DE LOURDES S.A.  
Advogada DRA. BÁRBARA FERRARI VIEIRA DOURADO(OAB: 156770/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DOUGLAS DE SOUSA PERES CAMPELO
- VIAÇÃO NOSSA SENHORA DE LOURDES S.A.

**Processo Nº RR-1000953-59.2018.5.02.0090**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) HAMILTON CRISTINO FERREIRA  
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)  
RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA  
Procurador DR. AGNALDO MENDES DE SOUZA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA
- HAMILTON CRISTINO FERREIRA

**Processo Nº RR-1001490-85.2016.5.02.0038**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) EUGENIO ANTONIO DE ARAUJO  
Advogado DR. ALBERTO YEREVAN CHAMLIAN FILHO(OAB: 208323/SP)  
Advogado DR. ALEXANDRE CARLOS GIANCOLI FILHO(OAB: 206321/SP)  
Advogado DR. DIEGO AUGUSTO SILVA E OLIVEIRA(OAB: 210778/SP)  
RECORRIDO(S) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP  
Procuradora DRA. MARLY YAMAMOTO  
Procurador DR. MAURICIO EVANDRO CAMPOS COSTA  
RECORRIDO(S) WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI  
Advogado DR. JACKSON PEARGENTILE(OAB: 145694/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EUGENIO ANTONIO DE ARAUJO
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
- WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI

**Processo Nº RR-1002521-69.2015.5.02.0461**

Relator MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE  
RECORRENTE(S) PEDRO GERALDO CANTARELLI  
Advogada DRA. DÉBORA APARECIDA DE FRANÇA(OAB: 172882/SP)  
RECORRIDO(S) INDÚSTRIAS ARTEB S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Advogado DR. ALBERTO MINGARDI FILHO(OAB: 115581/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- INDÚSTRIAS ARTEB S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- PEDRO GERALDO CANTARELLI

**Processo Nº AIRR-0000567-27.2010.5.01.0002**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)  
Advogado DR. IVAN CARLOS DE ALMEIDA(OAB: 173886/SP)  
Advogado DR. RENATA VERONEZE RODRIGUES(OAB: 105048/RJ)  
AGRAVADO(S) PATRICIA HELENA DA SILVA ASSUMPCAO DE SOUZA  
Advogado DR. MARCELO AUGUSTO DE BRITO GOMES(OAB: 97736/RJ)  
Advogado DR. HUGO CARVALHO DOS SANTOS(OAB: 218701/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- PATRICIA HELENA DA SILVA ASSUMPCAO DE SOUZA

**Processo Nº AIRR-0000778-86.2020.5.20.0001**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO



AGRAVANTE(S) AMANDA CRISTINA SANTOS E OUTRO

Advogado DR. THIAGO D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 155/SE)

Advogado DR. MARCOS D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 446/SE)

Advogada DRA. VIVIAN CONTREIRAS OLIVEIRA BORBA(OAB: 3574/SE)

AGRAVADO(S) BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

Advogada DRA. ÉRIKA CASSINELLI PALMA(OAB: 189994/SP)

Advogado DR. SÉRGIO LUÍS PORTO(OAB: 253032/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMANDA CRISTINA SANTOS E OUTRO

- BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

**Processo Nº AIRR-0001065-27.2020.5.06.0102**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO ORIGINAL S.A. E OUTRO

Advogada DRA. VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS(OAB: 29276/DF)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) HEBER RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA

Advogada DRA. ADRIANA FRANÇA DA SILVA(OAB: 45454/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ORIGINAL S.A. E OUTRO

- HEBER RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA

**Processo Nº AIRR-0001126-55.2017.5.21.0010**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)

AGRAVADO(S) CARLOS KLEBER DE SOUSA

Advogado DR. BENEDITO ODERLEY REZENDE SANTIAGO(OAB: 6303/RN)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- CARLOS KLEBER DE SOUSA

**Processo Nº AIRR-0001308-51.2010.5.15.0140**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. ALCIONE CAVALCANTE FILHO(OAB: 352415/SP)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Advogado DR. ROBERTO EIRAS MESSINA(OAB: 84267/SP)

Advogado DR. LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI(OAB: 113806/SP)

AGRAVADO(S) MARIA JORGINA KURAHASHI ANTQUEIRA

Advogado DR. JORGE ROBERTO GARCIA(OAB: 109425/SP)

Advogado DR. ANTÔNIO RENATO RAMOS(OAB: 247586/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.

- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

- MARIA JORGINA KURAHASHI ANTQUEIRA

**Processo Nº AIRR-0001512-58.2017.5.10.0021**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

**Processo Nº AIRR-0001944-52.2017.5.09.0006**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. FÁBIO FREITAS MINARDI(OAB: 22790/PR)

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

AGRAVADO(S) JOSE RUI CAZULA DE OLIVEIRA

Advogado DR. JOSÉ PAULO GRANERO PEREIRA(OAB: 17885/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.

- JOSE RUI CAZULA DE OLIVEIRA

**Processo Nº AIRR-0003127-81.2013.5.02.0042**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) ALAN DA SILVA SANCHES

Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 106454/MG)

Advogada DRA. ANDRÉIA CRISTINA MARTINS DAROS VARGAS(OAB: 294669/SP)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 249094/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALAN DA SILVA SANCHES

- BANCO BRADESCO S.A.

**Processo Nº AIRR-0010094-58.2020.5.15.0003**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

Advogado DR. DENIS DE LIMA SABBAG(OAB: 186324/SP)

AGRAVADO(S) JEAN CARLOS FRANCA

Advogado DR. GIULIANO MARCELO DE CASTRO VIEIRA(OAB: 186554/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**



- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP  
- JEAN CARLOS FRANCA

**Processo Nº AIRR-0010356-45.2020.5.15.0023**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FERNANDA COSTA CARDACCI  
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB:  
219041/SP)  
Advogada DRA. RAQUEL SILVA  
STURMHOEBEL(OAB: 373413/SP)  
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB:  
119729/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FERNANDA COSTA CARDACCI  
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

**Processo Nº AIRR-0010804-22.2019.5.15.0130**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CAMPINAS  
Procuradora DRA. MARINA MEIRELLES LEITE  
FORMICA  
AGRAVADO(S) ADRIANA MARINA LOURENCO  
MASQUIETTO  
Advogado DR. MARCOS JOSE DE SOUZA(OAB:  
378224/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANA MARINA LOURENCO MASQUIETTO  
- MUNICÍPIO DE CAMPINAS

**Processo Nº AIRR-0010830-10.2019.5.15.0004**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogado DR. LUIZ CARLOS DI DONATO(OAB:  
150525/SP)  
Advogado DR. LUIZ FELIPE ARAGON DI  
DONATO(OAB: 442055/SP)  
AGRAVADO(S) DIEGO CARVALHO  
Advogado DR. ANA CRISTINA NASSIF KARAM  
OLIVEIRA(OAB: 139882/SP)  
Advogado DR. EDUARDO AUGUSTO DE  
OLIVEIRA(OAB: 139954/SP)  
AGRAVADO(S) SERVIÇO ESPECIAL DE  
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA  
INTERNAS - SESVI DE SÃO PAULO  
LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- DIEGO CARVALHO  
- SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA  
INTERNAS - SESVI DE SÃO PAULO LTDA.

**Processo Nº AIRR-0011140-60.2020.5.15.0075**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE  
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO  
CASA - SP  
Advogada DRA. ÂNGELA MARIA DA  
CONCEIÇÃO SILVA(OAB: 278269/SP)

AGRAVADO(S) DANILO ALESSANDRO DE OLIVEIRA  
SERGIO  
Advogado DR. SILVIO ROBERTO DE  
PAULA(OAB: 348675/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANILO ALESSANDRO DE OLIVEIRA SERGIO  
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

**Processo Nº AIRR-0011887-11.2019.5.15.0086**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA  
D'OESTE  
Procurador DR. FERNANDO AUGUSTO DE  
MATTOS  
AGRAVADO(S) KAREN ROBERTA FERREIRA  
BEZERRA DE SOUZA  
Advogado DR. LEANDRO MEDEIROS DE  
CASTRO DOTTORI(OAB: 299661/SP)  
Advogado DR. BRUNO ZEFERINO DA  
SILVA(OAB: 321009/SP)  
Advogado DR. SUELEN LOPES DA SILVA(OAB:  
383124/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- KAREN ROBERTA FERREIRA BEZERRA DE SOUZA  
- MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

**Processo Nº AIRR-0011994-47.2019.5.15.0024**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE BARRA BONITA  
Procurador DR. RAFAEL JOSÉ TESSARRO  
Procurador DR. ISABELE MARQUES DE  
FREITAS MORATO  
AGRAVADO(S) EDUARDO JOSE GOMES  
Advogado DR. WAGNER PARRONCHI(OAB:  
208835/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDUARDO JOSE GOMES  
- MUNICÍPIO DE BARRA BONITA

**Processo Nº AIRR-1000398-31.2021.5.02.0383**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) E BANCO BRADESCO S.A.  
AGRAVADO (S)  
Advogado DR. GISALDO DO NASCIMENTO  
PEREIRA(OAB: 8971/DF)  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. PAULA DE PAIVA  
SANTOS(OAB: 27275/DF)  
AGRAVANTE(S) E RENATA SANTANA DOS SANTOS  
AGRAVADO (S)  
Advogada DRA. ANDRESA DE MOURA  
COELHO PEREIRA(OAB: 286029/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- RENATA SANTANA DOS SANTOS

**Processo Nº AIRR-1000514-78.2020.5.02.0704**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) E BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
AGRAVADO (S)

Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMES PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)  
Advogado DR. ROZIMERI BARBOSA DE SOUSA(OAB: 110391/SP)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) RITA MARIA DE SANTANA AZEVEDO  
Advogado DR. MARCO AURÉLIO NAKANO(OAB: 168152/SP)  
Advogado DR. DAVID LEAN DE SOUZA(OAB: 286514/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- RITA MARIA DE SANTANA AZEVEDO

**Processo Nº AIRR-1001313-55.2019.5.02.0026**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CLEBER TEOTONIO DE LIMA SILVA  
Advogado DR. ALEXANDRE CARLOS GIANCOLI FILHO(OAB: 206321/SP)  
Advogado DR. DIEGO AUGUSTO SILVA E OLIVEIRA(OAB: 210778/SP)  
Advogado DR. ALBERTO YEREVAN CHAMLIAN FILHO(OAB: 208323/SP)  
AGRAVADO(S) BSI TECNOLOGIA LTDA.  
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. JOSÉ DE PAULA MONTEIRO NETO(OAB: 29443/SP)  
Advogada DRA. SILVANA ELAINE BORSANDI NAKATANI(OAB: 120094/SP)  
Advogado DR. AUDREY CRISTINA MOREIRA DOS SANTOS MEUCCI(OAB: 131841/SP)  
Advogado DR. EDNALVA LEOPOLDINO GALAMBA(OAB: 326612/SP)  
Advogado DR. MARCIAL BARRETO CASABONA(OAB: 26364/SP)  
Advogado DR. LEA FERNANDA GAMBA MATHIAS(OAB: 189005/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BSI TECNOLOGIA LTDA.
- CLEBER TEOTONIO DE LIMA SILVA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

**Processo Nº AIRR-1001811-91.2017.5.02.0004**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Procurador DR. MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA  
Procurador DR. CLÁUDIO PORPINO CABRAL DE MELO  
AGRAVADO(S) LUIS HENRIQUE TEOFILO  
Advogado DR. ANTÔNIO SOUSA DA CONCEIÇÃO MENDES(OAB: 149399/SP)  
Advogado DR. FAGNER LUIZ CAETANO(OAB: 350419/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- LUIS HENRIQUE TEOFILO

**Processo Nº ARR-0000507-22.2018.5.12.0017**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DANIEL LIS  
Advogado DR. BRÁULIO RENATO MOREIRA(OAB: 6205/PR)  
Advogada DRA. ANA CAROLINA MULLER MOREIRA DE CARVALHO(OAB: 31709/SC)  
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
Advogado DR. JAIME DA VEIGA JÚNIOR(OAB: 11245/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANIEL LIS
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0000026-04.2017.5.14.0061**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. FERNANDO MOREIRA DA SILVA FILHO(OAB: 12344/BA)  
Advogada DRA. ELISÂNGELA GONÇALVES DE SOUZA CHAGAS(OAB: 825/RO)  
Advogado DR. ANDERSON FERNANDES DE CARVALHO(OAB: 1774/RO)  
Advogado DR. ANTÔNIO MARCOS MOURA DA SILVA(OAB: 2045/RO)  
Advogado DR. ODESSA DOURADO DE MELLO E SILVA(OAB: 1942/RO)  
AGRAVADO(S) ROGERIO LORETT DE ALMEIDA  
Advogado DR. FELIPE GÓES GOMES AGUIAR(OAB: 4494/RO)  
Advogada DRA. MARCIA YUMI MITSUTAKE(OAB: 7835/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ROGERIO LORETT DE ALMEIDA

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000062-06.2020.5.14.0008**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
Advogada DRA. VIVIANE BARROS ALEXANDRE(OAB: 353/RO)  
Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogada DRA. ANA PAULA SILVA DE ALENCAR MAGALHÃES(OAB: 2784/RO)  
Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650/SP)  
AGRAVADO(S) BERTONIO FERREIRA DE SOUZA  
Advogada DRA. MARIA CLARA DO CARMO GÓES(OAB: 198/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BERTONIO FERREIRA DE SOUZA
- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL

**Processo Nº Ag-AIRR-0000163-93.2021.5.22.0005**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES(OAB: 15553/DF)

Advogada DRA. ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107/PE)

AGRAVADO(S) YUSKA MAGALHAES FREIRE

Advogado DR. VICTOR COELHO BARBOSA(OAB: 34958/CE)

Advogado DR. RONALDO MÁRCIO SOARES BRITO(OAB: 39086/CE)

Advogado DR. JOSÉ AURÉLIO SILVA JÚNIOR(OAB: 34981/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- YUSKA MAGALHAES FREIRE

**Processo Nº Ag-AIRR-0000176-37.2021.5.08.0117**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.

Advogado DR. PATRÍCIO DUTRA DANTAS FERREIRA(OAB: 23931/GO)

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) SORVETERIA CREME MEL S.A.

Advogada DRA. DENISE ALVES DE MIRANDA BENTO(OAB: 21789/GO)

AGRAVADO(S) MARCOS COSTA DE ARAUJO

Advogado DR. ROMOALDO JOSE OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 224044/SP)

Advogado DR. AMANDA KARINE OLIVEIRA MOTA(OAB: 16872/PA)

AGRAVADO(S) SANTA TEREZINHA AGRO PECUARIA LTDA - EPP

Advogado DR. PATRÍCIO DUTRA DANTAS FERREIRA(OAB: 23931/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARCOS COSTA DE ARAUJO
- POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.
- SANTA TEREZINHA AGRO PECUARIA LTDA - EPP
- SORVETERIA CREME MEL S.A.

**Processo Nº Ag-RRAg-0000193-38.2015.5.10.0017**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) FABRICIO AGUIAR FURBINO

Advogado DR. MARCOS VIEIRA DOS SANTOS(OAB: 24111/DF)

Advogado DR. FELIPE GUTHS(OAB: 39986/DF)

AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: 7236/DF)

Advogado DR. IVAN KAMINSKI DO NASCIMENTO(OAB: 35445/DF)

Advogado DR. LUCIANO FERREIRA CAMARGO(OAB: 27066/GO)

Advogada DRA. CINTHIA MOURA LANNA(OAB: 52221/DF)

Advogado DR. CARLOS EDUARDO DE CAMPOS(OAB: 267325/SP)

Advogado DR. RENATO DE ALMEIDA GENTIL(OAB: 54205/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FABRICIO AGUIAR FURBINO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000220-91.2017.5.14.0032**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Advogada DRA. ELISÂNGELA GONÇALVES DE SOUZA CHAGAS(OAB: 825/RO)

Advogado DR. ANDERSON FERNANDES DE CARVALHO(OAB: 1774/RO)

Advogado DR. ANTÔNIO MARCOS MOURA DA SILVA(OAB: 2045/RO)

AGRAVADO(S) MARCILIO PAULINO LANES

Advogado DR. SERGIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 7519/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
- MARCILIO PAULINO LANES

**Processo Nº Ag-AIRR-0000281-16.2020.5.21.0043**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ARAM PREMIUM ADMINISTRADORA DE HOTEIS EIRELI

Advogado DR. ROGERIO RIBEIRO DE MEIROZ GRILLO(OAB: 5785/RN)

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ERICA VANESSA GUEDES

Advogado DR. ROBERTO FERNANDO DE AMORIM JÚNIOR(OAB: 7235/RN)

Advogada DRA. THASSYA ANDRESSA PRADO(OAB: 411032/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARAM PREMIUM ADMINISTRADORA DE HOTEIS EIRELI
- ERICA VANESSA GUEDES

**Processo Nº Ag-AIRR-0000421-93.2012.5.09.0195**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. MARILAN DE SOUZA(OAB: 29733/PR)

AGRAVADO(S) ADRIANA APARECIDA DIEHL

Advogado DR. MÁRCIA SANDRA TUMELERO(OAB: 27560/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANA APARECIDA DIEHL
- KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0000574-77.2019.5.21.0024**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391/RO)

Advogada DRA. ROSELINE RABELO DE JESUS MORAIS(OAB: 500/SE)

Advogada DRA. LUCIANA MARIA DE MEDEIROS SILVA(OAB: 6293/RN)

Advogado DR. LEANDRO ALVES GUIMARÃES(OAB: 10074/RO)

AGRAVADO(S) ADS SEGURANÇA PRIVADA LTDA.

Advogada DRA. LUCIANA MARIA DE MEDEIROS SILVA(OAB: 6293/RN)

Advogada DRA. MARIA CLARA DA SILVA PEREIRA LOPES(OAB: 17089/RN)  
AGRAVADO(S) CICERO NUNES DA SILVA  
Advogado DR. JOEL MARTINS DE MACEDO FILHO(OAB: 1851/RN)  
Advogado DR. MONICA DINIZ MACEDO(OAB: 7955/RN)  
Advogada DRA. LUCY DINIZ MACEDO(OAB: 7984/RN)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADS SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
- CICERO NUNES DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-ED-RR-0000615-56.2011.5.04.0102**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) DANIEL ROCHA DOS ANJOS  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO NUNCIO(OAB: 32052/RS)  
AGRAVADO(S) AMBEV S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogado DR. ALESSANDRA SIMÃO CASTRO(OAB: 68433/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMBEV S.A.
- DANIEL ROCHA DOS ANJOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000630-44.2021.5.19.0009**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogado DR. CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS(OAB: 78403/MG)  
AGRAVADO(S) STEFFANIE GABRIELLE SOUZA LIMA  
Advogado DR. MANOEL BASILIO DA SILVA NETO(OAB: 13509/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- STEFFANIE GABRIELLE SOUZA LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000651-85.2019.5.20.0001**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S/A E OUTRO  
Advogado DR. MARCELO MARCAL SARDA(OAB: 15190/SC)  
AGRAVADO(S) ELCIO BEZERRA DA SILVA  
Advogado DR. EMANUELLE LIMA MARTINS(OAB: 5136/SE)  
AGRAVADO(S) MGB EXECUCOES EIRELI - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELCIO BEZERRA DA SILVA
- MGB EXECUCOES EIRELI - ME
- STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S/A E OUTRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000712-74.2017.5.12.0053**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Advogado DR. NIVALDO RIBEIRO(OAB: 14257/SC)  
Advogado DR. CARLOS MENDES DA SILVEIRA CUNHA(OAB: 36292/SC)  
AGRAVADO(S) MARCELO RODRIGUES OLIVEIRA  
Advogado DR. ERALDO LACERDA JUNIOR(OAB: 30437/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
- MARCELO RODRIGUES OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000782-29.2012.5.09.0513**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) DENIS CARLOS DE SOUZA MEDEIROS  
Advogado DR. DENIS CARLOS DE SOUZA MEDEIROS(OAB: 25605/MS)  
AGRAVADO(S) BRASILSERV - COMÉRCIO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. - ME  
AGRAVADO(S) MAYSA MENDES BATISTA  
Advogada DRA. MÁRCIA REGINA ANTONIASSI(OAB: 20755/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRASILSERV - COMÉRCIO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. - ME
- DENIS CARLOS DE SOUZA MEDEIROS
- MAYSA MENDES BATISTA

**Processo Nº Ag-RRAg-0000809-51.2017.5.06.0341**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. CASSIANO RICARDO DIAS DE MORAES CAVALCANTI(OAB: 17550/PE)  
AGRAVADO(S) MAURICIO BEZERRA DE MATOS  
Advogado DR. JEFFERSON LEMOS CALAÇA(OAB: 12873/PE)  
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ CORREIA DE PAIVA(OAB: 18834/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MAURICIO BEZERRA DE MATOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0000844-06.2011.5.15.0071**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) JOAQUIM ROBERTO DE CARVALHO  
Advogado DR. MAURÍCIO DE FREITAS(OAB: 85878/SP)  
Advogado DR. ELIANE TREVISANI MOREIRA(OAB: 84483/SP)  
AGRAVADO(S) INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA.  
Advogado DR. FRANCISCO ANTÔNIO FRAGATA JÚNIOR(OAB: 39768/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA.
- JOAQUIM ROBERTO DE CARVALHO



**Processo Nº Ag-AIRR-0000949-11.2017.5.17.0008**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ANDREA CALMON GRANTHON DA COSTA  
Advogado DR. CAIO AUGUSTO GALIMBERTI ARAUJO(OAB: 17184/ES)  
AGRAVADO(S) VALE S.A.  
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)  
Advogado DR. CARLA GUSMAN ZOUAIN(OAB: 7582/ES)  
Advogada DRA. BARBARA BRAUN RIZK(OAB: 13843/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDREA CALMON GRANTHON DA COSTA  
- VALE S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0001010-57.2017.5.12.0056**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Advogado DR. JOCEANI KÖCHE RITA DO NASCIMENTO(OAB: 14867/SC)  
Advogada DRA. VANESSA HENNING DA COSTA(OAB: 25515/SC)  
Advogado DR. FREDERICO JOÃO MASSIGNAN FILHO(OAB: 30550/SC)  
AGRAVADO(S) EDILSON LUIZ MACIEL  
Advogado DR. ERALDO LACERDA JUNIOR(OAB: 30437/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDILSON LUIZ MACIEL  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**Processo Nº Ag-ED-RRAg-0001031-85.2012.5.15.0036**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA LTDA.  
Advogado DR. LUÍS FELIPE DE ALMEIDA PESCADA(OAB: 208670/SP)  
Advogado DR. GUILHERME JOSÉ THEODORO DE CARVALHO(OAB: 216553/SP)  
AGRAVADO(S) SEBASTIÃO GONÇALVES LOPES  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO GRASSI NELLI(OAB: 92032/SP)  
Advogado DR. PEDRO LUIZ ALQUATI(OAB: 97451/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA LTDA.  
- SEBASTIÃO GONÇALVES LOPES

**Processo Nº Ag-AIRR-0001249-10.2012.5.18.0011**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)  
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)  
AGRAVADO(S) MARIO ALICE DE SALES  
Advogada DRA. NELIANA FRAGA DE SOUSA(OAB: 21804/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
- MARIO ALICE DE SALES

**Processo Nº Ag-AIRR-0001282-54.2013.5.15.0041**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES(OAB: 15553/DF)  
Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMA PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)  
AGRAVADO(S) CARLOS JOSÉ DA SILVA  
Advogado DR. RICARDO DOS ANJOS RAMOS(OAB: 212823/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
- CARLOS JOSÉ DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001286-14.2019.5.17.0013**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EDSON TEODORO DO NASCIMENTO  
Advogado DR. RODRIGO CARLOS DE SOUZA(OAB: 7933/ES)  
Advogado DR. RODRIGO SILVA MELLO(OAB: 9714/ES)  
AGRAVADO(S) PRYSMIAN ENERGIA, CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. LUCIANA PERUSSETO PORTO(OAB: 132888/SP)  
Advogada DRA. NATHÁLIA NEVES BURIAN(OAB: 9243/ES)  
Advogada DRA. MAYARA FARDIM ANTUNES(OAB: 18937/ES)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDSON TEODORO DO NASCIMENTO  
- PRYSMIAN ENERGIA, CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0001366-67.2017.5.12.0051**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) RINALDO RIBEIRO  
Advogada DRA. NATALIE BIANCA MARCHI AVANCINI(OAB: 41914/SC)  
Advogado DR. AURELIO MIGUEL BOWENS DA SILVA(OAB: 17667/SC)  
AGRAVADO(S) EVANDRO MEES DOS SANTOS  
Advogado DR. CRISTIAN LUIS HRUSCHKA(OAB: 13604/SC)  
Advogado DR. EDUARDO RUEDIGER(OAB: 40429/SC)  
AGRAVADO(S) SENIOR SISTEMAS SA  
Advogado DR. CRISTIAN LUIS HRUSCHKA(OAB: 13604/SC)  
Advogado DR. EDUARDO RUEDIGER(OAB: 40429/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EVANDRO MEES DOS SANTOS  
- RINALDO RIBEIRO  
- SENIOR SISTEMAS SA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001546-53.2017.5.06.0018**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO



AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. CASSIANO RICARDO DIAS DE  
MORAES CAVALCANTI(OAB:  
17550/PE)  
AGRAVADO(S) IRENE MARCELINO DA SILVA  
Advogado DR. APARICIO DE MOURA DA  
CUNHA RABELO(OAB: 18360/PE)  
Advogado DR. MARIA VERONICA GOMES  
GADELHA DE MOURA(OAB:  
28392/PE)  
Advogado DR. ANDRE LUIS ALCOFORADO  
MENDES(OAB: 24818/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT  
- IRENE MARCELINO DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0001564-75.2013.5.04.0372**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ARTECOLA INDÚSTRIAS QUÍMICAS  
LTDA. (EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL)  
Advogado DR. CLÓVIS COIMBRA CHARÃO  
FILHO(OAB: 76310/RS)  
AGRAVADO(S) CLEMAR DOMINGOS BETTIO  
Advogado DR. CRISTIANO HAAS(OAB:  
64231/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARTECOLA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA. (EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- CLEMAR DOMINGOS BETTIO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001687-83.2015.5.20.0008**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ENSCO DO BRASIL PETRÓLEO E  
GÁS LTDA.  
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO  
DIAS(OAB: 92784/RJ)  
Advogado DR. RENATO CANIZARES(OAB:  
212865/SP)  
AGRAVADO(S) HILTON ESPINOLA DE ARAUJO  
Advogada DRA. LUCIENE NUNES DA  
SILVA(OAB: 8854/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ENSCO DO BRASIL PETRÓLEO E GÁS LTDA.  
- HILTON ESPINOLA DE ARAUJO

**Processo Nº Ag-AIRR-0001926-21.2014.5.10.0002**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO DE  
CAMPOS(OAB: 267325/SP)  
AGRAVADO(S) DANIELLE GOMES LEAO  
Advogada DRA. CAROLINE ROSA DIAS(OAB:  
35338/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- DANIELLE GOMES LEAO

**Processo Nº Ag-AIRR-0002100-50.2011.5.20.0004**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO  
BRASIL  
Advogado DR. TASSO BATALHA  
BARROCA(OAB: 51556/MG)  
Advogada DRA. LÍLIAN JORDELIN FERREIRA  
DE MELO(OAB: 2814/SE)  
Advogado DR. JOÃO ANDRÉ SALES  
RODRIGUES(OAB: 19186/PE)  
AGRAVADO(S) SERGIO CLAUDIO PIZZAMIGLIO  
Advogado DR. TÚLIO AMADEU SANTOS  
ARAÚJO(OAB: 21374/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO  
DO BRASIL  
- SERGIO CLAUDIO PIZZAMIGLIO

**Processo Nº Ag-AIRR-0002400-55.2014.5.02.0441**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) JBS S.A.  
Advogado DR. ADAUTO LUIZ SIQUEIRA(OAB:  
103788/SP)  
AGRAVADO(S) EDILSON MONTEIRO  
Advogado DR. JOÃO ROSA DA CONCEIÇÃO  
JÚNIOR(OAB: 175020/SP)  
AGRAVADO(S) INDEPENDÊNCIA S.A.  
Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO  
PANEQUE(OAB: 173491/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDILSON MONTEIRO  
- INDEPENDÊNCIA S.A.  
- JBS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010064-71.2016.5.03.0011**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) VIAÇÃO COMETA S.A.  
Advogado DR. MARCELLO AUGUSTO LIMA  
VIEIRA DE MELLO(OAB: 80922/MG)  
AGRAVADO(S) PAULO AFONSO ALVES QUEIROZ  
Advogado DR. LUIZ ALBERTO VALADARES  
JÚNIOR(OAB: 56350/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PAULO AFONSO ALVES QUEIROZ  
- VIAÇÃO COMETA S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010179-78.2019.5.15.0100**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ADEMIR CASTRO PEREIRA  
Advogado DR. JULIANA GANIMI(OAB:  
329358/SP)  
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. ALCIONE CAVALCANTE  
FILHO(OAB: 352415/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADEMIR CASTRO PEREIRA  
- BANCO DO BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010217-98.2020.5.03.0097**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) UNICA EDUCACIONAL LTDA

Advogado DR. JOSÉ MARQUES DE SOUZA JÚNIOR(OAB: 63613/MG)  
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - FUPAC E OUTRA  
Advogado DR. JOSÉ MARQUES DE SOUZA JÚNIOR(OAB: 63613/MG)  
Advogado DR. SEBASTIÃO FLÁVIO MOTIM DA SILVA(OAB: 52779/MG)  
AGRAVADO(S) JORGINO JULIO CESAR  
Advogado DR. MARCELO MAGNO DE REZENDE(OAB: 101137/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - FUPAC E OUTRA  
- JORGINO JULIO CESAR  
- UNICA EDUCACIONAL LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010231-74.2020.5.18.0191**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)  
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogada DRA. IZABELLA LORRAYNE GONÇALVES MACEDO(OAB: 44949/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)  
AGRAVADO(S) ÔMEGA CONSTRUÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.  
Advogado DR. LUIZ CLÁUDIO MOURA DE OLIVEIRA(OAB: 11161/GO)  
AGRAVADO(S) SABIR HUSSAIN  
Advogado DR. LUCIANA LOPES CARDOSO(OAB: 20194/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
- SABIR HUSSAIN  
- ÔMEGA CONSTRUÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010307-86.2016.5.03.0052**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FER-CORR EMBALAGENS LTDA. E OUTROS  
Advogado DR. FRANCIS MIKE QUILES(OAB: 293552/SP)  
AGRAVADO(S) GILBERTO RIBEIRO DE SOUZA  
Advogado DR. EURICO REIS FERREIRA(OAB: 51839/MG)  
Advogado DR. EVALDO FERREIRA DA SILVA GRADIM(OAB: 149046/MG)  
AGRAVADO(S) GUAÇU S.A. DE PAPÉIS E EMBALAGENS  
Advogado DR. GUILHERME HENRY SALTORÃO(OAB: 233884/SP)  
Advogado DR. MARCELO BRITO BERNARDI(OAB: 326821/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FER-CORR EMBALAGENS LTDA. E OUTROS  
- GILBERTO RIBEIRO DE SOUZA  
- GUAÇU S.A. DE PAPÉIS E EMBALAGENS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010327-10.2016.5.15.0031**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP  
Advogado DR. ANDRÉ APARECIDO DO PRADO NOBREGA(OAB: 291394/SP)  
AGRAVADO(S) ALAN PATRICK ALVES PEREIRA  
Advogado DR. LEANDRO DE OLIVEIRA STOCO(OAB: 196492/SP)  
Advogado DR. RICARDO MIGUEL SOBRAL(OAB: 301187/SP)  
Advogado DR. ELTON DA SILVA RAMOS(OAB: 432624/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALAN PATRICK ALVES PEREIRA  
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

**Processo Nº Ag-AIRR-0010614-82.2020.5.03.0025**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH  
Advogado DR. ALESSANDRO MARIUS O. MARTINS(OAB: 12854/DF)  
Advogada DRA. BRUNA LETICIA TEIXEIRA IBIAPINA CHAVES(OAB: 47067/DF)  
Advogado DR. LEONARDO LAGE DA SILVA(OAB: 16142/ES)  
Advogado DR. RAFAEL MARINHO DE LUNA FREIRE MEDEIROS(OAB: 17197/PB)  
Advogada DRA. PAULA CECÍLIA RODRIGUES DE SOUZA(OAB: 205663/MG)  
AGRAVADO(S) JOAO PAULO NOGUEIRA PIMENTA  
Advogado DR. RENATO FERREIRA PIMENTA(OAB: 134361/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH  
- JOAO PAULO NOGUEIRA PIMENTA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010619-09.2020.5.18.0051**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
Advogada DRA. ELIANE OLIVEIRA DE PLATON AZEVEDO(OAB: 7772/GO)  
AGRAVADO(S) MARCIO ALIPIO DE BORBA  
Advogado DR. JUAREZ MARTINS FERREIRA NETTO(OAB: 27369/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- MARCIO ALIPIO DE BORBA

**Processo Nº Ag-RRAg-0010625-39.2021.5.03.0070**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) HELDER GIOVANI SILVA PEREIRA  
Advogado DR. JOVENTIL DA SILVA SENA(OAB: 91301/MG)  
Advogado DR. RAFAEL DIEGO SENA BRAGA(OAB: 185890/MG)

AGRAVADO(S) BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.  
AGRAVADO(S) FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.  
Advogado DR. MÁRCIO IOVINE KOBATA(OAB: 261383/SP)  
Advogada DRA. JULIANA MELLO VIEIRA(OAB: 114747/MG)  
AGRAVADO(S) NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA.  
Advogado DR. JOAQUIM MENTOR DE SOUZA COUTO JÚNIOR(OAB: 147849/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
- FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- HELDER GIOVANI SILVA PEREIRA
- NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010632-70.2015.5.18.0281**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D  
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)  
AGRAVADO(S) ELCCOM ENGENHARIA EIRELI  
Advogado DR. SÍLVIO PEIXOTO NEVES(OAB: 30131/GO)  
AGRAVADO(S) MARCOS GUIMARÃES CABRAL  
Advogado DR. RICARDO CALIL FONSECA(OAB: 12120/GO)  
Advogado DR. LUCILO CONSTANT FONSECA NETO(OAB: 43557/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D
- ELCCOM ENGENHARIA EIRELI
- MARCOS GUIMARÃES CABRAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0010663-26.2020.5.15.0014**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP  
Procuradora DRA. ALINE CRISTOFOLETTI MAGOSS  
AGRAVADO(S) CARLOS EDUARDO RUFINO DE OLIVEIRA  
Advogada DRA. JULIANA FERNANDES ROCHA(OAB: 255760/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS EDUARDO RUFINO DE OLIVEIRA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

**Processo Nº Ag-AIRR-0010677-29.2015.5.18.0005**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Advogado DR. THIAGO ROMER DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 32342/GO)  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)

Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)  
AGRAVADO(S) PAULO CESAR REIS  
Advogado DR. WELTON MARDEN DE ALMEIDA(OAB: 14087/GO)  
Advogada DRA. HELMA FARIA CORRÊA(OAB: 20445/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- PAULO CESAR REIS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010686-91.2019.5.15.0018**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CHAIN SERVIÇOS E CONTACT CENTER S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466/MG)  
AGRAVADO(S) JOSANE CRISTINA ALVES DA COSTA  
Advogada DRA. LAÍS MIGUEL(OAB: 331054/SP)  
Advogado DR. ISABELA PEREIRA DE ALMEIDA(OAB: 364501/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CHAIN SERVIÇOS E CONTACT CENTER S.A.
- JOSANE CRISTINA ALVES DA COSTA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010717-42.2017.5.15.0096**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL ALPHA  
Advogado DR. CESAR ANTONIO PICOLO(OAB: 234522/SP)  
Advogado DR. CLAYTON JOAO INFANTE(OAB: 279935/SP)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHAD. EM EDIFICIOS, CONDOMINIOS, RESIDENC., COMERCIAIS E MISTOS DE JUNDIAI E REGIAO  
Advogado DR. MARIA VALÉRIA DALMAZO(OAB: 178062/SP)  
Advogada DRA. FERNANDA NAIR SAI(OAB: 298212/SP)  
Advogada DRA. FLÁVIA RODRIGUES DE AZEVEDO(OAB: 270937/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL ALPHA
- SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHAD. EM EDIFICIOS, CONDOMINIOS, RESIDENC., COMERCIAIS E MISTOS DE JUNDIAI E REGIAO

**Processo Nº Ag-AIRR-0010803-43.2019.5.18.0101**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogada DRA. PATRÍCIA DE MOURA UMAKE(OAB: 27473/GO)  
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogada DRA. NILMA DE SOUZA OLIVEIRA(OAB: 48509/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)

AGRAVADO(S) ORLANDO SÍLVIO COSTA  
Advogado DR. THIAGO ROMER DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 32342/GO)  
Advogada DRA. CHRISTIANE LEITE ARAÚJO(OAB: 46988/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- ORLANDO SÍLVIO COSTA

**Processo Nº Ag-AIRR-0010873-55.2014.5.03.0165**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428/DF)  
AGRAVADO(S) ADRIANA FORTES VIMIEIRO LAGE  
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS IVO METZKER(OAB: 64844/MG)  
Advogado DR. RAFAEL DE BARROS METZKER(OAB: 143436/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANA FORTES VIMIEIRO LAGE
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010901-19.2019.5.18.0201**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)  
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)  
AGRAVADO(S) RONALDO REZENDE FERNANDES  
Advogada DRA. CHRISTIANE LEITE ARAÚJO(OAB: 46988/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- RONALDO REZENDE FERNANDES

**Processo Nº Ag-AIRR-0010977-54.2016.5.03.0043**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253/MG)  
AGRAVADO(S) PATRICIA KENNEDY GUIMARAES  
Advogado DR. ALEX JOSÉ SOARES CURY(OAB: 50315/MG)  
Advogada DRA. JUCELE CORRÊA PEREIRA(OAB: 53064/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- PATRICIA KENNEDY GUIMARAES

**Processo Nº Ag-AIRR-0011060-77.2019.5.03.0136**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466/MG)

Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
AGRAVADO(S) BRUNA FERNANDA MARIA  
Advogada DRA. TEREZA CRISTINA GROSSI(OAB: 134204/MG)  
Advogado DR. MOZART EMANUEL GROSSI(OAB: 201169/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- BRUNA FERNANDA MARIA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011082-92.2016.5.18.0017**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Advogado DR. CRISTIANO MARTINS DE SOUZA(OAB: 16955/GO)  
Advogada DRA. MARILDA LUIZA BARBOSA(OAB: 20418/GO)  
Advogado DR. LEANDRO CAMPÊLO MORAES(OAB: 28348/GO)  
AGRAVADO(S) CLEDIONICE DA SILVA CAMPOS  
Advogado DR. LUCYMARA DA SILVA CAMPOS(OAB: 21236/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLEDIONICE DA SILVA CAMPOS
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011144-22.2019.5.18.0052**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) VITAMEDIC INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.  
Advogada DRA. GRACIENE ALVES DE LIMA(OAB: 35464/GO)  
Advogado DR. ANA PAULA BARBOSA FERREIRA(OAB: 29468/GO)  
Advogado DR. MARILIA COSTA MARTINS VACCARO(OAB: 25641/GO)  
AGRAVADO(S) MARIA AUGUSTA DA SILVA LEITE  
Advogado DR. ADEMIR GOMES DE SOUZA(OAB: 32519/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA AUGUSTA DA SILVA LEITE
- VITAMEDIC INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011153-41.2018.5.18.0012**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) PAULO HENRIQUE DE ANDRADE  
Advogada DRA. MATILDE DE FÁTIMA ALVES(OAB: 17897/GO)  
AGRAVADO(S) ATENDE CALL CENTER E TELEMARKETING LTDA - EPP  
Advogado DR. RENATO TEODORO DE CARVALHO JÚNIOR(OAB: 7645/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATENDE CALL CENTER E TELEMARKETING LTDA - EPP
- PAULO HENRIQUE DE ANDRADE

**Processo Nº Ag-AIRR-0011163-71.2016.5.09.0088**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO



AGRAVANTE(S) BANCO CITIBANK S.A.  
Advogado DR. REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 58334/PR)  
AGRAVADO(S) FERNANDA BICALHO DE BARCELOS STALL  
Advogado DR. ANTÔNIO DILSON PICOLO FILHO(OAB: 30484/PR)  
AGRAVADO(S) METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA  
Advogado DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITIBANK S.A.  
- FERNANDA BICALHO DE BARCELOS STALL  
- METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011181-06.2019.5.18.0131**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)  
AGRAVADO(S) CARLOS EDUARDO RORIZ  
Advogado DR. THIAGO ROMER DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 32342/GO)  
Advogado DR. GENTILE SANTOS OLIVEIRA(OAB: 44044/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS EDUARDO RORIZ  
- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

**Processo Nº Ag-AIRR-0011314-55.2016.5.18.0001**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Advogada DRA. KÁRITA JOSEFA MOTA MENDES(OAB: 21391/GO)  
Advogado DR. FERNANDO ROBERTO PEREIRA(OAB: 37918/DF)  
Advogada DRA. MARILDA LUIZA BARBOSA(OAB: 20418/GO)  
Advogada DRA. VANESSA BITTES TERRA(OAB: 187390/MG)  
AGRAVADO(S) ANTONIO MARCIO MARTINS DA SILVA E OUTROS  
Advogada DRA. MIKELLY JULIE COSTA D ABADIA(OAB: 23332/GO)  
Advogada DRA. VANESSA STEFANNY FERREIRA LUZ(OAB: 46748/GO)  
Advogado DR. GIZELI COSTA D ABADIA NUNES DE SOUSA(OAB: 17351/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO MARCIO MARTINS DA SILVA E OUTROS  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011363-93.2020.5.15.0016**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. JULIANO NICOLAU DE CASTRO(OAB: 292121/SP)  
AGRAVADO(S) MARIA ELISA DE ALMEIDA LIMA DELLABARBA E OUTRAS  
Advogado DR. TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI(OAB: 71874/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
- MARIA ELISA DE ALMEIDA LIMA DELLABARBA E OUTRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011415-39.2016.5.18.0051**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Advogado DR. CRISTIANO MARTINS DE SOUZA(OAB: 16955/GO)  
Advogada DRA. MARILDA LUIZA BARBOSA(OAB: 20418/GO)  
AGRAVADO(S) DALVAIR PRADO SOARES  
Advogado DR. PEDRO HENRIQUE BALDUINO DA SILVA(OAB: 37017/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DALVAIR PRADO SOARES  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0011539-17.2015.5.15.0091**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) PRIMA FOODS S.A.  
Advogado DR. FREDERICO FERREIRA DA SILVA PAIVA(OAB: 84953/MG)  
AGRAVADO(S) LUANA MAIA TONON VICENTE  
Advogado DR. MARIANA BOGNAR RODRIGUES(OAB: 256324/SP)  
Advogado DR. HELOISA HELENA PENALVA E SILVA WANDERLEY(OAB: 158079/SP)  
Advogado DR. DRIELLE FAZZANI FROES(OAB: 317781/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUANA MAIA TONON VICENTE  
- PRIMA FOODS S.A.

**Processo Nº Ag-RRAg-0011628-55.2017.5.15.0031**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) LAURO ESTEVAM SANCHEZ  
Advogado DR. NILO DA CUNHA JAMARDO BEIRO(OAB: 108720/SP)  
Advogado DR. JOÃO POPOLO NETO(OAB: 205294/SP)  
Advogado DR. ANDREZA BIANCHINI TRENTIN(OAB: 254238/SP)  
Advogado DR. JOAO VITOR PETENUCCI FERNANDES MUNHOZ(OAB: 314629/SP)  
Advogado DR. SERGIO LUIZ RIBEIRO(OAB: 100474/SP)  
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. PAULO ROGÉRIO BAGE(OAB: 144940/SP)  
Advogado DR. IGOR PEREIRA DOS SANTOS(OAB: 304463/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- LAURO ESTEVAM SANCHEZ

**Processo Nº Ag-AIRR-0011632-15.2017.5.03.0100**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO



AGRAVANTE(S) PAVSOLO CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA. E OUTRAS  
 Advogada DRA. ROSANGELA BENETTI ALMEIDA(OAB: 34992/RS)  
 AGRAVADO(S) VANDERLAN MARQUES LIMA  
 Advogado DR. FELIPE MAURÍCIO SALIBA DE SOUZA(OAB: 108211/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PAVSOLO CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA. E OUTRAS  
 - VANDERLAN MARQUES LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-0011793-40.2015.5.18.0015**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
 AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D  
 Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
 Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)  
 Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)  
 AGRAVADO(S) MARCOS ANTÔNIO FERNANDES  
 Advogado DR. DANILO ALVES MACEDO(OAB: 30072/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D  
 - MARCOS ANTÔNIO FERNANDES

**Processo Nº Ag-AIRR-0011796-27.2017.5.03.0052**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
 AGRAVANTE(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
 Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
 AGRAVADO(S) AMAURY VENTURI NEDER  
 Advogado DR. JOSÉ FRANCISCO GOMES D'ÁVILA(OAB: 58320/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMAURY VENTURI NEDER  
 - ITAÚ UNIBANCO S.A.

**Processo Nº Ag-RRAg-0011845-27.2019.5.15.0032**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
 AGRAVANTE(S) TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
 Advogado DR. SERGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 312471/SP)  
 AGRAVADO(S) ALEXANDRE SILVA DE SOUZA  
 Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851/SP)  
 AGRAVADO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
 Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
 Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)  
 Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXANDRE SILVA DE SOUZA  
 - TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
 - TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0011947-49.2018.5.15.0011**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
 AGRAVANTE(S) MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.  
 Advogado DR. EDUARDO PAVAN ROSA(OAB: 257623/SP)  
 Advogado DR. EDUARDO FLUHMANN(OAB: 118168/SP)  
 AGRAVADO(S) CARLOS ALBERTO MANSIM SILVEIRA  
 Advogado DR. RODRIGO ARANTES DE SOUZA(OAB: 343886/SP)  
 Advogado DR. THIAGO LIMA MARCELINO(OAB: 343898/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ALBERTO MANSIM SILVEIRA  
 - MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0017703-70.2017.5.16.0003**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
 AGRAVANTE(S) COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR  
 Advogado DR. GUSTAVO MENEZES ROCHA(OAB: 7145/MA)  
 Advogado DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307/DF)  
 Advogado DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372/DF)  
 AGRAVADO(S) PEDRO DOS SANTOS ARAUJO  
 Advogado DR. BEATRIZ DEL VALLE ECEIZA NUNES(OAB: 2697/MA)  
 Advogado DR. RHENAN BARROS LINHARES(OAB: 9681/MA)  
 Advogado DR. MICHAEL ECEIZA NUNES(OAB: 7619/MA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR  
 - PEDRO DOS SANTOS ARAUJO

**Processo Nº Ag-AIRR-0020127-25.2020.5.04.0291**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
 AGRAVANTE(S) ARLANXEO BRASIL S.A.  
 Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)  
 AGRAVADO(S) AKJ MANUTENCAO E MONTAGENS LTDA - ME  
 AGRAVADO(S) EDUARDO DUARTE MACHADO  
 Advogado DR. PAULO RENATO DA SILVA CORDEIRO(OAB: 107746/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AKJ MANUTENCAO E MONTAGENS LTDA - ME  
 - ARLANXEO BRASIL S.A.  
 - EDUARDO DUARTE MACHADO

**Processo Nº Ag-AIRR-0020127-90.2020.5.04.0334**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
 AGRAVANTE(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
 Advogado DR. EVANDRO LUÍS PIPPI KRUEL(OAB: 18780/RS)  
 Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
 Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)

AGRAVADO(S) MATHEUS BRITES DE VARGAS  
Advogada DRA. PRISCILA DOS SANTOS(OAB: 76251/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MATHEUS BRITES DE VARGAS
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020426-61.2014.5.04.0016**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.  
Advogado DR. DANTE ROSSI(OAB: 3161/RS)  
Advogada DRA. MONICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359/RS)  
Advogado DR. BENÔNI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026/RS)  
AGRAVADO(S) GENESSI PRESTES BARBOZA  
Advogado DR. PEDRO PAULO DA SILVA FRAGA(OAB: 35505/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GENESSI PRESTES BARBOZA
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020546-32.2014.5.04.0234**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ENGESEG - EMPRESA DE VIGILÂNCIA COMPUTADORIZADA LTDA.  
Advogado DR. ROGÉRIO APARECIDO FERNANDES DE CARVALHO(OAB: 49578/RS)  
Advogada DRA. DENISE IZUMI MINAMI MIYAGUSKU(OAB: 59504/RS)  
AGRAVADO(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA  
Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)  
AGRAVADO(S) JOSELAINE CASAGRANDE  
Advogado DR. HAMILTON JESUS VIERA PEREIRA JÚNIOR(OAB: 57612/RS)  
Advogado DR. BRUNO RAPHAELLI NARDIN(OAB: 93475/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ENGESEG - EMPRESA DE VIGILÂNCIA COMPUTADORIZADA LTDA.
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
- JOSELAINE CASAGRANDE

**Processo Nº Ag-AIRR-0020720-47.2018.5.04.0122**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada DRA. ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO(OAB: 167659/RJ)  
AGRAVADO(S) GLADMIR AVENCURT  
Advogado DR. RUBILAR PINHEIRO OLIONI(OAB: 18019/RS)  
Advogada DRA. MELINA SOCOOWSKI OLIONI(OAB: 85733/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

- GLADMIR AVENCURT

**Processo Nº Ag-AIRR-0020737-82.2019.5.04.0305**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CLARO S.A.  
Advogado DR. LEONARDO MARTINS OLIVEIRA CAVALCANTE(OAB: 18554/DF)  
Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)  
AGRAVADO(S) MARCOS ROBERTO GONCALVES  
Advogado DR. GUSTAVO EDUARDO DOS SANTOS(OAB: 61584/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO S.A.
- MARCOS ROBERTO GONCALVES

**Processo Nº Ag-AIRR-0020780-17.2018.5.04.0123**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada DRA. ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO(OAB: 167659/RJ)  
AGRAVADO(S) ADM LOG TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA - ME  
Advogado DR. CRISTIANE DA SILVA RAABE(OAB: 76220/RS)  
AGRAVADO(S) BRAULIO GONZALES GARCIA  
Advogado DR. HALLEY LINO DE SOUZA(OAB: 54730/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADM LOG TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA - ME
- BRAULIO GONZALES GARCIA
- ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº Ag-AIRR-0020891-61.2019.5.04.0512**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) TRANSPORTES RASADOR LTDA.  
Advogado DR. MARCELO CORRÊA RESTANO(OAB: 48835/RS)  
Advogado DR. CAROLINE CRESCENTE RUBBATINO(OAB: 67932/RS)  
AGRAVADO(S) JOSE SILOE DIAS PILAR  
Advogada DRA. JANE DE FÁTIMA PAGEL TRAPP(OAB: 80249/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE SILOE DIAS PILAR
- TRANSPORTES RASADOR LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0021086-15.2016.5.04.0233**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.  
Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)  
AGRAVADO(S) RENATO MACHADO  
Advogado DR. REGIS KONAT VARANI(OAB: 80059/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.  
- RENATO MACHADO

**Processo Nº Ag-AIRR-0021701-90.2015.5.04.0022**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) EDGAR FERNANDO RODRIGUES DA LUZ  
Advogada DRA. LIANE RITTER LIBERALI(OAB: 30635/RS)  
AGRAVADO(S) ARTECOLA QUÍMICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. JOAO CARLOS GROSS DE ALMEIDA(OAB: 9724/RS)  
Advogado DR. CLÓVIS COIMBRA CHARÃO FILHO(OAB: 76310/RS)  
AGRAVADO(S) CONSTRUTORA D. P. AYRES LTDA.  
Advogado DR. MICHELLE ANTUNES ESPINOZA(OAB: 98783/RS)  
AGRAVADO(S) GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S.A.  
Advogado DR. ALYSSON ANDRÉ DONANSKI(OAB: 78542/PR)  
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
Procurador DR. PAULO HENRIQUE MORETTO  
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)  
Procurador DR. JOÃO RICARDO A. DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARTECOLA QUÍMICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- CONSTRUTORA D. P. AYRES LTDA.  
- EDGAR FERNANDO RODRIGUES DA LUZ  
- GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S.A.  
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
- UNIÃO (PGF)

**Processo Nº Ag-AIRR-0025128-52.2019.5.24.0005**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB  
Advogado DR. JÂNIO RIBEIRO SOUTO(OAB: 3845/MS)  
Advogada DRA. ROSEMARY CRISTALDO FERREIRA DO AMARAL(OAB: 8589/MS)  
AGRAVADO(S) CARLOS ROBERTO SOUZA SANTA CRUZ  
Advogado DR. RENATO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA(OAB: 6042/MS)  
Advogado DR. LUCAS PETINI NUNES(OAB: 18708/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ROBERTO SOUZA SANTA CRUZ  
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

**Processo Nº Ag-AIRR-0025546-89.2016.5.24.0006**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) CRISTINA DA MOTTA VERAO  
Advogada DRA. LIDIANE VILHAGRA DE ALMEIDA(OAB: 8698/MS)  
AGRAVADO(S) UNIMED CAMPO GRANDE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.  
Advogado DR. JACKELINE ALMEIDA DORVAL CÂNDIA(OAB: 12089/MS)

Advogado DR. LUIS MARCELO MICHARKI GIUMMARRESI(OAB: 21438/MS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CRISTINA DA MOTTA VERAO  
- UNIMED CAMPO GRANDE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0094000-16.2006.5.05.0002**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429/DF)  
Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517/DF)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogada DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA  
Advogado DR. NEI VIANA COSTA PINTO(OAB: 8361/BA)  
Advogada DRA. SORAYA BASTOS COSTA PINTO(OAB: 8858/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA

**Processo Nº Ag-ED-ED-AIRR-0100316-30.2018.5.01.0004**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ODONTOCASE COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO LTDA - ME E OUTROS  
Advogado DR. VANUSA DE SOUZA(OAB: 107379/RJ)  
Advogado DR. JAMENSSON HENRIQUE DE OLIVEIRA VASCONCELOS(OAB: 203472/RJ)  
Advogado DR. KARINE ARAUJO DA SILVA FERREIRA(OAB: 126808/RJ)  
AGRAVADO(S) RODRIGO PESSOA MACIEL  
Advogado DR. ELENICE CALVÃO DE ALMEIDA(OAB: 53908/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ODONTOCASE COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO LTDA - ME E OUTROS  
- RODRIGO PESSOA MACIEL

**Processo Nº Ag-AIRR-0100609-50.2020.5.01.0482**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MACAÉ  
Procuradora DRA. ELZA MARIA GOMES GONÇALVES  
AGRAVADO(S) EURIDES BORGES DE MOURA  
Advogado DR. EVELLINI DA SILVA GARBELINI(OAB: 220649/RJ)  
Advogado DR. STENIO CARDIM BARCELOS(OAB: 230434/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EURIDES BORGES DE MOURA  
- MUNICÍPIO DE MACAÉ

**Processo Nº Ag-RRAg-0101336-03.2017.5.01.0421**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) MARCIO RONEY DE SOUZA  
Advogada DRA. VALQUÍRIA APARECIDA DELFINO(OAB: 88880/RJ)  
Advogada DRA. ISABEL CRISTINA DOS SANTOS NUNES(OAB: 176507/RJ)  
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)  
AGRAVADO(S) BR MATOZINHOS FUNDIÇÕES LTDA.  
Advogado DR. MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS(OAB: 72080/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BR MATOZINHOS FUNDIÇÕES LTDA.  
- MARCIO RONEY DE SOUZA

**Processo Nº Ag-AIRR-0101365-93.2019.5.01.0482**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) UTC ENGENHARIA S.A.  
Advogada DRA. JULIANA ARRUSUL TORRES(OAB: 71459/RS)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) WALLACE BERNARD MEDEIROS PINHEIRO  
Advogada DRA. FERNANDA SOARES FÉLIX(OAB: 156160/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- UTC ENGENHARIA S.A.  
- WALLACE BERNARD MEDEIROS PINHEIRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0101988-54.2016.5.01.0033**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) PATRICIA BRAZ BARCELLOS LUIZ CUNHA  
Advogado DR. JORGE AURÉLIO PINHO DA SILVA(OAB: 83266/RJ)  
Advogado DR. BRUNO AURÉLIO LISBOA DA SILVA(OAB: 170038/RJ)  
Advogado DR. SÉRGIO RICARDO DE CASTRO BATISTA(OAB: 69870/RJ)  
Advogado DR. RAFAELE FERREIRA DA SILVA(OAB: 180644/RJ)  
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. MIGUEL FERNANDO DECLEVA(OAB: 197793/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- PATRICIA BRAZ BARCELLOS LUIZ CUNHA

**Processo Nº Ag-RR-0133500-97.1999.5.04.0023**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.  
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)

AGRAVADO(S) ELCI EURICO PACHECO DE OLIVEIRA  
Advogado DR. ADROALDO MESQUITA DA COSTA NETO(OAB: 17186/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.  
- ELCI EURICO PACHECO DE OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0152100-80.2005.5.05.0007**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769/BA)  
AGRAVADO(S) ANTONIO SOARES RIBEIRO E OUTROS  
Advogado DR. CARLOS ARTUR CHAGAS RIBEIRO(OAB: 5677/BA)  
Advogada DRA. DANIELA MARTINS CALDAS(OAB: 24138/BA)  
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO SOARES RIBEIRO E OUTROS  
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-1000266-04.2016.5.02.0462**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.  
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)  
Advogada DRA. FERNANDA BIANCO PIMENTEL(OAB: 167810/SP)  
AGRAVADO(S) JANSEN DE MORAES  
Advogado DR. MARCELO PIRES MARIGO(OAB: 296174/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.  
- JANSEN DE MORAES

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-1000391-74.2020.5.02.0609**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) SAKURA NAKAYA ALIMENTOS LTDA  
Advogado DR. GILBERTO DIAS TEIXEIRA(OAB: 118585/SP)  
Advogado DR. WOLNEI TADEU FERREIRA(OAB: 115170/SP)  
AGRAVADO(S) RAIMUNDO BATISTA DE ABREU  
Advogado DR. DEOCLÉCIO APARECIDO FELIX DE MORAES(OAB: 380614/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- RAIMUNDO BATISTA DE ABREU  
- SAKURA NAKAYA ALIMENTOS LTDA

**Processo Nº Ag-ARR-1000483-75.2015.5.02.0464**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.



Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)  
AGRAVADO(S) HAMILTON BARBOSA  
Advogado DR. ADEMAR NYIKOS(OAB: 85809/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HAMILTON BARBOSA
- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-1000495-40.2020.5.02.0262**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E AUXILIARES NA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DE SÃO PAULO  
Advogado DR. ANDRE LUIZ MONSEF BORGES(OAB: 284074/SP)  
Advogado DR. RAFAEL VIZIOLI MARTONI LIMA(OAB: 425842/SP)  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) SUCESSO DISTRIBUIDORA LTDA.  
Advogado DR. BRUNO NINO GUALDA REGADO(OAB: 297090/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E AUXILIARES NA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DE SÃO PAULO
- SUCESSO DISTRIBUIDORA LTDA.

**Processo Nº Ag-RRAg-1000563-88.2018.5.02.0252**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. LILIANE AZEVEDO ALCANTARA SEABRA(OAB: 320605/SP)  
AGRAVADO(S) RONALDO JOSÉ SAMPAIO  
Advogada DRA. MELISSA KARINA TOMKIW(OAB: 30750/PR)  
Advogado DR. FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411/SP)  
Advogada DRA. DENISE SALERNO RIBEIRO(OAB: 378041/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RONALDO JOSÉ SAMPAIO

**Processo Nº Ag-AIRR-1000787-95.2019.5.02.0056**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO  
Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 201296/SP)  
Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)  
AGRAVADO(S) SUELI NOVAIS PASSARELLI  
Advogada DRA. ANA CRISTINA DE JESUS(OAB: 166825/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- SUELI NOVAIS PASSARELLI

**Processo Nº Ag-AIRR-1000891-37.2019.5.02.0008**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) PORTO SEGURO ATENDIMENTO LTDA  
Advogado DR. EDUARDO FORNAZARI ALENCAR(OAB: 138644/SP)  
AGRAVADO(S) MARIA LUSINEIDE DA CRUZ DIAS  
Advogado DR. DOMINGOS PALMIERI(OAB: 82991/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA LUSINEIDE DA CRUZ DIAS
- PORTO SEGURO ATENDIMENTO LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-1001427-25.2018.5.02.0027**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ICOMON TECNOLOGIA LTDA.  
Advogado DR. FLAVIO MASCHIETTO(OAB: 147024/SP)  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)  
AGRAVADO(S) LUCIANO AUGUSTO DA SILVA  
Advogado DR. DANIELA CALVO ALBA(OAB: 198958/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- LUCIANO AUGUSTO DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-1001545-79.2017.5.02.0465**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S.A.  
Advogado DR. RODOLPHO DE MACEDO FINIMUNDI(OAB: 212432/SP)  
Advogado DR. HERALDO JUBILUT JUNIOR(OAB: 23812/SP)  
AGRAVADO(S) FLAVIO MARTINS SOUSA  
Advogado DR. GUSTAVO LIMA FERNANDES(OAB: 380292/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FLAVIO MARTINS SOUSA
- PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-1001684-67.2015.5.02.0702**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) KUBA VIAÇÃO URBANA LTDA. E OUTRAS  
Advogado DR. LUIZ APARECIDO FERREIRA(OAB: 95654/SP)  
AGRAVADO(S) EWERTON HENRIQUE DA COSTA SOBRAL  
Advogado DR. JAIR RODRIGUES VIEIRA(OAB: 197399/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EWERTON HENRIQUE DA COSTA SOBRAL
- KUBA VIAÇÃO URBANA LTDA. E OUTRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-1001689-44.2019.5.02.0025**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) ANTONIO SOBREIRA GOMES



Advogado DR. ELECIR MARTINS RIBEIRO(OAB: 126283/SP)  
Advogada DRA. ELOÍZA RODRIGUES GAY RIBEIRO(OAB: 323007/SP)  
AGRAVADO(S) COPART DO BRASIL ORGANIZACAO DE LEILOES LTDA  
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO SOBREIRA GOMES
- COPART DO BRASIL ORGANIZACAO DE LEILOES LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-1002267-94.2016.5.02.0709**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
AGRAVANTE(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procurador DR. DANTON DE ALMEIDA SEGURADO  
AGRAVADO(S) ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.  
Advogado DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

**Processo Nº ED-Ag-RRAg-0000005-94.2020.5.14.0005**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650/SP)  
EMBARGADO(A) FERNANDO DA SILVA EGUEZ  
Advogado DR. FABRÍCIO MATOS DA COSTA(OAB: 3270/RO)  
Advogado DR. JOSE VALTER NUNES JUNIOR(OAB: 5653/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
- FERNANDO DA SILVA EGUEZ

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000017-97.2016.5.03.0153**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE MARIA MARTHA SACONI MARTINS  
Procurador DR. LUIZ RICARDO DIEGUES  
EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
Advogado DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428/DF)  
Advogada DRA. SABRINA GOMES SANTOS(OAB: 65209/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER BRASIL S/A
- MARIA MARTHA SACONI MARTINS

**Processo Nº ED-RRAg-0000081-05.2012.5.02.0015**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PAULISTA

Advogado DR. ALFREDO ZUCCA NETO(OAB: 154694/SP)  
EMBARGADO(A) COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO CURY(OAB: 122855/SP)  
Advogado DR. SYLVIO LUIS PILA JIMENES(OAB: 131569/SP)  
EMBARGADO(A) ESPÓLIO de DJALMA FISCHETTI FERNANDES  
Advogada DRA. LÍBIA ALVARENGA DE OLIVEIRA(OAB: 267195/SP)  
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO INNOCENTI(OAB: 130329/SP)  
EMBARGADO(A) ESTADO DE SÃO PAULO  
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO CESP  
Advogado DR. ALFREDO ZUCCA NETO(OAB: 154694/SP)  
Advogado DR. FRANCO MAURO RUSSO BRUGIONI(OAB: 173624/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP
- CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PAULISTA
- ESPÓLIO de DJALMA FISCHETTI FERNANDES
- ESTADO DE SÃO PAULO
- FUNDAÇÃO CESP

**Processo Nº ED-RR-0000089-98.2020.5.14.0004**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
Advogado DR. ALEX JESUS AUGUSTO FILHO(OAB: 314946/SP)  
Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650/SP)  
EMBARGADO(A) ERINEIDE RESKI BARBOSA  
Advogado DR. JOSE VALTER NUNES JUNIOR(OAB: 5653/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
- ERINEIDE RESKI BARBOSA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000164-69.2021.5.11.0301**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE AMAZONAS ENERGIA S.A.  
Advogada DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1231/AM)  
EMBARGADO(A) JARBAS LOPES  
Advogada DRA. MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- JARBAS LOPES

**Processo Nº ED-RR-0000178-24.2020.5.14.0004**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
Advogado DR. MERIEN AMANTEA FERNANDES(OAB: 2695/RO)  
Advogado DR. ALEX JESUS AUGUSTO FILHO(OAB: 314946/SP)

Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT  
MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO  
GOMES(OAB: 356650/SP)  
EMBARGADO(A) DOUGLAS MARTINS ALMEIDA  
Advogada DRA. MARIA CLARA DO CARMO  
GÓES(OAB: 198/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
- DOUGLAS MARTINS ALMEIDA

**Processo Nº ED-RR-0000182-64.2020.5.14.0003**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
Advogado DR. ALEX JESUS AUGUSTO  
FILHO(OAB: 314946/SP)  
Advogado DR. RODRIGO DE BITTENCOURT  
MUDROVITSCH(OAB: 26966/DF)  
Advogado DR. RITA DE CASSIA ANCELMO  
BUENO(OAB: 360597/SP)  
EMBARGADO(A) ALECSANDRO CHAVES TORRE  
Advogada DRA. MARIA CLARA DO CARMO  
GÓES(OAB: 198/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALECSANDRO CHAVES TORRE
- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000342-81.2021.5.08.0210**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE ESTADO DO AMAPÁ  
Procurador DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL  
EMBARGADO(A) CAIXA ESCOLAR  
TARTARUGALZINHO  
Advogado DR. ERICK CEZAR SILVA DE  
DEUS(OAB: 4352/AP)  
EMBARGADO(A) MARIA DA CONCEICAO DE  
OLIVEIRA VAZ  
Advogado DR. JAMERSON DARABIAN E SILVA  
DIAS(OAB: 3433/AP)  
Advogado DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB:  
1773/AP)  
Advogado DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB:  
928/AP)  
Advogado DR. PAULO VICTOR ROSÁRIO DOS  
SANTOS(OAB: 4011/AP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ESCOLAR TARTARUGALZINHO
- ESTADO DO AMAPÁ
- MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA VAZ

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000347-68.2021.5.14.0006**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL  
Advogado DR. ALEX JESUS AUGUSTO  
FILHO(OAB: 314946/SP)  
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO  
GOMES(OAB: 356650/SP)  
EMBARGADO(A) ESTER SILVA DE ALBUQUERQUE  
Advogado DR. LUÍS SÉRGIO DE PAULA  
COSTA(OAB: 4558/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL

- ESTER SILVA DE ALBUQUERQUE

**Processo Nº ED-Ag-ED-RRAg-0000363-30.2019.5.09.0459**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE ESTADO DO PARANÁ  
Procurador DR. JOÃO DE BARROS TORRES  
Procurador DR. PAULO DA GAMA-ROSA  
CARDOSO FILHO  
EMBARGADO(A) MAURO SERGIO MACACARE  
Advogada DRA. CARLA CRISTINA CHRISPIM  
DOS SANTOS GIOVANETTI(OAB:  
19623/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO PARANÁ
- MAURO SERGIO MACACARE

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000419-17.2021.5.08.0202**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE ESTADO DO AMAPÁ  
Procurador DR. JIMMY NEGRÃO  
Procurador DR. DAVI MACHADO EVANGELISTA  
EMBARGADO(A) CAIXA ESCOLAR SAO FRANCISCO  
DE ASSIS  
Advogado DR. ROBERTO SAVIO GUEDES  
FERREIRA(OAB: 277342/SP)  
EMBARGADO(A) MARIA JOSE DE JESUS PINTO  
Advogado DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB:  
1773/AP)  
Advogado DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB:  
928/AP)  
Advogado DR. PAULO VICTOR ROSÁRIO DOS  
SANTOS(OAB: 4011/AP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA ESCOLAR SAO FRANCISCO DE ASSIS
- ESTADO DO AMAPÁ
- MARIA JOSE DE JESUS PINTO

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000431-09.2012.5.12.0049**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE IRES PEREIRA DE SOUZA ALMEIDA  
Advogado DR. MIGUEL TELLES DE  
CAMARGO(OAB: 8098/SC)  
EMBARGADO(A) FISCHER S.A. - AGROINDÚSTRIA  
Advogado DR. JOÃO MARQUES VIEIRA  
FILHO(OAB: 4870/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FISCHER S.A. - AGROINDÚSTRIA
- IRES PEREIRA DE SOUZA ALMEIDA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000932-37.2015.5.09.0567**

Relator MINISTRO CLÁUDIO  
MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE USINA DE AÇÚCAR SANTA  
TEREZINHA LTDA  
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB:  
23465/PR)  
Advogado DR. RAFAEL LINNE NETTO(OAB:  
29263/PR)  
EMBARGADO(A) ALEX SANDER DE FREITAS  
Advogado DR. LUIZ CARLOS AOKI(OAB:  
40161/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEX SANDER DE FREITAS  
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA

**Processo Nº ED-RRAg-0000959-39.2019.5.08.0007**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA  
Procuradora DRA. ADRIANA ROBERTA NASCIMENTO CRUZ  
Procuradora DRA. LUCIANA DIAS DE ALMEIDA NÓBREGA  
Procurador DR. BRUNO CÉSAR MACIEL BRAGA  
EMBARGADO(A) ANTONIO MARQUES DA CRUZ  
Advogado DR. LUÍS GUILHERME CARVALHO BRASIL CUNHA(OAB: 10894/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO MARQUES DA CRUZ  
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001027-17.2019.5.22.0001**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. - AGESPISA  
Advogada DRA. MARY BARROS BEZERRA MACHADO(OAB: 104/PI)  
Advogado DR. LUCIANA MENDES DO NASCIMENTO(OAB: 9590/PI)  
Advogado DR. JACKSON PHILLIPE SILVA PEREIRA(OAB: 12062/PI)  
EMBARGADO(A) FRANCISCO BENEDITO DA CUNHA  
Advogado DR. ADONIAS FEITOSA DE SOUSA(OAB: 2840/PI)  
Advogado DR. ALZIMIDIO PIRES DE ARAUJO(OAB: 4140/PI)  
Advogado DR. MICHELINE BARBOSA LEAO(OAB: 11401/PI)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO BENEDITO DA CUNHA  
- ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. - AGESPISA

**Processo Nº ED-AIRR-0001266-67.2018.5.10.0008**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. RODNEY ROSSI SANTOS(OAB: 168512/RJ)  
Advogado DR. JOÃO LUIZ NOBRE LOPES(OAB: 49460/DF)  
Advogado DR. GISELLE PERES MADRID PEDROSA(OAB: 11898/MT)  
EMBARGADO(A) BEATRIZ CRISTINA AUGUSTO  
Advogada DRA. ELIZABETH TOSTES PEIXOTO(OAB: 7311/DF)  
Advogado DR. ANDRÉ TADEU DE MAGALHÃES ANDRADE(OAB: 25730/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- BEATRIZ CRISTINA AUGUSTO

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001570-33.2016.5.07.0004**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

**EMBARGANTE**

Advogada

Advogado

**EMBARGADO(A)**

Advogada

Advogado

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
DRA. GEÓRGIA LIMA AZEVEDO E NASCIMENTO(OAB: 17025/CE)  
DR. ANTÔNIO JOSÉ NOGUEIRA SANTANA(OAB: 28817/DF)  
SÍLVIO CÉSAR PINHEIRO DIÓGENES  
DRA. SÂMIA MARIA OLIVEIRA RIBEIRO(OAB: 7585/CE)  
DR. FRANCISCO MAILSON DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 26527/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- SÍLVIO CÉSAR PINHEIRO DIÓGENES

**Processo Nº ED-AIRR-0005978-30.2014.5.01.0481**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE ANTONIO SERGIO PEREIRA PITREZ  
Advogado DR. EDUARDO DE SOUZA GESUALDI DE ABREU(OAB: 207153/RJ)  
Advogado DR. RODRIGO CAMARGO BARBOSA(OAB: 34718/DF)  
EMBARGADO(A) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO SERGIO PEREIRA PITREZ  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº ED-ARR-0010086-69.2017.5.15.0041**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. RODNEY ROSSI SANTOS(OAB: 168512/RJ)  
Advogada DRA. LILIAN ELISA VIEIRA DAVID(OAB: 290859/SP)  
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) EDITI DE OLIVEIRA HERHOLZ  
Advogada DRA. ANDRÉIA CRISTINA MARTINS DAROS VARGAS(OAB: 294669/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- EDITI DE OLIVEIRA HERHOLZ

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011222-09.2019.5.15.0146**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE MUNICÍPIO DE NUPORANGA  
Advogada DRA. LAIS GONZALES DE OLIVEIRA(OAB: 383058/SP)  
EMBARGADO(A) GEIZA CARLA DE OLIVEIRA RAVAGNANI  
Advogada DRA. MARINA GERA DE AZEVEDO CADELCA(OAB: 285182/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GEIZA CARLA DE OLIVEIRA RAVAGNANI  
- MUNICÍPIO DE NUPORANGA

**Processo Nº ED-RRAg-0020573-21.2017.5.04.0101**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D  
Advogado DR. RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES(OAB: 15182/DF)  
EMBARGADO(A) JOSE ADAHIR SENNA DA SILVA  
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084/RS)  
Advogado DR. PEDRO TEIXEIRA MESQUITA DA COSTA(OAB: 72811/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D  
- JOSE ADAHIR SENNA DA SILVA

**Processo Nº ED-AIRR-0061900-76.2009.5.04.0019**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogada DRA. CAMILA ZANCHIN GOLIN(OAB: 67659/RS)  
EMBARGADO(A) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
Advogado DR. JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA(OAB: 11985/SC)  
EMBARGADO(A) LUIS CARLOS WERLANG  
Advogado DR. PAULO LUIZ PEREIRA(OAB: 51771/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
- LUIS CARLOS WERLANG

**Processo Nº ED-RR-0101100-07.1998.5.02.0351**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE CARLOS ALBERTO GONÇALVES  
Advogado DR. DANIEL AMÉRICO DOS SANTOS NEIMEIR(OAB: 309297/SP)  
EMBARGADO(A) CLÁUDIA ROMANO SANTOS  
EMBARGADO(A) DANILO NEIMEIR  
EMBARGADO(A) FÁBIO SILVA MEDINA  
Advogada DRA. STELA RODIGHIERO PACILÉO PALAZZO(OAB: 249297/SP)  
EMBARGADO(A) MULTIENVAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
EMBARGADO(A) PAULO VICENTE CECCATO STASSI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ALBERTO GONÇALVES  
- CLÁUDIA ROMANO SANTOS  
- DANILO NEIMEIR  
- FÁBIO SILVA MEDINA  
- MULTIENVAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
- PAULO VICENTE CECCATO STASSI

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000667-67.2019.5.02.0051**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE AROLDJO JOAQUIM CAMILLO FILHO  
Advogado DR. AROLDJO JOAQUIM CAMILLO FILHO(OAB: 119016/SP)

Advogado DR. RUDI ALBERTO LEHMANN JÚNIOR(OAB: 133321/SP)  
EMBARGADO(A) ALEXANDRE BRANCO ALVARES  
Advogada DRA. HELENA CRISTINA SANTOS BONILHA(OAB: 105835/SP)  
Advogado DR. WAGNER LUIZ VERQUIETINI(OAB: 144886/SP)  
Advogado DR. ALEXANDRE SANTOS BONILHA(OAB: 137759/SP)  
EMBARGADO(A) AMUSE BR PARTICIPACOES LTDA  
EMBARGADO(A) AMUSE-BR EMPREENDIMENTOS S/A  
Advogada DRA. VIVIANE TEIXEIRA(OAB: 156254/SP)  
EMBARGADO(A) BF CAPITAL PARTICIPACOES LTDA  
Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)  
EMBARGADO(A) CHARLLES SOUZA NOGUEIRA  
EMBARGADO(A) GABRIEL DO REGO COSTA VALENCA  
EMBARGADO(A) MAX IVAN SCOTTON JUNIOR  
EMBARGADO(A) RAFAEL DA COSTA E SILVA QUINANE  
Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)  
EMBARGADO(A) RENATO JOSE SILVEIRA LINS SUCUPIRA  
Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXANDRE BRANCO ALVARES  
- AMUSE BR PARTICIPACOES LTDA  
- AMUSE-BR EMPREENDIMENTOS S/A  
- AROLDJO JOAQUIM CAMILLO FILHO  
- BF CAPITAL PARTICIPACOES LTDA  
- CHARLLES SOUZA NOGUEIRA  
- GABRIEL DO REGO COSTA VALENCA  
- MAX IVAN SCOTTON JUNIOR  
- RAFAEL DA COSTA E SILVA QUINANE  
- RENATO JOSE SILVEIRA LINS SUCUPIRA

**Processo Nº ED-RR-1000712-94.2018.5.02.0087**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)  
Advogado DR. FÁBIO CABRAL SILVA DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 261844/SP)  
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) RANDAL DOS SANTOS  
Advogado DR. FÁBIO LUIZ ASSUNÇÃO(OAB: 204585/SP)  
Advogado DR. GUSTAVO LUIS FONSECA DOS REIS LOPES(OAB: 302999/SP)  
Advogado DR. KARINA AMADIO(OAB: 219946/SP)  
Advogado DR. BARBARA APARECIDA SANTIAGO(OAB: 261271/SP)  
Advogado DR. FABIANO ZOCCO BOMBARDA(OAB: 220459/SP)  
Advogado DR. BRUNO SCARPELINI VIEIRA(OAB: 176813/SP)  
Advogado DR. LEANDRA CRISTINA PAULA BORGES(OAB: 277668/SP)  
Advogado DR. LUIZ FERNANDO AZEVEDO(OAB: 290040/SP)



Advogado DR. PAMELA TAIS AZEVEDO BEZERRA(OAB: 358801/SP)  
Advogado DR. ALEXANDRE ABRAS(OAB: 353808/SP)  
Advogado DR. ISABELA CRISTINA GRILO(OAB: 344240/SP)  
Advogado DR. ALESSANDRA INACIO BURDINO(OAB: 192706/SP)  
Advogado DR. DIEGO NUNES FERREIRA(OAB: 368959/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- RANDAL DOS SANTOS

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000925-05.2019.5.02.0463**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SP  
Procurador DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES  
Procurador DR. RODRIGO MENICUCCI  
EMBARGADO(A) OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
EMBARGADO(A) SABRINA GOMES DA SILVA CARUSO  
Advogado DR. ALEXANDRE BICHERI(OAB: 184572/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SP
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
- SABRINA GOMES DA SILVA CARUSO

**Processo Nº ED-RR-1002616-92.2017.5.02.0473**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
EMBARGANTE ELIAS GOMES PEIXOTO  
Advogada DRA. RENATA DIAS MAIO(OAB: 187633/SP)  
Advogado DR. FÁBIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO(OAB: 195284/SP)  
Advogado DR. JOSÉ PAULO D'ANGELO(OAB: 196477/SP)  
Advogada DRA. MARIA CECÍLIA TORRES CARRASCO(OAB: 206827/SP)  
Advogada DRA. FERNANDA CAROLINE DE AMORIM LEMOS(OAB: 345766/SP)  
Advogado DR. KAREN SOARES MOTA SANTOS(OAB: 313323/SP)  
Advogado DR. FELIPE RODRIGUES MARTINELLI DA SILVA(OAB: 364630/SP)  
Advogado DR. MATHEUS MARTINI PEREIRA(OAB: 362609/SP)  
Advogado DR. ANDRE FELIPE PEDUTO(OAB: 375920/SP)  
EMBARGADO(A) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA  
Advogada DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIAS GOMES PEIXOTO
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

**Processo Nº RR-0000584-55.2020.5.06.0008**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
RECORRENTE(S) ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador DR. ADRIANO AQUINO DE OLIVEIRA  
RECORRIDO(S) KASEL COMERCIO E SERVICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - ME  
Advogado DR. HENRIQUE BURIL WEBER(OAB: 14900/PE)  
Advogada DRA. ANA ESTHER ARANHA DE LUCENA BRIT(OAB: 15087/PB)  
Advogado DR. ANDREA COSTA DO AMARAL(OAB: 12780/PB)  
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE RECIFE  
Advogado DR. GUSTAVO JOSE REIS CARVALHO(OAB: 21726/PE)  
RECORRIDO(S) ROSANGELA CRISTINA DA SILVA  
RECORRIDO(S) UNIÃO (PGFN)  
Procurador DR. THIAGO LUÍS EIRAS DA SILVEIRA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DE PERNAMBUCO
- KASEL COMERCIO E SERVICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - ME
- MUNICÍPIO DE RECIFE
- ROSANGELA CRISTINA DA SILVA
- UNIÃO (PGFN)

**Processo Nº RR-0000596-65.2020.5.13.0011**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
RECORRENTE(S) ORNEIDE ALVES MARINHO  
Advogado DR. LUNARI MICHEL LUIZ DE FRANCA(OAB: 23913/PB)  
Advogado DR. THAIS HONORATO DE LIMA(OAB: 28539/PB)  
RECORRIDO(S) ESTADO DA PARAÍBA  
Procurador DR. RICARDO RUIZ ARIAS NUNES  
RECORRIDO(S) INSTITUTO GERIR  
Advogado DR. RODRIGO QUEIROZ FERNANDES(OAB: 36968/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA PARAÍBA
- INSTITUTO GERIR
- ORNEIDE ALVES MARINHO

**Processo Nº RR-0001064-24.2016.5.05.0033**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
RECORRENTE(S) PEDREIRAS OMACIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) - EPP  
Advogado DR. GERALDO TEIXEIRA NERY LOPES(OAB: 107091/MG)  
RECORRIDO(S) EMERSON SANTANA RIBEIRO VIANA  
Advogado DR. ROQUENALVO FERREIRA DANTAS(OAB: 26868/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMERSON SANTANA RIBEIRO VIANA
- PEDREIRAS OMACIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) - EPP

**Processo Nº RR-0001129-39.2019.5.09.0021**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO  
RECORRENTE(S) LETICIA SANTOS DA SILVA  
Advogado DR. LEANDRO AUGUSTO BUCH(OAB: 60471/PR)



Advogado DR. ELTON EIJI SATO(OAB: 74381/PR)

RECORRIDO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)

Advogado DR. THIAGO TORRES GUEDES(OAB: 76127/PR)

Advogada DRA. MÁRCIA LUZIA JOKOWISKI DOETZER(OAB: 33109/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LETICIA SANTOS DA SILVA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

**Processo Nº RRAg-0002195-55.2014.5.03.0002**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. VICTOR SANTIAGO VIEIRA COSTA(OAB: 181626/MG)

Advogada DRA. NÍVIA SILVEIRA DA MOTA(OAB: 110434/MG)

Advogada DRA. RÚBIA REPOLLEZ DE OLIVEIRA(OAB: 205210/MG)

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) JEFFERSON JULIO DUARTE

Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441/DF)

Advogada DRA. GIOVANA CAMARGOS MEIRELES(OAB: 76902/MG)

Advogado DR. EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES(OAB: 21688/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- JEFFERSON JULIO DUARTE

**Processo Nº RRAg-0010823-65.2016.5.03.0098**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253/MG)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CONSTRUTORA REMO LTDA

Advogado DR. LUIZ FERNANDO DE AZEVEDO GROSSI(OAB: 86946/MG)

Advogado DR. LUDMILLA ALMEIDA AVATAR MARTINS(OAB: 134248/MG)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JALDIR DOS SANTOS SIMÕES

Advogado DR. GILBERTO SOARES MARTINS(OAB: 60338/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A
- CONSTRUTORA REMO LTDA
- JALDIR DOS SANTOS SIMÕES

**Processo Nº RRAg-0020901-05.2018.5.04.0104**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.

Advogado DR. PEDRO CAMPANA NEME(OAB: 37387/DF)

Advogado DR. TIAGO DOS SANTOS ALVES(OAB: 95632/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LIZIANE BRANCO VITACA

Advogada DRA. ROSANA VITACA JEZORSKI(OAB: 104478/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.
- LIZIANE BRANCO VITACA

**Processo Nº RRAg-1000847-60.2019.5.02.0382**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) EGINALVA BISPO DOS SANTOS

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)

Advogada DRA. ANDRÉIA CRISTINA MARTINS DAROS VARGAS(OAB: 294669/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO VOTORANTIM S.A.

Advogada DRA. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 126990/RJ)

Advogado DR. DANIEL AUGUSTO TEIXEIRA DE MIRANDA(OAB: 26905/DF)

Advogado DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 241287/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO VOTORANTIM S.A.
- EGINALVA BISPO DOS SANTOS

**Processo Nº RRAg-1000869-06.2020.5.02.0020**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO

Advogado DR. GABRIELLE ROCHA DOS SANTOS(OAB: 375659/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) VERONICA AMARO DE ARAUJO PIZZARIA - ME

Advogado DR. NEIDE APARECIDA ROCHA VASCONCELOS(OAB: 181480/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO
- VERONICA AMARO DE ARAUJO PIZZARIA - ME

**Processo Nº RRAg-1002154-28.2017.5.02.0056**

Relator MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MAURO ARAUJO GUT

Advogado DR. ERAZÉ SUTTI(OAB: 146298/SP)

Advogada DRA. KAREN NICIOLI VAZ DE LIMA(OAB: 303511/SP)

Advogada DRA. RAFAELA DE OLIVEIRA PINTO(OAB: 341088/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Procurador DR. LUÍS AUGUSTO DE DEUS SILVA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

- MAURO ARAUJO GUT

**Processo Nº AIRR-0000072-96.2016.5.07.0004**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. GEORGIA LIMA AZEVEDO E NASCIMENTO(OAB: 17025/CE)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MANOEL LIVANILDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA  
Advogada DRA. LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO(OAB: 26511/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- MANOEL LIVANILDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**Processo Nº AIRR-0000180-21.2022.5.14.0425**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO ACRE  
Procurador DR. FÁBIO MARCON LEONETTI  
AGRAVADO(S) J. F. R. CONSTRUÇÕES LTDA - ME  
Advogado DR. CAROLINE SANTOS DA COSTA GUIMARAES(OAB: 5328/AC)  
AGRAVADO(S) SOMARIA RIBEIRO DE SOUZA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO ACRE  
- J. F. R. CONSTRUÇÕES LTDA - ME  
- SOMARIA RIBEIRO DE SOUZA

**Processo Nº AIRR-0000226-06.2021.5.09.0127**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) A. DE OLIVEIRA PONCE FISIOTERAPEUTA  
Advogado DR. EDUARDO KUTIAWSKI FRANCO(OAB: 35374/PR)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA  
Advogada DRA. RENATA CAROLINA CARVALHO VOLTOLINI(OAB: 55549/PR)  
AGRAVADO(S) ADRIANA VAZ VIEIRA  
Advogado DR. EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 94071/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- A. DE OLIVEIRA PONCE FISIOTERAPEUTA  
- ADRIANA VAZ VIEIRA  
- MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

**Processo Nº AIRR-0000230-57.2021.5.05.0611**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA  
Advogado DR. MAGNO ISRAEL MIRANDA SILVA(OAB: 32898/DF)  
AGRAVADO(S) ANA MARIA LIBARINO ROCHA  
Advogado DR. DANIEL CHARLES FERREIRA DE ALMEIDA(OAB: 27423/BA)  
AGRAVADO(S) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DO OESTE DA BAHIA - COOTRASEOBA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA MARIA LIBARINO ROCHA  
- COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DO OESTE DA BAHIA - COOTRASEOBA  
- MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA

**Processo Nº AIRR-0000297-90.2021.5.21.0024**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MACAU  
Procurador DR. IZAAC DA SILVA PORTELA  
AGRAVADO(S) MARIA JOSE LIBORIO DE SOUZA  
Advogado DR. LUIZ ANTÔNIO GREGÓRIO BARRETO(OAB: 10213/RN)  
Advogado DR. ALDINE MARIA BARBOSA DA FONSECA BARRETO(OAB: 13641/RN)  
AGRAVADO(S) UNIVIDA- COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR E DE SAÚDE LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA JOSE LIBORIO DE SOUZA  
- MUNICÍPIO DE MACAU  
- UNIVIDA- COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR E DE SAÚDE LTDA.

**Processo Nº AIRR-0000314-56.2020.5.09.0005**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.  
Advogada DRA. MARIANA LINHARES WATERKEMPER(OAB: 56844/PR)  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Procurador DR. MARCELO AYRES KURTZ  
AGRAVADO(S) POSITIVO EDUCACIONAL LTDA.  
Advogada DRA. SIMONE FONSECA ESMANHOTTO(OAB: 20934/PR)  
AGRAVADO(S) ROSELI APARECIDA ALVES DE LIMA  
Advogado DR. GERALDO FRANCISCO POMAGERSKI(OAB: 44074/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.  
- POSITIVO EDUCACIONAL LTDA.  
- ROSELI APARECIDA ALVES DE LIMA  
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**Processo Nº AIRR-0000318-34.2017.5.09.0091**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. MARIANA ALVES BARBOSA(OAB: 38522/PR)  
AGRAVADO(S) ANDRE ALVES FERRARI  
Advogado DR. MAX FRANCO(OAB: 66585/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE ALVES FERRARI  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº AIRR-0000430-84.2022.5.09.0654**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado DR. BRUNO ROBERTO VOSGERAU(OAB: 61051/PR)  
AGRAVADO(S) G&E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.  
AGRAVADO(S) OTONIEL DIAS DOS SANTOS  
Advogado DR. GUILHERME PEZZI NETO(OAB: 15909/PR)  
Advogada DRA. MARIA ELIZABETH MARAN SANTOS PEZZI(OAB: 19209/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- G&E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- OTONIEL DIAS DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº AIRR-0000524-52.2021.5.08.0118**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ  
Advogado DR. CARLOS JOSÉ ESTEVES GONDIM JUNIOR(OAB: 11390/PA)  
Advogada DRA. LILIANE COELHO DA SILVA(OAB: 17677/PA)  
AGRAVADO(S) MAIBO SILVA ROCHA  
Advogado DR. RAFAEL MELO DE SOUSA(OAB: 22596/PA)  
AGRAVADO(S) PARA SEGURANCA LTDA  
Advogado DR. ALEXANDRE BRANDÃO BASTOS FREIRE(OAB: 20812/DF)  
Advogada DRA. RAPHAELA BUARQUE DE MORAES(OAB: 22645/PA)  
Advogado DR. VITOR CAVALCANTI DE MELO(OAB: 17375/PA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ
- MAIBO SILVA ROCHA
- PARA SEGURANCA LTDA

**Processo Nº AIRR-0000540-28.2019.5.19.0002**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. ANA CAROLINA GUERREIRO FERNANDES GUZZO(OAB: 9323/AL)  
AGRAVADO(S) AGRALIO DE SOUZA ALVES FILHO  
Advogado DR. ROLLAND MARQUES DE MEIRA(OAB: 7161/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGRALIO DE SOUZA ALVES FILHO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº AIRR-0000626-10.2021.5.19.0008**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
Procuradora DRA. SILVANA DE BARROS CALLADO  
Procurador DR. MARCELO DE OLIVEIRA  
AGRAVADO(S) CRISTIANO DOS SANTOS BALBINO  
Advogada DRA. KENYA BLANCA DE SOUZA SAPUCAIA(OAB: 13008/AL)  
AGRAVADO(S) VIA AMBIENTAL ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A

Advogada DRA. KELMA CARVALHO DE FARIA COLLIER(OAB: 1053/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CRISTIANO DOS SANTOS BALBINO
- MUNICÍPIO DE MACEIÓ
- VIA AMBIENTAL ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A

**Processo Nº AIRR-0000918-75.2015.5.05.0531**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.  
Advogado DR. MARCELO SENA SANTOS(OAB: 30007/BA)  
Advogado DR. LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA(OAB: 27586/BA)  
AGRAVADO(S) FRANCISCO GONCALO SANTANA  
Advogado DR. LÚCIO KLINGER SANTOS CHAVES(OAB: 19389/BA)  
AGRAVADO(S) LS SERVICOS FLORESTAIS LTDA - EPP  
Advogado DR. NATAN CARVALHO ALMEIDA(OAB: 151634/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO GONCALO SANTANA
- LS SERVICOS FLORESTAIS LTDA - EPP
- SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

**Processo Nº AIRR-0001387-59.2017.5.20.0006**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) PRONTO EXPRESS LOGÍSTICA S.A.  
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)  
AGRAVADO(S) ADRIANA PEREIRA DANTAS  
Advogada DRA. CAMILA CARLA SANTOS BATISTA(OAB: 9101/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANA PEREIRA DANTAS
- PRONTO EXPRESS LOGÍSTICA S.A.

**Processo Nº AIRR-0001923-23.2010.5.03.0060**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) VALE S.A.  
Advogado DR. MICHEL PIRES PIMENTA COUTINHO(OAB: 87880/MG)  
Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)  
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL - VALIA  
Advogada DRA. DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM(OAB: 40999/MG)  
Advogado DR. MICHELLE NASCIMENTO GOMES(OAB: 135403/MG)  
AGRAVADO(S) SOCORRO SOARES ANDRE  
Advogado DR. JÚLIO MAGALHÃES PIRES DUARTE(OAB: 63551/MG)  
Advogado DR. HAROLDO EVANGELISTA DIONISIO(OAB: 107754/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL - VALIA
- SOCORRO SOARES ANDRE
- VALE S.A.

**Processo Nº AIRR-0002010-87.2016.5.07.0017**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA.

Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)

Advogado DR. ANDRÉ LUÍS TORRES PESSOA(OAB: 19503/BA)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) NEIVILANDIA MARIA DE SOUSA

Advogada DRA. MARIA EMÍLIA NAJAR VASCONCELOS(OAB: 9810/BA)

Advogado DR. MARCOS EDUARDO PINTO BOMFIM(OAB: 15033/BA)

Advogado DR. CARLOS HENRIQUE NAJAR(OAB: 7832/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA.
- NEIVILANDIA MARIA DE SOUSA

**Processo Nº AIRR-0002262-27.2015.5.02.0062**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS

Advogado DR. MILTON FLÁVIO DE ALMEIDA CAMARGO LAUTENSCHLÄGER(OAB: 162676/SP)

AGRAVADO(S) JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA

Advogado DR. LEANDRO MELO BRAZ DA SILVA(OAB: 330292/SP)

AGRAVADO(S) SANEAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

Advogado DR. MARCOS ROBERTO DE MELO(OAB: 131910/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS
- JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA
- SANEAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

**Processo Nº AIRR-0010001-95.2017.5.15.0037**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) COFCO INTERNATIONAL BRASIL S.A.

Advogado DR. GUSTAVO SPÓSITO CENEVIVA(OAB: 210914/SP)

Advogado DR. CONSTANCE FREDERICO CENEVIVA JUNIOR(OAB: 45225/SP)

AGRAVADO(S) ESTT BRASIL EMPRESA DE SERVIÇOS E TRANSPORTES TERRESTRES LTDA.

Advogado DR. RODRIGO EDUARDO BATISTA LEITE(OAB: 227928/SP)

AGRAVADO(S) MÁRCIO JOSÉ DA SILVA

Advogado DR. CIRÍACO GONÇALEZ MENDES(OAB: 173751/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COFCO INTERNATIONAL BRASIL S.A.
- ESTT BRASIL EMPRESA DE SERVIÇOS E TRANSPORTES TERRESTRES LTDA.
- MÁRCIO JOSÉ DA SILVA

**Processo Nº AIRR-0010014-59.2021.5.15.0068**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogada DRA. LUCELAINE DA SILVA RIBEIRO(OAB: 227335/SP)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) TADEU NUNES HERNANDES

Advogado DR. FLAVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411/SP)

Advogada DRA. MELISSA KARINA TOMKIW DE QUADROS(OAB: 258369/SP)

Advogado DR. LUIZ MIGUEL ROCIA(OAB: 284215/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- TADEU NUNES HERNANDES

**Processo Nº AIRR-0010200-88.2017.5.03.0090**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

Advogado DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698/MG)

AGRAVADO(S) ECEL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Advogado DR. JOSÉ IGOR VELOSO NOBRE(OAB: 67287/MG)

AGRAVADO(S) NILSON DOS SANTOS ARAUJO

Advogado DR. JOSÉ VILSON MENDES(OAB: 138240/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- ECEL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
- NILSON DOS SANTOS ARAUJO

**Processo Nº AIRR-0010239-42.2020.5.15.0124**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO

Procurador DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Procurador DR. GUILHERME SILVEIRA DA ROSA WURCH DUARTE

AGRAVADO(S) ANA RITA RODRIGUES CAMPOS (ESPÓLIO DE)

Advogado DR. ANDRESA RODRIGUES ABE PESQUERO(OAB: 253189/SP)

Advogada DRA. ÉRICA LEITE DE OLIVEIRA FERNANDES(OAB: 247654/SP)

AGRAVADO(S) WF SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA

Advogado DR. ODAIR DE MORAES JUNIOR(OAB: 200488/SP)

Advogado DR. ROBERTA DA SILVA LOPES(OAB: 336364/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA RITA RODRIGUES CAMPOS (ESPÓLIO DE)
- ESTADO DE SÃO PAULO
- WF SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA

**Processo Nº AIRR-0010361-87.2021.5.15.0005**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT



Advogado DR. MURIEL CARVALHO GARCIA  
LEAL(OAB: 273655/SP)  
AGRAVANTE(S) E PAULO SERGIO AVANTE  
AGRAVADO(S)  
Advogado DR. LUIZ MIGUEL ROCIA(OAB:  
284215/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT  
- PAULO SERGIO AVANTE

**Processo Nº AIRR-0010437-31.2021.5.03.0075**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. E  
OUTROS  
Advogada DRA. LOYANNA DE ANDRADE  
MIRANDA(OAB: 111202/MG)  
AGRAVADO(S) BTO ENGENHARIA, SERVIÇOS E  
SOLUÇÕES EIRELI  
Advogado DR. FELIPE ROCES RIOS(OAB:  
318598/SP)  
AGRAVADO(S) MARCELO CLAUDIO FERREIRA  
Advogado DR. SÍLVIO MARQUES JÚNIOR(OAB:  
113583/MG)  
Advogado DR. THAIS DE OLIVEIRA  
NASCIMENTO(OAB: 126095/MG)  
Advogado DR. JOÃO ADILSON DAS  
NEVES(OAB: 117575/MG)  
Advogado DR. MARCELO TEIXEIRA  
NEVES(OAB: 167952/MG)  
Advogado DR. EULER MÁRCIO LELIS  
BARBOSA(OAB: 119973/MG)  
Advogado DR. HENRIQUE TEIXEIRA  
NEVES(OAB: 202683/MG)  
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de SOLUTION  
ENGENHARIA MONTAGENS E  
CONSTRUCOES LTDA.  
Advogado DR. FELIPE ROCES RIOS(OAB:  
318598/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BTO ENGENHARIA, SERVIÇOS E SOLUÇÕES EIRELI  
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. E OUTROS  
- MARCELO CLAUDIO FERREIRA  
- MASSA FALIDA de SOLUTION ENGENHARIA MONTAGENS E  
CONSTRUCOES LTDA.

**Processo Nº AIRR-0010697-97.2021.5.15.0100**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) E ALMIR APARECIDO GONCALVES  
AGRAVADO(S)  
Advogada DRA. MELISSA KARINA TOMKIW DE  
QUADROS(OAB: 258369/SP)  
Advogado DR. LUIZ MIGUEL ROCIA(OAB:  
284215/SP)  
AGRAVANTE(S) E EMPRESA BRASILEIRA DE  
AGRAVADO(S) CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. ANDRÉ DANIEL PEREIRA  
SHEI(OAB: 197584/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMIR APARECIDO GONCALVES  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT

**Processo Nº AIRR-0010894-78.2019.5.15.0017**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO  
AGRAVADO(S) JOSÉ DO RIO PRETO  
Procurador DR. FERNANDO HENRIQUE MÉDICI  
AGRAVANTE(S) E FUND DE APOIO AO ENS, A PESQ E  
AGRAVADO(S) A EXT DE SERV A COMUNIDADE DA  
FACULDADE DE MEDICINA DE SAO  
JOSE DO RIO PRETO-FAEPE  
Advogado DR. LUIZ CARLOS BIGS  
MARTIN(OAB: 46600/SP)  
AGRAVADO(S) LAIS HELENA CARVALHO  
Advogado DR. PAULO CÉSAR BARRIA DE  
CASTILHO(OAB: 115690/SP)  
Advogado DR. CLODOALDO BRICHI DA  
SILVA(OAB: 215604/SP)  
Advogado DR. RENATA LAZARO ALVES DA  
COSTA(OAB: 411707/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
- FUND DE APOIO AO ENS, A PESQ E A EXT DE SERV A  
COMUNIDADE DA FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE  
DO RIO PRETO-FAEPE  
- LAIS HELENA CARVALHO

**Processo Nº AIRR-0010903-92.2020.5.15.0053**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) E GRABER SISTEMAS DE  
AGRAVADO(S) SEGURANÇA LTDA.  
Advogado DR. SAMUEL DOUGLAS OLIVEIRA  
BARROS(OAB: 226277/SP)  
Advogado DR. RICARDO JEREMIAS(OAB:  
218144/SP)  
AGRAVANTE(S) E PETROBRAS TRANSPORTE S.A. -  
AGRAVADO(S) TRANSPETRO  
Advogada DRA. MARIA DE FÁTIMA CHAVES  
GAY(OAB: 127335/SP)  
AGRAVADO(S) FRANCO ANACLETO SANTOS  
Advogado DR. CHRISTIAN MICHELETTE  
PRADO SILVA(OAB: 163423/SP)  
Advogado DR. RUBENS DEGIOVANI  
UNGER(OAB: 320479/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCO ANACLETO SANTOS  
- GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.  
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

**Processo Nº AIRR-0011043-15.2017.5.03.0135**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ALPHAVILLE URBANISMO S.A.  
Advogado DR. GUSTAVO HENRIQUE DOS  
SANTOS VISEU(OAB: 117417/SP)  
AGRAVADO(S) RF CONSTRUTORA LTDA.  
Advogada DRA. JENIFER NOVAES(OAB:  
157087/MG)  
AGRAVADO(S) ROGÉRIO RICARDINO BRAGA  
Advogada DRA. PAULA MIRANDA LIMA(OAB:  
137600/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALPHAVILLE URBANISMO S.A.  
- RF CONSTRUTORA LTDA.  
- ROGÉRIO RICARDINO BRAGA

**Processo Nº AIRR-0011134-23.2014.5.15.0153**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) B.D.I.L.O.



Advogado DR. LUIZ TINOCO CABRAL(OAB: 124552/SP)  
AGRAVADO(S) V.M.P.  
Advogado DR. MARCELO SANDRIN DE BARROS(OAB: 201724/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- B.D.I.L.O.  
- V.M.P.

**Processo Nº AIRR-0011160-74.2021.5.15.0056**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) DIOMAR BARBOSA MACENO  
Advogado DR. FLÁVIO LUIZ ALVES BELO(OAB: 115034/SP)  
AGRAVADO(S) CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO  
Advogado DR. JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO  
- DIOMAR BARBOSA MACENO

**Processo Nº AIRR-0011360-22.2015.5.15.0079**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) SÃO MARTINHO S.A  
Advogado DR. GUILHERME JOSÉ THEODORO DE CARVALHO(OAB: 216553/SP)  
Advogado DR. WILSON CARLOS GUIMARAES(OAB: 88310/SP)  
Advogado DR. ELIMARA APARECIDA ASSAD SALLUM(OAB: 74970/SP)  
AGRAVADO(S) ENEDINA NEVES DE SOUZA  
Advogado DR. AMADOR PEREZ BANDEIRA(OAB: 277832/SP)  
Advogada DRA. ELISABETH REGINA DE ALMEIDA(OAB: 351114/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ENEDINA NEVES DE SOUZA  
- SÃO MARTINHO S.A

**Processo Nº AIRR-0011474-55.2015.5.01.0206**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ARLANXEO BRASIL S.A.  
Advogado DR. PAULO EDUARDO MACHADO OLIVEIRA DE BARCELLOS(OAB: 158707/RJ)  
Advogado DR. THIAGO PINTO ÁVILA(OAB: 184613/RJ)  
Advogado DR. PRISCILA FRAGA MATOS(OAB: 199084/RJ)  
AGRAVADO(S) BRASKEM S.A.  
Advogado DR. DÉBORA LÚCIA FOLETTO(OAB: 131361/RJ)  
Advogado DR. RAFAEL MENDES GATTO(OAB: 154106/RJ)  
AGRAVADO(S) JACSON FABIANO COSTA  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SOUZA(OAB: 197029/RJ)  
AGRAVADO(S) RIOMAN ENGENHARIA E MANUTENÇÃO LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARLANXEO BRASIL S.A.

- BRASKEM S.A.  
- JACSON FABIANO COSTA  
- RIOMAN ENGENHARIA E MANUTENÇÃO LTDA.

**Processo Nº AIRR-0011476-65.2021.5.15.0128**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO  
Procurador DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO  
Procurador DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Procuradora DRA. CAMILA DE BRITO BRANDÃO  
AGRAVADO(S) ELENICE GUIMARAES SALES  
Advogada DRA. MÁRCIA SPADA ALIBERTI FRANCO(OAB: 265411/SP)  
Advogado DR. FABIO GALDI CAPELLO(OAB: 268924/SP)  
AGRAVADO(S) SHALOM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELENICE GUIMARAES SALES  
- ESTADO DE SÃO PAULO  
- SHALOM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI

**Processo Nº AIRR-0011493-08.2014.5.01.0041**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ISABELA DE FARIA SILVEIRA MARINHO  
Advogado DR. RICARDO BASILE DE ALMEIDA(OAB: 96352/RJ)  
AGRAVADO(S) MARISA LOJAS S.A. E OUTRO  
Advogado DR. RODRIGO PAPAZIAN PINHO(OAB: 133550/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ISABELA DE FARIA SILVEIRA MARINHO  
- MARISA LOJAS S.A. E OUTRO

**Processo Nº AIRR-0012006-04.2015.5.15.0153**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) NESTLÉ BRASIL LTDA.  
Advogado DR. RUI NOGUEIRA PAES CAMINHA BARBOSA(OAB: 274876/SP)  
AGRAVADO(S) ROGERIO ALVES FONSECA  
Advogada DRA. ALESSANDRA CECOTI PALOMARES(OAB: 229339/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NESTLÉ BRASIL LTDA.  
- ROGERIO ALVES FONSECA

**Processo Nº AIRR-0012038-54.2015.5.15.0041**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP  
Procurador DR. EZEILTON RODRIGUES DE SANTANA  
AGRAVADO(S) DANIELA STEFAN DE SOUZA  
Advogado DR. GIULIANO MARCELO DE CASTRO VIEIRA(OAB: 186554/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANIELA STEFAN DE SOUZA  
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

**Processo Nº AIRR-0020917-97.2016.5.04.0016**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) JORGE VELLEDA ROBAINA  
Advogado DR. DILCEU ANTÔNIO ZATT(OAB:  
48265/RS)  
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. NEWTON DORNELES  
SARATT(OAB: 25185/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
- JORGE VELLEDA ROBAINA

**Processo Nº AIRR-0020938-53.2020.5.04.0333**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) F.L.  
Advogado DR. TIAGO ZENKER ROMAIS(OAB:  
64286/RS)  
AGRAVADO(S) F.S.R.  
Advogado DR. CARLOS ALBERTO  
STEMMER(OAB: 31069/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- F.L.  
- F.S.R.

**Processo Nº AIRR-0021561-61.2016.5.04.0009**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO  
BRASIL LTDA.  
Advogado DR. CLÁUDIO DIAS DE  
CASTRO(OAB: 32361/RS)  
Advogada DRA. MIRIANE OURIQUES  
GAMALHO(OAB: 90939/RS)  
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA  
MARTINELLI RAIMUNDI(OAB:  
15909/SC)  
AGRAVADO(S) LEIA JOELMA DA ROSA GUTERRES  
Advogada DRA. KARINA VAILATI FLORES(OAB:  
41916/RS)  
Advogado DR. GUILHERME CORBETTA  
TONIN(OAB: 57695/RS)  
Advogado DR. MARCELO KROEFF(OAB:  
40251/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LEIA JOELMA DA ROSA GUTERRES  
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

**Processo Nº AIRR-0100152-52.2019.5.01.0482**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS  
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS  
BASTOS(OAB: 168037/RJ)  
AGRAVADO(S) MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO  
DO BRASIL LTDA.  
Advogada DRA. LÍVIA BOTELHO BANDEIRA DE  
MELO PAIVA(OAB: 152853/RJ)  
AGRAVADO(S) NEPTUNE MARINE OIL & GAS LTD  
AGRAVADO(S) PETRUSTECH OIL E GAS LTDA.

Advogado DR. JORGE LUIZ DA SILVA  
RODRIGUES(OAB: 204200/RJ)  
AGRAVADO(S) VÍTOR FERREIRA DE PAULA  
Advogado DR. DANYELL BRAGA DIAS(OAB:  
159296/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA.  
- NEPTUNE MARINE OIL & GAS LTD  
- PETRUSTECH OIL E GAS LTDA.  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- VÍTOR FERREIRA DE PAULA

**Processo Nº AIRR-0100333-07.2019.5.01.0077**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. FERNANDA TABOADA  
AGRAVADO(S) CLAUFRAN SEGURANÇA  
PATRIMONIAL EIRELI  
AGRAVADO(S) EDENILSON XAVIER DE OLIVEIRA  
Advogado DR. ROBERTO FORTES DE  
ARRUDA(OAB: 1725/RJ)  
Advogado DR. CÉSAR FREDERICO BARROS  
PESSOA(OAB: 70977/RJ)  
Advogado DR. LEO RICHARD DARMONT(OAB:  
87776/RJ)  
Advogado DR. ALBERTO BENOLIEL(OAB:  
88741/RJ)  
Advogado DR. ELISABETE MOREIRA DA  
SILVA(OAB: 133876/RJ)  
Advogado DR. FABIANA PINHEIRO ALVES  
GLORIA(OAB: 91315/RJ)  
Advogado DR. LEANDRO FEITOSA DOS  
SANTOS(OAB: 176201/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI  
- EDENILSON XAVIER DE OLIVEIRA  
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

**Processo Nº AIRR-0100419-19.2021.5.01.0461**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) OSEIAS PEREIRA DA CONCEICAO  
Advogado DR. RAFAEL ALVES GOES(OAB:  
182642/RJ)  
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. RAIMUNDO NONATO  
FERREIRA(OAB: 61480/RJ)  
Advogado DR. ANA FREIRE SILVA(OAB:  
162894/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -  
ECT  
- OSEIAS PEREIRA DA CONCEICAO

**Processo Nº AIRR-0100498-22.2019.5.01.0023**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
Advogada DRA. FERNANDA TABOADA(OAB:  
112466/RJ)  
AGRAVADO(S) HECKEL LUIS RODRIGUES DE  
CARVALHO DA SILVA  
Advogada DRA. DANYELLE CRISTINA  
FRANCA(OAB: 162098/RJ)

Advogado DR. KELLY CRISTINA LORENA DE DEUS(OAB: 186741/RJ)  
AGRAVADO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HECKEL LUIS RODRIGUES DE CARVALHO DA SILVA
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

**Processo Nº AIRR-0100620-71.2017.5.01.0551**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) CLARIANA DA SILVA RODRIGUES  
Advogada DRA. VALQUÍRIA APARECIDA DELFINO(OAB: 88880/RJ)  
Advogada DRA. ISABEL CRISTINA DOS SANTOS NUNES(OAB: 176507/RJ)  
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)  
Advogado DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851/RJ)  
AGRAVADO(S) FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.  
Advogado DR. WALTAIR MAGNO MARTINHO(OAB: 70994/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARIANA DA SILVA RODRIGUES
- FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

**Processo Nº AIRR-0100737-12.2021.5.01.0005**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM  
Procurador DR. LEONARDO DE MELLO CAFFARO  
AGRAVADO(S) CITY SERVICE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME  
AGRAVADO(S) ELISABETE FERREIRA LIMA  
Advogado DR. MARCELO LENGGRUBER OLIVEIRA(OAB: 173930/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CITY SERVICE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
- ELISABETE FERREIRA LIMA

**Processo Nº AIRR-0101065-14.2020.5.01.0057**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. VALESKA BARBOSA MARINS(OAB: 130009/RJ)  
AGRAVADO(S) ADRIANO ROCHA DE SANTANA  
Advogado DR. TALITHA GRAZIELLE SILVA KITAMURA(OAB: 31258/DF)  
Advogado DR. GUSTAVO LARA DE MELO(OAB: 158760/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANO ROCHA DE SANTANA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº AIRR-1000143-35.2022.5.02.0061**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA  
Advogado DR. PAULO MÁRIO DA ROSA(OAB: 206473/SP)  
AGRAVADO(S) MARCIO REINAN FREIRE DOS SANTOS  
Advogado DR. RAUL ANTUNES SOARES FERREIRA(OAB: 101399/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA
- MARCIO REINAN FREIRE DOS SANTOS

**Processo Nº AIRR-1000163-52.2022.5.02.0602**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO  
Procuradora DRA. THALITA PINHEIRO MATOS SIQUEIRA  
AGRAVADO(S) KATIA APARECIDA NUNES CANDIDO  
Advogado DR. AILTON BACON(OAB: 180830/SP)  
AGRAVADO(S) SHALOM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI  
Advogada DRA. ADRIANA ALVES DE MORAIS(OAB: 181691/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DE SÃO PAULO
- KATIA APARECIDA NUNES CANDIDO
- SHALOM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI

**Processo Nº AIRR-1000272-29.2022.5.02.0291**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP  
Advogado DR. PAOLA RENATA PINHEIRO FAILLA(OAB: 301368/SP)  
AGRAVADO(S) EMERSON BARBOSA DE LIMA  
Advogado DR. PAULO ROGÉRIO DA COSTA E SILVA(OAB: 263199/SP)  
AGRAVADO(S) GODOY & ARAUJO SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMERSON BARBOSA DE LIMA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- GODOY & ARAUJO SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI

**Processo Nº AIRR-1000319-14.2022.5.02.0255**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CUBATÃO  
Procurador DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO  
AGRAVADO(S) BEATRIZ REZENDE DE ARAUJO  
Advogado DR. DANIEL FARIAS ALVES MORATO(OAB: 461380/SP)  
AGRAVADO(S) VAGNER BORGES DIAS - ME  
Advogado DR. DARIO REISINGER FERREIRA(OAB: 290758/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BEATRIZ REZENDE DE ARAUJO  
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO  
- VAGNER BORGES DIAS - ME

**Processo Nº AIRR-1000385-26.2021.5.02.0482**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA  
Advogado DR. RODRIGO BARBIERI DOS SANTOS(OAB: 240540/SP)  
AGRAVADO(S) VARLEI DE ALMEIDA SABINO  
Advogado DR. ARMANDO FERNANDES FILHO(OAB: 132744/SP)  
Advogado DR. VERA LUCIA BARRIO DOMINGUEZ(OAB: 126171/SP)  
Advogado DR. JEFERSON ALISON SILVA DE JESUS(OAB: 426371/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA  
- VARLEI DE ALMEIDA SABINO

**Processo Nº AIRR-1000547-53.2022.5.02.0363**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FRANCISCA APARECIDA FAUSTINO  
Advogado DR. MARISA GALVANO(OAB: 89805/SP)  
AGRAVADO(S) DESTAKE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI  
Advogado DR. DALILA PASSOS DA SILVA(OAB: 435455/SP)  
AGRAVADO(S) ESTADO DE SÃO PAULO  
Procuradora DRA. CAMILA DE BRITO BRANDÃO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DESTAKE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI  
- ESTADO DE SÃO PAULO  
- FRANCISCA APARECIDA FAUSTINO

**Processo Nº AIRR-1000563-58.2021.5.02.0034**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) SAO PAULO TURISMO S/A  
Advogado DR. JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA(OAB: 189125/SP)  
AGRAVADO(S) MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES DE SÃO PAULO - SEEVISSP  
Advogado DR. WAGNER FERREIRA DA SILVA(OAB: 112064/SP)  
Advogado DR. MAURO TAVARES CERDEIRA(OAB: 117756/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI  
- SAO PAULO TURISMO S/A  
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES DE SÃO PAULO - SEEVISSP

**Processo Nº AIRR-1000585-12.2020.5.02.0080**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ  
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)  
AGRAVADO(S) CARLOS INACIO DA VEIGA  
Advogado DR. VICTOR HUGO DE OLIVEIRA(OAB: 175203/SP)  
AGRAVADO(S) DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI  
Advogado DR. ODAIR EDUARDO IVASCO(OAB: 312072/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS INACIO DA VEIGA  
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ  
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

**Processo Nº AIRR-1000617-18.2022.5.02.0445**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO  
Advogada DRA. MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY(OAB: 127335/SP)  
AGRAVADO(S) ALMEIDA TECNOLOGIA EM MANUTENCAO LTDA  
Advogado DR. JEAN ALVES(OAB: 167362/SP)  
AGRAVADO(S) JOSE APARECIDO SANTANA DE SALES  
Advogada DRA. MELINA ELIAS VILLANI MACEDO PINHEIRO(OAB: 233374/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMEIDA TECNOLOGIA EM MANUTENCAO LTDA  
- JOSE APARECIDO SANTANA DE SALES  
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

**Processo Nº AIRR-1000754-10.2016.5.02.0445**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) SUZANO S.A.  
Advogado DR. LEONARDO SANTINI ECHENIQUE(OAB: 249651/SP)  
AGRAVADO(S) ORLANDO DE SOUZA  
Advogado DR. SÍLVIO DA ROCHA SOARES NETO(OAB: 93786/SP)  
AGRAVADO(S) TRANSCHEM AGENCIA MARITIMA LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ORLANDO DE SOUZA  
- SUZANO S.A.  
- TRANSCHEM AGENCIA MARITIMA LTDA.

**Processo Nº AIRR-1000844-77.2021.5.02.0013**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
Procurador DR. FLÁVIA CHRISTINA MARTINS SILVA LAZZARINI  
AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA CRIANÇAS DE DEUS  
AGRAVADO(S) DANIELA APARECIDA NASCIMENTO SANTOS  
Advogado DR. SAMUEL LAURENTINO MAUER DOS SANTOS(OAB: 297449/SP)



**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA CRIANÇAS DE DEUS
- DANIELA APARECIDA NASCIMENTO SANTOS
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**Processo Nº AIRR-1001727-34.2017.5.02.0055**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) VALDIR ESTEVAM DE ARRUDA

Advogado DR. VERIDIANA GINELLI(OAB: 127128/SP)

Advogado DR. LUÍS GUSTAVO SILVÉRIO(OAB: 263648/SP)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogada DRA. FABIANA GUIMARÃES DE PAIVA(OAB: 201213/SP)

Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- VALDIR ESTEVAM DE ARRUDA

**Processo Nº ARR-0000361-74.2015.5.12.0020**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ROBSON SCHUNIG

Advogado DR. ANILDO RIBEIRO GOMES(OAB: 33189/SC)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) AGROPECUARIA CARBONI LTDA

Advogado DR. ALEXANDRE MAURÍCIO ANDREANI(OAB: 8609/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGROPECUARIA CARBONI LTDA
- ROBSON SCHUNIG

**Processo Nº ARR-0000442-15.2017.5.10.0018**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Advogada DRA. MÁRCIA MELINA FERREIRA GOMES(OAB: 46921/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LUZIA MAIA DE FREITAS

Advogada DRA. DELIANA VALENTE KUTIANSKI(OAB: 28648/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUZIA MAIA DE FREITAS
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

**Processo Nº ARR-0000776-64.2017.5.10.0013**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

Advogada DRA. MÁRCIA MELINA FERREIRA GOMES(OAB: 46921/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) RENILDA RIBEIRO DE CARVALHO

Advogada DRA. JOSYANY CRYSTHYNA MARTINS DE ARAUJO(OAB: 45999/DF)

Advogado DR. ALDENIO LAECIO DA COSTA CARDOSO(OAB: 53905/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- RENILDA RIBEIRO DE CARVALHO
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

**Processo Nº ARR-0011011-25.2016.5.03.0109**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Advogado DR. ÉRICO VINÍCIUS PRADO CASAGRANDE(OAB: 99185/MG)

Advogado DR. OSMAR REIS LIMA JÚNIOR(OAB: 94418/MG)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) DARLENE DE MEIRA VALLE DUMONT

Advogado DR. LEANDRO GHIZINI SMARGIASSI(OAB: 95056/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DARLENE DE MEIRA VALLE DUMONT
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000005-46.2021.5.07.0008**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) ESTADO DO CEARÁ

Procurador DR. FILIPE SILVEIRA AGUIAR

AGRAVADO(S) INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Advogada DRA. DANIELE BARBOSA DE OLIVEIRA(OAB: 24401/CE)

Advogado DR. ALAN MESQUITA BENTO(OAB: 26128/CE)

Advogado DR. GUILHERME MIRANDA MAIA(OAB: 38034/CE)

AGRAVADO(S) LUCIENE MARCELINO VIANA

Advogado DR. IAGÊ FIGUEIREDO DE CASTRO TEIXEIRA(OAB: 31545/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO CEARÁ
- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL
- LUCIENE MARCELINO VIANA

**Processo Nº Ag-RR-0000168-24.2016.5.10.0103**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Advogada DRA. CLÉLIA SCAFUTO(OAB: 11132/DF)

Advogado DR. WILSON CORREIA ARAÚJO NETO(OAB: 17893/PE)

Advogado DR. ANDRÉ LUIS PINHEIRO GUIMARÃES(OAB: 33822/DF)

AGRAVADO(S) RAIMUNDO NONATO DA SILVA SANTOS

Advogada DRA. KÁTIA MARIA DE OLIVEIRA(OAB: 45625/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**



- RAIMUNDO NONATO DA SILVA SANTOS  
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0000232-62.2013.5.02.0038**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO  
Procurador DR. FELIPE GONÇALVES FERNANDES  
Procuradora DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI LACERDA  
AGRAVADO(S) ATLANSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.  
AGRAVADO(S) GILVANILDO CORDEIRO TEIXEIRA  
Advogado DR. ROGÉRIO PACILÉO NETO(OAB: 16934/SP)  
AGRAVADO(S) UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP  
Advogado DR. MARCO AURÉLIO BARBOSA CATALANO(OAB: 166237/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATLANSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.  
- ESTADO DE SÃO PAULO  
- GILVANILDO CORDEIRO TEIXEIRA  
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP

**Processo Nº Ag-ED-RRAg-0000316-25.2021.5.09.0091**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) PRO SOLUS DO BRASIL LTDA - EPP  
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)  
AGRAVADO(S) JOSEMARA APARECIDA RODRIGUES LOURENCO  
Advogado DR. WILLIAN KLEBER ARAÚJO(OAB: 100106/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSEMARA APARECIDA RODRIGUES LOURENCO  
- PRO SOLUS DO BRASIL LTDA - EPP

**Processo Nº Ag-RR-0000323-85.2019.5.06.0312**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogado DR. CASSIANO RICARDO DIAS DE MORAES CAVALCANTI(OAB: 17550/PE)  
Advogada DRA. REBECA JULIANA ALBUQUERQUE FALCÃO(OAB: 34393/PE)  
AGRAVADO(S) JOSE ROBERTO DE ALMEIDA  
Advogado DR. JOSÉ LIVONILSON DE SIQUEIRA(OAB: 22443/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- JOSE ROBERTO DE ALMEIDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000473-03.2020.5.23.0007**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT  
Procuradora DRA. JULIANA MARQUES DE ARAÚJO MOURA  
AGRAVADO(S) H M C BICUDO SEGURANCA PRIVADA LTDA  
AGRAVADO(S) JEAN CARLOS GUSMAO DE LARA  
Advogado DR. ALINE CRISTINA MAEHLER(OAB: 8108/MT)  
Advogado DR. EDUARDO ALENCAR DA SILVA(OAB: 9244/MT)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT  
- H M C BICUDO SEGURANCA PRIVADA LTDA  
- JEAN CARLOS GUSMAO DE LARA

**Processo Nº Ag-AIRR-0000516-26.2011.5.04.0025**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE  
Procurador DR. LETÍCIA NUHRICH SEIBEL  
AGRAVADO(S) LÚCIA ANDREA AVELINE MULLER E OUTROS  
Advogado DR. AFONSO CELSO BANDEIRA MARTHA(OAB: 17006/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE  
- LÚCIA ANDREA AVELINE MULLER E OUTROS

**Processo Nº Ag-RR-0000518-27.2020.5.06.0412**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) CLEIDE ALVES DE MENEZES CARVALHO  
Advogado DR. ANDRE LUIS ALCOFORADO MENDES(OAB: 24818/PE)  
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. MARÍLIA DE LOURDES LIMA DOS SANTOS(OAB: 27916/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLEIDE ALVES DE MENEZES CARVALHO  
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

**Processo Nº Ag-RRAg-0000545-04.2020.5.05.0035**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) NAIANE SILVA NASCIMENTO LIMA  
Advogado DR. RAFAEL ALFREDI DE MATOS(OAB: 23793/BA)  
AGRAVADO(S) PERFITA PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA.  
Advogado DR. DAGOBERTO PAMPONET SAMPAIO JÚNIOR(OAB: 11899/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NAIANE SILVA NASCIMENTO LIMA  
- PERFITA PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA.

**Processo Nº Ag-ED-RR-0000646-87.2015.5.02.0071**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ERICSON TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)  
AGRAVADO(S) MAURÍLIO PEREIRA FILHO  
Advogado DR. RUBENS GARCIA FILHO(OAB: 108148/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ERICSON TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- MAURÍLIO PEREIRA FILHO

**Processo Nº Ag-AIRR-0000666-98.2017.5.20.0009**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKEETING E INFORMÁTICA S.A.  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS MELO(OAB: 118263/MG)  
AGRAVADO(S) LUCIANE GUIMARAES ARAGAO AZEVEDO  
Advogado DR. FELIPE SANTOS VIEIRA(OAB: 4450/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKEETING E INFORMÁTICA S.A.
- LUCIANE GUIMARAES ARAGAO AZEVEDO

**Processo Nº Ag-RR-0000832-79.2014.5.12.0035**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) RAPHAEL CORDONI  
Advogado DR. NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR(OAB: 17387/SC)  
AGRAVADO(S) SEI ENGENHARIA LTDA.  
Advogado DR. LUCAS DE ALMEIDA MOURA(OAB: 136919/MG)  
AGRAVADO(S) TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A.  
Advogada DRA. PAULA PEREIRA PIRES(OAB: 8448/BA)  
Advogado DR. FRANCISCO JOSÉ GROBA CASAL(OAB: 26160/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- RAPHAEL CORDONI
- SEI ENGENHARIA LTDA.
- TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-RR-0000882-86.2016.5.11.0351**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO AMAZONAS  
Procurador DR. LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA  
AGRAVADO(S) FELIPE ORDONES DE SOUZA  
AGRAVADO(S) SOCIEDADE DE HUMANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NOVOS CAMINHOS

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO AMAZONAS
- FELIPE ORDONES DE SOUZA

- SOCIEDADE DE HUMANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NOVOS CAMINHOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0001024-93.2017.5.08.0010**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO PARÁ  
Procuradora DRA. ANA CLÁUDIA SANTANA DOS SANTOS ABDULMASSIH  
AGRAVADO(S) AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ  
Advogado DR. PEDRO FERNANDO BALDEZ VASCONCELOS(OAB: 14390/PA)  
AGRAVADO(S) ELDON JOSE AVIZ DA SILVA  
Advogado DR. ALEX MASCARENHAS BATISTA DE LIMA(OAB: 21941/PA)  
AGRAVADO(S) OFFICE EMPRESA DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA. - EPP

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ
- ELDON JOSE AVIZ DA SILVA
- ESTADO DO PARÁ
- OFFICE EMPRESA DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA. - EPP

**Processo Nº Ag-AIRR-0001150-58.2012.5.05.0025**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL - FACHESF  
Advogado DR. ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA(OAB: 18400/PE)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO  
AGRAVADO(S) ESPÓLIO de ALVINA SOUZA DOS SANTOS E OUTROS  
Advogado DR. ALBERTO DA CONCEIÇÃO SANTOS(OAB: 48756/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
- ESPÓLIO de ALVINA SOUZA DOS SANTOS E OUTROS
- FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL - FACHESF

**Processo Nº Ag-RRAg-0001189-51.2019.5.23.0076**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) CELITA HELENA WIECZOREK  
Advogado DR. GABRIEL MÖLLER MALHEIROS(OAB: 127852/MG)  
Advogado DR. LUCIANA RAMBO(OAB: 8645-O/MT)  
AGRAVADO(S) NATURA COSMÉTICOS S.A.  
Advogado DR. EDSON ALVES DA SILVA(OAB: 268910/SP)  
Advogado DR. ROBSON DE OLIVEIRA PICOLOTTO(OAB: 108188/RS)  
Advogado DR. RAFAEL ALFREDI DE MATOS(OAB: 296620/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELITA HELENA WIECZOREK
- NATURA COSMÉTICOS S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0001317-81.2017.5.05.0031**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Advogada DRA. BÁRBARA ALICE SANTOS PRATES(OAB: 22282/BA)  
Advogado DR. ANDRÉ NOGUEIRA DE MIRANDA PEREIRA PINTO(OAB: 34459/DF)  
AGRAVADO(S) REGIS WILEMAR RODRIGUES TAVARES  
Advogado DR. MARCOS DE OLIVEIRA LIMA(OAB: 17255/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- REGIS WILEMAR RODRIGUES TAVARES

**Processo Nº Ag-AIRR-0002037-21.2012.5.02.0059**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
Procurador DR. RENATO SPAGGIARI  
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR(OAB: 132994/SP)  
Advogado DR. DARCIO JOSE DA MOTA(OAB: 67669/SP)  
AGRAVADO(S) JOSE VIEIRA PIRES  
Advogado DR. EDUARDO TOFOLI(OAB: 133996/SP)  
AGRAVADO(S) SERVI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA.  
Advogado DR. DIEGO SILVA CAMILO(OAB: 326892/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- JOSE VIEIRA PIRES  
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
- SERVI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010029-53.2022.5.15.0113**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) GLAUCIA REGINA DE ALMEIDA MELO  
Advogado DR. GUSTAVO LORENCETE DE OLIVEIRA(OAB: 190661/SP)  
AGRAVADO(S) BARUS SERVICOS TERCEIRIZADOS - EIRELI  
AGRAVADO(S) ESTADO DE SÃO PAULO  
Procurador DR. MÁRCIO MARTINS MUNIZ RODRIGUES

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BARUS SERVICOS TERCEIRIZADOS - EIRELI  
- ESTADO DE SÃO PAULO  
- GLAUCIA REGINA DE ALMEIDA MELO

**Processo Nº Ag-RRAg-0010078-03.2021.5.03.0101**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) JOAO PEREIRA DA SILVA  
Advogada DRA. FABIANA MARA NASCIMENTO(OAB: 155176/MG)  
AGRAVADO(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG

Advogado DR. ANTENOR LAMHA ROCHA(OAB: 133694/MG)  
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253/MG)  
AGRAVADO(S) PRIMOS EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP  
Advogado DR. JOSÉ BEZERRA VIEIRA JUNIOR(OAB: 9817/MA)  
Advogado DR. LEONARDO TRINTA E FARIAS(OAB: 9974/MA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG  
- JOAO PEREIRA DA SILVA  
- PRIMOS EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

**Processo Nº Ag-AIRR-0010085-56.2020.5.18.0054**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MAIKE SILVA SANTOS  
Advogada DRA. PAULA FERNANDA DUARTE(OAB: 28549/GO)  
AGRAVADO(S) GOIASFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.  
Advogada DRA. CAROLINE NAYHARA ALVES MACEDO(OAB: 29968/GO)  
Advogado DR. DALMAR SOARES DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 30178/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GOIASFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.  
- MAIKE SILVA SANTOS

**Processo Nº Ag-ED-RRAg-0010179-79.2019.5.15.0132**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) EMBRAER S.A.  
Advogado DR. LUIZ VICENTE DE CARVALHO(OAB: 39325/SP)  
AGRAVADO(S) ALEX ALLEGRI  
Advogado DR. BRUNO LUIS ARRUDA ROSSI(OAB: 280518/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEX ALLEGRI  
- EMBRAER S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0010262-79.2022.5.03.0179**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.  
Advogado DR. CRISTIANO PIMENTA PASSOS(OAB: 94733/MG)  
AGRAVADO(S) MARIA ROSILEA FONSECA  
Advogado DR. LEONARDO DAVID BRAGA DOS SANTOS(OAB: 149502/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA ROSILEA FONSECA  
- MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

**Processo Nº Ag-RRAg-0010353-94.2018.5.18.0082**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ISMAEL DE SOUSA MATOS  
Advogado DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA COSTA(OAB: 22817/GO)

AGRAVADO(S) ARCA ELETRON E ELETRIFICAÇÃO LTDA  
 Advogada DRA. JANAÍNA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 43311/DF)  
 AGRAVADO(S) ENEL BRASIL S.A.  
 Advogado DR. RICARDO CHRISTOPHE DA ROCHA FREIRE(OAB: 295260/SP)  
 AGRAVADO(S) EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)  
 Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)  
 Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS COSTA(OAB: 39068/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARCA ELETRON E ELETRIFICAÇÃO LTDA
- ENEL BRASIL S.A.
- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- ISMAEL DE SOUSA MATOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0010397-82.2014.5.15.0100**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
 AGRAVANTE(S) STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S/A  
 Advogado DR. OTÁVIO PINTO E SILVA(OAB: 93542/SP)  
 AGRAVADO(S) ANTONIO PAULINO FERREIRA  
 Advogado DR. MARCO ANTÔNIO GRASSI NELLI(OAB: 92032/SP)  
 Advogado DR. PEDRO LUIZ ALQUATI(OAB: 97451/SP)  
 AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de PAU D'ALHO PRODUCAO DE CANA-DE-ACUCAR LTDA  
 Advogado DR. ANTONIO CLOVIS GARCIA(OAB: 43691/PR)  
 AGRAVADO(S) SERGIO HENRIQUE MIRANDA DE SOUSA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO PAULINO FERREIRA
- MASSA FALIDA de PAU D'ALHO PRODUCAO DE CANA-DE-ACUCAR LTDA
- SERGIO HENRIQUE MIRANDA DE SOUSA
- STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S/A

**Processo Nº Ag-AIRR-0010789-78.2021.5.03.0013**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
 AGRAVANTE(S) ROBERT PAULO DA SILVA SOUTELO  
 Advogado DR. JAIRO EDUARDO LELES(OAB: 71619/MG)  
 AGRAVADO(S) ALGAR MULTIMIDIA S/A  
 Advogada DRA. MILIANE GUIMARÃES GUERRA(OAB: 86272/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALGAR MULTIMIDIA S/A
- ROBERT PAULO DA SILVA SOUTELO

**Processo Nº Ag-RRAg-0011180-36.2018.5.15.0132**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
 AGRAVANTE(S) IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Advogado DR. TARCISIO RODOLFO SOARES(OAB: 103898/SP)  
 AGRAVADO(S) FRANCHILEI GUIZALBERTH DE SOUZA  
 Advogado DR. VITOR ANTONIO DA SILVA DE PAULO(OAB: 360501/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCHILEI GUIZALBERTH DE SOUZA
- IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Processo Nº Ag-RRAg-0011370-66.2018.5.03.0056**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
 AGRAVANTE(S) PAULO CESAR DINIZ MATOS  
 Advogado DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(OAB: 55867/MG)  
 Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)  
 Advogado DR. SUELAINI MARINES ALISKI(OAB: 70401/PR)  
 AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.  
 Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)  
 Advogado DR. NORIVAL LIMA PANIAGO(OAB: 57986/MG)  
 Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650/MG)  
 Advogado DR. ARMANDO CANALI FILHO(OAB: 68339/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- PAULO CESAR DINIZ MATOS

**Processo Nº Ag-RR-0012135-93.2015.5.15.0125**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
 AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
 Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMA PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)  
 AGRAVADO(S) ANDRÉ LUIS MASSAROTO  
 Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 266541/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRÉ LUIS MASSAROTO
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020129-49.2017.5.04.0404**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
 AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 Procuradora DRA. ADRIANA MENEZES DE SIMÃO KUHN  
 Procuradora DRA. PAULA FERREIRA KRIEGER  
 ADMINISTRADOR JUDICIAL IGOR GARCIA TRAUER  
 Advogado DR. ÍGOR GARCIA TRAUER(OAB: 83777/RS)  
 AGRAVADO(S) MANOELA BORGES  
 Advogado DR. JOSÉ ALEX BITON TAPIA(OAB: 52796/RS)  
 AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de MULTIÁGIL - LIMPEZA PORTARIA E SERVIÇOS ASSOCIADOS LTDA.  
 Advogada DRA. ELIANA FLÔR DE SOUZA(OAB: 70473/RS)



Advogada DRA. CLAUDETE ROSIMARA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO(OAB: 62046/RS)  
Advogada DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525/RS)  
Advogado DR. ÍGOR GARCIA TRAUER(OAB: 83777/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
- IGOR GARCIA TRAUER  
- MANOELA BORGES  
- MASSA FALIDA de MULTIÁGIL - LIMPEZA PORTARIA E SERVIÇOS ASSOCIADOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020160-43.2016.5.04.0521**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Procurador DR. JULIANO HEINEN  
AGRAVADO(S) LARISSA PAULA BORSA  
Advogada DRA. VÂNIA ABERLE(OAB: 94701/RS)  
AGRAVADO(S) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
- LARISSA PAULA BORSA  
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

**Processo Nº Ag-RRAg-0020204-35.2018.5.04.0281**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) BRADO LOGÍSTICA S.A.  
Advogada DRA. ALESSANDRA LUCCHESI(OAB: 40805/RS)  
AGRAVADO(S) ALEX SANDRO MARTINS DA SILVA  
Advogado DR. CÍCERO DECUSATI(OAB: 21097/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEX SANDRO MARTINS DA SILVA  
- BRADO LOGÍSTICA S.A.

**Processo Nº Ag-RR-0020233-13.2013.5.04.0006**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.  
Advogado DR. GILSON KLEBES GUGLIELMI(OAB: 45592/RS)  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)  
AGRAVADO(S) MARA CRISTINA BARUFI CARDOSO  
Advogado DR. FLÁVIO MACHADO REZENDE(OAB: 28942/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.  
- MARA CRISTINA BARUFI CARDOSO

**Processo Nº Ag-RRAg-0020289-12.2019.5.04.0402**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) CIRCULO OPERARIO CAXIENSE

Advogado DR. ANDRÉ RENATO ZUCO(OAB: 39201/RS)  
Advogada DRA. TATIANE PASINATO DOS SANTOS(OAB: 72251/RS)  
Advogada DRA. JOSIANE ZARDO(OAB: 100141/RS)  
AGRAVADO(S) LUCIANE CRISTINA RAMOS  
Advogado DR. GUILHERME BALDASSO SCHRAMM(OAB: 85365/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CIRCULO OPERARIO CAXIENSE  
- LUCIANE CRISTINA RAMOS

**Processo Nº Ag-AIRR-0020393-84.2016.5.04.0571**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT E OUTRAS  
Advogada DRA. JOARA CHRISTINA BALCZAREK MUCELIN TROIS(OAB: 47734/RS)  
AGRAVADO(S) JORGE ANTONIO JURIS DE OLIVEIRA  
Advogado DR. PEDRO TEIXEIRA MESQUITA DA COSTA(OAB: 72811/RS)  
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT E OUTRAS  
- JORGE ANTONIO JURIS DE OLIVEIRA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020456-89.2015.5.04.0007**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Procuradora DRA. MARÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA  
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)  
Advogado DR. RAFAEL VARGAS DOS SANTOS(OAB: 51093/RS)  
Advogado DR. FABIANA SÓRIO ROSSI(OAB: 61515/RS)  
Advogada DRA. RENATA BERENICE VEIGA DO AMARAL(OAB: 46578/RS)  
AGRAVADO(S) ROBERTA MACHADO DA COSTA  
Advogada DRA. MARISTELA CARVALHO DE FREITAS(OAB: 44492/RS)  
AGRAVADO(S) VIGILÂNCIA ASGARRAS S/S LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
- ROBERTA MACHADO DA COSTA  
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)  
- VIGILÂNCIA ASGARRAS S/S LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0020472-98.2019.5.04.0008**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Procurador DR. LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI  
AGRAVADO(S) JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP



Advogada DRA. RITA KÁSSIA NESKE  
UNFER(OAB: 89525/RS)  
AGRAVADO(S) MILTON DA SILVA ALVES  
Advogado DR. GERALDO STRASSBURGUER  
JUNIOR(OAB: 114591/RS)  
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
Procurador DR. CHARLES MARTINS PINTO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
- MILTON DA SILVA ALVES
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

**Processo Nº Ag-RR-0020534-53.2013.5.04.0751**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado DR. NEWTON DORNELES  
SARATT(OAB: 25185/RS)  
Advogado DR. FREDERICO AZAMBUJA  
LACERDA(OAB: 30869/RS)  
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO  
JÚNIOR(OAB: 3609/DF)  
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO  
NETO(OAB: 29340/DF)  
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM  
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS  
DE SANTA ROSA E REGIÃO  
Advogado DR. LEANDRO IVAN  
MÜNCHEN(OAB: 56760/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS  
BANCÁRIOS DE SANTA ROSA E REGIÃO

**Processo Nº Ag-RRAg-0020755-20.2016.5.04.0302**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) DALVA RUTE VIEIRA DOS REIS  
Advogado DR. JOSÉ EYMARD  
LOGUÉRCIO(OAB: 103250/SP)  
AGRAVADO(S) SCS COMERCIO DE ACESSORIOS  
DE MODA LTDA  
Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE  
REZENDE(OAB: 131755/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DALVA RUTE VIEIRA DOS REIS
- SCS COMERCIO DE ACESSORIOS DE MODA LTDA

**Processo Nº Ag-AIRR-0020822-23.2019.5.04.0611**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE  
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA  
ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS  
Advogada DRA. JOARA CHRISTINA  
BALCZAREK MUCELIN TROIS(OAB:  
47734/RS)  
AGRAVADO(S) MARIA JOSE DA SILVA  
NASCIMENTO  
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES  
FURTADO(OAB: 65084/RS)  
Advogado DR. DYRCEU COSTA DIAS  
ANDRIOTTI(OAB: 67920/RS)  
Advogada DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO  
COSTA(OAB: 2190/RS)  
Advogado DR. PEDRO TEIXEIRA MESQUITA  
DA COSTA(OAB: 72811/RS)

Advogado DR. ANDRÉ LUIS SOARES  
ABREU(OAB: 73190/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA  
ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
- MARIA JOSE DA SILVA NASCIMENTO

**Processo Nº Ag-AIRR-0021215-98.2016.5.04.0013**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Procurador DR. LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI  
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
Advogada DRA. PROCURADORIA-GERAL DO  
MUNICÍPIO DE PORTO  
ALEGRE(OAB: 900002/RS)  
AGRAVADO(S) CRISTIANE PADILHA ANTUNES  
Advogada DRA. NATÁLIA BRITO(OAB:  
80058/RS)  
AGRAVADO(S) TRADIÇÃO PRESTADORA DE  
SERVIÇOS LTDA.  
Advogado DR. MARCOS LEANDRO MOREIRA  
TRINDADE(OAB: 76835/RS)  
Advogado DR. MARIO ANTONIO HUBENTHAL  
PELLEGRINI FILHO(OAB: 76108/RS)  
Advogada DRA. RENATA TEIXEIRA  
CAVALCANTI(OAB: 102811/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CRISTIANE PADILHA ANTUNES
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- TRADIÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

**Processo Nº Ag-AIRR-0021313-51.2014.5.04.0014**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA  
VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
Procurador DR. PAULO HENRIQUE MORETTO  
ADMINISTRADOR SENTINELA ADMINISTRACAO DE  
JUDICIAL FALENCIAS E EMPRESAS EM  
RECUPERACAO LTDA  
Advogada DRA. CLAUDETE ROSIMARA DE  
OLIVEIRA FIGUEIREDO(OAB:  
62046/RS)  
AGRAVADO(S) MARISA VELOSO RODRIGUES  
Advogado DR. PEDRO MAGRI  
GUTERRES(OAB: 72949/RS)  
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de PROTELIMP  
SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA  
E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS  
EIRELI  
Advogada DRA. CLAUDETE ROSIMARA DE  
OLIVEIRA FIGUEIREDO(OAB:  
62046/RS)  
Advogada DRA. RITA KÁSSIA NESKE  
UNFER(OAB: 89525/RS)  
Advogado DR. ÍGOR GARCIA TRAUER(OAB:  
83777/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARISA VELOSO RODRIGUES
- MASSA FALIDA de PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA,  
LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- SENTINELA ADMINISTRACAO DE FALENCIAS E EMPRESAS  
EM RECUPERACAO LTDA

**Processo Nº Ag-ED-RR-0021555-82.2015.5.04.0011**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.

Advogado DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185/RS)

AGRAVADO(S) DANA INDÚSTRIAS LTDA.

Advogado DR. ROSANA AKIE TAKEDA(OAB: 25804/RS)

AGRAVADO(S) N.M.O BUS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS LOPES MARQUES(OAB: 70273/RS)

AGRAVADO(S) ROQUE LUIS CAPITANI

Advogado DR. LETÍCIA CORUJA BARTH(OAB: 71933/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DANA INDÚSTRIAS LTDA.
- N.M.O BUS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
- ROQUE LUIS CAPITANI
- SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.

**Processo Nº Ag-AIRR-0072300-77.2009.5.02.0255**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429/DF)

Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517/DF)

AGRAVADO(S) ANTÔNIO FELICIANO

Advogada DRA. MARIANA FERREIRA CAVALHIERI MATHIAS(OAB: 45027/PR)

AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTÔNIO FELICIANO
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0088500-87.2011.5.16.0001**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

Procurador DR. ANTÔNIO CEZAR DOS SANTOS

Procurador DR. FERNANDO ARAUJO FONTES TORRES

AGRAVADO(S) RAIMUNDA NONATA PEREIRA DA SILVA E OUTROS

Advogado DR. JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO(OAB: 4059/MA)

Advogado DR. PAULO CÉSAR LINHARES(OAB: 12983/MA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- RAIMUNDA NONATA PEREIRA DA SILVA E OUTROS

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0099500-69.2005.5.13.0004**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) MARIA ONELIA MARTINS DE LIMA E OUTROS

Advogado DR. JOSÉ RAMOS DA SILVA(OAB: 8109/PB)

Advogado DR. YURI PORFÍRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE(OAB: 10673/PB)

AGRAVADO(S) UNIÃO (PGU)

Procurador DR. FRANCISCO JOSÉ GOMES

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARIA ONELIA MARTINS DE LIMA E OUTROS
- UNIÃO (PGU)

**Processo Nº Ag-AIRR-0100128-44.2017.5.01.0207**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. LEONARDO ESPÍNDOLA

Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF

AGRAVADO(S) LUCIENE MARCOLINO DOS SANTOS

Advogado DR. RICARDO SANTOS DE PAULA(OAB: 127112/RJ)

Advogado DR. RODRIGO PAONI VIÇOSO(OAB: 170412/RJ)

AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LUCIENE MARCOLINO DOS SANTOS
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-AIRR-0100257-67.2017.5.01.0201**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF

Procurador DR. JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA

AGRAVADO(S) PRISCILLA DA SILVA VIEIRA

Advogada DRA. KARINA VIANA DE FREITAS FALLEIRO(OAB: 131979/RJ)

AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRISCILLA DA SILVA VIEIRA
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-RRAg-0100363-72.2018.5.01.0046**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) HENRIQUE VINICIUS PORTELA DA SILVA

Advogado DR. JORGE COUTO DE CARVALHO(OAB: 18851/RJ)

AGRAVADO(S) PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

Advogado DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 137510/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HENRIQUE VINICIUS PORTELA DA SILVA  
- PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100447-18.2017.5.01.0205**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF  
AGRAVADO(S) KAROLINE ONOUE MELO VIANNA ZAVARISE ROCHA  
Advogada DRA. KARLA MARIA REZENDE CARNEIRO NEVES(OAB: 83695/RJ)  
AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogado DR. ROBERTO RICOMINI PICCELLI(OAB: 310376/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- KAROLINE ONOUE MELO VIANNA ZAVARISE ROCHA  
- PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-AIRR-0100665-06.2018.5.01.0207**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. WALDIR ZAGAGLIA  
Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA  
AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)  
Advogado DR. MARCEL GUSTAVO FERIGATO(OAB: 250482/SP)  
AGRAVADO(S) SUZANE RODRIGUES DA SILVA  
Advogado DR. RENATO DE ANDRADE MACEDO(OAB: 167670/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
- SUZANE RODRIGUES DA SILVA

**Processo Nº Ag-AIRR-0100782-40.2017.5.01.0204**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. FABIANA MORAIS BRAGA MACHADO  
AGRAVADO(S) EDIALDA PEREIRA DOS SANTOS  
Advogado DR. VIVIANE MARIA COSTA DA SILVA(OAB: 168296/RJ)  
AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDIALDA PEREIRA DOS SANTOS  
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-AIRR-0101026-68.2019.5.01.0019**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR  
AGRAVADO(S) KARINA DA SILVA RODRIGUES  
Advogado DR. MICHEL CARLOS RAMALHO MOREIRA(OAB: 127295/RJ)  
AGRAVADO(S) LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Advogado DR. DANIEL PEREIRA DA COSTA(OAB: 120745/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- KARINA DA SILVA RODRIGUES  
- LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Processo Nº Ag-AIRR-0101297-27.2019.5.01.0068**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
Procuradora DRA. FERNANDA TABOADA  
AGRAVADO(S) HB MULTISERVIÇOS LTDA.  
Advogado DR. JOSUEL THOMAZ(OAB: 209396/RJ)  
AGRAVADO(S) VERONICA DA SILVA SANTIAGO DE FARIAS  
Advogada DRA. LUCIANA DA CRUZ PIRES(OAB: 89706/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HB MULTISERVIÇOS LTDA.  
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
- VERONICA DA SILVA SANTIAGO DE FARIAS

**Processo Nº Ag-AIRR-0101674-30.2016.5.01.0059**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF  
AGRAVADO(S) LUCIENE JESUS DE SIQUEIRA  
Advogada DRA. ROSANGELA SILVA DE OLIVEIRA RUSSEL DO NASCIMENTO(OAB: 122876/RJ)  
AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogado DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912/SP)  
Advogada DRA. LAÍS MARCHETTI ZAPAROLLI(OAB: 367715/SP)  
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- LUCIENE JESUS DE SIQUEIRA  
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-AIRR-0102107-75.2016.5.01.0207**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. LEONARDO ESPÍNDOLA  
AGRAVADO(S) LIANA VIEIRA DA COSTA  
Advogado DR. FABIANA CRISTINA FARIAS DA SILVA(OAB: 177271/RJ)  
AGRAVADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR  
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 157577/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- LIANA VIEIRA DA COSTA  
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

**Processo Nº Ag-AIRR-0102199-34.2017.5.01.0202**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA  
AGRAVADO(S) GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.  
Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIUM NUNES(OAB: 100008/RJ)  
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ BORGES SIMÕES SOBRINHO(OAB: 174032/RJ)  
AGRAVADO(S) KEILA FERREIRA DE LIMA  
Advogado DR. IVAN PEREIRA BARRETO(OAB: 150299/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.  
- KEILA FERREIRA DE LIMA

**Processo Nº Ag-AIRR-1000100-69.2020.5.02.0255**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CUBATÃO  
Procurador DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO  
AGRAVADO(S) INSTITUTO MEDICINA ESPECIALIZADO EM GESTÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE  
AGRAVADO(S) SUELLEN DOS SANTOS SILVA  
Advogada DRA. KÁTIA MARIA LOURO CAÇÃO ARAÚJO(OAB: 105970/SP)  
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA PELLEGRINI ALMEIDA(OAB: 93356/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- INSTITUTO MEDICINA ESPECIALIZADO EM GESTÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE  
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO  
- SUELLEN DOS SANTOS SILVA

**Processo Nº Ag-RRAg-1000331-66.2019.5.02.0050**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FRANCISCA ELISA DOS SANTOS  
Advogado DR. ALEXANDRE GOMES CASTRO(OAB: 121083/SP)  
AGRAVADO(S) VERZANI & SANDRINI LTDA.  
Advogado DR. DHIEGO TADEU RIJO MOURA(OAB: 393628/SP)  
Advogado DR. LAURA CAPELINI PICIRILLI(OAB: 354594/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCA ELISA DOS SANTOS  
- VERZANI & SANDRINI LTDA.

**Processo Nº Ag-RR-1000536-44.2016.5.02.0004**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Advogada DRA. LUCIANE DE SOUZA(OAB: 149078/SP)  
AGRAVADO(S) FERNANDO GOMES DOS SANTOS  
Advogado DR. DOGLAS BATISTA DE ABREU(OAB: 235001/SP)  
Advogado DR. GLÁUCIO ALVARENGA DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 229248/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FERNANDO GOMES DOS SANTOS  
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

**Processo Nº Ag-RR-1001281-94.2017.5.02.0713**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) TRANSKUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.  
Advogado DR. BRUNA SILVA FERREIRA(OAB: 371632/SP)  
Advogado DR. LUIZ APARECIDO FERREIRA(OAB: 95654/SP)  
AGRAVADO(S) RONALDO CANDIDO BELLIZZIERI  
Advogado DR. OSMAR CONCEIÇÃO DA CRUZ(OAB: 127174/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- RONALDO CANDIDO BELLIZZIERI  
- TRANSKUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.

**Processo Nº Ag-ED-RR-1001741-73.2017.5.02.0069**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP  
Procuradora DRA. GRAZIELE BUENO DE MELO CAVALHEIRO  
AGRAVADO(S) IVAN MEDEIROS PASSOS  
Advogado DR. RICARDO MIGUEL SOBRAL(OAB: 301187/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP  
- IVAN MEDEIROS PASSOS

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000132-94.2022.5.14.0091**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
EMBARGANTE JBS S.A.  
Advogado DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)  
EMBARGADO(A) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA-INTRA  
Advogado DR. FELIPE WENDT(OAB: 4590/RO)  
Advogado DR. EBER COLONI MEIRA DA SILVA(OAB: 4046/RO)

**Intimado(s)/Citado(s):**



- JBS S.A.  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA-INTRA

**Processo Nº ED-Ag-RR-0000788-64.2019.5.08.0207**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
EMBARGANTE ESTADO DO AMAPÁ  
Procurador DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL  
Procurador DR. DAVI MACHADO EVANGELISTA  
EMBARGADO(A) ANA CLAUDIA DE ALMEIDA MACIEL  
Advogado DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB: 1773/AP)  
Advogado DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB: 928/AP)  
Advogado DR. GERSON GERALDO DOS SANTOS SOUSA(OAB: 1739/AP)  
EMBARGADO(A) UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE  
Advogado DR. NAYANE VIEIRA MONTEIRO(OAB: 3665/AP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA CLAUDIA DE ALMEIDA MACIEL  
- ESTADO DO AMAPÁ  
- UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001095-68.2015.5.05.0004**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado DR. TÁRCIO FRANKLIN LUSTOSA NOVAIS(OAB: 20956/BA)  
Advogado DR. GERALDO HENRIQUE FRANCO DE SOUZA(OAB: 26240/BA)  
Advogado DR. RODNEY ROSSI SANTOS(OAB: 168512/RJ)  
EMBARGADO(A) SUZANA MASCARENHAS MAGALHAES  
Advogado DR. MARCOS WILSON FERREIRA FONTES(OAB: 11315/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.  
- SUZANA MASCARENHAS MAGALHAES

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010151-44.2015.5.03.0146**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
EMBARGANTE RODOVIAS DAS COLINAS S.A.  
Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)  
Advogada DRA. MÁRCIA PELISSARI GOMES(OAB: 115986/MG)  
EMBARGADO(A) CICERO RAFAEL DE MELO SANTOS  
Advogado DR. UEDSON DIAS(OAB: 34960/MG)  
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES VIVAS(OAB: 8685/DF)  
EMBARGADO(A) CONTERN-CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.  
Advogada DRA. SUÉLY OLIVEIRA NUNES(OAB: 339788/SP)  
EMBARGADO(A) INFINITY BIO-ENERGY BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.  
Advogado DR. PAULO ROBERTO ZANCHETTA DE OLIVEIRA(OAB: 211844/SP)  
Advogado DR. ANDRÉ ARAÚJO DE OLIVEIRA(OAB: 229382/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CICERO RAFAEL DE MELO SANTOS  
- CONTERN-CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.  
- INFINITY BIO-ENERGY BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.  
- RODOVIAS DAS COLINAS S.A.

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010951-19.2015.5.03.0002**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
EMBARGANTE BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)  
Advogado DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)  
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)  
EMBARGADO(A) ALEXANDRE BATISTA DA SILVEIRA  
Advogado DR. NÁGILA NACIF MIRANDA GUIMARÃES(OAB: 130327/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXANDRE BATISTA DA SILVEIRA  
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000407-34.2016.5.02.0717**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
EMBARGANTE CLAUDIA MARIA LOPES  
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)  
Advogado DR. SANDRO SIMÕES MELONI(OAB: 125821/SP)  
EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
Advogado DR. NICOLAU FERREIRA OLIVIERI(OAB: 309212/SP)  
Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)  
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)  
EMBARGADO(A) ISBAN BRASIL S.A.  
Advogado DR. ARNOR SERAFIM JÚNIOR(OAB: 79797/SP)  
Advogado DR. SÉRGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
- CLAUDIA MARIA LOPES  
- ISBAN BRASIL S.A.

**Processo Nº ED-RR-1001041-64.2019.5.02.0316**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
EMBARGANTE GILBERTO JESUS DE SOUZA  
Advogado DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527/SP)  
EMBARGADO(A) MUNICÍPIO DE GUARULHOS



Procurador DR. ANDERSON DE ALMEIDA CARDOSO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GILBERTO JESUS DE SOUZA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

**Processo Nº ED-RR-1001129-08.2019.5.02.0315**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

EMBARGANTE FABIO MARTINS DOS SANTOS

Advogado DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527/SP)

EMBARGADO(A) MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Procurador DR. RICARDO CRETELLA LISBOA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FABIO MARTINS DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

**Processo Nº RR-0001049-31.2015.5.02.0435**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

RECORRENTE(S) BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)

RECORRIDO(S) JOSE ADAO XAVIER DA SILVA

Advogado DR. KARINA CRISTINA CASA GRANDE(OAB: 245214/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- JOSE ADAO XAVIER DA SILVA

**Processo Nº RR-0001140-12.2017.5.06.0251**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

RECORRENTE(S) COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO

Advogado DR. BRUNO MOURY FERNANDES(OAB: 18373/PE)

RECORRIDO(S) DÍNAMO ENGENHARIA LTDA.

Advogado DR. JOÃO GABRIEL VIEIRA WANICK(OAB: 26269/PE)

RECORRIDO(S) JACKSON JOAQUIM DE OLIVEIRA

Advogada DRA. THELMA MARIA MOURA MARQUES(OAB: 16886/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
- DÍNAMO ENGENHARIA LTDA.
- JACKSON JOAQUIM DE OLIVEIRA

**Processo Nº RR-0001149-77.2014.5.12.0035**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

RECORRENTE(S) JESSE LINO

Advogado DR. PEDRO CHEREM PIRAJÁ MARTINS(OAB: 23101/SC)

Advogado DR. EDGAR HERZMANN(OAB: 38999/SC)

RECORRIDO(S) CLARO S.A.

Advogado DR. EMERSON RONALD GONÇALVES MACHADO(OAB: 18691/SC)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

RECORRIDO(S) S.I. FLORIANÓPOLIS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Advogado DR. IURI VALENTE ROCHEFORT DE ANDRADE(OAB: 65445/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO S.A.
- JESSE LINO
- S.I. FLORIANÓPOLIS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

**Processo Nº RR-0010004-49.2017.5.03.0113**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

RECORRENTE(S) NAYARA ALVES LEONEL

Advogado DR. FABRÍCIO JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134198/MG)

Advogado DR. FERNANDO ANTÔNIO MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134459/MG)

RECORRIDO(S) AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.

Advogado DR. HENRIQUE GUILHERME REZENDE FERREIRA(OAB: 155040/MG)

Advogado DR. RONALDO FRAIHA FILHO(OAB: 154053/MG)

RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRA

Advogado DR. HERBERT MOREIRA COUTO(OAB: 47034/MG)

Advogado DR. THAYS VIEIRA DAMASCENO(OAB: 111596/MG)

Advogada DRA. THAÍS ALESSANDRA DRUMMOND DINIZ LOPES(OAB: 162019/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRA
- NAYARA ALVES LEONEL

**Processo Nº RR-0010448-98.2017.5.03.0043**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

RECORRENTE(S) BRENDA SILVA ATHAYDES

Advogado DR. HELLEN CRISTINA RIBAS CORREA(OAB: 151307/MG)

RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS

Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 91473/SP)

RECORRIDO(S) CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.

Advogado DR. VINÍCIUS COSTA DIAS(OAB: 61559/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- BRENDA SILVA ATHAYDES
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.

**Processo Nº RR-0010530-66.2016.5.03.0043**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

RECORRENTE(S) WAGNER RUFINO NUNES

Advogado DR. MÁRIO AISLAN MOREIRA CORREA(OAB: 139845/MG)

Advogado DR. HELLEN CRISTINA RIBAS CORREA(OAB: 151307/MG)

RECORRIDO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.

Advogada DRA. GISELE DE ALMEIDA WEITZEL(OAB: 93536/MG)

Advogada DRA. LETÍCIA ALVES GOMES(OAB: 82053/MG)  
Advogada DRA. KAMILA R REIS SILVA(OAB: 170356/MG)  
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS  
Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 91473/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- WAGNER RUFINO NUNES

**Processo Nº RR-0010546-52.2018.5.15.0031**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) USINA RIO PARDO S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado DR. WILLIAM MATHEUS MARTINEZ(OAB: 392202/SP)  
RECORRIDO(S) GUSTAVO PRESTES ROLIM GODOI  
Advogado DR. CLÉBER SILVA E LIRA(OAB: 169002/SP)  
Advogado DR. JOSIMAR TEIXEIRA DE LIMA(OAB: 243243/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GUSTAVO PRESTES ROLIM GODOI
- USINA RIO PARDO S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Processo Nº RR-0010579-57.2018.5.03.0134**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) MARIA GORETI CAIXETA  
Advogado DR. RODRIGO MANZI PEREIRA(OAB: 92917/MG)  
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS  
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)  
Advogado DR. GUILHERME MARQUES DIAS(OAB: 156849/MG)  
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650/MG)  
Advogado DR. ARMANDO CANALI FILHO(OAB: 68339/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS
- MARIA GORETI CAIXETA

**Processo Nº RR-0010818-38.2016.5.15.0024**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) TV STUDIOS DE JAU S A  
Advogado DR. NELSON MANNRICH(OAB: 36199/SP)  
RECORRIDO(S) EMIT ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO EIRELI  
RECORRIDO(S) PAULO RAFAEL FIDENCIO  
Advogado DR. LUCIANO ROSSIGNOLLI SALEM(OAB: 49653/SP)  
Advogado DR. CELSO RICHARD URBANO(OAB: 178564/SP)  
Advogado DR. RAFAEL ROSSIGNOLLI DE LAMANO(OAB: 254390/SP)  
Advogado DR. CÉSAR AUGUSTO ROSSIGNOLLI(OAB: 278058/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMIT ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO EIRELI
- PAULO RAFAEL FIDENCIO
- TV STUDIOS DE JAU S A

**Processo Nº RR-0010870-52.2016.5.15.0018**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) ORION INTEGRAÇÃO DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA LTDA.  
Advogado DR. ANA VANESSA FELIPE BEZERRA PEREIRA(OAB: 223646/SP)  
RECORRIDO(S) ANA PAULA FONSECA  
Advogado DR. RODRIGO BARSALINI(OAB: 222195/SP)  
RECORRIDO(S) BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO  
Advogado DR. EVANDRO MARDULA(OAB: 258368/SP)  
Advogado DR. ROSANO DE CAMARGO(OAB: 128688/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA PAULA FONSECA
- BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO
- ORION INTEGRAÇÃO DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA LTDA.

**Processo Nº RR-0010883-29.2017.5.03.0025**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) NAFTALI NAATE EGIDIO  
Advogado DR. FABRÍCIO JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134198/MG)  
Advogado DR. FERNANDO ANTÔNIO MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134459/MG)  
RECORRIDO(S) ATENTO BRASIL S.A.  
Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918/SP)  
RECORRIDO(S) BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.  
Advogada DRA. VALÉRIA RAMOS ESTEVES DE OLIVEIRA(OAB: 46178/MG)  
Advogada DRA. KELI CRISTINA DOS SANTOS LOPES(OAB: 159338/MG)  
RECORRIDO(S) BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S.A. E OUTRO  
Advogado DR. JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ(OAB: 163613/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.
- BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S.A. E OUTRO
- NAFTALI NAATE EGIDIO

**Processo Nº RR-0011041-82.2015.5.15.0102**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) CLARO S.A.  
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)  
Advogado DR. JORGE DONIZETI SANCHEZ(OAB: 73055/SP)  
RECORRIDO(S) JONAS RODRIGUES PEREIRA  
Advogado DR. PAULO IVO DA SILVA LOPES(OAB: 315760/SP)  
RECORRIDO(S) LABORH SERVIÇOS EMPRESARIAS LTDA.  
Advogada DRA. MARIA FÁTIMA ALMEIDA DE QUEIROZ(OAB: 7706/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO S.A.
- JONAS RODRIGUES PEREIRA
- LABORH SERVIÇOS EMPRESARIAS LTDA.

**Processo Nº RR-0011301-21.2017.5.03.0104**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) ANDRE FELIPE MACHADO  
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)  
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS  
Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 91473/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE FELIPE MACHADO
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS

**Processo Nº RR-0011410-84.2016.5.03.0002**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) AMANDA RIBEIRO SILVA  
Advogado DR. FABRÍCIO JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134198/MG)  
Advogado DR. FERNANDO ANTÔNIO MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134459/MG)  
RECORRIDO(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A  
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)  
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS MELO(OAB: 118263/MG)  
Advogada DRA. POLLYANA RESENDE NOGUEIRA DO PINHO(OAB: 120000/MG)  
RECORRIDO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogada DRA. MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL(OAB: 64029/MG)  
Advogado DR. ANDREIA CRISTINE DA SILVA(OAB: 123859/MG)  
Advogado DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS(OAB: 56526/MG)  
Advogada DRA. VIRGÍNIA LINHARES DE MEIRELES ROCHA(OAB: 170964/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- AMANDA RIBEIRO SILVA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

**Processo Nº RR-0011457-29.2016.5.03.0044**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) JOAO VICTOR MARCELO DE ASSUNCAO  
Advogado DR. MÁRIO AISLAN MOREIRA CORREA(OAB: 139845/MG)  
RECORRIDO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.  
Advogada DRA. MELYSANDRA MARTINS COSTA(OAB: 48612/MG)  
Advogada DRA. LETÍCIA ALVES GOMES(OAB: 82053/MG)  
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS

Advogado

DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 152519/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS
- JOAO VICTOR MARCELO DE ASSUNCAO

**Processo Nº RR-0011576-79.2017.5.03.0003**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) THABLYA THENNESCA PATROCINIO PINHEIRO  
Advogado DR. ADRIANO MARIANO ALVES DA COSTA(OAB: 142983/MG)  
RECORRIDO(S) AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.  
Advogado DR. HENRIQUE GUILHERME REZENDE FERREIRA(OAB: 155040/MG)  
Advogado DR. RONALDO FRAIHA FILHO(OAB: 154053/MG)  
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRA  
Advogado DR. HERBERT MOREIRA COUTO(OAB: 47034/MG)  
Advogada DRA. AMANDA LÚCIO SILVA(OAB: 157998/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRA
- THABLYA THENNESCA PATROCINIO PINHEIRO

**Processo Nº RR-1000559-58.2013.5.02.0468**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) LUIZ CARLOS FERREIRA  
Advogada DRA. SIMONE APARIZI GIMENES(OAB: 259910/SP)  
Advogada DRA. MARA DE OLIVEIRA BRANT(OAB: 260525/SP)  
RECORRIDO(S) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.  
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- LUIZ CARLOS FERREIRA

**Processo Nº RR-1001677-55.2018.5.02.0028**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) FERNANDO ALMEIDA SILVA  
Advogado DR. ANDREA CARNEIRO ALENCAR(OAB: 256821/SP)  
RECORRIDO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM  
Advogada DRA. CAMILA GALDINO DE ANDRADE(OAB: 323897/SP)  
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA RIBEIRO NUNES(OAB: 94969/SP)  
Advogado DR. CARLOS JOSE DAS NEVES SANTOS(OAB: 187440/SP)  
Advogado DR. HELENA APARECIDA DE ABREU(OAB: 84116/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
- FERNANDO ALMEIDA SILVA

**Processo Nº RR-1001810-57.2017.5.02.0473**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) VIA VAREJO S.A.  
Advogado DR. GUILHERME GRANADEIRO GUIMARÃES(OAB: 217028/SP)  
RECORRIDO(S) OSVALDO PERES FILHO  
Advogada DRA. LEACI DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 231450/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- OSVALDO PERES FILHO
- VIA VAREJO S.A.

**PROCESSOS INCLUÍDOS NA SESSÃO PRESENCIAL**

**Processo Nº AIRR-0001164-10.2019.5.07.0003**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
AGRAVANTE(S) MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. E OUTRO  
Advogada DRA. RENATA LINS AZI(OAB: 19074/BA)  
AGRAVADO(S) JOILDO DE SOUSA LIMA  
Advogado DR. NUREDIN AHMAD ALLAN(OAB: 16346/SC)  
Advogado DR. CARLOS ANTONIO CHAGAS(OAB: 6560/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOILDO DE SOUSA LIMA
- MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. E OUTRO

**Processo Nº RR-0037000-52.2007.5.17.0111**

Relator MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES  
RECORRENTE(S) CARLOS MAGNO DE JESUS E OUTROS  
Advogado DR. JOSÉ HILDO SARCINELLI GARCIA(OAB: 1174/ES)  
Advogada DRA. MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA(OAB: 14974/DF)  
RECORRENTE(S) COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN  
Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725/ES)  
Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725/ES)  
Advogada DRA. WILMA CHEQUER BOU-HABIB(OAB: 5584/ES)  
RECORRIDO(S) OS MESMOS

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS MAGNO DE JESUS E OUTROS
- COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
- OS MESMOS

VANESSA TORRES SOARES CHAGAS  
Secretária da 7ª Turma

**Secretaria da Oitava Turma**  
**Despacho**

**Processo Nº E-RR-0021336-62.2017.5.04.0702**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Relator do processo não cadastrado  
Embargante ISABEL APARECIDA SILVA FONTOURA  
Advogada Dra. Margarette Velho dos Santos(OAB: 27109-A/RS)  
Advogado Dr. Cauê Santos de Mello(OAB: 87326-A/RS)  
Advogada Dra. Diandra Santos de Mello(OAB: 101624-A/RS)  
Embargado COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
Advogado Dr. Paulo Roberto Petri da Silva(OAB: 57360-A/RS)  
Advogado Dr. Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)  
Embargado LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.  
Advogada Dra. Giovana Scapini Thomas(OAB: 97911-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- ISABEL APARECIDA SILVA FONTOURA
- LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Junte-se a Petição nº 36887/2023-2.

Nada a deferir quanto ao pedido de suspensão do processo, constante na petição em referência, tendo em vista que o feito aguarda o posicionamento definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre os Temas nºs 246 e 1.118.

Aguarde-se, em Secretaria, até sobrevir decisão do Excelso Supremo Tribunal Federal sobre os referidos temas.

À Secretaria da Oitava Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

CAPUTO BASTOS

Ministro Presidente da Oitava Turma

**Processo Nº E-RR-0011033-36.2020.5.15.0133**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Relator do processo não cadastrado  
Embargante CELMA REGINA MENDES  
Advogado Dr. Dalli Carnegie Borghetti(OAB: 95870-A/SP)  
Advogado Dr. Alexandre de Assis Giliotti(OAB: 150100-A/SP)  
Embargado MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
Advogada Dra. Priscilla Pereira Miranda Prado(OAB: 182954-A/SP)  
Procuradora Dra. Priscilla Pereira Miranda Prado  
Embargado ALT-TEC SERVIÇOS TÉCNICOS EM GERAL LTDA.  
Advogada Dra. Cristiane de Matos Eugênio(OAB: 147784-A/SP)  
Advogada Dra. Janaína Cristina de Castro e Barros(OAB: 164553/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALT-TEC SERVIÇOS TÉCNICOS EM GERAL LTDA.
- CELMA REGINA MENDES
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Considerando a decisão da SDI-1, na sessão de 10/6/2021, para sobrestar, no âmbito das Presidências das Turmas, todos os processos que tratam da questão relacionada à "Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública - Temas nos 246 e 1.118", a fim de aguardar posicionamento definitivo do Supremo Tribunal Federal, determino a remessa dos autos à Secretaria da Oitava Turma até que sobrevenha solução final sobre a contenda. Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

CAPUTO BASTOS

Ministro Presidente da Oitava Turma

**Processo Nº AIRR-0001784-06.2014.5.03.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante e Agravado	VALDETE APARECIDA DE SOUZA AGUIAR
Advogado	Dr. Alexandre Martins Maurício(OAB: 54200/MG)
Advogada	Dra. Nágila Flávia de Oliveira Godinho(OAB: 62740-A/MG)
Agravante e Agravado	BANCO BRADESCO S.A.
Advogada	Dra. Veruska Aparecida Custódio(OAB: 63842-A/MG)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogada	Dra. Vanessa Dias Lemos(OAB: 103650/MG)
Advogado	Dr. Guilherme Marques Dias(OAB: 156849/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- VALDETE APARECIDA DE SOUZA AGUIAR

Junte-se a Petição nº 371686/2023-7.

Não se tratando de situação que permita tramitação preferencial, aguarde-se a ordem regular de apreciação dos feitos.

Prossiga-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

CAPUTO BASTOS

Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-0000166-82.2022.5.12.0040**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	2BCHOSEN AGENCY LTDA
Advogado	Gerson Cazotti Belinaso(OAB: 88707-A/RS)
Agravado(s)	LUIZA BANKHARDT MACEDO
Advogado	Henrique Costa Filho(OAB: 6570-A/SC)
Advogado	Ricardo Gomes Costa(OAB: 62175-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- 2BCHOSEN AGENCY LTDA
- LUIZA BANKHARDT MACEDO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Donadel, Belinaso, Carlan & Lopes Advogados informam a renúncia ao mandato a eles outorgados pela agravante 2BCHOSEN AGENCY LTDA.

Observa-se que os advogados não comprovaram o cumprimento do art. 112 do CPC de 2015, segundo o qual o "advogado poderá renunciar ao mandato, a qualquer tempo, provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie sucessor".

**CONCEDO** o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que os patronos comprovem a comunicação de renúncia de mandato à agravante 2BCHOSEN AGENCY LTDA.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000118-26.2022.5.12.0040**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	2BCHOSEN AGENCY LTDA
Advogado	Gerson Cazotti Belinaso(OAB: 88707-A/RS)
Agravado(s)	FABIOLA HEIDEMANN
Advogado	Laurinho Aldemiro Poerner(OAB: 4845/SC)
Advogado	Laurinho Aidemiro Poerner Júnior(OAB: 34008-A/SC)
Advogada	Adriana Suellen da Costa dos Santos(OAB: 38680-A/SC)
Advogado	Taciane Aline de Oliveira(OAB: 37520-A/SC)
Agravado(s)	EDUARDO KEITI SUZUKI
Advogado	Gerson Cazotti Belinaso(OAB: 88707/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- 2BCHOSEN AGENCY LTDA
- EDUARDO KEITI SUZUKI
- FABIOLA HEIDEMANN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Donadel, Belinaso, Carlan & Lopes Advogados informam a renúncia ao mandato a eles outorgados pela agravante 2BCHOSEN



AGENCY LTDA.

Observa-se que os advogados não comprovaram o cumprimento do art. 112 do CPC de 2015, segundo o qual o "advogado poderá renunciar ao mandato, a qualquer tempo, provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie sucessor".  
**CONCEDO** o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que os patronos comprovem a comunicação de renúncia de mandato à agravante 2BCHOSEN AGENCY LTDA.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº Ag-AIRR-0020529-16.2012.5.20.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Advogada	Lilian Jordeline Ferreira de Melo(OAB: 2814/SE)
Agravado(s)	JOAO NEWTON PINCHEMEL
Advogado	Marcos Wilson Ferreira Fontes(OAB: 11315-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
- JOAO NEWTON PINCHEMEL

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O reclamante João Newton Pinchemel requer a prioridade no julgamento do processo, com fundamento na Lei 10.741/2003.

Observa-se que consta nos registros do presente feito a tramitação preferencial "Lei do Idoso (mais de 80 anos)".

Ocorre que o acervo, no âmbito da 8ª Turma, alusivo à tramitação preferencial relativo ao tema "Estatuto do Idoso" possui 368 processos cadastrados nos mais diversos anos.

Registro que está sendo feito um grande esforço para julgar o maior número possível de processos, especialmente os mais antigos, a fim de atender as metas do CNJ e o jurisdicionado.

À Secretaria da 8ª Turma para o registro no SIJ e demais providências conforme a lei.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº Ag-AIRR-1001483-58.2018.5.02.0609**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	Evandro dos Santos Rocha(OAB: 170115-D/SP)
Advogada	Alice Siqueira Peu Montans de Sá(OAB: 268364/SP)
Advogado	João Batista Pinheiro Júnior(OAB: 249155/SP)
Advogado	Bruno Adorni de Oliveira(OAB: 279914/SP)
Agravado(s)	ALDRIN VIEIRA SANTOS
Advogado	Carlos Lopes Campos Fernandes(OAB: 234868-D/SP)
Advogada	Christiane Diva dos Anjos Fernandes(OAB: 343983/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALDRIN VIEIRA SANTOS  
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô apresenta subsídios jurisprudenciais de recentes acórdãos proferidos por esta Corte, envolvendo a mesma temática do presente recurso. Anexo, instrumento de procuração.

**RECEBO** a petição com efeito de memoriais.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para o regular trâmite do feito.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0000745-12.2019.5.05.0531**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO
Procuradora	Maria Manuella Britto Gedeon do Amaral

Agravado(s) VIX LOGÍSTICA S/A  
Advogado Sandro Vieira de Moraes(OAB: 27310-S/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO
- VIX LOGÍSTICA S/A

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Vix Logística S.A. manifesta interesse na realização de audiência de conciliação para pôr fim à demanda.

**DETERMINO**a remessa dos autos ao CEJUSC/TST para a adoção das providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020070-82.2020.5.04.0751**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ADAIR ANTÔNIO ROSSATO
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Clarisse de Souza Rozales(OAB: 56479/RS)
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADAIR ANTÔNIO ROSSATO
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome da Dra. Clarisse de Souza Rozales (OAB/RS 56.479). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a

assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO** a inclusão do nome da Dra. Clarisse de Souza Rozales (OAB/RS 56.479) nos registros do presente feito, a qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RR-0020303-83.2021.5.04.0512**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	EDAIR LIRIO VILLA
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)
Advogada	Clarisse de Souza Rozales(OAB: 56479/RS)
Advogada	Aline Terezinha da Costa Sotelo(OAB: 62704-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- EDAIR LIRIO VILLA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome da Dra. Clarisse de Souza Rozales (OAB/RS 56.479). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão do nome da Dra. Clarisse de Souza Rozales (OAB/RS 56.479) nos registros do presente feito, a qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020374-52.2018.5.04.0751**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	JAIR ORTIZ DA SILVA
Advogado	Antônio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)
Advogado	Pedro Luiz Corrêa Osório(OAB: 15540/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Clarisse de Souza Rozales(OAB: 56479/RS)
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- JAIR ORTIZ DA SILVA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravada e recorrida Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome da Dra. Clarisse de Souza Rozales (OAB/RS 56.479). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e subestabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de

90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão do nome da Dra. Clarisse de Souza Rozales (OAB/RS 56.479) nos registros do presente feito, a qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-1001341-18.2018.5.02.0039**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	NELSON ANTUNES CARDOSO
Advogada	Melissa Noronha Marques de Souza(OAB: 204130-A/SP)
Advogado	Lilian Lygia Ortega Mazzeu(OAB: 60431-A/SP)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	KAHACHE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. E OUTROS
Advogado	Luiz Eduardo Amaral de Mendonça(OAB: 187146-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- KAHACHE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. E OUTROS  
- NELSON ANTUNES CARDOSO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravante, agravado e recorrente Nelson Antunes Cardoso requer prioridade na tramitação do feito nos termos da Lei 10.741/2003.

Verifica-se que o reclamante não apresentou documento comprovando o preenchimento dos requisitos legais e, ainda, o documento colacionado aos autos está ilegível. (pdf. integral, p. 70)

**INTIME-SE** o agravante, agravado e recorrente Nelson Antunes Cardoso para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar o preenchimento dos requisitos da Lei 10.741/2003.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0010463-88.2021.5.03.0023**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	FABIANO GABRIEL JANUARIO
Advogado	Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado(s)	99 TECNOLOGIA LTDA
Advogado	Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)
Advogado	Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- 99 TECNOLOGIA LTDA
- FABIANO GABRIEL JANUARIO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O reclamante Fabiano Gabriel Januário manifesta interesse na realização de audiência de conciliação telepresencial para pôr fim à demanda.

**DETERMINO**a remessa dos autos ao CEJUSC/TST para a adoção das providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0000801-92.2022.5.11.0007**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	JEFESON SOUZA DA SILVA
Advogado	Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado(s)	99 TECNOLOGIA LTDA
Advogado	Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- 99 TECNOLOGIA LTDA
- JEFESON SOUZA DA SILVA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O reclamante Jeferson Souza da Silva manifesta interesse na realização de audiência de conciliação telepresencial para pôr fim à demanda.

**DETERMINO**a remessa dos autos ao CEJUSC/TST para a adoção das providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020880-35.2019.5.04.0123**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	DANIEL CANALS GOULARTE
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogada	Patrícia de Moraes Buchrieser(OAB: 50361-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- DANIEL CANALS GOULARTE

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante e agravada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração

e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020067-06.2019.5.04.0641**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	CONSTRUTORA SINTRA LTDA
Advogado	Angela Maria Raffainer(OAB: 26977-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	ADELIR MOISES BORGES CAVALHEIRO
Advogado	Victor da Silva Bresolin(OAB: 80963-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Paulo Roberto Petri da Silva(OAB: 57360-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	V I EMPREITEIRA LTDA - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADELIR MOISES BORGES CAVALHEIRO
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- CONSTRUTORA SINTRA LTDA
- V I EMPREITEIRA LTDA - ME

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravada e recorrida Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome do Dr. Paulo Petri (OAB/RS 57.360). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a

assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão do nome do Dr. Paulo Roberto Petri da Silva (OAB/RS 57.360) receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020414-60.2016.5.04.0571**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Paulo Roberto Petri da Silva(OAB: 57360-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s) e Recorrente(s)	ALEXANDRE GRALHA VIA
Advogado	Antônio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)
Advogado	Pedro Luiz Corrêa Osório(OAB: 15540/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXANDRE GRALHA VIA
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome do Dr. Paulo Petri (OAB/RS 57.360). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.



**DETERMINO**a inclusão do nome do Dr. Paulo Roberto Petri da Silva (OAB/RS 57.360), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RR-0020520-03.2019.5.04.0123**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente e Recorrido	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Helena Weirich de Oliveira
Recorrente e Recorrido	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado	Viviane Tavares Santana(OAB: 28684-A/DF)
Advogada	Denise Pires Fincato(OAB: 37057/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Recorrido(s)	GESSICA COSTA LESCANO
Advogada	Eliandra Erthal(OAB: 89456-A/RS)
Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Paulo Roberto Petri da Silva(OAB: 57360-A/RS)
Recorrido(s)	FORTE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- FORTE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
- GESSICA COSTA LESCANO
- UNIÃO (PGU)

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome do Dr. Paulo Petri (OAB/RS 57.360). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão do nome do Dr. Paulo Roberto Petri da Silva (OAB/RS 57.360), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0139900-59.2004.5.01.0016**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	TIM S.A. E OUTRA
Advogado	Rodrigo Antônio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121/SP)
Agravado(s)	JOSE CARLOS NETO DA SILVA
Advogado	André Leonardo Spagnolo dos Santos(OAB: 83585-D/RJ)
Agravado(s)	JORNAL DO BRASIL S.A.
Advogada	Patrícia Perdigão(OAB: 85472-D/RJ)
Agravado(s)	VANGUARDA RIO GRÁFICA S.A.
Advogado	Luís Cláudio Amorim Barretto(OAB: 83897-A/RJ)
Advogado	Elza Avilla de Oliveira Neta(OAB: 147102-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JORNAL DO BRASIL S.A.
- JOSE CARLOS NETO DA SILVA
- TIM S.A. E OUTRA
- VANGUARDA RIO GRÁFICA S.A.

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 367473/2023 e 369743/2023.

Na Petição nº. 367473/2023, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região encaminha o Ofício nº 86/2023, expedido em 10/7/2023, no qual comunica a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Reclamação nº 60.678/RJ.

A Petição nº. 369743/2023 ratifica os termos da Petição nº. 367473/2023.

De acordo com a decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes na Reclamação nº 60.678/RJ o pedido foi julgado parcialmente procedente para determinar que o processo na origem seja sobrestado até o julgamento do Tema 1.232 da Tabela de Repercussão Geral.

**DETERMINO** o sobrestamento do presente feito e a remessa dos autos à Secretaria da 8ª Turma, onde permanecerão, até que sobrevenha decisão do STF no Tema 1.232 da Tabela de Repercussão Geral.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0100676-70.2019.5.01.0281**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrido(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037/RJ)
Agravado(s) e Recorrente(s)	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Maria das Dores Streiling(OAB: 280482-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s)	EDER TEIXEIRA RANGEL
Advogado	Murilo da Silva Souza(OAB: 138488-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDER TEIXEIRA RANGEL
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 355863/2023 e 370008/2023.

Em cumprimento ao despacho proferido em 30/6/2023, a agravante e recorrida Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e o agravado e recorrido Eder Teixeira Rangel apresentam manifestação sobre o inteiro teor da Petição nº. 341815/2023.

**RECEBO** as Petições nºs. 341815/2023, 355863/2023 e 370008/2023 como memoriais.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do recurso.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0021769-35.2017.5.04.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	GILBERTO GROMOWSKI
Advogado	Rafael Mariath Bassuino(OAB: 76305-A/RS)
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Monica Canellas Rossi(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- GILBERTO GROMOWSKI

(GMDMA/EAR)

Juntem-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO** o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO** a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020272-89.2021.5.04.0471**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	GILMAR TODESCHINI
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Monica Canellas Rossi(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- GILMAR TODESCHINI

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020400-63.2021.5.04.0551**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Rosângela Carraro(OAB: 72891-A/RS)
Advogada	Monica Canellas Rossi(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Advogada	Mônia Masochi Frizon(OAB: 93839/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Advogado	Suane da Cunha Contreira Fernandes(OAB: 71722-A/RS)
Agravado(s)	MARCOS ANDRE CAPOANE
Advogada	Anelise Cancian Cocco(OAB: 70459/RS)
Advogado	Geciele Lorenzi(OAB: 24294-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- MARCOS ANDRE CAPOANE

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020339-13.2019.5.04.0281**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Patrícia de Moraes Buchrieser(OAB: 50361-A/RS)
Advogado	Rosângela Carraro(OAB: 72891-A/RS)
Advogada	Monica Canellas Rossi(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	MARCOS EDUARDO MORASKI
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- MARCOS EDUARDO MORASKI

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020752-60.2017.5.04.0551**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	EGON ROBERTO TIETZ
Advogado	Antônio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)
Advogado	Pedro Luiz Corrêa Osório(OAB: 15540/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Monica Canellas Rossi(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- EGON ROBERTO TIETZ

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão

exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0010455-59.2021.5.03.0008**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	OLDACK DOS SANTOS FERREIRA
Advogado	Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado(s)	UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	Rafael Alfredi de Matos(OAB: 23793/BA)
Custos Legis	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- OLDACK DOS SANTOS FERREIRA
- UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O reclamante Oldack dos Santos Ferreira manifesta interesse na realização de audiência de conciliação telepresencial para pôr fim à demanda.

**DETERMINO**a remessa dos autos ao CEJUSC/TST para a adoção das providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-1000915-96.2020.5.02.0051**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	MAURICIO RANIERI

Advogado	Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado(s)	UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
Advogada	Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Advogado	Rafael Alfredi de Matos(OAB: 296620/SP)
Custos Legis	UNIÃO (PGF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MAURICIO RANIERI
- UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
- UNIÃO (PGF)

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O reclamante Mauricio Ranieri manifesta interesse na realização de audiência de conciliação telepresencial para pôr fim à demanda.

**DETERMINO**a remessa dos autos ao CEJUSC/TST para a adoção das providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0010510-80.2021.5.03.0114**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	LOUGHAN SILVA SALOMAO
Advogado	Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado(s)	UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	Rafael Alfredi de Matos(OAB: 23793/BA)
Custos Legis	MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO
Procurador	Luiz da Silva Flores

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LOUGHAN SILVA SALOMAO
- MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO
- UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.

(GMDMA/EAR)



Junte-se.

O reclamante Loughan Silva Salomão manifesta interesse na realização de audiência de conciliação telepresencial para pôr fim à demanda.

**DETERMINO**a remessa dos autos ao CEJUSC/TST para a adoção das providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RR-0020322-12.2018.5.04.0701**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDIÁGUA
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Otávio Moraes Langanke(OAB: 70460-A/RS)
Advogada	Monica Canellas Rossi(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDIÁGUA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do

contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020462-21.2021.5.04.0352**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	FABIO ANTONIO SIRENA
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Advogado	Mauricio Pedrassani(OAB: 42024-A/RS)
Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Rosângela Carraro(OAB: 72891-A/RS)
Advogada	Monica Canellas Rossi(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- FABIO ANTONIO SIRENA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana

Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020383-48.2020.5.04.0523**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	CARLOS EDUARDO GUZZO
Advogada	Anelise Cancian Cocco(OAB: 70459/RS)
Advogado	Geciele Lorenzi(OAB: 24294-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS EDUARDO GUZZO
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS

28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020741-10.2017.5.04.0461**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogada	Gabriela Marques Dias Torres(OAB: 76842-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	JOSE AUGUSTO ACIOLY DE CAMARGO
Advogado	Antônio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)
Advogado	Pedro Luiz Corrêa Osório(OAB: 15540/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- JOSE AUGUSTO ACIOLY DE CAMARGO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam

endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020438-88.2016.5.04.0571**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Lisiane Ottonelli Bellinaso de Oliveira(OAB: 76981-A/RS)
Advogada	Graciele Naiane Marafiga Conterato(OAB: 79921-A/RS)
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s)	VERA REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- VERA REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020438-10.2021.5.04.0411**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Advogado	Suane da Cunha Contreira Fernandes(OAB: 71722-A/RS)
Agravado(s)	LUCAS MARTINS
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- LUCAS MARTINS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº ED-RR-0000720-03.2017.5.19.0006**

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	ROBSON SILVA FERREIRA
Advogada	Luciana Souza de Mendonça Furtado(OAB: 46931-A/DF)
Embargado(a)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Ana Carolina Guerreiro Fernandes Guzzo(OAB: 9323-B/AL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
- ROBSON SILVA FERREIRA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Em cumprimento ao despacho proferido em 26/6/2023, o

Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região encaminha as informações solicitadas alusivas à data de ciência do acórdão proferido no recurso ordinário.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para o regular trâmite do feito.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0001343-81.2013.5.04.0020**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Alessandra Yoshida(OAB: 79290-A/RS)
Advogada	Gabriela Marques Dias Torres(OAB: 76842-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	JORGE ARI WOLKMER DE FREITAS
Advogado	Fernando da Silva Calvete(OAB: 43031-A/RS)
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- JORGE ARI WOLKMER DE FREITAS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS

28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0022344-90.2017.5.04.0341**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Patrícia de Moraes Buchrieser(OAB: 50361-A/RS)
Advogada	Daniela Possebon Bevilacqua(OAB: 75805-A/RS)
Advogada	Lisiane Ottonelli Bellinaso de Oliveira(OAB: 76981-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	SERGIO INACIO BARTH
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)
Advogado	Rafael Mariath Bassuino(OAB: 76305/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- SERGIO INACIO BARTH

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante e agravada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0021150-22.2019.5.04.0103**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	NARA ROSANE GOVEIA RECHIA
Advogado	Fernando da Silva Calvete(OAB: 43031-A/RS)
Advogado	Rafael Mariath Bassuino(OAB: 76305-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- NARA ROSANE GOVEIA RECHIA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.



**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0022243-89.2016.5.04.0405**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Rosângela Carraro(OAB: 72891-A/RS)
Advogada	Lisiane Ottonelli Bellinaso de Oliveira(OAB: 76981-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s)	ALCEO RIGOTTI LIPRERI
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALCEO RIGOTTI LIPRERI  
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de

90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni

Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0021024-83.2017.5.04.0121**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	ROSIRENE DA SILVA DIAS
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- ROSIRENE DA SILVA DIAS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020602-31.2017.5.04.0761**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	CARLOS ALBERTO DA SILVA
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Patrícia de Moraes Buchrieser(OAB: 50361-A/RS)
Advogada	Aline Terezinha da Costa Sotelo(OAB: 62704-A/RS)
Advogada	Daniela Possebon Bevilacqua(OAB: 75805-A/RS)
Advogado	Otávio Moraes Langanke(OAB: 70460-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CARLOS ALBERTO DA SILVA
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de

Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020478-49.2019.5.04.0641**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	VILSON JOSE KUHN
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- VILSON JOSE KUHN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de

Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0021448-53.2016.5.04.0512**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravado(s)	ANTONIO PELEGRINI
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)
Agravante(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Rosângela Carraro(OAB: 72891-A/RS)
Advogada	Lisiane Ottonelli Bellinaso de Oliveira(OAB: 76981-A/RS)
Advogada	Graciele Naiane Marafiga Conterato(OAB: 79921-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO PELEGRINI
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do

contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020883-92.2017.5.04.0241**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	FABIO HENRIQUE RODRIGUES
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogada	Aline Terezinha da Costa Sotelo(OAB: 62704-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- FABIO HENRIQUE RODRIGUES

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a

assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e subestabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº ARR-0020883-73.2015.5.04.0561**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	VARDELEI JOÃO CE
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Liliane da Silva(OAB: 86791-A/RS)
Advogada	Mônia Masochi Frizon(OAB: 93839/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- VARDELEI JOÃO CE

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante, agravada e recorrida Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117).

Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e subestabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020286-40.2020.5.04.0752**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
Advogada	Aline Terezinha da Costa Sotelo(OAB: 62704-A/RS)
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogada	Mônia Masochi Frizon(OAB: 93839/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	IVANDO STEIN
Advogada	Anelise Cancian Cocco(OAB: 70459/RS)
Advogado	Geciele Lorenzi(OAB: 24294-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
- IVANDO STEIN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam

endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO** o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO** a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0101625-15.2017.5.01.0039**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Gustavo Antônio Monteiro de Vasconcellos(OAB: 104502-A/RJ)
Advogada	Bárbara Gomes Navarro Pontes(OAB: 158165-A/RJ)
Advogado	Antônio Marcos Moraes Ribeiro(OAB: 115917-D/RJ)
Advogado	Rogério Perfeito Marques Pereira(OAB: 116766-A/RJ)
Advogado	Rodrigo Moreira(OAB: 190042-A/RJ)
Agravante(s) e Agravado(s)	FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA PORTES
Advogado	Luiz Carlos Pereira Rocha(OAB: 59144-A/MG)
Advogado	Marcia Costa Barony(OAB: 63156-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA PORTES

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O reclamante Francisco José de Oliveira Portes requer a tramitação preferencial do feito.

**DEFIRO** o pedido em razão da doença grave noticiada na petição.

À Secretaria da 8ª Turma para o registro no SIJ e demais providências conforme a lei.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0021968-13.2016.5.04.0221**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Lisiane Ottonelli Bellinaso de Oliveira(OAB: 76981-A/RS)
Advogado	Otávio Moraes Langanke(OAB: 70460-A/RS)
Advogada	Aline Terezinha da Costa Sotelo Pontes(OAB: 62704/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	FABIANO ALVES DE SOUZA
Advogado	Ricardo Mirico Aronis(OAB: 64079-A/RS)
Advogado	Eduardo Zippin Knijnik(OAB: 71366-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- FABIANO ALVES DE SOUZA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.



**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020872-04.2018.5.04.0702**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	LEONEL JAIME LOPES
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogado	Otávio Moraes Langanke(OAB: 70460-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- LEONEL JAIME LOPES

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de

Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020519-95.2020.5.04.0571**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s)	ANTÔNIO ALCEU R. DE OLIVEIRA
Advogado	Pedro Luiz Corrêa Osório(OAB: 15540/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogado	Otávio Moraes Langanke(OAB: 70460-A/RS)
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTÔNIO ALCEU R. DE OLIVEIRA
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana

Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0021098-11.2017.5.04.0551**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Lisiane Ottonelli Bellinaso de Oliveira(OAB: 76981-A/RS)
Advogada	Gabriela Marques Dias Torres(OAB: 76842-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s)	PAULO TIGGEMANN
Advogada	Anelise Cancian Cocco(OAB: 70459/RS)
Advogado	Geciele Lorenzi(OAB: 24294-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- PAULO TIGGEMANN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS

28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº Ag-AIRR-0020779-62.2021.5.04.0661**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	FERNANDO TRETTO
Advogada	Anelise Cancian Cocco(OAB: 70459/RS)
Advogado	Geciele Lorenzi(OAB: 24294-A/SC)
Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Mônia Masochi Frizon(OAB: 93839/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- FERNANDO TRETTO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana

Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020574-76.2021.5.04.0291**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Margit Liane Soares(OAB: 58844-A/RS)
Advogada	Aline Terezinha da Costa Sotelo(OAB: 62704-A/RS)
Advogada	Denise Maria de Matos da Silva(OAB: 83203-D/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s)	PAULO CESAR DE MORAES
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- PAULO CESAR DE MORAES

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni

Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020630-74.2016.5.04.0812**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Denise Maria de Matos da Silva(OAB: 83203-D/RS)
Advogado	Otávio Moraes Langanke(OAB: 70460-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	CHARLES ROGERIO MASTROIANO GONCALVES
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CHARLES ROGERIO MASTROIANO GONCALVES  
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo

prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº ARR-0020264-97.2015.5.04.0641**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogada	Mônia Masochi Frizon(OAB: 93839/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravado(s) e Recorrido(s)	PAULO RICARDO NORBERT
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- PAULO RICARDO NORBERT

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo

prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020721-08.2015.5.04.0261**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	ZELMIRA FATIMA BIGOLIN LEONHARDT
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Rosângela Carraro(OAB: 72891-A/RS)
Advogada	Graciele Naiane Marafija Conterato(OAB: 79921-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- ZELMIRA FATIMA BIGOLIN LEONHARDT

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante e agravada Companhia Riograndense de

Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão

dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0021337-03.2014.5.04.0007**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogado	Fabiano Laroca Altamiranda(OAB: 49920-A/RS)
Advogada	Daniela Possebon Bevilacqua(OAB: 75805-A/RS)
Advogada	Denise Maria de Matos da Silva(OAB: 83203-D/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	JOSE VICENTE SPINELLI PINTO
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- JOSE VICENTE SPINELLI PINTO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento -

Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020662-72.2015.5.04.0761**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Aline Terezinha da Costa Sotelo(OAB: 62704-A/RS)
Advogado	Otávio Moraes Langanke(OAB: 70460-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	MOISES LEVI DOS REIS
Advogado	Fernando da Silva Calvete(OAB: 43031-A/RS)
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- MOISES LEVI DOS REIS



(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO** o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO** a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020495-67.2016.5.04.0002**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Daniela Possebon Bevilacqua(OAB: 75805-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	CANDIDO ERLI ROCHA LIMA
Advogada	Luciana Bezerra de Almeida Bittencourt(OAB: 49955-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CANDIDO ERLI ROCHA LIMA
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante e agravada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO** o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO** a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

*Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)*

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020533-58.2019.5.04.0751**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	ENO ATKINSON
Advogado	Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- ENO ATKINSON

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0020485-02.2019.5.04.0751**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Cláudia Marques Veçozzi(OAB: 49642-A/RS)
Advogada	Mônia Masochi Frizon(OAB: 93839/RS)
Advogado	Thais da Rosa Mallmann(OAB: 73871-A/RS)
Agravante(s), Agravado(a)(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s)	VALDETE IZABEL TIECHER
Advogado	Antônio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)
Advogado	Pedro Luiz Corrêa Osório(OAB: 15540/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
- VALDETE IZABEL TIECHER

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan indica novos patronos e requer a suspensão dos autos pelo prazo de 90 (noventa) dias e, ainda, que as publicações sejam endereçadas exclusivamente em nome dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117). Alega que a substituição dos procuradores ocorre em uma grande quantidade de processos e a assunção repentina impede a análise processual detalhada do contexto de cada litígio. Anexos, Ata 08/2023 do Conselho de Administração, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO**o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**DETERMINO**a inclusão dos nomes dos advogados Benoni Canellas Rossi (OAB/RS 43.026), Monica Canellas Rossi (OAB/RS 28.359) e Eugênio Hainzenreder Junior (OAB/RS 53.691) e Celiana Suris Simões Pires (OAB/RS 47.117), os quais receberão exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

Os autos permanecerão em Secretaria, aguardando o decurso de prazo.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0020639-19.2021.5.04.0664**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	BANCO BTG PACTUAL S.A.
Advogado	Joel Heinrich Gallo(OAB: 66458-A/RS)
Agravado(s)	VANESSA DE AGUIAR DOS SANTOS
Advogada	Lidiane Gracioli(OAB: 78550-A/RS)
Advogado	Márcio Luiz Simon Heckler(OAB: 85295-A/RS)
Advogado	Rodrigo Samuel Ludwig(OAB: 112868-A/RS)
Agravado(s)	DROGARIA MAIS ECONÔMICA S.A.
Advogada	Rita Kássia Neske Unfer(OAB: 89525-A/RS)
Agravado(s)	MOBIUS HEALTH S.A.

Advogada Rita Kássia Neske Unfer(OAB: 89525-A/RS)  
Agravado(s) VERTI CAPITAL S.A.  
Agravado(s) CAUE CASTELLO VEIGA INNOCENCIO CARDOSO  
Agravado(s) MARCELO OLIVEIRA RAMOS MARTINS  
Agravado(s) BRASIL PHARMA S.A.  
Advogado André Araújo de Oliveira(OAB: 229382-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BTG PACTUAL S.A.
- BRASIL PHARMA S.A.
- CAUE CASTELLO VEIGA INNOCENCIO CARDOSO
- DROGARIA MAIS ECONÔMICA S.A.
- MARCELO OLIVEIRA RAMOS MARTINS
- MOBIUS HEALTH S.A.
- VANESSA DE AGUIAR DOS SANTOS
- VERTI CAPITAL S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravante Banco BTG Pactual S.A. requer a suspensão do presente feito, tendo em vista a determinação contida no RE 1.387.795. Alega que foi incluído no polo passivo apenas na fase de execução sob a alegação de existência de grupo econômico.

À análise.

O Ministro Dias Toffoli ao apreciar o RE 1.387.795, em 25/5/2023, determinou a suspensão nacional do processamento de todas as execuções trabalhistas que discutem a matéria alusiva ao Tema 1232 que trata da inclusão no polo passivo da lide, na fase de execução trabalhista, de empresa integrante do grupo econômico que não participou do processo de conhecimento, até o julgamento definitivo do recurso extraordinário.

No presente caso, o pedido de inclusão do agravante Banco BTG Pactual S.A. ocorreu na fase de execução trabalhista. (pdf. integral, pp. 4.501/4.520)

**DEFIRO** o pedido.

**DETERMINO** a suspensão do feito e a remessa destes autos à Secretaria da 8ª Turma para aguardar o desfecho da matéria até que sobrevenha decisão no RE 1.387.795.

**INTIMEM-SE** as partes agravadas para ciência deste despacho.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº Ag-AIRR-0001103-10.2018.5.17.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS
Advogado	Paulo Artur dos Anjos Monteiro(OAB: 16861-D/PE)
Advogado	Paulo Gabriel Domingues de Rezende(OAB: 26965-A/PE)
Advogada	Yara Assis Vidal(OAB: 33098-A/PE)
Advogado	Tomas Tavares de Alencar(OAB: 38475-A/PE)
Agravado(s)	SHEILA DA SILVA MOTA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	CIDAKEYLA BUENO COIMBRA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	CLAUDIO HELENO TELLES WASCONCELLOS
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	CRISTINA VARGAS CARDOSO
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	EDMAR ARAUJO MACHADO
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	EDSON RIBEIRO GARCIA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	FABRICIO BARCELOS DOS SANTOS
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	ISTAEL CARLOS NERY DA SILVA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	KARINA XISTULI FERREIRA DE MORAES
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	KEYLA SILVA DA SILVA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	LENY BUENO
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	MARCIA REGINA FERREIRA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	MARCOS RENATO SOUSA DOS SANTOS
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	MARCOS ROGERIO FERREIRA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	MARIA DA CONCEICAO RANGEL LISBOA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	NATALICIO INOCENCIO DE ALMEIDA
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)
Agravado(s)	SORAYA DOELLINGER ASSAD
Advogada	Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)

Agravado(s) PATRICIA KRUGER  
Advogada Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)  
Agravado(s) VLADIMIR ARAUJO MACHADO  
Advogada Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)  
Agravado(s) HELIO HENRIQUE TELLES VASCONCELOS  
Advogada Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)  
Agravado(s) WANESKA GOMES SALLES  
Advogada Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)  
Agravado(s) ANTONIO CARLOS GALVAO CALTABELLOTTI  
Advogada Sandra Cristina de Azevedo Sampaio(OAB: 6100-A/ES)  
Agravado(s) FUNDACAO CENTROLESTE  
Advogado Léo Rodrigo Miranda Zanotti(OAB: 8555-A/ES)  
Agravado(s) CONSORCIO OPERACIONAL DO CORREDOR DE TRANSP. CENTROLESTE  
Agravado(s) CONSORCIO DO CORREDOR ATLANTICO DO MERCOSUL  
Agravado(s) COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA  
Advogado Robertha Constantino da Silveira(OAB: 52560-A/SC)  
Advogado Ricardo Fretta Flores(OAB: 42411-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO CARLOS GALVAO CALTABELLOTTI
- CIDAKEYLA BUENO COIMBRA
- CLAUDIO HELENO TELLES WASCONCELLOS
- COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA
- CONSORCIO DO CORREDOR ATLANTICO DO MERCOSUL
- CONSORCIO OPERACIONAL DO CORREDOR DE TRANSP. CENTROLESTE
- CRISTINA VARGAS CARDOSO
- EDMAR ARAUJO MACHADO
- EDSON RIBEIRO GARCIA
- FABRICIO BARCELOS DOS SANTOS
- FUNDACAO CENTROLESTE
- HELIO HENRIQUE TELLES VASCONCELOS
- ISTAEL CARLOS NERY DA SILVA
- KARINA XISTULI FERREIRA DE MORAES
- KEYLA SILVA DA SILVA
- LENY BUENO
- MARCIA REGINA FERREIRA
- MARCOS RENATO SOUSA DOS SANTOS
- MARCOS ROGERIO FERREIRA
- MARIA DA CONCEICAO RANGEL LISBOA
- NATALICIO INOCENCIO DE ALMEIDA
- PATRICIA KRUGER
- SHEILA DA SILVA MOTA
- SORAYA DOELLINGER ASSAD
- SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS
- VLADIMIR ARAUJO MACHADO
- WANESKA GOMES SALLES

Dias, Rezende & Alencar informam que foi rescindido o contrato celebrado com o agravante Suape Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros a partir de 3/7/2023. Anexos, documentos que comprovam a rescisão contratual.  
De acordo com o Sistema de Informações Judiciárias do TST o agravante Suape Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros já indicou novos patronos, por meio da Petição nº. 384415/2023.

**DETERMINO** a exclusão dos nomes dos advogados Paulo Gabriel Domingues de Rezende (OAB/PE 26.965) e Tomás Tavares Alencar (OAB/PE 38.475), integrantes do escritório de advocacia Dias, Rezende & Alencar indicados no instrumento de procuração colacionado às pp. 596/597 dos registros do presente feito.  
**INTIME-SE** o agravante Suape Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, informar se a Dra. Yara Assis Vidal (OAB/PE 33.098) permanecerá como patrona do presente feito, tendo em vista que não integra a Sociedade Dias, Rezende & Alencar.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-1000985-14.2019.5.02.0063**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	JOSE DE ANCHIETA GOMES
Advogado	Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694/SP)
Advogada	Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-A/SP)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)
Agravado(s) e Recorrido(s)	TIM S.A.
Advogado	Rodrigo Antônio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE DE ANCHIETA GOMES
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- TIM S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. apresenta endosso de seguro garantia judicial para renovar a apólice constante nos autos (pp. 373/375). Requer que as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Sérgio Carneiro Rosi (OAB/MG 71.639), sob pena de nulidade. Anexos, apólice nº 0306920199907750307909000 (Endosso 001), certidões de administradores, de livre movimentação de ativos e de regularidade e instrumento de procuração.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, *caput*, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à

apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL POR SEGURO GARANTIA. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juiz de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de



requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, caput, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito.**" (AIRR-11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando se tratar de apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, caput, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação

institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

**Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário.** (...) (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 26/6/2020 - grifos nossos)

Diante do exposto, **DETERMINO** a adoção das seguintes providências:

- i) o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 358594/2023 e seus anexos, inclusive a apólice de seguro garantia constante nos autos, a fim de que examine o pedido como entender de direito (pdf. integral, pp. 373/375 e seq. 37/43); e
- ii) que as comunicações dos atos processuais sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Sérgio Carneiro Rosi (OAB/MG 71.639), sob pena de nulidade.

Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0001409-66.2014.5.03.0113**

Complemento Processo Eletrônico  
Agravante(s) e Agravado(s) WASHINGTON DA SILVA JACOB  
Advogado Hudson Leonardo de Campos(OAB: 75761-A/MG)  
Agravante(s) e Agravado(s) TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
Advogado Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)  
Agravado(s) TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Décio Flávio Gonçalves Torres Freire(OAB: 56543-S/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- WASHINGTON DA SILVA JACOB

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante e agravada Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. apresenta endosso de seguro garantia judicial para renovar a apólice constante nos autos (pp. 1.796/1.798). Requer que as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Sérgio Carneiro Rosi (OAB/MG 71.639). Anexos, apólice nº. 0306920199907750305092000 (Endosso 001), certidões de administradores e de regularidade e instrumento de procuração.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, caput, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL POR SEGURO GARANTIA. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº

1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juízo de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, caput, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito.**" (AIRR-11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando se quer a apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao

exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, *caput*, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

**Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário.** (...)" (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 26/6/2020 - grifos nossos)

Diante do exposto, **DETERMINO** a adoção das seguintes providências:

- i) o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 359195/2023 e seus anexos, inclusive a apólice de seguro garantia constante nos autos, a fim de que examine o pedido como entender de direito (pdf. integral, pp. 1.796/1.798 e seq. 4/10); e
- ii) as comunicações dos atos processuais sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Sérgio Carneiro Rosi (OAB/MG 71.639), sob pena de nulidade.

Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0010803-64.2018.5.03.0014**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	MARLON DE ARAUJO ALVES
Advogado	José Maurício de Castro(OAB: 75231-A/MG)
Advogada	Alessandra Coimbra de Castro(OAB: 84577-A/MG)
Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado	Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MARLON DE ARAUJO ALVES
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante e agravada Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. apresenta endosso de seguro garantia judicial para renovar a apólice constante nos autos (pp.1.937/1.939).

Requer que as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Sérgio Carneiro Rosi (OAB/MG 71.639), sob pena de nulidade. Anexos, apólice nº 0306920199907750341831000 (Endosso 001), certidões de administradores, de livre movimentação de ativos e de regularidade e instrumento de

procuração.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, *caput*, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

**"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO**

**RECURSAL POR SEGURO GARANTIA. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.** A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecuratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juiz de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, caput, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim,

considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito.**" (AIRR-11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando se tratar de apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, *caput*, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.



**Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário.**

(...)" (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 26/6/2020 - grifos nossos)

Diante do exposto, **DETERMINO** a adoção das seguintes providências:

i) o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 359579/2023 e seus anexos, inclusive a apólice de seguro garantia constante nos autos, a fim de que examine o pedido como entender de direito (pdf. integral, pp. 1.937/1.939 e seq. 26/32); e

ii) que as comunicações dos atos processuais sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Sérgio Carneiro Rosi (OAB/MG 71.639), sob pena de nulidade.

Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-0011946-20.2014.5.15.0071**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	ANDRE LUIS NOGUEIRA
Advogado	Vinícius Augustus Fernandes Rosa Cascone(OAB: 248321-B/SP)
Advogado	Lucas Messiano Bortolato Pernas(OAB: 352240-D/SP)
Agravante(s) e Agravado(s)	MAHLE METAL LEVE S.A.
Advogado	Gustavo Sartori(OAB: 220186-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDRE LUIS NOGUEIRA  
- MAHLE METAL LEVE S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante e agravada Mahle Metal Leve S.A. apresenta endosso de seguro garantia judicial para renovar a apólice constante nos autos (pp. 1.747/1.762). Requer que as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Gustavo Sartori (OAB/SP 220.186). Anexos, apólice nº 02-0775-0917861, certidões de administradores e de regularidade.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais

dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, *caput*, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO

RECURSAL POR SEGURO GARANTIA. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecuratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juiz de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta

instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, *caput*, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito.**" (AIRR-11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando se tratar de apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, *caput*, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação

automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

**Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário.**

(...)" (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 26/6/2020 - grifos nossos)

Diante do exposto, **DETERMINO** a adoção das seguintes providências:

i) o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 359944/2023 e seus anexos, inclusive a apólice de seguro garantia constante nos autos, a fim de que examine o pedido como entender de direito (pdf. integral, pp. 1.747/1.762 e seq. 35/36); e

ii) as comunicações dos atos processuais sejam feitas exclusivamente em nome do Dr. Gustavo Sartori (OAB/SP 220.186), sob pena de nulidade, conforme instrumento de procuração colacionado aos autos. (pdf. integral, pp. 1.902/1.905)  
Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0010299-58.2021.5.03.0077**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrido(s)	NARA RODRIGUES FELIX
Advogado	Celso Soares Guedes Filho(OAB: 45383-A/MG)
Agravado(a)(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s)	AMERICANAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Diego Neves Ferreira(OAB: 182808-A/RJ)
Advogado	Cristovao Tavares Macedo Soares Guimaraes(OAB: 77988-A/RJ)
Advogado	Igor de Moraes Pernambuco Agostini de Matos(OAB: 145978-A/RJ)
Advogado	Bruno Mendes Lopes(OAB: 99185/RJ)
Agravado(s) e Recorrido(s)	MIG TRANSPORTES E LOGÍSTICA EIRELI E OUTRA
Advogado	Giuliano Dias da Silva(OAB: 71954-A/MG)
Administrador Judicial	PRESERVA-AÇÃO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
Advogado	Bruno Galvao Souza Pinto de Rezende(OAB: 124405-A/RJ)
Administrador Judicial	ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ZVEITER
Advogado	Sérgio Zveiter(OAB: 36501/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AMERICANAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ZVEITER
- MIG TRANSPORTES E LOGÍSTICA EIRELI E OUTRA
- NARA RODRIGUES FELIX
- PRESERVA-AÇÃO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Em cumprimento ao despacho proferido em 28/6/2023, a reclamada Americanas S.A. (Em Recuperação Judicial) regulariza a representação processual. Requer que as intimações direcionadas aos patronos das reclamadas, nas quais não se incluem as intimações para atos privativos da parte, sejam realizadas exclusivamente em nome do Dr. Bruno Mendes Lopes (OAB/RJ 99.185), sob pena de nulidade, na forma da Súmula 427 do TST. Anexos, atos constitutivos, instrumento de procuração e substabelecimento.

**DEFIRO** o pedido.

**DETERMINO** que as comunicações dos atos processuais sejam feitas conforme requerido, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para o regular trâmite do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº AIRR-1000584-55.2021.5.02.0318**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	VIAÇÃO URBANA GUARULHOS S.A.
Advogado	João Gabriel Gomes Pereira(OAB: 296798-A/SP)
Agravado(s)	GILDENY OLIVEIRA MAGALHAES
Advogado	Denis Magalhães Peixoto(OAB: 376961-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GILDENY OLIVEIRA MAGALHAES
- VIAÇÃO URBANA GUARULHOS S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Viação Urbana Guarulhos S.A. manifesta

interesse na realização de audiência de conciliação.

**DETERMINO**a remessa dos autos ao CEJUSC/TST para a adoção das providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº Ag-AIRR-0137200-87.1996.5.02.0073**

*Processo Nº Ag-AIRR-01372/1996-073-02-00.3*

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	BRAZ DE LIMA
Advogado	André Cremaschi Sampaio(OAB: 107432/SP)
Advogado	Francisco Ary Montenegro Castelo(OAB: 13567/SP)
Agravado(s)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Arnor Serafim Júnior(OAB: 79797/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRAZ DE LIMA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 379321/2023 e 381601/2023.

Por meio da Petição nº. 379321/2023, o agravante Braz de Lima se manifesta sobre o inteiro teor da Petição nº. 347661/2023.

Na Petição nº. 381601/2023, o agravante Braz de Lima apresenta instrumento de substabelecimento. Requer que as notificações e intimações sejam feitas em nome do Dr. José Torres das Neves (OAB/DF 943).

**DETERMINO** que as comunicações dos atos processuais sejam feitas conforme requerido, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

Ministra Relatora

**Processo Nº RRAg-0000927-94.2019.5.17.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrente	LEANDRO DA SILVA SOUZA
Advogada	Dra. Rozalinda Nazareth Sampaio Scherrer(OAB: 7386-A/ES)
Advogada	Dra. Diana Dalapícola Scherrer(OAB: 13215-A/ES)
Agravado e Recorrido	ARCELORMITTAL BRASIL S.A. E OUTRA
Advogada	Dra. Elaine Santos Soares(OAB: 121735-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARCELORMITTAL BRASIL S.A. E OUTRA
- LEANDRO DA SILVA SOUZA

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 368482/2023-9.

As partes noticiam acordo e requerem a sua homologação.

Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).

Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**SERGIO PINTO MARTINS**

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0001310-58.2019.5.09.0015**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante, Recorrente e Recorrido SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA.  
Advogado Dr. Daniel Domingues Chiode(OAB: 173117-A/SP)  
Agravado, Recorrente e Recorrido EDVALDO DOS SANTOS SILVA  
Advogado Dr. Graciela Justo Evaldt(OAB: 65359-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDVALDO DOS SANTOS SILVA
- SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA.

Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 385955/2023-9 e 387355/2023-9.

As partes noticiam acordo e requerem a sua homologação.

Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).

Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº RR-1001573-36.2019.5.02.0058**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Recorrente THALYA APARECIDA DA SILVA  
Advogado Dr. Daniel de Souza Calisto(OAB: 376341-A/SP)  
Recorrido CINEMARK BRASIL S.A.  
Advogado Dr. João Paulo Fogaça de Almeida Fagundes(OAB: 154384-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CINEMARK BRASIL S.A.
- THALYA APARECIDA DA SILVA

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 369493/2023-3.

Considerando que o julgamento do recurso de revista ocorreu em 05/06/2023 (seq. 9), divulgado no DEJT, em 12/06/2023 (seq. 10), exaurido, pois, o ofício jurisdicional perante esta Corte.

Após o decurso do prazo, certifique-se a não interposição de recurso e baixem-se os autos.

O pedido formulado pela reclamada caberá, se for o caso, ser renovado junto ao Juízo de origem, para os fins de direito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0031600-35.2008.5.01.0057**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante e Recorrente SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO  
Advogada Dra. Taísa Navarro Lins Melo(OAB: 147702-D/RJ)  
Agravado e Recorrido SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEPRORJ  
Advogado Dr. Daniel Pereira da Costa(OAB: 120745/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
- SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEPRORJ

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 379574/2023-0.

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEPRORJ requer o andamento do feito (seq. 58).

Esclareço ao Peticionante, contudo, que o julgamento ocorrerá com a maior brevidade possível, observando-se os parâmetros de trabalho deste gabinete.

Aguarde-se.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0010054-65.2022.5.18.0054**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante, Agravado e Recorrido VIA S.A.  
Advogado Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167-A/MG)  
Agravante, Agravado e Recorrente HUGO KELVIN BENEDITO FERREIRA DOS SANTOS BASTOS  
Advogado Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)  
Advogado Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)  
Advogado Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HUGO KELVIN BENEDITO FERREIRA DOS SANTOS BASTOS
- VIA S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 364287/2023-0.

Em face do acordo homologado pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (CumPrSe 0011441-18.2022.5.18.0054), determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.



Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0011224-45.2018.5.15.0006**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante e Recorrente      FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS SOUZA  
Advogada              Dra. Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-D/SP)  
Advogado              Dr. Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694-A/SP)  
Agravado e Recorrido      TEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.  
Advogada              Dra. Sílvia Helena Grassi de Freitas(OAB: 116362-A/SP)  
Agravado e Recorrido      TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Advogado              Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)  
Advogado              Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado              Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS SOUZA
- TEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 380285/2023-2. O reclamante FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS SOUZA requer o andamento do feito (seq. 15).

Esclareço ao Peticionante, contudo, que o julgamento ocorrerá com a maior brevidade possível, observando-se os parâmetros de trabalho deste gabinete.

Aguarde-se.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-0010358-11.2022.5.18.0201**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante              BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Advogado              Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 27284-S/GO)  
Advogado              Dr. Carlos Jose Elias Junior(OAB: 10424-A/DF)  
Agravado              LUCAS PEREIRA GONCALVES DO CARMO  
Advogado              Dr. Danilo Graziane da Silva(OAB: 56233-A/GO)  
Advogado              Dr. Rafael Goncalves da Cruz(OAB: 56249-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LUCAS PEREIRA GONCALVES DO CARMO

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 374403/2023-8. As partes noticiam acordo e requerem a sua homologação. Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de

5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).

Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0000919-27.2019.5.09.0008**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante, Recorrente e Recorrido      CLAUDIR JOSE MACHADO DA SILVA  
Advogado              Dr. Ademir da Silva(OAB: 25410-A/PR)  
Agravante, Agravado e Recorrido      CONDOR SUPER CENTER LTDA.  
Advogado              Dr. Thiago Henrique Fuzinelli(OAB: 41795-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUDIR JOSE MACHADO DA SILVA
- CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 372762/2023-5 e 374317/2023-1.

Em face do acordo homologado pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (CumPrSe 0000170-68.2023.5.09.0008), determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-0011374-25.2019.5.15.0092**

Complemento      Processo Eletrônico  
Relator              Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante              TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
Advogado              Dr. Sergio Carneiro Rosi(OAB: 312471 -S/SP)  
Agravado              ALAN SANTOS ALVES  
Advogada              Dra. Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-D/SP)  
Advogado              Dr. Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694-A/SP)  
Agravado              TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Advogado              Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)  
Advogado              Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado              Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALAN SANTOS ALVES  
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 378342/2023-2. MULTIPLIER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZAO informa que é cessionária dos créditos da reclamante, conforme documentação apresentada. Requer sua habilitação como terceira interessada, bem como postula que as publicações sejam realizadas em nome do Dr. ARLEN IGOR BATISTA CUNHA, inscrito na OAB/SP sob o nº 203.863. Colaciona documentos (seqs. 20-24). Tratando-se de interesse puramente econômico, indefiro o requerimento. Prossigam-se os trâmites processuais. Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0001239-02.2018.5.09.0594**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante, Agravado e Recorrido	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Paulo Roberto Chiquita(OAB: 13241-A/PR)
Advogado	Dr. Arno Apolinário Júnior(OAB: 15812-A/PR)
Advogado	Dr. Alan Ariovaldo Canali Guedes(OAB: 49048-A/PR)
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308/PR)
Advogado	Dr. Felipe Miguel Mendonça Ferreira(OAB: 84256-A/PR)
Agravante, Agravado e Recorrente	ELIABE CRISTIANO DE MELO
Advogado	Dr. Sidnei Machado(OAB: 18533-A/PR)
Advogado	Dr. Christian Marcello Mañas(OAB: 29190-A/PR)
Advogado	Dr. Roberto Mezzomo(OAB: 45386/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIABE CRISTIANO DE MELO  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 378601/2023-7. O reclamante ELIABE CRISTIANO DE MELO requer o andamento do feito (seq. 12). Esclareço ao Peticionante, contudo, que o julgamento ocorrerá com a maior brevidade possível, observando-se os parâmetros de trabalho deste gabinete. Aguarde-se. Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0001314-55.2018.5.09.0654**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrido	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308/PR)
Agravado e Recorrente	JUMAR TAVARES DA SILVA
Advogado	Dr. Sidnei Machado(OAB: 18533-A/PR)
Advogado	Dr. Christian Marcello Mañas(OAB: 29190-A/PR)
Advogado	Dr. Roberto Mezzomo(OAB: 45386/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JUMAR TAVARES DA SILVA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 378617/2023-3. O reclamante JUMAR TAVARES DA SILVA requer o andamento do feito (seq. 22). Esclareço ao Peticionante, contudo, que o julgamento ocorrerá com a maior brevidade possível, observando-se os parâmetros de trabalho deste gabinete. Aguarde-se. Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0000937-84.2018.5.09.0654**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrido	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Paulo Roberto Chiquita(OAB: 13241-A/PR)
Advogado	Dr. Arno Apolinário Júnior(OAB: 15812-A/PR)
Advogado	Dr. Alan Ariovaldo Canali Guedes(OAB: 49048-A/PR)
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308/PR)
Advogado	Dr. Felipe Miguel Mendonça Ferreira(OAB: 84256-A/PR)
Agravado e Recorrente	JURACI VIEIRA NOVAES JUNIOR
Advogado	Dr. Christian Marcello Mañas(OAB: 29190-A/PR)
Advogado	Dr. Roberto Mezzomo(OAB: 45386-A/PR)
Advogado	Dr. Sidnei Machado(OAB: 18533/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JURACI VIEIRA NOVAES JUNIOR  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 376311/2023-2. O reclamante JURACI VIEIRA NOVAES JUNIOR requer o andamento do feito (seq. 13). Esclareço ao Peticionante, contudo, que o julgamento ocorrerá com a maior brevidade possível, observando-se os parâmetros de trabalho deste gabinete.

Aguarde-se.  
Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0010708-39.2019.5.03.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante, Agravado e Recorrente	DANIEL SADDI MELO
Advogado	Dr. Livia Reggiani Lima(OAB: 122655-A/MG)
Advogado	Dr. Isabella Sanglard Pimenta Machado(OAB: 104778-A/MG)
Agravante, Agravado e Recorrido	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Euler de Moura Soares Filho(OAB: 45429/MG)
Advogado	Dr. Rosalia Maria Lima Soares(OAB: 147987-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BRADESCO S.A.
- DANIEL SADDI MELO

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 378377/2023-4. MULTIPLIER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZAO informa que é cessionária dos créditos da reclamante, conforme documentação apresentada. Requer sua habilitação como terceira interessada, bem como postula que as publicações sejam realizadas em nome do Dr. ARLEN IGOR BATISTA CUNHA, inscrito na OAB/SP sob o nº 203.863. Colaciona documentos (seqs. 9-14).

Tratando-se de interesse puramente econômico, indefiro o requerimento.

Prossigam-se os trâmites processuais.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0010833-34.2020.5.03.0013**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrente	VIA S.A.
Advogado	Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss(OAB: 63513/MG)
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006/SP)
Agravado e Recorrido	SABRINA MARIA MARTINS COSTA
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SABRINA MARIA MARTINS COSTA

- VIA S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 379548/2023-0. Em face do acordo homologado pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (CumPrSe 379548/2023-0), determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0100343-15.2020.5.01.0207**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	VIA S.A.
Advogada	Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Agravado	CRISTIANO SANTANA DA SILVA
Advogado	Dr. Jose Solon Tepedino Jaffe(OAB: 128788-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CRISTIANO SANTANA DA SILVA
- VIA S.A.

Junte-se a petição tombada sob o nº TST-Pet. 380093/2023-9.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pelo expediente de sequencial 6, solicita a devolução dos presentes autos para realização de audiência de conciliação perante o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT de 2º Grau.

Dessa forma, determino a baixa imediata dos autos para o CEJUSC 2º grau do TRT 1ª Região.

Cumprе ressaltar que, não havendo acordo entre as partes, os autos deverão retornar imediatamente a esta Corte Superior para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0101036-34.2020.5.01.0066**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante, Recorrente e Recorrido	VIA S.A.
Advogada	Dra. Mariana Fabris(OAB: 277295/SP)
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855/PE)
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Agravado, Recorrente e Recorrido	LEDA LUCIA DE BARROS RANGEL DOS SANTOS
Advogado	Dr. Cibele Lopes da Silva(OAB: 236712-S/RJ)
Advogado	Dr. Leandro Martins da Silva(OAB: 236813-S/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LEDA LUCIA DE BARROS RANGEL DOS SANTOS  
- VIA S.A.

Junte-se a petição tombada sob o nº TST-Pet. 380201/2023-1.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pelo expediente de sequencial 6, solicita a devolução dos presentes autos para realização de audiência de conciliação perante o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT de 2º Grau.

Dessa forma, determino a baixa imediata dos autos para o CEJUSC 2º grau do TRT 1ª Região.

Cumprе ressaltar que, não havendo acordo entre as partes, os autos deverão retornar imediatamente a esta Corte Superior para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-1000374-33.2019.5.02.0040**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA. E OUTRO
Advogada	Dra. Maria Cristina da Costa Fonseca(OAB: 14974-A/DF)
Advogada	Dra. Gislene Coelho dos Santos(OAB: 166535-A/SP)
Advogada	Dra. Aline Moraes de Oliveira(OAB: 336202/SP)
Agravado	JOSE ALVES DA CRUZ
Advogado	Dr. Edilson São Leandro(OAB: 136654-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE ALVES DA CRUZ  
- MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA. E OUTRO

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST- Pet. 372057/2023-0. Tendo em vista a determinação, pelo STF, de suspensão de todos os processos, individuais e coletivos, que versem sobre o Tema 1232 (RE 1.387.795/MG, Rel. Min. Dias Toffoli), acerca da possibilidade de inclusão no polo passivo da lide, na fase de execução trabalhista, de empresa integrante de grupo econômico que não tenha participado do processo de conhecimento, determino a suspensão do presente feito, remetendo-se os autos à Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-0000862-20.2021.5.07.0032**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins

Agravante	M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado	Dr. Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587/CE)
Agravado	FRANCISCO GILBERTO FERREIRA EVANGELISTA
Advogado	Dr. Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO GILBERTO FERREIRA EVANGELISTA  
- M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 362168/2023-7.

As partes notificam acordo e requerem a sua homologação.

Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).

Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0000637-11.2018.5.09.0594**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrido	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Arno Apolinário Júnior(OAB: 15812-A/PR)
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308/PR)
Advogado	Dr. Felipe Miguel Mendonça Ferreira(OAB: 84256-A/PR)
Agravado e Recorrente	ANGELINO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR
Advogado	Dr. Christian Marcello Mañas(OAB: 29190-A/PR)
Advogado	Dr. Roberto Mezzomo(OAB: 45386-A/PR)
Advogado	Dr. Sidnei Machado(OAB: 18533/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANGELINO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 364819/2023-9.

O reclamante ANGELINO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR requer o andamento do feito (seq. 10).

Esclareço ao Peticionante, contudo, que o julgamento ocorrerá com a maior brevidade possível, observando-se os parâmetros de trabalho deste gabinete.

Aguarde-se.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0010641-08.2022.5.03.0183**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAgens S.A.
Advogado	Dr. Vanessa Caixeta Alves Toffalini(OAB: 67215-A/MG)
Advogado	Dr. Cristiano Augusto Teixeira Carneiro(OAB: 59728-A/MG)
Agravado	JOSE ANTONIO MOREIRA CANA BRASIL
Advogado	Dr. Aislan Eugênio Caldeira dos Santos(OAB: 91343-A/MG)
Advogado	Dr. André Drummond Renault(OAB: 112691-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAgens S.A.
- JOSE ANTONIO MOREIRA CANA BRASIL

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 361416/2023-3. Em face do acordo homologado pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (CumPrSe 0010389-90.2023.5.03.0111), determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-1000628-12.2019.5.02.0038**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Agravado	MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA.
Advogada	Dra. Maria Cristina da Costa Fonseca(OAB: 14974/DF)
Advogado	Dr. Maria Cristina Cardoso(OAB: 78042-A/SP)
Advogada	Dra. Gislene Coelho dos Santos(OAB: 166535-A/SP)
Agravante e Agravado	AUTO VIAÇÃO SANTA BÁRBARA LTDA. E OUTRAS
Advogada	Dra. Débora Cedraschi Dias(OAB: 121219-D/SP)
Advogada	Dra. Claudenice Alexandre de Souza Amorim(OAB: 186476-A/SP)
Agravado	EZEQUIEL FERREIRA BORGES
Advogado	Dr. Adilson Guerche(OAB: 130505-A/SP)
Agravado	DADOS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.
Agravado	CIRNE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Agravado	PATRIMONIAL VERA CRUZ LTDA.
Agravado	ARRAIAL DAJUDA ECO RESORT LTDA
Advogada	Dra. Rita de Cássia Klueviev Toledo(OAB: 339522-A/SP)
Agravado	BAHIA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS E LAZER LTDA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARRAIAL DAJUDA ECO RESORT LTDA
- AUTO VIAÇÃO SANTA BÁRBARA LTDA. E OUTRAS
- BAHIA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS E LAZER LTDA
- CIRNE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- DADOS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.
- EZEQUIEL FERREIRA BORGES
- MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA.
- PATRIMONIAL VERA CRUZ LTDA.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST- Pet. 371317/2023-2. Tendo em vista a determinação, pelo STF, de suspensão de todos os processos, individuais e coletivos, que versem sobre o Tema 1232 (RE 1.387.795/MG, Rel. Min. Dias Toffoli), acerca da possibilidade de inclusão no polo passivo da lide, na fase de execução trabalhista, de empresa integrante de grupo econômico que não tenha participado do processo de conhecimento, determino a suspensão do presente feito, remetendo-se os autos à Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0011118-82.2020.5.03.0027**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrente	VIA S.A.
Advogado	Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss(OAB: 63513/MG)
Agravado e Recorrido	LUAN MARTINS LEITE
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUAN MARTINS LEITE
- VIA S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 361416/2023-3. Em face do acordo homologado pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (CumPrSe 0011352-93.2022.5.03.0027), determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº Ag-RR-1000777-67.2017.5.02.0041**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.



Advogada Dra. Ana Regina Marques Brandão(OAB: 4891/AL)  
Advogado Dr. André Preto Magri(OAB: 403326-A/SP)  
Agravado ANTONIA ROSA COUTO  
Advogado Dr. Laércio Gallassi(OAB: 395260-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIA ROSA COUTO
- BANCO DO BRASIL S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 362246/2023-6. Defiro o postulado e determino a retificação da autuação, para fazer constar que o feito está sujeito à tramitação preferencial, conforme documentação constante dos autos (fls. 40).

Após, prossiga-se com o regular andamento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0001060-92.2019.5.10.0016**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante e Agravado LUIZ PAULO FERREIRA LISBOA  
Advogado Dr. Marcelo Americo Martins da Silva(OAB: 11776-A/DF)  
Agravante e Agravado BANCO SAFRA S.A.  
Advogada Dra. Cristiana Rodrigues Gontijo(OAB: 6930/DF)  
Advogado Dr. Leonardo Santana Caldas(OAB: 12870-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO SAFRA S.A.
- LUIZ PAULO FERREIRA LISBOA

Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 382118/2023-9 e 382118/2023-9.

As partes notificam acordo e requerem a sua homologação.

Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).

Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-0000970-72.2021.5.09.0071**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins

Agravante EVANDRO AUGUSTO DE SOUZA OLIVEIRA  
Advogado Dr. Alan Honjaya(OAB: 280907-A/SP)  
Agravado COOPERATIVA DE CREDITO DA REGIAO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL  
Advogado Dr. Marcelo Dalanhol(OAB: 31510-D/PR)  
Advogado Dr. Diego Felipe Munoz Donoso(OAB: 21624-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COOPERATIVA DE CREDITO DA REGIAO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL
- EVANDRO AUGUSTO DE SOUZA OLIVEIRA

Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 378788/2023-4 e 383350/2023-5.

As partes notificam acordo e requerem a sua homologação.

Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).

Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
SERGIO PINTO MARTINS  
Ministro Relator

**Processo Nº Ag-RRAg-1000604-44.2017.5.02.0461**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante EDILSON LUCAS FERREIRA  
Advogado Dr. Paulo Henrique de Oliveira(OAB: 136460/SP)  
Agravado VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.  
Advogada Dra. Ana Cristina Grau Gameleira Werneck(OAB: 88982-A/RJ)  
Advogado Dr. Leonardo Santini Echenique(OAB: 249651-A/SP)  
Advogado Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDILSON LUCAS FERREIRA
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 377097/2023-0.

As partes notificam acordo e requerem a sua homologação.

Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).

Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-1000197-47.2020.5.02.0036**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante FESS' KOBBI ASSESSORIA DE MARKETING E COMUNICACAO LTDA.  
Advogado Dr. Alexandre Pessoa Afonso(OAB: 156361-A/SP)  
Advogado Dr. Marcela Arminda de Santana(OAB: 374501-A/SP)  
Advogado Dr. Camilla Brandao Coelho Andrade(OAB: 427417-A/SP)  
Agravado LUIZ FERNANDO ITO GRAMINHOLLI  
Advogado Dr. Caio de Moura Lacerda dos Santos(OAB: 331743-A/SP)  
Advogado Dr. Fábio Moleiro Franci(OAB: 370252-A/SP)  
Advogado Dr. Ricardo Rissieri Nakashima(OAB: 350879-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FESS' KOBBI ASSESSORIA DE MARKETING E COMUNICACAO LTDA.  
- LUIZ FERNANDO ITO GRAMINHOLLI

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 376505/2023-3.  
As partes notificam acordo e requerem a sua homologação.  
Registro que, por meio da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, o Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) foi transformado em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST).  
Assim, considerando o solicitado pelas partes e o disposto nos arts. 10 e 13 da referida Resolução Administrativa, determino o encaminhamento dos presentes autos para o CEJUSC/TST, para as providências que entender pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-1000192-78.2020.5.02.0083**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante ICOMON TECNOLOGIA LTDA.  
Advogado Dr. Flavio Maschietto(OAB: 147024-A/SP)  
Advogado Dr. Nelson Wilians Fraton Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)  
Agravado WESLEY DE SOUZA VALENCIO  
Advogada Dra. Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-D/SP)  
Advogado Dr. Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694-A/SP)  
Agravado TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Advogado Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)  
Advogado Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)  
Advogado Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.  
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
- WESLEY DE SOUZA VALENCIO

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 375835/2023-7.  
O reclamante WESLEY DE SOUZA VALENCIO requer o andamento do feito (seq. 18).  
Esclareço ao Peticionante, contudo, que o julgamento ocorrerá com a maior brevidade possível, observando-se os parâmetros de trabalho deste gabinete.  
Aguarde-se.  
Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº Ag-AIRR-0000407-70.2016.5.08.0107**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Sergio Pinto Martins  
Agravante OSTRANS PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTRAS  
Advogada Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-D/GO)  
Agravado NAILTON JOSÉ DE VASCONCELOS  
Advogado Dr. José Carlos Espirito Santo Sardinha Júnior(OAB: 15415-B/PA)  
Agravado VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada Dra. Lorena Miranda Centeno Gasel(OAB: 29390/GO)  
Agravado TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRO  
Advogado Dr. Thiago Bazílio Rosa D'Oliveira(OAB: 19712/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NAILTON JOSÉ DE VASCONCELOS  
- OSTRANS PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTRAS  
- TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRO  
- VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 339901/2022-3.  
Aguarde-se o julgamento do feito.  
Prossigam-se os trâmites processuais.  
Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº AIRR-1000689-48.2021.5.02.0442**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	RENATO DA SILVA MARQUES E OUTROS
Advogada	Dra. Carla Costa da Silva Mazzeo(OAB: 104060-A/SP)
Agravado	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Advogado	Dr. Gustavo Sartori(OAB: 220186-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
- RENATO DA SILVA MARQUES E OUTROS

Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 264635/2023-4, 264635/2023-4 e 374880/2023-5.

Manifeste-se o agravante, no prazo de 5 (cinco) dias, quanto ao teor da petição (seq. 14).

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Processo Nº RRAg-0100976-90.2017.5.01.0058**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrente	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Ana Gabriela Burlamaqui de Carvalho Vianna(OAB: 81690-D/RJ)
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 214713-A/RJ)
Advogado	Dr. Alessandra de Almeida Figueiredo(OAB: 237754-A/SP)
Agravado e Recorrido	DERLAN DOS SANTOS SANTANA
Advogada	Dra. Isabel de Lemos Pereira Belinha Sardas(OAB: 96550-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DERLAN DOS SANTOS SANTANA
- VIA VAREJO S.A.

Junte-se a petição tombada sob o nº TST-Pet. 380128/2023-0.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pelo expediente de sequencial 17, solicita a devolução dos presentes autos para realização de audiência de conciliação perante o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT de 2º Grau.

Dessa forma, determino a baixa imediata dos autos para o CEJUSC 2º grau do TRT 1ª Região.

Cumprе ressaltar que, não havendo acordo entre as partes, os autos deverão retornar imediatamente a esta Corte Superior para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 27 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

**Edital**

**Publicação de intimação ao(s) embargado(s) para apresentação de impugnação aos embargos e contrarrazões ao agravo**

Em observância ao disposto no art. 265, do RITST, bem como no art.2º,§2º,item II, da IN 35/2012-TST, fica(m) intimado(s) o(s) agravado(s) a seguir relacionado(s) para apresentar(em) impugnação aos embargos e contrarrazões ao agravo, no prazo legal.

**Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0000204-86.2020.5.14.0403**

Complemento	Processo Eletrônico
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE RIO BRANCO
Procuradora	DRA. AURY MARIA BARROS SILVA PINTO MARQUES
AGRAVADO(S)	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROȘANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
AGRAVADO(S)	VAGNER SARAIVA DA SILVA
Advogado	DR. ALDECIR PAZ D' AVILA JUNIOR(OAB: 4565-A/AC)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- MUNICIPIO DE RIO BRANCO
- VAGNER SARAIVA DA SILVA

**Processo Nº Ag-E-ARR-0011654-98.2016.5.15.0092**

Complemento	Processo Eletrônico
AGRAVANTE(S)	ZAMP S.A.
Advogado	DR. ADRIANO LORENTE FABRETTI(OAB: 164414-A/SP)
AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA(OAB: 123199/SP)
AGRAVADO(S)	GILMAR SANTOS DE SOUZA
Advogado	DR. ANTÔNIO SOUSA DA CONCEIÇÃO MENDES(OAB: 149399-A/SP)
Advogado	DR. SILVIA MARIA DE ALMEIDA(OAB: 193483/SP)
AGRAVADO(S)	TV TRANSNACIONAL TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- GILMAR SANTOS DE SOUZA
- TV TRANSNACIONAL TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- ZAMP S.A.

Brasília, 27 de julho de 2023

REGINALDO DE OZEDA ALA

Secretário da 8ª Turma

**Secretaria da Oitava Turma**

**Edital**

**EDITAL DE CANCELAMENTO**

Para ciência dos advogados, partes e demais interessados, informo

o cancelamento do julgamento do processo **Ag-AIRR - 1000393-45.2020.5.02.0447** na 7ª Sessão Extraordinária da 8ª Turma, modalidade presencial, a realizar-se no dia 02/08/2023 às 10h. Fica assim CANCELADA a eficácia da publicação realizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 06/07/2023.

**PROCESSO: Ag-AIRR - 1000393-45.2020.5.02.0447 (eSIJ)**

**RELATOR: MIN. DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES**

**AGRAVANTE(S): ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO**

**ADVOGADA: DRA. APARECIDA GISLAINE DA SILVA HERÉDIA**

**ADVOGADO: DR. MARCELO KANITZ**

**AGRAVADO(S): ALFREDO LUIZ DA SILVA CHICOLET**

**ADVOGADO: DR. ELIAS DO AMARAL**

Brasília, 28 de julho de 2023.

Reginaldo de Ozêda Ala

Secretário da 8ª Turma

**Secretaria de Processamento de Recursos  
Extraordinários  
Despacho**

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001212-54.2016.5.08.0129**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SORVETERIA CREME MEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Denise Alves de Miranda Bento(OAB: 21789-D/GO)
Advogado	Klaus Eduardo Rodrigues Marques(OAB: 182340-D/SP)
Agravante(s)	MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.
Advogada	Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-A/GO)
Agravante(s)	VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS
Advogada	Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-A/GO)
Agravado(s)	POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.
Advogado	Patrício Dutra Dantas Ferreira(OAB: 23931-A/GO)
Agravado(s)	TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogado	Luís Antônio Ferraz Mendes(OAB: 79180/SP)
Agravado(s)	DENIVALDO MENDES REIS
Advogado	Romoaldo José Oliveira da Silva(OAB: 224044/SP)
Advogado	Apoena Eugênio Kummer Valk(OAB: 14571-A/PA)
Agravado(s)	MEIER PARTICIPAÇÕES LTDA.
Agravado(s)	TRANSFRIGO TRANSPORTES FRIGORÍFICOS E CARGAS LTDA.
Advogado	Luiz Cláudio da Costa(OAB: 18194-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DENIVALDO MENDES REIS
- MEIER PARTICIPAÇÕES LTDA.
- MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.
- POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.
- SORVETERIA CREME MEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
- TRANSFRIGO TRANSPORTES FRIGORÍFICOS E CARGAS LTDA.
- VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS

Por meio da Petição nº **304199/2023-3**, SORVETERIA CREME MEL S.A. informa que, nos autos do processo da Recuperação Judicial nº 5544051-37.20121.8.09.0051, o juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Goiânia determinou que as quantias relativas a depósitos recursais efetivados no âmbito das ações trabalhistas ajuizadas antes do pedido de recuperação judicial fossem liberados diretamente às recuperandas. Nesse sentido, invocando decisão proferida no Pedido de Providências nº 000127-14.2023.2.00.0500, em que consignado que caberia à parte interessada peticionar em cada um dos processos destinatários da ordem emanada, requer, ressaltando estar em recuperação judicial, a **transferência do valor do depósito recursal existente para conta de sua titularidade**, conforme dados bancários informados.

Inicialmente, conforme documentos anexados, **determino** à SEPREX que proceda à reatuação do feito, para que passe a constar como embargada "SORVETERIA CREME MEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".

No que se refere ao pleito de liberação dos depósitos recursais, cumpre observar que a sua análise não encontra amparo na competência funcional desta Vice-Presidência, a teor do seu caráter de delegação da Corte Constitucional.

A decisão proferida nos autos do pedido de providências invocado pela peticionante em nada altera esse entendimento, haja vista a fase processual em que se encontra a demanda, devendo o pedido ser direcionado ao juízo de origem. Nada a deferir.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ARR-0010152-77.2013.5.01.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Advogado	Décio Flávio Gonçalves Torres Freire(OAB: 1742-A/DF)
Recorrido	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada	Maria Aparecida Alves(OAB: 71743/SP)
Advogado	Arnor Serafim Júnior(OAB: 79797/SP)
Recorrido	ANA KELLY SILVA DE OLIVEIRA E OUTRA
Advogado	José Edmar dos Santos(OAB: 73852-D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA KELLY SILVA DE OLIVEIRA E OUTRA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.

Declaro o meu impedimento para atuar neste processo, nos termos do art. 144, incisos III e VIII, do CPC/15.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREX, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0160000-23.2009.5.01.0028**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO CITICARD S.A.
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 126358-S/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Recorrido	ANA PAULA DE SOUZA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA PAULA DE SOUZA
- BANCO CITICARD S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.

Quanto à petição de nº **310878/2023**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0000757-65.2010.5.01.0074**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Recorrido	ANA PAULA PINTO PESSANHA SIQUEIRA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA PAULA PINTO PESSANHA SIQUEIRA
- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX MOBITEL S.A.

Mediante petição de nº **310903/2023-6**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.



Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-RR-0000854-18.2010.5.01.0025**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONRADO DE ARAÚJO SANTIAGO
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Recorrido	CLARO S.A.
Advogado	André Ricardo Smith da Costa(OAB: 67077/RJ)
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Recorrido	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Décio Flávio Gonçalves Torres Freire(OAB: 2255-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLARO S.A.
- CONRADO DE ARAÚJO SANTIAGO
- CONTAX-MOBITEL S.A.

Declaro o meu impedimento para atuar neste processo, nos termos do art. 144, incisos III e VIII, do CPC/15.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000446-35.2012.5.01.0032**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Pedro Emygdio Cabral de Vasconcellos(OAB: 146062-A/RJ)
Advogada	Karina Graça de Vasconcellos Rêgo(OAB: 92896-A/RJ)
Recorrido	DANIEL DIAS PEREIRA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- DANIEL DIAS PEREIRA

Mediante petição de nº **312512/2023-8**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0090000-86.2009.5.01.0031**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrido	BANCO CITICARD S.A.

Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)  
Advogado José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 126504/SP)  
Recorrido CONTAX-MOBITEL S.A.  
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)  
Advogado Daniele Guimarães de Araújo(OAB: 137818/RJ)  
Advogado Afonso César Burlamaqui(OAB: 15925-D/RJ)  
Recorrido FABRICIA SUELEN DOS SANTOS  
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITICARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- FABRICIA SUELEN DOS SANTOS

Mediante petição de nº **313232/2023-7**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0001106-22.2010.5.01.0057**

Complemento Processo Eletrônico  
Recorrente CONTAX-MOBITEL S.A.  
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)  
Recorrido BANCO ITAUCARD S.A.  
Advogado Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)  
Recorrido OI MÓVEL S.A.

Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)  
Recorrido FERNANDA MIRELLA SARAIVA MAIA  
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- FERNANDA MIRELLA SARAIVA MAIA
- OI MÓVEL S.A.

Mediante petição de nº **313462/2023-1**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0001207-09.2012.5.01.0051**

Complemento Processo Eletrônico  
Recorrente CONTAX-MOBITEL S.A.  
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)  
Recorrido BANCO ITAUCARD S.A.  
Advogada Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)  
Advogado Eduardo Chalfin(OAB: 53588/RJ)  
Recorrido JULIA MARIA BARBOSA DA COSTA  
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.

- JULIA MARIA BARBOSA DA COSTA

Mediante petição de nº **313899/2023**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A. Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento. À SEPRES para as providências cabíveis. Publique-se. Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0010808-95.2021.5.15.0063**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Nayana Cruz Ribeiro(OAB: 4403-A/PI)
Advogado	Joao Gilberto Silveira Barbosa(OAB: 86396-A/SP)
Advogado	Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929-D/RJ)
Advogado	Jeny Nereida Cruz Ribeiro Lemos(OAB: 3213-A/PI)
Agravado(s)	NATALINO JOSE DE SANTANA FILHO
Advogado	Fábio Fazani(OAB: 183851-A/SP)
Agravado(s)	G&E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	João Bernardo dos Santos Sobrinho(OAB: 96888-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- G&E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- NATALINO JOSE DE SANTANA FILHO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição de nº **315237/2023-8**, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRASnoticia que**possuiinteressena designação**

**de audiência de conciliação.**

Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0108100-33.2007.5.01.0040**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Afonso César Boabaid Burlamaqui(OAB: 15925/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Recorrido	LIANA PEREIRA DE FRANÇA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- LIANA PEREIRA DE FRANÇA

Mediante petição de nº **316096/2023-7**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A. Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento. À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-Ag-RR-0001483-56.2010.5.01.0036**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	LILIAN FERNANDA GOMES DE ALMEIDA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Recorrido	CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Raphael Rajão Reis de Caux(OAB: 215387/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- LILIAN FERNANDA GOMES DE ALMEIDA

Mediante petição de nº **316109/2023-2**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Verifica-se que o requerente juntou aos autos os seguintes documentos: ata da assembleia geral extraordinária de transformação (Seq. 71) procuração e substabelecimento, devidamente assinados, com discriminação dos poderes ao advogado constituído (Seq. 39 e 70).

Nestes termos, **defiro os pedidos** e determino a alteração da qualificação da reclamada e a habilitação, com intimações e publicações exclusivas, em relação ao patrono indicado. À SEPRES para as providências cabíveis, diante do recurso extraordinário interposto, pendente de processamento.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0000507-97.2010.5.01.0020**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)
Advogado	Eduardo Chalfin(OAB: 53588/RJ)
Recorrido	MARCELA ARAGÃO MORATTI
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- MARCELA ARAGÃO MORATTI

Mediante petição de nº **316286/2023**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000333-81.2012.5.01.0032**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)

Advogado Eduardo Chalfin(OAB: 53588/RJ)  
Recorrido RAFAEL FERREIRA NASCIMENTO  
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- RAFAEL FERREIRA NASCIMENTO

GVPACV/jpd/

Consoante despacho desta Vice Presidência (Seq.34), o patrono da CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL foi intimado a regularizar a sua representação processual, em decorrência de ter protocolado a petição de nº **38804/2023-8** sem procuração válida nos autos. Transcorrido o prazo concedido, até o momento não houve regularização.

Mediante petições de nº **318404/2023** e **361487/2023**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Quanto à petição de nº **375348/2023** BANCO ITAUCARD SA, requer a juntada dos documentos de representação, solicitando habilitação dos patronos e que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Eduardo Chalfin**, OAB/RJ nº 53.588, e **Priscila Mathias de Moraes Fichtner**, OAB/RJ nº 126.990, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Ainda, informa da oposição da parte ao Juízo 100% Digital.

Examinou.

1.Quanto aos pedidos realizados por meio da petição nº**38804/2023**,**nada a deferir**, na medida em que, apesar de intimados, os advogados subscritores da petição não apresentaram procurações válidas nos autos para representar a parte requerente.

2.Em relação às petições nº **318404/2023** e **361487/2023**, intimem-se a parte requerente, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

3.Sobre a petição de nº **375348/2023**:

- a) **Defiro os pedidos** de habilitação, com intimações e publicações exclusivas, em relação aos patronos indicados.
- b) Quanto ao pedido de discordância ao juízo 100% Digital, **nada**

**a deferir**, considerando que todas as notificações da parte requerente são feitas por meio do Diário Oficial, não havendo nos autos nenhuma determinação para adoção de juízo 100% digital.

4.**Determino** a SEPREG que se proceda com a reatuação deste processo, fazendo constar, como recorrida, BANCO ITAUCARD S.A, atual denominação do BANCO CITICARD S.A., conforme documentação anexa aos autos (Seq.23 e 24, fl.27).

Ultrapassado o prazo sem manifestação em relação ao item “2”, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREG para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0129400-04.2009.5.01.0033**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Ana Tereza Sússekkind Rocha Torres(OAB: 79800/RJ)
Recorrido	PEDRO LUIS CASTRO DE CARVALHO
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- PEDRO LUIS CASTRO DE CARVALHO

Mediante petição de nº **318926/2023**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.



À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0000069-17.2011.5.01.0059**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	BANCO CITICARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 126358-S/RJ)
Recorrido	PRISCILA FREITAS DA ROCHA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITICARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- PRISCILA FREITAS DA ROCHA

Quanto à petição de nº **318936/2023-1**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0001311-85.2010.5.01.0078**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Recorrido	PAMELA DANTAS DOS SANTOS
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- PAMELA DANTAS DOS SANTOS

Quanto à petição de nº **318946/2023-6**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0000835-92.2012.5.01.0008**

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------

Recorrente CONTAX-MOBITEL S.A.  
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)  
Recorrido BANCO ITAUCARD S.A.  
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)  
Advogado Carlos Eduardo Bosisio(OAB: 16162-D/RJ)  
Recorrido REVANILSA NUNES DA SILVA  
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- REVANILSA NUNES DA SILVA

Mediante petição de nº **319044/2023-6**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0083100-90.2009.5.01.0030**

Complemento Processo Eletrônico  
Recorrente CONTAX-MOBITEL S.A.  
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)  
Recorrido AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. E OUTRO  
Advogado Luiz Renato Bueno(OAB: 108608-A/RJ)  
Recorrido RICARDO FERREIRA DE MOURA JUNIOR

Advogada Lígia Magalhães Ramos Barbosa(OAB: 73808-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. E OUTRO
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- RICARDO FERREIRA DE MOURA JUNIOR

Mediante petição de nº **319052/2023-3**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0000826-77.2012.5.01.0058**

Complemento Processo Eletrônico  
Recorrente CONTAX-MOBITEL S.A.  
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)  
Advogado Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)  
Recorrido ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Advogado Carlos Eduardo Bosisio(OAB: 16162/RJ)  
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)  
Recorrido ROBERTA SILVA DE OLIVEIRA  
Advogado Maurício Müller da Costa Moura(OAB: 86770-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX-MOBITEL S.A.
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

- ROBERTA SILVA DE OLIVEIRA

Mediante petição de nº 29405/2023-, LIQ CORP S.A solicita que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de Cristiano de Lima Barreto Dias – OAB/RJ nº 92.784. Ainda, noticia que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requer: **a)** a manutenção da suspensão processual determinada na ação trabalhista até o prazo final de 180 (cento e oitenta) dias; **b)** a proibição de atos constritivos; **c)** que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa; **d)** que seja reconhecida, a partir de 09/06/2022, a isenção de depósitos recursais para a interposição de recursos, bem como reconhecida a desnecessidade de garantia do Juízo para futura condenação; **e)** que existindo garantias creditadas nos autos do processo pela Reclamada, que sejam imediatamente liberadas em favor da Companhia; **f)** que sejam habilitados nos autos da Recuperação Judicial todo crédito trabalhista, inclusive os retardatários, para que a quitação do débito seja realizada nos termos do Plano de Pagamento já aprovado pelo Juízo da 1ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais; e **g)** também que seja determinada a suspensão de eventual crédito oriundo deste feito trabalhista junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT.

Mediante petição de nº 319062/2023, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se as partes requerentes para que se manifestem no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não constam no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social e representação processual da CONTAX-MOBITEL S.A. Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento. À SEPREG para as providências cabíveis. Publique-se. Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0000985-93.2010.5.01.0024**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	ROBERTO CARLOS RODRIGUES
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Felipe Ognibene Pisco(OAB: 163741/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- ROBERTO CARLOS RODRIGUES

Mediante petição de nº 319066/2023-2, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREG para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000531-13.2011.5.01.0046**

Complemento Processo Eletrônico  
Recorrente CONTAX-MOBITEL S.A.  
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)  
Advogado Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)  
Recorrido BANCO CITIBANK S.A.  
Advogado José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 126358-S/RJ)  
Recorrido ROSANA VALENTIM DE SOUSA  
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITIBANK S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- ROSANA VALENTIM DE SOUSA

Mediante petição de nº **319077/2023-0**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0000263-07.2012.5.01.0051**

Complemento Processo Eletrônico  
Recorrente VANUSA SOARES PINTO  
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)  
Recorrido CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Raphael Rajão Reis de Caux(OAB: 215387/RJ)

Recorrido BANCO CITICARD S.A.  
Advogado José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB: 126358-S/RJ)  
Recorrido BANCO ITAUCARD S.A.  
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITICARD S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- VANUSA SOARES PINTO

GVPACV/jpd/

Mediante petição de nº **192117/2023** a requerente informa que houve alteração na razão social da LIQ CORP S/A para CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Assim, requer a **juntada dos documentos em anexo, para regularização de sua representação processual e ratificação dos atos antes praticados**, requerendo o conhecimento da petição de nº **29591/2023**.

Verifica-se que a requerente juntou aos autos os seguintes documentos: ata da assembleia geral extraordinária de transformação (Seq.65), procuração e substabelecimento, devidamente assinados, com discriminação dos poderes ao advogado constituído (Seq. 63 e 64).

Em relação à petição de nº **29591/2023** anteriormente apresentada, a CONTAX S.A.– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL solicita que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de Cristiano de Lima Barreto Dias – OAB/RJ nº 92.784. Ainda, noticia que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requer a prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e abstenção da Justiça Trabalhista de quaisquer atos constritivos. Requer, ainda, que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa.

Mediante petição de nº **319293/2023**, a requerente informa que houve alteração na razão social da LIQ CORP S/A para CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de**

**Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Verifica-se que a requerente juntou aos autos os seguintes documentos: ata da assembleia geral extraordinária de transformação (Seq. 70) procuração e substabelecimento, devidamente assinados, com discriminação dos poderes ao advogado constituído (Seq. 68 e 69).

Examino.

1.Em relação à petição de nº **192117/2023**, **defiro** a juntada dos documentos e habilitação dos patronos.

2.Quanto à petição de nº**29591/2023**:

a) Em relação à prorrogação do *stay period*, **indefiro** o pedido de suspensão/prorrogação da ação/execução, diante do que dispõe o art. 6º, caput, c/c §2º, da Lei nº 11.101/2005.

b) Sobre o requerimento de proibição de atos constritivos, **nada a deferir**, uma vez que pretende a parte que a Vice-Presidência adote providências cuja análise foge às suas atribuições, a teor do disposto no art. 42 do RITST.

c) Em relação ao pedido de intimações e publicações exclusivas, **indefiro**, uma vez que novo patrono foi constituído no presente processo, em petição mais recente de nº **319293/2023**.

3. Sobre a petição de nº **319293/2023**, defiro os pedidos e determino a alteração da qualificação da reclamada e a habilitação, com intimações e publicações exclusivas, em relação ao patrono indicado, Raphael Rajão Reis de Caux, OAB/RJ nº 215.387.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-E-ED-RR-0028600-54.2008.5.01.0048**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrido	CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Raphael Rajão Reis de Caux(OAB: 215387/RJ)
Recorrido	BANCO CITICARD S.A.
Advogado	Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Recorrido	VICTOR DE CARVALHO ARAÚJO
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO CITICARD S.A.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- VICTOR DE CARVALHO ARAÚJO

Mediante petição de nº **153675/2019** a requerente informa que houve alteração na razão social da CONTAX MOBITELE S.A. para LIQ CORP S/A. Assim, requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL**, OAB/DF n. 513, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Verifica-se que a requerente juntou aos autos os seguintes documentos: ata da assembleia geral extraordinária de transformação, procuração e substabelecimento, devidamente assinados, com discriminação dos poderes ao advogado constituído (Seq. 65).

Em relação a petição de nº **319301/2023**, a requerente informa que houve alteração na razão social da LIQ CORP S/A para CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Verifica-se que o requerente juntou aos autos os seguintes documentos: ata da assembleia geral extraordinária de transformação (Seq. 70) procuração e substabelecimento, devidamente assinados, com discriminação dos poderes ao advogado constituído (Seq. 68 E 69).

Examino.

1.Em relação à petição de nº **153675/2019**:

a) **Defiro** a juntada dos documentos e habilitação dos patronos.

b) Quanto aos pedido de intimações e publicações exclusivas, bem como a alteração da qualificação da reclamada, **indefiro**, uma vez que novo patrono e nova denominação social foram informados no presente processo, em petição mais recente de nº **319301/2023**.

2.Quanto à petição de nº **319301/2023**, **defiro os pedidos** e determino a alteração da qualificação da reclamada para CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e a habilitação, com intimações e publicações exclusivas, em relação ao patrono indicado, **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.



Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-ARR-0000415-61.2010.5.01.0007**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Décio Freire(OAB: 1742/DF)
Recorrido	AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. E OUTRA
Advogado	José Luiz Meira Fernandes Cardoso(OAB: 129014-A/RJ)
Recorrido	WALQUÍRIA LIMA GOMES
Advogada	Lígia Magalhães Ramos Barbosa(OAB: 73808-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. E OUTRA
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- WALQUÍRIA LIMA GOMES

Mediante petição de nº **319364/2023**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0000683-50.2011.5.01.0082**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Felipe Ognibene Pisco(OAB: 163741/RJ)
Recorrido	ULYSSES SILVA DE PAULA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- ULYSSES SILVA DE PAULA

Mediante petição de nº **319376/2023-3**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RRAg-1000900-64.2021.5.02.0481**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procuradora	Magali Ventili Marques

Agravante(s),  
Agravado(a) e  
Recorrido(s) UNIAO PELA BENEFICENCIA  
COMUNITARIA E SAUDE

Advogado Jaime da Costa(OAB: 113484-D/SP)

Advogada Jane Ketty Mariano Ribeiro(OAB:  
314823-A/SP)

Agravado(s) e  
Recorrido(s) RENATA GUIMARAES SANTOS  
LOPES

Advogada Vivian Lopes de Mello(OAB: 303830-  
A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- RENATA GUIMARAES SANTOS LOPES
- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Diante do requerimento apresentado, mediante petição nº **327398/2023-4**, oficie-se à M.M Vara de origem acerca da **quitação noticiada**.

**Determino**, ainda que, no prazo de 15 (quinze) dias, retorne informação à Vice-Presidência, para exame de eventual perda de objeto do recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0000721-40.2010.5.02.0027**

Complemento Processo Eletrônico

Recorrente(s) FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO

Procuradora Renata Viana Neri

Recorrido(s) RODRIGO DA SILVA MARTIM

Advogado Sônia Diogo da Silva(OAB:  
243657/SP)

Advogada Regina de Souza Costa(OAB: 398592-  
A/SP)

Advogado Marcelo Parra Manzano Filho(OAB:  
425362-A/SP)

Recorrido(s) ALBATROZ SEGURANÇA E  
VIGILÂNCIA LTDA.

Advogada Sandra Ester Areia(OAB: 59285/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- RODRIGO DA SILVA MARTIM

Por meio da petição nº **353902/2023-0** o reclamante RODRIGO DA  
SILVA MARTIM apresenta pedido de **renúncia ao direito em que**

**se funda a ação** em face da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO, ora segunda reclamada. Requer sejam **remetidos os  
autos para a primeira instância** para que seja **homologado o  
acordo firmado** entre o reclamante e reclamada ALBATROZ  
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

As partes manifestam interesse em conciliação, **determino** o envio  
ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de  
Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº  
2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0010406-29.2015.5.15.0126**

Complemento Processo Eletrônico

Agravante(s) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -  
PETROBRAS

Advogado Marcelo Rodrigues Xavier(OAB:  
2391/RO)

Advogado Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-  
A/RO)

Advogado Alisson Arsolino Albuquerque(OAB:  
7264/RO)

Agravado(s) CONSTRUTORA ELOS  
ENGENHARIA LTDA.

Advogado Conceicao Maria de Souza Amorim  
Sanjuan(OAB: 10375-A/BA)

Agravado(s) LUIS REIS LIMA GOMES

Advogado Marco Augusto de Argenton e  
Queiroz(OAB: 163741-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA.
- LUIS REIS LIMA GOMES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante do requerimento apresentado, através da petição nº **369605/2023-0**, oficie-se à M.M Vara de origem acerca da **quitação noticiada**.

**Determino**, ainda que, no prazo de 15 (quinze) dias, retorne informação à Vice-Presidência, para exame de eventual perda de objeto do recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-RRAg-1000490-52.2014.5.02.0254**

Complemento      Processo Eletrônico  
Agravante(s)      PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado          Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado          Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogado          Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)  
Agravado(s)      ARIANE SILVA FERREIRA  
Advogado          Douglas Batista de Abreu(OAB: 235001-A/SP)  
Advogado          Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)  
Agravado(s)      PRODUMAN ENGENHARIA S.A.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARIANE SILVA FERREIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A.

Juntem-se as petições nº 365342/2023-6 e 378984/2023-0.

Mediante as petições denº 365342/2023-6 e 378984/2023-0., PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e ARIANE SILVA FERREIRA noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001139-65.2014.5.10.0010**

Complemento      Processo Eletrônico  
Agravante(s)      BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado          Moisés Vogt(OAB: 30215/RS)  
Agravado(s)      ZULEIDE SANTOS ARAÚJO  
Advogada          Ana Carolina Cordeiro de Araújo Miranda(OAB: 24610/DF)  
Agravado(s)      PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO BRASIL S.A.
- PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
- ZULEIDE SANTOS ARAÚJO

Mediante petição de nº 379500/2023-4, BANCO DO BRASIL S.A. e ZULEIDE SANTOS ARAÚJO noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000666-57.2013.5.09.0652**

Complemento      Processo Eletrônico  
Agravante(s)      BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado          Genésio Felipe de Natividade(OAB: 10747-A/PR)  
Advogado          Moisés Vogt(OAB: 30215/RS)  
Advogado          Joao Pedro Kostin Felipe de Natividade(OAB: 86214-A/PR)  
Agravado(s)      JOSIANE PROTOVAVA BECHER  
Advogado          André Gusthavo Martins Gomes Farias(OAB: 36178-A/PR)  
Agravado(s)      ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- BANCO DO BRASIL S.A.
- JOSIANE PROTOVAVA BECHER

Mediante petição de nº 379750/2023-8, JOSIANE PROTOVAVA BECHER e BANCO DO BRASIL S.A. noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ARE-0011035-15.2018.5.03.0099**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
Advogado	Sérvio Túlio de Barcelos(OAB: 44698-D/MG)
Advogado	Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-D/MG)
Agravado(s)	THIAGO ALVES MOREIRA
Advogado	José Soares de Amorim(OAB: 82345-A/MG)
Agravado(s)	CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	José Márcio Alves de Barros(OAB: 13728-A/PE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
- CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- THIAGO ALVES MOREIRA

Mediante petição de nº **379955/2023-7**, CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) e THIAGO ALVES MOREIRA noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ARR-0010345-05.2016.5.03.0180**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrido(s)	GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAgens S.A.
Advogado	Vanessa Caixeta Alves Toffalini(OAB: 67215-A/MG)
Agravado(s) e Recorrente(s)	ERNADE DA COSTA
Advogado	André Drummond Renault(OAB: 112691-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ERNADE DA COSTA

- GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAgens S.A.

Mediante petição nº **380425/2023-9**, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região informa que houve **homologação de acordo** entre as partes nos autos do processo ExProvAS 0011314-83.2017.5.03.0180.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte sendo recorrente o GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAgens S.A., **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREG que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0002054-46.2013.5.03.0107**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918/SP)
Agravante(s)	BANCO CIFRA S.A.
Advogada	Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855-A/PE)
Agravado(s)	JOZELIA ALVES DA SILVA
Advogado	James Anderson Narciso Filho(OAB: 120613/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO CIFRA S.A.
- JOZELIA ALVES DA SILVA

Mediante petição de nº **380687/2023-1**, JOZELIA ALVES DA SILVA e ATENTO BRASIL S.A. noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000567-38.2013.5.03.0011**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	BANCO BMG S.A.
Advogada	Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855-A/PE)
Agravante(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918- A/SP)
Agravado(s)	NATALIA VERÔNICA DA SILVA
Advogado	James Anderson Narciso Filho(OAB: 120613/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- NATALIA VERÔNICA DA SILVA

Mediante petição de nº **380742/2023-0**, ATENTO BRASIL S.A. e NATALIA VERÔNICA DA SILVA noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001173-51.2013.5.03.0016**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	BANCO BMG S.A.
Advogado	Alexandre de Almeida Cardoso(OAB: 20095-S/DF)
Agravante(s) e Agravado(s)	ATENTO BRASIL S/A
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918- A/SP)
Agravado(s)	DAYANE MATOS DE OLIVEIRA
Advogado	James Anderson Narciso Filho(OAB: 120613/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ATENTO BRASIL S/A
- BANCO BMG S.A.

- DAYANE MATOS DE OLIVEIRA

Mediante petição de nº **380791/2023-0**, ATENTO BRASIL S/A e DAYANE MATOS DE OLIVEIRA noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0001308-91.2013.5.07.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	COBRA TECNOLOGIA S.A.
Advogado	Victor Russomano Júnior(OAB: 3609- A/DF)
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Advogado	Rodrigo Loureiro Coutinho(OAB: 155544-A/RJ)
Recorrido(s)	ANTONIO AUTERI FEITOSA
Advogada	Lucyanna Cavalcante Sampaio(OAB: 20290-A/CE)
Advogado	André Alves Carneiro(OAB: 26492/CE)
Recorrido(s)	JMR3 VISALOG TRANSPORTE, LOGISTICA E MAO-DE-OBRA LTDA - EPP

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO AUTERI FEITOSA
- COBRA TECNOLOGIA S.A.
- JMR3 VISALOG TRANSPORTE, LOGISTICA E MAO-DE-OBRA LTDA - EPP

Juntem-se as petições nº **381110/2023-3** e **381142/2023-4**.

As partes noticiam a composição, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.



**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0001534-54.2015.5.02.0007**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COBRA TECNOLOGIA S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Agravado(s)	DOMINGAS ALVES DE SOUZA MOURA
Advogada	Valéria Cristianne Kuniyoshi Mariano(OAB: 244558-A/SP)
Agravado(s)	ADMINAS - ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADMINAS - ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.  
- COBRA TECNOLOGIA S.A.  
- DOMINGAS ALVES DE SOUZA MOURA

Mediante petição de nº **381153/2023-2**, as noticiam a composição, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0011161-87.2016.5.03.0082**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
Advogado	Bernardo Ananias Junqueira Ferraz(OAB: 87253-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	WEDSON MARTINS DOS SANTOS
Advogado	Charles André Silveira Dias(OAB: 75053-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	ESEC EMPRESA DE SERVICOS ELETRICOS E CONSTRUcoes S.A.
Advogada	Ingrid Emanuelle Cangussu Brant Murça(OAB: 155624/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

- ESEC EMPRESA DE SERVICOS ELETRICOS E CONSTRUcoes S.A.

- WEDSON MARTINS DOS SANTOS

Mediante petição nº **381190/2023-7**, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região informa que houve **homologação de acordo** entre as partes com cumprimento da sentença em definitivo nos autos do processo CumSen 0010977-92.2023.5.03.0145.

Dessa forma, em razão da perda de objeto dos recursos sobrestados de exame por esta c. Corte sendo recorrente o Município do Rio de Janeiro, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREX que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0020333-52.2017.5.04.0741**

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.
Procuradora	Adriana Roberta Nascimento Cruz
Procurador	Guilherme Mazzoleni
Embargado(a)	MARCIO AUGUSTO MILANESI
Advogado	Ibotti Oliveira Barcelos Júnior(OAB: 65382-A/RS)
Embargado(a)	ASSOCIACAO REDE DE METROLOGIA E ENSAIOS DO RIO G SUL
Advogada	Gabriela Pinheiro Ivaniski(OAB: 44003/RS)
Advogada	Jéssica Somorovsky Nunes(OAB: 63435/RS)
Advogado	Marília Antunes da Rosa Lima(OAB: 90197-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASSOCIACAO REDE DE METROLOGIA E ENSAIOS DO RIO G SUL  
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.  
- MARCIO AUGUSTO MILANESI

Por meio da petição de nº**381248/2023-1**, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região solicita a baixa do processo,informando que o exequente já **desistiu** da ação contra o Inmetro e já houve

**garantia integral da execução** pela reclamada Associação Rede nos autos do CumPrSe 0020574- 84.2021.5.04.0741.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente o INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0000465-46.2016.5.20.0008**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogado	Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Agravado(s)	ALESANDRO SANTOS E OUTRO
Advogado	Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)
Advogada	Mariah Costa dos Santos(OAB: 64356-A/DF)
Agravado(s)	MCE ENGENHARIA S.A.
Advogada	Ana Paula Adão Ferreira(OAB: 28606/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALESANDRO SANTOS E OUTRO
- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Por meio da petição nº 381724/2023-5, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS informa a quitação dos valores devidos ao reclamante, tendo em vista a celebração de acordo entre as partes nos autos do processo.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica – JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado CEJUSC de 2º grau do TRT da 20ª Região, conforme ata de audiência (id nº b781004).

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos

Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0010585-38.2019.5.03.0099**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
Advogado	Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-D/MG)
Agravado(s)	CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA.
Advogado	José Márcio Alves de Barros(OAB: 13728-A/PE)
Advogado	Enoque Salvador de Araujo Sobrinho(OAB: 27621-A/CE)
Agravado(s)	ELIZEU NASCIMENTO DE PAULO
Advogada	Mírian de Azevedo Gomes Fraga(OAB: 61935-A/MG)
Advogado	Felipe de Azevedo Gomes Fraga(OAB: 125417-A/MG)
Advogado	Isaque de Azevedo Gomes Fraga(OAB: 163490-A/MG)
Advogada	Clarice Azevedo Gomes Reis(OAB: 160358-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
- CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA.
- ELIZEU NASCIMENTO DE PAULO

Mediante petição de nº 382196/2023-8, CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. e ELIZEU NASCIMENTO DE PAULO notificam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0010597-41.2019.5.03.0135**

Complemento Processo Eletrônico  
Agravante(s) e Agravado(s) COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG  
Advogado Sérvio Túlio de Barcelos(OAB: 44698-D/MG)  
Advogado Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-D/MG)  
Agravante(s) e Agravado(s) CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Michell Henriques Guerra(OAB: 80008-D/MG)  
Advogado Enoque Salvador de Araujo Sobrinho(OAB: 27621-A/CE)  
Agravado(s) GESIMAR MARCAL TORRES  
Advogada Mirian de Azevedo Gomes Fraga(OAB: 61935-A/MG)  
Advogado Felipe de Azevedo Gomes Fraga(OAB: 125417-A/MG)  
Advogado Isaque de Azevedo Gomes Fraga(OAB: 163490-A/MG)  
Advogada Clarice Azevedo Gomes Reis(OAB: 160358-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
- CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- GESIMAR MARCAL TORRES

Mediante petição de nº **382198/2023-5**, CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) e GESIMAR MARCAL TORRES noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RRAg-0010143-61.2019.5.03.0135**

Complemento Processo Eletrônico  
Agravante(s) e Recorrente(s) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
Advogado Sérvio Túlio de Barcelos(OAB: 44698-D/MG)  
Advogado Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-D/MG)  
Agravado(s) e Recorrido(s) HILDEU MOREIRA DA SILVA JUNIOR  
Advogada Mirian de Azevedo Gomes Fraga(OAB: 61935-A/MG)

Advogada Clarice Azevedo Gomes Reis(OAB: 160358-A/MG)  
Agravado(s) e Recorrido(s) CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA.  
Advogado Enoque Salvador de Araujo Sobrinho(OAB: 27621-A/CE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA.
- HILDEU MOREIRA DA SILVA JUNIOR

Mediante petição de nº **382211/2023-9**, HILDEU MOREIRA DA SILVA JUNIOR e CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA. noticiam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000202-02.2013.5.04.0772**

Complemento Processo Eletrônico  
Agravante(s) BANCO DO BRASIL S.A.  
Advogado Rafael Sganzerla Durand(OAB: 80026-A/RS)  
Agravante(s) UNIÃO (PGU)  
Procurador Guilherme Murussi  
Agravado(s) ALESSANDRO ZACHAZESKI LEAL  
Advogado Sandro Moacir da Cruz(OAB: 37578/RS)  
Agravado(s) PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.  
Advogada Lisiane Servo(OAB: 51452-D/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALESSANDRO ZACHAZESKI LEAL
- BANCO DO BRASIL S.A.
- PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Mediante petição nº **382410/2023-0**, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª REGIÃO informa que houve **homologação de acordo** entre as partes nos autos do processo. Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte sendo recorrente o BANCO DO

BRASIL S.A., **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000790-21.2016.5.20.0008**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)
Agravado(s)	ROBSON DA PAIXÃO SANTOS
Advogado	Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)
Advogada	Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)
Agravado(s)	MCE ENGENHARIA S.A.
Advogado	Ronney Castro Greve(OAB: 11791-D/BA)
Advogado	Luis Felipe Pinho(OAB: 39249/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROBSON DA PAIXÃO SANTOS

Por meio da petição nº 382429/2023-3, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS informa a quitação dos valores devidos ao reclamante, tendo em vista a celebração de acordo entre as partes nos autos do processo.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica – JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado no CEJUSC de 2º grau do TRT da 20ª Região, conforme ata de audiência (id nº b3c5b55).

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000716-56.2019.5.02.0521**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Isabelle Maria Verza
Agravado(s)	MARCIA BRANDAO DA SILVA
Advogada	Elaine Teixeira de Brito(OAB: 186730/SP)
Agravado(s)	SETE PRODUTOS E LIMPEZA LTDA.
Advogado	Fábio Ribeiro Lima(OAB: 366336-A/SP)
Advogado	Guilherme Vinicius Clementino(OAB: 393285-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARCIA BRANDAO DA SILVA
- SETE PRODUTOS E LIMPEZA LTDA.

Mediante petição nº 382490/2023-2, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região informa que houve **homologação de acordo** entre as partes nos autos do processo CumSen 1000896-67.2022.5.02.0521.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte sendo recorrente o ESTADO DE SÃO PAULO, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-RR-0141200-93.2001.5.09.0095**

**Processo Nº E-RR-01412/2001-095-09-00.4**

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	ITAIPU BINACIONAL
Advogado	Indalécio Gomes Neto(OAB: 23465/PR)
Embargado(a)	ANANIAS PEREIRA DOS SANTOS
Advogado	José Torres das Neves(OAB: 943-B/DF)
Advogado	Vilmar Cavalcante de Oliveira(OAB: 24305/PR)
Embargado(a)	ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA S/C LTDA.
Advogado	José Luis Teixeira(OAB: 55588/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA S/C LTDA.
- ANANIAS PEREIRA DOS SANTOS
- ITAIPU BINACIONAL

Mediante petição de nº 383334/2023-0, as partes notificam a composição, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000715-58.2015.5.02.0447**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ÓRGÃO DE GESTÃO MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO
Advogado	Marcelo Kanitz(OAB: 14116/DF)
Advogado	Fernando Nascimento Burattini(OAB: 78983-D/SP)
Agravado(s)	FRANCISCO ZEUDIMAR LIRA
Advogado	Maria Carolina de Oliveira Soares(OAB: 139401/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCO ZEUDIMAR LIRA
- ÓRGÃO DE GESTÃO MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO

Mediante petição de nº **383361/2023-3**, FRANCISCO ZEUDIMAR LIRA e ÓRGÃO DE GESTÃO MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO notificam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a **homologação do acordo**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001184-96.2014.5.10.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	DISTRITO FEDERAL
Procurador	Adriano da Silva Araújo
Procurador	Alan do Nascimento Gomes
Agravado(s)	JEFFERSON DE ARAUJO DA SILVA
Advogado	Leandro Ribeiro Matias(OAB: 40122-A/DF)
Agravado(s)	SANOLI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	Vitorio Augusto de Fernandes Melo(OAB: 8415-A/DF)
Advogado	Catharina Lorena Sobreira Melo(OAB: 30667-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DISTRITO FEDERAL
- JEFFERSON DE ARAUJO DA SILVA
- SANOLI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTAÇÃO LTDA.

Mediante petição nº 385036/2023-4, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região informa que houve a **quitação e extinção da execução** nos autos do processo nº 0000719-09.2022.5.10.0001.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado esta c. Corte sendo recorrente o DISTRITO FEDERAL, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-1000517-91.2019.5.02.0017**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogada	Audrey Martins Magalhães Fortes(OAB: 432213-A/SP)
Agravado(s)	AZEVEDO & TRAVASSOS ENGENHARIA LTDA



Advogada Alessandra Ferrara Américo Garcia(OAB: 246221-A/SP)  
Agravado(s) RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES  
Advogada Alessandra Ferrara Américo Garcia(OAB: 246221-A/SP)  
Agravado(s) MANOEL CLODOALDO LIMA DO NASCIMENTO  
Advogada Ana Maria Gomes de Oliveira Lindgren(OAB: 335905-A/SP)  
Advogada Juliane Garcia(OAB: 291416-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- AZEVEDO & TRAVASSOS ENGENHARIA LTDA  
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ  
- MANOEL CLODOALDO LIMA DO NASCIMENTO  
- RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES

Mediante petição nº **385037/2023-8**, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região informa que houve **homologação de acordo** entre as partes nos autos do processo de execução provisória 1000308-54.2021.5.02.0017

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte sendo recorrente o COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0000852-64.2016.5.20.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Embargante ALEXANDRO DOS SANTOS  
Advogado Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Embargado(a) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Embargado(a) MCE ENGENHARIA S.A.  
Advogado Geaze Muriel Ribeiro da Cruz(OAB: 33741-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXANDRO DOS SANTOS  
- MCE ENGENHARIA S.A.  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Por meio da petição nº **385827/2023-7**, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS informa a **quitação dos valores devidos ao reclamante**, tendo em vista a **celebração de acordo entre as partes** nos autos do processo.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica – JT-e, verifica-se que o acordo **foi homologado** na CEJUSC de 2º grau do TRT da 20ª Região, conforme ata de audiência (id nº efd1d98).

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0001530-67.2016.5.20.0011**

Complemento Processo Eletrônico  
Recorrente(s) ALBERTO CARLOS DOS SANTOS  
Advogado Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Recorrido(s) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)  
Recorrido(s) MCE ENGENHARIA S.A.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBERTO CARLOS DOS SANTOS  
- MCE ENGENHARIA S.A.  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Por meio da petição nº **385832/2023-3**, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS informa a **quitação dos valores devidos ao reclamante**, tendo em vista a **celebração de acordo entre as**

partes nos autos do processo.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica – JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado na CEJUSC de 2º grau do TRT da 20ª Região, conforme ata de audiência (id nº 358ea0b). Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000930-58.2015.5.05.0121**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogado	Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Agravado(s)	ALEXSANDRO DE JESUS SANTANA
Advogada	Sônia Rodrigues da Silva(OAB: 685-B/BA)
Agravado(s)	CONSÓRCIO CNCC - CAMARGO CORRÊA - CNEC
Advogado	Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 106094-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALEXSANDRO DE JESUS SANTANA
- CONSÓRCIO CNCC - CAMARGO CORRÊA - CNEC
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição de nº 385839/2023-9, CONSÓRCIO CNCC - CAMARGO CORRÊA - CNEC notifica que **possui interesse na designação de audiência de conciliação**. Requer ainda que as próximas **notificações e intimações sejam remetidas** ao advogado CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO inscrito na OAB/BA nº 17.766.

Quanto às notificações e intimações, **defiro** conforme requerido.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-RR-0001531-52.2016.5.20.0011**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)
Agravado(s)	NIVALDO SOUSA SANTOS
Advogado	Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Agravado(s)	MCE ENGENHARIA S.A.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MCE ENGENHARIA S.A.
- NIVALDO SOUSA SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Por meio da petição nº 385936/2023-3, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS **informa a quitação dos valores devidos ao reclamante**, tendo em vista **acelebração de acordo entre as partes** nos autos do processo.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica – JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado na CEJUSC de 2º grau do TRT da 20ª Região, conforme ata de audiência (id nº e4bf3ad).

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0011321-96.2016.5.18.0017**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ODILON SANTOS ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA LTDA.

Advogada Patricia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190/GO)  
Agravado(s) POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.  
Advogado Patricio Dutra Dantas Ferreira(OAB: 23931-A/GO)  
Agravado(s) WALISON DA SILVA NASCIMENTO BATISTA  
Advogado Danilo Prado Alexandre(OAB: 24420/GO)  
Agravado(s) TRANSBRASILIANA ENCOMENDAS E CARGAS LTDA. E OUTRA  
Advogado Sandra Carla Matos(OAB: 30786-A/GO)  
Agravado(s) MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.  
Advogada Patricia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-D/GO)  
Agravado(s) SORVETERIA CREME MEL S.A.  
Advogada Denise Alves de Miranda Bento(OAB: 21789-D/GO)  
Advogado Klaus Eduardo Rodrigues Marques(OAB: 29917-A/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.
- ODILON SANTOS ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA LTDA.
- POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.
- SORVETERIA CREME MEL S.A.
- TRANSBRASILIANA ENCOMENDAS E CARGAS LTDA. E OUTRA
- WALISON DA SILVA NASCIMENTO BATISTA

Juntem-se as petições nº **46002/2023-1** e **78744/2023-6**.

Através das petições nº **46002/2023-1** e **78744/2023-6** VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), ARAGUARINA AGROPASTORIL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), O.S PARTICIPAÇÕES S/A, BARÃO DE MAUÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e OUTRAS em resposta ao despacho (Seq 83) em que determinei a intimação das reclamadas, para que comprovassem o alegado, as partes **não procedem à juntada de documentação que comprova a quitação do débito trabalhista**, objeto destes autos, e fazem requerimentos diversos que se referem a providências que, indevidamente, pretendem imputar a esta Vice-Presidência (art. 42 da RITST).

A demonstração das alegações pertinentes ao crédito, objeto do pedido inicial, deve ser trazida pela parte, e no momento em que o documento comprobatório da quitação for juntado, eventual quitação será analisada por esta c. Corte.

Observando-se, portanto, que os documentos juntados não comprovam a alegada quitação do débito trabalhista e se trata de questão afeta à competência do juízo da execução, **nada a deferir**.  
À SEPRES.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0002099-54.2012.5.03.0020**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PRISCILA BATISTA MOREIRA
Advogado	Fabício José Monteiro de Souza Costa(OAB: 134198-A/MG)
Agravado(s)	CONTAX S.A.
Advogada	Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX S.A.
- PRISCILA BATISTA MOREIRA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Junte-se.

Tendo em vista que o advogado subscritor da petição nº50954/2023**não possui procuração** válida nos autos para representarCONTAX S/A, **nada a deferir**.

Mantenha-se o sobrestamento do feito, conforme determinado anteriormente (seq. 57).

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-ED-RR-0000528-32.2013.5.03.0111**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	BRENA LOPES DA SILVA E OUTRAS
Advogado	Fernando Antônio Monteiro de Souza Costa(OAB: 134459-A/MG)
Agravado(s)	CONTAX S.A.
Advogada	Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Wellington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRENA LOPES DA SILVA E OUTRAS
- CONTAX S.A.
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Junte-se.

Tendo em vista que o advogado subscritor da petição nº50989/2023-9**não possui procuração**válida nos autos para representarCONTAX S/A,**nada a deferir.**

Mantenha-se o sobrestamento do feito, conforme determinado anteriormente(seq. 74).

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-Ag-RR-0002131-56.2012.5.03.0021**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	FLAVIA ROBERTA MOREIRA ALVES E OUTRAS
Advogado	Fabício José Monteiro de Souza Costa(OAB: 134198-A/MG)
Agravado(s)	CONTAX S.A.
Advogada	Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S/A
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX S.A.
- FLAVIA ROBERTA MOREIRA ALVES E OUTRAS
- TELEMAR NORTE LESTE S/A

Junte-se.

Tendo em vista que o advogado subscritor da petição nº 51147/2023-4**não possui procuração**válida nos autos para representarCONTAX S/A,**nada a deferir.**

Mantenha-se o sobrestamento do feito, conforme determinado anteriormente (seq. 69).

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0001808-87.2012.5.03.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	LUENIS RIBEIRO DA SILVA E OUTRO
Advogado	Fernando Antônio Monteiro de Souza Costa(OAB: 134459-A/MG)
Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogada	Alessandra Kerley Giboski Xavier(OAB: 101293/MG)
Agravado(s)	CONTAX S.A.
Advogada	Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX S.A.
- LUENIS RIBEIRO DA SILVA E OUTRO
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Junte-se.

Tendo em vista que o advogado subscritor da petição nº 51313/2023-2**não possui procuração**válida nos autos para representarCONTAX S/A,**nada a deferir.**

Mantenha-se o sobrestamento do feito, conforme determinado anteriormente (seq. 53).

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0002329-26.2012.5.03.0011**

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	JESSICA PAULA MARCIANO DE ALMEIDA
Advogado	Fabício José Monteiro de Souza Costa(OAB: 134198-A/MG)
Agravado(s)	CONTAX S.A.
Advogada	Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTAX S.A.

- JESSICA PAULA MARCIANO DE ALMEIDA  
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Junte-se.

Tendo em vista que o advogado subscritor das petições nº 51335/2023-2 e 51341/2023-0 não possui procuração válida nos autos para representar CONTAX S/A, nada a deferir.

Mantenha-se o sobrestamento do feito, conforme determinado anteriormente (seq. 58).

Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

**Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)**

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ARR-0001982-98.2013.5.15.0083**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogado	Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Recorrido	MÁRCIO ANTÔNIO DA SILVA
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741/SP)
Recorrido	MASSA FALIDA de TENACE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Gustavo Luís de Albuquerque Cardoso(OAB: 17485-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MASSA FALIDA de TENACE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.  
- MÁRCIO ANTÔNIO DA SILVA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Por meio da petição nº 356515/2023-3, MARCIO ANTONIO DA SILVA informa e requer a juntada do acordo firmado entre as partes nos autos do CumPrSe nº 0011364-71.2020.5.15.0083.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica - JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado na ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - TRT 15, conforme decisão (id nº 0f7cd69).

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000939-24.2016.5.05.0561**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Antonio Jose Telles de Vasconcellos
Procurador	Dr. Ronaldo Nunes Ferreira
Recorrido	MONTE TABOR - CENTRO ÍTALO-BRASILEIRO DE PROMOÇÃO SANITÁRIA
Advogado	Dr. André Kruschewsky Lima(OAB: 17533-A/BA)
Advogado	Dr. Ivan Luiz Moreira de Souza Bastos(OAB: 11607-A/BA)
Recorrido	FRANCESCA MACRI SCHNITZER
Advogado	Dr. Hélio Bruno Leitão Leal(OAB: 19903-A/BA)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DA BAHIA  
- FRANCESCA MACRI SCHNITZER  
- MONTE TABOR - CENTRO ÍTALO-BRASILEIRO DE PROMOÇÃO SANITÁRIA

Por meio da petição nº 355605/2023-9, FRANCESCA MACRI SCHNITZER informa a celebração de acordo entre as partes nos autos do CumPrSe 0000454-14.2022.5.05.0561.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica - JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado na VARA DO TRABALHO DE PORTO SEGURO - TRT 5, conforme decisão (id nº 00636c0), com a quitação integral dos valores.

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000801-02.2012.5.24.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Recorrente	EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
Advogado	Dr. Lycurgo Leite Neto(OAB: 1530/DF)
Advogado	Dr. Jorge Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva(OAB: 10914-A/PB)
Recorrente	FLORIPARK ENERGIA LTDA.
Advogado	Dr. Gisele Luciana Vilela(OAB: 13877-A/SC)
Recorrido	EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
Advogado	Dr. Lycurgo Leite Neto(OAB: 1530/DF)
Advogado	Dr. Jorge Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva(OAB: 10914-A/PB)
Recorrido	THIAGO KILL THOMAZ
Advogado	Dr. Guilherme Souza Garces Costa(OAB: 9226-A/MS)



Recorrido FLORIPARK ENERGIA LTDA.  
Advogado Dr. Gisele Luciana Vilela(OAB: 13877-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
- FLORIPARK ENERGIA LTDA.
- THIAGO KILL THOMAZ

Mediante petição nº 351304/2023-2, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, através do OFÍCIO Nº 801-02.6.2023.1, informa que houve a homologação de acordo entre as partes nos autos do processo.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente o FLORIPARK ENERGIA LTDA, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000435-26.2016.5.20.0003**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Dora Maria da Costa  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)  
Recorrido MCE ENGENHARIA S.A.  
Advogado Dr. Geaze Muriel Ribeiro da Cruz(OAB: 33741-A/BA)  
Recorrido RICARDO SANTOS SILVA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogada Dra. Mariah Costa dos Santos(OAB: 64356-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RICARDO SANTOS SILVA

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001563-87.2016.5.20.0001**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Mauricio Godinho Delgado

Recorrido PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Advogada Dra. Emilia Roters Ribeiro(OAB: 11008-A/BA)  
Recorrido JOSE EDSON CARDOSO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- JOSE EDSON CARDOSO DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0011332-88.2015.5.01.0323**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro  
Recorrente ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Procurador Dr. Ricardo Levy Sadicoff  
Recorrido CNS - NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.  
Advogada Dra. Ana Gabriela Burlamaqui de Carvalho Vianna(OAB: 81690/RJ)  
Advogado Dr. Felipe Martins Luraschy(OAB: 169517/RJ)  
Recorrido EDSON SILVA DE OLIVEIRA  
Advogado Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CNS - NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- EDSON SILVA DE OLIVEIRA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mediante petição nº 375221/2023-6, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região informa que houve a quitação integral da execução nos autos do processo nº 0100505-16.2021.5.01.0323. Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte sendo recorrente o Estado do Rio de Janeiro, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0000152-69.2017.5.20.0002**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Desemb. Convocado João Pedro Silvestrin  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Recorrido MAPSOLO ENGENHARIA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogada Dra. Tatiana Teixeira(OAB: 201849/SP)  
Advogado Dr. Charles Jose Rodrigues Junior(OAB: 7151-A/SE)  
Recorrido JOSE ALOIZIO SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE ALOIZIO SANTOS  
- MAPSOLO ENGENHARIA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-RR-0002196-95.2016.5.20.0002**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogado Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Dr. Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa(OAB: 11024-A/BA)  
Advogado Dr. Emília Roters Ribeiro(OAB: 11008/BA)  
Recorrido GIRALDO ANDRE DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

- GIRALDO ANDRE DOS SANTOS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0000918-66.2015.5.20.0011**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Renato de Lacerda Paiva  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Recorrido PRODUMAN ENGENHARIA, MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Recorrido VALFREDO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Vanessa Vasconcelos de Gois Aguiar(OAB: 3723/SE)  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- PRODUMAN ENGENHARIA, MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- VALFREDO DOS SANTOS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000280-96.2016.5.20.0011**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogada Dra. Luciana Maria de Medeiros Silva(OAB: 6293-A/RN)  
Recorrido MCE ENGENHARIA S.A.  
Advogado Dr. Geaze Muriel Ribeiro da Cruz(OAB: 33741-A/BA)  
Recorrido JOSE ROBERTO DA SILVA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE ROBERTO DA SILVA  
- MCE ENGENHARIA S.A.  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-RR-0001438-85.2017.5.20.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)
Recorrido	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Paula Lobo Naslavsky(OAB: 19068 -A/PE)
Recorrido	JOSE ANTONIO MELQUIADES ANDRADE
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- JOSE ANTONIO MELQUIADES ANDRADE  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-Ag-RR-0000067-71.2017.5.20.0006**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogada	Dra. Roseline Rabelo de Jesus Morais(OAB: 500-B/SE)

Advogado	Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Recorrido	ACF - EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA.
Advogada	Dra. Fernanda Salinas Di Giacomo(OAB: 27177-A/BA)
Recorrido	FRANCISCO DOS SANTOS NETO
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ACF - EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA.  
- FRANCISCO DOS SANTOS NETO  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001452-82.2016.5.20.0008**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)
Recorrido	NILTON FERREIRA DE JESUS
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)
Advogada	Dra. Mariah Costa dos Santos(OAB: 64356-A/DF)
Recorrido	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- NILTON FERREIRA DE JESUS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-AIRR-0001636-59.2016.5.20.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado

Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Yamile Albuquerque Magalhães(OAB: 9810-A/RO)  
Advogado Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)  
Recorrido ANSELMO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANSELMO DOS SANTOS
- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-RR-0000458-57.2016.5.20.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Relator do processo não cadastrado  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Recorrido MCE ENGENHARIA S.A.  
Advogada Dra. Ana Paula Adão Ferreira(OAB: 28606/BA)  
Recorrido JOSE ANTEVALDO TELES DOS SANTOS FILHO  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)  
Advogada Dra. Mariah Costa dos Santos(OAB: 64356-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE ANTEVALDO TELES DOS SANTOS FILHO
- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0001592-22.2016.5.20.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)  
Advogado Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Recorrido JOSE RÔMULO SANTANA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JOSE RÔMULO SANTANA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0001641-78.2016.5.20.0002**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. José Roberto Freire Pimenta  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrido CEMON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Recorrido JURANDIR SEVERO DE JESUS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JURANDIR SEVERO DE JESUS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à

SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001411-39.2016.5.20.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)
Recorrido	ALBAN ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO PREDIAL LTDA.
Recorrido	GEORGE DE MELO SANTOS
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBAN ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO PREDIAL LTDA.
- GEORGE DE MELO SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-RR-0100600-64.2018.5.01.0060**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Dr. Ricardo Almeida Ribeiro da Silva
Recorrido	VIVA RIO
Advogado	Dr. Rayane Oliveira Santos(OAB: 227335-A/RJ)
Advogado	Dr. Mariana Lima Moraes(OAB: 159737-A/RJ)
Recorrido	ALLAN SOARES RODRIGUES
Advogado	Dr. Jefferson Moura de Andrade(OAB: 178601-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALLAN SOARES RODRIGUES
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VIVA RIO

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001522-23.2016.5.20.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)
Recorrido	DILAMAR SANTOS SIQUEIRA
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)
Advogada	Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)
Recorrido	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- DILAMAR SANTOS SIQUEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-1000134-84.2014.5.02.0342**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Recorrente	MUNICÍPIO DE ITAQUAQUECETUBA
Procurador	Dr. Marcos Felipe de Paula Brasil
Recorrido	EMPREITEIRA PAJOAN LTDA.
Advogada	Dra. Nilza Salete Alves(OAB: 312402-A/SP)
Recorrido	EDVALDO DA SILVA SANTOS
Advogada	Dra. Vanusa da Conceicao Machado(OAB: 327926/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDVALDO DA SILVA SANTOS
- EMPREITEIRA PAJOAN LTDA.
- MUNICÍPIO DE ITAQUAQUECETUBA

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.



Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0000047-65.2017.5.20.0011**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)
Recorrido	MCE ENGENHARIA S.A.
Recorrido	CLAUDOMIRO SANTOS DOS ANJOS
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAUDOMIRO SANTOS DOS ANJOS
- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0001608-67.2016.5.20.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Recorrido	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa(OAB: 11024-A/BA)
Advogado	Dr. Emília Roters Ribeiro(OAB: 11008/BA)
Advogado	Dr. Paula Lobo Naslavsky(OAB: 19068-A/PE)
Recorrido	CLEBERTON DA SE SILVA
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- CLEBERTON DA SE SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à

SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000614-03.2020.5.10.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocada Margareth Rodrigues Costa
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Luís Geraldo Martins da Silva
Recorrido	RCS TECNOLOGIA LTDA
Advogada	Dra. Bruna Luana Moura Silva(OAB: 50559-A/DF)
Advogado	Dr. Janine Santana Dourado(OAB: 41763-A/DF)
Recorrido	TAINARA MARTINS DA SILVA
Advogada	Dra. Flávia Martins dos Santos(OAB: 43465-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- RCS TECNOLOGIA LTDA
- TAINARA MARTINS DA SILVA
- UNIÃO (PGU)

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-ARR-0001358-58.2016.5.20.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Recorrido	ALBAN SERVIÇOS E PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA.
Recorrido	PAULO CESAR DOS SANTOS NASCIMENTO
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBAN SERVIÇOS E PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA.
- PAULO CESAR DOS SANTOS NASCIMENTO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0000447-84.2015.5.03.0185**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Recorrente	PRETASERV PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
Advogada	Dra. Márcia Fioravante Chaves(OAB: 77464/MG)
Advogado	Dr. Lucas Miranda Caldas(OAB: 129362/MG)
Advogado	Dr. Marcone Rodrigues Vieira da Luz(OAB: 104292-A/MG)
Recorrido	FLAVIANO LACERDA
Advogado	Dr. Luiz Rennó Netto(OAB: 108908/MG)
Advogado	Dr. Clériston Marconi Pinheiro Lima(OAB: 107001/MG)
Recorrido	BANCO BMG S.A.
Advogada	Dra. Flavia Silva De Oliveira(OAB: 315283-A/SP)
Advogada	Dra. Katia Madeira Kliuga Blaha(OAB: 126807-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO BMG S.A.
- FLAVIANO LACERDA
- PRETASERV PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001589-61.2016.5.20.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)
Recorrido	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa(OAB: 11024-A/BA)
Advogado	Dr. Emília Roters Ribeiro(OAB: 11008/BA)
Recorrido	ADONES DOS SANTOS ALMEIDA
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)
Advogada	Dra. Mariah Costa dos Santos(OAB: 64356-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADONES DOS SANTOS ALMEIDA
- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ARR-0001916-18.2013.5.15.0084**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marco Aurélio Ferreira Martins(OAB: 194793-D/SP)
Advogado	Dr. Leonardo Falcao Ribeiro(OAB: 54085/RO)
Recorrido	TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - MASSA FALIDA
Advogado	Dr. Marcos Mendo de Mendonça(OAB: 27158-D/BA)
Recorrido	GIVALDO ALVES DE CARVALHO
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GIVALDO ALVES DE CARVALHO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - MASSA FALIDA

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001277-72.2017.5.20.0002**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado João Pedro Silvestrin
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)

Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Dr. Paula Lobo Naslavsky(OAB: 19068 -A/PE)  
Recorrido SAMUEL SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SAMUEL SANTOS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0001412-15.2016.5.20.0004**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Recorrido JOSE ALBERTO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- JOSE ALBERTO DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0001592-34.2016.5.20.0003**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Maria Helena Mallmann  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Recorrido GILDASIO MESSIAS ARAUJO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- GILDASIO MESSIAS ARAUJO DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-Ag-ARR-0001553-37.2016.5.20.0003**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Recorrido ABDON JOSE DE JESUS ALCIDES  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ABDON JOSE DE JESUS ALCIDES
- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001554-07.2016.5.20.0008**

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. José Roberto Freire Pimenta  
Recorrente PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.  
Advogado Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Recorrido MARCELO SANTOS DE OLIVEIRA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- MARCELO SANTOS DE OLIVEIRA
- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000225-04.2018.5.20.0003**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Augusto César Leite de Carvalho  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)  
Recorrido MCE ENGENHARIA S.A.  
Recorrido RICARDO SANTOS SILVA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RICARDO SANTOS SILVA

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-RR-0000283-95.2018.5.20.0006**

Complemento Processo Eletrônico

Relator Relator do processo não cadastrado  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Recorrido FÓRMULA SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA.  
Advogada Dra. Lúcia de Vasconcelos Barreto(OAB: 3837/SE)  
Recorrido NEIDE SANTOS DE JESUS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogada Dra. Mariah Costa dos Santos(OAB: 64356-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FÓRMULA SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA.
- NEIDE SANTOS DE JESUS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0001558-47.2016.5.20.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrente NELSON DE JESUS GOMES  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)  
Recorrido PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Dr. Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa(OAB: 11024-A/BA)

Recorrido NELSON DE JESUS GOMES  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- NELSON DE JESUS GOMES  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0000216-48.2018.5.20.0001**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)  
Recorrido MCE ENGENHARIA S.A.  
Recorrido JOSE RIVALDO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOSE RIVALDO DOS SANTOS  
- MCE ENGENHARIA S.A.  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-RR-0000146-69.2016.5.20.0011**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrido EMPERCOM EMPRESA DE MONTAGEM E SERVIÇOS GERAIS LTDA.  
Recorrido JOSE LUCIANO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPERCOM EMPRESA DE MONTAGEM E SERVIÇOS GERAIS LTDA.  
- JOSE LUCIANO DOS SANTOS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-ED-RR-0001640-78.2016.5.20.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. João Batista Brito Pereira  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Advogado Dr. Flávio Aguiar Barreto(OAB: 7503/SE)  
Recorrido JOSÉ CLEBERTON SILVA SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
- JOSÉ CLEBERTON SILVA SANTOS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA



Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0001586-21.2016.5.20.0005**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Breno Medeiros  
Recorrente PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Advogado Dr. Flávio Aguiar Barreto(OAB: 7503/SE)  
Recorrido NEUSVALDO FLOR DA SILVA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- NEUSVALDO FLOR DA SILVA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Diante da notícia de homologação de acordo na instância a quo, à SECRETARIA para que proceda a baixa dos autos, diante da perda de objeto do recurso extraordinário pendente.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000540-95.2020.5.09.0026**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Mauricio Godinho Delgado  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308/PR)  
Recorrido CELTA SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.  
Recorrido OSCAR FRANCISCO DOS SANTOS NETO  
Advogado Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELTA SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
- OSCAR FRANCISCO DOS SANTOS NETO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Por meio da petição nº 337377/2023-9, OSCAR FRANCISCO DOS SANTOS NETO informa e requer a juntada do acordo firmado entre as partes nos autos do CumPrSe 0001048-07.2021.5.09.0026.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica - JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado na VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA, conforme decisão (id nº feed5e9).

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0011527-14.2015.5.03.0163**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. José Roberto Freire Pimenta  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Augusto Carlos Lamêgo Júnior(OAB: 17514/ES)  
Recorrido PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Recorrido SABRINA SHEROM ALMEIDA GUSMÃO  
Advogado Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SABRINA SHEROM ALMEIDA GUSMÃO

Por meio da petição nº 356002/2023-0, SABRINA SHEROM ALMEIDA GUSMÃO informa e requer a juntada do acordo firmado entre as partes nos autos do ExProVAS 0010102-44.2018.5.03.0163.

Em consulta ao site Justiça do Trabalho Eletrônica - JT-e, verifica-se que o acordo foi homologado na 6ª VARA DO TRABALHO DE BETIM, conforme decisão (id nº a37bc2c).

Dessa forma, ante a perda de objeto do Recurso Extraordinário, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que baixe os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000680-32.2013.5.15.0019**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Luiz José Dezzena da Silva  
Recorrente FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Procurador Dr. Doclácio Dias Barbosa  
Procurador Dr. Nilton Carlos de A. Coutinho  
Recorrido ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.  
Advogado Dr. Luciano de Barros Leal(OAB: 207162/SP)  
Recorrido HAMILTON SOUZA  
Advogada Dra. Irani Buzzo(OAB: 56254-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- HAMILTON SOUZA

Mediante petição nº 339486/2023-8, o Tribunal Regional do

Trabalho da 15ª Região informa que houve a extinção da execução nos autos do processo.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000424-89.2020.5.09.0026**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308/PR)
Recorrido	CELTA SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
Recorrido	DIOGO HAMMON SUBIRAI
Advogada	Dra. Erika Cavalcante Gama(OAB: 49912-S/PR)
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELTA SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
- DIOGO HAMMON SUBIRAI
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição nº 336427/2023-5, DIOGO HAMMON SUBIRAI informa e requer a juntada do acordo firmado entre as partes nos autos do CumPrSe nº 0000062-19.2022.5.09.0026.

Por meio da petição nº 378415/2023-9, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região informa que houve acordo nos autos do processo nº 0000062-19.2022.5.09.0026.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente a PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-E-ED-RR-0001919-76.2016.5.20.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Lelio Bentes Corrêa
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)

Advogada	Dra. Yamile Albuquerque Magalhães(OAB: 9810-A/RO)
Recorrido	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrido	ALDEMIR LEANDRO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)
Advogada	Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALDEMIR LEANDRO DOS SANTOS
- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição nº 364138/2023-7, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região informa que houve homologação de acordo nos autos do processo nº 0001919-76.2016.5.20.0003.

Em relação à petição de nº 374155/2023-1, PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., requer juntada do comprovante de quitação do acordo celebrado entre as partes, bem como a devolução de depósito recursal.

Juntem-se as petições de nº 364138/2023-7 e 374155/2023-1.

Em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente a PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000174-22.2021.5.09.0026**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308/PR)
Advogado	Dr. Bruno Roberto Vosgerau(OAB: 61051-D/PR)
Recorrido	CELTA SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
Recorrido	HELIO PAULA DA SILVA
Advogada	Dra. Erika Cavalcante Gama(OAB: 49912-S/PR)
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CELTA SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
- HELIO PAULA DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição nº 337002/2023-2, HELIO PAULA DA SILVA informa e requer a juntada do acordo firmado entre as partes nos autos do CumPrSe nº 0000400-90.2022.5.09.0026.

Por meio da petição nº 351285/2023-7, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região informa que houve acordo nos autos do processo nº 0000400-90.2022.5.09.0026.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente a PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0010003-52.2021.5.03.0007**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza
Recorrido	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogada	Dra. Nayara Alves Batista de Assunção(OAB: 119894/MG)
Advogada	Dra. Aline de Fátima Rios Melo(OAB: 105466-A/MG)
Recorrido	JOAO VITOR ROCHA ISIDORIO
Advogado	Dr. Felipe Mauricio Saliba de Souza(OAB: 108211/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A  
- JOAO VITOR ROCHA ISIDORIO

Mediante petição nº 361414/2023-9, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região informa que houve homologação de acordo entre as partes nos autos do processo CumPrSe nº 0010120-72.2023.5.03.0007.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso pendente de exame por esta c. Corte sendo recorrente a ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0002075-61.2016.5.20.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)

Recorrido	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrido	RENIVALDO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
- RENIVALDO DOS SANTOS

Mediante petição de nº 374164/2023-2, PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., requer juntada do comprovante de quitação do acordo celebrado entre as partes, bem como a devolução de depósito recursal.

Em relação à petição nº 376255/2023-2, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região informa que houve acordo nos autos do processo nº 0002075-61.2016.5.20.0004.

Juntem-se as petições de nº 374164/2023-2 e 376255/2023-2.

Em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente a PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-RR-0002343-92.2012.5.12.0032**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	ESTADO DE SANTA CATARINA
Procuradora	Dra. Isabel Parente Mendes Gomes
Recorrido	RBM SOLUÇÕES PARA GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Henrique Costa Filho(OAB: 6570-A/SC)
Recorrido	ROZIMAR DILMA MARTINS
Advogado	Dr. Prudente José Silveira Mello(OAB: 4673/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DE SANTA CATARINA  
- RBM SOLUÇÕES PARA GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO LTDA.  
- ROZIMAR DILMA MARTINS

Mediante petição nº 336685/2023-6, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região informa que houve quitação integral da execução nos autos do processo CumSen 0050005-76.2017.5.12.0032 .

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente o ESTADO DE SANTA CATARINA, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-AIRR-0011018-23.2018.5.15.0138**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Milena Piráquine(OAB: 178962-D/SP)
Advogado	Dr. Flavio Olimpio de Azevedo(OAB: 34248-A/SP)
Recorrido	ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogada	Dra. Rosely Cury Sanches(OAB: 84504/SP)
Recorrido	ZENAIDE GONCALVES DE LIMA FONSECA
Advogado	Dr. Renato Flávio Julião(OAB: 296552-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- BANCO DO BRASIL S.A.
- ZENAIDE GONCALVES DE LIMA FONSECA

Mediante petição nº 360435/2023-6, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região informa que houve a quitação integral com extinção da execução nos autos do processo nº 0010546-51.2020.5.15.0138.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente o BANCO DO BRASIL S.A., determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0021225-05.2016.5.04.0382**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Recorrente	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RS
Procuradora	Dra. Paula Ferreira Krieger
Procurador	Dr. José Luis Bolzan de Moraes
Recorrido	JEFERSON DA SILVA MORAES
Advogado	Dr. Reni Elizeu da Silva(OAB: 26563-A/RS)
Advogado	Dr. Derli da Silveira(OAB: 16325-A/RS)
Recorrido	PAULO LEONEL DOS SANTOS E CIA LTDA - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RS
- JEFERSON DA SILVA MORAES
- PAULO LEONEL DOS SANTOS E CIA LTDA - ME

Mediante petição nº 376330/2023-1, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região informa que houve a quitação integral e extinção da execução nos autos do processo CumPrSe nº 0020473-57.2021.5.04.0382.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte sendo recorrente o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RS, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0001344-65.2016.5.20.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)
Recorrido	ALBAN SERVIÇOS E PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA.
Recorrido	ANDERSON SANTOS FIAES
Advogado	Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)
Advogada	Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALBAN SERVIÇOS E PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA.
- ANDERSON SANTOS FIAES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição nº 349485/2023-8, o CEJUSC de 2º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região informa que houve homologação de acordo entre as partes nos autos do processo. Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0001765-64.2016.5.20.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------



Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Advogada Dra. Larissa Yasmin Araújo Silva(OAB: 10070-A/RO)  
Recorrente EGUINALDO SANTOS DE SOUZA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogado Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão(OAB: 32147/DF)  
Recorrido PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Advogada Dra. Larissa Yasmin Araújo Silva(OAB: 10070-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Recorrido EGUINALDO SANTOS DE SOUZA  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogado Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão(OAB: 32147/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- EGUINALDO SANTOS DE SOUZA  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição nº 349441/2023-6, o CEJUSC de 2º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região informa que houve homologação de acordo entre as partes nos autos do processo. Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte sendo recorrente a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0002167-24.2016.5.20.0009**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrente CEZAR AUGUSTO SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Recorrido PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Dr. Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa(OAB: 11024-A/BA)  
Advogado Dr. Emília Roters Ribeiro(OAB: 11008/BA)  
Recorrido CEZAR AUGUSTO SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- CEZAR AUGUSTO SANTOS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Através da petição nº 374276/2023-0, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS requer juntada do comprovante de quitação do acordo celebrado entre as partes, para fins de devolução de depósito recursal à mesma.

Mediante petição nº 376219/2023-9, o CEJUSC de 2º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região informa que houve a homologação de acordo entre as partes nos autos do processo. Juntem-se as petições.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente o PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem para o prosseguimento devido.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000897-46.2013.5.10.0009**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Maria Helena Mallmann  
Recorrente UNIÃO (PGU)



Procuradora Dra. Priscilla Silva Nascimento  
Recorrido ADRIANO DE OLIVEIRA SANTOS  
Advogado Dr. Gaspar Reis da Silva(OAB: 9324-A/DF)  
Recorrido PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA. - ME

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANO DE OLIVEIRA SANTOS
- PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA. - ME
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0089100-97.2012.5.21.0013**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Geórgia Araújo Menezes de Souza de Oliveira  
Procuradora Dra. Caroline de Melo e Torres  
Recorrido JMT SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA  
Advogado Dr. Paulo Henrique Marques Souto(OAB: 3439/RN)  
Advogado Dr. Edward Mitchel Duarte Amaral(OAB: 9231/RN)  
Advogado Dr. Hugo Helinski Holanda(OAB: 7402/RN)  
Recorrido DAYSE ILIANE DE PAULA SOUZA  
Advogado Dr. Francisnilton Moura(OAB: 8851-A/RN)  
Advogado Dr. Adriano Bezerra Caminha de Oliveira(OAB: 839-S/RN)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DAYSE ILIANE DE PAULA SOUZA
- JMT SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão

prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000987-43.2011.5.09.0303**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. João Batista Brito Pereira  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Sidnei Di Bacco  
Recorrido PROBANK S.A.  
Advogado Dr. Elionora Harumi Takeshiro(OAB: 12838-A/PR)  
Recorrido HAMILTON APARECIDO MARQUES  
Advogado Dr. Josimar Diniz(OAB: 32181-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HAMILTON APARECIDO MARQUES
- PROBANK S.A.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000996-13.2013.5.10.0010**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Lelio Bentes Corrêa
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Rodolfo César de Almeida Correia
Recorrido	PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.
Recorrido	HEITOR DOMINGOS DA SILVA
Advogada	Dra. Deliana Valente Kutianski(OAB: 28648/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- HEITOR DOMINGOS DA SILVA
- PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000091-95.2012.5.15.0012**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Danielle Christine Miranda Gheventer
Recorrido	ARTLIMP SERVIÇOS LTDA.
Recorrido	FERNANDA REGINA GOMES E OUTROS
Advogado	Dr. Renato Ferraz Tésio(OAB: 204352- A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ARTLIMP SERVIÇOS LTDA.
- FERNANDA REGINA GOMES E OUTROS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000093-07.2010.5.10.0002**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	CAPITAL EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogado	Dr. Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro
Recorrido	CARMEM M. F. OLIVEIRA CARDOSO
Advogado	Dr. Fernando Barbosa de Souza(OAB: 15979/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAPITAL EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- CARMEM M. F. OLIVEIRA CARDOSO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0011457-05.2015.5.01.0049**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Renata Cristina Teixeira de Abreu
Recorrido	ULTRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
Recorrido	SHIRLEY COSTA DE MORAIS
Advogado	Dr. Hamilcar de Campos Filho(OAB: 61498-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- SHIRLEY COSTA DE MORAIS
- ULTRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000835-30.2014.5.11.0401**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. João Eulálio de Pádua Filho
Recorrido	GLOBAL MIX EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME
Recorrido	LUIS ERLIS SODRÉ TEIXEIRA

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GLOBAL MIX EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME
- LUIS ERLIS SODRÉ TEIXEIRA

- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0012427-70.2016.5.15.0084**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Juliano Zamboni
Recorrido	MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Marco Aurélio Pereira da Mota(OAB: 249265/SP)
Advogada	Dra. Helayne Cristina Luiz(OAB: 190431/SP)
Recorrido	FRANCISCA DAS CHAGAS PESSOA
Advogado	Dr. Paulo de Tarso Ribeiro Kachan(OAB: 138712/SP)
Advogada	Dra. Fabiana Nogueira Nista Salvador(OAB: 305142-A/SP)
Advogada	Dra. Camila Barth Pires Silveira(OAB: 234603-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FRANCISCA DAS CHAGAS PESSOA
- MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na

forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0097900-64.2009.5.02.0073**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Renato Feitosa Aragão Júnior
Recorrido	ALABASTRO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
Recorrido	ADRIANO FARIAS VIEIRA
Advogado	Dr. Giselle Criscimani Fabrício(OAB: 206748-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADRIANO FARIAS VIEIRA
- ALABASTRO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000864-47.2011.5.09.0658**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado João Pedro Silvestrin
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Sidnei Di Bacco

Recorrido	CRISTAL SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogada	Dra. Michelle Morgana Montegutte(OAB: 24424/SC)
Recorrido	GILBERTO HARTIVIG
Advogada	Dra. Ana Márcia Soares Martins Rocha(OAB: 19753-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CRISTAL SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- GILBERTO HARTIVIG
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000834-70.2012.5.10.0004**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	CAPTAR SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Advogado	Dr. Giovanna Lima Santiago Carneiro(OAB: 24463/CE)
Recorrido	GERBETH MONROE
Advogado	Dr. Abádio Ferreira da Silva(OAB: 26888-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAPTAR SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- GERBETH MONROE
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no



PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000970-97.2013.5.10.0015**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Daniel Costa Reis
Procuradora	Dra. Melissa Gehre Galvão
Procurador	Dr. Fábio Tesolin Rodrigues
Recorrido	SUBLIME SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Recorrido	ELIENE RODRIGUES COIMBRA
Advogado	Dr. Jorge Antônio dos Santos(OAB: 19839-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIENE RODRIGUES COIMBRA
- SUBLIME SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000981-76.2010.5.10.0001**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Batista Brito Pereira
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	MILLENNIUM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Recorrido	DOMETILLA FIALHO FARIA DA SILVA
Advogada	Dra. Deliana Valente Kutianski(OAB: 28648/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DOMETILLA FIALHO FARIA DA SILVA
- MILLENNIUM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000870-50.2010.5.10.0015**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Idelfonso Alves Lima Junior
Recorrido	CONTRAT ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA.
Recorrido	DAIANNE ALCÂNTARA DE SOUSA
Advogado	Dr. Aline Dantas Rocha(OAB: 36200-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTRAT ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA.
- DAIANNE ALCÂNTARA DE SOUSA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava



sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000978-82.2010.5.10.0014**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	CAPITAL EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogado	Dr. Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro(OAB: 20660/DF)
Recorrido	ASÉSIO DE SOUSA CUNHA
Advogado	Dr. Hélio de Oliveira Seixas Filho(OAB: 18407-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ASÉSIO DE SOUSA CUNHA
- CAPITAL EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000899-03.2010.5.10.0015**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Batista Brito Pereira
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	CONTRAT ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA.
Recorrido	ODILON PEREIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Aline Dantas Rocha(OAB: 36200-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTRAT ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA.
- ODILON PEREIRA DA SILVA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000903-72.2012.5.09.0411**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Gisele Hatschbach Bittencourt
Recorrido	GETEC - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME
Recorrido	NOZINEI ALVES MARTINS
Advogado	Dr. David Alves de Araújo Júnior(OAB: 44111-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GETEC - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME
- NOZINEI ALVES MARTINS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema

responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000901-05.2012.5.09.0411**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Sidnei Di Bacco
Recorrido	GETEC - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME
Recorrido	PATRICK COSTA PEREIRA
Advogado	Dr. David Alves de Araújo Júnior(OAB: 44111-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- GETEC - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME
- PATRICK COSTA PEREIRA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0098640-72.2007.5.10.0007**

*Processo Nº Ag-AIRR-00986/2007-007-10-40.7*

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Batista Brito Pereira
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	SIDARTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Recorrido	EDGAR BORGES RODRIGUES
Advogado	Dr. Jomar Alves Moreno(OAB: 5218/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDGAR BORGES RODRIGUES
- SIDARTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000744-36.2010.5.10.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	DCORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Recorrido	IRAIDA PINTO DA COSTA
Advogado	Dr. Diogo Fonseca Santos Kutianski(OAB: 23165/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DCORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- IRAIDA PINTO DA COSTA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000836-10.2012.5.10.0014**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Clysses Adelina Homar
Recorrido	STEEL SERVIÇOS AUXILIARES LTDA.
Advogado	Dr. Dennys Douglas Moreira Neves(OAB: 20135/DF)
Recorrido	ANA SHIRLEY RODRIGUES SOUZA CARVALHO
Advogada	Dra. Renata Almeida de Sousa Sampaio Leão Marques(OAB: 14719/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANA SHIRLEY RODRIGUES SOUZA CARVALHO
- STEEL SERVIÇOS AUXILIARES LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000863-90.2012.5.10.0014**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Dickson Argenta de Souza
Recorrido	STEEL SERVIÇOS AUXILIARES LTDA.
Advogado	Dr. Dennys Douglas Moreira Neves(OAB: 20135/DF)
Recorrido	IONEIDE RAMOS DE SOUZA
Advogada	Dra. Renata Almeida de Sousa Sampaio Leão Marques(OAB: 14719/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- IONEIDE RAMOS DE SOUZA
- STEEL SERVIÇOS AUXILIARES LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000944-71.2009.5.10.0005**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogado	Dr. Leandro Coelho Conceição(OAB: 30328-A/DF)

Recorrido MARIA LÚCIA FERREIRA DA PAIXÃO  
Advogada Dra. Maria Lúcia Fayad de  
Albuquerque Rosa(OAB: 4141/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- MARIA LÚCIA FERREIRA DA PAIXÃO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000992-66.2014.5.10.0001**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Luiz José Dezana da Silva  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Vanessa Medeiros de Jesus  
Recorrido PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO  
LTDA.  
Recorrido REGIANE ALVES RODRIGUES  
Advogado Dr. Luís Claudio Silva  
Nascimento(OAB: 31205-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
- REGIANE ALVES RODRIGUES
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na

forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e

2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000958-55.2009.5.10.0005**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Maria Helena Mallmann  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero  
Recorrido FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.  
Advogado Dr. Leandro Coelho Conceição(OAB: 30328-A/DF)  
Recorrido LIVANIA SILVA SANTOS  
Advogada Dra. Maria Lúcia Fayad de  
Albuquerque Rosa(OAB: 4141/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- LIVANIA SILVA SANTOS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0000942-04.2009.5.10.0005**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. João Batista Brito Pereira  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Priscila Bessa Rodrigues



Recorrido FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.  
Advogado Dr. Karina Mendes de Lima  
Rovaris(OAB: 274999-A/SP)  
Recorrido ALINE BARROS ARAÚJO  
Advogada Dra. Maria Lúcia Fayad de  
Albuquerque Rosa(OAB: 4141/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALINE BARROS ARAÚJO
- FEDERAL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000973-59.2011.5.09.0303**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero  
Recorrido PROBANK S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Advogado Dr. Elionora Harumi Takeshiro(OAB: 12838-A/PR)  
Recorrido CLAITON CARDOSO  
Advogado Dr. Josimar Diniz(OAB: 32181-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CLAITON CARDOSO
- PROBANK S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao

valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0000980-48.2010.5.18.0008**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Dora Maria da Costa  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero  
Recorrido CONTRAT ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA.  
Recorrido RHUAN MAGALHÃES VIEIRA  
Advogado Dr. Sheila Chagas Rufino(OAB: 28720/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONTRAT ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA.
- RHUAN MAGALHÃES VIEIRA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000163-78.2016.5.10.0013**

Complemento Processo Eletrônico



Relator Min. Luiz José Dezena da Silva  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Gustavo Cavalcanti de Amorim Quêrcia  
Recorrido ROVER ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.  
Advogado Dr. Rodrigo Duque Dutra(OAB: 12313-A/DF)  
Recorrido CÉLIA REGINA NOVAES FERREIRA  
Advogado Dr. José Augusto Santos da Conceição(OAB: 34126-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CÉLIA REGINA NOVAES FERREIRA
- ROVER ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000095-60.2013.5.10.0005**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Samuel Lages Neves Lopes  
Recorrido A4 SERVIÇOS LTDA. - ME  
Recorrido GISLAINE FERNANDES XAVIER  
Advogado Dr. Pablício Monteiro Cardoso(OAB: 19567-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- A4 SERVIÇOS LTDA. - ME
- GISLAINE FERNANDES XAVIER
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de

Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-ARR-0000894-60.2014.5.04.0741**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Maria Helena Mallmann  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Amarildo José Werlang  
Recorrido MASSA FALIDA de PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.  
Advogado Dr. Marcelo Aquini Fernandes(OAB: 51925/RS)  
Recorrido SANDERSON FRANÇA ANTUNES  
Advogado Dr. Aline Trindade do Nascimento(OAB: 91871/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MASSA FALIDA de PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- SANDERSON FRANÇA ANTUNES
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000991-03.2013.5.10.0006**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Luiz José Dezena da Silva  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procurador Dr. Clysses Adelina Homar  
Recorrido CONDOR CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA.  
Recorrido ITALGINA CABRAL DE MORAIS  
Advogado Dr. José Maria de Oliveira Santos(OAB: 9004-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONDOR CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
- ITALGINA CABRAL DE MORAIS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000096-24.2013.5.10.0012**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procuradora Dra. Laura Fernandes de Lima Lira  
Recorrido IBEROAMERICANA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.  
Recorrido CIRENE ALVES DE SOUSA  
Advogado Dr. Lionezia Souza Oliveira(OAB: 14398/GO)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CIRENE ALVES DE SOUSA
- IBEROAMERICANA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema

responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000950-12.2013.5.10.0014**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Kátia Magalhães Arruda  
Recorrente UNIÃO (PGU)  
Procuradora Dra. Laura Fernandes de Lima Lira  
Recorrido SUBLIME SERVIÇOS GERAIS LTDA.  
Recorrido NAYANE GAMA DO NASCIMENTO  
Advogado Dr. Ricardo Côrtes de Oliveira Braga(OAB: 24558-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- NAYANE GAMA DO NASCIMENTO
- SUBLIME SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000986-78.2013.5.10.0006**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Bráulio Henrique Lacerda da Natividade
Recorrido	CONDOR CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
Recorrido	MARIA LENI SILVA DUARTE
Advogado	Dr. José Maria de Oliveira Santos(OAB: 9004-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONDOR CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
- MARIA LENI SILVA DUARTE
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal. Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREG - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0099000-39.2007.5.04.0018**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	MASSA FALIDA de VIRTUAL SERVICE - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Recorrido	PAULO RICARDO MADEIRA MACHADO
Advogado	Dr. Diego Sebastião Martins(OAB: 42665/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- MASSA FALIDA de VIRTUAL SERVICE - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- PAULO RICARDO MADEIRA MACHADO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREG - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000960-08.2012.5.10.0009**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Daniela de Oliveira Rodrigues
Recorrido	FORTESUL - SERVIÇOS, CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.
Advogada	Dra. Juliana Zafino Isidoro Ferreira Mendes(OAB: 12794-B/MT)
Recorrido	SHEILA APARECIDA RANGEL
Advogado	Dr. Felipe Rocha de Moraes(OAB: 32314/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FORTESUL - SERVIÇOS, CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.
- SHEILA APARECIDA RANGEL
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000872-75.2011.5.15.0005**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Rafael Cardoso de Barros
Recorrido	ORION SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
Recorrido	ELIANE DA SILVA SARINHO RIBEIRO
Advogado	Dr. Márcio Robison Vaz de Lima(OAB: 141307-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIANE DA SILVA SARINHO RIBEIRO
- ORION SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RR-0001025-65.2017.5.11.0052**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Batista Brito Pereira
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Jaildo Peixoto da Silva
Recorrido	BRASIL NORTE EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME
Recorrido	ROGELMA RODRIGUES BARBOSA PONTE

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BRASIL NORTE EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME
- ROGELMA RODRIGUES BARBOSA PONTE
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000975-72.2010.5.10.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Recorrido	ERIKA DOS SANTOS SOUSA
Advogado	Dr. Frederico Soares de Alvarenga(OAB: 19468-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- ERIKA DOS SANTOS SOUSA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao



sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0098540-26.2007.5.10.0005**

*Processo Nº Ag-AIRR-00985/2007-005-10-40.0*

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Recorrido	IRANY DA SILVA ALMEIDA
Advogado	Dr. Jomar Alves Moreno
Recorrido	DECORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogado	Dr. Daniel Muniz da Silva(OAB: 22755-A/DF)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- DECORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- IRANY DA SILVA ALMEIDA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº RRAg-0000769-06.2012.5.15.0079**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaide Alves Miranda Arantes
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Danielle Christine Miranda Gheventer
Recorrido	UNIÃO (PGU)

Procuradora	Dra. Danielle Christine Miranda Gheventer
Recorrido	GSV GRUPO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Recorrido	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogado	Dr. Victor Hugo Pazini Baltazar Herculano da Silva(OAB: 420129-A/SP)
Recorrido	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Paulo Henrique Moura Leite
Recorrido	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP
Advogado	Dr. Roberto Brocanelli Corona(OAB: 83471-A/SP)
Recorrido	JOSÉ PAULO ZANONI
Advogado	Dr. Humberto Ferrari Neto(OAB: 161329-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- GSV GRUPO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- JOSÉ PAULO ZANONI
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0000970-22.2012.5.01.0003**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Letícia Botelho Gois
Procuradora	Dra. Clarissa Freire da Cunha Galvão
Recorrido	RUFOLO EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS E CONSTRUÇÕES LTDA.



Recorrido EDUARDO HENRIQUE RIBEIRO  
Advogado Dr. Ricardo da Silva Netto(OAB: 66316 -D/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDUARDO HENRIQUE RIBEIRO
- RUFOLO EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho, referente ao tema responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, o qual se encontrava sobrestado no aguardo do julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral do excelso Supremo Tribunal Federal.

Os presentes autos se enquadram nos critérios previstos no PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/PGU/AGU quanto ao valor, de forma que:

1. intime-se a União Federal (PGU), para os fins previstos no ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2023, firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, na forma do respectivo Plano de Trabalho, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias; e
2. ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos ao sobrestamento.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES - para as providências pertinentes.  
Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0010092-41.2019.5.03.0041**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	MUNICÍPIO DE UBERABA
Advogado	Dr. Adrianna Belli Pereira de Souza(OAB: 54000/MG)
Advogado	Dr. Juliana Costa Carvalhaes Ribeiro(OAB: 94053-A/MG)
Recorrido	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	Dra. Alexsandra Azevedo do Fojo(OAB: 155577/SP)
Advogado	Dr. Marcel Gustavo Ferigato(OAB: 250482-A/SP)
Advogado	Dr. Guilherme Sousa Bernardes(OAB: 139058-A/MG)
Advogado	Dr. Reinaldo Antônio de Araújo Miranda(OAB: 323748-A/SP)
Recorrido	LUIZ RICARDO DA SILVA
Advogado	Dr. Eduardo Silva Corrêa(OAB: 138867 -A/MG)
Advogado	Dr. Alinne Marci Corrêa Barbosa(OAB: 128080-A/MG)
Advogado	Dr. Betania Torracca de Toledo(OAB: 148473-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUIZ RICARDO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE UBERABA

**- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR**

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0016735-55.2018.5.16.0019**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Recorrente	MUNICÍPIO DE TIMON
Procurador	Dr. Heonir Basílio da Silva Rocha
Recorrido	LIDERCOOP - COOPERATIVA LÍDER DE TRABALHO EM APOIO AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS
Recorrido	PEDRO DOS SANTOS FREITAS
Advogado	Dr. Stênio Farias Marinho(OAB: 7791-A/PI)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LIDERCOOP - COOPERATIVA LÍDER DE TRABALHO EM APOIO AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS
- MUNICÍPIO DE TIMON
- PEDRO DOS SANTOS FREITAS

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão desta Corte Superior que aplicou o óbice processual da ausência de dialeticidade, Súmula nº 422, I, do TST para obstar o seguimento do recurso.

Não obstante, observa-se que a matéria de fundo do recurso extraordinário interposto se refere à questão constitucional para a qual a Suprema Corte já decidiu existir repercussão geral, qual seja Tema 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço) e Tema 1.118 (Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931).

Dessa forma, tendo em vista a Controvérsia nº 50012 encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, conforme exemplificativos os recursos extraordinários nº 1387205, 1387210 e 1387211 (óbice processual à admissibilidade recursal - ausência de transcendência, art. 896-A da CLT, ausência de transcrição do trecho que consubstancia o prequestionamento, art. 896, §1º-A, da CLT, ausência de dialeticidade, Súmula nº 422, do TST), com o objetivo de manifestação da Suprema Corte quanto à possibilidade de superação do óbice processual para a aplicação da tese jurídica de natureza vinculante e, para se evitar decisões conflituosas e dissociadas da interpretação conferida Pretório Excelso, determino o sobrestamento do recurso extraordinário, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, até o trânsito em julgado de decisão sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-RRag-0100978-10.2019.5.01.0246**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	Dr. Fernando Morelli Alvarenga(OAB: 86424-A/RJ)
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)
Recorrido	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	Dr. Fernando Morelli Alvarenga(OAB: 86424-A/RJ)
Recorrido	ESTALEIRO MAUÁ S.A.
Advogado	Dr. Mauricio de Almeida Mello(OAB: 158658-A/RJ)
Advogado	Dr. David Maciel de Mello Filho(OAB: 53645-A/RJ)
Recorrido	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)

Advogado	Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)
Recorrido	EISA PETRO-UM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	Dr. Mauricio de Almeida Mello(OAB: 158658-A/RJ)
Advogado	Dr. David Maciel de Mello Filho(OAB: 53645-A/RJ)
Recorrido	MARÍTIMA PETRÓLEO E ENGENHARIA LTDA.
Advogado	Dr. Isabella Rangel Zuazo(OAB: 98222-A/RJ)
Recorrido	LUCIANA VIEIRA DE SOUZA
Advogado	Dr. Alynne Marie de Faria da Silva(OAB: 158326-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EISA PETRO-UM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- ESTALEIRO MAUÁ S.A.
- LUCIANA VIEIRA DE SOUZA
- MARÍTIMA PETRÓLEO E ENGENHARIA LTDA.
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO**

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão desta Corte Superior que aplicou o óbice processual da ausência de dialeticidade, Súmula nº 422 do TST para obstar o seguimento do recurso ao tema "responsabilidade subsidiária da Administração Pública".

Não obstante, observa-se que a matéria de fundo do recurso extraordinário interposto se refere à questão constitucional para a qual a Suprema Corte já decidiu existir repercussão geral, qual seja Tema 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço) e Tema 1.118 (Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931).

Dessa forma, tendo em vista a Controvérsia nº 50012 encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, conforme exemplificativos os recursos extraordinários nº 1387205, 1387210 e 1387211 (óbice processual à admissibilidade recursal - ausência de transcendência, art. 896-A da CLT, ausência de transcrição do trecho que consubstancia o prequestionamento, art. 896, §1º-A, da CLT, ausência de dialeticidade, Súmula nº 422, do TST), com o objetivo de manifestação da Suprema Corte quanto à possibilidade de superação do óbice processual para a aplicação da tese jurídica de natureza vinculante e, para se evitar decisões conflituosas e dissociadas da interpretação conferida Pretório Excelso, determino o sobrestamento do recurso extraordinário, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, até o trânsito em julgado de decisão sobre a matéria.

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se

discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0010391-71.2021.5.15.0119**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Recorrente	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogada	Dra. Maria de Fátima Chaves Gay(OAB: 127335-D/SP)
Recorrido	ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.
Advogada	Dra. Aline Cristina Panza Mainieri(OAB: 153176-D/SP)
Recorrido	GUSTAVO ANDRE DA SILVA
Advogado	Dr. Lúcio Roberto Falce(OAB: 193419-A/SP)
Advogado	Dr. Pamela Cristina Feliciano Antunes(OAB: 337677-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.  
- GUSTAVO ANDRE DA SILVA  
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se

insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0010964-11.2020.5.03.0077**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Recorrente	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Túlio de Barcelos(OAB: 44698-D/MG)
Advogado	Dr. Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-D/MG)
Recorrido	LUCIENE FARIAS DE SOUZA
Advogado	Dr. Rafael Gusmão Dias Sviszero(OAB: 110082-A/MG)
Recorrido	SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA
Advogada	Dra. Vanessa Silveira Souto(OAB: 127059-A/MG)
Advogado	Dr. Guilherme Frederico Matos Pacheco de Andrade(OAB: 108448-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
- LUCIENE FARIAS DE SOUZA  
- SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA

Mediante petição nº 198309/2023-8, a recorrida SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA requer a imediata liberação dos depósitos recursais, na medida em que distribuiu pedido de recuperação judicial.

Junte-se.

Nada a deferir, na medida em que o pedido deve ser endereçado ao juízo da execução, em momento oportuno.

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0011663-23.2018.5.15.0114**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado João Pedro Silvestrin
Recorrente	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Isabelle Maria Verza
Recorrido	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
Recorrido	ROSELI APARECIDA JARDIM TARELHO

Advogado	Dr. Sílvio Carlos de Andrade Maria(OAB: 104157-A/SP)
Advogado	Dr. Luiz Carlos Andrade Favaron Filho(OAB: 262697-A/SP)
Advogado	Dr. Rosa Maria Favaron Portella(OAB: 85911-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ESTADO DE SÃO PAULO
- ROSELI APARECIDA JARDIM TARELHO
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-ED-AIRR-0011064-34.2016.5.03.0035**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente	ALMAVIVA PATICIPACOES E SERVICOS LTDA
Advogada	Dra. Aline de Fátima Rios Melo(OAB: 105466-A/MG)
Advogada	Dra. Nayara Alves Batista de Assunção(OAB: 119894-A/MG)
Recorrido	ITAÚ UNIBANCO S.A.



Advogada Dra. Valéria Ramos Esteves de Oliveira(OAB: 46178/MG)  
Advogado Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)  
Recorrido ELILIANE LUIZ BRAZ  
Advogada Dra. Lígia Rodrigues Martins de Oliveira(OAB: 111425/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ALMAVIVA PATICIPACOES E SERVICOS LTDA
- ELILIANE LUIZ BRAZ
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão desta Corte Superior que aplicou o óbice processual da ausência de dialeticidade, Súmula nº 422, I, do TST para obstar o seguimento do recurso.

Não obstante, observa-se que amáteria de fundo dorecurso extraordinário interposto se refere a questão constitucional para a qual a Suprema Corte já decidiu existir repercussão geral, qual seja Tema 725 no Ementário Temático de Repercussão Geral, fixando a seguinte tese: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Dessa forma, tendo em vista a Controvérsia nº 50012 encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, conforme exemplificativos os recursos extraordinários nº 1387205, 1387210 e 1387211 (óbice processual à admissibilidade recursal - ausência de transcendência, art. 896-A da CLT, ausência de transcrição do trecho que consubstancia o prequestionamento, art. 896, §1º-A, da CLT, ausência de dialeticidade, Súmula nº 422, do TST), com o objetivo de manifestação da Suprema Corte quanto à possibilidade de superação do óbice processual para a aplicação da tese jurídica de natureza vinculante e, para se evitar decisões conflituosas e dissociadas da interpretação conferida Pretório Excelso, determino o sobrestamento do recurso extraordinário, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, até o trânsito em julgado de decisão sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0021165-75.2016.5.04.0303**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte  
Recorrente COMUSA - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO  
Advogado Dr. Marco Aurélio Lessa Flores da Cunha(OAB: 47411-A/RS)  
Recorrido ORIENTAL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI  
Advogado Dr. Jorge Augusto Bergesch(OAB: 30815-A/RS)  
Advogado Dr. Joao Mario Bergesch(OAB: 51475-A/RS)  
Recorrido PAULO HENRIQUE PORTO PADILHA  
Advogado Dr. Jorge Luiz Koch Filho(OAB: 85820-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- COMUSA - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO
- ORIENTAL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI
- PAULO HENRIQUE PORTO PADILHA

Inicialmente, em análise dos autos, se verifica que o feito retorna a esta c. Corte por determinação do Juízo da 3.ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo - RS (fl. 2159), na medida em que resta pendente de juízo de admissibilidade o recurso extraordinário interposto pela COMUSA - Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo, em face de decisão que negou provimento ao seu agravo interno, publicada em 21.05.2021 (certidão seq. 28).

Referido recurso extraordinário foi interposto mediante sistema e-Pet, uma vez que os autos foram equivocadamente remetidos ao Tribunal Regional. Registra-se que o prazo para o ente da Administração Pública somente se esgotaria em 06.07.2021, sendo o recurso interposto tempestivamente, em 02.07.2021.

Ante o exposto, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREG que junte aos autos a e-Pet de nº 241412/2021-5, e desde já proceda ao exame de admissibilidade do recurso pendente de análise.

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.



Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº ED-Ag-E-ED-Ag-RR-0000355-40.2010.5.01.0023**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Recorrente	RICK VALERIO DO NASCIMENTO SILVA
Advogado	Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Dra. Mônica Coutinho Von Sydow Canavarro Pereira(OAB: 85261-A/RJ)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Recorrido	CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Raphael Rajão Reis de Caux(OAB: 106383/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RICK VALERIO DO NASCIMENTO SILVA

Mediante petição de nº 50567/2023, CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (atual denominação da LIQ CORP S.A.), e demais empresas do grupo econômico noticiam que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requerem a prorrogação do stay period pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e abstenção da Justiça Trabalhista de quaisquer atos constritivos.

Requerem, ainda, que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa.

Por fim, requerem que todas as publicações sejam emitidas exclusivamente em nome de Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias. Em relação à prorrogação do stay period, indefiro o pedido de suspensão/prorrogação da ação/execução, diante do que dispõe o art. 6º, caput, c/c §2º, da Lei nº 11.101/2005.

Sobre o requerimento de proibição de atos constritivos, nada a deferir, uma vez que pretende a parte que a Vice-Presidência adote providências cuja análise foge às suas atribuições, a teor do disposto no art. 42 do RITST.

Em relação ao pedido de intimação e notificações exclusivas, indefiro, uma vez que novo patrono foi constituído no presente processo, em petição mais recente de nº 319055/2023-4.

Quanto à petição de nº 324314/2023-4, a recorrida CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) apresenta, tempestivamente, suas contrarrazões, solicitando que seja negado seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pela recorrente.

Passo a análise do recurso extraordinário (petição de nº 38790/2023-2).

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto aos temas "terceirização de serviços para a consecução da atividade fim da empresa." e "isonomia de direitos entre terceirizados e os empregados da tomadora de serviços".

O art. 1.030, III, do CPC/2015 dispõe que compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que

versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 958252/MG, acórdão publicado no DJe de 13/9/2019, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 725 no Ementário Temático de Repercussão Geral, fixando a seguinte tese: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".

De outro lado, foi reconhecida a repercussão geral da matéria atinente à "Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços" nos autos do RE 635546 (Tema383) em que se fixou a seguinte tese jurídica: "A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratarem de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas", nos termos do acórdão publicado no DJe em 19/5/2021.

Assim, tendo em vista que ainda não houve o trânsito em julgado das decisões, uma vez que foram opostos embargos declaratórios nos referidos processos, é imprescindível o sobrestamento de todos os recursos extraordinários interpostos a acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam das matérias, para se evitar decisões conflituosas com a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0012009-26.2015.5.01.0483**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037/RJ)
Recorrido	BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Paulo Antonio Gomes Patricio Junior(OAB: 155158-A/RJ)
Recorrido	ANDERSON SILVA OLIVEIRA
Advogado	Dr. Erick Miranda Carneiro(OAB: 167735-A/RJ)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANDERSON SILVA OLIVEIRA
- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração

Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0013461-83.2015.5.15.0062**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza
Recorrente	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Procurador	Dr. Fábio Alexandre Coelho
Recorrido	MULT FUNCIONAL - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA.
Recorrido	MARIA LUCIA CARDOSO ADRIANO
Advogado	Dr. Sérgio Vicente Sanvido(OAB: 182967-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA  
- MARIA LUCIA CARDOSO ADRIANO  
- MULT FUNCIONAL - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se

discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao "Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)". No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" - deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0020029-61.2017.5.04.0124**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Recorrente	ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Rodrigo Beschizza(OAB: 162030/RJ)
Advogada	Dra. Ana Catharina Crahim de Mello(OAB: 167659/RJ)
Recorrido	TAMIRES COSTA GASPAR
Advogado	Dr. Halley Lino de Souza(OAB: 54730-A/RS)
Advogado	Dr. Cássio Cardoso da Silva(OAB: 81369/RS)
Advogado	Dr. Luana Souza de Lima(OAB: 91984-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- TAMIRES COSTA GASPAR

Por meio da petição de nº120321/2023-6, ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) apresentou desistência do recurso extraordinário

interposto. Entretanto, como não foi constatada a procuração da reclamada outorgando poderes ao advogado subscritor da peça, Dr. Rodrigo Beschizza, OAB/RJ 162.030, esta Vice Presidência determinou a intimação da parte para que regularizasse a representação processual.

Em resposta, a empresa juntou a petição nº 275128/2023-7 com procuração outorgando poderes para desistir ao advogado subscritor da peça, conforme fls. 928-933.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC, acolho o pleito formulado e determino: I. A perda do objeto do recurso extraordinário, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II. À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRESX para que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº E-ED-RR-0132100-35.2009.5.04.0011**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Batista Brito Pereira
Recorrente	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
Advogada	Dra. Susana Maria Vacilotto Tapia(OAB: 27356-A/RS)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Recorrido	MOBRA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. Henrique Cusinato Hermann(OAB: 46523/RS)
Recorrido	PAULO ROBERTO TORRES ENCINA
Advogado	Dr. Cláudio Kieffer Veiga(OAB: 60171-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
- MOBRA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- PAULO ROBERTO TORRES ENCINA

Por meio da petição de nº327450/2023-4, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO solicita a baixa do processo sob o fundamento de desistência do recurso extraordinário por parte do BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -BANRISUL S/A conforme documentação da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre - TRT 4.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC, acolho o pleito formulado e determino: I. A perda do objeto do recurso extraordinário, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II. À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRESX para que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0000105-87.2020.5.09.0005**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Recorrente	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procuradora	Dra. Maureen Machado Virmond
Recorrido	PRODUSERV SERVIÇOS - EIRELI
Advogada	Dra. Josiane Dalla Costa(OAB: 31556-A/PR)
Recorrido	ELIANE RODRIGUES E OUTROS
Advogada	Dra. Joana Paula Chemin de Andrade(OAB: 40593-A/PR)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ELIANE RODRIGUES E OUTROS
- MUNICÍPIO DE CURITIBA
- PRODUSERV SERVIÇOS - EIRELI

Por meio da petição de nº351300/2023-8, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO apresenta desistência do recurso extraordinário interposto pelo Município de Curitiba interposto por Procurador Municipal, na forma da Súmula nº 436 do C. TST.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC, acolho o pleito formulado e determino: I. A perda do objeto do recurso extraordinário, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II. À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRESX para que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº AIRR-0001945-27.2014.5.02.0074**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocada Cilene Ferreira Amaro Santos
Recorrente	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
Procurador	Dr. Nazário Cleodon de Medeiros
Recorrido	ADEMILTON FELIPE SANTIAGO
Advogado	Dr. Hilário Bocchi Júnior(OAB: 90916/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ADEMILTON FELIPE SANTIAGO
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP

**DE EXPEDIENTE**

A reclamante solicita a tramitação preferencial destes autos por contar com idade superior a 60 anos, a teor do que preceitua o inciso I do art. 1.048 do CPC/2015 (TST-Pet-381784/2023-2).

No uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso VI, do Ato GVP nº 10, de 16/12/2022, publicado no DEJT de 19/12/2022, ao Secretário de Processamento de Recursos Extraordinários, determino a anotação de prioridade na tramitação do feito. Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
JOSE RIBAMAR RABELO FONTINELE JUNIOR  
Secretário Substituto de Processamento de Recursos  
Extraordinários

**Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000957-18.2020.5.02.0061**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Embargante	CICERO JOSE DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. Daniel Américo dos Santos Neimeir(OAB: 309297-A/SP)
Embargado	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A
Advogada	Dra. Erika Lopes dos Santos(OAB: 260125-D/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CICERO JOSE DO NASCIMENTO
- CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A

**DE EXPEDIENTE**

Álya Construtora S.A. apresentou documentação comprovando ser a nova denominação social da reclamada Construtora Queiroz Galvão S.A. (TST-Pet-332164/2023-0).

Assim, no uso das atribuições conferidas no art. 1º, inciso I, do Ato GVP nº 10, de 16/12/2022, publicado no DEJT de 19/12/2022, à Secretária de Processamento de Recursos Extraordinários, determino a reatuação dos autos para que passe a constar, como reclamada, a empresa Álya Construtora S.A.

Publique-se.

Brasília, 19 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ANNE FLORIANE DA ESCOSSIA LIMA  
Secretária de Processamento de Recursos Extraordinários

**Processo Nº ED-Ag-ARR-0002243-98.2012.5.03.0029**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Recorrente	TORA RECINTOS ALFANDEGADOS S.A.
Advogado	Dr. Victor Russomano Júnior(OAB: 3609-A/DF)
Advogada	Dra. Célia Maria Silvério de Lima(OAB: 59326-A/MG)
Recorrido	JOAO DA SILVA MOREIRA
Advogado	Dr. Felipe Maurício Saliba de Souza(OAB: 108211-A/MG)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- JOAO DA SILVA MOREIRA
- TORA RECINTOS ALFANDEGADOS S.A.

**DE EXPEDIENTE**

A reclamante solicita a tramitação preferencial destes autos por contar com idade superior a 60 anos, a teor do que preceitua o inciso I do art. 1.048 do CPC/2015 (TST-Pet-379381/2023-3).

No uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso VI, do Ato GVP nº 10, de 16/12/2022, publicado no DEJT de 19/12/2022, ao Secretário de Processamento de Recursos Extraordinários, determino a anotação de prioridade na tramitação do feito. Publique-se.

Brasília, 25 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
JOSE RIBAMAR RABELO FONTINELE JUNIOR  
Secretário Substituto de Processamento de Recursos  
Extraordinários

**Processo Nº E-ED-RR-0010115-80.2015.5.12.0039**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Claudinei Moser
Recorrido	HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogada	Dra. Edna Lima Dias Ribeiro da Silva(OAB: 82176/PR)
Recorrido	ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
Advogado	Dr. Grasieli Rodrigues(OAB: 20220- A/SC)
Recorrido	EDNÉIA NASÁRIO
Advogado	Dr. Alberto Testoni(OAB: 13177-A/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EDNÉIA NASÁRIO
- HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto a acórdão proferido por esta Corte Superior Trabalhista, que rejeitou os embargos de declaração interpostos pela UNIÃO (PGU) devido à preclusão, na medida em que a parte não interpôs recurso de revista adesivo a esta c. Corte.

Argui prefacial de repercussão geral. Alega que houve violação aos arts. 37, § 6º, 97 e 102, § 2º. Quer ver afastada sua responsabilidade subsidiária, e insurge-se quanto à questão do ônus probandi.

É o relatório.

É de se esclarecer, por relevante, que o primeiro momento em que houve condenação nos autos ocorreu com a decisão proferida pela e. 2ª Turma, que conheceu e proveu do recurso de revista da reclamante, versando sobre "GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AÇÃO AJUIZADA APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE GARANTIA DO EMPREGO." nos seguintes termos, in verbis:

A matéria referente à responsabilidade subsidiária do ente público ou a quem incumbe o ônus da prova quanto à fiscalização de empresa terceirizada não foi prequestionada junto a este tribunal, que se limitou a analisar o tema atinente ao ajuizamento de ação trabalhista pela empregada gestante após período da estabilidade provisória, na medida em que apenas a reclamante interpôs recurso

de revista ao e. TST, como se depreende da ementa do acórdão prolatado pela c. 2ª Turma:

**1 - GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AÇÃO AJUIZADA APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE GARANTIA DO EMPREGO**

1.1 - ConhecimentoForam preenchidos os pressupostos da Lei nº 13.015/2014 às fls. 856/857.

O Tribunal Regional da 12ª Região, por sua 4ª Câmara, em acórdão de lavra do Desembargador Narbal Antônio, decidiu:

**"GARANTIA PROVISÓRIA DE EMPREGO. GESTANTE**

O Juiz de primeiro grau indeferiu o pedido de reintegração no emprego e o pagamento de indenização decorrente da estabilidade da gestante, pelos seguintes fundamentos: 1) por considerar válida a ruptura contratual ao término do contrato de experiência; 2) em razão do desconhecimento confesso da própria autora acerca do seu estado gravídico e, 3) por ter a autora deixado transcorrer o prazo relativo à reintegração para propor a demanda trabalhista, sem existir prova de que tenha envidado esforços para comunicar a ré do seu estado gravídico.

Vejamos.

A autora foi contratada pela segunda ré - Hamirisi Serviços de Conservação e Limpeza Ltda. em 15.5.2014 para prestar serviços junto à Advocacia Geral da União, por meio de um contrato de prestação de serviços (fls. 653-654). Em 18.11.2014 foi dispensada sem justa causa após cumprir o aviso prévio (fl. 667). Sem solução de continuidade na prestação de serviços à AGU, em 11.11.2014 foi contratada, a título de experiência, pela primeira ré - ONDREPSB Limpeza e Serviços Especiais Ltda. e, ao final do prazo de prorrogação do contrato de experiência - 09.2.2015, teve o vínculo rompido (fl. 620).

Na inicial, a autora postulou o reconhecimento de grupo econômico entre as 02 (duas) primeiras rés, bem como da unicidade contratual, além da estabilidade da gestante.

Segundo a certidão de nascimento acostada à fl. 16, a filha da autora nasceu em 14.5.2015, sendo possível afirmar que se encontrava grávida quando do término do contrato de trabalho firmado com a segunda ré.

Na audiência das fls. 705-706, a autora foi ouvida, e sobre os fatos assim declarou:

(...)

Pois bem.

De início, destaco que o fato de a autora não ter conhecimento da gravidez quando da ruptura contratual, como confessou em depoimento, e, bem assim, não ter comunicado a gravidez ao empregador na vigência do contrato de trabalho nada influencia no deslinde da controvérsia, entendimento que há muito prevalece na jurisprudência e que está consubstanciado na Súmula nº 244 do TST: a confirmação da gravidez é fato objetivo, não sendo necessário nem mesmo que a obreira saiba que estava gestante no momento da dispensa.

Nessa linha de raciocínio, é irrelevante o conhecimento, pelo empregador, do estado gravídico da obreira quando da dispensa (Súmula nº 244, inc. I, TST).

A norma constitucional pertinente (art. 10, inc. II, al. "b", ADCT) garante o emprego desde a confirmação da gravidez, não estipulando a comunicação ao empregador, em nítido acolhimento da concepção objetivista.

Nessa mesma senda é o entendimento da Súmula nº 59 do TRT/SC, que assim prevê:

(...)

De igual forma, em relação ao fato de tratar-se de contrato de experiência, já que a Constituição da República não restringe a garantia provisória da gestante ao contrato de emprego sem determinação de prazo.

Assim, na atual entendimento da Súmula nº 244 do TST, acompanhada pela Súmula nº 59 deste Tribunal Regional, garante-se à empregada gestante a manutenção do emprego, mesmo na hipótese de contrato por tempo determinado, no qual se insere o contrato por experiência.

Todavia, a garantia de emprego que protege a empregada grávida, prevista na do art. 10 inc. II, al. "b" do ADCT da CF, não assegura o recebimento de salários sem trabalhar, e sim garante o emprego.

Diante disso, a empregada grávida tem garantida a manutenção ao emprego, e não o direito de receber salário sem trabalhar. Somente se não puder voltar ao trabalho por fato da empregadora é que a gestante terá direito à recomposição da situação por meio indenizatório.

A garantia legal em questão consiste na manutenção do emprego e, portanto, também na segurança do nascituro, inclusive pelos efeitos previdenciários, sendo admissível a sua conversão em pecúnia somente quando caracterizada a impossibilidade de retorno ao emprego - como já dito -, por expressa negativa de reintegração pelo empregador. Tenho por inadmissível a patrimonialização do referido direito.

No caso em debate, à ré sequer foi possibilitada ofertar emprego à autora, já que a autora não comunicou em nenhum momento o seus estado grávido. O conhecimento, no caso, ocorreu tão somente com a propositura da presente ação, o que ocorreu quase 01 (um) mês após findo o período de estabilidade.

Isso porque, a autora foi dispensada em 09.02.2015, teve sua filha em 14.5.2015 e apenas entrou com a presente ação em 09.11.2015.

Nesses termos, entendo ter havido renúncia tácita da autora, já que na data do ingresso da ação já havia decorrido todo o período de estabilidade.

Diante disso tenho me manifestado que nesses casos específicos a empregada não tem jus à indenização correspondente ao período de garantia provisória no emprego.

Nego provimento ao recurso, ficando prejudicada a análise da responsabilidade subsidiária da tomadora dos serviços."

A reclamante afirma que deve ser assegurada a indenização à gestante, mesmo com o ingresso da reclamação trabalhista após o término do período estável.

Indicam ofensa aos artigos 1º, III e IV, 5º, V, X, XIII, XXXV, XLI, LV, 7º, XXIX, da CF, 10, II, "b", do ADCT, bem como contrariedade à OJ 399 da SbdI-1 do TST e à Súmula 244, II, do TST. Transcreve arestos.

Análise.

O Tribunal Regional manteve o indeferimento da indenização à gestante, em razão de a reclamante ter ingressado com a ação trabalhista quando já decorrido todo o período de estabilidade.

Ocorre que a jurisprudência desta Corte Superior firmou o entendimento, por meio da OJ 399 da SDI-I, de que "o ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estável."

Nesse sentido são os precedentes:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. GESTANTE.



ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AÇÃO AJUIZADA APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE ESTABILIDADE. EFEITOS. A jurisprudência deste Tribunal Superior, consolidada na Orientação Jurisprudencial nº 399 da SBDI-1, firmou-se no sentido de que o ajuizamento de ação trabalhista, após decorrido o período de garantia de emprego, não configura abuso do exercício do direito de ação, quando devida a indenização substitutiva período de garantia provisória de emprego à gestante (súmula nº 244 do TST). Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 1600-77.2015.5.02.0025, Relator Ministro: Waldir Oliveira da Costa, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/06/2017)

3. GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AJUIZAMENTO APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO ESTABILITÁRIO. NÃO CONFIGURADO O ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO. O ajuizamento da ação após o término do período estável, mas antes de findo o prazo prescricional, previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, não configura abuso do direito de ação. Estando a decisão regional em consonância com a Súmula 244/TST e com a Orientação Jurisprudencial 399 da SBDI-1, o processamento do recurso de revista encontra óbice no artigo 896, §7º, da CLT. Agravo de instrumento não provido. (AIRR - 276-47.2012.5.10.0021, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/05/2017)

RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RITO SUMARÍSSIMO. GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ART. 10, II, "B", DO ADCT. RECUSA EM VOLTAR AO EMPREGO. RENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. NORMA DE ORDEM PÚBLICA. DIREITO INDISPONÍVEL. AJUIZAMENTO TARDIO DA AÇÃO. ABUSO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. A empregada gestante possui direito à estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (art. 10, II, "b", do ADCT). O dispositivo constitucional tem por finalidade tanto a proteção da gestante contra a dispensa arbitrária quanto relativamente aos direitos do nascituro. Portanto, a rescisão do contrato de trabalho da obreira gestante, durante o período de gestação, ainda que desconhecida a gravidez pelo empregador ou até mesmo pela empregada, quando do ato da dispensa, não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade não usufruída, conforme entendimento da Súmula 244, I, do TST. Ademais, esta Corte firmou entendimento no sentido de que a recusa da gestante de retornar ao emprego não pode ser admitida como renúncia ao direito à estabilidade provisória, na medida em que se trata de norma de ordem pública e a gestante não poderia dela dispor. Além disso, nos termos da OJ 399 da SBDI-1/TST, se a ação trabalhista foi proposta dentro do biênio prescricional previsto constitucionalmente, não se pode apenas a empregada por isso, ainda que já esgotado o período de estabilidade. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 11395-22.2016.5.03.0033, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/05/2017)

A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. GESTANTE. GARANTIA NO EMPREGO. O Tribunal Regional registrou que a reclamante se encontrava grávida por ocasião da rescisão do contrato de trabalho. Nesse contexto, a decisão regional que reconhece o direito à indenização referente à estabilidade gestante não viola o art. 10, II, "b" do ADCT. Ademais, a jurisprudência do TST, materializada na OJ nº 399, da SDI-1, entende que o ajuizamento da ação trabalhista depois de decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício

do direito de ação. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (ARR - 295-26.2015.5.04.0341, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/04/2017)

Dessa forma, a decisão regional que reputou indevida a indenização à gestante em razão da data do ingresso da ação já ter decorrido todo o período de estabilidade contrariou a OJ 399 da SBDI-1 do TST, razão pela qual conheço do apelo.

## 1.2 - Mérito

Conhecido por contrariedade à OJ 399 da SBDI-I, dou provimento ao recurso de revista para deferir à reclamante o pagamento de indenização substitutiva alusiva aos salários e demais direitos correspondentes ao período da estabilidade.

Juros de mora na forma do art. 39 da Lei nº 8.177/91. Correção monetária nos termos da Súmula 381 do TST. Contribuições previdenciárias e fiscais, na forma da OJ 363 da SBDI-1 do TST e da Súmula 368 do TST. Indefero os honorários advocatícios, porque não preenchidos os requisitos da Súmula 219, I, "a", do TST. Fica invertido o ônus da sucumbência. Custas pelos reclamados. Valores da condenação e das custas inalteradas para fins processuais. Indevida a multa prevista no artigo 467 da CLT, pois inexistiram verbas incontroversas na presente lide.

## ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista por contrariedade à OJ 399 da SBDI-1 do TST e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir à reclamante o pagamento de indenização substitutiva alusiva aos salários e demais direitos correspondentes ao período da estabilidade. Juros de mora na forma do art. 39 da Lei nº 8.177/91. Correção monetária nos termos da Súmula 381 do TST.

A União opôs embargos de declaração, pretendendo manifestação da c. Turma quanto sua responsabilidade subsidiária, que consignou, in verbis:

## I - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA ONDREPSB LIMPEZA

### 1 - ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE

A embargante sustenta omissão no acórdão embargado, no que se refere ao tema "gestante. Estabilidade provisória. ação ajuizada após o término do período de garantia do emprego", pois não foi apreciada a natureza do contrato de trabalho apresentada em contrarrazões, uma vez que era contrato por prazo determinado, o que impede o reconhecimento da estabilidade.

Analisando.

Conforme a Súmula 244, item III, desta Corte Superior, é pacífico que "a empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado".

Nesse sentido, esta Corte Superior tem entendimento pacífico de que o verbete sumular supra se aplica às hipóteses de contratação a título de experiência. Nesse sentido são os precedentes: RO - 10123-97.2013.5.03.0000 Data de Julgamento: 27/09/2016, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 30/09/2016; ED-RR - 946-85.2013.5.02.0017 Data de Julgamento: 21/09/2016, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/09/2016 e RR - 20009-59.2015.5.04.0021 Data de Julgamento: 14/09/2016, Relatora Ministra: Dora Maria da

Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/09/2016.

Assim, acolho os embargos de declaração da parte reclamada apenas para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo do julgado.

## 2 - DISPOSITIVO

A reclamada requer esclarecimentos quanto ao dispositivo, porque não foram especificadas as verbas que são devidas na condenação. Analiso.

Hipótese em que a parte sustenta existir omissão na definição discriminada das parcelas devidas em função da condenação imposta na decisão embargada.

Embargos de declaração acolhidos, com efeito modificativo no julgado, para dar nova redação ao dispositivo do acórdão embargado neste tópico, em que passa a constar:

"ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista por contrariedade à OJ 399 da SBDI-1 do TST e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir à reclamante o pagamento dos salários e consectários correspondentes (décimo terceiro salários, férias + 1/3 e depósitos de FGTS) do período compreendido entre a dispensa da reclamante e o término do período de garantia provisória no emprego. Custas no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), calculadas sobre o novo valor da condenação de R\$ 18.000,00".

Assim, acolho os embargos de declaração.

## 3 - VALOR DA CAUSA

A embargante alega contradição, no que se refere ao tema "valor da causa", porque o acórdão embargado manteve inalterado o valor da causa e das custas processuais para fins recursais. Contudo, o valor da causa arbitrado provisoriamente em primeiro grau corresponde à improcedência total dos pedidos.

Destaca que o quantum fixado na sentença ultrapassa severamente o valor da condenação fixada pelo acórdão embargado, o que revela desproporcionalidade e ofende os princípios do acesso à justiça e do duplo grau de jurisdição.

Analiso.

De fato, verifica-se a necessidade de rearbitramento do valor da condenação.

A sentença julgou improcedente a lide que envolveu os pedidos de estabilidade da gestante, sanções dos artigos 477 e 477, § 8º, da CLT e indenização por danos morais.

O acórdão regional manteve a sentença quanto à estabilidade provisória da gestante, não tendo a reclamante se insurgido quanto aos demais temas em seu recurso ordinário.

O acórdão embargado deu provimento ao recurso ordinário quanto ao tema "estabilidade da gestante".

Assim, verifico ser necessário arbitrar novo valor à condenação em decorrência do provimento dessa única insurgência.

Nesse contexto, acolho os embargos de declaração, suprimindo omissão no julgado, com concessão de efeito modificativo, para determinar que conste na parte dispositiva do acórdão embargado o novo valor da condenação ora arbitrado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) com custas no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

## II - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA UNIÃO

### 1 - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

A União alega que o acórdão embargado incorreu em omissão, porque não foi apreciada a responsabilidade subsidiária da União, o que deve ser analisado com o seu afastamento expresse.

Analiso.

Não é possível apreciar a insurgência quanto à responsabilidade subsidiária da União, por incidência do óbice da preclusão, já que incumbia à reclamada ter interposto recurso de revista adesivo quanto à insurgência ora apresentada, o que não foi feito.

Rejeito.

Como se observa, a e. Segunda Turma não se manifestou quanto à responsabilidade subsidiária da União, ao fundamento de que esta matéria estava contaminada pela preclusão consumativa, na medida em que a União não interpôs recurso de revista adesivo. Ocorre que, em análise do acórdão recorrido, verifica-se que o pedido foi considerado procedente tão somente quanto ao tópico "estabilidade da gestante", a c. Turma nada tratando acerca da existência, ou não, de responsabilidade subsidiária do ente público. Assim, têm-se como inadmissível o presente recurso extraordinário, em que a União pleiteia o afastamento de sua responsabilidade subsidiária, já que o pedido de responsabilização subsidiária do ente público sequer foi objeto de análise ou provimento nos autos. Desta forma, resta a clara ausência de interesse recursal.

Ante o exposto, indefiro o processamento do recurso extraordinário interposto pela UNIÃO (PGU), e determino a baixa dos autos à origem, após o transcurso in albis do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

### Processo Nº ED-RR-0001691-33.2011.5.03.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Recorrente	PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
Advogada	Dra. Ana Paula Corrêa da Silveira Gomes(OAB: 72370/MG)
Advogado	Dr. Marcelo Tostes de Castro Maia(OAB: 63440/MG)
Recorrido	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada	Dra. Valéria Ramos Esteves de Oliveira(OAB: 46178/MG)
Recorrido	PATRÍCIA LUÍZA DA SILVA
Advogado	Dr. Marcelo Campos(OAB: 76529-A/MG)

### Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- PATRÍCIA LUÍZA DA SILVA
- PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

Por meio da petição de nº 274886/2023-9, a reclamante, PATRÍCIA LUÍZA DA SILVA, informa que foi celebrado acordo com a reclamada PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES S.A., requerendo sua homologação.

Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
LELIO BENTES CORRÊA  
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Processo Nº RR-0001484-93.2016.5.20.0006**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Emmanoel Pereira  
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Advogado Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)  
Advogado Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)  
Advogada Dra. Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)  
Advogado Dr. Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)  
Recorrido CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
Recorrido JEFFERSON VELOSO DOS SANTOS  
Advogado Dr. Douglas de Santana Figueiredo(OAB: 4589-A/SE)  
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)  
Advogada Dra. Denise Vieira do Couto Santana Figueiredo(OAB: 8488-A/SE)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)  
- JEFFERSON VELOSO DOS SANTOS  
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição nº 334425/2023-1, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região informa que houve homologação de acordo entre as partes.

Por meio da petição nº 361931/2023-5, a reclamada PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS requer a juntada de guia e comprovante de quitação do débito, do acordo firmado.

Dessa forma, em razão da perda de objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, sendo recorrente o PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, determino à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, atendidas as formalidades pertinentes, providencie a remessa dos autos à Vara de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**Processo Nº Ag-AIRR-0002091-75.2017.5.09.0007**

Complemento Processo Eletrônico  
Relator Min. Maria Helena Mallmann  
Recorrente MUNICÍPIO DE CURITIBA  
Procuradora Dra. Olívia Waldemburgo de Oliveira Abrunhosa  
Recorrido CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.  
Advogado Dr. Rafael Fadel Braz(OAB: 23014-D/PR)

Recorrido CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. - CEASA  
Advogada Dra. Gladys Lucienne de Souza Cortez(OAB: 19514-A/PR)  
Advogada Dra. Raquel Cristina Baldo Fagundes(OAB: 19532-A/PR)  
Recorrido EMERSON LEMOS CAVALHEIRO  
Advogada Dra. Erika Cavalcante Gama(OAB: 49912-S/PR)  
Advogado Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.  
- CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. - CEASA  
- EMERSON LEMOS CAVALHEIRO  
- MUNICÍPIO DE CURITIBA

Por meio das petições de nº 356764/2023-3 e 357032/2023-0, as partes notificam a composição entre as partes, conforme documentos juntados, em que requerem a homologação do acordo. Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Vice-Presidente do TST

**SUMÁRIO**

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho	1
Decisão Monocrática	1
Secretaria-Geral Judiciária	16
Despacho	16
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos	28
Despacho	28
Secretaria da Subseção I de Dissídios Individuais	29
Acórdão	29
Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais	91
Despacho	91
Secretaria da Primeira Turma	97
Despacho	97
Secretaria da Terceira Turma	198
Despacho	198
Pauta	200
Secretaria da Sétima Turma	280
Pauta	280
Secretaria da Oitava Turma	342
Despacho	342
Edital	391
Secretaria da Oitava Turma	391
Edital	391
Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários	392

Despacho

392